UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FCT - Câmpus de Presidente Prudente

LARA DALPERIO BUSCIOLI

IMPACTOS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM RIO BRILHANTE (MS): O CASO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS FEDERAIS SÃO JUDAS, MARGARIDA ALVES, SILVIO RODRIGUES E DO TERRITÓRIO INDÍGENA LARANJEIRA ÑANDERU

Presidente Prudente
2016

LARA DALPERIO BUSCIOLI

IMPACTOS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM RIO BRILHANTE (MS): O CASO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS FEDERAIS SÃO JUDAS, MARGARIDA ALVES, SILVIO RODRIGUES E DO TERRITÓRIO INDÍGENA LARANJEIRA ÑANDERU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

PRESIDENTE PRUDENTE
2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **IMPACTOS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM RIO BRILHANTE (MS): O CASO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS FEDERAIS SÃO JUDAS, MARGARIDA ALVES, SILVIO RODRIGUES E DO TERRITÓRIO INDÍGENA LARANJEIRA ÑANDERU**

AUTORA: LARA DALPERIO BUSCIOLI
ORIENTADOR: BERNARDO MANCANO FERNANDES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. BERNARDO MANCANO FERNANDES
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
Departamento de Geografia / Unesp/FCT

Profa. Dra. JULIANA GRASIELI BUENO MOTA
Departamento de Geografia / Universidade Federal da Grande Dourados

Presidente Prudente, 19 de dezembro de 2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp

Buscioli, Lara Dalperio.
B977i Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brilhante (MS): o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do território indígena Laranjeira Nanderu / Lara Dalperio Buscioli. - Presidente Prudente : [s.n], 2016
443 f.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Estrangeirização de terras. 2. Louis Dreyfus Commodities. 3. Conflitos de terra. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Dedicatória

Aos camponeses e indígenas do estado do
Mato Grosso do Sul...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças e suporte para a realização deste trabalho, juntamente com Nossa Senhora Aparecida que tem me guardado em todos os momentos da minha vida.

A minha família por todo o apoio no desenvolvimento desta pesquisa desde os momentos iniciais e na sua finalização. De modo especial, cito os nomes dos meus pais Regina e Hamilton, meus irmãos Leandro, Chrystian, Helena, André, Lucas e Hamilton, minhas cunhadas Karen, Dayana e Mariana e minhas sobrinhas que ganharam vida no decorrer da pesquisa Isis e Sofia.

Com carinho agradeço ao tio Letieh (Paulo), tio Pitu (Estryder - inventora de palavras), tia Tania, prima Norma e Fabiah (Fabiano) pelos momentos de felicidades e orações compartilhados nestes anos contribuindo de forma indireta para a pesquisa.

Ao meu esposo Roberson por toda a ajuda em todos os momentos, principalmente nos difíceis trabalhos de campo, pelo seu tempo de atenção, dedicação e carinho com a pesquisa, pelos seus conselhos, suporte e amor, sem a sua ajuda, sem dúvidas, à realização deste trabalho seria mais complicada.

Agradeço aos meus filhos do coração Caio e Fabiano, por todos os nossos momentos de alegria que passamos ao longo da realização deste trabalho, pois só olhar vocês eu obtinha forças para finalizá-los, mesmo diante da crença de sua não concretude. E de modo especial, ao meu bebezinho, que ao longo desta trajetória apareceu em nossas vidas que está sendo gestado e é muito amado.

A minha família por parte do meu esposo meus sogros Marli e Claro pelos conselhos tão valiosos e meus cunhados Ana Paula e Anderson, Rosangela e Dirceu juntamente com meu sobrinho Gabriel por todo o apoio que me deram, mesmo que de forma indireta.

Agradeço ao Jean, Lorena, Guilherme e Sidney pelas contribuições na estrutura, forma e conteúdo da pesquisa, com coletas de dados, realização de mapas e organograma.

Aos “cumpadis” Aline, Jessica e Agnaldo, Marleide e Wellington, Fernanda e Roni, Camila e Carlos Elias, Aline, Camila e Leandro, Roberta e Guilherme por todo o apoio emocional no desenvolvimento deste trabalho. De modo especial, ao casal Juliana e Ítalo juntamente com nosso lindo Amarú que ainda não nasceu, mas já me causa uma alegria imensa no coração, amo muito vocês e obrigada por tudo!

Agradeço a todos os meus amigos Renata Ribeiro, Wesleia, Thais, Hellen, Diógenes, Lorena, Vania e Gabriela, Mirian, Regina, Jean, Renan, Ruan, Alline, Shelli, Hagton, Maiara e Camila que me ajudaram emocionalmente para realização deste trabalho.

Aos meus dois amigos Rodrigo (mi cariño) e Belle que amo muito e me deram um suporte emocional indescritível em minha vida, obrigada por todo o conselho e por me aguentar nos momentos difíceis.

Institucionalmente agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por ter ajudado financeiramente na realização deste trabalho com a aprovação do projeto número 201403633-7, nas participações dos trabalhos de campo, disciplinas em outros programas de pós-graduação e eventos nacionais e internacionais, divulgando e fomentando o debate sobre o processo de estrangeirização de terras no Brasil, com foco no estado do Mato Grosso do Sul.

Agradeço ao meu orientador Bernardo Mançano Fernandes por toda a ajuda no desenvolvimento da pesquisa e contribuições a nível teórico com suas orientações e trabalhos acadêmicos publicados que permitiram avançarmos na pesquisa, qualificando-a.

Aos membros da banca no momento de qualificação Eduardo Paulon Girardi e Juliana G. B. Mota pelas considerações realizadas para a pesquisa que possibilitou a realização da banca final composta por Juliana e Carlos Alberto Feliciano, muito obrigada!

Aos membros do Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) pela ajuda no debate sobre este processo e contribuição com as categorias analíticas que trabalhei nesta pesquisa.

Agradeço finalmente, mas sem perder o nível de importância, aos sujeitos que envolveram a pesquisa, todos os camponeses, camponesas e membros do MST que abriram as portas de suas casas e locais de trabalho para que esta pesquisa desse os devidos encaminhamentos. Obrigada pelas boas conversas e amizades construídas no período dos trabalhos de campo!

E agradeço também aos indígenas Guarani e Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul pelo acolhimento nos trabalhos de campo, mesmo em meio as dificuldades e violências eminentes em seu território e as longas tardes de conversas e entrevistas, que permitiram realizar um estudo crítico e de denúncia sobre a questão indígena em Mato Grosso do Sul.

Assim, desde o momento inicial do desenvolvimento desta pesquisa, ela foi pensada em vocês e em como poderíamos ajudar no debate do processo de estrangeirização de terras que tem impactado negativamente em suas vidas e seus territórios.

Os Pobres Possuirão a Terra (Salmo 37,11)

IMPACTOS E RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM RIO BRILHANTE (MS): O CASO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS FEDERAIS SÃO JUDAS, MARGARIDA ALVES, SILVIO RODRIGUES E DO TERRITÓRIO INDÍGENA LARANJEIRA ÑANDERU

Resumo: O processo de estrangeirização de terras deve ser analisado a partir da sua dimensão histórica e refere-se ao arrendamento e/ou compra de empresas/grupos estrangeiros em outros países. Este processo foi intensificado a partir da crise de 2007/2008 quando ocorreu um aumento da procura de terras para produzir commodities gerando conflitos e impactos territoriais, mesmo com o discurso embasado no crescimento econômico, na sustentabilidade, na geração de emprego e na segurança alimentar dos países alvos deste processo. Neste trabalho, discutimos o processo de estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul, com foco no município de Rio Brilhante no que tem uma produção expressiva de cana-de-açúcar e territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC). Este processo gera conflitos territoriais nos assentamentos de reforma agrária por meio da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e no território indígena Laranjeira Ñanderu pertencentes aos Guarani-Kaiowá. Os impactos causados pelo processo de estrangeirização nestes territórios estão vinculados à: 1) produção de alimentos – com a perda da produção camponesa e indígena devido à pulverização do agrotóxico utilizado nas lavouras de cana-de-açúcar; 2) ambiental – com a intoxicação do solo/águas devido à pulverização e a morte da fauna/flora do território; 3) saúde – relacionadas aos problemas respiratórios, gastrointestinais e de envenenamento/intoxicação destes sujeitos; e por fim, 4) dificulta o processo de demarcação do território indígena e realização da reforma agrária, bem como nos modos-de-vida. Diante de tais questões, estes sujeitos organizaram formas de resistências para continuarem nestes territórios: os indígenas com ações de retomada territorial e consolidação com o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu; com sua cultura reproduzindo seus ritos, crenças e costumes dando caráter e sentido ao seu território; e manifestações com bloqueios de vias de acesso. Já os camponeses resistem com produção e comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos e feiras nos municípios de Maracajú e Rio Brilhante; com seu trabalho familiar e coletivo nos lotes; com suas manifestações e reuniões com o objetivo de impedir a entrada da LDC nos assentamentos por meio da sua produção e do tráfego de seus caminhões.

Palavras-chave: Estrangeirização de Terras. Louis Dreyfus Commodities. Camponeses. Indígenas. Resistências. Impactos Socioterritoriais.

IMPACTS AND RESISTANCE IN THE PROCESS OF LAND FOREIGNIZATION IN RIO BRILHANTE (MS): THE CASE OF FEDERAL SETTLEMENT PROJECTS SÃO JUDAS, MARGARIDA ALVES, SILVIO RODRIGUES AND INDIGENOUS TERRITORY LARANJEIRA ÑANDERU

Abstract: The process of land foreignization should be analyzed from its historical dimension and refers to the leasing and/or purchase of land by foreign companies/groups in other countries. This process intensified from the crisis of 2007/2008 when there was an increase in the demand for land to produce commodities, generating conflicts and territorial impacts, even with the discourse based on economic growth, sustainability, employment generation and food security of countries targeted by this process. In this work, we discuss the process of land foreignisation in the state of Mato Grosso do Sul, focusing on the municipality of Rio Brilhante, which has an expressive production of sugarcane and territorialization of the French group Louis Dreyfus Commodities (LDC). This process creates territorial conflicts in agrarian reform settlements through the struggle of the Landless Rural Workers Movement and indigenous territory Laranjeira Ñanderu belonging to the Guarani-Kaiowá. The impacts caused by the process of land foreignisation in these territories are linked to the: 1) food production - with the loss of peasant and indigenous production due to the spraying of agrochemicals used in sugarcane plantations; 2) environmental - with soil/water poisoning due to spraying and the death of the fauna/flora of the territory; 3) health - related to respiratory, gastrointestinal and poisoning / intoxication problems of these subjects; and finally, 4) makes difficult the process of demarcation of the indigenous territory and realization of agrarian reform, as well as in the ways of life. Faced with such questions, these subjects organized forms of resistance to continue in these territories: the indigenous with actions of territorial resumption and consolidation with the tekoha encampment Laranjeira Ñanderu; with yours culture, reproducing yours rites, beliefs and customs giving character and sense to yours territory; and agrarian protests with road obstruction. The peasants, however, resist through of production and commercialization for the Food Acquisition Program (PAA) and fairs in the municipalities of Maracajú and Rio Brilhante; with their family and collective work in the lots; with its agrarian protests and meetings with the objective of prevent the entry of LDC in the settlements through their production and the transit of their trucks.

Keywords: Land Foreignization. Louis Dreyfus Commodities. Peasants. Indigenous. Resistance. Socio-territorial Impacts.

LISTA DE SIGLAS	
AC	Acre
ADM	Archer Daniels Midland Company
Acrissul	Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul
AGRIB	Associação dos Pecuaristas de Rio Brilhante
AL	Alagoas
AM	Amazonas
BA	Bahia
BRMT	Banco Rio e Mato Grosso
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CIDH	Comisión Interamericana Derechos Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CE	Ceará
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Bando de Dados da Luta pela Terra
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
Famasul	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FUVI	Famílias Unidas do Vale do Vilhema
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GO	Goiás
LDC	Louis Dreyfus Commodities
MA	Maranhão
MESA	Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e Combate à Fome
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MT	Mato Grosso
MS	Mato Grosso do Sul
MG	Minas Gerais
MUPE	Mulheres Unidas pelo Esporte
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PA	Projeto se Assentamento Federal
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PI	Piauí
PB	Paraíba
PR	Paraná
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo – Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
PPGG	Pós-graduação em Geografia
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SOMECO	Sociedade de Melhoramentos e Colonização
SP	São Paulo
TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade
TO	Tocantins
UEMS	Estadual do Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFT	União Força e Terra
UNESP	Universidade Estadual Paulista

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1: E-mail Alerta Google – Notícias Estrangeirização	19
Figura 2: Planilha do DATALUTA Estrangeirização Geral	20
Figura 3: Planilha do DATALUTA Estrangeirização Empresas - Notícias	22
Figura 4: Planilha do DATALUTA Estrangeirização Empresas	23
Figura 5: Pastas do DATALUTA Estrangeirização Empresas	25
Figura 6: Dados Sistematizados do CIMI – Relatório	27
Figura 7: Acervo Bibliográfico Digital Estrangeirização de Terras	30
Figura 8: Acervo Bibliográfico Digital – Pastas	31
Figura 9: Cadastro DATALUTA Estrangeirização Empresas	33
Figura 10: Banco de informações	34
Figura 11: Os principais atores em acordos internacionais de terras.	63
Figura 12: Pecuária extensiva no MS - Fazenda São João em Rio Brilhante	85
Figura 13: Produção de soja na Fazenda Capão Alto em Rio Brilhante	89
Figura 14: Foto aérea da unidade Passa Tempo em Rio Brilhante	135
Figura 15: Placa da Unidade Passa Tempo – LDC e a produção de cana	135
Figura 16: Foto aérea da unidade Rio Brilhante pertencente à LDC	136
Figura 17: Produção de cana da Unidade Rio Brilhante LDC	136
Figura 19: Relações entre o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e LDC	140
Figura 20: Enterramento de árvores na área arrendada pela LDC no município de Rio Brilhante.	160
Figura 21: Queima da cana-de-açúcar descontrolada	161
Figura 22: Caminhão queimado pelo fogo do canavial em 2010	162
Figura 23: Estrutura política e socioterritorial dos acampamentos do MST no estado do Mato Grosso do Sul	179
Figura 24: Entrada do assentamento PA Silvio Rodrigues.	186
Figura 25: Assentamento Silvio Rodrigues - MST	187

Figura 26: Cana-de-açúcar que faz divisa com o assentamento PA Silvio Rodrigues	188
Figura 27: Escola no Acampamento 8 de março na década de 1990	189
Figura 28: Escola utilizada em 1999 e 2000	191
Figura 29: Lanche feito com doações voluntárias	192
Figura 30: Inauguração das salas	193
Figura 31: Mensagem da escola a partir da pedagogia libertadora	194
Figura 32: Escola São Judas em Rio Brilhante	196
Figura 33: Ônibus da escola	196
Figura 34: Recreação dos educandos	197
Figura 35: Formas pedagógicas de ensino	197
Figura 36: Igreja Protestante no assentamento PA Margarida Alves	201
Figura 37: Impactos ambientais da cana-de-açúcar	217
Figura 38: Cana-de-açúcar da LDC que faz divisa com o assentamento	218
Figura 39: Mosca predadora e broca-de-cana-de-açúcar	223
Figura 40: Caminhão Truck utilizado pela LDC	224
Figura 41: Caminhão com carregamento de cana-de-açúcar da usina LDC em Rio Brilhante.	224
Figura 42: Construção do prédio da MUPE	237
Figura 43: Lazer no assentamento	238
Figura 44: Projeto de utilização de materiais recicláveis.	243
Figura 45: Horta da escola do PA São Judas	243
Figura 46: Tanques de peixes	246
Figura 47: Mandioca plantada	247
Figura 48: Feira do município de Maracajú	251
Figura 49: Feira do município de Rio Brilhante	252
Figura 50: Barraca de João e Helena	255
Figura 51: Comercialização dos produtos na Feira de Rio Brilhante – assentado André	258
Figura 52: Comercialização dos produtos de Thais e Claro	259
Figura 53: Doces comercializados na Feira de Maracajú	260
Figura 54: Resfriador coletivo de leite	263
Figura 55: Campanha contra a pecuária no MS	319
Figura 56: Campanha contra a produção de soja no MS	319
Figura 57: Campanha contra a produção de cana-de-açúcar no MS	320
Figura 58: Campanha contra a produção de etanol no MS	320
Figura 59: Campanha do Boicote ao Agronegócio no Mato Grosso do Sul em outros idiomas	321
Figura 60: Reintegração de posse no Laranjeira Ñandeu	354
Figura 61: Foto com cartaz de "Não ao despejo"	358
Figura 62: Laranjeira Ñanderu	361
Figura 63: Transporte escolar das crianças do Laranjeira Ñanderu	362
Figura 64: Vendas de produtos no Laranjeira Ñanderu	363
Figura 65: Trator que impediu a passagem dos indígenas - Laranjeira Ñanderu	365
Figura 66: Cercas para impedir a passagem dos indígenas - Laranjeira Ñanderu	366
Figura 67: Croqui da Terra Indígena Laranjeira Ñanderu elaborado pelos indígenas	267
Figura 68: Laranjeira Ñanderu na atualidade	370
Figura 69: Tekoha Laranjeira Ñanderu	370

Figura 70: Moradia dos indígenas e casa de reza	373
Figura 71: Moradia sendo construída no Laranjeira Ñanderu	373
Figura 72: Moradia com sapé e madeira retirados da TI Laranjeira Ñanderu	374
Figura 73: Moradia de lona com madeira na TI Laranjeira Ñanderu	374
Figura 74: Placa solar no Laranjeira Ñanderu	375
Figura 75: Esporte no Laranjeira Ñanderu	376
Figura 76: Trave de gol adaptada no Laranjeira Ñanderu	377
Figura 77: Mata da TI Laranjeira Ñanderu ao fundo	380
Figura 78: Yvyra'i - Jerosy Puku no Laranjeira Ñanderu	386
Figura 79: Cedro utilizado como medicamento	388
Figura 80: Casca de Cancarosa no Laranjeira Ñanderu	389
Figura 81: Cipó-Mil-Homens utilizado como medicamento	390
Figura 82: Aroeira utilizada como medicamento	391
Figura 83: Raul "proprietário" da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança	393
Figura 84: Exemplo do trator conhecido como Gafanhoto	394
Figura 85: Pedágio em Rio Brilhante pertencente à CCR MSvia.	395
Figura 86: Manifestação realizada em Rio Brilhante - abril de 2015	403
Figura 87: Manifestação realizada em Rio Brilhante - outubro de 2015	404
Figura 88: Manifestação realizada em Rio Brilhante - novembro de 2015	405
Figura 89: Cana listrada sinal de esperança na reterritorialização	407

INDÍCE DE GRÁFICOS	

Gráfico 1 – Rio Brilhante – Área plantada das principais culturas	141
Gráfico 2 - Área cultivada com cana-de-açúcar em Rio Brilhante de acordo com suas classes	142
Gráfico 3 - Rio Brilhante - Quantidade produzida das principais culturas e pecuária - 2000-2014	143

INDÍCE DE MAPAS	

Mapa 1 – Mato Grosso do Sul – Usinas de Cana-de-açúcar	92
Mapa 2 – Mato Grosso do Sul – Número de Empresas Estrangeiras – 2015	97
Mapa 3 – Mato Grosso do Sul: Índice de Gini da estrutura fundiária - 2012	104
Mapa 4 – Mato Grosso do Sul – Ocupações de Terras – 2000-2013	113
Mapa 5 – Mato Grosso do Sul – Famílias em Ocupações de – 2000-2013	114
Mapa 6 – Mato Grosso do Sul: Assentamentos – 1972 a 2013	116
Mapa 7 – Assentamentos Rurais em Rio Brilhante - MS	151
Mapa 8 - Mato Grosso do Sul - Ocupações de Terras Realizadas pelo MST - 2000-2014	173
Mapa 9 - Mato Grosso do Sul - Famílias em Ocupações de Terras Realizadas pelo MST - 2000-2014	174
Mapa 10 - Assentamentos rurais originários da luta do MST em Rio Brilhante	177
Mapa 11 - Situação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul	296
Mapa 12 – Mato Grosso do Sul – Manifestações dos Movimentos Indígenas – 2004-2013	300
Mapa 13 – Mato Grosso do Sul – Manifestações dos Movimentos Indígenas – Número de Pessoas – 2004-2013	301
Mapa 14 - Território Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul	323

Mapa 15 – Terras Indígenas Guarani – Kaiowá no Sul do estado do Mato Grosso do Sul	332
Mapa 16 – Mato Grosso do Sul – Assassinatos indígenas Guarani-Kaiowá – 2003-2014	335
Mapa 17– Localização do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante	348
Mapa 18 – Territórios camponeses e indígenas estudados na pesquisa	412

INDÍCE DE ORGANOGRAMAS	
Organograma 1: Estrangeirização de terras e paradigmas	124
Organograma 2: Estratégias do Grupo Louis Dreyfus Commodities	
Organograma 3: Formas de resistências nos assentamentos rurais do MST em Rio Brilhante	203
Organograma 4: Formas de resistências Guarani e Kaiowá em Rio Brilhante (MS)	347
Organograma 5: Síntese das resistências nos territórios camponeses e indígena em Rio Brilhante (MS)	412
Organograma 6: Dimensões dos impactos causados pela produção de cana nos territórios camponeses e indígena em Rio Brilhante (MS)	413

INDÍCE DE PRANCHAS	
Prancha 1 – Mato Grosso do Sul – Principais Tipologias das Manifestações dos Movimentos Indígenas – 2004-2013	304

INDÍCE DE TABELA	
Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Assassinatos de Guarani-Kaiowá - 2003-2014	336

INDÍCE DE QUADROS	
Quadro 1: Empresas estrangeiras no MS e suas demais localizações	94
Quando 2: Informações da ADM em MS	99
Quando 3: Informações da LDC em MS	99
Quando 4: Informações da Internacional Paper em MS	101
Quadro 5: Movimentos Socioterritoriais no Mato Grosso do Sul atuantes em ocupações de terras- 2000-2014	108
Quadro 6: Evolução da LDC no Brasil	125
Quadro 7: Informações sobre os assentamentos rurais em Rio Brilhante	151
Quadro 8: Informações sobre os assentamentos rurais do MST em Rio Brilhante	177
Quadro 9: Resumo das principais formas de cooperação agrícola	265
Quadro 10: Associações e cooperativas nos assentamentos originários de luta do MST	266
Quadro 11: Evolução dos produtos da AGRIB entregues ao PAA	270
Quadro 12: Situação das terras indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul	289
Quadro 13: Situação das terras indígenas tradicionalmente ocupadas no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso do Sul	293
Quadro 14: Organizações internacionais e nacionais de apoio à causa Guarani-Kaiowá pelo Boicote ao agronegócio	316
Quadro 15: Situação das terras indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul	333
Quadro 16: Acampamentos no Mato Grosso do Sul	343
Quadro 17: Valores cobrados pelo pedágio da CCR Msvia BR-163 em Rio Brilhante	399

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 6

CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA 13
1.1 – Produções de informações quantitativas 17
1.2 – Produções de informações qualitativas 29

CAPÍTULO 2 – DEBATE PARADIGMÁTICO E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM QUESTÃO 43
2.1 – Breves apontamentos sobre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário 45
2.2 – O conceito de estrangeirização de terras 52

CAPÍTULO 3 – QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL: ALGUNS APONTAMENTOS 77
3.1 – A produção de *commodities* e os conflitos territoriais 79

CAPÍTULO 4 – A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E A LOUIS DREYFUS COMMODITIES 119
4.1 – Alguns apontamentos sobre a Louis Dreyfus Commodities 122
4.2 – A territorialização da Louis Dreyfus Commodities em Rio Brilhante 132

CAPÍTULO 5 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL 164
5.1 – O MST no Mato Grosso do Sul: alguns apontamentos 166
5.2 – Luta e conquista do MST pelo território camponês em Rio Brilhante 176
5.3 – Impactos e resistências nos assentamentos rurais do MST frente à estrangeirização em Rio Brilhante 203

CAPÍTULO 6 – A LUTA DOS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ FRENTE À ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL 284
6.1 – A questão indígena no Mato Grosso do Sul: alguns apontamentos 286
6.1.1 – Debate paradigmático: a Famasul e os Guarani e Kaiowá 307
6.2 – O processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá 322
6.3 – Impactos e resistências no território indígena Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante 346

CONSIDERAÇÕES FINAIS 408

REFERÊNCIAS 418

INTRODUÇÃO

A questão agrária no estado do Mato Grosso do Sul pode ser analisada a partir de diferentes paradigmas, interpretados a partir da realidade do campo brasileiro: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Eles são processos que dão subsídios para as políticas governamentais, bem como para os discursos realizados pelos governos, latifundiários, agronegócio, pesquisadores órgãos públicos para esta questão.

Esses paradigmas compõem um conjunto de ideias que têm como diferenças as leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, a análise sobre o campesinato e agricultor familiar, bem como da questão agrária. Para este trabalho procuramos compreender o "agricultor familiar" e o "camponês" a partir de seu trabalho familiar, sendo único, assim partindo do PQA.

O PCA compreende a metamorfose do campesinato em agricultor familiar e este já integrado ao sistema produtivo vira um mero produtor de mercadoria. Assim, fica evidente que para este paradigma, o sistema capitalista pode resolver os seus problemas criados, em que sua superação só pode ser realizada por meio dele. Já o PQA parte de pressupostos distintos, pois a superação deste sistema só pode ser realizada por meio de resistências, pois o capital não é visto como a única forma de desenvolvimento para os camponeses que também são vistos como agricultor familiar. (FERNANDES, 2005; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012).

Aqui não temos a intenção de criar dualidades entre ambos os paradigmas, como também, com as diferentes visões sobre o processo de estrangeirização de terras. O que nos propomos é mostrar que essas diferentes visões refletem em diferentes trabalhos acadêmicos e discussões que só tendem a contribuir com o estudo deste tema.

Estas diferentes visões e políticas governamentais expressam os diferentes modelos de desenvolvimento do campo brasileiro exposto nos estudos de Fernandes e Welch (2008). Os autores apresentam dois modelos associados à produção de *commodities*: o agronegócio e o campesinato, que tem bases distintas. O primeiro compreende a produção de monoculturas em grande escala – soja, cana, algodão, milho, café etc. em que o campesinato/agricultor familiar é um elemento importante devido à venda da sua força de trabalho. Já o segundo modelo de desenvolvimento tem como base o trabalho familiar, a produção diversa de culturas – frutas, legumes, hortaliças – em pequena escala.

A problemática fica evidente ao analisarmos os dados referentes às lutas do campo brasileiro, seja pelos indígenas e/ou pelos camponeses que buscam por meio de ações de resistências e enfrentamento a conquista de seus territórios. No caso dos indígenas, há uma diferenciação, pois os mesmos lutam pela retomada de seus territórios tradicionalmente ocupados, ou seja, lutam por um território que no passado seus familiares viveram e criaram territorialidades.

Estes sujeitos – camponeses e índios – têm sofrido as mais variadas formas de violências e violações dos direitos humanos: ataques realizados por meio de fazendeiros em acampamentos do MST como é o caso mais recente no estado do Paraná com mortos e feridos e em acampamentos de retomadas indígenas como no Laranjeira Ñanderu no Mato Grosso do Sul. Esta situação vem de encontro com o discurso predominante do agronegócio em considerar as ações desses sujeitos como obstáculo para o desenvolvimento econômico do país, considerando um atraso.

No caso do estado do Mato Grosso do Sul, os conflitos fundiários estão relacionados na origem da propriedade privada da terra no Brasil e posteriormente na intensificação da concentração fundiária que só tendem a problematizar ainda mais essa situação. Esses conflitos remetem a conflitualidade no campo e na atualidade estão vinculados principalmente com as ações de retomadas indígenas no referido estado.

Desta forma, os principais conflitos fundiários no estado ocorrem de modo expressivo no Centro-Sul área que historicamente pertence aos Guarani e Kaiowá que tem sua intensificação nas ocupações de terras por meio de retomadas a partir da década de 1980, criando vários acampamentos. Ou mesmo, pelas lutas iniciais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980 e 1990 originando e fortificando o Movimento. Estas lutas têm ligação com a questão da terra e com avanço do agronegócio em todo o território sul-mato-grossense, que por meio da compra e arrendamento de terras devolutas, produzem principalmente a soja e cana-de-açúcar.

Com o avanço do capitalismo, ocorreram grandes modificações a nível material e imaterial. Parte dos sujeitos encontrados no campo modificam seus modos de vida para a incorporação de relações capitalistas ou mesmo para o enfrentamento direto a esse modelo de desenvolvimento que por mais que seja hegemônico não é único.

Corroborando com isso, temos o avanço das empresas e grupos estrangeiros na compra e/ou arrendamento de terras no Brasil, bem como no estado do Mato Grosso do Sul,

para a produção de *commodities* sendo as principais: soja, cana-de-açúcar e pecuária com o gado de corte. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2010 *apud* Fernandes, B., 2011) nos primeiros seis meses de 2010, o Mato Grosso do Sul foi o quarto no ranking nacional de aquisições de terras por estrangeiros.

A este processo denominamos estrangeirização de terras, intensificado com a crise alimentar de 2007/2008 gerando e ampliando os conflitos territoriais em várias porções do globo, pois ele está ligado ao processo de grilagem de terras. O discurso predominante nesta questão é o de desenvolvimento sustentável com o intuito de acabar com os problemas mundiais relacionados à alimentação e criando recursos para as populações futuras.

A estrangeirização de terras não é um fenômeno novo na história do Brasil. Começa com a colonização e tem na Guerra do Contestado um marco da luta camponesa, que vem se intensificando, acarretando na desterritorialização de vários povos indígenas e de camponeses. E consequentemente na intensificação da luta dos movimentos de luta sociais, denominadas neste trabalho como os movimentos socioterritoriais, pois tem o território material como principal objetivo de conquista (FERNANDES, 2005, PEDON, 2009), assim eles lutam e resistem há décadas contra esse processo e contra algumas políticas do Estado que só visam beneficiar os setores do agronegócio.

A partir de tais apontamentos, observamos a importância de estudar tal tema, pois por meio dele podemos compreender quais os principais impactos e resistências que os movimentos socioterritoriais sofrem com a territorialização destes grupos e/ou empresas estrangeiras em seus territórios ou no seu entorno.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa é estudar os impactos e as resistências dos indígenas Guarani e Kaiowá e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado do Mato Grosso do Sul, com foco no município de Rio Brilhante, por meio da produção de cana-de-açúcar realizada pelo grupo francês Louis Dreyfus Commodities.

Como objetivos específicos definimos cinco:

- Analisar o conceito de estrangeirização de terras;
- Estudar e mapear a questão agrária no estado do Mato Grosso do Sul, conflitos por meio das ocupações de terras, estrutura fundiária, assentamentos rurais e terras indígenas;
- Analisar e mapear a estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul, bem como a produção de cana-de-açúcar;
- Estudar a territorialização do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) em Rio Brilhante, por meio da produção de cana-de-açúcar;
- Analisar os principais impactos e resistências dos indígenas Guarani-Kaiowá e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Rio Brilhante, por meio da produção de cana-de-açúcar da LDC.

Para suprirmos os objetivos da pesquisa, dividimos o trabalho em seis capítulos que visam relacionar o conceitual-teórico com o empírico. O primeiro capítulo corresponde aos procedimentos metodológicos para a produção de informações quantitativas e qualitativas. Apresentamos os dois principais bancos de dados da pesquisa que são o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que contribuíram com dados quantitativos sobre a luta pela terra no estado do Mato Grosso do Sul através dos movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas e dos dados de estrangeirização de terras.

Em seguida apresentamos as metodologias que foram aplicadas nos trabalhos de campo que compreendem: a observação participante que visa analisar o território pesquisado sem interferir totalmente nele e as entrevistas para o aprofundamento de informações elaboradas diante da teoria e da realidade observada. Vale ressaltar, que no caso indígena ocorreu uma dificuldade na inserção e consequentemente nas formas de análises das informações qualitativas devido ao grau de inserção que tivemos no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, uma vez que, trata-se de uma área de conflito.

No segundo capitulo, apresentamos as discussões conceituais sobre a estrangeirização de terras aliado ao debate do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário para compreendermos os embasamentos dos discursos realizados

pelas empresas, grupos estrangeiros, governos e trabalhos acadêmicos sobre este processo que tem impactado nos modos-de-vida dos diferentes sujeitos do campo. Também realizamos entrevistas com os estudiosos da estrangeirização de terras na América Latina Gonzalo Colque, Luis Llambi e o indígena Manigueuigdinapi Stanley Icaza, que nos permitiram compreender de modo aprofundado este processo.

O terceiro capítulo apresenta um parâmetro geral do processo de estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul, os principais grupos/empresas estrangeiras, a estrutura fundiária, os assentamentos rurais, bem como a luta pela terra por meio das ocupações dos movimentos socioterritoriais compostos pelos camponeses, indígenas, confederações etc. Ou seja, apresenta a conflitualidade que este processo gera/intensifica no referido estado.

O quarto capítulo corresponde ao estudo de caso no município de Rio Brilhante devido à territorialização da LDC em duas unidades: Passatempo e Rio Brilhante. Esta territorialização tem impactado e modificado algumas questões agrícolas no município, bem como no modo de vida dos camponeses e indígenas. Vale ressaltar, que o município ficou conhecido como a capital da cana-de-açúcar do Brasil.

Neste capítulo mostramos a territorialização da LDC no município nos anos 2000 e como foram às aquisições destas usinas, abordamos também as mudanças na questão da produção de commodities e alguns impactos ambientais ocorridos por meio deste processo, bem como o trabalho indígena e camponês nas plantações de cana-de-açúcar do grupo.

O quinto capítulo corresponde aos estudos sobre os impactos e as resistências do MST no município de Rio Brilhante com a territorialização da LDC por meio da produção de cana-de-açúcar que cerca os assentamentos. Estudamos os três assentamentos que o MST obteve por meio da sua luta: o PA São Judas, o PA Margarida Alves e o PA Silvio Rodrigues. Foram analisados vários impactos desde a perda de animais a problemas com saúde e escola, bem como as formas de resistência direta dos camponeses com a realização de algumas manifestações, pelo impedimento do MST em deixar a cana da empresa entrar nos assentamentos, com a produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e das feiras para eles permanecerem no lote produzindo e não trabalhando nas duas unidades do grupo francês.

No sexto capítulo apresentamos as lutas dos indígenas Guarani e Kaiowá frente ao avanço do agronegócio nacional e estrangeiro por meio da LDC produzindo cana-de-açúcar

na fazenda Cadeado onde tradicionalmente eles ocuparam este território e vem lutando para a sua retomada desde os anos 2000 com o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu.

Com esta territorialização os indígenas sofrem vários impactos com o agrotóxico pulverizado pelo grupo, bem como com os ataques por meio do fazendeiro denominado "Português" e de seus capangas com ameaças e tiros para intimidar os indígenas com o objetivo que eles se retirem de seus territórios tradicionalmente ocupados. Como forma de resistências eles permanecem nesse território por meio do acampamento e também tem feito manifestações com o intuito de chamar a atenção da população e dos órgãos competentes para a sua situação.

O termo acampamento para a questão indígena foi utilizado neste relatório com a finalidade de evidenciar o caráter político destas ações, pois se utilizarmos somente Terra Indígena (TI) estaremos escondendo a real situação no âmbito judicial e social que as famílias estão enfrentando, como apontou os estudos de Cavalcante (2013). Compreendemos que o Laranjeira Ñanderu é um tekoha (território sagrado) e como instrumento de luta os Guarani e Kaiowá utilizaram a forma de acampamento para a sua retomada. Desta forma, utilizaremos o termo estudado por Mota (2015): "acampamento-tekoha é a junção da ideia de acampamento, muito presente entre os indígenas, com o tekoha, pois estão territorializados em seus territórios étnicos ancestrais" (p. 19).

E em relação ao termo Guarani-Kaiowá utilizaremos com hífen ao retratarmos o caráter político do movimento – Aty Guasu – pela retomada de seus territórios tradicionais e Guarani e Kaiowá estamos evidenciando a existência de dois povos diferentes em sua origem que lutam juntos pela sua reterritorialização e melhores condições de vida.

Procuramos qualificar os estudos realizados sobre o processo de estrangeirização de terras a nível global, sendo inovador devido o estudo ser pioneiro nesta questão ao analisarmos os impactos e resistências de dois sujeitos completamente diferentes em suas ações e territorialidades, mas que tem um elemento em comum que é o território.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta parte do trabalho apresentamos as metodologias tanto para a produção de dados quantitativos como qualitativos. Para isso realizaremos um debate por meio de vários autores como Turra Neto, Marre, Kaiser entre outros, para compreendermos como ocorre a escolha de um objeto cientifico, bem como dos procedimentos metodológicos a serem adotados.

Segundo Turra Neto (2012), o que define a opção metodológica é o objeto e a problemática da pesquisa, ou seja, o correto é utilizar a metodologia mais adequada à pesquisa que possa suprir os objetivos. Neste sentido, as metodologias de pesquisas não são neutras, elas têm suas especificidades, intencionalidades e limitações. O autor aponta uma distinção entre pesquisa quantitativa e qualitativa. Esta primeira é de natureza numérica, tratamento estatístico, cálculo de porcentagem e representação gráfica, e a segunda de natureza discursiva, relatos, histórias de vida e descrição de um fenômeno. Assim, requer cuidados pesquisas que combinam ambas as formas de dados, bem como de metodologias.

Como é o caso da pesquisa em questão, na qual trabalharemos com os dados quantitativos por meio do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com dados qualitativos, através da aplicação de metodologias nos trabalhos de campo realizados no município de Rio Brilhante na Região da Grande Dourados no Mato Grosso do Sul, como entrevistas e a observação participante, assim relacionando a teoria com a prática, para melhor qualificar o trabalho. Procuramos analisar as questões que envolvem o trabalho a parir de uma visão histórica, entendendo as histórias de vidas dos camponeses e dos indígenas, as formas de uso dos seus territórios, como eles estão organizados, como ocorre o avanço do capital estrangeiro etc. Nas palavras de Kaiser (2006) “compreender a análise histórica é desde logo indispensável a quem realiza a pesquisa” (p. 99).

Segundo Marre (1991), a construção de um objeto de estudo precede do que o autor denomina de “dupla dialética”, ou seja, a dialética ascendente e descendente. No segundo caso, está ligado mais com a operacionalização, ou seja, a metodologia, que será apresentada nas páginas que se seguem. Já no primeiro caso, a escolha do tema de pesquisa é fundamental é “a apreensão de um tema empírico para a sua construção” (p. 9).

A dialética ascendente na construção de um objeto a ser estudado, precisa incluir uma abordagem teórica para o mesmo, assim buscaremos compreender o conceito de estrangeirização, a territorialização desse processo e as resistências a ele aliando aos trabalhos de campos que foram realizados. "No que diz respeito à construção dialética ascendente, a relação assim formulada ou o conjunto de relações entre objeto e teoria são, na realidade, proposições formuladas teoricamente por antecipação" (MARRE, 1991, p. 13).

Assim, antes de irmos a campo foram feitas leituras referentes à questão agrária no Mato Grosso do Sul, sobre o conceito de estrangeirização de terras, sobre os paradigmas da questão agrária, a história do MST e dos Guarani-Kaiowá etc. Pois, é necessário testar essa proposição teórica, encontrar no objeto empírico as propriedades que resultam das relações estabelecidas a nível teórico, como afirma Marre (1991):

> A partir dos pressupostos teóricos e das matrizes de observação sugeridas por estes pressupostos, pode-se construir um **sistema de relações teóricos** que, de um lado, **decorrem dos pressupostos**, e de outro, envolvem ou determinam as **propriedades do objeto empírico** a ser analisado (MARRE, 1991, p. 13 – Grifo nosso).

A nossa capacidade de análise:

> ... deve ser elaborada, educada pacientemente, pela aquisição progressiva de uma base doutrinal (não doutrinária, nem sectária!) sólida: a formação teórica é indispensável – mas quem a dá? É preciso adquiri-la – e a educação política também. Sem base teórica e política, como analisar uma situação? (KAISER, 2006, p. 98).

Ribeiro (1999) aponta o cuidado que devemos ter para não ficarmos engessados em modelos já construídos no campo da teoria, sem termos uma reflexão aprofundada, ou seja, não devemos aplicar mecanicamente a teoria nos nossos estudos e idas a campo. Assim, a teoria é importante e não deve ser usada como uma muleta, mas ir além do referencial, romper com a autoridade dos mesmos e inovar na pesquisa. Nas palavras do autor "não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. Ora, isto significa, no que diz respeito, que devemos deixar de lado pelo menos parte da desculpa bibliográfica" (p. 190).

Não devemos considerar a teoria como algo incontestável, devemos analisar o objeto além do que a teoria nos diz. Ela tem um papel muito importante nas nossas análises (mediadoras e limitações), sendo um risco irmos a campo com resultados já definido do que

vamos encontrar a partir da teoria. Ou seja, ao mesmo tempo em que ela é necessária, pode-se também, tornar-se uma armadilha para o pesquisador.

Geertz (1978) também problematiza essa questão da teoria, mostrando que muitas vezes os pesquisadores utilizam-se das teorias como a 'chave para o universo', sendo apresentadas a partir da visão do pesquisador sem qualquer tentativa de analisá-la de forma diferente. Devemos pensar na "maneira pela qual a teoria é usada – investigar a importância não aparente das coisas..." (p. 18), no plano do empírico realizando uma descrição, em que a análise é escolher entre as estruturas de significação. Para ele teorias têm que sobreviver às realidades que estão por vir, sendo úteis as novas interpretações.

Partindo das discussões apresentadas, resumimos que a dialética ascendente leva em consideração a teoria e o empírico, onde o tema da pesquisa é importante:

> Primeiro, **escolher um tema é caracterizar** um determinado processo como **relevante para uma investigação**, ou seja, discernir – não apenas no fato de observá-lo ou de ver sua importância salientada pela sociedade – um assunto digno de estudo [...] a escolha de um tema se faz porque está relacionada com um **sistema de valores** e com as **convicções** últimas do indivíduo que o escolhe, e é assim que adquire um **significado valorativo determinado** (MARRE, 1991, p. 10 - Grifo nosso).

Caracterizamos como tema da pesquisa, a estrangeirização de terras no Mato Grosso do Sul e os impactos e as resistência desse processo no campesinato organizado por meio do MST e dos indígenas Guarani e Kaiowá no município de Rio Brilhante, que tem o maior índice de produção de cana de açúcar, devido à presença da empresa francesa Louis Dreyfus Commodities, que controla duas das três usinas do município: a Biosev - Unidade Rio Brilhante e a LDC SEV - Unidade Passa Tempo, as suas produções neste estado representam aproximadamente 27% da empresa (BATISTA, 2014), bem como da usina São Fernando com capital do Brasil e dos Emirados Árabes.

A dialética descendente pressupõe que o tema escolhido e as hipóteses têm dimensões operacionais que permitem captar a realidade empírica, em que "a questão que se coloca na análise da dialética descendente agora, é saber como transformar o problema formulado em uma sequência de atos operacionais de tal forma que se permita a concretização e a viabilidade empírica da investigação" (MARRE, 1991, p. 16). Ou seja, é a transformação do problema teórico em operacional/metodologia, não podendo separar a metodologia da teoria. Assim, quando a operacionalização é efetivada, convém se questionar os tipos de

amostras que se pode fazer e através de que técnicas se poderão coletar os dados, amostras estas que podem ser qualitativas ou quantitativas (MARRE, 1991).

Kaiser (2006) aponta que a “pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si” (p. 97), o pesquisador não deve ir a campo sem entender o objeto da pesquisa e suas relações num todo, ele deve levantar hipóteses, por isso pesquisamos primeiramente a nível teórico antes de irmos a campo.

Neste sentido, para dar suporte a esta pesquisa discutiremos diferentes procedimentos metodológicos, com a finalidade de produzir informações quantitativas e qualitativas. Apresentando as metodologias para as fontes de dados quantitativos do DATALUTA e CIMI e posteriormente, as metodologias de pesquisa qualitativas que abarcarão dentro do trabalho de campo as entrevistas e a observação participante, os bancos de informações qualitativas, bem como as dificuldades para aplicações das metodologias.

1.1 – Produções de informações quantitativas

Inicialmente apresentaremos os dois bancos de dados que foram de fundamental importância para dar suporte à pesquisa: o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e os dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Esses dados são quantitativos e nos permitiram desenvolver os mapas, quadros, tabelas e gráficos que foram analisados no trabalho

As ideias iniciais sobre a existência do DATALUTA, surgiram durante a elaboração da tese de doutorado de Bernardo Mançano Fernandes, finalizada em 1999, que necessitou de dados sistematizados para o desenvolvimento de seu trabalho. Assim, surge o projeto de extensão DATALUTA, realizado no Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) através da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". O DATALUTA constituí num banco de dados sobre o campo brasileiro, compondo as seguintes categorias: movimentos socioterritoriais e suas duas formas de atuação: ocupações de terras e manifestações do campo, estrutura fundiária, assentamentos rurais e estrangeirização de terras. Esses dados são confrontados a partir de diferentes fontes como a CPT, a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rede DATALUTA etc.

Para a pesquisa utilizamos os dados de movimentos socioterritoriais, estrutura fundiária, manifestações do campo, ocupações de terras e estrangeirização de terras da qual será apresentada de forma detalhada devido à importância da temática da pesquisa e a participação da referida autora na sistematização direta dos dados.

A categoria Estrangeirização de Terras foi criada em 2013 envolvendo a Rede DATALUTA. Ela consiste na sistematização de notícias retiradas dos jornais nacionais e estrangeiros com a temática de estudo no Brasil compondo o banco de dados. Além dele a categoria tem um Acervo Bibliográfico Digital[1] com o arquivamento, trabalhos da academia, de pesquisas realizadas por empresas privadas, por órgãos públicos, por organizações não governamentais e pelos movimentos socioespaciais e dos documentos oficiais sobre estrangeirização de terras.

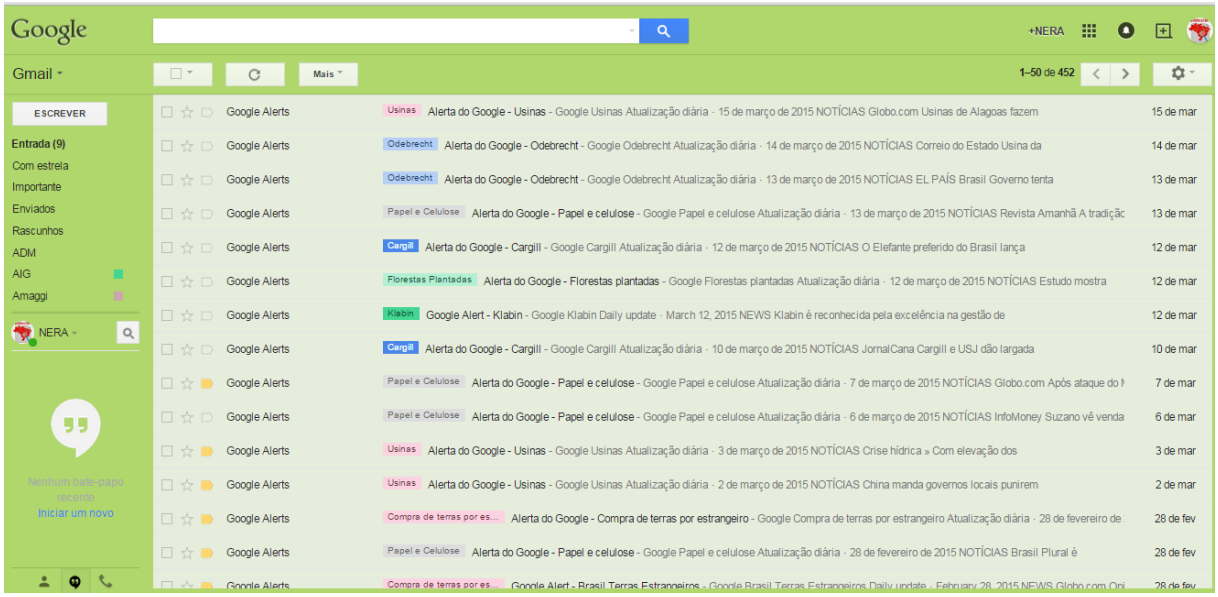
[1] Será apresentado no próximo subcapítulo de forma detalhada.

Para a sistematização dos dados quantitativos desta categoria partimos de diferentes fontes: sites, grupos de pesquisas, jornais etc. As primeiras fontes de investigação correspondem ao Grain (http://www.grain.org/), LandMatrix (http://www.landmatrix.org/en/) e Rede DATALUTA que é composta por grupos de pesquisas que tem o DATALUTA como projeto em comum, são eles: Laboratório de Geografia Agrária - Universidade Federal de Uberlândia; Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - Universidade Estadual do Oeste do Paraná; o Núcleo de Estudos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal - Universidade Federal do Mato Grosso; o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato - Universidade Federal da Paraíba; Laboratório de Estudos Territoriais - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; o Laboratório de Estudos Rurais - Universidade Federal do Sergipe e o Observatório dos Conflitos no Campo - Universidade Federal do Espírito Santo.

Nas segundas fontes de investigação temos as pesquisas nos sites e jornais online que são: Exame, Valor Econômico, Proprietários do Brasil (http://proprietariosdobrasil.org.br/), Repórter Brasil. E em terceiro caso dos jornais de escala nacional: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Brasil de Fato, por meio do DATALUTA Jornal. Para complementar essas fontes utilizamos o *Alertas Google*, que permite o acompanhamento das informações com as palavras chaves cadastradas, neste caso o nome de cada empresa que foi identificada a partir das notícias, as palavras estrangeirização de terras, aquisição de terras por estrangeiros e l*and grabbing*, como mostra a figura 1.

Figura 1: E-mail Alerta Google – Notícias

Estrangeirização

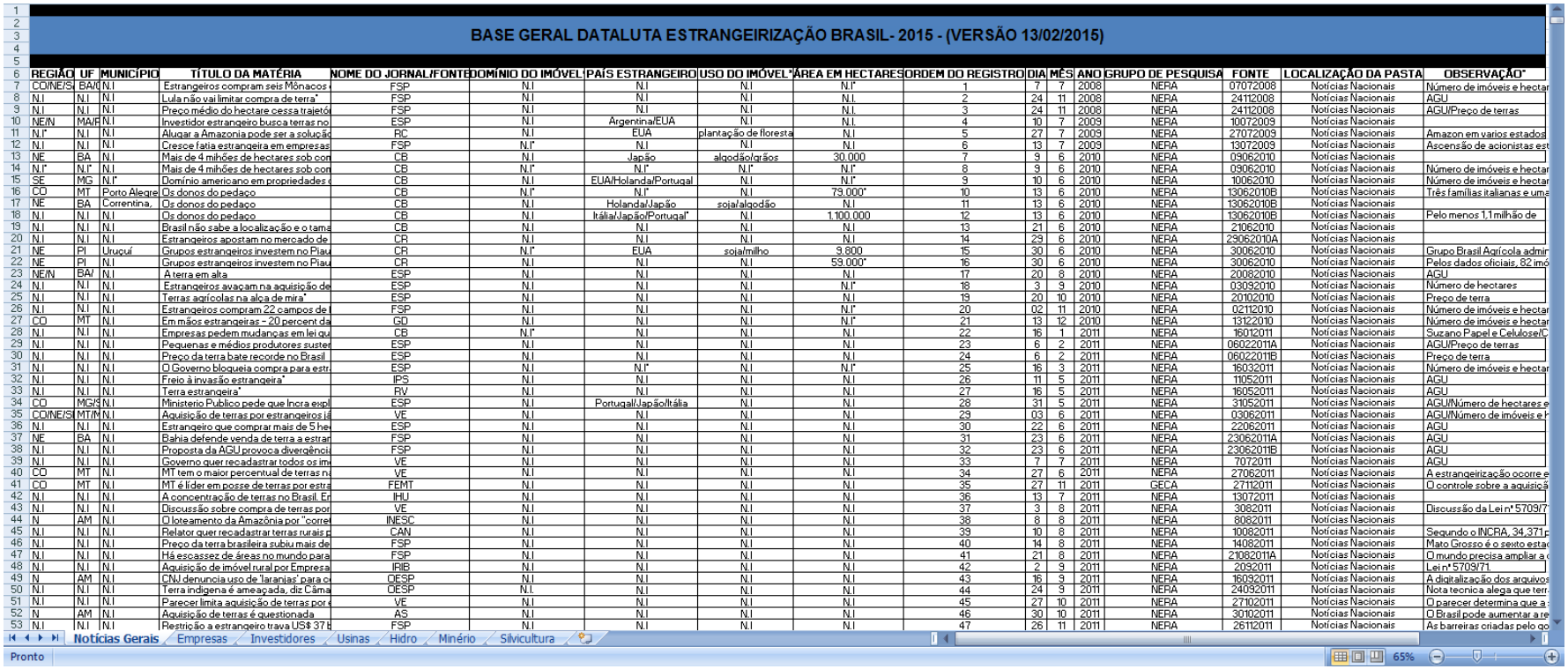


Fonte: Gmail, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

As notícias coletadas são passadas para o formato em *pdf* com todas as informações de localização dos dados (como o link e data de acesso), os arquivos são salvos e são nomeadas com a nomenclatura da fonte, fonte e título. Elas são arquivadas em uma pasta denominada Notícias Nacionais ou Notícias Internacionais e sistematizadas na planilha do DATALUTA Estrangeirização Geral, que esta representada na figura 2.

Vale ressaltar que esta planilha contém diferentes abas de acordo com as temáticas da pesquisa, como investidores (fundos), usinas, hidro (estrangeirização da água), minério, silvicultura e empresas que será apresentado detalhadamente. Assim, cada aba da planilha corresponde a diferentes informações, bem como notícias de acordo com as temáticas.

Figura 2: Planilha do DATALUTA Estrangeirização Geral



BASE GERAL DATALUTA ESTRANGEIRIZAÇÃO BRASIL- 2015 - (VERSÃO 13/02/2015)

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	TÍTULO DA MATÉRIA	NOME DO JORNAL/FONTE	DOMÍNIO DO IMÓVEL	PAÍS ESTRANGEIRO	USO DO IMÓVEL	ÁREA EM HECTARES	ORDEM DO REGISTRO	DIA	MÊS	ANO	GRUPO DE PESQUISA	FONTE	LOCALIZAÇÃO DA PASTA	OBSERVAÇÃO
CO/NE/S	BA/	N.I	Estrangeiros compram seis Mônacos	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	1	7	7	2008	NERA	07072008	Notícias Nacionais	Número de imóveis e hectar
N.I	N.I	N.I	Lula não vai limitar compra de terra*	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	2	24	11	2008	NERA	24112008	Notícias Nacionais	AGU
N.I	N.I	N.I	Preço médio do hectare cessa trajetó	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	3	24	11	2008	NERA	24112008	Notícias Nacionais	AGU/Preço de terras
NE/N	MA/P	N.I	Investidor estrangeiro busca terras no	ESP	N.I	Argentina/EUA	N.I	N.I	4	10	7	2009	NERA	10072009	Notícias Nacionais	
N.I*	N.I	N.I	Alugar a Amazonia pode ser a solução	RC	N.I	EUA	plantação de floresta	N.I	5	27	7	2009	NERA	27072009	Notícias Nacionais	Amazon em varios estados
N.I	N.I	N.I	Cresce fatia estrangeira em empresas	FSP	N.I*	N.I	N.I	N.I	6	13	7	2009	NERA	13072009	Notícias Nacionais	Ascensão de acionistas est
NE	BA	N.I	Mais de 4 milhões de hectares sob con	CB	N.I	Japão	algodão/grãos	30.000	7	9	6	2010	NERA	09062010	Notícias Nacionais	
N.I*	N.I*	N.I	Mais de 4 milhões de hectares sob con	CB	N.I*	N.I*	N.I*	N.I*	8	9	6	2010	NERA	09062010	Notícias Nacionais	Número de imóveis e hectar
SE	MG	N.I*	Domínio americano em propriedades	CB	N.I	EUA/Holanda/Portugal	N.I	N.I*	9	10	6	2010	NERA	10062010	Notícias Nacionais	Número de imóveis e hectar
CO	MT	Porto Alegre	Os donos do pedaço	CB	N.I*	N.I*	N.I	79.000*	10	13	6	2010	NERA	13062010B	Notícias Nacionais	Três famílias italianas e uma
NE	BA	Correntina,	Os donos do pedaço	CB	N.I	Holanda/Japão	soja/algodão	N.I	11	13	6	2010	NERA	13062010B	Notícias Nacionais	
N.I	N.I	N.I	Os donos do pedaço	CB	N.I	Itália/Japão/Portugal*	N.I	1.100.000	12	13	6	2010	NERA	13062010B	Notícias Nacionais	Pelo menos 1,1 milhão de
N.I	N.I	N.I	Brasil não sabe a localização e o tams	CB	N.I	N.I	N.I	N.I	13	21	6	2010	NERA	21062010	Notícias Nacionais	
N.I	N.I	N.I	Estrangeiros apostam no mercado de	CR	N.I	N.I	N.I	N.I	14	29	6	2010	NERA	29062010A	Notícias Nacionais	
NE	PI	Uruçuí	Grupos estrangeiros investem no Piau	CR	N.I*	EUA	soja/milho	9.800	15	30	6	2010	NERA	30062010	Notícias Nacionais	Grupo Brasil Agrícola admir
NE	PI	N.I	Grupos estrangeiros investem no Piau	CR	N.I	N.I	N.I	53.000*	16	30	6	2010	NERA	30062010	Notícias Nacionais	Pelos dados oficiais, 82 imó
NE/N	BA/	N.I	A terra em alta	ESP	N.I	N.I	N.I	N.I	17	20	8	2010	NERA	20082010	Notícias Nacionais	AGU
N.I	N.I	N.I	Estrangeiros avaçam na aquisição de	ESP	N.I	N.I	N.I	N.I*	18	3	3	2010	NERA	03092010	Notícias Nacionais	Número de hectares
N.I	N.I	N.I	Terras agrícolas na alça de mira*	ESP	N.I	N.I	N.I	N.I	19	20	10	2010	NERA	20102010	Notícias Nacionais	Preço de terra
N.I	N.I	N.I	Estrangeiros compram 22 campos de	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I*	20	02	11	2010	NERA	02112010	Notícias Nacionais	Número de imóveis e hectar
CO	MT	N.I	Em mãos estrangeiras - 20 percent da	GD	N.I	N.I	N.I	N.I*	21	13	12	2010	NERA	13122010	Notícias Nacionais	Número de imóveis e hectar
N.I	N.I	N.I	Empresas pedem mudanças em lei qu	CB	N.I*	N.I	N.I	N.I	22	16	1	2011	NERA	16012011	Notícias Nacionais	Suzano Papel e Celulose/C
N.I	N.I	N.I	Pequenas e médios produtores suster	ESP	N.I	N.I	N.I	N.I	23	6	2	2011	NERA	06022011A	Notícias Nacionais	AGU/Preço de terras
N.I	N.I	N.I	Preço da terra bate recorde no Brasil	ESP	N.I	N.I	N.I	N.I	24	6	2	2011	NERA	06022011B	Notícias Nacionais	Preço de terra
N.I	N.I	N.I	O Governo bloqueia compra para estr	ESP	N.I	N.I*	N.I	N.I*	25	16	3	2011	NERA	16032011	Notícias Nacionais	Número de imóveis e hectar
N.I	N.I	N.I	Freio à invasão estrangeira*	IPS	N.I	N.I	N.I	N.I	26	11	5	2011	NERA	11052011	Notícias Nacionais	AGU
N.I	N.I	N.I	Terra estrangeira*	RV	N.I	N.I	N.I	N.I	27	16	5	2011	NERA	16052011	Notícias Nacionais	AGU
CO	MG/S	N.I	Ministerio Publico pede que Incra expl	ESP	N.I	Portugal/Japão/Itália	N.I	N.I	28	31	5	2011	NERA	31052011	Notícias Nacionais	AGU/Número de hectares e
CO/NE/S	MT/M	N.I	Aquisição de terras por estrangeiros já	VE	N.I	N.I	N.I	N.I	29	03	6	2011	NERA	03062011	Notícias Nacionais	AGU/Número de imóveis e h
N.I	N.I	N.I	Estrangeiro que comprar mais de 5 he	ESP	N.I	N.I	N.I	N.I	30	22	6	2011	NERA	22062011	Notícias Nacionais	AGU
NE	BA	N.I	Bahia defende venda de terra a estran	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	31	23	6	2011	NERA	23062011A	Notícias Nacionais	AGU
N.I	N.I	N.I	Proposta da AGU provoca divergência	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	32	23	6	2011	NERA	23062011B	Notícias Nacionais	AGU
N.I	N.I	N.I	Governo quer recadastrar todos os im	VE	N.I	N.I	N.I	N.I	33	7	7	2011	NERA	7072011	Notícias Nacionais	AGU
CO	MT	N.I	MT tem o maior percentual de terras n	VE	N.I	N.I	N.I	N.I	34	27	6	2011	NERA	27062011	Notícias Nacionais	A estrangeirização ocorre e
CO	MT	N.I	MT é líder em posse de terras por estra	FEMT	N.I	N.I	N.I	N.I	35	27	11	2011	GECA	27112011	Notícias Nacionais	O controle sobre a aquisiçã
N.I	N.I	N.I	A concentração de terras no Brasil. Er	IHU	N.I	N.I	N.I	N.I	36	13	7	2011	NERA	13072011	Notícias Nacionais	
N.I	N.I	N.I	Discussão sobre compra de terras por	VE	N.I	N.I	N.I	N.I	37	3	8	2011	NERA	3082011	Notícias Nacionais	Discussão da Lei n° 5709/7
N	AM	N.I	O loteamento da Amazônia por "corret	INESC	N.I	N.I	N.I	N.I	38	8	8	2011	NERA	8082011	Notícias Nacionais	
N.I	N.I	N.I	Relator quer recadastrar terras rurais p	CAN	N.I	N.I	N.I	N.I	39	10	8	2011	NERA	10082011	Notícias Nacionais	Segundo o INCRA, 34,371 m
N.I	N.I	N.I	Preço da terra brasileira subiu mais de	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	40	14	8	2011	NERA	14082011	Notícias Nacionais	Mato Grosso é o sexto estad
N.I	N.I	N.I	Há escassez de áreas no mundo para	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	41	21	8	2011	NERA	21082011A	Notícias Nacionais	O mundo precisa ampliar a
N.I	N.I	N.I	Aquisição de imóvel rural por Empresa	IRIB	N.I	N.I	N.I	N.I	42	2	9	2011	NERA	2092011	Notícias Nacionais	Lei n° 5709/71.
N	AM	N.I	CNJ denuncia uso de 'laranjas' para c	OESP	N.I	N.I	N.I	N.I	43	16	9	2011	NERA	16092011	Notícias Nacionais	A digitalização dos arquivos
N.I	N.I	N.I	Terra indígena é ameaçada, diz Câma	OESP	N.I.	N.I	N.I	N.I	44	24	9	2011	NERA	24092011	Notícias Nacionais	Nota tecnica alega que terr
N.I	N.I	N.I	Parecer limita aquisição de terras por	VE	N.I	N.I	N.I	N.I	45	27	10	2011	NERA	27102011	Notícias Nacionais	O parecer determina que a
N	AM	N.I	Aquisição de terras é questionada	AS	N.I	N.I	N.I	N.I	46	30	10	2011	NERA	30102011	Notícias Nacionais	O Brasil pode aumentar a re
N.I	N.I	N.I	Restrição a estrangeiro trava US$ 37 b	FSP	N.I	N.I	N.I	N.I	47	26	11	2011	NERA	26112011	Notícias Nacionais	As barreiras criadas pelo go

Notícias Gerais | Empresas | Investidores | Usinas | Hidro | Minério | Silvicultura

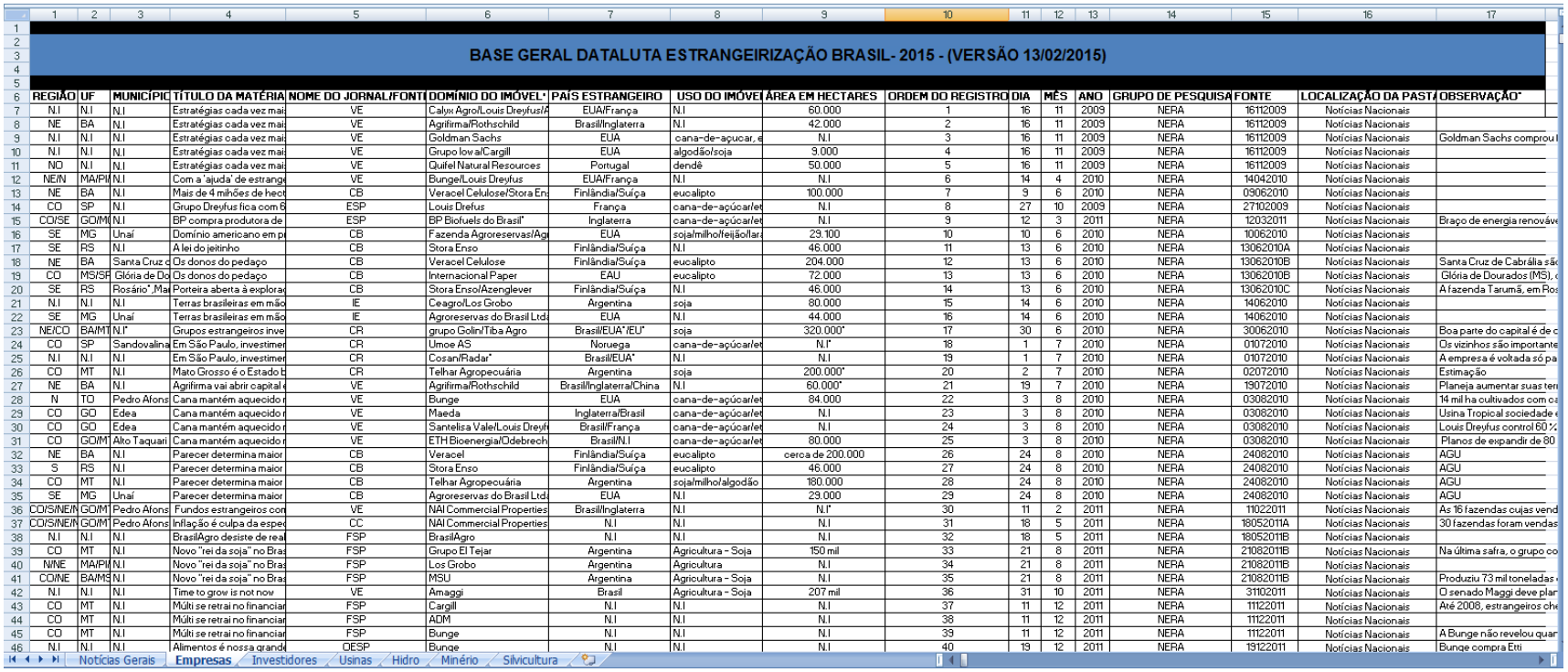
Pronto

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Como podemos observar através da figura 2, a primeira coluna da planilha corresponde à região citada pela notícia selecionada, seguida da unidade federativa, dos municípios, do título da matéria, do nome do jornal/fonte, do domínio do imóvel (que refere-se à empresa transnacional/governo/país/parceria entre empresas etc.), país estrangeiro (que pertence tais informações encontradas na coluna anterior), o uso do imóvel (qual a finalidade do imóvel: agricultura, pecuária, indústria, mineração, madeira, *commodities* etc.), o tamanho da área em hectares (a unidade de medida que foi passada pela notícia deve ser convertida para melhor sistematização dos dados), a ordem do registro, a data da matéria separa pelas colunas dias, mês e ano, o grupo de pesquisa (que selecionou a notícia por meio da Rede DATALUTA); a fonte (que é a data da notícia), a localização da pasta (que a notícia foi retirada, neste caso Notícias Nacionais) e por fim, a observação (nesta coluna pode-se transmitir informações que o pesquisador julgou serem necessárias para o compreender a notícia). Vale ressaltar, que quando as informações não foram obtidas por meio da notícia são marcadas pela sigla N.I que significa "Não Identificado".

A partir da coluna "Domínio do Imóvel" foi criada outra planilha que se dedica a obter informações somente das empresas através da coleta das notícias dos jornais (figura 3), com a mesma metodologia de preenchimento da Planilha Geral, uma segunda planilha com informações gerais aprofundadas dos dados para a quantificação (figura 4) e também outra metodologia para salvar as notícias selecionadas.

Figura 3: Planilha do DATALUTA Estrangeirização Empresas - Notícias



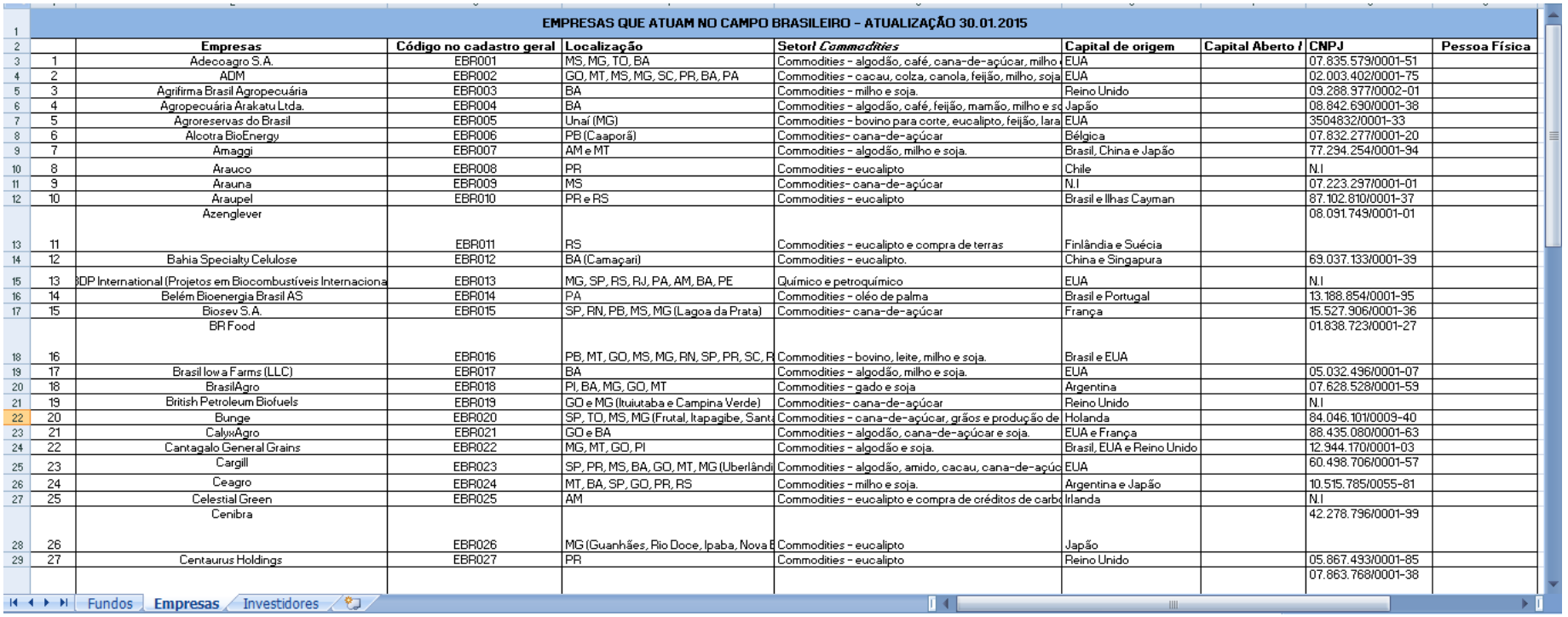
BASE GERAL DATALUTA ESTRANGEIRIZAÇÃO BRASIL- 2015 - (VERSÃO 13/02/2015)

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	TÍTULO DA MATÉRIA	NOME DO JORNAL/FONTE	DOMÍNIO DO IMÓVEL*	PAÍS ESTRANGEIRO	USO DO IMÓVEL	ÁREA EM HECTARES	ORDEM DO REGISTRO	DIA	MÊS	ANO	GRUPO DE PESQUISA	FONTE	LOCALIZAÇÃO DA PASTA	OBSERVAÇÃO*
N.I	N.I	N.I	Estratégias cada vez mai	VE	Calyx Agro/Louis Dreyfus/A	EUA/França	N.I	60.000	1	16	11	2009	NERA	16112009	Notícias Nacionais	
NE	BA	N.I	Estratégias cada vez mai	VE	Agrifirma/Rothschild	Brasil/Inglaterra	N.I	42.000	2	16	11	2009	NERA	16112009	Notícias Nacionais	
N.I	N.I	N.I	Estratégias cada vez mai	VE	Goldman Sachs	EUA	cana-de-açucar, e	N.I	3	16	11	2009	NERA	16112009	Notícias Nacionais	Goldman Sachs comprou
N.I	N.I	N.I	Estratégias cada vez mai	VE	Grupo Iowa/Cargill	EUA	algodão/soja	9.000	4	16	11	2009	NERA	16112009	Notícias Nacionais	
NO	N.I	N.I	Estratégias cada vez mai	VE	Quifel Natural Resources	Portugal	dendê	50.000	5	16	11	2009	NERA	16112009	Notícias Nacionais	
NE/N	MA/PI	N.I	Com a "ajuda" de estrang	VE	Bunge/Louis Dreyfus	EUA/França	N.I	N.I	6	14	4	2010	NERA	14042010	Notícias Nacionais	
NE	BA	N.I	Mais de 4 milhões de hect	CB	Veracel Celulose/Stora En	Finlândia/Suíça	eucalipto	100.000	7	9	6	2010	NERA	09062010	Notícias Nacionais	
CO	SP	N.I	Grupo Dreyfus fica com 6	ESP	Louis Drefus	França	cana-de-açúcar/et	N.I	8	27	10	2009	NERA	27102009	Notícias Nacionais	
CO/SE	GO/MS	N.I	BP compra produtora de	ESP	BP Biofuels do Brasil*	Inglaterra	cana-de-açúcar/et	N.I	9	12	3	2011	NERA	12032011	Notícias Nacionais	Braço de energia renováve
SE	MG	Unaí	Domínio americano em p	CB	Fazenda Agroreservas/Agr	EUA	soja/milho/feijão/lar	29.100	10	10	6	2010	NERA	10062010	Notícias Nacionais	
SE	RS	N.I	A lei do jeitinho	CB	Stora Enso	Finlândia/Suíça	N.I	46.000	11	13	6	2010	NERA	13062010A	Notícias Nacionais	
NE	BA	Santa Cruz d	Os donos do pedaço	CB	Veracel Celulose	Finlândia/Suíça	eucalipto	204.000	12	13	6	2010	NERA	13062010B	Notícias Nacionais	Santa Cruz de Cabrália sã
CO	MS/SP	Glória de Do	Os donos do pedaço	CB	Internacional Paper	EAU	eucalipto	72.000	13	13	6	2010	NERA	13062010B	Notícias Nacionais	Glória de Dourados (MS),
SE	RS	Rosário*,Mai	Porteira aberta à explorac	CB	Stora Enso/Azenglever	Finlândia/Suíça	N.I	46.000	14	13	6	2010	NERA	13062010C	Notícias Nacionais	A fazenda Tarumã, em Ros
N.I	N.I	N.I	Terras brasileiras em mão	IE	Ceagro/Los Grobo	Argentina	soja	80.000	15	14	6	2010	NERA	14062010	Notícias Nacionais	
SE	MG	Unaí	Terras brasileiras em mão	IE	Agroreservas do Brasil Ltda	EUA	N.I	44.000	16	14	6	2010	NERA	14062010	Notícias Nacionais	
NE/CO	BA/MT	N.I*	Grupos estrangeiros inve	CR	grupo Golin/Tiba Agro	Brasil/EUA*/EU*	soja	320.000*	17	30	6	2010	NERA	30062010	Notícias Nacionais	Boa parte do capital é de c
CO	SP	Sandovalina	Em São Paulo, investimer	CR	Umoe AS	Noruega	cana-de-açúcar/et	N.I*	18	1	7	2010	NERA	01072010	Notícias Nacionais	Os vizinhos são importante
N.I	N.I	N.I	Em São Paulo, investimer	CR	Cosan/Radar*	Brasil/EUA*	N.I	N.I	19	1	7	2010	NERA	01072010	Notícias Nacionais	A empresa é voltada só pa
CO	MT	N.I	Mato Grosso é o Estado b	CR	Telhar Agropecuária	Argentina	soja	200.000*	20	2	7	2010	NERA	02072010	Notícias Nacionais	Estimação
NE	BA	N.I	Agrifirma vai abrir capital	VE	Agrifirma/Rothschild	Brasil/Inglaterra/China	N.I	60.000*	21	19	7	2010	NERA	19072010	Notícias Nacionais	Planeja aumentar suas ter
N	TO	Pedro Afons	Cana mantém aquecido r	VE	Bunge	EUA	cana-de-açúcar/et	84.000	22	3	8	2010	NERA	03082010	Notícias Nacionais	14 mil ha cultivados com ca
CO	GO	Edea	Cana mantém aquecido r	VE	Maeda	Inglaterra/Brasil	cana-de-açúcar/et	N.I	23	3	8	2010	NERA	03082010	Notícias Nacionais	Usina Tropical sociedade
CO	GO	Edea	Cana mantém aquecido r	VE	Santelisa Vale/Louis Dreyf	Brasil/França	cana-de-açúcar/et	N.I	24	3	8	2010	NERA	03082010	Notícias Nacionais	Louis Dreyfus control 60 %
CO	GO/MT	Alto Taquari	Cana mantém aquecido r	VE	ETH Bioenergia/Odebrech	Brasil/N.I	cana-de-açúcar/et	80.000	25	3	8	2010	NERA	03082010	Notícias Nacionais	Planos de expandir de 80
NE	BA	N.I	Parecer determina maior	CB	Veracel	Finlândia/Suíça	eucalipto	cerca de 200.000	26	24	8	2010	NERA	24082010	Notícias Nacionais	AGU
S	RS	N.I	Parecer determina maior	CB	Stora Enso	Finlândia/Suíça	eucalipto	46.000	27	24	8	2010	NERA	24082010	Notícias Nacionais	AGU
CO	MT	N.I	Parecer determina maior	CB	Telhar Agropecuária	Argentina	soja/milho/algodão	180.000	28	24	8	2010	NERA	24082010	Notícias Nacionais	AGU
SE	MG	Unaí	Parecer determina maior	CB	Agroreservas do Brasil Ltda	EUA	N.I	29.000	29	24	8	2010	NERA	24082010	Notícias Nacionais	AGU
CO/S/NE/N	GO/MT	Pedro Afons	Fundos estrangeiros com	VE	NAI Commercial Properties	Brasil/Inglaterra	N.I	N.I*	30	11	2	2011	NERA	11022011	Notícias Nacionais	As 16 fazendas cujas vend
CO/S/NE/N	GO/MT	Pedro Afons	Inflação é culpa da espec	CC	NAI Commercial Properties	N.I	N.I	N.I	31	18	5	2011	NERA	18052011A	Notícias Nacionais	30 fazendas foram vendas
N.I	N.I	N.I	BrasilAgro desiste de real	FSP	BrasilAgro	N.I	N.I	N.I	32	18	5	2011	NERA	18052011B	Notícias Nacionais	
CO	MT	N.I	Novo "rei da soja" no Bras	FSP	Grupo El Tejar	Argentina	Agricultura - Soja	150 mil	33	21	8	2011	NERA	21082011B	Notícias Nacionais	Na última safra, o grupo co
N/NE	MA/PI	N.I	Novo "rei da soja" no Bras	FSP	Los Grobo	Argentina	Agricultura	N.I	34	21	8	2011	NERA	21082011B	Notícias Nacionais	
CO/NE	BA/MS	N.I	Novo "rei da soja" no Bras	FSP	MSU	Argentina	Agricultura - Soja	N.I	35	21	8	2011	NERA	21082011B	Notícias Nacionais	Produziu 73 mil toneladas
N.I	N.I	N.I	Time to grow is not now	VE	Amaggi	Brasil	Agricultura - Soja	207 mil	36	31	10	2011	NERA	31102011	Notícias Nacionais	O senado Maggi deve plan
CO	MT	N.I	Múlti se retrai no financian	FSP	Cargill	N.I	N.I	N.I	37	11	12	2011	NERA	11122011	Notícias Nacionais	Até 2008, estrangeiros che
CO	MT	N.I	Múlti se retrai no financian	FSP	ADM	N.I	N.I	N.I	38	11	12	2011	NERA	11122011	Notícias Nacionais	
CO	MT	N.I	Múlti se retrai no financian	FSP	Bunge	N.I	N.I	N.I	39	11	12	2011	NERA	11122011	Notícias Nacionais	A Bunge não revelou quan
N.I	N.I	N.I	Alimentos é nossa grande	OESP	Bunge	N.I	N.I	N.I	40	19	12	2011	NERA	19122011	Notícias Nacionais	Bunge compra Etti

Notícias Gerais | Empresas | Investidores | Usinas | Hidro | Minério | Silvicultura

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Figura 4: Planilha do DATALUTA Estrangeirização Empresas



EMPRESAS QUE ATUAM NO CAMPO BRASILEIRO - ATUALIZAÇÃO 30.01.2015

	Empresas	Código no cadastro geral	Localização	Setor/ *Commodities*	Capital de origem	Capital Aberto /	CNPJ	Pessoa Física
1	Adecoagro S.A.	EBR001	MS, MG, TO, BA	Commodities - algodão, café, cana-de-açúcar, milho	EUA		07.835.579/0001-51	
2	ADM	EBR002	GO, MT, MS, MG, SC, PR, BA, PA	Commodities - cacau, colza, canola, feijão, milho, soja	EUA		02.003.402/0001-75	
3	Agrifirma Brasil Agropecuária	EBR003	BA	Commodities - milho e soja.	Reino Unido		09.288.977/0002-01	
4	Agropecuária Arakatu Ltda.	EBR004	BA	Commodities - algodão, café, feijão, mamão, milho e so	Japão		08.842.690/0001-38	
5	Agroreservas do Brasil	EBR005	Unaí (MG)	Commodities - bovino para corte, eucalipto, feijão, lara	EUA		3504832/0001-33	
6	Alcotra BioEnergy	EBR006	PB (Caaporã)	Commodities- cana-de-açúcar	Bélgica		07.832.277/0001-20	
7	Amaggi	EBR007	AM e MT	Commodities - algodão, milho e soja.	Brasil, China e Japão		77.294.254/0001-94	
8	Arauco	EBR008	PR	Commodities - eucalipto	Chile		N.I	
9	Arauna	EBR009	MS	Commodities- cana-de-açúcar	N.I		07.223.297/0001-01	
10	Araupel	EBR010	PR e RS	Commodities - eucalipto	Brasil e Ilhas Cayman		87.102.810/0001-37	
11	Azenglever	EBR011	RS	Commodities - eucalipto e compra de terras	Finlândia e Suécia		08.091.749/0001-01	
12	Bahia Specialty Celulose	EBR012	BA (Camaçari)	Commodities - eucalipto.	China e Singapura		69.037.133/0001-39	
13	BDP International (Projetos em Biocombustíveis Internaciona	EBR013	MG, SP, RS, RJ, PA, AM, BA, PE	Químico e petroquímico	EUA		N.I	
14	Belém Bioenergia Brasil AS	EBR014	PA	Commodities - oléo de palma	Brasil e Portugal		13.188.854/0001-95	
15	Biosev S.A.	EBR015	SP, RN, PB, MS, MG (Lagoa da Prata)	Commodities- cana-de-açúcar	França		15.527.906/0001-36	
16	BR Food	EBR016	PB, MT, GO, MS, MG, RN, SP, PR, SC, R	Commodities - bovino, leite, milho e soja.	Brasil e EUA		01.838.723/0001-27	
17	Brasil Iowa Farms (LLC)	EBR017	BA	Commodities - algodão, milho e soja.	EUA		05.032.496/0001-07	
18	BrasilAgro	EBR018	PI, BA, MG, GO, MT	Commodities - gado e soja	Argentina		07.628.528/0001-59	
19	British Petroleum Biofuels	EBR019	GO e MG (Ituiutaba e Campina Verde)	Commodities- cana-de-açúcar	Reino Unido		N.I	
20	Bunge	EBR020	SP, TO, MS, MG (Frutal, Itapagibe, Sant	Commodities - cana-de-açúcar, grãos e produção de	Holanda		84.046.101/0009-40	
21	CalyxAgro	EBR021	GO e BA	Commodities - algodão, cana-de-açúcar e soja.	EUA e França		88.435.080/0001-63	
22	Cantagalo General Grains	EBR022	MG, MT, GO, PI	Commodities - algodão e soja.	Brasil, EUA e Reino Unido		12.944.170/0001-03	
23	Cargill	EBR023	SP, PR, MS, BA, GO, MT, MG (Uberlândi	Commodities - algodão, amido, cacau, cana-de-açúc	EUA		60.498.706/0001-57	
24	Ceagro	EBR024	MT, BA, SP, GO, PR, RS	Commodities - milho e soja.	Argentina e Japão		10.515.785/0055-81	
25	Celestial Green	EBR025	AM	Commodities - eucalipto e compra de créditos de carb	Irlanda		N.I	
26	Cenibra	EBR026	MG (Guanhães, Rio Doce, Ipaba, Nova E	Commodities - eucalipto	Japão		42.278.796/0001-99	
27	Centaurus Holdings	EBR027	PR	Commodities - eucalipto	Reino Unido		05.867.493/0001-85	
							07.863.768/0001-38	

Fundos | Empresas | Investidores

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

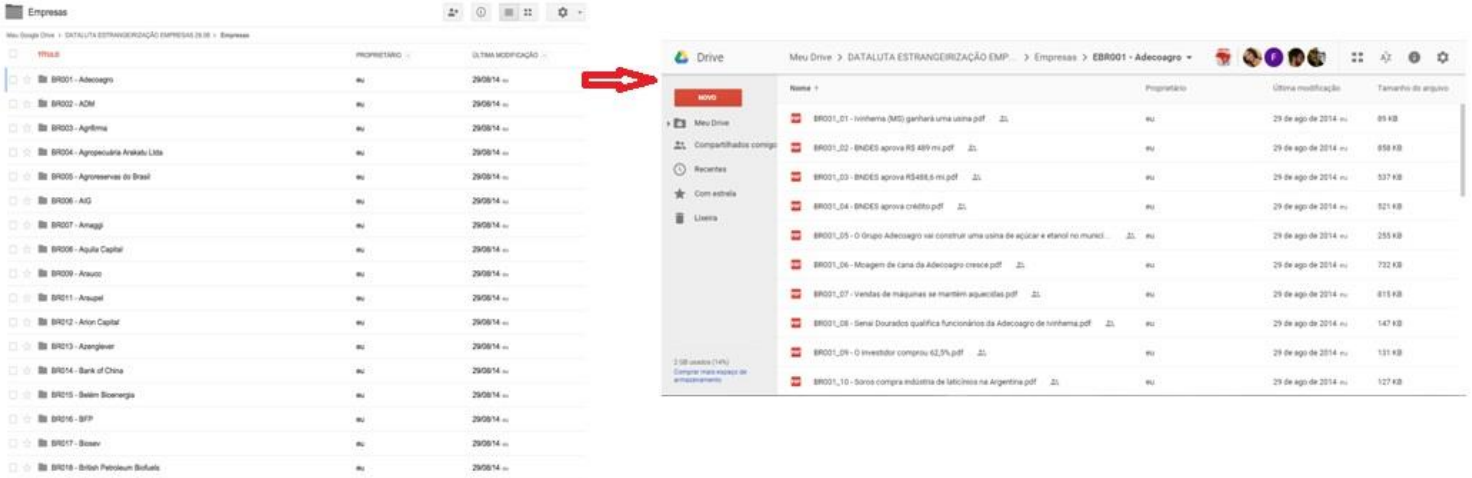
A segunda correspondente à figura 3, em que foi criada para dar subsídios a maiores informações sobre cada empresa identificada na categoria, permitindo filtrar informações e quantificar os dados encontrados. Neste sentido, ela possui oito colunas: primeiro o nome da empresa, seguido do código no cadastro geral (identificado por EBR seguido do numero, por exemplo, EBR001), a localização (de acordo com o estado e quando encontrado a cidade entre parênteses), o setor e *commodities* (que a empresa atua, por exemplo, na produção de milho), o capital de origem (no caso o país), o capital aberto e/ou fechado, seguido de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e de pessoa física.

Essas informações vão para um cadastro[2] onde são reunidas notícias em pastas de acordo com seus códigos (figura 4) e cada notícia tem seu arquivo renomeado conforme a empresa, por exemplo, "Empresa: Adecoagro; Pasta: BR001 - Adecoagro; Notícias contidas na pasta: BR001_01; BR001_02; BR001_03".

A figura 5, mostra como são arquivadas as notícias das empresas identificadas do DATALUTA.

[2] O cadastro será apresentado detalhadamente no item "Produções de informações qualitativas".

Figura 5: Pastas do DATALUTA Estrangeirização Empresas



Fonte: DATALUTA, 2015. Or. BUSCIOLI, L. D. (2015).

Outra fonte de dados quantitativos que utilizamos é o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que sistematiza dados relacionados aos povos indígenas no Brasil em Mato Grosso do Sul, que servirão como base para compreendermos a luta pela terra (reterritorialização) dos Guarani-Kaiowá no referido estado, por meio dos dados quantitativos e qualitativos dos assassinatos indígenas.

O CIMI foi criado em 1972 vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ligada a Igreja Católica Apostólica Romana. Segundo o site do CIMI ele atua sob os princípios:

> - o respeito a alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;
> - o protagonismo dos povos indígenas sendo o Cimi um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos;
> - a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural (CIMI, [20??], p. [1])[3]

Segundo o CIMI, sua atuação baseia-se vários seguimentos: terra, movimento indígena (parceiro na luta), alianças (em defesa dos direitos indígenas), formação a serviço da autonomia dos povos indígenas, educação, saúde e autossustentação, diálogo intercultural e inter-religioso e índios na cidade. Assim, o CIMI torna-se uma importante referência de dados quantitativos e qualitativos para os estudiosos da questão indígena no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

Os dados do CIMI são encontrados a partir de diversas fontes como jornais, sites, revistas, blogs e dados primários, sistematizados e publicados no relatório Brasil (figura 27) e em outros relatórios estaduais. Os dados são aprofundados na categoria violência contra os povos indígenas a nível Brasil, no caso do estado do MS o relatório é intitulado "As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul".

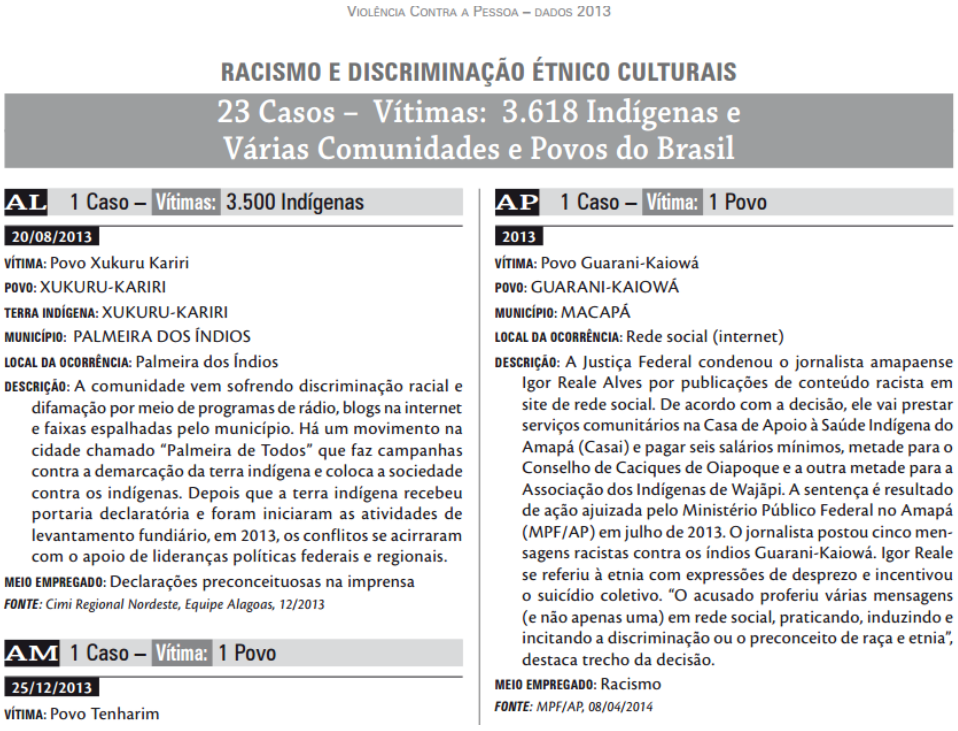
As fontes utilizadas pelo CIMI são: Ministério Público Federal, Campo Grande *News*, O Globo, Dourados *News*, *Topnews* Notícias, Repórter Nacional, *Caaraponews*, Correio do Estado, Jornal do dia, O Estado do MS, O Progresso online, Secretaria Especial de

[3] Publicação retirada do site do CIMI, sem data e numeração identificadas.

Saúde Indígena, Correio do Estado MS, MS Notícias, Jornal Dourados Agora, Agencia Brasil, Correio do Povo, Portal Guaira, Operação Amazônia Nativa, Agência de Jornalismo A Pública, CPT, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Greenpeace Brasil, site *UOL*, site G1, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES, Associação União das Aldeias Apinajé, Blog da Associação Apinaye, Regionais do CIMI e de fontes primárias dos próprios índios.

A figura 6 apresenta a sistematização dos dados do CIMI no Relatório "As Violências Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados 2013", publicado no ano de 2014.

Figura 6: Dados Sistematizados do CIMI – Relatório



VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA – DADOS 2013

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO CULTURAIS

23 Casos – Vítimas: 3.618 Indígenas e Várias Comunidades e Povos do Brasil

AL 1 Caso – Vítimas: 3.500 Indígenas

20/08/2013

VÍTIMA: Povo Xukuru Kariri
POVO: XUKURU-KARIRI
TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI
MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS ÍNDIOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Palmeira dos Índios
DESCRIÇÃO: A comunidade vem sofrendo discriminação racial e difamação por meio de programas de rádio, blogs na internet e faixas espalhadas pelo município. Há um movimento na cidade chamado "Palmeira de Todos" que faz campanhas contra a demarcação da terra indígena e coloca a sociedade contra os indígenas. Depois que a terra indígena recebeu portaria declaratória e foram iniciaram as atividades de levantamento fundiário, em 2013, os conflitos se acirraram com o apoio de lideranças políticas federais e regionais.
MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa
FONTE: *Cimi Regional Nordeste, Equipe Alagoas, 12/2013*

AM 1 Caso – Vítima: 1 Povo

25/12/2013

VÍTIMA: Povo Tenharim

AP 1 Caso – Vítima: 1 Povo

2013

VÍTIMA: Povo Guarani-Kaiowá
POVO: GUARANI-KAIOWÁ
MUNICÍPIO: MACAPÁ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rede social (internet)
DESCRIÇÃO: A Justiça Federal condenou o jornalista amapaense Igor Reale Alves por publicações de conteúdo racista em site de rede social. De acordo com a decisão, ele vai prestar serviços comunitários na Casa de Apoio à Saúde Indígena do Amapá (Casai) e pagar seis salários mínimos, metade para o Conselho de Caciques de Oiapoque e a outra metade para a Associação dos Indígenas de Wajãpi. A sentença é resultado de ação ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em julho de 2013. O jornalista postou cinco mensagens racistas contra os índios Guarani-Kaiowá. Igor Reale se referiu à etnia com expressões de desprezo e incentivou o suicídio coletivo. "O acusado proferiu várias mensagens (e não apenas uma) em rede social, praticando, induzindo e incitando a discriminação ou o preconceito de raça e etnia", destaca trecho da decisão.
MEIO EMPREGADO: Racismo
FONTE: *MPF/AP, 08/04/2014*

Fonte: CIMI, 2014. Org. BUSCIOLI, L. D.

Por estas informações, foi possível analisarmos as questões que envolvem os indígenas no Mato Grosso do Sul mostrando os principais conflitos e violências, a partir dos assassinatos indígenas que nos permitiu compreender como se dá as formas de resistências destes movimentos socioterritoriais.

Essas duas fontes de dados DATALUTA e CIMI, são importantes, pois nos ajudam a compreender as lutas nos campo através dos camponeses e indígenas, os impactos do avanço

do agronegócio da cana-de-açúcar, silvicultura, soja entre outros, nas relações desses sujeitos ocasionando a sua desterritorialização. Assim, essas fontes nos permitiram a partir da teoria e dos trabalhos de campo desenvolver um texto crítico sobre a temática.

1.2 – Produções de informações qualitativas

Para a produção de informações qualitativas utilizamos diversas metodologias que vão desde a criação de um banco de informações de teses e dissertações sobre a temática estudada, ao Acervo do DATALUTA Estrangeirização, o cadastro para as empresas, a aplicações de diferentes metodologias em trabalhos de campos que são entrevistas e observação participante. Assim, apresentaremos as metodologias que nos permitiram suprir com os objetivos da pesquisa.

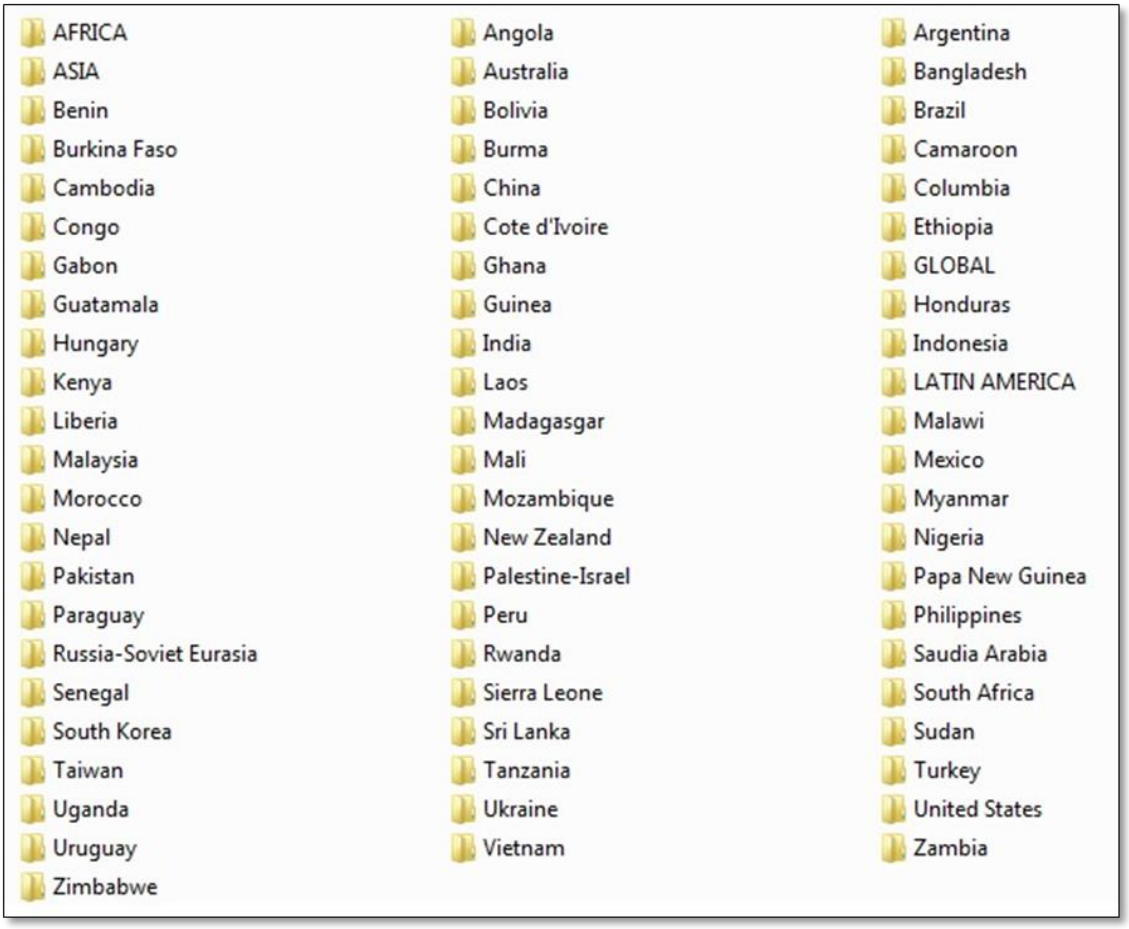
Iniciaremos apresentando o Acervo Bibliográfico Digital da categoria Estrangeirização, seguido do banco de informações criado pela autora e por fim as metodologias aplicadas nos trabalhos de campo já citadas.

O Acervo Bibliográfico Digital da categoria Estrangeirização de Terras, foi criado logo no surgimento da categoria Estrangeirização de Terras pelo DATALUTA, cujo objetivo é reunir trabalhos sobre a estrangeirização de terras no Brasil, através das publicações de trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, jornais, documentos dos movimentos sociais entre outros. Inicialmente os pesquisadores faziam as coletas de informações de 60 países como mostra a figura 7, mas devido ao tempo hábil da pesquisa, a partir de reuniões decidimos pesquisar Brasil e Moçambique, pois faziam parte das pesquisas realizadas no NERA e pela Rede DATALUTA, contribuindo para o aprofundamento das informações para esta pesquisa a nível nacional.

As fontes de dados para as pesquisas desses países e Brasil e Moçambique partiam de diferentes fontes encontradas nos seguintes sites:

- http://www.farmlandgrab.org;
- http://www.grain.org/;
- http://landportal.info/landmatrix;
- http://www.oaklandinstitute.org/;
- http://www.landcoalition.org/;
- http://www.fao.org/index_en.htm;
- http://viacampesina.org/en/.

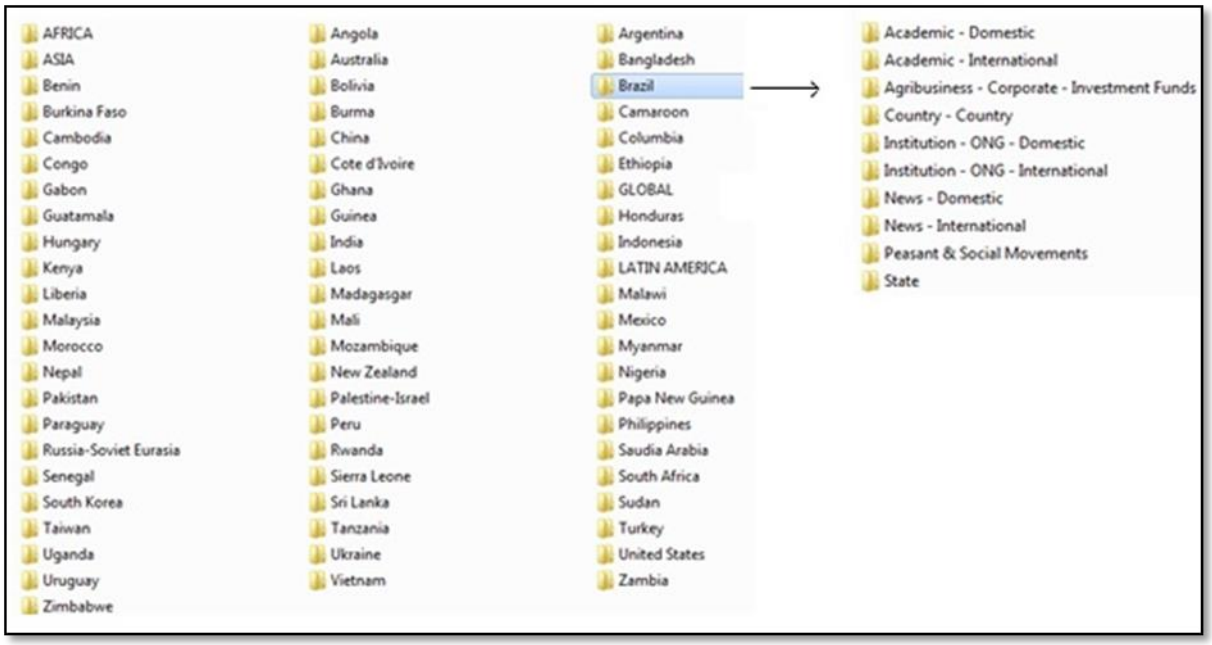
Figura 7: Acervo Bibliográfico Digital Estrangeirização de Terras



Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Dentro de cada pasta havia a sistematização de informações a partir de tipologias, como trabalhos acadêmicos nacionais e internacionais, notícias de jornais (que alimenta o banco de informações quantitativas da categoria), trabalhos realizados pelos movimentos socioespaciais, documentos oficiais entre outros. Essas informações estão apresentadas na figura 8.

Figura 8: Acervo Bibliográfico Digital – Pastas



Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Na pasta "*Academic – Domestic*" são inseridos os trabalhos e revistas acadêmicas publicadas pelos pesquisadores do país. A "*Academic – International*" correspondem às revistas e trabalhos acadêmicos publicados fora do país em questão. Os documentos publicados por empresas são inseridos na pasta "*Agribusiness – Corporate*". Os trabalhos inseridos na pasta "*Institution – NGO – Domestic*", são de instituições e ONGs que publicam pelo país e na pasta "*Institution – NGO – International*" são essas publicações em outros países sobre o país pesquisado.

As pastas "*News – Domestic*" e "*News – International*" são notícias de jornais publicados no país e publicados em outros países sobre o país estudado, respectivamente. Os trabalhos publicados pelos movimentos socioespaciais/socioterritoriais são inseridos na pasta "*Peasant & Social Moviments*". Os documentos oficiais são inseridos na pasta "*State*", seguido da pasta "*WB – IMF - G8*" que correspondem aos trabalhos feitos por essas instituições e outras internacionais financeiras, ou seja, por organizações intergovernamentais.

Vale ressaltar, que depois da mudança na pesquisa da qual aprofundamos as buscas pelos dois países, a pasta de "*Country – Country*" que correspondia às notícias publicadas sobre um país em outro é removida.

Após a coletada das notícias, elas são salvas em *pdf* para não houver modificação nas informações, os arquivos são nomeadas com a data do jornal, seguida da sigla/nome da fonte e título, por exemplo, "09122011 - Estado de SP - INCRA - compra de terra por estrangeiro será autorizada pelo Congresso".

Para as empresas que foram identificadas na categoria DATALUTA Estrangeirização Brasil, foi criado um cadastro para sistematização das informações qualitativas encontradas na categoria, expresso na figura 9.

Figura 9: Cadastro DATALUTA Estrangeirização Empresas



DATALUTA

Estrangeirização de terras - Brasil

Cadastro número
Data de abertura -

DATALUTA ESTRANGEIRIZAÇÃO BRASIL - CADASTRO

Nome da Empresa:

CNPJ:

Razão Social da Empresa:

Histórico da Empresa:

Capital da Empresa:

Investidores: primários e secundários (países)

Unidades, localização da empresa no Brasil (estados e municípios), área e commodities

Tipo de produção de *commodities*:

Investimento em infraestrutura:

Apoio do Estado brasileiro:

Conflitos com movimentos ou manifestações contra a empresa:

Fonte: DATALUTA, 2015.

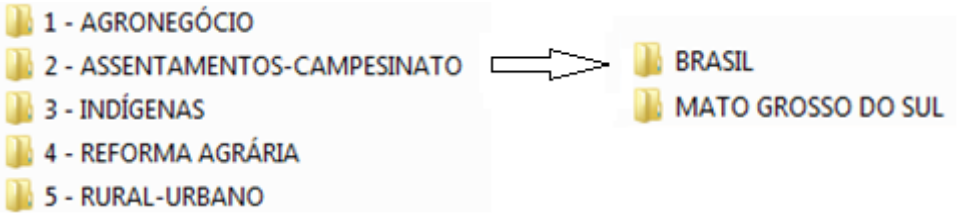
O cadastro procura mostrar a territorialização das empresas estrangeiras no Brasil. Primeiramente o pesquisador deve inserir o número do cadastro e o dia que a empresa foi cadastrada no banco de dados. Em seguida preencher com os dados qualitativos e quantitativos da empresa de acordo com as informações sistematizadas na categoria e a partir de outras fontes de pesquisas.

Inicialmente é preenchida a coluna nome da empresa, o CNPJ, a razão social, seguido do histórico da empresa (quando ocorreu a sua formação, quais os principais projetos, territorialização etc.), preencher o capital da empresa, os investidores primários e secundários dos países, a sua territorialização no Brasil (municípios e unidades federativas), o seu ramo produtor, se ocorreu investimento em infraestruturas por parte do Estado ou de outras empresas, qual o tipo de apoio que o Estado brasileiro deu e por fim os conflitos territoriais que estão envolvidos essas empresas.

No caso do banco de informações criado pela autora, as fontes são das universidades de nível estadual e federal, são elas: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP). As escolhas destas universidades ocorreram por serem as principais no estado pesquisado (UFGD e UEMS) e pela UNESP ser a universidade da referida autora, podendo contribuir e disseminar o conhecimento produzido. Neste sentido, criamos este banco de informações intitulado "Questão Agrária Brasil - Mato Grosso do Sul", para contribuir na busca de referenciais teóricos para esta pesquisa e para as futuras.

As teses e dissertações são armazenas juntas de acordo com a sua temática (tipologia) e escala. Dos trabalhos acadêmicos encontrados separamos as temáticas/tipologias em: agronegócio; assentamentos e campesinato; indígenas; reforma agrária; rural e urbano. Dentro de cada pasta há mais duas que mostram a escala do trabalho, neste caso Brasil e Mato Grosso do Sul, como mostra a figura 10.

Figura 10: Banco de informações "Questão Agrária Brasil - Mato Grosso do Sul"



Org. BUSCIOLI, L. D.

Além do Acervo Bibliográfico Digital e do banco de informações, também realizaremos os trabalhos de campo aplicando as metodologias de observação participante e

entrevistas. Para nós o trabalho de campo não é somente a ida a campo como muitas pesquisas tem feito, banalizando este termo que é desprovido de profundidade analítica, principalmente quando o objeto está na pesquisa qualitativa.

Partindo de Alentejano e Rocha-Leão (2006), entendemos que, para os geógrafos, o trabalho de campo é uma ferramenta fundamental, mas para não se tornar algo banal, tem-se que estar articulado com o método e com a teoria, ou seja, sendo capaz de conectar o empírico com o teórico. Complementando o autor, as metodologias realizadas a ida a campo, também são importantes.

Como afirma Turra Neto (2012):

> De qualquer forma, creio que ainda não foram colocadas, pelo menos não com a frequência que poderia levar a alguma visibilidade, questões sobre: o que é o campo para os geógrafos, como o delimitamos, o que deixamos de lado? Percebam que a ideia de campo e de trabalho de campo na geografia foi e permanece bastante vaga... (TURRA NETO, 2012, p. 10).

"A inutilidade do trabalho de campo desarticulado da teoria, soma-se à importância central desta para a pesquisa geográfica" (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 59). Os autores apontam que, para superar essa banalização, o pesquisador deve partir de dois pontos principais: o olhar crítico sobre a realidade, ligado com uma ação transformadora e articulação teórico-prática.

Assim, o trabalho de campo é o ato de ir a campo, mas utilizando algumas metodologias que serão apresentadas a seguir, como a observação participante e a entrevista, ou seja, devemos aliar o empírico com o teórico em nossas análises. Essas metodologias são advindas de outras ciências.

Turra Neto (2012) aponta a deficiência na Geografia no que tange aos aspectos metodológicos:

> Desse modo, quando queremos dar um tratamento mais cuidadoso às estratégias de pesquisa, somos obrigados a **recorrer a outros campos disciplinares**, como a Antropologia, Sociologia, História, etc., buscando neles aquelas práticas de pesquisa consagradas, nomeadas sob o amplo rótulo de pesquisa qualitativa (TURRA NETO, 2012, p. 4-5 - grifos do autor).

Realizamos os trabalhos de campo na Grande Dourados e no município a ser estudado Rio Brilhante, com uma análise crítica da realidade, através do processo de territorialização do capital estrangeiro nos territórios camponeses e indígenas, promovendo sua desterritorialização, bem como as formas de resistência frente a esse processo.

Através dos trabalhos de campo aplicamos as metodologias de pesquisa qualitativa, sendo possível analisar de modo aprofundado a realidade dos camponeses/indígenas e compreender a territorialização da cana-de-açúcar na área de estudo, tendo uma dimensão do real (escalar) do seu sistema de produção. Neste sentido, nas páginas que se seguem explicaremos as metodologias aplicadas nos trabalhos de campo, mostrando também, a partir do debate teórico as limitações de cada metodologia de pesquisa qualitativa. Iniciaremos com o que entendemos por entrevistas e posteriormente apresentaremos a observação participante.

Segundo Colognese e Mélo (1998), a entrevista é um processo de interação social entre o pesquisador e o entrevistado, com a finalidade de obtenção de informações, a partir de uma conversa interessada e orientada pelo entrevistador. Elas podem ser: não-estruturada, semi-estruturada e estruturada, ocorrendo diferenças internas entre elas.

Para os autores, as entrevistas não-estruturadas atendem as finalidades exploratórias, introduzindo brevemente o tema a ser desenvolvido, apenas escutando, ou seja, tendo um mínimo possível de interferência do pesquisador na entrevista. Sobre as entrevistas semi-diretivas, "a maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização provisoriamente determinada" (p. 144), o pesquisador pode interferir e fazer perguntas adicionais se necessário, mesmo utilizando um roteiro. Já as entrevistas estruturadas são bastante criticadas, pois são realizadas por meio de roteiros de entrevistas com formulação e sequência das perguntas determinadas, não dando liberdade ao entrevistador. Embora esse tipo de entrevista "permite com maior facilidade a comparação de respostas e sua quantificação" (p. 145).

Para suprir nossos objetivos, partimos das entrevistas com caráter formal e semi-estruturadas, ou seja, embora apresentamos um roteiro, tivemos liberdade de adicionar perguntas conforme necessidade e a fala do entrevistado, ou seja, interferimos no momento da entrevista. Correlacionando com Colognese e Mélo (1998), "entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões" (p. 143). Cabe destacar, pelo teor dos depoimentos contidos nas entrevistas

realizadas, utilizaremos nomes fictícios para esses sujeitos, para não acarretar em nenhuma forma de repressão a eles. Outro sim, quando tratar-se de citações direta dos depoimentos dos mesmos as traremos em itálico, contendo partes em negrito para maior destaque.

Diante de tais debates, deixamos claro que a aplicação da metodologia de entrevista não foi uma tarefa fácil, devido ao caráter conflituoso do território. Isto foi mais evidente no território indígena Laranjeira Ñanderu em que alguns "trabalhadores" da fazenda Santo Antônio ficaram trafegando nas proximidades do acampamento indígena em algumas de nossas idas a campo, com o intuito de intimidar e dificultar a pesquisa.

No caso dos camponeses, não tivemos maiores problemas para a realização das entrevistas, pois o território não vive o conflito da violência direta, mas um fator limitante foi o nível de inserção em alguns lotes e certa "desconfiança" de alguns entrevistados em nos dar maiores informações ou esclarecer alguns problemas internos percebidos e narrados por estes sujeitos.

Após as entrevistas, foram identificados os códigos, baseando-se em Gibbs (2009):

> A codificação é forma como você define **sobre o que se trata os dados em analise**. Envolve a **identificação e o registro** de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva. Geralmente, várias passagens são identificadas e então relacionadas com um nome para ideia, ou seja, o código. Sendo assim, todo texto, entre outros elementos, que se refere à mesma coisa ou exemplifica a mesma coisa é codificado com o mesmo nome (GIBBS, 2009, p. 60 – grifos nosso).

Utilizando essa técnica foi possível fazermos análises comparativas das entrevistas, pois é uma forma de categorizar ou indexar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele, pois os códigos formam um foco para pensar e interpretar o texto que está se escrevendo (GIBBS, 2009). Permitindo analisar de maneira mais eficiente a ligação entre os temas das entrevistas com os objetivos do trabalho, por exemplo.

A transcrição facilita a codificação, pois permite ter a visão escrita dos depoimentos, possibilitando fazer relações com outros depoimentos. No caso da nossa pesquisa, realizamos a transcrição de todas as entrevistas compondo um quadro extenso com as principais categorias da pesquisa, analisando a codificação. Podemos ilustrar as categorias: a luta pela

terra, a perda do território, luta na terra, a cana-de-açúcar, as culturas, trabalho, as *commodities*, os impactos no assentamento e nos territórios indígenas etc.

Sobre as limitações das entrevistas na parte de transcrições, Hall (1992) aponta que ela não mostra outros elementos como a linguagem corporal, o sotaque e o tom de voz, tornando-se um fator limitante para tal metodologia. Assim, a presença do pesquisador é importante na hora da realização da entrevista, podendo até influenciar em suas análises. Por isso, todas as entrevistas foram realizadas pela autora (como agente condutor das mesmas), em locais estratégicos em que o entrevistado sentiu-se "à vontade" para dar suas respostas dentro de um ambiente físico de boa qualidade para não prejudicar na gravação/áudio da entrevista.

A pesquisa através da observação participante foi realizada nos assentamentos rurais em Rio Brilhante, pertencentes ao MST: o PA Silvio Rodrigues, PA Margarida Alves e o PA São Judas, para compreendermos como ocorre a organização socioterritorial dos camponeses, as formas de usos nesses territórios, vivenciando aspectos tão distintos na luta pela terra e sua permanência. No caso dos indígenas, ocorreu um fator limitante para a realização completa desta metodologia, pois tivemos uma grande dificuldade de acesso à área no que tange a lideranças, confiança das mesmas em nos informar assuntos relacionados ao território.

May (2004) aponta que a pesquisa participante, envolve um método complexo, cuja aplicação e análise são os mais exigentes e difíceis. Sobre o termo observação participante o autor afirma:

> A meta de entender é reforçada concretamente pela consideração de como eles são afetados pela cena social, o que acontece nela e como as pessoas, incluindo eles mesmos, atuam e interpretam nas suas situações sociais - daí o termo observação participante (MAY, 2004, p. 181).

O trabalho de campo é um processo contínuo de reflexão e alteração do foco das observações de acordo com o desenvolvimento analítico, nele utilizamos essa metodologia. Em relação à questão de tempo, quanto mais o observador estiver em contato com o objeto, melhor será o seu entendimento. Neste sentido, "quanto mais variadas as oportunidade do observador relacionar-se com o grupo, tanto em termos de *status*, de papel e de atividades maior será o entendimento dele" (MAY, 2004, p. 189).

Segundo Foote-Whyte (1980), primeiramente na pesquisa de campo, devemos reconhecer as diferenças culturais para não cometer equívocos na pesquisa em campo. Devemos ter estratégias de campo, agir de maneira amável e interessada nas coisas/atividades, ter cuidado com as nossas perguntas e situações que envolvem elas. Às vezes é melhor calar-se e, no cotidiano, com o aprofundamento das relações sociais, podemos obter informações sem perguntar ou informações que o pesquisador não pensou em obtê-las através das entrevistas. Como afirma o autor, "no entanto, é preciso aprender o momento apropriado para perguntar, assim como perguntar" (p. 81).

O autor complementa afirmando que devemos afetar o menos possível o grupo com a presença do pesquisador. Mas, não deixar de dar apoio quando necessário. Como por exemplo, ajudar nas atividades quando solicitadas dos camponeses na produção ou articulação que envolvam outras atividades da luta, nas áreas indígenas e camponesas na qual estaremos.

No caso dos camponeses podemos realizar todas estas estratégias, interagindo nos assuntos discutidos criando um sentimento de amizade, damos apoio no trabalho domestico do lote realizando atividades de culinária, limpeza dos utensílios utilizados etc., tivemos a oportunidade de pouso nos assentamentos contribuindo para fortalecer a confiança entre o pesquisador e o pesquisado.

No caso dos indígenas tivemos algumas dificuldades na realização desta metodologia, mas em nossas idas a campo tentamos estabelecer a partir do diálogo e das estratégias da observação participante um elo de amizade, em que grande parte das informações obtidas ocorreram por meio de conversas informais, ou seja, sentiram-se mais a vontade nos dar informações do que com a entrevista formal com um gravador.

Assim, chegávamos a campo e sempre conversamos sobre diversos assuntos, ganhando confiança com os indígenas e interagíamos com o território. Sendo este contato realizado também pelo meio digital através de aplicativos de conversas e redes sociais, importantes instrumentos para não perdemos o contato com os sujeitos pesquisados.

A questão da violência no território e da língua falante pelos indígenas (Guarani) foram dois fatores limitantes para a pesquisa, mas que foram sendo supridos com nossa maior vivencia no território de retomada. Ou seja, ocorreram ajuda dos próprios indígenas em traduzir conversas em Guarani para podermos compreender os assuntos, a demonstração de

cânticos e rezas de rituais das quais não participamos devido ao caráter especifico de seu calendário entre outros.

Foote-Whyte (1980) aponta que a obtenção de apoio de pessoas influentes, no caso de estudo os líderes do MST e dos Guarani e Kaiowá, contribuem para obter informações que não lhes são acessíveis. Mas, temos um limite para esta pesquisa, pois as análises dessas informações seriam a partir do informante, que passa a ser um colaborador, podendo confundir nossas análises a ponto de não saber distingui-las.

Foram levados em considerações estes aspectos apontados por Foote-Whyte (1980) nos trabalhos de campo. Podemos citar a nossa primeira ida a campo ao território indígena Laranjeira Ñanderu no acampamento, fomos recebidos pelas lideranças indígenas e tivemos conversas superficiais, mas as informações do território só foram passadas no dia seguinte quando os indígenas entraram em contato com o nosso mediador para a entrada no território, com a finalidade de saber realmente quem erámos.

Outro ponto que vale a ser considerado, no que tange aos contatos com as lideranças, é que entrevistamos uma liderança e presidente da Associação dos Pecuaristas de Rio Brilhante do assentamento Margarida Alves e o mesmo não nos informou, em caráter estratégico, a presença e representatividade de outra cooperativa a Mulheres Unidas pelo Esporte, devido a conflitos internos do mesmo dos quais não foram autorizados a revelar. A identificação desta cooperativa foi feita quando realizamos um trabalho de campo na feira do município de Maracaju que encontramos a presidente que nos passou todas as informações para serem utilizadas na pesquisa.

Outro problema/limite dessa metodologia é até que nível o pesquisador deve se inserir no grupo? Qual é o ponto dessa inserção? Integração completa?. May (2004), através de Gold (1969), neste aspecto aponta três tipos de participante: o participante completo que se engaja completamente nas atividades, tendo papel oculto, pois as suas intenções não são explicitadas; o participante como observador tendo um papel público, tornando sua presença e intenções conhecidas para o grupo, como aponta o autor: "formar uma série de relacionamentos com os sujeitos de modo que eles sirvam tanto como respondentes quanto como informante" (p. 183), o objetivo não é se tornar como o objeto; e por fim o observador como participante, o autor não considera como observação participante, pois são realizadas entrevistas de uma visita apenas, tendo a falta de qualquer contato duradouro com as pessoas.

No que tange a metodologia de organização de trabalho de campo para a observação participante, seguiremos partes das definições dadas por Foote-Whyte (1980) e May (2004). Sobre o primeiro autor trabalharemos com as anotações no caderno de campo por ordem cronológica, por tópicos temáticos e se necessário organizar por grupos. Já o segundo autor, mostra nas anotações de campo que "enquanto a ordem da natureza é anotada, é importante anotar a ordem e a situação nas quais os eventos desdobram-se, assim como as regras empregadas e suas reflexões sobre os eventos observados" (MAY, 2004, p. 188).

Winkin (1998) aponta que ao registrarmos diariamente as informações no diário de campo, isso acaba se tornando um habito, ou seja, algo natural. Que refletirá posteriormente na forma de registro do pesquisador, sabendo filtrar e analisar as informações, descrevendo-as com maior rapidez e habilidade. Ele propõe como metodologia de escrita através de duas colunas com cores diferentes de tinta (enunciados de natureza generalizantes): à direita para anotações do campo e a esquerda para sucessivas leituras e comentários feitos devido às releituras e reflexões críticas sobre os registros. Vale ressaltar, que é importante que o diário seja algo privado do pesquisador.

Com essas metodologias, procuramos suprir com os objetivos da pesquisa mesmo compreendo as limitações que eles têm. Na próxima parte da pesquisa apresentaremos um debate sobre o conceito de estrangeirização de terras, a partir de diferentes autores correlacionando com as entrevistas realizadas com os pesquisadores que trabalham com esta temática na América Latina.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO 2 – DEBATE PARADIGMÁTICO E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM QUESTÃO

Para analisarmos a nível teórico o processo de estrangeirização de terras no Mato Grosso do Sul, ou seja, na dialética ascendente proposta por Marre (1991) partimos da compreensão que existem diversas formas de análise do campo brasileiro de acordo com as visões dos autores. No caso desta pesquisa consideramos duas formas, compreendidas como paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), bem como diferentes formas dentro destes paradigmas para compreender o conceito/processo de estrangeirização de terras. Conceito que vem sendo trabalho por alguns autores como um processo favorável (benéfico) e outro como algo destruidor (impactos maiores que os ganhos econômicos) para os povos que são impactados e para os governos no que tange a soberania territorial e alimentar dos países.

Neste sentido, a estrangeirização de terras também pode ser entendida ou incorporada em seu debate, às lutas políticas por meio da territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que contém/produzem relações de poder dentro dos territórios para os seus controles, bem como, a discussão a partir da integração do campesinato e indígenas (no caso deste trabalho) neste processo, com relações de subordinação principalmente através do trabalho. Essas diferentes perspectivas remetem a visões de mundo, relacionadas ao processo de estrangeirização de terras que tem por trás do seu discurso a melhoria na qualidade de vida da população com o aumento do que os diferentes sujeitos denominam como produção de alimento.

Assim, dividimos este capítulo em duas partes para uma melhor compreensão da temática: Inicialmente apresentaremos o debate sobre o Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário buscando compreender brevemente suas propostas e principais diferenciações dentro da análise do campesinato, tentando realizar um comparativo com os indígenas, mesmo sendo sujeitos diferentes. Em seguida apresentaremos o debate sobre o conceito de estrangeirização de terras que vem crescendo na academia e na mídia nos últimos anos devido a algumas transformações ocorridas no campo em escala mundial, principalmente a partir dos momentos de crises, inspirando o debate a cerca da temática a ser estudada, da soberania territorial e alimentícia dos países, das formas de obtenção de

territórios por empresas e grupos estrangeiros, das resistências e conflitos que envolvem os diferentes sujeitos, da integração da população a esse processo entre outros temas.

Deste modo, entendemos que o debate sobre a estrangeirização de terras pela análise paradigmática é importante para compreendermos os discursos embasados pelas empresas e governos para se territorializarem nos países, bem como a visão dos intelectuais/estudiosos e dos movimentos socioterritoriais, principalmente com a Via Campesina Internacional, que fazem frente a esse processo que para eles é extremamente negativo. Pois, como veremos nos próximos capítulos, a estrangeirização de terras promove algumas mudanças nos modos de vidas dos camponeses e dos indígenas com a sua territorialização ou com a sua área de abrangência no que tange a influencia (impactos indiretos) que o processo causa.

2.1 – Breves apontamentos sobre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário

A análise sobre o campo brasileiro perpassa por dois paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), que nos ajudam a compreender as atuais mudanças locais e globais da realidade rural, pois eles analisam os mesmos fenômenos de modos diferentes. Partimos da ideia de que os paradigmas são um conjunto de teorias – visões de mundo - que permitem compreender as conflitualidades no campo, por meio da luta dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Ou seja, os paradigmas nos ajudam a compreender as lutas/resistências e permanências dos sujeitos do campo (camponeses/indígenas), o jogo de interesse político-ideológico nas propostas de desenvolvimento para o campo brasileiro, principalmente do Estado - implementações de políticas públicas, como políticas para a territorialização de algumas *commodities* que estão nos altos interesses globais do agronegócio como a soja e a cana-de-açúcar. Neste sentido:

> Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses, que contém **interesses e ideologias**, desejos e determinações que se materializam através de **políticas públicas** nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais (FERNANDES, B.; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47 – Grifo nosso).

Ao falarmos de paradigmas temos como referências os autores Kuhn e Fleck, que embasaram nossas análises sobre o conceito, relacionando com o desenvolvimento da ciência, não havendo assim, uma neutralidade científica. Suas limitações nos ajudam a pensar este tema dentro da Geografia. Santos (2012) argumenta que é a partir desses autores que os debates dos paradigmas devem ser realizados na Geografia, em que a conflitualidade paradigmática está relacionada com uma visão dialética, ocorrendo uma necessidade de repensar os paradigmas em nossa ciência.

Kuhn (2007) em "A estrutura das Revoluções Científicas" compreende que os paradigmas são conhecimentos sustentados por vários elementos em conjunto (leis, metodologias, teorias), que devem ter compartilhamento e aceitação da comunidade científica para vingar, ou seja, não necessariamente precisa ter uma validade, mas uma aceitação. O autor apresenta a ciência normal e a ciência extraordinária, na qual são fases para o

desenvolvimento científico que ocorrem apenas por rupturas – revoluções científicas – não havendo uma historicidade e ligação entre os paradigmas mesmo em momentos de crises. Apenas gera-se outro paradigma diferente daqueles anteriormente construídos, sem a possibilidade de ocorrer o debate/existência de dois paradigmas no mesmo período histórico.

Fleck (2010) nos ajuda a compreender a partir da historicidade o desenvolvimento da ciência, que ocorre pelo coletivo de pensamento que compartilha um estilo de pensamento. Ao estudar a sífilis, o autor compreendeu que a análise do conceito é resultante de um trabalho elaborado coletivamente ao longo dos anos por meio de um objetivo/pensamento em comum, tendo um método e uma linguagem específica da ciência. Assim, o conhecimento é evolutivo e não por rupturas, ou seja, um estilo de pensamento não rompe totalmente com um novo, mas carrega consigo os elementos passados e novos deste, podendo desta forma haver outros estilos de pensamento num mesmo momento histórico.

Deste modo, tanto os paradigmas – estilos de pensamentos e a comunidade científica – coletivo de pensamento, nos ajudam a compreender e repensar o conceito de paradigma dentro da Geografia, neste caso a Geografia Agrária. Assim, os paradigmas refletem diferentes visões, teorias e metodologias para a explicação de um mesmo objeto, o avanço do capitalismo na agricultura brasileira relacionada com o campesinato que é visto de modo distinto por eles.

Camacho (2014) afirma que os debates que envolvem esses paradigmas estão ligados as antigas reflexões sobre o campesinato como o seu fim, na sua metamorfose em agricultor familiar e na sua recriação na própria contradição. Ou seja, o campesinato se recria dentro das contradições do capitalismo, resistindo.

Mesmo com o desenvolvimento desigual e contraditório das relações capitalistas de produção no campo brasileiro, os camponeses persistem, pois eles não são estranhos ao capitalismo, ou seja, eles se recriam na própria contradição (OLIVEIRA, 1986) gerando resistências. Cubas (2012) aponta que a problemática da resistência do camponês ao modo de produção capitalista vem trazendo alternativas para reprodução de espaços não capitalistas que são de interesses do capital, e estes vão destruindo as relações camponesas e seus territórios.

Os paradigmas interpretam relações capitalistas e não capitalistas e estas referências são importantes para relacionarmos com a questão indígena dentro da análise paradigmática.

Os indígenas são vistos por meio do capital como produtores de mercadorias e um obstáculo para o desenvolvimento econômico do país diante de suas lutas contra a territorialização do agronegócio em seus territórios tradicionalmente ocupados.

Esta resistência ocorre, pois são modos diferentes de vivência no território, desde o seu significado até os aspectos produtivos. Os indígenas reproduzem relações não capitalistas em seus territórios, devido as suas diferentes culturas, mas o capital tem interesse em seu trabalho e território e se apropria para diversas produções gerando impactos.

Os impactos do avanço do agronegócio (nacional e/ou estrangeiro) e da agricultura capitalista em territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas são marcantes como nos territórios camponeses, pois com a sua territorialização, as relações/condições para sua reprodução social, cultural e de trabalho são dificultadas. Assim, o modo de ser indígena que os caracteriza – identidade – dos seus símbolos, valores etc. são reproduzidos não na sua totalidade, intencionando as lutas contra o capital[4].

Lutas que na sua ação direta são parecidas com as dos camponeses, como nas ocupações de terras com características de retomadas e nas manifestações na cidade em locais estratégicos do poder público, como na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) solicitando a demarcação de seus territórios ou lutando contra injustiças dos fazendeiros etc. Mas, são diferenciadas quando analisamos as cosmologias que integram o significado do território indígena, com suas rezas e cantos partindo para ações de resistências. Fortalecendo assim o debate da questão indígena dentro dos paradigmas.

Deste modo, dentro da análise dos paradigmas incorporamos os indígenas, no que tange a visão do Estado e do agronegócio sobre eles, nas políticas de desenvolvimento que tem como objetivo a sua incorporação subalterno no sistema capitalista, nas lutas contra o capital, no trabalho, no processo de desterritorialização. Vale ressaltar, que compreendemos que os indígenas e os camponeses são sujeitos diferentes, tanto por sua origem como as formas de ver o mundo e o território.

O PQA tem como autores seminais Kautsky (1986), Lenin (1985) e Chayanov (1974). Este paradigma compreende a recriação do campesinato no interior do desenvolvimento capitalista, a partir das suas contradições, buscando a sua superação. Pois, o capital não é visto como única alternativa para o desenvolvimento do campesinato:

[4] Este assunto será abordado/aprofundado nas discussões do capítulo 4.

> Nesta perspectiva, temos de um lado, no Paradigma da Questão Agrária a crítica ao modelo vigente, principalmente, **aos impactos socioterritoriais causados pela expansão do agronegócio**, e a perspectiva **de superação deste modelo** apontando para a possibilidade e a necessidade de construção de outro modelo por meio da luta/disputa/conflitos territoriais entre classes e grupos sociais (CAMACHO, 2014, p. 117 – Grifo nosso).

O PQA compreende que o problema da questão agrária é estrutural, assim possui duas tendências: o campesinato e a proletarização. Segundo Felicio (2011), "para as teorias que compõe o paradigma da questão agrária, a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente também, sendo parte dele" (p. 7).

Bernardo Mançano Fernandes (2009a) explica que o capitalismo e o campesinato produzem seus próprios territórios. Assim, dentro do território camponês ocorre a consolidação de relações não capitalista, onde o trabalho familiar o define. Por mais que o camponês se insira em políticas que acabam voltadas ao mercado capitalista, ele em sua produção não a realiza de modo capitalista, sendo assim uma forma de resistência ao capital, bem como as lutas pela terra que "se configuram em lutas contra o capital. Tal medida busca romper com o controle monopolístico da propriedade das terras e instituindo relações sociais de produção não capitalistas, fundamentadas no trabalho familiar" (RAMOS FILHO, 2008, p. 361-362).

Já o PCA tem como autores principais Mendras (1974) e Lamarche (1993), compreendendo que não há uma questão agrária, sendo que os problemas gerados pelo sistema são solucionados dentro do capitalismo. O campesinato deve se integrar ao capital, sem resistência, ou seja, sem a luta de classes entre os diferentes sujeitos. Esta integração gera a metamorfose do campesinato em agricultor familiar (distinção) tecnificado e mecanizado, ele passa a ser visto como produtor de mercadorias. Neste paradigma também a há duas tendências internas: agricultura familiar e o agronegócio:

> Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural, o qual pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a **"integração"** do campesinato ou do "agricultor familiar de base" ao **mercado capitalista** (FERNANDES, B.; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 48 – Grifo nosso).

Segundo Santos (2014), nessa questão conjuntural não resta para o campesinato outra forma senão integrar-se ao capital, incorporando novas tecnologias de produção e se inserindo de forma subordinada a lógica do mercado capitalista. Esta integração não ocorre apenas com o campesinato dentro do sistema capitalista, mas também em outros sujeitos do campo como os indígenas, onde sua integração pode ser realizada, por exemplo, por meio do seu trabalho nas usinas de cana-de-açúcar em territórios que tradicionalmente já os pertenceram.

Assim, a integração dos indígenas remete-se ao trabalho compulsório, em condições precárias e análogas a escravidão. Com "vantagens" em relação a outros trabalhadores na questão de que eles são vistos pelo capital "como hábeis no trato do facão, resistentes para o trabalho, certeza de alta produtividade e geograficamente próximos às unidades agroindustriais (em comparação aos trabalhadores que migram do nordeste e outras regiões)" (SALVADOR, 2012, p. 21). Esta proximidade ocorre, pois geralmente as usinas estão localizadas em territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas e diante de tal situação de subordinação afloram as formas de resistências dos indígenas e camponeses, para superar estes processos de territorialização e desterritorialização.

O PCA não coloca como foco das análises a luta pela terra como uma superação, mas focaliza o Estado através de políticas públicas, das novas ruralidades e na pluriatividade. Em que, o agricultor familiar como parte integrante desse processo está sujeito a essa lógica, totalizante e hegemônica (CAMPOS, 2012). Esta forma totalizante e hegemônica é colocada como única forma de desenvolvimento e têm seus impactos diretamente na vida dos movimentos socioterritoriais que fazem frente a isso lutando pelos seus espaços e territórios, bem como pela permanência destes de modo não subalternizado.

Sintetizando a partir das palavras de Camacho (2014), o PCA defende "à adaptação/integração que auxilie no processo de produção/reprodução/acumulação de capital numa perspectiva de estilos diferentes de produção e de complementaridade entre o grande produtor rural e o agricultor familiar" (p. 117), ou seja, não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito, sem luta e resistência.

Diferentemente, o PQA tem ponto principal explicar as disputas territoriais e as conflitualidades que defendem os modelos de desenvolvimento que dão autonomia para o

campesinato, nas lutas de classes (FERNANDES, B.; WELCH; GONÇALVES, 2014). Compreendemos que é somente através da luta que esses sujeitos conseguirão sua autonomia, desde o processo produtivo, a comercialização e circulação.

Com isso as diferenças fundamentais nos dois paradigmas estão relacionadas aos sujeitos e aos modelos de desenvolvimento. Para o PQA os camponeses e agricultores familiares são os mesmos sujeitos que lutam pela terra ou por sua permanência, buscando formas alternativas para diminuir seu grau de subordinação ao capital ou rompimento total. Já para o PCA o camponês e o agricultor familiar não são sinônimos, são sujeitos diferentes a partir de suas relações de produção, tecnificação e momento histórico.

O conceito de camponês permite entender a complexidade desse sujeito histórico. Trata-se de um conceito que possui uma significância no interior das ciências sociais e "que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo" (MARQUES, 2008, p. 58). Entendemos o campesinato como anterior ao capitalismo e que resiste no sistema capitalista, pois é através das suas contradições que ele se recria. Ele existiu em todos os sistemas de nossa sociedade, desde os feudos, escravidão, socialismo e capitalismo, ou seja, ele resiste há séculos (FERNANDES, B., 2014).

Fernandes e Welch (2008) mostram que "a diferenciação do agricultor familiar e camponês é mais uma tentativa de fragmentação e cooptação" (p. 49). Segundo Marques (2008), o conceito de agricultura familiar entra em cena na última década do século XX, mas sem maiores reflexões em detrimento do conceito de camponês, sendo realizada com base evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribuindo assim, com o empobrecimento do debate político sobre questão agrária brasileira (MARQUES, 2008).

A autora coloca como uma curiosidade que, desde meados da década de 1990, a "crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política" (MARQUES, 2008, p. 60). Ideologia que o MST, e outros movimentos socioterritoriais, tem se apropriado para as suas lutas numa forma de resistência frente à ação do Estado, do agronegócio e de como esses diferentes sujeitos os interpretam.

Compreendemos o campesinato como aquele sujeito que tem a predominância do trabalho familiar em sua unidade de produção, precisando do território/terra para sua reprodução. Bernardo Mançano Fernandes (2014) apresenta que, no campesinato, sua relação social e forma de organização do trabalho podem ser familiar e associativa, cooperativa, não tendo as relações capitalistas, por exemplo, quando uma família camponesa tem como base de renda a mais-valia, ela se transforma em capitalista.

O campesinato não vê a sua produção exclusivamente como mercadoria, pois em princípio ela é para subsistência. O excedente dessa produção é vendido, transformando-se em mercadoria. Com a renda que se consegue da venda desses produtos, o camponês investe na manutenção do seu lote/terra, tornando possível sua reprodução. A principal evidência no sistema agrícola do campesinato é a diversidade de cultura e a predominância do trabalho familiar (FERNANDES, B.; WELCH, 2008). Mesmo assim, é evidente a subalternidade do camponês ao capital que, em alguns casos, vende a sua força de trabalho para permanecer no seu lote. Sua única condição de existência no capitalismo é através dessa subalternidade, assim, a luta do campesinato organizado é para a superação deste sistema.

Deste modo, neste trabalho partimos dos referenciais teóricos do PQA entendendo que o campesinato é recriado nas próprias contradições do sistema capitalista, onde a conflitualidade, as disputas territoriais entre estes sujeitos com o agronegócio e o Estado, modificam a estrutura fundiária no Brasil e colocam em pauta nas discussões do Governo as questões que envolvem o campo.

Outro processo da qual o campesinato e os indígenas estão subalternizados/marginalizados e lutam contra isso é na estrangeirização de terras, que também é vista como o campesinato, por diferentes concepções de acordo com seus paradigmas. É no Paradigma do Capitalismo Agrário que a estrangeirização de terras se fortalece, com políticas e incentivos dos Estados para a territorialização das empresas/grupos estrangeiros. Com isso, na próxima parte do trabalho apresentaremos as discussões sobre o conceito de estrangeirização de terras.

2.2 – O conceito de estrangeirização de terras

Sobre a estrangeirização de terras identificamos a partir das nossas leituras, algumas tendências sobre como os autores estavam analisando o conceito, partindo das considerações dos impactos positivos e negativos, ou seja, existem autores que favoráveis a este processo e outros não. Um estudo realizado pela High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE)[5], publicado em 2011, aponta essa tendência no processo de estrangeirização de terras, com a "dualidade" de ser boa ou ruim:

> The current trend in foreign land acquisition has raised considerable public concern. It gives rise to heated political debate and controversies, in the shadow of an ideological divide, whereby "land grabbing" is seen as "bad", and whereby international investments in agriculture are necessary and good (HLPE, 2011, p. 6).

Cotula (2010) confirma isso, argumentando que alguns estudiosos apresentam este processo como novas oportunidades para os países de baixa renda e outros tendem suas análises para uma maior preocupação em relação aos impactos negativos em nível social e econômico que a estrangeirização causa como a perca dos recursos naturais (terra e água) e consequentemente, desníveis na segurança alimentar. Outros temas que trazem controvérsias dentro dessa análise, como a relação dos agrocombustíveis no que tange ao aumento do preço dos alimentos e dos impactos ambientais que ele causa.

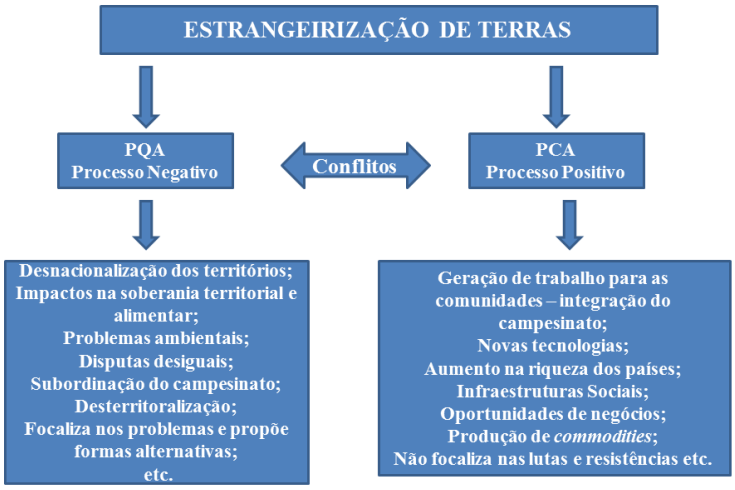
Borras Jr e Franco (2010) também consideram que há diferentes visões da estrangeirização de terras, principalmente relacionada à produção de biocombustíveis, já confirmada por Cotula (2010). Eles apontam que seria tentador pensarmos num consenso de opinião sobre o processo de estrangeirização de terras, mas nem todas as análises tendem a ter a mesma visão sobre os problemas causados, bem como lidar com eles ou a forma estratégica a ser usada pelos diferentes sujeitos:

[5] O estudo teve como objetivo analisar a posse da terra e os respectivos investimentos internacionais relacionados à agricultura no mundo. O documento também aponta os subsídios para os camponeses mesmo integrados apresentarem ações de resistência como a agroecologia, a responsabilidade das empresas e governos nos impactos com as comunidades, as necessidade de uma reforma agrária que distribua as terras, pois a estrangeirização trás muitos impactos e conflitos.

> Distintos grupos ven estas operaciones bajo ópticas diferentes, que van desde la oposición más categórica a la mejor de las bienvenidas, con numerosos matices entre ambos extremos. Esta diversidad se puede ver tanto en la sociedad civil en distintos niveles (local, nacional e internacional), como en el seno de las comunidades locales. **Las diferencias no son triviales.** Éstas están en parte relacionadas con **puntos de vista rivales** que dependen de la clase social y/o con puntos de vista políticos que tienen implicaciones estratégicas para la labor de incidencia y acción política, así como para el trabajo con alianzas o plataformas (BORRAS JR E FRANCO, 2010, p. 6 – grifo nosso).

Essas diferentes visões corroboram a disputa paradigmática no processo de estrangeirização de terras (organograma 1). Os autores do PCA demonstram apoio a estrangeirização de terras como novas oportunidades, com o discurso da integração das comunidades a este sistema na forma do trabalho, o discurso do desenvolvimento sustentável e da produção de alimentos etc., em que os impactos negativos fazem parte deste processo, mas o desenvolvimento do país é o elemento central a ser focado não considerando importante em suas análises as resistências dos sujeitos contrários. Já as visões contrárias a estes aspectos, mostram o acirramento dos conflitos, a luta pela sua superação, os impactos negativos que em suas visões superam os positivos, a desnacionalização dos territórios, os perigos relacionados à produção de *commodities* entre outros aspectos, identificamos como autores do PQA.

Organograma 1: Estrangeirização de terras e paradigmas



Organização: BUSCIOLI, L. D., 2015

Essas visões são importantes para compreendermos a complexidade do estudo sobre este processo e reflete na deficiência em que temos, principalmente na América Latina, em conceituar/definir em nível do conhecimento científico a estrangeirização de terras. Assim, concordamos com a visão do pesquisador Luis Llambi, ao afirmar em entrevista que o tema da estrangeirização de terras vem da literatura inglesa e deste modo, temos uma dificuldade em definir ou conceituar tal processo. Mesmo este sendo um fenômeno que acontece há séculos, ainda não temos principalmente nos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da América Latina uma teoria definida:

> "*El tema surge en la literatura inglesa land grabbing, entonces el tema llega a America latina y entonces al me ver se interpreta como algo totalmente reciente y yo creo que cabe land grabbing durante tanto tiempo en la historia.*
> ***Entonces no tenemos una conceptualización, ni una teoría latinoamericana para explicar bien la cuestión de land grabbing*** *(...) no tenemos una teoría, pero si hay todas las investigaciones que se han hecho sobre transformaciones rurales, agrarias en la america latina en el pasado y que se tan haciendo ahorita.*" (Llambi em entrevista, 2015).

Correlacionando com Arezki, Deininger e Selod (2012): "*Las grandes adquisiciones transnacionales de tierras se remontan por lo menos a varios siglos, a la época de las conquistas y la expansión colonial*" (p. 47). Também compreendemos que este processo não é novo, sendo que a suas mudanças estão relacionadas aos os interesses dos diferentes sujeitos e as formas de apropriação ao longo dos anos, sempre ocorrendo formas de resistências por diferentes sujeitos. Llambi também parte destes princípios ao afirmar que: "*En mi punto de vista no es un fenómeno totalmente nuevo, hay aspectos nuevos que están vinculados a la cris mundial de commodities de los precios de los productos, por ejempló, petróleo, gasolina etc.* (…)." (Em entrevista, 2015).

Desde modo, devemos compreender sob uma visão histórica o processo de estrangeirização de terras, bem como entendermos que existem vários termos utilizados para se tratar do conceito de acordo com os idiomas: estrangeirização de terras (em português), *acaparamiento de tierras (*em espanhol), *land grabbing* (em inglês) e *usurpação de terras* (utilizado por organizações e movimentos camponeses em Moçambique, como a União Nacional de Camponeses). Estas diferentes formas se refere à compra e/ou o arrendamento aos países estrangeiros para a produção de agrocombustíveis, *commodities* e alimentos. Ou seja, este processo ocorre em escala global e impacta significativamente na escala local, principalmente em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, campesinas etc.) promovendo sua desterritorialização e consequentemente gerando os conflitos que podem ser diretos na área que está territorializado ou ocorrerá a territorialização, ora realizados em centros de decisões. Assim, as relações de poder são elementos determinantes nos territórios.

Segundo Raffestin (19993), o poder está contido nas relações e nasce dela:

> Toda **relação é o ponto de surgimento do poder**, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a **resistência** exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações (RAFFESTIN, 1993, p. 53 – Grifo nosso).

Os seres humanos ocupam pontos no espaço se distribuindo, relacionado com a distância (termos espaciais, temporais, psicológicos ou econômicos) à interação (política, social, econômica e cultural) entre os diferentes locais resultando em jogos de oferta e procura que conduz a sistemas de nós, redes e malhas hierárquicas no espaço constituindo de algum modo no território, assegurando o controle de vários elementos (RAFFESTIN, 1993).

Segundo o autor a produção territorial pode ocorrer por parte do Estado chegando a até mesmo ao individuo, contendo suas relações de poder. No caso da estrangeirização de terras que é produzida e produz um território, o Estado é central para compreendermos a territorialização das empresas/grupos estrangeiros, em conjunto eles formam uma rede de interesses com impactos territoriais diversos desde material a imaterial.

Saquet (2013) apresenta que "as relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade. Envolvem relações (i)materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente" (p. 27). Isto envolve tanto das comunidades (camponeses/indígenas/quilombolas etc.) como do agronegócio estrangeiro que disputam o território e seu controle. Ou seja, são lutas que envolvem o campo das relações de forcas são políticas, culturais, de identidades - étnicas, de manutenção de territorialidade etc. em diversas escalas. Onde as territorialidades cotidianas são transformadas (modificadas) devido à presença de outra forma/lógica de desenvolvimento.

O território está num campo de forças de relações socioespaciais, pois ele é produzido "espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas" (SAQUET, 2013, p. 127), sendo também uma condição da territorialização, em que as territorialidades a dão caraterística em consequente ao território. Assim, o território é apropriado e produzido pelas dimensões econômicas, culturais e políticas, com diferentes escalas e temporalidades, determinando assim a sua desterritorialização, reterritorialização e as novas territorialidades (SAQUET, 2013).

Deste modo, a estrangeirização de terras está estritamente relacionada com as relações de poder no território e este deve ser compreendido também por meio da multiescalaridade. Este processo impacta em todas as dimensões do território, sendo incorporadas nesta análise as tipologias do: Primeiro, Segundo e Terceiro território elaboradas por Bernardo Mançano Fernandes (2009b):

- O primeiro território é o espaço de governança da nação, para compreendê-lo é necessário entender o segundo e o terceiro território. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2009b, p. 2007), "Está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas do espaço de governança".

Este tipo de território é extremamente importante para analisarmos os incentivos que as empresas estrangeiras têm para instalarem outros países para produção de *commodities*, no segundo e terceiro território. Portanto as empresas transnacionais tem a capacidade de ultrapassar os limites de fronteiras, gerando vários desafios para os governos, pois elas usufruem da mão de obra, das tecnologias, do capital entre outras, criando novas fronteiras ao mesmo tempo em que outras desaparecem, enfraquecendo os Estados e excluindo parte da população (IANNI, 1996).

- O segundo território para o autor, é a propriedade que são de várias formas: "as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas..." (2009b, p. 208). A propriedade privada é definida pelo valor de uso e de troca. Por exemplo, o capital se estabelece com a consolidação do território capitalista, que por sua vez, constroem e reproduzem (de modo desigual) outros territórios não capitalistas. Essa construção é conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. Neste sentido, é pela relação e dominação que o capital, neste caso estrangeiro, concentra/domina os territórios, como a dominação de todo o complexo do agronegócio subalternizando o campesinato e os indígenas.
- Já o terceiro território compreende todos os territórios e, segundo o autor, é o espaço relacional levando em consideração suas territorialidades - conexo com as várias formas de uso dos territórios:

> Outro exemplo de terceiro território é pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos [...] O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano (FERNANDES, B., 2009b, p. 210).

Deste modo, o processo de estrangeirização (re)modela e transforma algumas estruturas globais tanto de consumo, de produção e de circulação, ocorrendo estratégias para a territorialização das empresas e grupos estrangeiros, das formas de uso do território, compondo um movimento em escala global. Ou seja, os processos de territorialização das *commodities* têm-se movimentos de expansão e refluxos fatos que caracterizam o terceiro território. Assim, essa análise do território por meio das tipologias nos mostra claramente as disputas de poder contidas no processo de estrangeirização de terras, como afirma o autor:

> [...] Em alguns casos a disputa pelo primeiro território também ocorre entre as próprias empresas capitalistas. O primeiro território e o Estado são disputados permanentemente. Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança (FERNANDES, B., 2009b, p. 208).

Está disputa está contida nas relações internacionais tanto imaterial como material (territorial) a partir de estratégias para a expansão dos países que se configuram a nível geopolítico. Bernardo Mançano Fernandes (2009a; 2011), considera que a estrangeirização de terras deve ser analisada a partir de uma Geopolítica da Questão Agrária, intensificada com a produção de agroenergia que gerou um problema nos abastecimentos de produtos alimentícios, criando uma nova característica para a expansão dos países. Esses países são apresentados pelo autor, em três conjuntos, para explicar esse processo em escala global: "1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras" (FERNANDES, B., 2009a, p. 2).

O autor afirma que o primeiro conjunto de países tem escassez de alimentos, mas são ricos de capital, se expandindo em países pobres com abundância de terras cultiváveis. Neste sentido, a grande parte dos países que possuem arrendamentos são pobres que permitem a territorialização dos grupos/empresas estrangeiras para seu abastecimento interno, pois essas populações vivem em situação de miséria sem acesso a terra ou a água.

Podemos correlacionar a geopolítica da questão agrária aos autores Borras Jr e Franco (2012), com analises que se aproximam ao falar que, os países pobres em recursos, mas ricos em finanças estão se territorializando em países pobres, que tem abundância de terras para garantir as necessidades alimentar e energéticas para o futuro. Essas ações que envolvem a terra, água e as transnacionais, podem ser vistas a partir de diferentes perspectivas: pelo controle dos recursos das terras pelas classes dominantes, consolidação/venda/arrendamento dos latifúndios, incorporação de novos complexos industriais entre outros, ou seja, é um conjunto de elementos que estão por trás deste processo, subsidiado principalmente pelo Estado.

Observamos que terra e água são elementos que compõem o quadro atual da aquisição de terras por estrangeiros. Segundo HLPE (2011), os debates sobre o direito água é importantíssimo nas questões dos contratos para a estrangeirização, pois a escassez da mesma é um dos principais motivos para os investimentos internacionais em territórios estrangeiros dos países. Alguns apresentam que a água está escondida na agenda de muitas negociações nas aquisições de terras, ganhando o controle não só da terra, mas da água - recursos hídricos em geral.

Vemos assim, que a estrangeirização de terras que está ligada também ao processo de estrangeirização da água, pois terra e água são dois elementos de interesses das grandes empresas transnacionais, dos grupos estrangeiros e dos Estados, sendo um fator determinante para as suas territorializações em outros países. Mesmo assim, quando o acesso à água no país a ser explorado não possui uma logística ou ela é ineficiente esses sujeitos criam infraestruturas para a sua extração/usufruto. Pois, as empresas e grupos estrangeiros se beneficiam de diversos financiamentos/investimentos que partem do Estado para a sua territorialização.

A criação de infraestruturas para a territorialização das empresas estrangeiras e posteriormente para as suas produções também gera impactos em diversas escalas, pois modifica-se toda uma estrutura local ou regional para a execução de tais atividades. Então, cria-se portos para escoamento da produção, estradas para circulação, políticas com apoio dos Governo para incentivar suas vindas entre outros fatores, que estão sujeitos às demandas globais.

McMichael (2013) também apresenta a estrangeirização como uma expressão da mudança na geopolítica, ou seja, ela redefine espaços e territórios (materiais e imateriais):

> Accordingly, this essay examines land grabbing as an **expression of the changing geopolitical coordinates of the food regime** in context of a combination of food, energy, financial, and climate crises. The key shifts involve (1) an emergent '**agro-security mercantilism'** by which certain states seek to guarantee access to food and biofuels via sponsoring direct acquisition of lands offshore, and (2) a **proliferation of governance mechanisms** to justify and enable a new phase of land investments (McMICHAEL, 2013, p. 48 – grifos nosso).

Observamos que são marcantes os interesses dos países em primeiro lugar na produção de bicombustíveis com o discurso da produção de alimentos para garantir o abastecimento futuro. Neste sentido, podemos afirmar que a territorialização das empresas estrangeiras em outros países, por meio do processo da territorialização da agricultura capitalista, está ligado a diversos fatores desde territorial a políticos. Permitindo assim, o que entendemos como estrangeirização da terra. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2011a):

> O que estamos denominando de estrangeirização da terra ou *"acaparamiento de tierras"* ou "*landgrabbing"* nas versões em espanhol e em inglês, são processos recentes de **intensificação da territorialização da agricultura capitalista associados a outros elementos** da atual conjuntura da questão agrária que são a mudança na matriz energética do combustível fóssil para a agroenergia que ampliou **a crise alimentar** (FERNANDES, B., 2011a, p. 77 - Grifo nosso).

Segundo Mészáros (2011) o que vivemos é uma crise estrutural do capital iniciada na década de 1970, com desdobramentos do momento de crise nos anos 2007/2008. Ela: "Vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural" (p. 17). Borras Jr e Franco (2012) afirma que as crises globais ocorridas em vários níveis – alimentício, energético, financeiro – contribuíram para a estrangeirização de terras. Ou seja, uma corrida pelo controle dos territórios que são de interesse do capital, onde as empresas transnacionais e os Estados estão intimamente ligados.

Sauer (2010) afirma que o que temos atualmente é uma "corrida mundial" por terras, intensificada após a crise de 2008, emergindo questionamentos sobre o domínio do território dos países, principalmente em áreas de fronteira. Também partimos desta ideia do autor, onde essa crise gerou a impulsão de uma demanda de alimentos, de produção de agrocombustíveis, *commodities* e de produção mineral, o que alavancou a procura por terras cultiváveis e rentáveis em outros países.

Segundo HLPE (2011):

> Since the financial crisis of 2007-08, caused in large part by speculation in a range of financial instruments, **there has been concern that international investment in land has become just another strand in the portfolios of financial institutions**. Speculation in any asset involves acquiring it in the

> expectation of its value going up, rather than planning for longer term productive investments (HLPE, 2011, p. 16).

McMichael (2013) afirma que ocorre uma reterritorialização agrícola com a crise, deslocando assim, a produção de alimentos e de agrocombustíveis. Ou seja, foi uma crise do capital e alimentar aliada ao aumento do custo da produção, provocando a retirada de algumas *commodities* para a produção de outras, reflexos da mercantilização da terra (MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR, 2013). Ou seja, territórios onde se produziam determinadas culturas alimentícias, por exemplo, passaram a produzir culturas que podem se extrair os agrocombustíveis, como cana-de-açúcar e milho.

Assim, compreendemos que o processo de estrangeirização de terras não surgiu depois da crise alimentar, mas ele é um elemento da questão agrária mundial que sempre teve como característica a territorialização da agricultura capitalista em diversos territórios, que não está ligada apenas com a agricultura, mas outros interesses como minério, gás e produção de carbono. Como afirma Llambi: "*El tema de land grabbing no es solamente un tema de la agricultura, las tierras se acaparan también para producir minería, petróleo etc*." (Em entrevista, 2015). Ou seja, a estrangeirização de terras pode ocorrer por diversos motivos em vários setores da economia por meio de diferentes interesses.

HLPE (2011), afirma que a gama de interesses que está por trás da estrangeirização de terras para as empresas multinacionais estão vinculadas aos agrocombustíveis e indústrias extrativas. Em que, os governos estrangeiros tem o discurso da segurança alimentar e os investidores em geral e as instituições estrangeiras tem o objetivo de ampliar seus ativos. Assim: "Food production is not the only reason behind land deals. Land is also being bought by a wide range of interests to produce biofuels, forestry products and minerals, expanding the range of old and new actors in the global scramble for resources (p. 16).

Sassen (2013) aponta os principais setores que estão envolvidos nas aquisições de terras a nível mundial. Destacamos a importância dos agrocombustíveis que representa aproximadamente 37, 2% das aquisições, desmitificando o discurso hegemônico como um dos principais fatores a produção de comida que fica em segundo lugar com 11,3% do total.

Borras Jr e Franco (2012) também apontam a estrangeirização de terras a partir de diferentes setores não só da agricultura, ou seja, o uso da terra atualmente tem muitas facetas:

> Transnational and national economic actors from various big business sectors (oil and auto, mining and forestry, food and chemical, bioenergy and biotechnology, etc. are eagerly acquiring, or declaring their intention to acquire, large swathes of land on which to build, maintain or extend large-scale extractive and agro-industrial enterprises (BORRAS JR; FRANCO, 2012, p. 37).

Os autores criaram uma tipologia para justificar essas mudanças no uso das terras relacionado ao avanço do capitalismo no campo, são elas: produção continua de alimentos; mudança da produção de alimentos para a produção de agrocombustíveis para exportação; terras não dedicadas à produção de alimentos agora destinada a mesma; terras interessadas às florestas e terras marginais convertidas a produção de agrocombustíveis. Assim, o capital vai entrando nos territórios com diferentes justificativas e interesses.

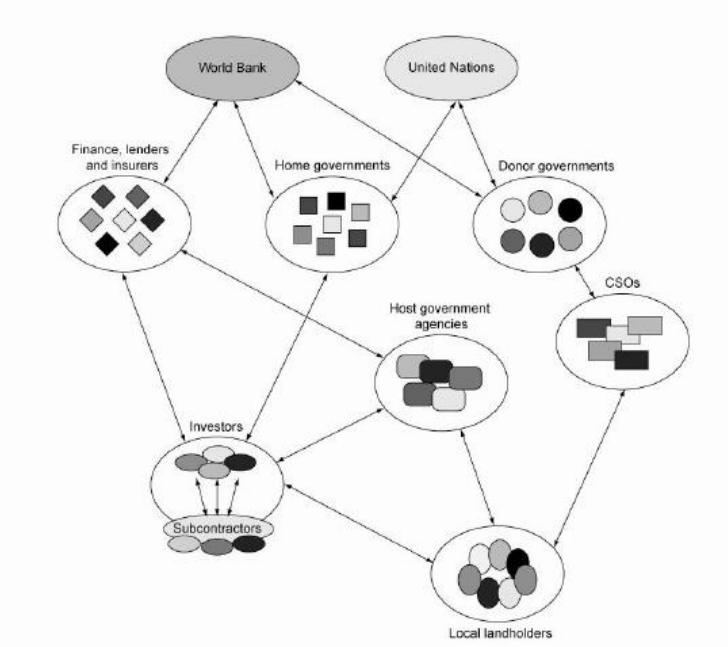
Segundo Sauer (2010) grande parte dos investimentos do Estado brasileiro, são para as empresas de capital privado, principalmente as que envolvem a agricultura como para a produção de soja, cana-de-açúcar etc. transparecendo essa aliança, capital, Estado e empresas nacionais e estrangeiras. Podemos citar um fator agravante para esta questão, que são as compras de usinas antes brasileiras para a inserção do capital estrangeiro nas mesmas, mostrando a complexidade deste processo, uma vez que parte dessas empresas podem também possuir capital brasileiro.

Fica claro que o processo de estrangeirização de terras envolve vários interesses, que tem como fator determinante a obtenção de terras, mas como vimos não é o único motivo. Os sujeitos que estão envolvidos compõem uma "rede" de interesses e de subsídios do Estado que promove esse processo. Como afirma Llambi "… *evidentemente que hay ese tal fenómeno que se llegan este intereses internacionales, acaparar tierras, pero lo interese no solamente internacionales, también nacionales, empresas nacionales, y del Estado*" (Em entrevista, 2015).

HLPE (2011) afirma que os investimentos no processo de estrangeirização de terras, podem ser realizados de forma direta ou indireta, nacional e internacional, produtivo e especulativo, por exemplo: "Indirect players, such as pension fund managers, real estate groups, and finance capital, may seek land as an additional asset in a broader portfólio" (p. 16).

A estrangeirização de terras está ligada a diversos sujeitos como expressados na figura 11. Podemos citar o Banco Mundial, Nações Unidas, proprietários de terras locais, investidores – subcontratados, governos etc.

Figura 11: Os principais atores em acordos internacionais de terras.



Fonte: COTULA, 2011 *apud* HLPE, 2011, p. 35[6]

Esses diferentes sujeitos expostos atuam de distintas formas, separados ou em conjunto, para que seus objetivos de conquista da terra e dos recursos nelas existentes sejam alcançados. Colque afirma que a estrangeirização de terras faz "*parte del capital transnacional, que no es una persona, no tiene una cara, un nombre y apellido y si no son empresas transnacionales que llegan el país y llegan al tomar control sobre las tierras más productivas*" (Em entrevista, 2015).

Segundo Backes (2009):

> Pode-se dizer que os grupos estrangeiros dividem-se em dois tipos: aqueles que estão consorciados com empresários do ramo e principalmente com fundos de investimento internacionais, interessados em investir em um negócio promissor sem envolvimento direto, e do outro lado estão empresas

[6] Figura modificada da versão original.

> que atuam no exterior com o setor de commodities e que optam por estar participando ativamente do setor do Brasil (BACKES, 2009, p. 113).

O Estado é um dos elementos mais importantes nas estratégias de territorialização do capital, como afirmou Mészáros (2011) ao mostrar que na crise os Estados apoiaram as grupos/empresas multinacionais/transnacionais dando suporte econômico para eles. Sassen (2013) aponta essa complexidade na estrangeirização de terras, onde os Estados criam vários instrumentos de governança para regular as aquisições dessas terras, com novos instrumentos:

> One key feature of the current period is that unlike past empires, today's world consists largely of nation-states recognized as sovereign, no matter how feeble this sovereign power is in many cases. Rather than imperial grab through force, **the mechanism is foreign direct investment or direct buying/ leasing.** Buyers include governments, sovereign wealth funds, foreign firms, nationally based foreign corporations and investment banks, or some combination of these (SASSEN, 2013, p. 29 – Grifo nosso).

Bernardo Mançano Fernandes (2009a) mostra que essas relações são os novos elementos dessa questão, que devem ser compreendidos a partir de outros processos políticos como o neoliberalismo, onde capital e Estado se unem para se territorializarem em outros países, explorando-os. Assim, além das empresas, os Governos estão cada vez mais envolvidos neste processo, mesmo com a diminuição do seu papel por meio do neoliberalismo.

Sassen (2013) considera que a estrangeirização trás mudanças profundas (ou seja, consequências), principalmente com uma "desmontagem" do território nacional, permitindo um novo tipo de geopolítica global:

> This deeper structural level is also what makes the current phase of land acquisitions potentially deeply consequential, to the point of signaling the further disassembling of national territory. Such disassembling can enable the rise of a new type of global geopolitics, **one where national sovereign territory increasingly is subject to nonnational systems of authority**—from familiar IMF and WTO conditionality to elementary controls by diverse foreign actors over growing stretches of a country's land (SASSEN, 2013, p. 25 – grifo nosso).

A estrangeirização de terras desmantela o aparelho do Estado, uma vez que, o interesses nas questões que envolvem a governança da terra é interessada/endereçada para o

capital privado (interesses privados – estrangeiros), logo este processo é multifacetado (McMICHAEL, 2013). Correlacionando com Sassen (2013), a relação de poder desigual entre os diversos sujeitos da estrangeirização de terras com o Estado, contribuem para essa desnacionalização do território nacional principalmente com o aumento das aquisições pós 2006:

> But by the end of the 1990s, with the neoliberal project thoroughly installed in a large part of the world, these conditions— the correspondence of national territory and national institutions with the national— began to be actively unbundled. **This active unbundling does not mean that nation-states disappear**. Rather, I argue, we see emergent denationalization processes that are part of the formation of the global. In the case of the post-2006 foreign land acquisitions, it is their scale and the unequal power of the actors involved that can be interpreted as an accelerated **denationalization of national territory** (SASSEN, 2013, p. 28- Grifo nosso).

Deste modo, para a autora as aquisições de terras destroem parcialmente o território nacional, a partir da sua desmontagem, pois as articulações estão desvinculadas com o Estado nacional que é um elemento centralizador deste processo, promovendo-os por meio de aberturas e incentivos fiscais, como isenção de impostos, incentivos a produção, comercialização e circulação, criação de postos de trabalho. Tudo isso com o objetivo de atrair e contribuir para a territorialização dessas empresas/grupos estrangeiros, onde o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no caso brasileiro, tem um papel importante nos projetos principalmente de cooperação entre os países com o Brasil, concedendo créditos e financiando projetos, infraestruturas e obras:

> A partir de 1995, o BNDES passou a conceder também financiamento às empresas multinacionais, dada a Emenda Constitucional n. 6, que eliminou a distinção entre empresa de capital nacional e estrangeiro e igualou as condições de acesso ao crédito das agências oficiais de fomento e aos incentivos e subsídios governamentais (PRATES, CINTRA, FREITAS, 2000, p. 90).

A partir disso, ocorrem as mudanças nas linhas de créditos, financiamento, ampliação de setores entre outros elementos. As transformações no cenário nacional foram sendo realizadas com o intuito de "globalizar" o Brasil, colocando as empresas multinacionais como elementos/sujeitos importantes e centralizadores. Essas mudanças estão relacionadas à

escala global, onde a estrangeirização de terras modifica/transforma as políticas nacionais e consequentemente os padrões de consumo mundial (MARGULIS; MCKEON; BORRAS JR, 2013), como exemplo podemos citar o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em que partir da década de 1980, o BNDES passou a ser responsável por executá-lo, possibilitando a territorialização das empresas sucroalcooleiras estrangeirais no Brasil.

A estrangeirização de terras promove a especulação de terras em escala global, com instrumentos como a grilagem, evidenciando/acarretando a intensificação da territorialização das empresas e dos grupos estrangeiros em grande escala para a produção e exportação de alimentos, *commodities* e agrocombustíveis, como afirmam Borras Jr e Franco (2012): "moreover, some of these economically and politically dominant classes and groups and other corporate interests have expanded their food and biofuel production by wallowing up smaller farm units by purchase or lease" (p. 49).

Para ocorrer a estrangeirização de terras para a produção de *commodities*, são necessárias duas relações apoiada pelo Estado: compra e/ou arrendamento. A compra de terras pode ser realizada por diversas funções, não necessariamente para a produção agrícola. Ela pode ser feita por dispositivos legais como os financiamentos.

Segundo Oliveira (2010), no caso da compra de terras por estrangeiros existe uma série de obrigações que devem ser cumpridas, a partir das leis (como a Lei 5.709/71), são elas: os estrangeiros só podem comprar as terras para as questões que envolvem a pecuária, agricultura, indústria e colonização (vinculados aos objetivos estatuários), os tamanhos das terras não podem exceder 50 módulos ou ultrapassar um quarto da área do município que está se comprando a terra, as transações devem ser aprovadas pelo Ministério da Agricultura ou Ministério da Indústria e Comércio conforme a finalidade e entre outras obrigações. Já no caso dos arrendamentos, podem ser feitos por meio de contratos de aluguel ou retribuição, sendo integrais ou parciais. Eles podem variar conforme a produção e a demanda dos arrendadores e arrendatários com distintas finalidades, como a extrativista, pecuária e exploração agrícola, conforme o Estatuto da Terra.

Podemos citar alguns fatores que contribuem para a estrangeirização de terras no mundo, como:

- A insegurança alimentar, pois os países que importam mais do exportam os alimentos necessitam garantir sua "segurança alimentar";
- As terras agrícolas disponíveis que podem ter grande lucratividade na produção ou apenas como reserva de valor;
- A abertura/incentivo dos países para promover esse processo, que são realizadas por meio de leis, incentivos fiscais e projetos de cooperação;
- As produções de matérias primas a nível industrial-agrícola;
- A demanda do mercado de carbono com a presença das multinacionais que compram grandes extensões de florestas para reverterem em créditos de carbono etc.;

Deininger (2011) partindo de uma análise diferenciada do PQA, também utiliza alguns indicadores para compreendermos os interesses dos países em adquirir terras em outros países. Eles procuram os países que tem maior abundância de terras não cultiváveis com pouca densidade populacional, a abertura dos países por meio de investimentos diretos aos grupos estrangeiros, as questões da infraestrutura dos países que podem atrair ou não os projetos estrangeiros, sendo importantes e benéficos para os países.

> If rights are well defined, if land markets are not monopolized, and if information is accessible to all, **voluntary transactions where land is valued at market prices should ensure that a mutually satisfying outcome is achieved.** In this context, entrepreneurs can earn rents by bringing technology to improve productivity on land that is currently used less intensively (and thus available at fairly low prices). Land rights holders can in theory capture some of this rent through well-informed negotiations (DEININGER, 2011, p. 236 – Grifo nosso).

Neste sentido, para o autor os investimentos estrangeiros nos países podem trazer benefícios positivos principalmente para as questões relacionadas ao emprego, o aumento da receita fiscal nacional e local, o acesso a novas tecnologias etc.:

> (i) social infrastructure, often supported by community development funds using land compensation; (ii) generating employment and jobs; (iii) providing access to markets and technology for local producers; and (iv) higher local or national tax revenue. Economic viability of investment was a necessary condition for positive effects to materialize. If investments

> generated profits, social impacts depended not only on the magnitude of benefits, but also on the mix of different types of benefits. **For example, entrepreneurial and skilled people could gain from jobs created by an investment, while vulnerable groups or women lost access to livelihood resources without being compensated.** This illustrates the importance of clearly addressing distributional issues upfront. Moreover, countries—who are ultimately responsible to ensure that resources at their disposal are used in a way that provides broad-based benefits—have a clear framework in place with which to decide whether, in their specific situation, large scale land acquisition the potential to contribute to broader development objectives (DEININGER, 2011, p. 226 – Grifo nosso).

O autor também aponta que apesar dos desafios há muitas oportunidades de negócios vantajosas que envolvem a estrangeirização de terras, onde os governos devem esclarecer as informações, conciliar o social e o ambiental nas aquisições, com políticas boas para reverter em bons investimentos, com competição igual entre os investidores e os produtores locais.

Mas, compreendemos que este processo gera impactos negativos intensos principalmente na desterritorialização das comunidades locais, perdendo seu território e todas as relações sociais contidas e produzidas nele, uma dependência as demandas empregatícias do mercado local que estão sujeitas as demandas globais, com contratos de trabalhos temporários, ou seja, a uma sujeição da força de trabalho desses sujeitos ao capital não permitindo a sua reprodução entre outros fatores. Bem como a insegurança alimentar provocada nesses países, pois com o aumento da produção de *commodities* nós temos o aumento do consumo, que já é realizado de forma exorbitante, de insumos/venenos/agrotóxicos nas plantações prejudicando também a produção de alimentos dos camponeses e indígenas, abrangendo os impactos desse processo para o meio ambiente – uso excessivo de insumos/venenos.

Nas áreas de muitos países que poderiam ser utilizadas para o cultivo de alimentos pelos camponeses ou outros sujeitos do campo, foram sendo territorializadas as monoculturas ou em áreas onde já haviam as produções foram sendo substituídas por essas culturas voltadas para a exportação. Como exemplo, são as áreas onde estão localizados os assentamentos e as usinas de cana-de-açúcar, que produzem dentro do assentamento por meio dos arrendamentos. Ou seja, em territórios camponeses que poderiam produzir alimentos saudáveis estão sendo inseridos nessa lógica de produção, em que o camponês fica cada vez mais subordinado a essa lógica. Refutando assim a ideia que o Deininger (2011) da possibilidade de competição igual

entre os investidores e os produtores locais, principalmente no caso brasileiro temos o exemplo dos investimentos destinados à agricultura brasileira e ao agronegócio que são desiguais.

Os governos também devem adotar algumas medidas que permitam que os impactos negativos desse processo, principalmente com as comunidades atingidas e com o meio ambiente, sejam menos danosos. Com isso, o mesmo Estado que tem agido para possibilitar a territorialização das empresas e grupos estrangeiro, também freia este processo, ou seja, vão restringindo os incentivos/investimentos para os estrangeiros:

> In many countries hosting large scale acquisitions, the government claims ownership of land, water and other natural resources. Hence, government is central in encouraging inbound investment, making land available, and negotiating with investors as well as enforcing contractual agreements. **Given the scale of International interest in land investment, a number of governments in Latin America are now imposing new controls on foreign land investment to protect citizen interests** (HLPE, 2011, p. 9 – Grifo nosso)

Devemos considerar algumas interferências nos processos de aquisições como a corrupção por meio das questões que envolvem a implementação das empresas/grupos estrangeiros no país, buscando minimizar os impactos negativos desse processo na população local, pois elas estão em situação de risco:

> **Es necesario adoptar medidas para incrementar la transparencia de cada inversión y establecer una gestión de gobierno de la tierra más eficaz en los países destinatarios a fin de reducir los riesgos económicos y sociales.** A largo plazo, la gestión de gobierno eficaz, incluida la supervisión independiente de las inversiones, puede ser un factor que determine la capacidad y la competitividad de los países para atraer inversiones agrícolas adecuadas (AREZKI; DEININGER; SELOD, 2012, p. 49 – Grifo nosso).

HLPE (2011) afirma que a maioria dos problemas que envolvem a estrangeirização de terras, poderiam ser tratados a partir de uma legislação e uma política mais eficaz a nível nacional e local. Onde o Estado tem o dever de proteger o direito das populações atingidas por este processo, incluindo-as no debate. Como na criação de instituições que possam mediar tais momentos e apoiar essas populações:

> National governments play a central role in managing and negotiating the flow of inward investment into land and agriculture. The framework and effectiveness of policies, laws and regulation are key to setting the terms and conditions for ensuring a proper balance of interest between local land users and investors, and enforcing such contractual agreements. Land is the basis for the livelihoods of the majority of the population in many middle and low income countries. **Thus, decisions taken regarding the allocation of land to foreign (and domestic) investors will affect a large number of people and for generations to come**. Yet many of the people most affected have little opportunity to make their voices heard (HLPE, 2011, p. 39 – Grifo nosso).

Dentro dessa questão do Estado temos a preocupação em relação à soberania alimentar dos países, que acaba sendo um elemento importante na justificativa dos movimentos socioespaciais, principalmente da Via Campesina contra o processo de estrangeirização. Pois, ao terem seus territórios com uma grande porcentagem de produção de *commodities* os países ficam vulneráveis nas questões que envolvem a alimentação.

Mesmo que o discurso embasado pela estrangeirização de terras seja o de "segurança alimentar". Segundo McMichael (2013), os Estados procuram ter acesso a alguns alimentos no sentido de garantir essa "segurança alimentar" (agro-segurança) por meio das aquisições de terras, tendo acesso a outros recursos além da terra como água e minérios.

Segundo Sauer e Leite (2011):

> Além de rebater na luta pela terra e na histórica demanda por um lugar para trabalhar e viver, os investimentos crescentes em ativos fundiários **ameaçam a segurança e a soberania alimentar**. Esses investimentos **concentram** ainda mais a produção agropecuária **em poucas *commodities***, sendo que essa concentração – tanto dos produtos como da propriedade destes – favorecem os monopólios e o aumento do controle de poucos sobre a produção de alimentos e agroenergias (SAUER; LEITE, 2011, p. 31 - Grifo nosso).

A soberania alimentar está relacionada com a autonomia, com o poder de decisão e principalmente na soberania territorial dos países, que vão sendo impactados com a territorialização de grupos estrangeiros nos países, ou seja, esse processo enfraquece os Estados. O conceito de soberania alimentar iniciou frente ao debate sobre a segurança alimentar pela Via Campesina Internacional. Ela o define como:

> Food Sovereignty is the RIGHT of peoples, communities, and countries to define their own agricultural, labor, fishing, food and land policies which are ecologically, socially, economically and culturally appropriate to their unique circumstances. **It includes the true right to food and to produce food, which means that all people have the right to safe, nutritious and culturally appropriate food and to food-producing resources and the ability to sustain themselves and their societies** (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2002. p. [1][7] – Grifo nosso).

Assim, a autonomia dos países e povos em definir suas políticas sobre as questões que envolvem a agricultura, a pesca, o trabalho entre outros, são um dos elementos centrais deste contexto. Valério (2011) aponta que a soberania alimentar implica na soberania/autonomia dos povos de produzir alimentos conforme seus hábitos e/ou práticas culturais "em sintonia com sistemas alimentares constituídos na diversidade de combinações resultantes da heterogeneidade do quadro natural em relação ao processo histórico-social que os caracterizam" (p. 43).

A Soberania Alimentar requer o acesso a terra e aos seus recursos naturais por meio da reforma agrária, reconhecimento do papel das mulheres no sistema de produção, proteção das sementes que não devem ser geneticamente modificadas, investimentos públicos voltados para a capacitação dos camponeses, priorização da produção de alimentos por meio do campesinato a sistemas de mercados locais e nacionais, bem como assegurar preços justos a eles (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2002).

Frente ao debate soberania alimentar temos os das empresas do agronegócio com o discurso do desenvolvimento sustentável. Segundo Borras Jr e Franco (2012), a estrangeirização de terras amplia no mundo o mercado da agricultura capitalista, com discursos que aliam a preservação do meio ambiente com a produção sustentável, ao combate da fome e da pobreza rural.

Esse tipo de desenvolvimento – sustentável - está ligado com o presente e o futuro, ou seja, com a capacidade da nossa sociedade de satisfazer os desejos alimentares e territoriais sem comprometer as gerações futuras. Para que haja esse tipo de desenvolvimento é necessário que os três setores: mercado, sociedade e Estado atuem em conjunto, mas a partir

[7] Sem paginação.

do que já foi exposto vemos uma tendência do Estado e do mercado agirem juntos em detrimento dos interesses da sociedade, neste caso dos camponeses e indígenas.

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que o Estado tem interesse no modelo de desenvolvimento do agronegócio, permitindo maior investimento em infraestruturas e abertura política para a territorialização dessas empresas nacionais e estrangeiras. Frente a esse processo temos a luta histórica dos movimentos socioterritoriais pela reforma agrária:

> Apesar de ser entendida por alguns como uma oportunidade de negócios, a terra não pode ser reduzida a um ativo e um meio de produção. Mas, **a demanda mundial por terras está em confronto direto com a demanda histórica por reforma agrária**, tanto no sentido de disputar um bem finito como provocando a alta do preço e o encarecimento das políticas públicas de acesso à terra (SAUER; LEITE, 2011, p. 31 – grifo nosso).

Segundo HLPE (2011), o aumento dos processos de aquisições de terra no mundo tornou-se a necessidade da reforma agrária mais latente, principalmente nos países que possuem um alto grau dificuldade no acesso, controle e propriedade da terra. Visto que, os desapropriados/desterritorializados não sabem ao certo seus direitos diante dessa situação, principalmente por não possuírem o título de posse. Assim, a estrangeirização de terras tem levado uma maior resistência, onde áreas que anteriormente seriam para reforma agrária agora são alvos para os grandes projetos estrangeiros: "Additional dispossession and displacement caused by large-scale land investments will worsen already problematic land distribution conditions in many countries, and are likely to provoke further conflict and violence" (p. 17-18).

Além da dificuldade histórica da questão agrária, o processo de estrangeirização de terras, tem levado por parte dos Governos e das empresas/grupos estrangeiros uma expulsão das comunidades rurais atingidas, ou seja, eles estão sendo desterritorializados que acirram os conflitos:

> ... a desterritorialização é entendida como **perda do território apropriado e vivido** em razão de diferentes processos capazes de desfazerem o território, já a reterritorialização compreende o processo de **criação de novos territórios**, seja por meio da reconstrução parcial de antigos territórios, seja por meio da recriação parcial (em outros lugares) de um território novo que contém, também, parcela das características do velho território (PEDON, 2009, p. 221-222 - Grifo nosso).

Correlacionamos com Bernardo Mançano Fernandes (2009a), ao afirmar que a "resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado a multiterritorialidade, promovendo também a desterritorialização das transnacionais" (p. 11). Marques (2008) coloca que o camponês brasileiro, mesmo expropriação, não perde totalmente os seus vínculos com a terra. Grande parte dos camponeses têm alguma relação com a terra, seja através do trabalho, de vínculos familiares, com suas origens entre outras. Explicando parcialmente "a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade" (p. 65).

Colque em entrevista também apontou que a estrangeirização de terras impede a redistribuição das terras aos camponeses e indígenas. Além desses impactos, temos o processo de desterritorialização das populações rurais com a territorialização do agronegócio estrangeiro nos países. Todas as suas relações são destruídas quando ocorre este processo devido a venda da terra a essas empresas e grupos, como afirma Colque: *"entonces, destruir la vida en comunidad, se fragmenta la vida en comunidad que ellos tienen y paulatinamente van aniquilando y luego vendiendo la tierra a esas empresas"* (Em entrevista, 2015).

O entrevistado afirma que renda da terra como outra forma de agressão aos territórios indígenas e camponeses pelas empresas estrangeiras. No que tange aos territórios indígenas eles são demarcados e tem proteção legal do Estado, assim não podem ser comprados pelas empresas, diante disso elas fecham acordos fora dos marcos legais e arrendam seus territórios para a produção de *commodities* e para a extração dos recursos naturais, sem transferir o direito da propriedade da terra para as empresas. Assim, grande parte dessa população deixa seus territórios e vão morar nas cidades:

> *Esto obviamente en algunos casos concluye que los campesinos acaban* ***abandonando su territorio*** *indígena, porque a tener más recursos llevan a sus hijos a centros urbanos para que estudien, para que no se dedican a las actividades no agrícolas y ellos mismos empiezan a establecer se en centros urbanos que* ***dejen de pertenecer a tu territorios*** (Colque em entrevista, 2015 - Grifo nosso).

A luta dos movimentos socioterritoriais para a sua reterritorialização parte de novos elementos/sujeitos antes era o latifúndio hoje o agronegócio representado pelas grandes

empresas transnacionais (FERNANDES, B., 2011). Essa luta torna-se cada vez mais complexa diante da ineficiência do Estado em criar políticas públicas efetivas para os camponeses e indígenas no campo, poderem se manter na terra frente ao avanço do agronegócio estrangeiro em seus territórios:

> Foreign land acquisitions include vast stretches of national territory articulated through villages, smallholder agriculture, rural manufacturing districts, and through the actors that make these economies and reproduce them—whether or not this is recognized by the state. **Much of this politico-structural complexity is today being evicted from that territory due to those acquisitions.** At the extreme we might ask what is citizenship when national territory is downgraded to foreign-owned land for plantations and the rest is evicted—floras, faunas, villages, smallholders (SASSEN, 2013, p. 43 – Grifo nosso).

O não reconhecimento dos Estados em relação às comunidades rurais no âmbito da produção de alimentos e mercadorias é intencional, valorizando apenas o modelo de desenvolvimento do agronegócio pautado na exportação de *commodities*. Assim, a necessidade de ouvirmos os diferentes sujeitos torna-se latente, principalmente no que tange a participação deles no processo de aquisição de terras:

> Increased support is needed for farmer representation through their own organizations, with priority to social movements of the rural poor: small farmers, landless labourers, women, indigenous peoples and ethnic minorities, pastoralists and forest dwellers. Other civil society organizations who support the direct representatives of the rural poor should also be provided the needed institutional space. The rural poor‘s social movement organizations and relevant CSOs need to acquire stronger political weight in national and international decision-making structures. These organisations need backing at country level and internationally to ensure effective scrutiny and accountability of both national and international processes (HLPE, 2011, p. 43).

Em resistências, os movimentos socioterritoriais tem-se se articulado em escala global realizando estudos contra a estrangeirização de terras como a Via Campesina Internacional, a União Nacional de Camponeses, Justiça Ambiental etc., bem como, intelectuais da academia buscando internacionalizar a luta contra a estrangeirização de terras. Também é necessário que os governos criem mecanismos de controle para o avanço das empresas e grupos estrangeiros em seus territórios, que por mais que sejam vantajosas as

aquisições de terras para a balança comercial do país relacionada às questões econômicas, na parte territorial é devastante, pois vai perdendo sua autonomia nesses territórios, criando situações de insegurança a alimentar, acirrando os conflitos entre os movimentos socioterritoriais que possuem uma lógica diferenciada de produção se comparado à lógica da agricultura capitalista.

A partir do que foi exposto sobre o conceito de estrangeirização de terras, no próximo capítulo abordaremos brevemente as discussões sobre esse processo no estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo como o avanço do capital estrangeiro mudou a sua configuração territorial a partir da produção das principais *commodities* produzidas e das lutas dos movimentos socioterritoriais principalmente com as ocupações de terras.

CAPÍTULO III

3 – QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL: ALGUNS APONTAMENTOS

Mostramos nesta parte nossas pesquisas de campo e sistematizações dos dados quantitativos do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), algumas informações a respeito do processo de estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul e os conflitos contra o agronegócio nacional e estrangeiro por meio das ocupações de terras realizadas pelos movimentos socioterritoriais no referido estado.

A estrangeirização de terras ocorre através da produção de *commodities* como cana-de-açúcar, soja, milho, minério, eucalipto, gado entre outras e pela agroenergia. Este tipo de produção diverge com a lógica de produção dos camponeses e indígenas que lutam contra sua desterritorialização e pela sua (re)territorialização por meio das ocupações. Assim, compreendemos que a estrangeirização da terra é a territorialização do agronegócio estrangeiro e suas diferentes produções, impactando todas as dimensões da questão agrária.

As ocupações de terras são ações de resistências, enfrentamento direto contra o agronegócio seja ele de capital nacional ou estrangeiro que os movimentos socioterritoriais, entendidos neste trabalho a partir da sua configuração de existência por meio do território e das manutenções das suas territorialidades – indígenas, camponesas, quilombolas etc. – realizam. Essas ações também confrontam o modelo de desenvolvimento predominante nas políticas de governo que é o do agronegócio, fundamentado na produção de *commodities* utilizando grandes extensões de terras.

A partir da análise do estado do Mato Grosso do Sul, observamos que a territorialização deste tipo de desenvolvimento ocorre por meio de incentivos do Estado, principalmente com políticas – programas – para a inserção da soja e da cana-de-açúcar, por exemplo. Como é o caso do Programa Desenvolvimento dos Cerrados por Cooperação Japão-Brasil (PRODECER) territorializando a soja no Mato Grosso do Sul e o Programa Nacional do Álcool que territorializou a cana-de-açúcar, transformando o estado num dos maiores produtores em ambas as culturas.

Confirmando as afirmações de Martins (1981) em que há uma ligação direta da terra com o capital, em que o capital vai se apropriando de grandes propriedades ou cria condições

para a sua formação em setores econômicos que a renda da terra é alta como no caso da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária, ou seja, nas principais atividades do Mato Grosso do Sul.

A estas ações de resistências, resultam na criação de territórios camponeses como os assentamentos rurais e indígenas com a demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados pelos seus antepassados.

3.1 – A produção de *commodities* e os conflitos territoriais

Devemos analisar a questão agrária a partir de diferentes elementos (educação, lutas/resistências, produção, comercialização etc.) e de dimensões (política, econômica e social) que não são separadas, por mais divergentes que sejam. Os problemas que envolvem a questão agrária perpassam além dos diferentes modelos de desenvolvimento. Bernardo Mançano Fernandes (2001a) mostra que essas questões estão relacionadas essencialmente a propriedade da terra que envolve as lutas pela reforma agrária e terra (resistência), os processos de expropriação/expulsão/exclusão dos camponeses e assalariados, violências, concentração de terras, políticas agrícolas, produção, mercado, segurança alimentar em consequente a qualidade de vida da população do campo.

Camacho (2014) também aponta os territórios onde questão agrária pode ser encontrada nos modos material e imaterial:

> Em todo o Brasil a questão agrária pode ser encontrada em diversos territórios materiais e imateriais. Nos territórios materiais dos **assentamentos, acampamentos, propriedades camponesas, grandes propriedades do agronegócio** com suas monoculturas e seu ―mar de cana, soja, laranja etc. Nas **manifestações** dos movimentos socioterritoriais camponeses nas estradas, cidades, rodovias, prédios públicos etc. Nos territórios imateriais das **políticas públicas**, nas **metas econômicas** do governo, nos objetivos dos partidos políticos, nas pautas dos movimentos socioterritoriais, nas **escolas** do campo e da cidade (CAMACHO, 2014, p. 111-112 – Grifo nosso).

A questão agrária e seus componentes da conflitualidade materializam em diferentes lutas com ações diretas nas formas de ocupações e manifestações e indiretas com debates ideológicos de diferentes projetos políticos (paradigmáticas). Escrivão Filho (2012) afirma que "... a história da questão agrária demonstra que a luta pela direito à terra do povo brasileiro, desde as suas diferentes dimensões culturais, sempre foi reprimida com muita violência por forças do latifúndio e do Estado" (p. 214).

Neste sentido, as ações dos movimentos socioterritoriais são contestadas e vistas pelo Estado e agronegócio/latifundiários como um obstáculo para o desenvolvimento do país, são fortemente reprimida com violência. A exemplo, temos as lutas atuais dos Movimentos Indígenas e os Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, que ultrapassaram as

fronteiras do Brasil internacionalizando esta questão. Ou seja, a atual conjuntura da questão agrária nos revela alguns elementos para compreendermos a internacionalização da luta dos movimentos socioterritoriais pelo acesso a terra e também pelo avanço das empresas estrangeiras em países para a produção de *commodities*, promovendo a desterritorialização e em consequência as violências contra as comunidades rurais.

Sauer e Leite (2010) apontam que as principais *commodities* que estão se expandindo pelo processo de estrangeirização de terras são o milho, a soja, a cana-de-açúcar, a floresta plantada, o óleo de dendê, o arroz, a canola e o girassol. No Brasil, as principais produções são as três primeiras, onde os locais "alvos" para a territorialização dessas empresas/grupos são as regiões o Norte e Centro-Oeste, que destaques principalmente no pós 64, devido a uma série de políticas que permitiram a aquisição de terras por estrangeiros a partir das questões que envolviam a integração nacional. Assim, as produções das monoculturas seguiram as frentes da região Sul, Centro-Oeste e para o Norte do Brasil, regiões hoje que se consolidam pelo territorialização do agronegócio.

Segundo Casarotto (2013), a agricultura no Brasil se tornou competitiva internacionalmente e importante ao longo dos anos e que teve como resultado o fortalecimento de empresas/grupos e produtores na expansão da indústria de máquinas, implementos e insumos. Neste caso, com forte presença estrangeira, configurando uma dependência econômica do Brasil, principalmente no ramo da agricultura, ao mercado externo ditando os preços, como afirma Stedile (2012):

> Esses problemas aparecem no elevado índice de concentração da propriedade da terra – **apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terr**as; no elevado índice de concentração da produção agrícola, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das *Commodities Agrícolas* exportadas; na distorção do uso de nosso patrimônio agrícola, **pois 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana de açúcar, e na pecuária extensiva**; na dependência econômica externa à que a agricultura brasileira está submetida, por causa do controle do mercado, dos insumos e dos preços pelas **empresas agrícolas transnacionais**; e na subordinação ao capital financeiro, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões do capital financeiro, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura (STEDILE, 2012, p. 645 – grifo em negrito nosso).

No caso do Mato Grosso do Sul, não é diferente, as principais *commodities* são a soja, a cana-de-açúcar, o eucalipto e o gado (pecuária extensiva), com os capitais da Holanda, Argentina, Emirados Árabes, Reino Unido, Itália, EUA, Japão, França, entre outros. Que se territorializaram a partir de políticas governamentais ocasionando a intensificação da produção ora de algumas culturas e ora de outras, principalmente no fim de 1970 e início de 1980.

Desta forma, o avanço do capital no referido estado está ligado à concentração de terras, indo de encontro com as ações dos movimentos socioterritoriais que lutam pela democratização do acesso a todos os camponeses e indígenas:

> Fica caracterizado em Mato Grosso do Sul um processo contraditório de avanço e crescimento do capitalismo no campo, pois, se de um lado temos a concentração da terra, por outro lado surgem os movimentos sociais, na luta pela terra, por sobrevivência e pela cidadania (AVELINO JÚNIOR, 2008, p. 123).

Ao longo dos anos essas transformações territoriais no referido estado, advindos da época em que o mesmo pertencia ao estado do Mato grosso, foram sendo demarcadas por políticas que contribuíram para o avanço do agronegócio principalmente da cana-de-açúcar e soja em territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas e em territórios camponeses, acarretando o processo que denominamos como desterritorialização.

A história de formação do estado do Mato Grosso do Sul tem fortes ligações com o estado de Mato Grosso, pois integrava este território até os processos de "separação". Higa (2005) afirma que somente na metade do século XX que o estado do Mato Grosso (composto ainda pelo então MS) tornou-se como um promissor na expansão da produção no Brasil resultando em impactos socioterritoriais. Antes disso, apesar de algumas experiências no setor agropastoril, ele não teve forte presença, pois não havia infraestruturas necessárias como meio de transporte para o escoamento da Produção.

A inserção do Mato Grosso na economia brasileira ocorreu no contexto da produção de café em outros estados, em que começou a desenvolver neste estado áreas de agricultura comercial em pequenas propriedades agrícolas (MORENO, 2005a). Assim:

> No final da década de 1950, o governo brasileiro adotou estratégias que expandiram a fronteira econômica do país. Com a mudança da capital

> federal, que foi construída no Planalto Central, iniciou-se a construção de rodovias em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil. Essas regiões começaram a ser consideradas como alternativas do capital e crescimento econômico (HIGA, 2005, p. 89).

Desde então as politicas governamentais basearam em concessões de créditos rurais, subsídios de compra de equipamentos e insumos, bem como de incentivos fiscais, partindo de planos de desenvolvimento que atraiu grande parte de investimentos estrangeiros com a vinda de empresas multinacionais e de investidores brasileiros do Centro-Sul do Brasil (HIGA, 2005, p. 89).

Segundo Higa (2005) além destas medidas, o governo federal adotou instrumentos que contribuíssem para a colonização – ocupação – destes territórios disponibilizando terras para os empresários que buscavam compra-las para um investimento rentável. Assim, no início da década de 19870, várias políticas foram para aumentar a produção agrícola para a exportação: "... através de programas e planos de incentivo vinculados à Sudeco e Sudam, associados ao I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND), a exemplo do Proterra, Prodoeste, Prodepan, Poloamazônia, Polocentro, Proalcool e Promat" (HIGA, 2005, p. 90).

Todas essas questões em torno das terras do estado do Mato Grosso do Sul por diversos sujeitos contribuíram para a desterritorialização de várias comunidades tradicionais, em consequente a territorialização do capital (MORENO, 2007). Ou seja, estes processos não ocorreram sem resistências dos povos indígenas.

Moreno (2005b) afirma que a política de "modernização" do país acarretou numa intensa exploração do estado do Mato Grosso por terras consideradas devolutas, reforçando uma maior concentração de terras baseadas na grande propriedade:

> Sob estratégia de "modernização" da agricultura e com o aporte de capital estrangeiro, o Estado brasileiro desencadeou, a partir da década de 1970, diversas ações de desenvolvimento regional para dar suporte à expansão da agropecuária empresarial, na Amazônia e Brasil Central, com o objetivo de estimular a exportação de produtos agrícolas (commodities). Foi nesse contexto que o Mato Grosso teve a sua posição redefinida no cenário econômico nacional, com a incorporação de enormes porções do seu território ao processo produtivo (MORENO, 2005b, p. 141).

Assim, o estado ia se modelando definindo a geopolítica de ocupação pelo grande capital (MORENO, 2005a). Em que grande parte dos latifúndios foram transformadas em empresas rurais, tecnificando o trabalho e a organização produtiva para o capital (MORENO, 2007). E estes desdobramentos serviram de "herança" na questão da formação do estado do MS.

Foi durante o Governo Geisel que se iniciaram discussões sobre o desmembramento do Mato Grosso, mas foi na ditatura de Figueiredo que o estado do Mato Grosso do Sul foi criado em 1º de Julho de Janeiro de 1979, acarretando em mudanças socioterritoriais em ambas as unidades federativas. Assim, a divisão dos estados significou um crescimento político, populacional e econômico dos estados (HIGA, 2005).

Desde o início do processo de ocupação do Mato Grosso do Sul, ocorreram conflitos e resistências pelo território, que foi ocupado por duas frentes de colonização que datam nos anos iniciais do século XX, com a vinda de imigrantes do estado do Rio Grande do Sul que desenvolveram a pecuária e o plantio de ervas, e outra frente de meados das décadas de 1950/1960, no reverso da "cuesta" da Serra de Amambai, próxima aos limites do estado do Paraná e São Paulo onde havia predominância das florestas (AVELINO JUNIOR, 2008).

Segundo Avelino Júnior (2008) a questão central para compreendemos com conflitos agrária no Mato Grosso do Sul é a presença da grande propriedade rural destinada à produção de gado. Posteriormente podemos acrescentar as produções de soja e cana-de-açúcar que foram se territorializando, utilizando do trabalho dos camponeses e indígenas neste processo. Assim, as "lutas pela terra se configuram em lutas contra o capital. Tal medida busca romper com o controle monopolístico da propriedade das terras e instituindo relações sociais de produção não capitalistas, fundamentadas no trabalho familiar" (RAMOS FILHO, 2008, p. 361-362).

O agronegócio no Mato Grosso do Sul, em seu contexto histórico, vem desde a ocupação do estado do Mato Grosso e posteriormente com o processo de constituição do estado do MS na década de 1970, trazendo elementos como a concentração fundiária, os conflitos territoriais entre camponeses, indígenas e latifundiários. E recentemente com o agronegócio representado pelas grandes corporações transnacionais principalmente no ramo da produção agrícola. Como afirma Melo (2015):

> O agronegócio em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul além de contar com grandes extensões de terras, constituídas por meio da política fundiária e grandes investimentos do mercado nacional e internacional, conta com recursos naturais (relevo e água) para sua expansão (MELO, 2015, p. 38).

Na década de 1980 ocorreram algumas mudanças na conjuntura agrícola do estado, onde a soja entra como uma produção importante para a economia do estado e do país, tendo a região da Grande Dourados como importante produtora. Inicialmente a produção era realizada pela erva-mate, passando para o gado e posteriormente com a soja, fruto desse processo de modernização agrícola implementado pelo Estado. Conforme relata Azevedo (2008):

> ... o Mato Grosso do Sul tem, historicamente, sua economia vinculada à extração de produtos primários e de recursos naturais, sendo que, durante o século XIX, foram explorados os chamados "ervais nativos", ou seja, a cultura de erva-mate, o que propiciou o crescimento de muitas cidades e também de infra-estruturas necessárias à ocupação do território (AZEVEDO, 2008, p. 23)

Até o início da década de 1970, a pecuária extensiva dominava o estado do Mato Grosso do Sul, sendo realizada pelos latifundiários (TEIXEIRA, 1989; SILVA, 2004). A partir de nossas pesquisas vimos que o preço da terra foi um atrativo para as empresas frigoríficas se territorializam no MS nas áreas de pastagens, principalmente a partir de 1980 e intensificada em 1990, se adequando aos padrões internacionais.

Segundo Galera (2011), no estado não há registro de nenhum frigorífico que exporta a sua produção com capital de origem local, onde as políticas para a territorialização dessas empresas ocorreu principalmente com as políticas do Estado, por meio da "guerra fiscal" atraindo frigoríficos de São Paulo, o que promoveu o estado para o terceiro lugar com o maior rebanho do país. Vale desatracar, que segundo o Censo Agropecuário de 2006, os números de estabelecimentos agropecuários para a produção de gado eram de 48.601, num total de 20.634.817 cabeças. A figura 12 apresenta a produção de gado no estado do Mato Grosso do Sul

Figura 12: Pecuária extensiva no MS - Fazenda São João em Rio Brilhante



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Desta forma, podemos dizer que a pecuária extensiva na história do estado tem-se configurado como elemento importante para compreendermos a concentração de terras, os conflitos e impactos territoriais na medida em que os camponeses e indígenas são desterritorializados.

Diante disso Galera (2011) informa que no:

> ... contexto de industrialização voltado ao agronegócio fez com que a **indústria frigorífica** e a indústria de beneficiamento de **soja constituam as duas grandes forças agroindustriais do estado**, ligando-se estruturalmente à expansão capitalista no setor rural e à história do estado (GALERA, 2011, p. 57-58 - grifo nosso).

Segundo Teixeira (1989), entre 1970 e 1980 o estado incrementa suas áreas de lavouras temporárias da soja (no verão) e do milho (no inverno), pois o mercado global dessas *commodities* estavam em ascensão e o MS tinha expressividade nessa produção tendo em 1970 sua área cultivada 100% dos grãos da soja. Segundo Backes (2009):

> A partir de 1980, o Centro–Oeste e consequentemente o Mato Grosso do Sul, que até 1979 pertencia ao estado de Mato Grosso, ancorado nas políticas de expansão das agroindústrias pelas fronteiras agrícolas do país, recebem empresas de diversos ramos para atender a demanda principalmente de grãos. Instalam-se dois grandes grupos internacionais do ramo, Cargil e Bunge, além de empresas do ramo sucroalcooleiro vindos do Nordeste e do próprio estado... (BACKES, 2009, p. 34).

A modernização da agricultura no referido estado está aliada ao mercado global, que contribuiu para as mudanças agrárias no MS e que ainda vem impactando este território com a intensificação da produção de *commodities*. Este fato ficou marcante com a Revolução Verde que ocorreu no país, permitindo a entrada e ampliação dos negócios das empresas e grupos transnacionais.

Melo (2015), considera que a Revolução Verde foi: "Idealizada no uso da tecnologia para aumentar a produtividade e, consequentemente, eliminar a fome mundial, esta chamada "revolução", além de não resolver os problemas da fome, também não colocou em discussão os problemas sociais causados pelo modelo socioeconômico" (p. 33).

Sobre a Revolução Verde, Chiappe (2002) afirma que:

> El modelo de la Revolución Verde se asocia con la utilización de variedades de alto rendimiento, la expansión de monocultivos, la mecanización de las tareas agrícolas, y el uso de fertilizantes y otros insumos químicos (herbicidas, insecticidas, y fungicidas). Si bien es cierto que la incorporación de estas prácticas agrícolas ha producido un aumento sustantivo en los rendimientos de los cultivos, también es innegable que ha tenido un fuerte impacto en los recursos naturales, la calidad del medio ambiente y la salud de la población rural y de los animales (CHIAPPE , 2002, p. 61-62).

Segundo Teixeira (1983), este contexto beneficiou os interesses de grupos econômicos como "Ciba-Geiger, New-Holland, Dupont, Anderson Clayton, Continetal Grain, Bunq & Born (SANBRA), Cargill, Louis Dreyfus etc." (p. 68). Ocorrendo assim, a monopolização da produção de grãos em detrimento da produção de alimentos básicos, uma maior concentração da terra por meio da venda das pequenas propriedades para os grandes produtores, principalmente as empresas estrangeiras, bem como o aumento do preço da terra.

Um fator determinante para a inserção de empresas estrangeiras para a produção de soja no MS, foi o Programa Desenvolvimento dos Cerrados por Cooperação Japão-Brasil

(PRODECER), que causou conflitos pelo seu modelo de desenvolvimento desde a sua implementação e até nos dias atuais com a sua produção:

> Como parte de projeto ambicioso, o governo brasileiro promulgou fortes políticas de colonização e programas de subsídios que estenderam oportunidades para um número relativamente pequeno de produtores que foram selecionados para participarem no Prodecer. O apoio para o projeto foi oferecido pelo Japão ao Brasil na forma de capital que financiou a pesquisa agrícola realizada pela EMBRAPA, criando tecnologias de ponta como 17 sementes, fertilizantes, pesticidas e maquinaria disponíveis para as operações de produtores identificados sob a alçada do projeto (CLEMENTS; FERNANDES, B., 2013, p. 16-17).

Segundo Inocêncio (2010), o programa teve três fases de implementação, a primeira no oeste do estado de Minas Gerais, a segunda nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia em 1987 e a terceira em 1995 nos estados do Maranhão e Tocantins. Segundo Clements e Fernandes (2013), as terras foram sendo usadas para a produção de soja devido ao PRODECER, principalmente na década de 1980 cerca de "345 mil hectares foram transferidos a 717 experientes produtores de larga escala sob a competência do projeto. As operações desses produtores foram fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro como parte dos negócios de terras" (p. 4).

As cooperativas por meio do PRODECER foram importantes para a consolidação e ampliação da territorialização do capital no Cerrado brasileiro. No MS a cede do programa estava no município de Águas Claras com a implementação da Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul Ltda e atualmente com a Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraiso e Região (INOCÊNCIO, 2010).

Além dos problemas causados na expropriação do campesinato e dos indígenas ou nas suas subordinações por meio do seu trabalho/produção aos grandes grupos estrangeiros, o PRODECER também trouxe problemas ambientais como desmatamentos, poluição dos rios e solos com o uso intenso dos agrotóxicos entre outros. Em entrevista ao IHU On-Line (2013), Fátima Mello, afirma que o programa foi:

> ... realizado pela cooperação japonesa com o Brasil nos anos 1980 e que produziu as características que conhecemos no Cerrado: gigantescos monocultivos de soja em larga escala voltados para a exportação, intenso uso de agrotóxicos, expulsão de populações tradicionais, concentração da

> propriedade da terra, contaminação do solo e criação de um poderio econômico do latifúndio e do agronegócio (Fátima Mello em entrevista à IHU On-Line em 2013b).

Como consequência desse processo, a soja se expandiu rapidamente estado também dominava a produção de arroz e feijão. A produção de soja no CO corresponde a 98% do total, onde a contribuição do valor bruto da produção nacional do agronegócio e na região é de 14%. Neste sentido, os camponeses perdem cada vez mais seu poder de participação, onde os assentamentos são representativos no que se refere ao número de estabelecimentos, mas sua contribuição regional é baixa indicando a expropriação do campesinato (FERNANDES, B., WELCH; GONÇALVES, 2014). Silva (2004) aponta os impactos ocorridos neste processo pela mecanização das monoculturas como soja são territoriais, pois a cultura passou a ocupar áreas por meio de arrendamentos onde que estavam sendo utilizadas para a produção de subsistência, desalojando milhares de famílias que passaram a serem boias-frias.

A figura 13 apresenta a produção de soja no Mato Grosso do Sul, produção realizada na fazenda Capão Alto em Rio Brilhante. A produção de soja já está territorializada em territórios reivindicados pelos indígenas Guarani e Kaiowá e também em territórios camponeses, ou seja, nos assentamentos rurais. No referido estado essa inserção ocorreu devido a políticas que subsidiaram a vinda dos grupos estrangeiros, permitindo acesso nesses territórios por meio de contratos de arrendamentos, como é o caso de muitos assentamentos, onde grande parte de seu território está para a produção de soja, sendo possível vermos lotes inteiros tomados por essa produção, sem a presença do camponês que passa a morar na cidade.

Rosemeire Almeida (2011) mostra essa face do agronegócio da soja que utiliza além das grandes propriedades as pequenas também, pois elas demonstram maior eficiência econômica ao agronegócio.

Figura 13: Produção de soja na Fazenda Capão Alto em Rio Brilhante



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Neste contexto entra em cena a produção de cana-de-açúcar no referido estado, principalmente a partir da década de 1980, consolidada com o Programa Nacional do Álcool, que teve como objetivo atrair a produção de álcool, criando fontes alternativas de combustíveis menos poluentes ao meio ambiente, assim expandindo a produção da cana em diversos territórios:

> Desta forma, o Proálcool, pode ser considerado a fonte principal da instalação de destilarias no estado do Mato Grosso do Sul, principalmente como programa incentivador da produção de álcool. Porém, o programa não incentivou apenas grupos que já atuavam no ramo no nordeste e São Paulo, mas também empresários do Mato Grosso do Sul, que detinham a propriedade da terra e possuíam capital proveniente da pecuária e/ou produção de grãos. Portanto, é a partir do Proálcool que o Mato Grosso do Sul entra na rota da produção de cana-de-açúcar (BACKES, 2009, p. 35).

Segundo a autora, o governo estatual foi um grande incentivador da entrada da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, fornecendo subsídios, apoios políticos e isenção de

impostos. Complementando as análises, Castilho (2013) aponta os principais motivos para a instalação das usinas de cana no MS, que se dão por características edafoclimáticas propícias para a cultura, pelo baixo preço da terra, pela disponibilidade de terra, pela infraestrutura e localização estratégica, pelos incentivos fiscais e pelos licenciamentos ambientais.

Segundo a Revista Exame (2014b) a entradas dos grupos/empresas estrangeiras no setor sucroalcooleiro se iniciou em 2000 intensificando em 2007, "quando boa parte das usinas nacionais estava altamente endividada por causa da expansão de capacidade realizada nos anos anteriores ... Com a crise financeira, muitos grupos nacionais foram obrigados a vender parte ou até o controle de seu capital[8]". Vale ressaltar, que:

> Em 2008, no auge da euforia etílica, o setor recebeu 10 bilhões de dólares em investimentos. De lá para cá, 41 usinas fecharam as portas. Já foram para o ralo 45 000 postos de trabalho no setor — o equivalente a 5% dos empregos. Um estudo do banco Itaú BBA sinaliza que as perdas podem estar só no começo: 90 dos 147 grupos empresariais em operação no Centro-Sul do país têm dívidas elevadas e metade corre o risco de fechar as portas (REVISTA EXAME, 2013a, p. [1]).

Como o foco deste trabalho é a *commodities* da cana, apresentamos no mapa 1, territorialização das usinas de cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul tanto de capital nacional como estrangeiro. Podemos observar a forte concentração das usinas na região da Grande Dourados, principalmente no município de Rio Brilhante que tem três unidades de cana com forte representação a partir do grupo LDC *commodities*, tornando assim o principal objeto de pesquisa.

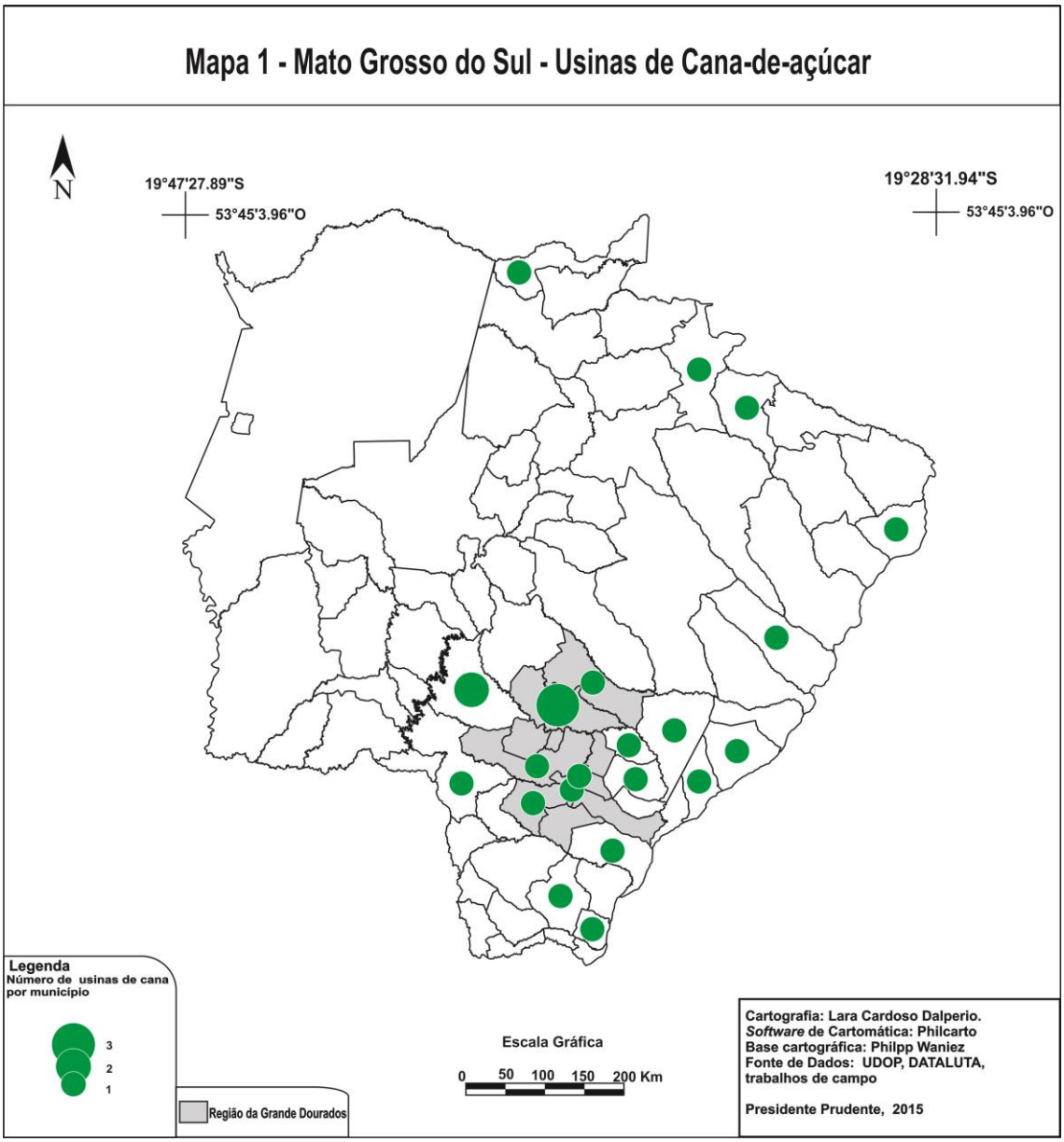
Backes (2009) explica esse crescimento no sul e leste do estado do Mato Grosso do Sul, ocorreu por meio de aspectos ligados a terra, como abundância, tamanho e preço:

> a) **Restrição da cultura em outras** regiões do estado, principalmente, daquelas próximas ao Pantanal, como o Alto Paraguai, situado entre a capital Campo Grande e a Região do Pantanal;
> b) Áreas de terras que, segundo a Apuração especial do INCRA (INCRA/DF/DFC – Apuração Especial nº 00588), são na maioria, compostas de Grandes Propriedades;
> c) **Terras agricultáveis** planas com teor de fertilidade suficientes para a produção de cana-de-açúcar;

[8] Sem paginação.

> d) **Preços de terras** mais baixos, do que os da grande região produtora de cana-de-açúcar de São Paulo, por exemplo, o hectare na região produtora em São Paulo equivale aproximadamente R$ 18.967,00 e na região produtora de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul o hectare equivale a R$ 6.601,00 58;
> e) **Proximidade com os grandes centros produtores/comercializadores**, principalmente, com o estado de São Paulo;
> f) **Incentivos fiscais** municipais, estaduais e federais (BACKES, 2009, p. 136 – Grifo nosso).

Desta forma o os municípios tem um papel muito importante para a territorialização dessas empresas, principalmente com os incentivos e as áreas agrícolas destinadas a essa produção.



Segundo Backes (2009), os municípios que receberam as usinas de cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul, bem como os municípios no entorno deles, tiveram vários reflexos no cotidiano do lugar estimulando as partes econômicas (comércio) e de serviços. Veremos tais fatos ao analisarmos o município de Rio Brilhante:

> A circulação de mercadorias provoca a circulação de capital e as usinas instaladas e em instalação visam o mercado do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando as relações de comércio e aquecendo o mercado nacional

> e mundial do etanol. Assim, foi possível verificar como o setor sucroalcooleiro sul mato-grossense responde as demandas mundiais, através da opção pela produção de álcool (BACKES, 2009, p. 126).

A maior parte das empresas do agronegócio presente no MS são partes de fusões ou de grupos já existentes no estado, principalmente estrangeiro. Ana Oliveira (2209) aponta que as fusões no setor da cana ganha destaque a partir da segunda metade da década de 1990, sobre este processo de fusão a autora afirma que:

> No tocante à questão das fusões e/ou aquisições é importante dizer, que estas se caracterizam como a estratégia mais utilizada no processo de concentração de capitais, especialmente pelos grupos maiores e com condições de adquirir ou se associar ao capital de empresas menores, menos capitalizadas, ou mesmo de médio e grande porte, porém com o ativo financeiro comprometido (OLIVEIRA, A., 2009, p. 101).

Assim, uma das estratégias dos grupos estrangeiros no estado foi adquirir áreas, no caso unidades de produção de cana-de-açúcar, que eram de capital brasileiro e que estivessem com algumas dívidas. Desta forma, o capital estrangeiro foi se territorializando e impactando os territórios camponeses e indígenas, bem como os municípios. Bernardo Mançano Fernandes (2011a) também aponta a partir dos dados do INCRA que o MS ocupa a quarta posição em aquisição de terras por estrangeiros que significa aproximadamente 11% de seu território (473 mil hectares). Vale ressaltar, que o estado com maior número de aquisições é Mato Grosso com 20%, São Paulo com 12% e Minas Gerais com 12%[9].

No caso do Mato Grosso do Sul temos os capitais territorializado da: Argentina, Reino Unido, Emirados Árabes, EUA, França, Holanda, Itália, Japão entre outros. As empresas que estão territorializadas no referido estado são: Adecoagro; ADM, Arauna; Biosev; BR Food; Bunge; Central Energética Vicentina; Cerona; Fibria; Galtere; George Soros, International Paper; Louis Dreyfus; Monsanto; MSU Agro; Odebrecht; Parkia

[9] No Brasil segundo o DATALUTA (2015), existem aproximadamente 22 capitais pertencentes a várias empresas e grupos que adquiriram terras no país que produzem os setores de agricultura, energia e minério: Floreta plantada, café, cana-de-açúcar, soja, laranja, celulose, milho, algodão, frango, gado entre outros. Esses capitais são: Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Bélgica, Chile, China, EUA, Finlândia, França, Guernesei - Ilha no Canal da Mancha, Holanda, Ilhas Cayman, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Portugal, Reino Unido, Singapura, Suécia etc. Sauer e Leite (2011) afirmam, a partir dos dados do INCRA, que em 2010 somente os capitais de Portugal, Japão, Itália, Líbano, Espanha e Alemanha tinham aproximadamente 49% do total de terras brasileiras.

Participações; Raízen; Safi Brasil; SLC Agrícola; Usina São Fernando; Clean Energy; Grupo Biourja e Grupo Poet (DATALUTA, 2015).

Neste sentido, traremos alguns dados quantitativos e qualitativos sistematizados pelo DATALUTA, que deram apoio subsidiando nossas análises. Vale ressaltar, que o DATALUTA é atualizado diariamente, ou seja, estes dados são dinâmicos podendo ser mudado de acordo com o registro de novas informações. Eles representam parte da realidade da estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul, cabendo às limitações do banco de dados e da pesquisa.

A partir de tais considerações, apresentaremos no quadro 1 as empresas estrangeiras que estão em Mato Grosso do Sul e suas respectivas localizações nos estados brasileiros, seus os setores de atuação e seu capital. E o mapa 2 apresenta a espacialização dessas empresas registradas pelo DATALUTA Estrangeirização (2015).

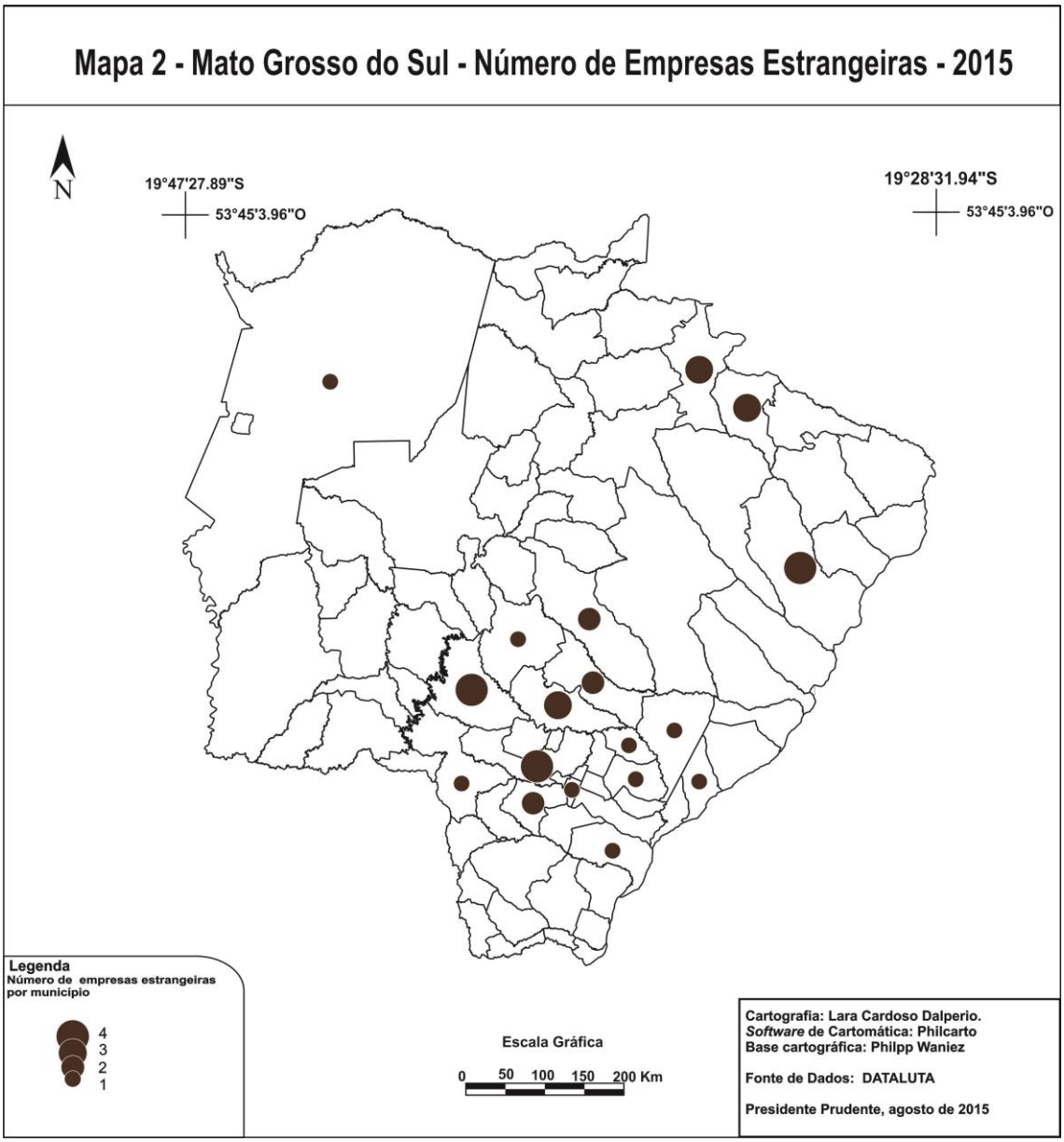
Quadro 1: Empresas estrangeiras no MS e suas demais localizações

	Empresas	**UF**	**Setor/*Commodities***	**Capital de origem**
1	Adecoagro S.A.	MS, MG, TO, BA	*Commodities* - algodão, café, cana-de-açúcar, milho e soja.	EUA
2	ADM	GO, MT, MS, MG, SC, PR, BA, PA	*Commodities* - cacau, colza, canola, feijão, milho, soja e trigo.	EUA
3	Arauna	MS	*Commodities*- cana-de-açúcar	N.I
4	Biosev S.A.	SP, RN, PB, MS, MG	*Commodities*- cana-de-açúcar	França
5	BR Food	PB, MT, GO, MS, MG, RN, SP, PR, SC, RS	*Commodities* - bovino, leite, milho e soja.	Brasil e EUA
6	Bunge	SP, TO, MS, MG	*Commodities* - cana-de-açúcar, grãos e produção de alimentos	Holanda
7	Cargill	SP, PR, MS, BA, GO, MT, MG	*Commodities* - algodão, amido, cacau, cana-de-açúcar, foods,	EUA

			especialidades industriais e soja.	
8	Central Energética Vicentina Ltda	MS	*Commodities* - cana-de-açúcar	N.I
9	Cerona	MS	*Commodities* - cana-de-açúcar	Alemanha e EUA
10	Cresud	BA, MS, TO	*Commodities* - bovino para corte, cana-de-açúcar, girassol, leite, soja e trigo.	Argentina
11	Fibria	ES, BA, MS, RJ, SP, MG	*Commodities* - eucalipto	Brasil e outros
12	Grupo Biourja	MS	*Commodities* – milho	EUA
13	Grupo Poet	MS	*Commodities* – milho	EUA
14	Internacional Paper	SP e MS	*Commodities* - eucalipto	EUA
15	Louis Dreyfus	SP, RN, PB, MS, MG	*Commodities*- algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, fertilizantes, grãos.	França
16	Monsanto	MA, PE, AL, TO, BA, DF, GO, MS, SP, MT	*Commodities* - cana-de-açúcar, fertilizantes, insumos, sementes transgênicas e soja.	EUA
17	MSU Agro	BA e MS	*Commodities* - soja.	Argentina
18	Odebrecht	GO, MT, SP, MS	*Commodities* - cana-de-açúcar e infraestrutura	Brasil, EUA, Japão e Reino Unido
19	Parkia Participações	MS	Compra de terras	Brasil e demais capitais
20	Raízen	GO, MS, SP	*Commodities* - cana-de-açúcar	Brasil, Holanda e Reino Unido

21	Royal Dutch Shell	AC, AM, AL, BA, RS, PR, SC, SP, ES, CE, MA, GO, MS, DF, MG	Energia, gás, petroleo.	Holanda e Reino Unido
22	Safi Brasil	MS	*Commodities* - cana-de-açúcar	Itália
23	SLC Agrícola	BA, MT, MS, GO, MA, PI	*Commodities* - algodão, milho e soja.	Brasil e EUA
24	Usina São Fernando	MS	*Commodities*- cana-de-açúcar	Brasil e Emirados Árabes
25	**Vale**	PA, BA, GO, MS, MG, SP, MA	Logística, mineração e siderurgia	Brasil e outros
Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.				

A partir do mapa 2 observamos como as empresas estão distribuídas no território concentrando-se no centro-sul do estado, devido ao caráter estratégico e aos incentivos de vários municípios para a sua territorialização. Esta região tem uma rede de rodovias que liga o MS aos principais portos de exportação e centros econômicos como São Paulo, Porto de Santos e a outros países da divisa do Brasil.



Apresentaremos nas páginas que se seguem algumas informações dessas empresas expressas no quadro 1 e mapa 2. Vale ressaltar, que não nos cabe realizamos de forma extensa a história da territorialização de cada empresa, pois não é o foco de análise desta pesquisa.

A partir de nossas pesquisas constatamos as dificuldades de se obter informações aprofundadas das empresas devido ao caráter estratégico das mesmas em não apresentar dados e informações detalhadas. Assim, como fonte principal para nossa escrita, utilizamos o Cadastro das empresas do DATALUTA Estrangeirização e o Cadastro disponibilizado pelo

INCRA, mas destacamos a problemática das empresas não cadastrarem corretamente suas informações a respeitos das terras que pertencem.

No Brasil a empresa norte-americana Adecoagro S.A se territorializou no ano de 2004 e três anos mais tarde no estado do Mato Grosso do Sul, para a produção de cana-de-açúcar em Angélica. A duração da construção da usina foi de 16 meses e passou a moer dois milhões de toneladas. Depois se territorializou em Ivinhema no ano de 2011 com capacidade de 6 milhões de toneladas, sendo realizada em 2013 a construção da segunda fase dessa usina expandindo a moagem para nove milhões de toneladas até este ano (DECOAGRO, 2014).

Segundo o cadastro do DATALUTA (2015), a empresa possui produção nas áreas dos estados do Tocantins (TO), Minas Gerais (MG), Bahia (BA) e MS. No caso do MS sua produção está localizada nas fazendas:

- Fazenda Ouro Verde - Angélica (MS) - 683 ha.
- Fazenda Don Fabrício - Angélica (MS) - 3304 ha.
- Fazenda Takuarê - Angélica (MS) - 490 ha.
- Fazenda Carmem - Invinhema (MS) - 146 ha.
- Fazenda Água Branca - Invinhema (MS) - 1614 ha.
- Fazenda Nossa Senhora - Invinhema (MS) - 540 ha.

A empresa norte-americana Archer Daniels Midland Company (ADM) é uma das cinco maiores multinacionais que dominam o setor de grãos no mundo. Segundo o site da ADM, no Brasil sua produção está ligada a vários setores e tem como principais produtos: milho, soja, semente de algodão, palma, semente de girassol, canola, linhaça, cacau, agrocombustível, feijão e trigo. Produzindo nos estado de Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Santa Catarina (SC), Paraná (PR), Pará (PA), BA, MG, bem como no MS onde ela se territorializou na década de 1990 e início de 2000, produzindo soja no município de Campo Grande gerando conflitos com os indígenas da etnia Guarani e Kaiowá. Outras áreas de atuação estão representadas no quadro 2:

Quando 2: Informações da ADM em MS		
Denominação do imóvel rural	Município	Área (he)
Chácara Adm	Maracajú	114.533
Adm Do Brasil	São Gabriel Do Oeste	250.000
Adm Do Brasil Ltda	Caarapó	120.000
Gleba B- Fazenda Bandeira	Campo Grande	100.000
Fonte: DATALUTA, 2015; INCRA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.		

A Arauna é uma empresa que produz cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, no município de Paranaíba com a Usina Paranaíba, iniciando suas atividades entre os anos de 2005 e 2006, arrendando seis mil hectares. Sua falência foi declarada anos depois, tendo os bens penhorados pelo Banco do Brasil. Diante desses fatos, o Movimento Terra Livre realizou uma ocupação de terras com 30 famílias para reivindicar a área (LEAL, Stela, 2013).

Tanto a Biosev - Unidade Rio Brilhante e a LDC SEV - Unidade Passa Tempo, são pertencentes ao grupo Louis Dreyfus Commodities[10] de capital francês, elas estão localizadas no município de Rio Brilhante no MS. Além deste estado o grupo está territorializado no Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), SP e MG. Segundo o site da Bioserv - Louis Dreyfus Commodities, os principais compromissos com a empresa envolvem o social e o ambiental, com o objetivo de respeitar as leis e as comunidades locais/próximas da sua territorialização, bem como trabalhar com a sustentabilidade.

Foram declarado pelo INCRA as seguintes informações e sistematizadas pelo DATALUTA Estrangeirização, expostas no quadro 3, mas sabemos que o grupo possui áreas no município de Maracajú:

Quando 3: Informações da LDC em MS		
Denominação do imóvel rural	Município	Área (he)
Fazenda Santa Mari Aquinhão A E C	Rio Brilhante	516,5051
Chácara Paulista	Rio Brilhante	31,5194
Fazenda Santa Laura	Rio Brilhante	60,2211
Fazenda Santa Helena	Rio Brilhante	136,7430
Fonte: DATALUTA, 2015; INCRA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.		

[10] Daremos o foco de análise neste grupo no próximo tópico.

Segundo o Cadastro do DATALUTA (2015), a BR Food foi formada a partir da fusão de duas empresas a Sadia e a Perdigão nos anos 2000. Ela tem como capital tanto o Brasil como os EUA, produzindo soja, grãos, boi gordo, leite e milho. Segundo o site da empresa, sua responsabilidade corporativa envolve as comunidades, o meio ambiente e a qualidade de vida dessa população.

A Bunge é uma das principais empresas exportadoras do Brasil, presente em vários estados: SP, TO, MS e MG, produzindo soja, milho, trigo, caroço de algodão, sorgo e girassol por meio de incentivos. No MS a Bunge produz cana-de-açúcar em Ponta Porã na Usina Monteverde, onde seus compromissos corporativos baseiam-se, segundo seu site, na responsabilidade, ambiental (sustentabilidade), social e econômica.

A Cargill produz no Brasil *commodities* agrícolas como cana, soja, algodão, cacau, chocolate entre outros, em diversos estados: SP, PR, BA, GO, MT, MG inclusive no MS. Neste estado sua produção é referente à soja territorializada no município de Três Lagoas.

A Central Energética Vicentina Ltda, localizada em Vicentina no MS, produz cana-de-açúcar visando o biocombustível e o açúcar por meio de 37.2000 hectares. Segundo Backes (2009) a empresa recebeu vários investimentos: "R$ 113, 2 milhões captados no mercado de ações e recursos próprios, além dos subsídios estaduais do Mato Grosso do Sul (FCO) e doação de terreno pela prefeitura de Vincentina – MS" (p. 105).

Outra empresa que também produz exclusivamente neste estado é a Cerona com capital da Alemanha e dos EUA, com unidades produtivas localizadas nos municípios de Nova Andradina e Batayporã. A empresa Cerona, segundo Backes (2009), recebeu "R$ 1,5 bilhão, captados através dos sócios e demais acionistas investidores. Além de receber subsídios com isenção ICMS por 10 anos" (p. 106).

A Cresud é uma empresa argentina criada na década de 1980 e territorializada no Brasil através das produções de soja, grão, milho, leite, carne, girassol, maiz, trigo, cana-de-açúcar, produzindo nos estados da BA, TO e no MS. Neste último estado, sua produção está territorializada a partir de duas unidades.

Segundo o site da Fibria, ela foi criada em 2009 territorializando nos estados brasileiros do Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), BA, SP, MG e no MS. Sua territorialização no MS ocorreu em 2009, para a produção de eucalipto em Três Lagoas com

capacidade produtiva de 1,3 milhões de toneladas por ano dessa produção, possuindo áreas tanto para a produção como para o processamento.

A territorialização do Grupo Biourja é recente no Brasil, data de 2014 com aquisições de terras no município de Chapadão do Sul no MS, com a produção de milho. Segundo o site do grupo sua fundação remete aos anos de 2006 nos EUA e vem sendo um dos principais fornecedores de combustível a nível global. O Grupo Poet também produz milho no MS, por meio da parceria com este grupo, sendo um dos maiores produtores de etanol dos EUA com 27 destilarias (SIQUEIRA, 2014).

A Internacional Paper é uma das principais empresas produtoras de papel e celulose do mundo, fundada em 1898. Vale destacar que, o único local no mundo que ela não produz é na Oceania (CADASTRO DATALUTA, 2015). No Brasil ela possui produção no estado de SP e no MS. Neste estado ela possui, desde 2009, uma unidade no município de Três Lagoas com a produção de eucalipto e processamento do papel, em diversas áreas e também em Brasilândia, como podemos observar no quadro 4. Segundo o site da empresa sua capacidade de produção de papel nesta unidade corresponde a 200 mil toneladas. Ela também possui neste município, projetos que visam à preservação e conscientização ambiental.

Quando 4: Informações da Internacional Paper em MS

Denominação do imóvel rural	Município	Área (he)
Núcleo Alagoas	Três Lagoas-MS	32,9000
Horto Rio Verde Gleba Barreiro	Brasilândia-MS	2.910,4000
Horto Estradão	Três Lagoas-MS	6.040,4000
Horto Buriti	Três Lagoas-MS	4.019,7000
Horto Rio Verde Primavera S Remo	Brasilândia-MS	3.146,0000
Fazenda Barra do Moeda Gleba B	Três Lagoas-MS	21,3864
Fazenda Barra do Moeda Gleba A	Três Lagoas-MS	39,4839

Fonte: DATALUTA, 2015; INCRA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

A Monsanto do Brasil produz cana-de-açúcar, fertilizantes, insumos, sementes transgênicas e soja em vários estados da região Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Norte: Maranhão (MA), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Distrito Federal (DF),TO, BA, GO, MS, SP e MT. No Mato Grosso do Sul a empresa possui duas unidade de produção de soja nos municípios de Chapadão do Sul e Dourados.

Sobre a Parkia Participações não temos maiores informações, pois é uma empresa que ficou conhecida na mídia pro meio da aquisição em 2013 de 210 mil hectares de terras pertencentes à Fibria no MS, com contratos de parcerias rurais e florestais (FONTES, 2013). Também não conseguimos maiores informações sobre a MSU Agro que surgiu na década de 1980 na Argentina e tem como produção principal a soja no Brasil, estando territorializada nos estados da Bahia e no Mato Grosso do Sul (MSU, 2011).

A Raízen é uma *joint venture* entre a Cosan e a Shell, seus capitais são do Brasil, Holanda e Reino Unido. Segundo o site da Cosan, o seu compromisso está pautado na sustentabilidade e no crescimento a partir da consciência socioambiental. No Brasil a Raízen está territorializada em GO, SP e MS com a produção de cana-de-açúcar.

Outro grupo que também tem ligação com a Raízen é a Royal Dutch Shell que foi fundada por volta de 1900, por uma companhia holandesa e pela Shell Transport. A partir da sua data de fundação, vários processos de fusões ocorreram, configurando seu capital a partir da Holanda e Reino Unido. No Brasil, sua produção está baseada em energia, gás e petróleo, estando em todas as macrorregiões: Acre (AC), Amazonas (AM), Ceará (CE), AL, BA, RS, PR, SC, SP, ES, MA, GO, DF, MG, sobretudo em Campo Grande no MS.

A empresa Safi Brasil é controlada pelo capital italiano e brasileiro e possui terras no MS, no município de Nova Alvorada do Sul. A empresa está no estado desde 2008 produzindo cana-de-açúcar. Segundo Backes (2009), o dono da empresa Fiorenzo Sartor recebeu um empréstimo pelo Banco do Brasil no valor de R$ 180 milhões e comprou a empresa por aproximadamente R$ 4,8 milhões. O Jornal Rio Brilhante (2008) afirma que a empresa possui alguns projetos sociais, cujo lema baseia-se em "pensar globalmente, agir localmente", bem como reconhecendo social e ambiental em suas ações.

A SLC Agrícola está envolvida em diversos setores da economia em escala global. No Brasil sua produção refere-se às *commodities* agrícolas algodão, soja e milho, cuja base esta no agronegócio localizado nos estados do Piauí (PI), BA, MT, GO, MA e MS. Em relação ao último estado, a empresa está territorializada no município de Costa Rica. Segundo Saueressig (2013), neste município a empresa possui a fazenda Planalto com 17 mil hectares cultivados empregando 190 funcionários.

Já a usina São Fernando tem capital brasileiro e dos Emirados Árabes, territorializada em Dourados no estado do Mato Grosso do Sul, produzindo cana de açúcar, a. Segundo site

da empresa, os seus objetivos e compromissos é o desenvolvimento sustentável, por meio de medidas efetivas que conservem o meio ambiente aliando com o aumento da produtividade da empresa.

A Odebrecht S.A. no Brasil tem capital além do nacional, Japonês e dos EUA, produzindo nas áreas rurais cana-de-açúcar em GO, MT, SP e MS. No último estado ela está territorializada no município de Nova Alvorada do Sul, Dourados e Rio Brilhante por meio da ETH Bioenergia - Santa Luzia 1 controlada pelo grupo japonês pela Sojitz Corporation e com brasileiro por meio da Odebrecht S.A. O BNDES investiu "R$ 1,5 bilhões, distribuídos em 3 unidades processadoras no Brasil - total repassado pelo BNDES será possível implantar 64% da planta industrial e agrícola e 40% restantes serão de contrapartida da ETH e Sojitz" (BACKES, 2009, p. 102). Segundo o Correio do Estado (2010), as empresas são associadas e visam a partir de sua produção a bioenergia, aliando com a competitividade no setor dessa *commodities* e na sustentabilidade.

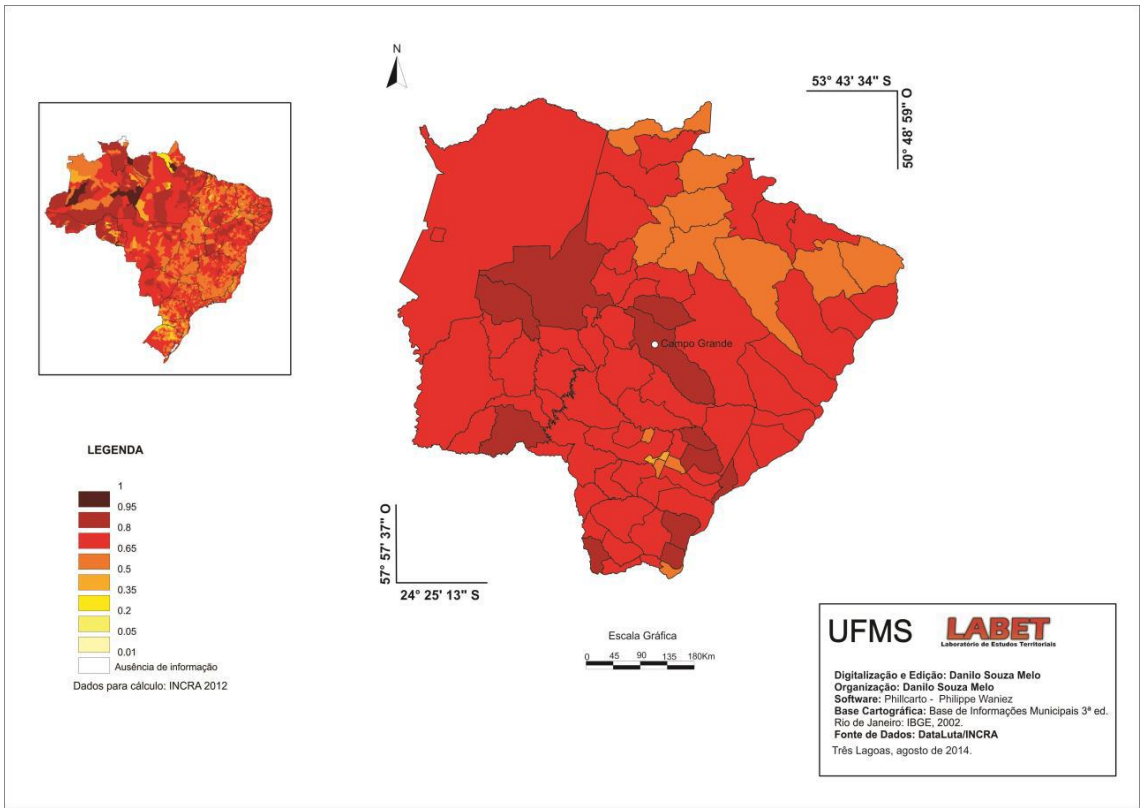
A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo, tendo um importante papel na exportação e extração de mineiro no Brasil. Ela esta territorializada na região Norte, Centro-oeste, Sudeste e Nordeste especificamente nos estados do PA, BA, GO, MS, MG, SP e MA, tendo como foco à logística, mineração e siderurgia. No Mato Grosso do Sul, a empresa está localizada no município de Corumbá, onde desde 2014 vem enfrentando problemas nesta unidade ,por ser de porte pequeno e pelo fato do preço do minério de ferro não ter tido alta durante anos.

Podemos concluir que a territorialização dessas empresas ocorrem em todo o estado, mas com foco no Centro-Sul, se analisarmos os dados da estrutura fundiária do estado pelo DATALUTA, exposto no mapa 3 vemos que a concentração é um elemento marcante, sendo realizada por poucos grupos ou mesmo pela concentração da atividade bovina para corte, que vem sendo transformada/substituída pelas produções de *commodities* principalmente da cana-de-açúcar nesta região. Ela também concentra fortes índices de lutas e resistências realizadas pelos camponeses e indígenas que procuram por meio das ocupações de terras retomarem seus territórios.

Podemos observar por meio do mapa 3, uma grande concentração na região leste do estado que vem sendo territorializada algumas monoculturas do eucalipto por meio da

empresa estrangeira Fibria que vem adquirindo terras e expulsando os camponeses, ou seja, modificando todo o território, conforme dados do DATALUTA-MS (2014, p. 5).

Mapa 3 – Mato Grosso do Sul: Índice de Gini da estrutura fundiária - 2012[11]



Fonte: DATALUTA-MS, 2014, p. 5.

A concentração de terras evidenciado no mapa 3 e a territorialização do agronegócio nacional e estrangeiro, coloca os camponeses e indígenas em situação de risco, devido à lógica de reprodução desses sujeitos e do capitalismo que são completamente diferentes. Conforme Ramos Filho (2008), na medida em que o capital vai se reproduzindo vai agravando o quadro das desigualdades que o sustenta, a assim luta pelo capital tende a crescer.

Segundo Mota (2009):

[11] Título modificado do mapa pela autora da dissertação.

> Os conflitos existentes no Estado de Mato Grosso do Sul trás a dinâmica do presente e do passado embutido no processo de territorialização do capital, em um modelo de contradição do sistema capitalista onde ao mesmo tempo em que se acumula e concentra riqueza/capital gera como conseqüência a pobreza, a desigualdade, a violência, a exclusão, a expropriação etc. (MOTA, 2009, p. 5).

Assim, a territorialização desses grupos estrangeiros e nacionais não foi realizada sem as resistências, em que a Igreja Católica através da CPT foi um importante aliado dos camponeses (arrendatários, sem terras, trabalhadores etc.) que passaram a reivindicar as terras do estado para viverem.

Segundo Silva (2004) os primeiros conflitos entre arrendatários e fazendeiros no MS ocorreram no final de 1979, devido aos rompimentos de contratos de arrendamento no município de Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, está ultima ganhou a causa na justiça, intensificando a repressão por parte do fazendeiro em relação aos arrendatários. Essa repressão foi um fator determinante para a luta do campesinato iniciando a sua organização.

Na década de 1980 os camponeses realizaram uma ocupação em Itaquiraí na Fazenda Baunilha, de forma espontânea, sendo retirados pela polícia iniciando um acampamento na beira da estrada, que com o tempo restou apenas 64 famílias que foram transferidas para Colider. Diante dessa situação os movimentos camponeses, de trabalhadores rurais e sindicalistas iniciaram as suas primeiras ações de resistência frente ao latifúndio, se organizando para iniciar os trabalhos de base. Nessa conjuntura o MST surge como um importante movimento camponês que vinha se expandindo no território brasileiro, configurando a luta pelo acesso a terra através das ocupações (SILVA, 2004).

Assim, podemos afirmar que a luta pela terra e pela reforma agrária no MS é resultado da concentração de terras, do latifúndio e da territorialização do agronegócio seja de empresas nacionais ou estrangeiras. Essas lutas são materializadas através das ocupações de terra e das manifestações do campo que são formas de resistências políticas, da qual o campesinato e os indígenas realizam. Essas ações ocorrem de forma individual ou em conjunto, ou seja, ações com mais de um movimento socioterritorial.

Para esta pesquisa apresentaremos as ações das ocupações de terras realizadas pelos movimentos socioterritoriais. Feliciano (2003) afirma que as ocupações de terras têm um sentido de contestação que ocorre na esfera politica e simbólica, pois os movimentos

socioterritoriais ao ocupar um território ele está materializando suas reivindicações e indignações.

A principal causa defendida pelos movimentos socioterritoriais que lutam através das ocupações de terras é a realização da reforma agrária, pois ao se ocupar um território planejadamente os movimentos conquistam a terra pela desterritorialização do latifúndio ou do agronegócio (GIRARDI; FERNANDES, B., 2009). Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2001b):

> Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta (FERNANDES, B., 2001b, p. 9).

Os movimentos socioterritoriais buscam através desta luta, melhores condições de vida, recriando suas identidades, conforme argumenta Mota (2009):

> A luta pela terra, por meio de ocupações, é a forma dos excluídos ou dos "precariamente incluídos" readquirirem o direito a terra de trabalho, a terra da vida, a terra de expressividade ancestral, que desde a colonização ficou subjugada aos interesses de uma minoria dominante, sendo transformada em terra de exploração do trabalho alheio, concentradora, monocultura, não cumprindo com sua função social, equivalendo sempre ao valor de troca e não ao valor de uso (MOTA, 2009, p. 16-17).

Segundo Ramos Filho (2008), a luta pela terra por meio das ocupações constituem uma das principais formas de luta e depressão popular para a conquista dos territórios sejam indígenas ou camponeses. Bernardo Mançano Fernandes (1999) afirma que as ocupações de terras realizadas no Brasil, surgem a partir dos tipos de experiências dos sujeitos envolvidos, que são formas de resistências e lutas.

Essas experiências podem ser de espontâneas e isoladas geralmente eram realizadas por grupos pequenos sem configurar uma forma de organização social, um segundo tipo corresponde às organizadas e isoladas com a formação de um movimento antes da ação, realizando trabalhos de base, mas isolados por um ou mais municípios. O autor afirma que este tipo de movimento pode se tornar um movimento territorializado. E por fim, temos as

organizadas e espacializadas que são resultados das experiências vividas pelos militantes de outros lugares de luta, obtendo projetos políticos amplos (FERNANDES, B.; 1999).

Por estar envolvida numa questão política, Existem diferentes visões sobre o processo de ocupação de terras no Brasil, conforme relata Feliciano (2003):

> As divergências político-jurídicas, com relação a esse processo iniciam-se desde sua forma de concepção. O termo "ocupação" é empregado pelos camponeses e sua base de apoio e sustentação, como a igreja, partidos políticos, ongs, outros movimentos sociais etc. O termo "invasão" é interpretado por aqueles que vêem essa forma de luta como um ato ilícito, criminoso e ilegal. É o momento inicial do embate entre as divergências de posicionamento dos segmentos envolvidos (FELICIANO, 2003, p. 111).

Estas divergências têm desdobramentos nas diferentes análises sobre este processo, mas cabe ressaltar que o direito a reforma agrária é garantido pela Constituição brasileira. Mesmo diante das visões contrárias os movimentos socioterritoriais atuam frente às ocupações e as manifestações reivindicando seus direitos.

No estado do Mato Grosso do Sul, segundo os dados do DATALUTA (2015), foram registrados 314 ocupações de terras com 40.721 famílias participantes entre 2000 e 2013. Essas ações foram realizadas por 11 movimentos socioterritoriais que variam desde centrais, confederações, federações, indígenas e camponeses, questionando áreas onde o agronegócio está territorializado para a produção de soja, cana-de-açúcar, eucalipto, gado entre outras *commodities*.

O quadro 5 apresenta a relação dos movimentos socioterritoriais no estado do Mato Grosso do Sul entre 2000 e 2013 que realizaram ocupações de terras.

Quadro 5: Movimentos Socioterritoriais no Mato Grosso do Sul atuantes em ocupações de terras- 2000-2013		
Nº	**Sigla**	**Nome do Movimento socioterritorial**
1	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
2	CPT	Comissão Pastoral da Terra
3	CUT	Central Única dos Trabalhadores
4	FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
5	FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
6	FUVI	Famílias Unidas do Vale do Vilhema
7	MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas
8	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
9	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
10	TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade
11	UFT	União Força e Terra

Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Os movimentos socioterritoriais no MS fazem ações de resistência desde o início da formação do estado, sejam por meeiros, posseiros, camponeses e principalmente as resistências indígenas. Deste modo, apresentaremos de forma sintetizada as informações sobre os movimentos socioterritoriais expressos no quadro 6.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) está representada no MS devido às ações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul - FETAGRI-MS[12], cuja ano de fundação no estado remete a 1979. No Brasil na CONTAG representa 27 federações com aproximadamente 3.934 sindicatos filiados, com diversos objetivos de luta que estão baseados na conquista do território e realização da reforma agrária, contra o trabalho escravo e infantil, na soberania alimentar, saúde, educação, fortalecimento da agricultura familiar entre outros (CONTAG, 20??).

No estado do Mato Grosso do Sul foram realizadas pelo Movimento 57 ocupações de terras, sendo 54 destas individuais com 5.302 famílias participantes e três conjuntas: uma com o MST e duas com a CUT. Dentre as áreas que foram realizadas essas ações, temos: Fazenda Mutum I, Fazenda Avaré, Fazenda Santa Vitória do Ivinhema, Fazenda Chifre de Veado,

[12] A metodologia utilizada pelo DATALUTA sistematiza os dados das ações dos sindicatos de trabalhadores rurais e das federações para as confederações e centrais filiadas.

Fazenda Estância do Lago, Fazenda Virgínia, Fazenda Prudente da Serra, Fazenda Forquilha, Fazenda Bela Vista, Fazenda Aroeira, Fazenda Marina, Fazenda Panduí, Fazenda Meira Fernandes, Fazenda Lagoa Azul, Fazenda Boa Sorte, Fazenda Paraíso entre outras (DATALUTA, 2015).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu no estado do MS e no Brasil na década de 1970, sendo um órgão da Igreja Católica Apostólica Romana, criada no Encontro de Pastoral da Amazônia realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. No estado a CPT surge em 1978, com o intuito de contribuir no meio rural, sendo um espaço de reflexão para os camponeses poderem se articular. Participando ativamente das ações do campesinato organizado, na forma de ocupações e manifestações, bem como despejos e ajudas nas negociações. Entre os anos de 1987 e 1988, o Movimento deixa de atuar nessa frente de massa para auxiliar na permanência do campesinato na terra. Na década de 1990, a CPT procura um equilíbrio na luta pela terra e sua permanência (créditos, educação, infraestrutura) (BORGES; KUDLAVICZ, 2008).

Segundo o site[13] do Movimento sua luta está baseada no direito das questões voltadas ao território (cultura, terra, trabalho e natureza), na água principalmente com os atingidos por barragens e pela terra que vem contra a exploração do trabalho, democratização ao seu acesso, contra a estrutura fundiária concentradora etc. No MS o Movimento atuou em apenas uma ocupação de terra com a CUT. Essa ação ocorreu no município de Nova Alvorada do Sul, na Fazenda com a participação de 150 famílias em 2000 (DATALUTA, 2014).

No Brasil a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo em São Paulo, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora Segundo a CUT (200?[14]), ela possui 806 entidades filiadas com 7.847.077 trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadores na base. No Mato Grosso do Sul, o Movimento foi fundado em Campo Grande em 1986, mas apenas no ano de 1990 que ela foi regularizada.

E desde então, vem atuando em favor dos trabalhadores a partir de diversas formas, no caso deste trabalho nas ocupações de terras. Pela CUT foram realizadas 71 ocupações individuais sendo que 65 destas são individuais 8.067 famílias e seis ações conjuntas com a

[13] Sem identificação do ano. Informações retiradas do site oficial da CPT. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br

[14] Sem ano de publicação e numeração de página. Informações extraídas do site da CUT. Disponível em: <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>. Acesso em: 16 set. 2014

CPT, CONTAG, MST e FETRAF contabilizando 464 famílias. Essas ações ocorreram em várias fazendas: Fazenda Laguna Peru, Fazenda Sepaco, Fazenda 3M, Fazenda São Miguel Fazenda Neiva, Fazenda Nova Conquista, Fazenda Sanguessuga, Fazenda Santa Mônica, Fazenda Aroeira, Fazenda Santa Terezinha, Fazenda Segredo, Fazenda Taturi etc. (DATALUTA, 2015).

A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) foi criada a partir do processo de dissidência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, em 1989 com o objetivo da realização da reforma agrária e da conquista do território, lutando por saúde, educação, melhores condições de trabalho etc. (FERAESP, [200?][15]). No estado do Mato Grosso do Sul, o Movimento atuou em uma ocupação em Tacuru na Fazenda Cachoeira com a participação de 100 famílias no ano de 2009 (DATALUTA, 2015).

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) foi fundada em 2001, cujos objetivos de luta vem no sentido de fortalecer a agricultura familiar, defendendo uma produção sustentável e solidária entre outros aspectos, estando em 18 estados federativos com aproximadamente 600 sindicatos e associações sindicais filiadas (FETRAF, [200?])[16].

No MS a FETRAF realizou cinco ocupações, três individuais com 438 famílias participantes e duas conjuntas com a CUT e o MST contabilizando a participação de 480 famílias. Essas ações foram registradas nas áreas: Fazenda Santa, Fazenda Macaco, Fazenda Caiçara, Fazenda Piquenique, Fazenda Macaco e Adelaide (DATALUTA, 2015).

O movimento Famílias Unidas do Vale do Vilhema (FUVI) foi criado no estado do Mato Grosso do Sul em 2006, lutando pela conquista do território da Fazenda da Someco no município de Novo Horizonte do Sul, com 1.200 famílias participantes. (DATALUTA, 2015). Essas famílias pertenciam aos municípios de Ivinhema, Deodápolis, Angélica e Novo Horizonte do Sul, onde se juntaram para reivindicar essa área que pertence a Sociedade de Melhoramentos e Colonização e Agropecuária Japema Ltda, sendo despejadas dias depois

[15] Sem ano de publicação. Informações retiradas do site da CUT. Disponível em: < http://www.cut-ms.org.br/conteudo/1/historico>. Acesso em: 28 set. 2014.
[16] Sem ano de publicação. Informações retiradas do site da FETRAF. Disponível em: < http://www.fetraf.org.br/

dessa ação por meio de um processo de reintegração de posse, pois a área foi considerada produtiva pela Justiça (JORNAL DOURADOS NEWS[17], 2006).

Os Movimentos Indígenas[18] no Mato Grosso do Sul travam, uma luta histórica contra as invasões em seus territórios tradicionalmente ocupados. Deste modo, são os mais expressivos na luta pela terra no estado pelas ocupações, lutas que ocorrem em torno de várias etnias como Guarani, Kaiowá e Terena. AS ocupações têm um caráter de retomada, ou seja, lutam pela reterritorialização de seu povo que viveu em determinado território no passado, recriando assim, seus modos de vidas.

Pelo DATALUTA (2015), foram registradas 110 ocupações com 7.647 famílias indígenas em diversas áreas pertencentes aos seus territórios: Fazenda Querência, São José Fazenda Sombrerito, Fazenda São Luiz, Sítio Boa, Sorte Sítio, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Madama, Fazenda 3R, Fazenda Serrana, Fazenda Cambará, Fazenda Petrópoles entre outras (DATALUTA, 2015).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[19] surgiu no I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra com apoio da CPT. No MS a CPT também foi um forte aliado para a consolidação do Movimento neste território, realizando em 1989 sua primeira ocupação na área da Fazenda Itasul, surgindo posteriormente o assentamento no município de Itaquiraí (FABRINI, 1996).

No estado o MST realizou várias ocupações de terras, com a participação dos principais movimentos na luta pela reforma agrária e pelo acesso a terra no Brasil. O DATALUTA (2015) registrou a atuação em 51 ocupações individuais com 14.595 famílias participantes e quatro conjuntas com a CONTAG, CUT e FETRAF contabilizando 660 famílias nessas ações. O alvo das ocupações do MST no estado são as fazendas, dentre elas podemos citar: Fazenda Cajurú, Fazenda Vitória de Invinhema, Fazenda Fortaleza, Fazenda Santa Terezinha, Fazenda Santa Helena, Fazenda Guassu, Fazenda Ramalhete, Fazenda Remanso Guaçu, Fazenda Santa Lúcia etc.

---

[17] Notícia retirada do site do Dourado News. Disponível em: < http://www.douradosnews.com.br/arquivo/justica-manda-sem-terra-deixarem-fazenda-someco-b88213f918a31579e97a627708b9fca6 >. Acesso em: 10 jul. 2013. Segundo o Jornal a notícia foi publicada do pelo Jornal Campo Grande News, mas não encontramos a notícia da fonte original.

[18] Denominamos Movimentos Indígenas, para os povos indígenas organizados enquanto movimentos socioterritoriais sistematizados conjuntamente para melhor compreensão dos dados, ou seja, não é um único movimento indígena organizado e institucionalizado.

[19] Aprofundaremos nossas análises sobre o MST em MS no capítulo 5.

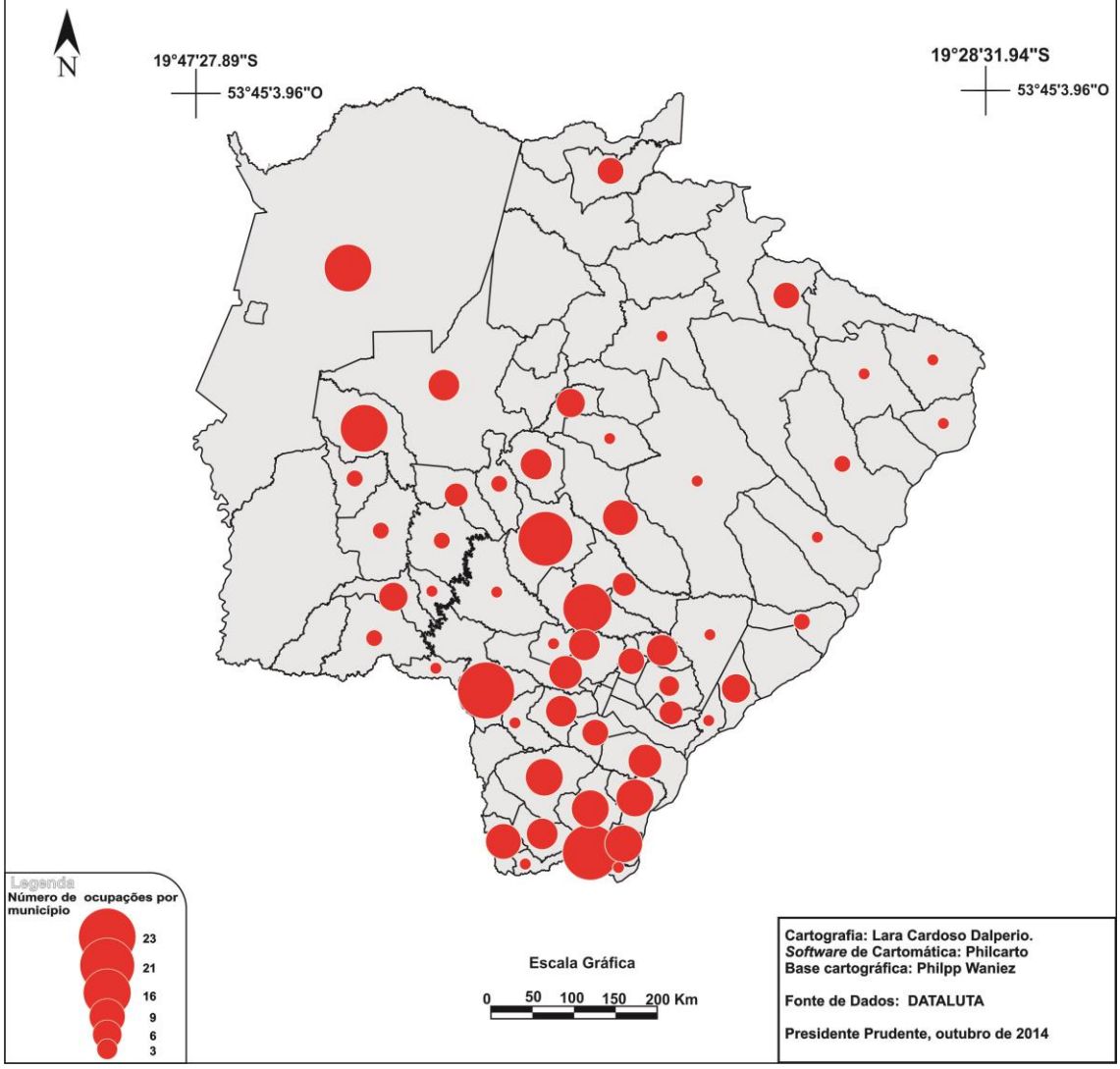
O Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR) surgiu também em Campo Grande no MS, cuja luta baseia-se no melhoramento da qualidade de vida dos camponeses assentados e buscando o direito ao acesso a terra dos camponeses sem terras. No estado, foram realizadas oito ocupações com 558 famílias participantes, nas áreas das fazendas: Fazenda Imbauval, Fazenda Córrego Furnas, Fazenda Modelo – Embrapa, Fazenda Indianápolis, Fazenda São João e Fazenda Morro Alto (DATALUTA, 2015).

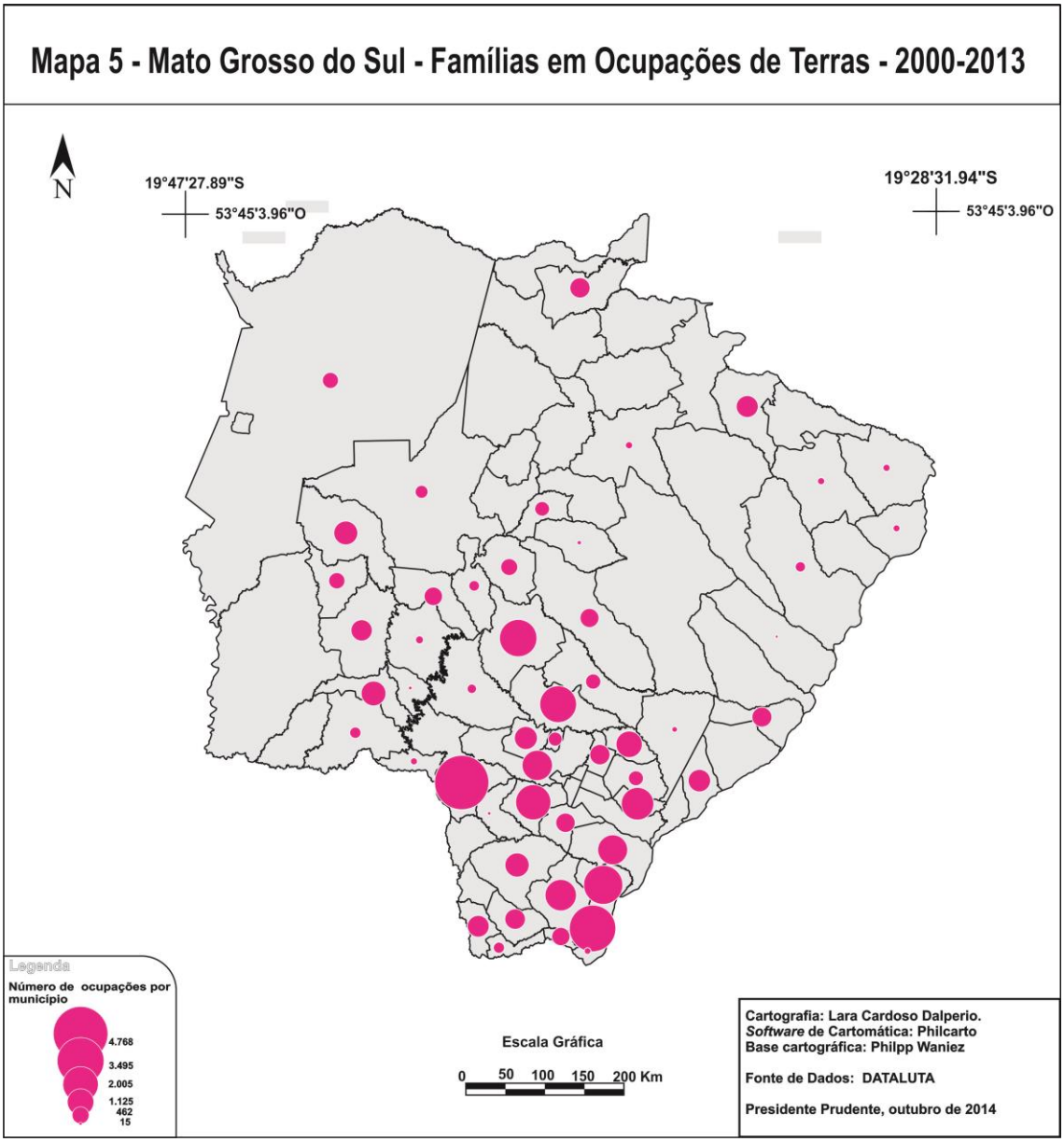
O Movimento Popular do Campo e da Cidade (TERRA LIVRE) tem como objetivo de luta, realizar a organização e mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos, dos movimentos sociais e partidos para conquistar questões relacionadas ao campo e a cidade como cultura, moradia, educação, direitos lutando contra a criminalização dos movimentos entre outros (TERRA LIVRE, 2009). No MS a Terra Livre realizou duas ocupações de terras: uma na Usina Paranaíba falida em 2012, foi ocupada para reivindicar a área para a reforma agrária (TERRA LIVRE, 2012). E outra na Fazenda Boa Vista foi ocupada para reivindicar a agilidade nos processos do INCRA e para fazer vistoria na área (TERRA LIVRE, 2013) para fins de reforma agrária.

O Movimento União Força e Terra (UFT) foi fundado no município de Naviraí no ano de 2000, realizando uma ocupação com a participação de 211 famílias na fazenda Fazenda La Reina e depois parou de atuar no estado (DATALUTA, 2015).

O mapa 4 apresenta de forma detalhada as ocupações realizadas por município no estado do MS pelos movimentos socioterritoriais apresentados nos anos 2000 e 2014 e o mapa 5 as famílias participantes dessas ações.

Mapa 4 - Mato Grosso do Sul - Ocupações de Terras - 2000-2013





Por meio dos mapas 4 e 5, podemos identificar que as áreas onde se concentram os conflitos territoriais estão no centro-sul do estado, destacando as microrregiões de Dourados, Campo Grande, Iguatemi e Baixo Pantanal que representa aproximadamente 66% total de ocupações e 71% do número de famílias. Regiões que historicamente é conflitante com os indígenas, camponeses, latifundiários e agronegócio da soja e da cana-de-açúcar.

A partir do DATALUTA (2015), vemos que os municípios com maiores índices de ocupações são: Ponta Porã com 23, Japorã com 22, Sidrolândia com 21, Rio Brilhante com 17 e Corumbá e Miranda com 16 ações. Em relação aos números de famílias participantes

destacamos: Ponta Porã 4.768 com famílias, Eldorado mobilizando 3.495, Itaquiraí com 2.459 famílias, Sidrolândia registrando 2.251 e Rio Brilhante com 2.171 famílias.

Os municípios que registraram os menores índices de ocupações de terras foram: Antônio João, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Camapuã, Guia Lopes da Laguna, Inocência, Itaporã, Jaraguari, Laguna Carapã, Maracajú, Mundo Novo, Nova Andradina, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Sete Quedas e Taquarussu. Representando 5% do número total de ocupações e 4,39% de famílias (DATALUTA, 2015).

Em relação aos movimentos que realizaram essas ocupações de terras no Mato Grosso do Sul, os mais atuantes foram Movimentos Indígenas com 110 ações, CUT com 70 ocupações, CONTAG com 57 e MST com 55 ocupações, representando aproximadamente 93% das ocupações de terras do referido estado (DATALUTA, 2015).

Os conflitos que envolveram os movimentos socioterritoriais por meio das ocupações de terras estão relacionados com a territorialização do agronegócio principalmente da soja e da cana-de-açúcar com capital nacional e estrangeiro. Assim, o confronto direto com a estrangeirização de terras, ocorre com as ocupações nas áreas reivindicadas realizadas pelo MST, os conflitos agrários entre os indígenas da etnia Guarani e Kaiowá com a presença da ADM em Campo Grande e no município na região da Grande Dourado com a presença da Louis Dreyfus Commodities produzindo cana-de-açúcar em seus territórios. Também temos a ocupação realizada pelo Movimento Terra Livre com 30 famílias após o decreto de falência da Usina Paranaíba da empresa estrangeira Arauna (LEAL, Stela, 2013).

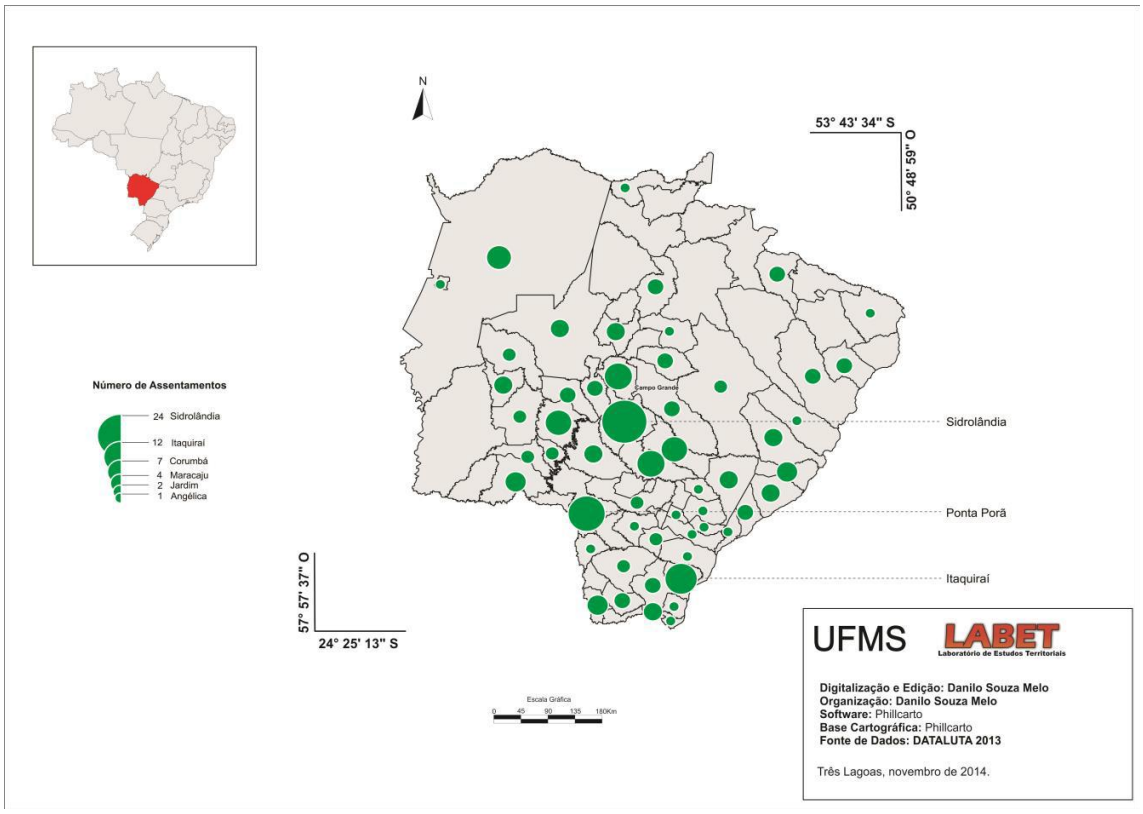
Essas ações de resistência originaram vários assentamentos rurais, que são vistos como territórios camponeses, que além do caráter de lutas as relações de produção, a divisão de tarefas entre os membros da família e as relações de vizinhança, também definem este território:

> O território camponês é o **espaço de vida** do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de **culturas** camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de **produção familiar** e local de **resistência** da família, que muitas vezes pode ser constituída por mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com maior parte da produção de alimentos saudáveis (FERNANDES, B., 2012, p. 746 – Grifo nosso).

Compreender o território camponês é conhecer a trajetória de vida desses campesinato territorializado, é tomar conhecimento de todo processo de construção de seus meios de produção e reprodução de vida, é conhecer o desenvolvimento das técnicas de manejo, plantio e administração de seu território, pois suas habilidades com a terra são resultados cumulativos de experiências de vida (de militância ou não), muitas vezes repassadas de gerações e aperfeiçoadas diante das necessidades que a vida no campo coloca.

Diante disso, o mapa 6 apresenta a territorialização dos assentamentos rurais no estado do Mato Grosso do Sul, criados também a partir da luta desses movimentos socioterritoriais .

Mapa 6 – Mato Grosso do Sul: assentamentos – 1972 a 2013[20]



Fonte: DATALUTA-MS, 2014, p. 19.

Não diferente das ocupações de terras, os assentamentos rurais também estão localizados na região Centro-Sul, onde nos municípios que obtiveram maior número de

[20] Título do mapa modificado pela autora da dissertação.

conflitos está consequentemente o maior número de assentamentos rurais. Foram criados neste período 205 assentamentos com a capacidade de assentar 32.239 famílias ligadas a estes movimentos e outras nas quais os municípios por meio de acordos com os movimentos e órgãos recebem uma parcela para territorializarem outras famílias. A área destes assentamentos corresponde á 717.237 hectares representando uma parcela dos territórios que desterritorializaram o agronegócio, mesmo assim ele ainda é presente e marcante em todo o estado.

Cabe destacar que na região da Grande Dourados foram criados 24 assentamentos rurais, com a presença de 2.150 famílias numa área de 46.925 hectares o que representa aproximadamente 12% do número de assentamentos, 7% no número de famílias e de área. Esses números refletem a luta dos movimentos socioterritoriais nessa região, tendo como um dos principais sujeitos o MST que só no município de Rio Brilhante possui três assentamentos, que serão estudados neste trabalho.

A presença do agronegócio nacional e estrangeiro no Mato Grosso do Sul cria impactos territoriais nas áreas urbanas e principalmente nas áreas rurais que estão estabelecidos os assentamentos rurais e as áreas indígenas que são impactados direta e indiretamente pela inserção deste modelo de produção viabilizado pelos grandes grupos.

Neste sentido, nas páginas que se seguem abordaremos o processo de territorialização do principal grupo que produz cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul, o Grupo Louis Dreyfus Commodities que por meio de aquisições das unidades de Rio Brilhante e Passa Tempo, tornou-se um dos mais importantes produtores. Também, analisaremos as resistências por meio dos Guarani-Kaiowá em seus territórios, com foco no Laranjeira Ñanderu e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em três assentamentos.

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO 4 – A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL E A LOUIS DREYFUS COMMODITIES

A estrangeirização de terras no Mato Grosso do Sul, por meio da cana de açúcar está atrelada com as políticas públicas que o Estado realizou no fim da década de 1980 e início de 1990, por meio do Proálcool. Assim, as usinas instaladas no MS tinham como principal objetivo a produção de álcool, mas devido à crise do setor elas passaram a produzir açúcar, com mais foco, principalmente com a mudança de postura do Governo Federal em relação ao etanol pelos carros flex.

Com a instalação dessas usinas no estado, ocorre um processo de internacionalização dessas usinas, principalmente com a compra das mesmas por grupos estrangeiros e/ou pela participação em ações. Um caso emblemático, são as aquisições realizadas por meio do Grupo Louis Dreyfus Commodities nos municípios de Maracajú e Rio Brilhante, este último com a aquisição de duas unidades, modificando e impactando o município de diversas formas seja a nível econômico, social e ambiental.

Segundo Domingues (2010) com a expansão da cana-de-açúcar ocorrem diversas consequências como uma maior amplitude da dominação do capital sobre o trabalho, bem como a imposição do mesmo para a monocultura, um maior controle populacional e a marginalização da população principalmente os migrantes do campo, indígenas e camponeses. Essas consequências não são levadas em conta – intencionalmente - quando o Estado apresenta condições para a territorialização e, consequente internacionalização do setor sucroalcooleiro no Mato Grosso do Sul, provocando uma expansão do setor nos últimos anos, com apoio no setor de infraestruturas, incentivos ficais e benefícios para as empresas e principalmente oferecendo logística para destruição e comercialização da cana-de-açúcar.

Segundo Backes (2009) “de acordo com as pretensões do Estado, alia-se a uma conjuntura política que seja favorável a esse crescimento canavieiro, o processo de expansão econômica do setor; é aí que o capital estrangeiro entra em cena” (p. 75). A autora afirma que as condições de produção (quantidade e intervenção), se condicionam a política de incentivo oferecido para a produção desta monocultura.

Podemos citar alguns fatores que favorecem a instalação das usinas, como a doação de áreas para a implantação das unidades, isenção do Imposto Predial e do Imposto sobre

Serviços a nível municipal, conforme nos informa Ana Oliveira (2009). Esta autora afirma que o processo de territorialização recente das usinas de cana-de-açúcar, tem promovido um rearranjo espacial e "reforça o processo de internacionalização do capital, expresso na concentração e fortalecimento de grupos por meio da incorporação de capital externo via aquisições de empresas e/ou participação acionária" (p. 220).

Estes fatores permitiram que a Região da Grande Dourados tivesse o maior número de usinas de cana de açúcar do estado do Mato Grosso do Sul, resultando em 10 unidades. Damos destaque para o município de Rio Brilhante com três unidades, sendo duas do mesmo grupo a LDC. Dentre os capitais destas usinas podemos citar: EUA, Itália, Reino Unido, França, Argentina, Japão, Emirados Árabes e Holanda. Todas essas empresas se baseiam no discurso da sustentabilidade, por meio de ações que visem à conservação ambiental para a melhoria na qualidade da produção. Assim, a empregabilidade e o desenvolvimento econômico pautado no agronegócio são argumentos utilizados para a territorialização dessas empresas, por incentivos estaduais e municipais.

Correlacionando com Domingues (2010), para a consolidação deste modelo, "os municípios contam com o apoio político estatal, regional e municipal, que através do discurso de desenvolvimento da região, efetivam ações do agronegócio e implantam grupos internacionais, como é o caso da Louis Dreyfus Commodities" (p. 103).

Essas usinas de cana-de-açúcar estão territorializadas, sobre o território Guarani-Kaiowá, ou seja, ocorrem sobreposições entre a expansão da cana e a reivindicação para a demarcação de Terras Indígenas, amparada pela política de Estado via constituição de 1988 na responsabilidade da FUNAI e do poder administrativo do Estado. Assim, o avanço do setor sucroalcooleiro, com o discurso da sustentabilidade, impede o processo de demarcação de terras e das conquistas de territórios camponeses, evidenciando os conflitos.

Diante da realidade da região em estudo, nos propomos aprofundar as análises no município de Rio Brilhante, pela à expressividade do avanço da cana-de-açúcar com três usinas com a presença do capital estrangeiro. Com destaque para o grupo francês Louis Dreyfus Commodities com as usinas LDC SEV - Unidade Passa Tempo e Biosev - Unidade Rio Brilhante, territorializada nas fazendas e no território indígena Laranjeira Ñanderu, mas não está territorializada nos três assentamentos obtidos por meio da luta do MST: o São Judas, o Silvio Rodrigues e o Margarida Alves devido as resistência do mesmo nesses territórios.

Assim, nas páginas que se seguem apresentaremos brevemente a territorialização do grupo francês LDC no Brasil, mostrando suas plataformas de áreas de atuação. Para posteriormente, analisarmos como ocorre sua territorialização no estado do Mato Grosso do Sul especificamente no município de Rio Brilhante.

Propomo-nos analisar quais foram as mudanças a nível municipal que a territorialização deste grupo ocasional, num contexto econômico, social e ambiental, para então compreendermos nos capítulos seguintes as resistências indígenas e camponesas.

4.1 – Alguns apontamentos sobre a Louis Dreyfus Commodities

A Louis Dreyfus Commodities (LDC) foi fundada em 1851, quando Léopold Louis-Dreyfus inicia a comercialização de grãos da França para a Suíça. Assim, ao longo de sua história tornou-se uma empresa global, que comercializa *commodities* e produtos agrícolas. Com o discurso de levar "alimento" para a mesa da população mundial, conforme divulgação: "Ajudamos a alimentar e vestir mais de 500 milhões de pessoas, originando e transportando 80 milhões de toneladas de *commodities* em todo o mundo anualmente" (LDC, 2016, p. [1]). Borras Jr e Franco (2012) já apontam essa tendência do discurso da produção de alimentos para a territorialização das empresas estrangeiras em outros países. Mas, evidente que nem toda produção de *commodity* como cana-de-açúcar, pode ser levada à mesa da população mundial.

Segundo o site da LDC (2016), aproximadamente 90% da empresa é de propriedade do grupo, sendo os 10% restante do que ela chama de colaboradores, empregando 22 mil pessoas durante as safras. Assim, sua territorialização comporta as regiões definidas pelo grupo como: Ásia; Europa e Mar Negro; Oriente Médio e África; América do Norte; Norte da América Latina; Sul e Oeste da América Latina. A partir da produção de açúcar, algodão, arroz, café, fertilizantes e insumos, grãos, laticínios, metais, oleaginosas e sucos, bem como na parte de fretes e finanças.

A região formada pelo Brasil, para as definições da LDC, é a Norte da América Latina (ou North Latam), não possuindo apenas o serviço de frete, territorializada a mais de 70 anos no Brasil, com 60 unidades industriais e de logística, empregando 14 mil pessoas no período de safra, conforme a empresa:

> No Brasil, a companhia está apoiada sobre uma sólida base de ativos, atuando na originação e produção; processamento e refino; armazenamento e transporte; pesquisa e comércio; e customização e distribuição de produtos agrícolas. Com operações nos mercados de açúcar, algodão, arroz, café, fertilizantes e insumos, grãos, metais, oleaginosas e sucos cítricos, estamos entre as dez maiores exportadoras do País (LDC, 2016, p. [1]).

Em documentos da LDC encontramos vários elementos que nos permitiu identificar os discursos utilizados no Paradigma do Capitalismo Agrário. Desses elementos,

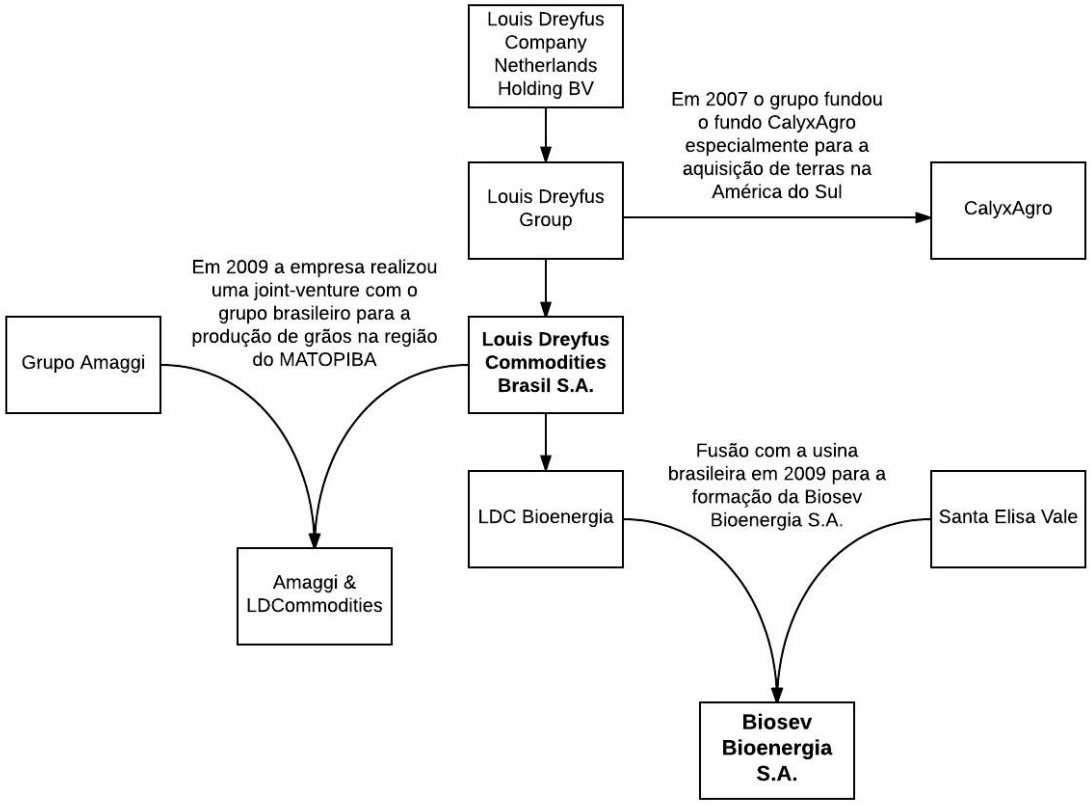
destacaremos as questões que envolvem os discursos da sustentabilidade, da integração do campesinato por meio do trabalho, da integração das comunidades locais e a não vinculação da luta do MST e de outros movimentos socioterritoriais contra a empresa no estado do Mato Grosso do Sul.

Nos documentos publicados pela empresa, identificamos que o discurso disseminado como compromisso da empresa para o Brasil (e consequentemente aos países nos quais ela se territorializa) vem do debate da sustentabilidade que se fundamenta em pessoas, comunidade, meio ambiente e parceiros (LDC, 2012). Assim, para a empresa "o crescimento sustentável é uma questão fundamental para cada um de nós e para nossas famílias, e também é crítico para os nossos interesses econômicos de longo prazo" (LDC, 2010, p. 8).

Como apontado anteriormente o discurso da sustentabilidade é utilizado pelas empresas no processo de estrangeirização de terras. Esse tipo de desenvolvimento – sustentável - está ligado com o presente e o futuro, ou seja, com a capacidade da nossa sociedade de satisfazer os desejos alimentares e territoriais sem comprometer as gerações futuras. Para que haja esse tipo de desenvolvimento é necessário que os três setores: mercado, sociedade e Estado atuem em conjunto, mas vemos uma tendência do Estado e do mercado agirem juntos em detrimento dos interesses da sociedade, neste caso dos camponeses e indígenas.

No Brasil, os locais de territorialização do grupo são realizados a partir de estratégias de escoamento, produção, benefícios que o Estado e os municípios fornecem, com o discurso da geração de emprego. Para melhor compreendermos essas informações, apresentaremos no quadro 6 a evolução da LDC no Brasil e no organograma 1 as estratégias da empresa com suas fusões e criação .

Organograma 1: Estratégias do Grupo Louis Dreyfus Commodities[21]



Fonte: DATALUTA, 2016. Org. PEREIRA, L. I.

[21] Sobre a constituição do fundo CalyxAgro, temos os nomes dos investidores secundários: AméricaInternational Group (AIG), Solvia Investment Management, TRG Management, Pictet Privite Equity, Worldstar Ltd., Cabe destacar que o fundo foi criado em 2007 e está erradicado na Argentina, com o objetivo de aquisição de terras na América do Sul, justamente no momento de ápice na corrida mundial por terras.

Quadro 6: Evolução da LDC no Brasil	
DÉCADA DE 1940	1942 - Compra da empresa Comércio e Indústrias Brasileiras (Coinbra), atuando na comercialização de açúcar, produtos cítricos, oleaginosas e café.
DÉCADA DE 1970	1974 – Ano do ingresso no processamento de soja, devido à instalação da sua primeira fábrica no município de Ponta Grossa estado do Paraná.
	1979 – Lançamento no mercado de suas marcas de óleo de soja refinado Vila Velha e Valência.
DÉCADA DE 1980	1987 – Mudança estratégica da sede para são Paulo, devido sua localização comercial
	1988 – Compra a empresa Frutropic Agropecuária no município de Matão no estado de São Paulo, produzindo pela primeira vez sucos.
	1989 - Início da comercialização do café em Santos no estado de São Paulo.
DÉCADA DE 1990	1990 – inauguração de uma unidade de processamento de grãos em Jataí no estado de Goiás.
	1991 – Início das operações de café no Espírito Santo.
	1993 – Adquire outra fábrica de sucos: Coopercitrus Industrial Frutesp em Bebedouro no estado de São Paulo
	1996 - Compra das fábricas da Gessy Lever (antiga Anderson Clayton), para soja e início da produção própria de frutas em pomares de laranja.
ANOS 2000	**2000** - Início da produção de cana-de-açúcar com a aquisição da unidade Cresciumal em Leme-SP, da família Souza Queiroz em Leme/SP.
	2001 – Adquire a unidade de cana-de-açúcar em Luciânia em Lagoa da Prata-MG, da Cia Industrial e Agrícola Oeste de Minas.
	2002 – Inauguração do armazém de café em Varginha (MG).
	2004 – Construção de processamento de soja em Alto Araguaia (MT) e aquisição da unidade de cana-de-açúcar em São Carlos em Jaboticabal.
	2005 - Terceira fábrica de sucos em Engenheiro Coelho (SP), inicia às operações comerciais de café em Nova Venécia (ES).
	2006 – Abertura do escritório e armazém de algodão em Luís Eduardo Magalhães (BA).
	2007 - Aquisições de cinco usinas da Tavares de Melo Açúcar e Álcool - (Usina Maracaju/MS; Usina Passatempo/MS; Usina Estivas/RN; Destilaria Giasa/PB), expandindo para os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Mato Grosso do Sul. Constituição do fundo CalyxAgro.

	2008 – Inauguração do terminal de suco em Porto de Santos (SP), inicia na comercialização de fertilizantes e início das operações da unidade Rio Brilhante no MS.
	2009 – Inicia suas operações no Terminal Exportador do Guarujá, entra no mercado de arroz. Realiza por meio de uma *joint venture* formando a Amaggi & LD Commodities, para a originação de grãos, e torna-se vice-líder no mercado na produção de cana-de-açúcar com a fusão da Central Energética Santa Elisa, formando a LDC-SEV.
	2011 – Compra a Macrofértil e uma unidade do Grupo Maeda. Construção do lote para um terminal graneleiro em Porto do Itaqui (MA).
	2012 – Compra da fábrica de sucos cítricos em Paranavaí (PR), de um armazém de soja em Rio Verde (GO) e nova frota de barcaças e empurradores na Hidrovia Tietê-Paraná. Início das operações de armazém de algodão em Cubatão (SP). Construção um armazém em Jataí (GO). Inauguração do armazém de café em Nova Venécia (ES).
	2014 – Início da atividade relacionada ao milho, com a compra da Kowalski Alimentos em Apucarana (PR) e Rio Verde (GO),
Fontes: Dados de pesquisa de campo da autora; LDC, 2016; CENTENARO, 2011; DOMINGUES, 2010; OLIVEIRA, A., 2009; Revista Exame. Org. BUSCIOLI, 2016.	

A partir do quadro 6 e organograma 1, observamos que a territorialização da LDC no Brasil ocorre por meio da comercialização de açúcar, produtos cítricos, oleaginosas e café, em que somente na década de 1970 ela passa a processar a soja no estado do Paraná, lançando duas marcas Vila Velha e Valência. Em 1980 ela passa a produzir sucos por meio da aquisição da Frutropic no estado de São Paulo e nos anos 2000 passa a produzir açúcar por meio da compra de uma usina em São Paulo e intensificando sua produção com as aquisições no estado do Mato Grosso do Sul, onde a soja e a cana predominam. Essas aquisições ocorreram principalmente com o apoio do Estado partindo de isenções fiscais, pelo preço da terra sul-mato-grossense mais barata que em outras regiões.

A relação da LDC com o algodão no Brasil ocorreu recentemente com a abertura do escritório e armazém de algodão em Luís Eduardo Magalhães (BA) em 2006 e em 2012 no início das operações de armazém de algodão em Cubatão (SP). Segundo a empresa "possuímos escritórios comerciais, salas de classificação e armazéns próximos às maiores

regiões produtoras de algodão do Brasil, garantindo o atendimento às necessidades administrativas, operacionais e logísticas dos nossos clientes" (LDC, 2016, p. [1]).

Sobre o arroz, o grupo informa que entrou neste mercado no Brasil em 2009, exportando diversos tipos e para várias regiões do mundo, ressaltando que as operações dessas *commodities* são complementadas pelas ações de exportação da LDC na Argentina, Paraguai e Uruguai:

> Nossa Plataforma exporta diversos tipos de arroz – dentre eles, arroz de alta qualidade, como o **integral, branco e parboilizado** à Europa; arroz **parboilizado polido** para a África; **arroz branco polido** ao Oriente Médio e à América Central, como também o **arroz 100% quebrado** à África e Europa. Também comercializamos **arroz em casca** para industrialização e exportação, garantindo a qualidade e o prazo de entrega do cereal (LDC, 2016, p. [1] – Grifo nosso).

No mundo a LDC está entre as três maiores comercializadoras de café arábica e robusta. No Brasil sua comercialização ocorre nos estados de Rondônia, Paraná, Espirito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Ela inicia-se na década de 1940, mas suas operações iniciam em 1991 no Espírito Santo (ES), inaugurando nove anos mais tarde um armazém em Minas Gerais, posteriormente em 2005 com o início da comercialização do produto no ES e em 2012 inaugurando o armazém em Nova Venécia no mesmo estado. Neste modo de produção, o discurso da sustentabilidade se faz presente, como podemos observar:

> Nossa Plataforma de Café não mantém apenas um compromisso com o aumento de volume de exportação e com o mercado interno, mas também está comprometida em trabalhar de maneira sustentável, preservando os recursos naturais e avaliando constantemente o impacto social e financeiro de suas atividades na sociedade e nos parceiros ... **No Brasil, participamos de diversas iniciativas de sustentabilidade, com foco na qualidade e rastreabilidade total do produto.** Entre elas estão as verificações e as certificações 4C, UTZ, Rainforest Alliance, Café Practices, Fair Trade Certification Program e Certifica Minas, além da participação no mercado de cafés especiais, que visa uma produção com maior qualidade (LDC, 2016, p. [1] – Grifo nosso).

A LDC atua na comercialização de fertilizantes desde 2008, mas a partir de 2011, com a compra da empresa brasileira que, é produtora e distribuidora de fertilizantes,

Macrofértil[22], ela passou a controlar também essas operações industriais, controlando oito plantas industriais, segundo a Revista Exame (2011):

> "Avançar nesse mercado tem um papel estratégico no nosso modelo de negócio, com um maior ganho em escala de comercialização e aumento da capacidade de originação, mediante alavancagem das operações de barter (troca), como a soja, que consome cerca de 30 por cento dos fertilizantes comercializados no Brasil", disse Javier Britez, diretor de Fertilizantes da LDC, no comunicado (REVISTA EXAME, 2011, p. [1]).

Segundo o site do Grupo, ela está no mercado brasileiro oferecendo fertilizantes a base de potássio, fósforo e nitrogênio. Isso ajudou a contribuir com a modificação da semente de soja, tornando-se uma das maiores exportadoras de soja do país:

> Da mesma forma, com a criação da Macro Seed no Brasil, desenvolvemos **sete variedades de sementes de soja** contendo tecnologia com **resistência a insetos e/ou glifosato**. As variedades 62MS00RR, 71MF00RR, 75MF00RR, 64MS00IPRO, PP7500IPRO, PP8201IPRO e 81MS00IPRO fornecem ao produtor o que há de melhor no mercado referente à genética de soja, uma vez que tais variedades possuem uma ampla adaptação e um alto potencial de rendimento. (LDC, 2016, p. [1] – Grifo nosso).

No Brasil a LDC tem destaque como uma das maiores originadoras, processadoras e exportadoras de soja, caroço de algodão e amendoim, comercializando com suas marcas de soja refinado -Vila Velha e Valência, farelo de algodão -Pagador e farelo de amendoim -Mandubi. Em que a estrutura logística é um fator importante a ser considerado no mercado das oleaginosas[23], conforme os documentos do Grupo apontam:

> Nossa companhia conta com uma **completa estrutura logística que opera em rodovias, ferrovias, hidrovias e portos,** atendendo os diversos produtores dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Já na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), atuamos por meio de uma joint venture com o Grupo Amaggi. Operamos ainda na hidrovia Tietê-Paraná (com a maior frota própria), nos portos de Santos (SP), TEG (SP), Paranaguá (PR) e no Tegram (MA), importantes vias de escoamento da produção de grãos (LDC, 2016, p. [1] – Grifo nosso).

[22] Possuía instalações no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (Revista Exame, 2011).
[23] Presente nos estados: GO, MG, MT, MT, PR, SP e RS.

O discurso da sustentabilidade está presente, principalmente na afirmação da empresa que se compromete em não produzir em áreas de desmatamento na Amazônia, bem como a segurança alimentar e a qualidade dos produtos tanto para consumo animal como humano.

A plataforma de grãos compreende os seguimentos do milho e trigo. A produção de milho é uma das suas mais recentes aquisições no Brasil, com a Kowalski Alimentos, conforme notícia da Revista Exame (2014a):

> A Louis Dreyfus Commodities (LDC) assinou acordo em 20 de dezembro do ano passado para assumir as operações de processamento de milho da brasileira Kowalski Alimentos, segundo comunicado emitido naquela data. A Kowalski opera duas unidades industriais, uma em Apucarana, no norte do Paraná, e outra em Rio Verde, no sudoeste de Goiás (REVISTA EXAME, 2014a, p. [1]).

Segundo o Grupo, com "a aquisição dos ativos da Kowalski em 2014, passamos a atuar no mercado de milho processado, com produtos tanto para a indústria como para o consumidor final, e no mercado de ração para pet food e peixes". Assim, o grupo torna-se uma das maiores produtoras de milho do país, com escoamento da produção por meio de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Ou seja, além da comercialização ocorre também o processamento do produto principalmente nos estados do Paraná e em Goiás:

> No varejo, o carro chefe da plataforma é a linha Xodómilho, que inclui **flocos de milho, farinha de milho e canjica**. Na linha pet food, os destaques são as marcas **VitalCan e Canitos** para cães, e **Fellina** para gatos, entre outras. A empresa fabrica ainda **ração para peixes** e, na linha industrial, oferece produtos para a **indústria alimentícia, refinadora, cervejeira, de mineração, fundição e de ração animal** (LDC, 2016, p. [1] – Grifo nosso).

Segundo o Grupo, eles estão produzindo sucos no Brasil há mais de 25 anos com aproximadamente 30 mil hectares de pomares de frutas cítricas, com quatro fabricas de suco e um terminal no Porto de Santos. Assim, na década de 1980 ela inicia essa produção com a compra da Frutropic em São Paulo, adquirindo cinco anos depois outra fábrica Coopercitrus Industrial Frutesp no mesmo estado. Em 2005, compra outra fábrica Engenheiro Coelho (SP)

e sete anos depois uma em Paranavaí (PR). Em 2008 ocorre a inauguração do terminal de suco em Porto de Santos (SP). Sobre sua atuação no mercado de suco:

> Sucos (cítricos): atuamos nos mercados de FCOJ (suco de laranja concentrado e congelado), NFC (suco de laranja não concentrado) e sucos concentrados de limão dos tipos taiti e siciliano. Entre os subprodutos estão o CPP (farelo peletizado de polpa cítrica), os óleos essenciais e as células e cascas secas e lavadas de frutas cítricas (LDC, 2016, p. [1]).

A empresa procura minimizar os impactos da produção por meio de iniciativas de desenvolvimento nas questões ambientais, como proteção aos animais, recuperação das florestas. Nas questões agrícolas com o cuidado e cultivo do solo, e nas questões sociais com projetos que beneficiem as crianças e adolescentes nas áreas onde estão inseridas, ou seja, nos estados do Paraná e São Paulo (LDC, 2016).

Em relação aos metais, a LDC exporta: "Metais: exportamos cobre, alumínio, níquel, chumbo, estanho e zinco, em formas de minério e de metal refinado" (2016, p. [1]). Sobre a plataforma de finanças estas estão estrategicamente em Buenos Aires, Genebra, São Paulo e Cingapura, absorvendo todo o conhecimento do mercado global, com a gestão cambial, bem como a forte experiência em outras áreas como a de taxa de juro, ações e títulos (LDC, 2016)

As fusões e aquisições dos grupos estrangeiros no setor sucroalcooleiro começaram a ganhar destaque no ano de 2000, com a aquisição da LDC por meio da usina Cresciumal, em Leme do grupo Tavares de Mello[24] (SP) (OLIVEIRA, A., 2009). Por meio dessa aquisição o Grupo passa a produzir, pois sua comercialização de cana-de-açúcar (açúcar bruto, açúcar branco e etanol) vem desde o fim da década de 1980, exportando para os Estados Unidos da América, para a Europa, Coréia do Sul e Japão.

Segundo a Revista Exame (2014b):

> A grande tacada foi a associação com a Santelisa Vale, fusão que permitiu que a empresa chegasse à atual capacidade ... Apesar de ter uma dívida de

[24] "O grupo Tavares de Melo, que até 2007 era proprietário da Usina Estivas (Arêz/RN) (uma das mais importantes do estado) fundada em 1969; da Destilaria Giasa, no município de Pedras de Fogo/PB, fundada em 1971; da Usina Passa Tempo, no município de Rio Brilhante/MS (primeira do grupo no estado); da Usina Maracaju, no município de mesmo nome, e da Usina Esmeralda em processo de implantação também em Mato Grosso do Sul, vendeu todas estas unidades para o Grupo francês Louis Dreyfus Commodities Bioenergia, que já possuía três unidades: a Cresciumal (SP), a Luciânia (MG) e a São Carlos (SP)" (OLIVEIRA, A., 2009, p. 96-197).

> mais de 3 bilhões de reais, a Santelisa é disputada por André Esteves, Cosan, Bunge e Dreyfus (REVISTA EXAME, 2014b, p. [1]).

Segundo a Revista, a escolha pelo grupo LDC ocorreu pelo fato da família Junqueira Franco e Biagi (então donos), ter um porcentual nas decisões mesmo que o controle quase que total fique nas mãos da LDC, fato que os outros grupos propuseram. Moreira (2014) sintetiza bem as informações da LDC no Brasil.

> ... ocupa a **segunda posição no ranking brasileiro de produção de açúcar e etanol**. Está presente no Brasil a mais de 70 anos e continua adquirindo terras e usinas no país. Nos últimos anos, adquiriu 14 usinas, sendo sete no estado de São Paulo; quatro em Mato Grosso do Sul; uma em Minas Gerais; uma no Rio Grande do Norte e uma no estado da Paraíba (MOREIRA, 2014, p. 238 – Grifo nosso).

Segundo a LDC (2016), no Brasil ela produz etanol para a exportação e para a indústria utilizados nos setores de bebidas e químico. O suporte para a Plataforma de Açúcar vem com os terminais de açúcar a granel no estado de São Paulo no Porto de Santos e no estado do Paraná no Potro de Paranaguá. "Também em parceria com outros grupos, faz embarque de açúcar em sacos de 50 kg e em contêineres para o mercado externo" (LDC, 2016, p. [1]).

No mercado de produção de cana-de-açúcar a LDC tem se expandindo por meio de aquisições de grupos antes nacionais ou mesmo pelas fusões com outras empresas. Isso tem acarretado em algumas modificações socioterritoriais que procuraremos analisar nas páginas que se seguem, focando no município de Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul.

4.2 – A territorialização da Louis Dreyfus Commodities em Rio Brilhante

A Louis Dreyfus Commodities no Mato Grosso do Sul, por meio do setor sucroalcooleiro, acompanhou o processo de internacionalização de capital por meio das aquisições das unidades do Grupo Tavares de Melo, impactando nas relações de trabalho, pois a maioria dos grupos estrangeiros está realizando sua produção com 100% da mecanização:

> Há que se ressaltar, portanto, que a entrada de capital estrangeiro no setor não está ocorrendo somente pela via dos investidores particulares, que injetam grandes somas de recursos oriundos de fundos de pensão, mas também das tradings. **Essas empresas voltadas para a comercialização, já atuam em todos os segmentos de distribuição como negociação, transporte, financiamento, seguro e exportação (como é o caso da Louis Dreyfus, que já tinha tradição também na produção de açúcar e álcool na Europa) em outros países e no Brasil, de modo particular na comercialização/exportação desses produtos**. No entanto, frente ao contexto de expansão e de perspectivas para o etanol no mercado externo, passaram a investir também na produção canavieira (OLIVEIRA, A., 2009, p. 111 – Grifo nosso).

A LDC está territorializada por meio de três usinas no Mato Grosso do Sul nos municípios de Maracajú e Rio Brilhante, onde este último é o foco de nossas análises, internacionalizando os capitais nos municípios que até então eram todos nacionais. Domingues (2010) aponta que esses fatos aconteceram a partir de 2007, com mudanças que ele identificou por fases: na "fase agrícola" onde a colheita era quase 100% manual e passou a ser toda mecanizada e as mudanças na "fase industrial" quando ocorre uma ampliação da capacidade produtiva e implementação de equipamentos modernos. Evidenciando, segundo o autor um dos principais motivos para a territorialização da LDC no estado, como a baixa concorrência por terras e incentivos fiscais que o MS oferece.

Centenaro (2011) complementa essa análise, ao afirmar que as motivações fundamentais do Grupo para produzir no estado, estão relacionadas com a terra - custo e quantidade disponível – tanto para arrendamento como para aquisição, rentabilidade da produção por hectares, bem como a facilidade no escoamento para o mercado interno e externo. Segundo Domingues (2010), LDC teve vários incentivos do Estado para a sua territorialização nos dois municípios:

> No que diz respeito ao financiamento do setor, por parte do poder público, no Mato Grosso do Sul, a **LDC Bioenergia recebeu R$ 719,7 milhões, ou 82,2% dos recursos destinados pelo BNDES ao Estado.** Este montante corresponde ao financiamento da unidade Rio Brilhante (707,5 milhões), que foi inaugurada em 2008 e ampliação da unidade Passa Tempo (12,2 milhões). Em 2005, o BNDES já havia concedido um financiamento de 21,5 milhões para o Grupo Tavares de Melo investir nesta última (DOMINGUES, 2010, p. 62 – Grifo nosso)

Segundo Backes (2009), os discursos que os municípios realizam para contribuir com a entrada das usinas de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, estão baseados nos aspectos positivos que podem trazer para o território, além de destacar os investimentos das usinas nas partes sociais. Isso não foi diferente do município a ser estudado, Rio Brilhante.

Podemos aliar estes discursos com o Paradigma do Capitalismo Agrário que se utiliza do discurso de desenvolvimento para justificativa da territorialização destas empresas e grupos estrangeiros. Fatos verificados no município de Rio Brilhante que colocou como ponto fundamental para a territorialização da LDC o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda.

O município de Rio Brilhante tem aproximadamente 30.663 pessoas, abrangendo uma área de 3.987,397 (km²), dentre estas grande parte está para a produção da agricultura capitalista baseada na produção de milho, soja e cana-de-açúcar. Nesta última produção temos a presença de três usinas de cana-de-açúcar: a ETH Bioenergia – Eldorado controlada pela Odebrecht S.A e mais duas pertencentes à LDC Biosev - Unidade Rio Brilhante e LDC SEV - Unidade Passa Tempo que serão estudadas, a suas produções neste estado representam aproximadamente 27% da empresa (BATISTA, 2014).

A Odebrecht S. A inicia em 2008 sua produção no município por meio da contribuição do grupo japonês Sojitz:

> Em março de 2008 fez a aquisição da Usina Eldorado, em Rio Brilhante/MS, de propriedade do empresário Benedito Coutinho, e anunciou a implantação de mais uma unidade agroindustrial no estado de Mato Grosso do Sul, no município de Nova Alvorada do Sul (OLIVEIRA, A., 2009, p. 114).

O Jornal Gerente da cidade (2008), afirmou que a presença dessas usinas no município de Rio Brilhante otimiza a produção agrícola, juntamente com 50 mil hectares de

cultivo de cana-de-açúcar em parceria com os fazendeiros, criando segundo o jornal, uma estabilidade de renda a longo prazo representando um novo modelo agrícola.

Segundo Domingues (2010), o município sofre forte influencia da LDC em sua estrutura, pois aproximadamente 79% (28 mil hectares) das terras arrendadas são para a unidade Passa Tempo[25] e a unidade Rio Brilhante tem 88% (31 mil hectares) das terras arrendadas. Vale ressaltar, essas áreas de arrendamentos da usina não estão presentes em territórios camponeses no município, mas estão nas áreas onde já eram destinadas ao agronegócio compondo também o território indígena Laranjeira Ñanderu.

Segundo o Gerente da Cidade (2008), a unidade de Rio Brilhante foi instalada por meio de Possik dono da fazenda Ramalhete, que por mais de um século esteve à frente da pecuária, que passou a ter a cana-de-açúcar como possibilidade para deixar a fazenda mais produtiva, criando assim, uma aliança estratégica com o pecuarista Martins (donos das fazendas Celeiro, Primavera e Vacaria) para realizar esta nova produção. Inicialmente passaram a negociar com os então donos da Usina Passa Tempo, mas as negociações não se concretizaram. Diante disso, os dois fazendeiros procuraram o diretor da Coinbra (agora atualmente a LDC) iniciando as ligações para a instalação de uma usina com o apoio do Prefeito Donato em 2006, para dar início ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental "Veio à audiência pública em setembro e, por fim, em outubro de 2006, saiu o alvará de construção da nova Usina LDC-Unidade Rio Brilhante, tendo como âncoras do projeto as fazendas Celeiro e Ramalhete" (p. 47).

Para contribuir com a consolidação da cana-de-açúcar, a LDC anuncia a compra da usina Passa Tempo permitindo uma maior articulação para a instalação e maior produtividade da nova usina em construção a unidade Rio Brilhante que iniciou suas atividades no ano de 2008. Vale ressaltar, que em 2009 a LDC torna-se vice-líder no mercado na produção de cana-de-açúcar com a fusão da Central Energética Santa Elisa, formando a LDC-SEV que passou a gerir as usinas Passa Tempo (figuras 14 e 15) e Rio Brilhante (figuras 16 e 17).

As figuras 14 a 17 apresentam as duas unidades pertencentes ao grupo Louis Dreyfus Commodities no município de Rio Brilhante e parte de sua produção de cana-de-açúcar que

[25] A LDC também arrenda terras nos municípios como Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia, onde neste último tem-se vários conflitos pela terra. Segundo Domingues (2010) a unidade Rio Brilhante tem 4 mil hectares arrendados em Nova Alvorada do Sul.

rodeia os assentamentos originários pela luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e territorializada no território indígena Laranjeira Ñanderu.

Figura 14: Foto aérea da unidade Passa Tempo em Rio Brilhante



Fonte: Google imagens, 2015.

Figura 15: Placa da Unidade Passa Tempo – LDC e a produção de cana



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015

Figura 16: Foto aérea da unidade Rio Brilhante pertencente à LDC



Fonte: Google imagens, 2015.

Figura 17: Produção de cana da Unidade Rio Brilhante LDC



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

A usina Passa Tempo tem a capacidade de processamento de cana de 3,3 milhões de toneladas, produzindo 66% de etanol (álcool anidro e hidratado) e 49,7% de açúcar (cristal), com capacidade energética de 78 mw (BIO-SERV – LDC, 2015). Vale ressaltar, que nesta unidade houve a ampliação da capacidade produtiva de energia a partir da produção de bagaço, pois anteriormente era de 20 mw (DOMINGUES, 2010). Já a usina Rio Brilhante tem a capacidade produtiva por meio do processamento de cana de 5 milhões de toneladas, produzindo 46,8% de etanol e 66,1% de açúcar - álcool anidro, hidratado e energia -, com capacidade energética de 80 mw (BIO-SERV – LDC, 2015).

Esses porcentuais da produção das usinas da LDC em Rio Brilhante estão ligadas ao processo de regularização da produção de energia realizado por meio das usinas de cana-de-açúcar no Brasil, principalmente pós 2001, aflorando assim a estratégia do discurso de geração de energia renovável[26], ampliando áreas de usinas e/ou construindo-as já com as infraestruturas necessárias para esse tipo de produção. Segundo Oliveira A. (2009) as usinas a partir desse tipo de energia, pressionam os governos exigindo financiamentos, facilitação na liberação de licenciamentos ambientais, bem como nas melhorias de infraestruturas. No caso das usinas do grudo LDC, ela afirma:

> Tem inclusive, **unidades processadoras que mudaram a razão social**, a exemplo da Usina Santa Elisa, registrada atualmente como Companhia Energética Santa Elisa; e das unidades adquiridas pelo Grupo Louis Dreyfus, que passaram a denominar-se LDC Bioenergia S/A, e de tantas outras que **passaram a ter a denominação Central Energética** em lugar de usina ou companhia açucareira (OLIVEIRA, A., 2009, p. 161 – Grifo nosso).

Outro exemplo disso é a ampliação da usina Passa Tempo que foi proposta em 2010, ampliando 300% a sua capacidade produtiva por meio de novos turbogeradores, passando a gerar aproximadamente 80 mw, quando antes gerava 20 mw (CAPITAL NEW, 2010). Segundo Domingues (2010) a unidade Rio Brilhante já foi projeta desde o início para a geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

[26] "No início, o bagaço de cana foi empregado nas unidades canavieiras apenas para geração de calor, substituindo a madeira que era usada até então, mas recentemente o bagaço passou também a gerar vapor para ser transformado em energia a partir do calor. Porém, somente a partir de 1998, com o Decreto nº 2.655, é que as unidades poderiam comercializar o excedente de sua produção" (DOMINGUES, 2010, p. 173).

Como podemos observar, essa proposta de aumento na geração de energia na Usina Passa Tempo em Rio Brilhante foi concretizada, pois atualmente ela gera 80 mw a partir do seu bagaço, desde 2012 ela passou a produzir tais números. Configurando em umas das maiores usinas que geram a energia do Grupo. Segundo Caetano (2013), a construção dessa instalação "contou com financiamento do Banco do Brasil, que forneceu 70% dos recursos totais por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)" (p. [1]).

Identificamos mais uma vez o papel do Estado como atuante direto nos incentivos a ampliação das usinas de cana-de-açúcar para a produção de energia em Rio Brilhante. Sobre este caso a militante do MST na Maria[27], afirma que o apoio da prefeitura de Rio Brilhante ao agronegócio é marcante em outras gestões:

> *O prefeito anterior sim! Ele tinha um vinculo muito grande de ligação, de apoio de projetos que as usinas traziam para a escola, e tudo mais... Mas o prefeito atual que temos agora que tem uma abertura maior para os assentados também, nós não temos tanto assim, obrigatoriedade de aceitação para com a usina. Todos os trabalhos de vínculo com a educação, eles não pagam impostos, mas prestavam conto por projetos com as escolas, nós não estamos tento!* (Maria em entrevista, 2016).

A LDC também tem o discurso, que o poder público também se apropria, sobre a integração das comunidades locais das quais a LDC tem influencia e/ou territorialização:

> Acreditamos que é fundamental, tanto para o crescimento da LDC quanto para o bem-estar das comunidades em que atuamos, construir parcerias duradouras. **Trabalhamos juntamente com as comunidades locais para desenvolver programas e iniciativas** que apoiem ações relacionadas às suas necessidades (LDC, 2012, p. [1] – Grifo nosso).

Diante da citação, vemos que não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito por meio de parcerias relacionadas ao trabalho, tem como a única saída para o camponês é a sua subordinação. Ou seja, não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito,

[27] Nome fictício.

sem luta e resistência. Nas comunidades locais, a LDC tem alguns projetos que envolvem desde cursos a educação à produção em territórios camponeses/indígenas, bem como na relação com município de Rio Brilhante.

Segundo Centenaro (2011) no que tange a infraestrutura do município de Rio Brilhante a LDC desenvolveu alguns trabalhos como a construção de duas creches para suprir a demanda do município nas questões do ensino infantil. Este fato ocorre pela demanda dos funcionários que acabavam por migrar para o município como veremos nas páginas que se seguem. Segundo o jornal Gerente de Cidade (2008), este Centro de Educação Infantil tem a capacidade de atender 120 crianças de zero a quatro anos, num terreno de 600 metros quadrados, beneficiando além da população os funcionários da empresa.

Desta forma, o poder público se apropria deste discurso, como podemos observar na citação a seguir, na qual o prefeito sente-se sensibilizado da empresa construir uma creche no município:

> De acordo com o prefeito Donato Lopes, a parceria vai proporcionar condições para que as famílias da região possam ter a opção uma educação de qualidade para seus filhos, enquanto trabalham. “Quando a criança é bem orientada desde seus primeiros anos, ela tem todas as condições de se destacar profissionalmente quando adulta”, disse o prefeito, que **destacou também a sensibilidade do Grupo Louis Dreyfus em executar esta tão importante obra no município** (GERENTE DE CIDADE, 2008, p. 43 – Grifo nosso).

A figura 19 representa a aliança entre o Estado e o grupo LDC, na época das tais declarações do então prefeito de Rio Brilhante, bem como na inauguração da unidade Rio Brilhante do grupo.

Figura 19: Relações entre o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e LDC



O governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (à esquerda), Bruno Melcher, presidente do Conselho Administrativo da LDC Bioenergia e Kenneth Geld, presidente do grupo Louis Dreyfus Commodities.

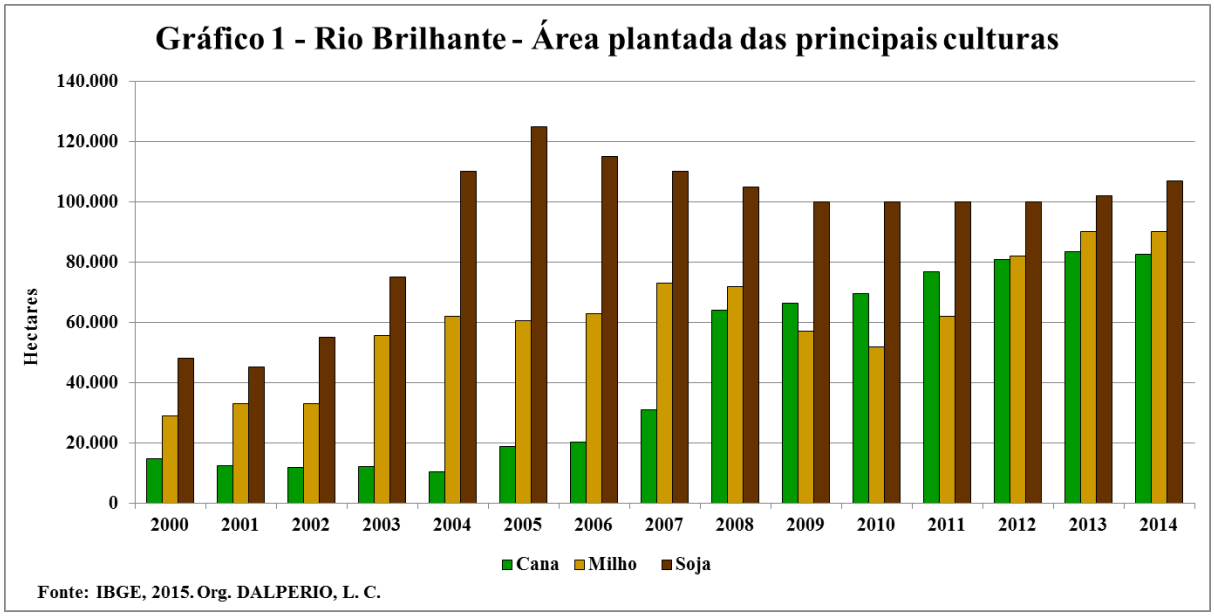
Fonte: Gerente de Cidade, 2008, p. 45.

Apesar da LDC ter trazido alguns benefícios de emprego temporários e permanentes com os dois Centro de Educação Infantil, o município acompanhou um processo de análise sobre a estrutura fundiária devido a forte concentração de terras nas mãos das usinas de cana-de-açúcar. Como afirma Domingues (2010):

> Prevendo a concentração de terras foi aprovada em 2007, **uma lei municipal que determina o limite máximo de cana-de-açúcar a ser plantado**, onde o plantio não deve exceder 40% da extensão territorial total do município. Se levarmos em conta tal lei, em Rio Brilhante a cana pode expandir até 160 mil hectares aproximadamente. Isso nos leva a pensar que, apenas 60% da área restante é destinada a outras culturas, como soja, milho, arroz irrigado, além é claro da agricultura familiar, ou seja, **quase metade da área municipal pode estar plantada com a cana** (DOMINGUES, 2010, p. 47-48 – Grifo nosso).

Na citação acima podemos ter um parâmetro do tamanho da produção de cana-de-açúcar realizada no município de Rio Brilhante e da importância do Grupo Louis Dreyfus Commodities para o aumento dessa produção e consequentemente com a concentração de terras. Fatos estes que podem ser confirmados por meio dos dados que apresentaremos nos gráficos 1 e 2, que mostram as principais culturas realizadas no município de Rio Brilhante,

cana milho e soja, bem como o papel da pecuária que vem perdendo espaço para a cana-de-açúcar.



Ao observarmos a área plantada em hectares das principais produções concluímos que a produção de cana-de-açúcar em Rio Brilhante se intensificou com a entrada da LDC com destaque para o ano de 2013, com 83.326. Em contrapartida, vemos uma diminuição da área plantada de soja, principalmente depois de 2008, para a entrada da cana no município, justificando os principais motivos para a não territorialização dessa produção nos assentamentos originários do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou dos outros assentamentos. Deste modo, vemos que o agronegócio está entrando nestes territórios camponeses por meio do arrendamento da soja, pois a cana-de-açúcar necessita de uma grande extensão de terras para sua extração através das máquinas, assim tendo que se utilizar de quatros cinco lotes[28].

No ano de 2008 podemos observar que ocorre um aumento significativo da área plantada de cana-de-açúcar, fato que se justifica por meio do início da produção da unidade Rio Brilhante da LDC, sendo que neste ano o município de Rio Brilhante num comparativo com os outros do estado do Mato Grosso do Sul, obteve o maior índice de área plantada para

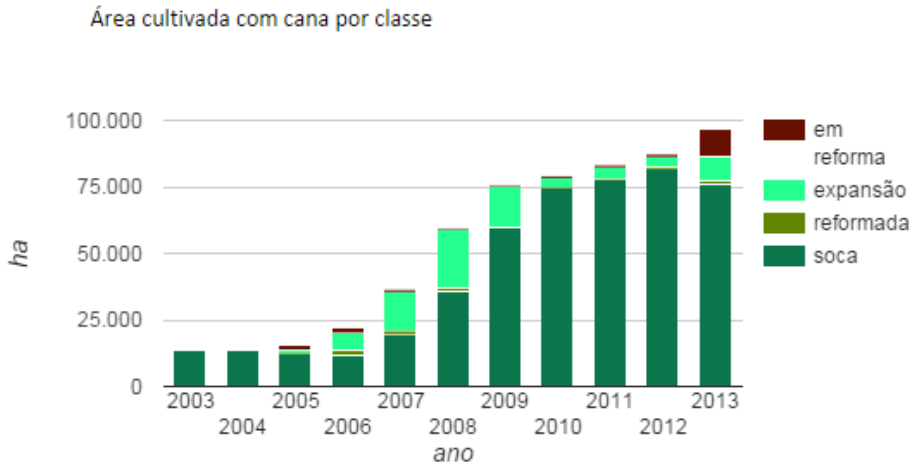
[28] Esse debate será aprofundado no próximo subitem.

o cultivo dessa produção correspondente a 63.958 hectares, em contrapartida dos 31 mil hectares em 2007.

A respeito da área plantada para milho, vemos que esta diminui nos primeiros anos da entrada das unidades na LDC no município, mas volta a crescer a partir de 2012 juntamente com a produção de soja, pois ambas as culturas são substituídas nas áreas de arrendamento, principalmente nos assentamentos de Rio Brilhante que permite a territorialização de ambas as culturas.

Por meio dos dados do Canasat (2016), podemos identificar as diferentes classes[29] da área cultivada por cana-de-açúcar em Rio Brilhante, expressados no gráfico 2.

Gráfico 2 - Área cultivada com cana-de-açúcar em Rio Brilhante de acordo com suas classes



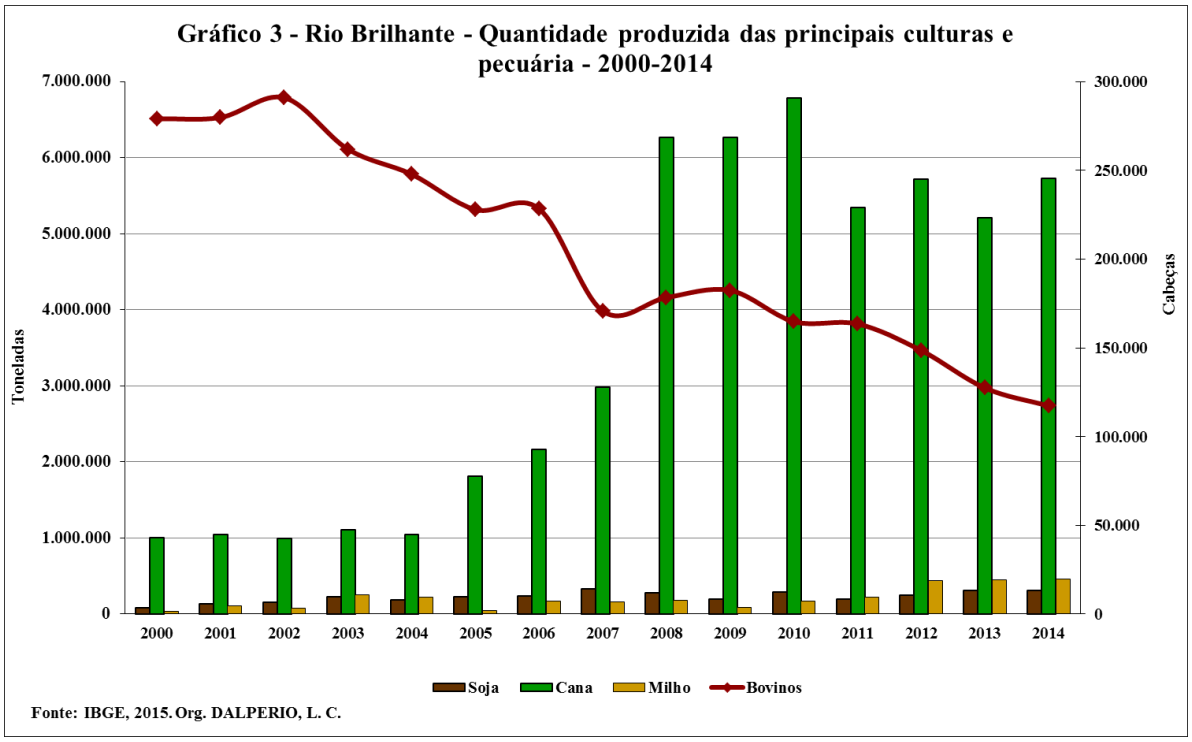
Fonte: Canasat, 2016.

A soca corresponde aos maiores índices de área do plantio de cana-de-açúcar, fato explicado pela territorialização "permanente" desta cultura no município, por meio dos arrendamentos que são lucratividade as usinas, principalmente, do grupo LDC – Rio Brilhante

[29] • A soca corresponde à lavoura com a produção de cana-de-açúcar que tiveram mais de um corte, bem como as lavouras reformadas com cana planta de ano (CANASAT, 2016);
• A expansão é a produção de cana-de-açúcar que estão disponíveis pela primeira vez para serem retiradas, além das lavouras que foram plantadas com outras culturas num período de igual ou superior a duas safras que voltaram a cultivar cana (CANASAT, 2016);
• A em reforma corresponde às lavouras com a produção de cana-de-açúcar que não poderão ser retiradas devido à reforma com a cana planta de ano-e-meio ou porque elas foram destinadas a outros usos (CANASAT, 2016);
• A reformada corresponde a áreas com a produção de cana planta de ano-e-meio que foram reformadas na safra anterior e que estão prontas para colheita na safra atual (CANASAT, 2016).

e Passatempo. Observamos que os anos com mais "expansão" da cana ocorrem em 2008 e 2009, em contrapartida com a diminuição da cultura da soja, assim concluímos que esta última cultura vem perdendo espaço para a cana, por meio dos arrendamentos nas áreas de fazenda como já exposto.

O gráfico 3 é um complemento a essas análises, pois representa a produtividade das principais culturas no município de Rio Brilhante, bem como a pecuária.



Observamos como a quantidade produzida da cana-de-açúcar vem aumentando e se territorializando em áreas onde a pecuária e principalmente a plantação de soja eram evidentes. Esta última cultura passa a adentrar os assentamentos rurais no município, conforme depoimento de Celso[30] militante do MST:

> *Por isso que hoje, os arrendatários, nos assentamentos, o maior índice de arrendatários deles foram aqueles que tinham capacidade de trabalhar 100, 200, 300 hectares e que eles perderam essas áreas pros donos, mesmo... Deixaram à pecuária, principalmente a*

[30] Nome fictício dado pela autora.

> *pecuária e migrou para cana e soja... Então essa é a realidade que nós temos em Rio Brilhante...* (Celso em entrevista, 2015).

Apesar do ano de 2013 corresponder a um dos maiores índices de área plantada de cana-de-açúcar em Rio Brilhante, registrou o menor índice de produtividade desde o início das operações das usinas da LDC. Sendo produzida neste ano 5.205.433 toneladas de cana-de-açúcar, sendo justificada esta queda na produtividade pelos fatores climáticos, em que fortes chuvas, bem como a qualidade da cana moída, conforme o jornal Rural Centro apontou:

> Além da quantidade, a qualidade da cana colhida também foi influenciada: a taxa de ATR[31] despencou para 127 kg por tonelada (10 a menos que a média da colheita anterior), gerando um déficit de 3,5 milhões de toneladas, o que representa um prejuízo de R$ 600 milhões (RURAL CENTRO, 2013, p. [1]).

Mesmo assim, segundo a Revista Exame (2014c), LDC faturou no ano de 2013 o valores de 12 bilhões de reais por meio da produção de cana-de-açúcar, sendo a quinta empresa do agronegócio a lucrar no território brasileiro. Mas, o pico de maior produção de cana-de-açúcar ocorre em 2010, correspondendo a 6.783.111 toneladas, ano em que a LDC decide ampliar a usina Passa Tempo para produção de energia como já citado.

Em relação à produção de gado, observamos a sua diminuição no município em contrapartida do crescimento da produção de cana-de-açúcar. Visto que, alguns fazendeiros passaram a arrendar suas terras, antes ocupadas pela pecuária para esta produção tendo impactos em outras formas de uso e territórios, como afirma Domingues (2010):

> Por meio da substituição de gado por cana, **podemos dizer que a pecuária ao ceder espaço para a cana-de-açúcar** procura outras formas de se reproduzir, seja através de novas tecnologias, que são incorporadas ao setor (boi confinado), seja pela ocupação de novas fronteiras como é o caso da Amazônia (DOMINGUES, 2010, p. 167 – Grifo nosso).

Com a entrada da cana-de-açúcar nos territórios antes produzidos pela soja e pecuária, ocorre um processo de territorialização dessa cultura juntamente com o milho nos assentamentos rurais do município de Rio Brilhante. Pois, ocorre uma forte resistência dos

[31] ATR significa Açúcar Total Recuperável, são relacionados aos açúcares que a cana possui - sacarose, glicose e frutose – com a possibilidade de serem recuperados pelos processos normais das industrias, que impacta diretamente na lucratividades das usinas de cana-de-açúcar.

assentamentos, principalmente os originários de luta do MST para o plantio de cana-de-açúcar na região. Um dos fatores apontados pelos entrevistados nos assentamentos é que diferentemente de outras culturas, a cana-de-açúcar somente destrói o solo, sendo que ao iniciar um acordo de arrendamento com a soja o camponês tem sua terra corrigida (com os materiais necessários) pelos arrendatários e posteriormente ao contrato que geralmente corresponde a cinco anos, eles os cessam podendo produzir suas culturas e reproduzir suas relações camponesas, em um solo que está em melhores condições.

Diante da compra do grupo LDC das usinas de cana-de-açúcar em Rio Brilhante e o aumento expressivo da produtividade nos anos que se seguem, o município passa a ser reconhecido como capital da cana, como afirma Domingues (2010):

> Com isso, a região perde a referência da especialização da produção agrícola, ou seja, **deixa de ser conhecida como a capital do arroz irrigado para ser chamada de capital da cana**, e o que observamos é que há uma tendência de vários municípios do Mato Grosso do Sul assumirem a especialização na cana-de-açúcar, mesmo em regiões não tradicionais na atividade (DOMINGUES, 2010, p. 167 – Grifo nosso).

Segundo o autor, as duas unidades da LDC no estado do Mato Grosso do Sul faz grandes investimentos com a finalidade de ser competitiva no mercado da cana-de-açúcar, em consequente obtendo maiores lucros. Por meio de aquisições em equipamentos modernos para obter uma maior qualidade no sistema de gestão/certificação ambiental, de saúde e segurança para os seus trabalhadores, bem como maior rentabilidade nas suas áreas de produções e na indústria.

Por meio dos gráficos apresentados observamos que em 2014 teve uma pequena diminuição nos índices de área plantada de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante e um aumento na produtividade, estes fatos podem estar relacionados à crise interna administrativa do grupo LDC no Brasil e de um descontentamento por parte dos usineiros. Segundo a Revista Exame (2014), isso ocorreu devido à mudança de postura do governo em apoiar a produção de etanol no Brasil:

> **Cana deixa de atrair capital estrangeiro**, devido a mudanças dos governos onde inicialmente se priorizou os carros flex, depois o pré-sal, não priorizando os combustíveis renováveis. Em que **grande parte das empresas estrangeiras passam por problemas** (REVISTA EXAME, 2014b, p. [1] – Grifo nosso).

Segundo a Revista Exame (2014b), a LDC tem dado prioridade em suas ações administrativas para à chamada "disciplina financeira operacional" para voltar a ter os rendimentos e lucros necessários para sanar suas dívidas:

> Rui Chammas, presidente do grupo, disse que a empresa está trabalhando para alongar a dívida e reduzir custos para ser capaz de gerar caixa suficiente para a manutenção da operação. A receita líquida da safra 2013/14 ficou em R$ 4,2 bilhões e prejuízo de R$ 725 milhões (REVISTA EXAME, 2014b, p. [1]).

Uma estratégia para obter maiores rendimentos, foi a mecanização total de várias usinas, com o discurso de diminuição dos gastos. Assim, na safra de 2013/2014, ocorre um aumento na produtividade da cana-de-açúcar com os investimentos realizados pela empresa, que segundo a Revista Exame (2013c, p. [1]), foi de 1,3 bilhão de reais "Fizemos mais com o mesmo dinheiro... Isso é importante, a gente investiu, plantou 4 % a mais e mecanizou mais o nosso canavial...".

Com as compras das duas unidades de processamento de cana-de-açúcar em Rio Brilhante, ocorreram uma série de mudanças no município, além das apresentadas quantitativamente com a produção e instalações de algumas creches. Sobre essas transformações o militante do MST Marcos[32], afirma que a cidade de Rio Brilhante desde o início não tinha suporte para enfrentar as mudanças socioterritoriais colocadas pelas produções das empresas. Mas, com o tempo foi havendo mudanças positivas, como afirma "*nois não tinha Caixa Econômica e a partir daí a Caixa Econômica veio pra cá, é várias coisas que não tinha e a própria cidade era pequena ... e hoje ela cresceu né, porque várias pessoas veio pro município porque a usina estava"* (Em entrevista, 2015).

Na questão da usina, Marcos afirma que ela foi boa num sentido de trazer emprego para a população assentada de Rio Brilhante, pois os jovens não tinham emprego antes disso.

[32] Nome fictício dado pela autora.

Contraditoriamente ao mesmo tempo em que essa população jovem arruma emprego, eles saem do assentamento para trabalhar na usina e vão morar na cidade, devido às condições do seu lote e a falta de assistência. Assim, a empresa usa apenas a mão de obra dessa população jovem rural, que em alguns casos os qualificam com cursos.

Mas, com o processo migratório dos trabalhadores vindos de outras regiões do país como nordeste (Alagoas), Centro-Oeste (Goiás), Sudeste (São Paulo e Minas Gerais) e Sul (Paraná), a partir de 2007 com as instalações das usinas, o município não consegue ter uma infraestrutura necessária para atender as demandas, aumentando as filas nos postos de saúde, hospital, supermercados e no único banco da época - Banco do Bradesco, mas o mais impactante foi à especulação imobiliária que afetou toda a população com um aumento desordenado dos aluguéis dos imóveis (DOMINGUES, 2010).

O autor aponta que no ano seguinte em 2008, esses imigrantes foram deixando o município devido à finalização das obras. Diante de tal problemática, segundo Centenaro (2011), o poder público criou de forma estratégica um programa habitacional para diminuir essa população que saia do município, doando terrenos para as construções de residências para essa população trazer suas famílias para residir permanentemente em Rio Brilhante.

Nas unidades pertencentes ao grupo da LDC, a partir de 2009 as máquinas para plantio e colheita passaram a ser de propriedade do grupo, com exceção dos transportes são terceirizados, contribuindo para a precariedade do trabalho e na sua flexibilização como a superexploraçao da força de trabalho, devido à cobrança das empresas terceirizadas por maiores viagens em tempos curtos com a cana-de-açúcar, fato que acaba pressionando os trabalhadores a tomar alguns medicamentos como rebite (DOMINGUES, 2010). Segundo o autor:

> Nas unidades da LDC-SEV do Mato Grosso do Sul com as quais obtivemos contato, notamos que, muitas vezes, para conseguir atingir os resultados e metas estabelecidas pela empresa, a mesma faz **pressão sobre os supervisores, coordenadores, técnicos e operadores de cada área**, como a redução de perdas na colheita, diminuição de paradas na planta fabril, diminuição de riscos de acidentes e aos impactos ambientais, entre outros, além da área administrativa, no qual são **cobradas muita eficiência e precisão de dados e informações** (DOMINGUES, 2010, p. 121-122 – Grifo nosso).

Segundo Antunes (2001), a necessidade do trabalhador ser flexível, isto é, operar várias máquinas, faz com que surja a concepção de polivalência do trabalhador. Essa organização flexível do trabalho, ou seja, a busca por agilidade na adaptação do maquinário, faz com que novos sistemas sejam elaborados, como: Kanban, Just in Time, terceirização, subcontratação, Controle da Qualidade Total, entre outros.

Além do trabalho terceirizado por meio dos transportes, as unidades da LDC em Rio Brilhante também terceirizam as funções de maquinário como tratorista. O assentado João[33] residente no PA São Judas, trabalha na unidade Passa Tempo a três anos na função de motorista sendo inicialmente terceirizado e agora contratado pela usina: *"Na usina... na própria usina eu comecei agora, eu trabalho só deis meis, mas antes eu tinha trabalhado dois anos terceirizado"* (João em entrevista, 2015). Ele nos informou que foi trabalhar na usina para buscar melhores condições de vida e poder continuar em seu lote, pois só com a renda que ele tira da sua terra não permite que ele permaneça lá: *"É difícil, não é fácil não. Só pela renda do sitio não"* (João em entrevista, 2015).

Em relação às comunidades, a LDC utiliza-se do trabalho do campesinato para o seu desenvolvimento, no qual alguns de seus trabalhadores, são camponeses assentados que deixam parte de seu trabalho no campo para complementar a renda nas usinas da empresa, grande parte devido à falta de incentivo no lote. A subordinação do seu trabalho ao capital, neste caso a LDC fica evidente na frase "Os colaboradores têm o compromisso de dedica-se exclusivamente para o Grupo durante a jornada de trabalho, salvo quando for expressamente acordado o contrário" (LDC, 2010, p. 6).

Na empresa eles passam a serem "denominados" colaboradores, criando um sentimento de pertencimento ao grupo e valorizados, como podemos observar no trecho a seguir: "As pessoas são o nosso ativo mais valioso. Investimos na segurança e desenvolvimento dos nossos colaboradores e não admitimos nenhum tipo de discriminação em nosso ambiente de trabalho" (LDC, 2012, p. [1]). Assim, os interesses dos colaboradores passam a ser o da empresa para garantir o aumento da produtividade:

[33] Nome fictício.

> O Grupo LDC está comprometido em criar um ambiente de trabalho adequado para que os **colaboradores possam desempenhar todo o seu potencial profissional**, **contribuindo tanto para as suas próprias carreiras dentro da companhia, como para os interesses do Grupo e de suas subsidiárias** (LDC, 2010, p. 4 – grifo nosso).

Para alguns funcionários, a LDC realiza cursos para qualificar os trabalhadores, de acordo com as necessidades das usinas. Visto que, para eles está necessidade de qualificação é uma grande dificuldade na hora da contratação:

> Segundo o diretor industrial da LDC-SEV, **a empresa faz grandes investimentos na qualificação de seus funcionários, promovendo capacitações com objetivo de melhorar os índices de produtividade e qualidade**, e evitar a rotação de funcionários, no entanto a principal dificuldade enfrentada pela indústria é a falta de mão-de-obra qualificada, que com o crescimento continuo do setor cada vez fica mais difícil selecionar profissionais que atendam os requisitos necessários para as vagas disponíveis (CENTENARO, 2011, p. 10-11 - Grifo nosso).

Para isso, a empresa também tem o objetivo de "proporcionar treinamento adequado aos seus colaboradores", visando criar essa identidade do trabalhador com a empresa e proporcionando o aumento de seu rendimento nas horas de trabalho. Este treinamento é facilitado pelo fato do interesse da empresa em trabalhar com empregados que já estão envolvidos no meio rural, principalmente com os assentados residentes em assentamentos rurais próximos a localidade da unidade de produção da empresa, subordinando-os.

Em entrevista Marcos confirma a necessidade das usinas do grupo em "qualificar" os funcionários: *"Antes de você entrar em qualquer empresa dessa lá, você tem que passar pelo curso ... os funcionários delas, se for maquinista, se tiverem interesse eles dão treinamento"* (Marcos em entrevista, 2015).

Segundo Domingues (2010):

> As unidades também precisam de outros trabalhadores menos qualificados, mas que saibam trabalhar com as máquinas modernas, como tratores, caminhões e colhedeiras. **Aliado a isso, por conta da falta de condições e de subsídios para produzir na terra, os assentados ou seus filhos estão adentrando nesse ramo de produção com a sua mão-de-obra**. Nesse caso,

> o assalariamento no corte de cana se constitui como uma alternativa para continuar reproduzindo sua condição de camponês (DOMINGUES, 2010, p. 123 – Grifo nosso).

Em nossas entrevistas foi identificado que ainda ocorre, nos dias atuais, o trabalho dos assentados nas unidades da LDC nos três assentamentos visitados a campo: Margarida Alves, Silvio Rodrigues e São Judas, mesmo este último assentamento ter feito resistência no início da sua implantação, proibindo que os assentados pudessem trabalhar na usina.

Marcos confirma a preferência na contratação de pessoas envolvidas nos assentamentos pelas usinas, pois essas pessoas têm experiências com a terra, como a roçagem e a adaptação com o tempo quente da região:

> *... vamos supor, eu vou contratar um cara, lá na cidade, eu não sei quem é o cara, tá certo que aqui eles [contratantes das usinas] também não sabem, mas se falar assim: ah um cara do assentamento tal. Aí vem a vida: é você é filho de quem? Sou filho de fulano de tal. O que você faz? ... Trabalhava com meu pai. Teu pai faz o que? Meu pai tombava terra e eu carpia, roçava, rancava mandioca. Poxa eles vão pegar. Agora chama o cara, ah o que você faz? Moro com meu pai. –Na onde? Moro em Rio Brilhante. O que você fazia? Quantos anos tem? Tenho 18 anos. O que você faz? Nunca fiz nada. O que que é o serviço dele? Toda vida morei com meu pai...*" (Marcos em entrevista, 2015).

Para o entrevistado, esse trabalho nas unidades da LDC em Rio Brilhante é, no momento, a única solução para os jovens, mas não são todos que saem do assentamento e vão trabalhar nas usinas, existem outras formas de trabalho: *"... tem menina que trabalha em loja, tem menina que gosta de trabalhar no mercado ... o que influencia muito a usina é os capaiz"* (Marcos em entrevista, 2015).

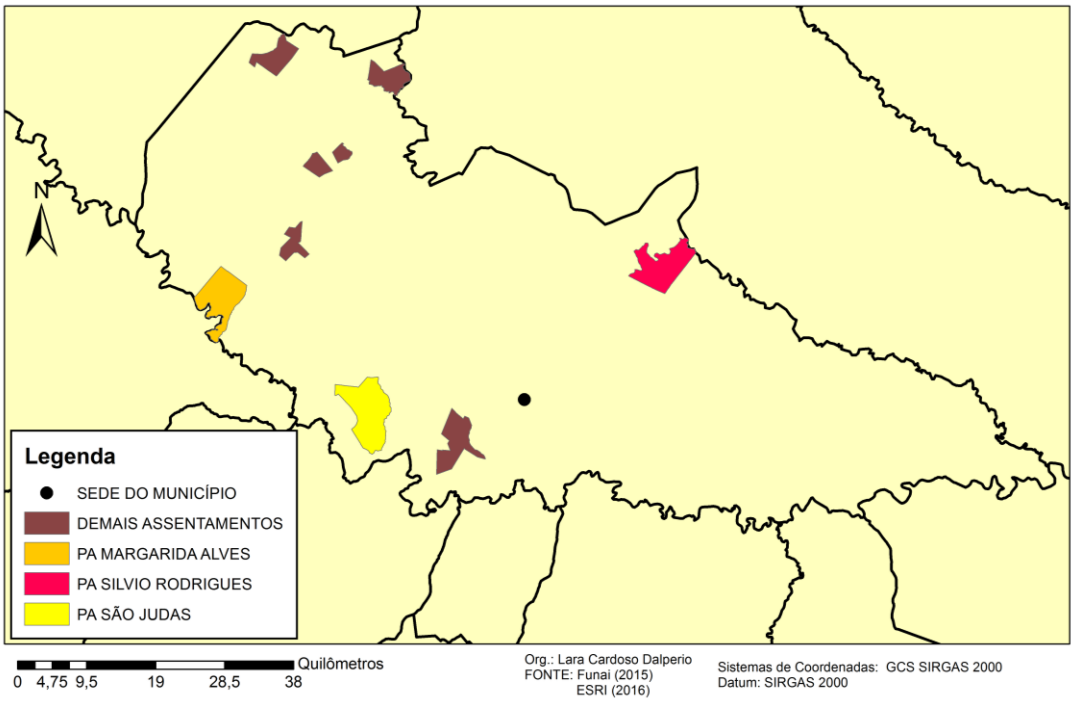
O quadro 7 apresenta o número de assentamentos rurais, famílias, forma de obtenção e o seu ano no município de Rio Brilhante e o mapa 7 a espacialização destes assentamentos. Podemos observar que o município possui nove assentamentos com 810 famílias e 17.940 hectares de terras destinados à reforma agrária. E fica evidente que depois da entrada das usinas de cana-de-açúcar do grupo LDC não foi obtido nenhum assentamento para reforma agrária, mesmo diante da lei de 2007, que determinava o limite máximo da produção no município.

A forma de obtenção que predomina é a desapropriação, que por lei é feita por meio do pagamento das indenizações. Destacamos que os assentamentos PA Silvio Rodrigues, PA São Judas e PA Margarida Alves são originários do processo de luta do MST e suas respectivas formas de obtenção foi por meio das desapropriações, realizadas a fim de mudar a estrutura fundiária do município desterritorializando o agronegócio para territorializar o campesinato.

Quadro 7: Informações sobre os assentamentos rurais em Rio Brilhante

Assentamentos	Famílias	Área	Forma Obtenção	Ano
PA Bonsucesso	27	665	Desapropriação	1998
PA Fortaleza	14	385	Desapropriação	1998
PA Fortuna	108	2.383	Reversão de Domínio	1998
PA Lagoa Azul	117	1.507	Compra e Venda	2005
PA Margarida Alves	120	3.166	Desapropriação	1999
PA São Judas	187	4.155	Desapropriação	1998
PA Silvio Rodrigues	120	3.202	Desapropriação	2001
PA Taquara	67	1.550	Desapropriação	1998
PA Triângulo	50	927	Desapropriação	1997
Fonte: DATALUTA, 2016. Org.: BUSCIOLI, L. D.				

Mapa 7 – Assentamentos Rurais em Rio Brilhante - MS



Desde o início das usinas da LDC o corte foi mecanizado, mas ela utilizou para o plantio o trabalho dos assentados tanto homens como mulheres. Os assentamentos rurais que têm trabalhadores das unidades da LDC são: PA Triângulo, PA Taquara, PA Bom Sucesso e os três do MST PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues e PA São Judas, este último tivemos a oportunidade de entrevistar um destes trabalhadores que nos mostrou por meio da oralidade a sua rotina de trabalho na unidade Passa Tempo, há três anos.

Segundo João *"na usina a gente da entrada no cartão duas e quarenta e cinco, mais tem um período antes que tenho que sair de casa, um trajeto ... trajeto que gasto, eu saio de casa meio–dia e cinquenta, uma hora"* (em entrevista, 2015). Segundo ele existem mais de 1.500 trabalhadores na unidade Passa Tempo e eles trabalham no sistema de revezamento, trabalhando os cinco dias da semana e folgando também nos fim-de-semanas. Cabe destacar que este trabalho tem dificultado o tempo de serviço no lote.

A usina não adentra o assentamento com um ônibus para dar transporte ao trabalhador. Eles têm que se deslocarem para a cidade para ir de van até a unidade que eles trabalham. Assim, ele acorda de madrugada para realizando suas atividades em seu lote, principalmente com a renda do leite e depois para a usina, realizar sua função de motorista passando com o caminhão que aplica os agrotóxicos nas lavouras.

Segundo o entrevistado:

> *Se eu precisasse, eu ficaria só no sitio. Se desse pra eu me manter só daqui mesmo... Eu queria era ficar sozinho, não quero trabalhar de empregado não ... Porque chuva ou sol, você tem que cumpri aquele horário. Trabalhando ali, você tem que ficar ali trabalhando de empregado. E é submisso ao patrão. E a gente que trabalha por conta, ele tem que trabalhar também, mas pode tirar mais um tempo de regalia... Eu posso fecha a minha casa aqui e sai e ir pra casa de um parente e pedir dois maços, e ai eu posso retornar to em casa. Agora no emprego não, se a gente faze isso, no outro dia você não é mais funcionário (João em entrevista, 2015).*

Segundo o entrevistado somente pelo trabalho no lote ele não tem condições de permanecer na terra, pois sua renda maior é a do leite como já apontamos. Desta forma, ele se submete ao trabalho do capital que rege seus horários diferentemente do seu trabalho no

campo. Sobre sua rotina o lote e na usina: "*Trabalho na usina e chego um pouco tarde, meia noite, uma hora da manhã. E quando dá sete meia eu levanto"* (João em entrevista, 2015),

Por meio da entrevista podemos observar nas falas de vários entrevistados assentados que a LDC iniciou sua produção com a ajuda dos camponeses dos assentamentos de Rio Brilhante e dos indígenas, modificando a conjuntura deste território e da forma de trabalho com a inserção das máquinas em todo o processo produtivo. Segundo o entrevistado Vander, vários camponeses foram dispensados com a chegada das máquinas:

> *A no mínimo tinha uns vinte por cento de assentados de todo o município, né. Só daqui saia quarenta e poucas pessoas, mais quarenta, cinquenta da Tabuinha.Tinha quase...no mínimo 60% era assentado que trabalhava, desses três mil e poucos, foi mandado embora por que chegou a máquina. Começou chegando uma máquina, duas, custava um milhão de reais a máquina, mas fazia o serviço por 100 homens* (Vander em entrevista, 2016).

Confirmando a fala de Vander, temos a frase de Camila em entrevista no ano de 2016: "*Chegou as maquinas de plantar cana né ai então foi dispensando ... Agora as maquinas faz tudo".*

Segundo André no início dos trabalhos das usinas da LDC, cerca de 20% dos assentados do PA Silvio Rodrigues trabalhavam para o grupo francês, mas atualmente cerca de 10 ou 15 camponeses trabalham nas unidades. Segundo Celso: *"Nós chegamos aqui no assentamento, de 120 famílias, nós temos um dado, não sei se foi de 2012, 2013, nós tínhamos mais de 25 pessoas trabalhando nas usinas, só do nosso assentamento*" (Celso em entrevista, 2015).

No início das atividades do grupo da LDC a utilização da mão de obra era expressiva, conforme relato de André "*Tudo, desde de mulher, tinha até família. Depois que passou tudo para máquinas acabou, é meia dúzia de pessoas que eles escolhem ... No começo deu muito serviço para o pessoal que queria trabalhar e tava lá dentro, mas só no começo enquanto tinha serviço manual, depois disso aí"* (André em entrevista, 2015).

Na fala de André podemos observar a insatisfação da mudança das atividades do grupo da LDC com a inserção do maquinário, pois antes o trabalho era no plantio manual com a presença de assentados, filhos de assentados e de indígenas. Posteriormente a esse processo

de mecanização, os assentados que permaneceram passaram a trabalhar como operador de máquinas, borracheiros, mecânicos etc.

Sobre os anos iniciais da territorialização das unidades da LDC, José assentado do PA Margarida Alves informa: *"logo que a usina chegou nois trabaiemos na usina lá, manual. Quando começou a aumentar o canavial ... trabaiei uns quatro meses daí mandaram nóis embora (risos do entrevistado) ... pegou uma seca e não tinha plantio"* (em entrevista, 2016).

Camila esposa de José trabalhou com sua família aproximadamente três anos para a LDC: *"Os homens iam jogando a cana no chão e as mulheres ficavam no suco, as vezes deiz horas da noite a gente estava na estrada quebrado ... O que nois ganhava lá nóis investia no lote, eu lembro que eu comprei três vacas"* (Camila em entrevista, 2016).

A LDC buscava os assentados de ônibus e passava somente nestes assentamentos indo direto para a usina, segundo José: "*Eles iam buscar cedinho de madrugada quatro hora já estava na estrada mais ou menos ... passava em todo o assentamento ... pegava a turma completa. Não foi fácil não, mas fui obrigado a trabalhar na usina"* (em entrevista, 2016). Foi uma obrigação, pois era a única fonte de renda que eles tiveram naquele momento, devido ao solo infértil e o governo não dar assistência aos assentados. Assim, ele e o genro Leandro foram trabalhar para a LDC, como forma de permanecer no lote, mesmo que submisso ao capital.

Nas entrevistas entre ambos podemos observar que desde o início o trabalho para a LDC serviu como fonte de renda para os assentados permanecerem no lote e criar infraestruturas para posteriormente produzirem no lote e reproduzirem as relações camponesas. Foi evidenciado, a insatisfação com o trabalho nas unidades da LDC, sendo degradante e insatisfatório, pois para eles tinham um caráter estratégico de sobrevivência.

Segundo Leandro "*Na veiz que eles [a LDC] vieram pegar o pessoal aqui pra trabaiar, o pessoal se interessou porque eles estariam aqui durante o dia trabalhando e deixava a família"* (em entrevistam, 2016) não configurando assim o abandono de lote. Ele complementa:

> *Dai a proposta da usina quando pegava cedo e trazia de noite, então você estaria aqui dentro praticamente, saia só pra trabaia deixava mulher, deixava filho, e se desse algum probleminha você no outro dia teria como resolver. Então por isso que o pessoal foi ... não era abandonada porque tava mulher, tava os filhos. Só que era um problema porque não poderia*

> *registrar a carteira né, eles [INCRA] não aceitam registrar e lá ele só trabaiavam registrado. Só que o pessoal arriscou e registrou assim mesmo* (Leandro em entrevista, 2016).

Nos dois lotes de Leandro e seu sogro José, todos os membros trabalharam na usina na colheita, nas palavras de José: *"Fui eu e as mué e os filhos, ficando apenas a esposa de Leandro para cuidar do lote" (*em entrevista, 2016). Era durante os finais de semana que Leandro e José cuidavam do lote, na horta, plantações e gado leiteiro. Sendo bem difícil no começo a organização do lote.

O trabalho na usina para essa família do Leandro e José configurou-se como uma renda inicial para eles poderem se manter no lote, criando as infraestruturas após a consolidação mesmo que mínima de sua situação. Leandro saiu, pois o trabalho no interior do assentamento, ajudando os outros assentados nas questões da terra e do plantio, gerava uma renda maior do que o trabalho degradante da usina. No caso de José, ele deixou o trabalho na usina para iniciar suas plantações e produção de leite, por meio da compra do gado leiteiro no lote. Pois, o antigo trabalho não possui nenhuma identidade com seu modo de vida camponês.

Identificamos que nestes dois lotes vizinhos, que o trabalho familiar é a caraterística principal. A esses fatos podemos identificar os dois elementos fundamentais que para Chayanov (1974) representa o modo de produção camponesa: a geração no interior da necessidade da família camponesa e recursos dessa unidade familiar a partir do processo produtivo. Desta forma, a reprodução da família, a unidade econômica camponesa está assentada no trabalho igualmente a satisfação, mas não somente na produção de mercadorias. Assim, o camponês vai definir seu auto grau de exploração com o trabalho.

Atualmente as unidades da LDC empregam apenas camponeses e a população do município de Rio Brilhante, mas no início de sua produção em 2008 na unidade Passatempo ela empregava indígenas que estavam nos municípios de Dourados, Sidrolândia e Rio Brilhante, somando mais de 200 pessoas, conforme informado por Domingues (2010):

> Os mesmos saíam de suas casas em torno de 4 horas da manhã e retornavam por volta das 6 da tarde, percorrendo uma longa e extenuante jornada de trabalho. **Porém, a partir de 2009, nenhuma das unidades da Dreyfus no Mato Grosso do Sul fez contratação de cortadores de cana indígenas** (DOMINGUES, 2010, 123 – Grifo nosso).

Salvador (2012) entrevistou alguns indígenas da etnia Terena que trabalharam no corte da cana-de-açúcar na unidade Passa Tempo, um deles foi João que segundo o autor:

> O motivo que atualmente vai para usina é a falta de organização interna para as atividades produtivas, não tem recurso, tem o trator mas não é suficiente. Pra ficar dentro da aldeia tem que ter roça grande. Isso "obriga a gente a sair". Falta de um caminhão pra levar os produtos para a cidade. Aos 11 anos fugiu dos pais para ir para usina. Estudou apenas 1 ano" (SALVADOR, 2012, p. 96).

Domingues (2010) aponta que parte da produção da LDC de cana-de-açúcar está baseada em contratos com fornecedores da cana-esteira, onde todo o processo produtivo é de responsabilidade deles e não da LDC, ou seja, ela fica isenta da responsabilidade com a contratação de indígenas para trabalhar nas lavouras. Nessas áreas os indígenas, segundo o autor, não têm nem o conhecimento de quanto os não índios recebem pelo seu trabalho.

No ultimo trabalho de campo realizado a indígena Luciana relatou que 16 indígenas do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu trabalharam para a Odebrecht e para a LDC, juntamente com parentes de outros territórios como de Dourados. Foi relatado em entrevistas com os camponeses esta prática, evidenciando uma separação estratégica entre os índios e os camponeses nas áreas de plantação da LDC sem nenhum contato físico com eles.

Segundo Luciana (2016):

> *Meu cunhado que chegou a trabalhar lá na Lui Dreifi* [LDC] *e ... os indígenas levou tudo, quando soube que são eles que é daqui mesmo que expulso né ... Odebrecht memo expulso tudo os indígenas aqui né que trabalhavam né, dispensaram tudo eles ... Porque sabia que são os indígenas que luta por terra e dispensou todos os indígenas Odebrecht e mesma coisa a Lui Dreifi também* (Luciana em entrevista, 2016).

Segundo a entrevistada três trabalhadores indígenas morreram de acidente de trabalho na unidade da Odebrecht, antes de serem dispensados pela usina e pela LDC. Esta dispensa foi ocasionada por questões políticas ao saberem que eles eram do território Laranjeira Ñanderu: *"... falou que a gente reivindica Rio Brilhante ... a empresa que nois vamo tomar um pedaço de chão aqui* [referindo-se a LDC] *na metade memo na divisa aqui ... metade da fazenda cadeado"* (Luciana em entrevista, 2016).

Ela complementa o diálogo entre o cunhado e o apresentante da usina: "Meu cunhado falou que: "'*Seis morava debaixo da lona?' e meu cunhado falou: 'Não nois indígena mora de baixo da lona de sapé'*" (Luciana em entrevista, 2016). Depois disso os indígenas foram dispensados e até o momento da pesquisa os indígenas não tiveram seus pagamentos realizados, segundo a entrevistada e sua mãe Marcia.

Na LDC rotina de trabalho era composta por um horário das 5 horas da manhã às 16:30 e suas funções eram respectivamente na parte de plantar cana-de-açúcar. Vale destacar que no Laranjeira Ñanderu somente os homens iam trabalhar para as usinas e as mulheres ficavam no acampamento a beira da estrada.

Segundo Pereira (2012) a necessidade de sobrevivência é o que tem levado os indígenas a trabalharem fora das reserva. Essa mesma questão, pode ser observada no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu para o trabalho nas usinas do grupo LDC e da Odebrecht.

Segundo o autor, este trabalho tem prejudicado os homens adultos a participarem de alguns ritos e o afastamento por um longo período de tempo nas lavouras de cana-de-açúcar, tem levado a desagregação das famílias e parentelas. Correlacionando com Pereira (2012) temos a citação de Mamgolim (1993) "o mais sério de todos é a questão das changas: trabalho nas usinas de álcool e fazendas. Mesmo assim ainda não conseguiram vislumbrar uma saída. A necessidade de sobrevivência tem falado mais alto" (p. 89).

Segundo Luciana, seu tio trabalha ainda na usina de cana-de-açúcar, mas não soube dizer de qual empresa. Acreditamos que seria a Odebrecht, uma vez que, a LDC não contrata mais mão-de-obra indígena. Ele trabalha como motorista da van que trafega pegando os trabalhadores, sendo que ele vai de bicicleta para não ter que pagar o pedágio.

Assim, tantos os indígenas como os camponeses, sujeitam seu trabalho para o capital como forma de se manterem na terra, mas este é um trabalho degradante, ou seja, ocorre a exploração do trabalho em condições mínimas e/ou análogas a escravidão. Num movimento contraditório muitos índios trabalham em territórios que outrora foram seus, ou seja, em seus territórios tradicionalmente ocupados. Segundo Martins (1981), o capitalismo necessita da compra da força de trabalho, pelo simples motivo dela ser a única mercadoria que permite criar um valor a mais do que aquele que ela contém.

Sobre a exploração do trabalho:

> Tal aspecto denota ações que é comum encontrar pelo território sul-mato-grossense, isto é, a utilização de relações de trabalho precárias, encimadas na força de trabalho (des)qualificada do ponto de vista empresarial, tendo em vista a sua formação para o trabalho inexistente nos moldes do capitalismo, mas que está em pleno vigor em se tratando de formas de exploração existentes no próprio bojo do modo de produção capitalista, que se ancora em formas acessórias de produção (AZEVEDO, 2008, p. 118).

Exploração do trabalho é marcante no Mato Grosso do Sul, pois os indígenas ficam horas nas lavouras de cana, com o objetivo das empresas transnacionais terem uma margem de lucro muito maior, a partir da retira de condições mínimas de trabalho como: um local adequado para as refeições e para as necessidades fisiológicas, falta ou inexistência de locais para a hidratação dos trabalhadores, falta de equipamentos de segurança como luvas e capacetes, entre outras. Segundo Thomaz Junior (2007), desrespeitando as leis trabalhistas:

> A principal exigência apontada pelos procuradores deve-se à proteção da saúde e segurança, no trabalho rural, pois a NR-31 exige pausas para descanso dos trabalhadores, fornecimento de água fresca, local adequado para refeição, pronto atendimento médico, sanitários etc. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 14).

Diante dessa situação, as usinas têm sido autuadas pelo Ministério Público do Trabalho para regularizarem essas situações, que acabam por deixar ainda mais penoso o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, principalmente para os trabalhadores do corte. Segundo a Revista Exame (2013b) a LDC foi punida juntamente a Cutrale, Citrovita e Citrosuco a pagar 455 milhões em indenização a 200.000 trabalhadores terceirizados no campo.

A LDC também foi condenada pela 2º Vara da Justiça do Trabalho de Jaboticabal no estado de São Paulo a pagar uma multa que soma um milhão de reais, por ter em seu sistema laboral trabalhadores com irregularidades, quase análogas à escravidão, bem como a interdição do corte de seis fazendas em Minas Gerais pertencentes ao grupo com 530 trabalhadores na condição de terceirizados, que estavam trabalhando com condições inadequadas de segurança e saúde - terceirização ilícita, falta de água potável, locais inadequados para a refeição e ausência dos kits de primeiros socorros. Identificando a morte de dois trabalhadores em 2007 e 2008 (DOMINGUES, 2010).

O autor também aponta as pressões sofridas pelos trabalhadores que compõem o setor administrativo da Louis Dreyfus Commodities, por meio de cumprimentos de metas e tarefas: “Na LDC-SEV, por exemplo, o funcionário administrativo sabe o horário que deve chegar, mas não sabe quando irá sair. Além de serem muito cobrados com relação à eficiência, agilidade, flexibilidade e muitas outras qualidades que o funcionário ‘deve’ ter” (DOMINGUES, 2010, p. 126).

É interessante destacarmos no Código de Conduta da LDC o item “Conflitos de Interesses” tendo um discurso de equilíbrio nas ideias dentro das unidades. Assim, os “colaboradores devem comunicar ao seu gestor quaisquer conflitos de interesses ocorridos ...” (LDC, 2010, p. 6) entre ambas as partes, mostrando uma “liberdade” dos colaboradores na empresa em falar qualquer questão aos seus superiores. Eles também, “não podem realizar atividades concorrentes com qualquer empresa ou Grupo nem pertencer ao Conselho Administrativo ou a algum comitê de qualquer empresa ou organização que seja concorrente da companhia ou de suas subsidiárias” (LDC, 2010, p. 6), garantindo a exclusividade do trabalho nas unidades do Grupo LDC.

Além dos problemas trabalhistas com a inserção das unidades de cana-de-açúcar com contratações irregulares, condições inadequadas para o trabalho e pressões, também encontramos, problemas relacionados aos danos ambientais intensos no início das instalações das unidades da LDC em Rio Brilhante. Diante dos trabalhos de campo, foi possível constatar que o grupo causa danos ambientais a partir do desmatamento e também da perca da biodiversidade por meio dos agrotóxicos pulverizado a partir de aviões.

O entrevistado Marcos confirma os fatos, ao narrar a história de uma derrubada de várias áreas em uma fazenda arrendada pela LDC referente à unidade Passa Tempo:

> *Uma arvore quando tem ali no meio da roça, uma beira de rio. Igual nós estávamos voltando a falar um colega meu, passou na mata do meio da noite, e chegou no outro dia de manhã tava a terra gradiada, quando as aberturas aqui foi assim .... tem um sistema disse que dá maquinário, abre valeta e derruba as árvores, puxa dentro, interra e gradia. Disse que uma questão de um dia pra noite, na onde é proibido* (Marcos em entrevista, 2015).

Ao realizar alguns trabalhos de campo no município de Rio Brilhante, Domingues (2010) encontrou os mesmos fatos narrados pelo nosso entrevistado, como podemos observar na figura 20.

Figura 20: Enterramento de árvores na área arrendada pela LDC no município de Rio Brilhante.



Fonte: LEITE, R *apud* Domingues, 2010.

Vale ressaltar, que não encontramos o enterramento de árvores nas áreas onde a LDC produz cana-de-açúcar, pois a produção está presente antes deste estudo com os contratos de arrendamentos já executados.

Outro problema ambiental esta relacionado à questão da água:

> Lembramos que as unidades Maracaju e Passa Tempo utilizam água dos respectivos córregos Olho d'água e Passa Tempo, mas a unidade Rio Brilhante utiliza 100% de água do Aquífero Guarani por meio de poços artesianos. Também salientamos que, após o processo de produção de álcool, são liberados alguns resíduos que são chamados de vinhaça ou vinhoto; que, por sua vez, é destinado ao uso nas lavouras canavieiras como adubo, através da fertirrigação (DOMINGUES, 2010, p. 162).

Em trabalho de campo o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, encontramos relatos a partir da entrevista com três indígenas, sobre a destruição e poluição do córrego que está na área de retomada por meio dos venenos jogados pelas produções de cana-de-açúcar da LDC em seus territórios, envenenando diversos peixes que servem de alimentos para os

indígenas. Ou seja, além dos materiais tóxicos jogados na água temos a poluição por meio dos aviões.

A partir dos trabalhos de campos obtivemos as informações sobre o processo de queima de cana-de-açúcar nas áreas arrendadas que tem prejudicado em algumas questões nos assentamentos, assunto que abordaremos nos próximos itens. Mas, podemos mostrar uma consequência da queima desenfreada/descontrolada em uma das fazendas arrendadas pela LDC, que destruiu um caminhão, conforme vivenciado por Domingues (2010), expresso nas figuras 21 e 22.

Figura 21: Terreno queimado da LDC



Fonte: Domingues, 2010.

Figura 22: Caminhão queimado pelo fogo do canavial em 2010



Fonte: Domingues, 2010.

Segundo Domingues (2010), o clima seco do município contribuiu para a queimada da cana-de-açúcar ficar fora do controle. Nem os funcionários que realizavam as queimas conseguiram controlar as chamas e tirar o caminhão a tempo, situação que foi controlada apenas com a chegada dos bombeiros do município de Maracajú que também possui uma unidade pertencente ao grupo LDC.

Além dos problemas causados dentro do território do agronegócio da LDC pela produção da cana-de-açúcar, o mesmo impacta em territórios camponeses e indígenas por meio da queima, da sua territorialização, das formas degradantes de trabalho entre outros. Assim, os atingidos por este processo realizam diversas formas de resistências seja por meio dos conflitos de ideias, pela parte produtiva e educacional, bem como a resistência direta por meio das ocupações e das manifestações.

Assim, no próximo subitem procuraremos mostrar esses impactos e as formas de resistências em territórios camponeses originários pelo MST, ou seja, nos assentamentos rurais PA Margarida Alves, PA Silvio Rodrigues e PA São Judas e no território indígena Laranjeira Ñanderu, onde ocorre a territorialização do agronegócio estrangeiro por meio da produção de cana-de-açúcar do grupo LDC.

CAPÍTULO V

CAPÍTULO 5 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado do Mato Grosso do Sul desde a sua origem na década de 1980 tem ligação com o território, abrangendo suas lutas por melhores condições de vida nos acampamentos e assentamentos, buscando saúde, educação, produção etc. de qualidade.

A Comissão Pastoral da Terra tem um papel importante para o MST em MS, pois foi por meio dela que o Movimento conseguiu se organizarem em trabalhos de base, reuniões entre outros, permitindo e fortalecendo a sua consolidação no estado. Assim, as conquistas que o MST tem travado no estado ao longo dos anos estão vinculadas com as suas lutas e resistências que partem das ocupações de terras como importantes instrumentos, bem como com as manifestações que ele realiza em áreas urbanas. Cabe destacar, que as ocupações originam os assentamentos rurais entendidos neste trabalho como territórios camponeses, ou seja, espaços de lutas, resistências e esperança.

Estes territórios camponeses vêm sofrendo com os impactos causados com a territorialização do agronegócio nacional e estrangeiro dentro dos assentamentos ou ao seu redor. Neste sentido, a luta contra este processo ocorre de forma intensa no Mato Grosso do Sul, buscando contrapor ideias e o modelo de produção pautado nas commodities com a produção camponesa que tem lógicas distintas.

Assim, nas páginas que se seguem procuraremos mostrar a partir do estudo de caso de três assentamentos criados por meio da luta do MST em Rio Brilhante: PA Silvio Rodrigues, PA São Judas e o PA Margarida Alves, as resistências e os impactos causados com a territorialização da cana-de-açúcar produzida pelo grupo francês Louis Dreyfus Commodities.

Abordaremos inicialmente uma breve discussão sobre o processo de formação do MST no Mato Grosso do Sul e suas principais lutas iniciais que estão vinculadas com estes assentamentos estudados. Em seguida, debateremos como ocorreu a formação dos acampamentos no município de Rio Brilhante para termos subsídios, a partir da análise

histórica, sobre a atual realidade destes assentamentos frente ao processo de estrangeirização de terras.

Para então, analisarmos profundamente os impactos e as resistências neste territórios por meio da produção da LDC no município que rodeia os assentamentos. No caso dos impactos identificamos desde os vinculados a terra pela produção e questão ambiental ao da saúde. E as resistências encontramos principalmente as manifestações, educação, produção e paradigmática no sentido de debates de ideias entre o Movimento e o grupo francês.

5.1 – O MST no Mato Grosso do Sul: alguns apontamentos

Para iniciarmos os debates sobre as resistências camponesas por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partiremos da análise da origem do movimento sem terra no Mato Grosso do Sul que teve como principal aliado a CPT na década de 1980. Para isso apresentaremos os primeiros conflitos camponeses pela e na terra no estado iniciados na década de 1970, devido a irregularidades em contratos de arrendamentos e reivindicações de algumas áreas.

Diante dessa situação os movimentos camponeses, de trabalhadores rurais e sindicalistas iniciaram as suas primeiras ações de resistência frente ao latifúndio, se organizando para construir os trabalhos de base, que seguiriam nas próximas décadas sendo determinantes para a obtenção de seus territórios no caso o território camponês, por meio das ocupações de terras no estado.

Segundo Fabrini (1996), a história de resistência no estado se inicia principalmente com as lutas em Naviraí e em Glória de Dourados, onde no primeiro município o movimento foi de arrendatários com destaque para a participação da CPT e do Sindicato Rural de Naviraí ocupando três fazendas: Entre Rios, Água Doce e Jequitibá. Devido a essa participação os arrendatários, após ganho de causa para permanência na área da fazenda Jequitibá por dois anos pelo fato de irregularidades no contrato, reivindicam a desapropriação com forte repressão do fazendeiro e com um fato que mudaria o rumo da organização dos arrendatários, o assassinato do advogado que os defendia. Esta ação se tornou o marco inicial para a luta dos sem-terras.

Bernardo Mançano Fernandes (1999) faz uma narrativa importante para compreendermos a trajetória do MST no estado do Mato Grosso do Sul, bem como está ação descrita por Fabrini (1996) como marco do Movimento. Nas palavras do primeiro autor:

> Desde 1979, nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquarussu, Bonito e Glória de Dourados, os latifundiários pararam de arrendar terras, pois as fazendas já estavam formadas. Enquanto formavam as fazendas, derrubando a mata e plantando capim, os camponeses plantavam algodão e outras culturas, faziam poços e se estabeleciam. Durante muito tempo, com o fim do arrendamento, os camponeses migravam, mas naquele ano resistiram. Algumas das lutas de resistência aconteceram em Naviraí, nas fazendas

> Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, envolvendo em torno de 240 famílias (FERNANDES, B., 1999, p. 60).

A respeito da fazenda Jequitibá os acampados ganharam a causa na justiça em meio aos conflitos e ameaças do fazendeiro para permanecerem por mais de um ano, reivindicando a área para reforma agrária. Com isso, o fazendeiro soltou nas lavouras dos camponeses gados para que ela fosse perdida além de ameaças contra o acampamento que causou na saída de vários camponeses. Com a intervenção do advogado Joaquim das Neves Norte frente a essa situação, gerou um conflito que culminou na sua morte, por meio de um atentado intensificando a situação precária no território (FERNANDES, B., 1999).

Esses conflitos foram aumentando na medida em que o governo intervia na questão agrária do estado, por meio do Projeto Guatambu que tinha como objetivo dar assistência para as famílias camponesas. Mas, segundo Bernardo Mançano Fernandes (1999) este projeto não funcionou e ocasionou alguns conflitos materializados na ocupação da fazenda Baunilha em Itaquiraí com 800 camponeses que não estavam com uma organização consolidada, assim o governo juntamente com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura convenceram os camponeses a saírem da área, uns ficaram acampados nas margens de uma rodovia onde a polícia militar cercou com arame farpado para absolutamente ninguém entrar, depois sofreram repressão, foram despejadas e transferidas para outro estado, como relata o autor:

> Coagidas, isoladas, sem apoio, pouco a pouco foram abandonando o acampamento. Restou 68 famílias que sobreviveram trabalhando de bóia-fria. O governo transferiu essas famílias para uma área de cerrado, no município de Cassilândia, na divisa com o estado de Goiás, distante mil quilômetros de Itaquiraí. Quando chegaram à área, perceberam que, mais uma vez, haviam sido enganados. O Incra havia lhes prometido que a área era boa, mas encontraram areia e estavam a 90 quilômetros da cidade mais próxima. Também nessa área a polícia manteve o cerco e impediu que a CPT realizasse reuniões com os trabalhadores. Durante 4 meses permaneceram alojadas em um barracão até serem transferidas para os lotes, onde não tinha água, só areia e pedra A primeira colheita foi um fracasso. Para não morrerem de fome, passaram a trabalhar como diaristas em áreas próximas, onde a agricultura era mecanizada. A falta de água, a terra arenosa, a fome, as doenças, a distância e a falta de comunicação agravaram a situação das famílias. A CPT realizou uma campanha de alimentos para ajudar as famílias e passou a denunciar o descaso do governo para com os trabalhadores assentados. Encaminhou um dossiê ao governador, pedindo uma solução para o caso. O governo propôs a transferência das famílias para o norte do Mato Grosso. As famílias tentam negociar a transferência para o sul do Mato

> Grosso do Sul, mas diante da miséria em que se encontravam e da intransigência do governo, aceitaram a mudança para o município de Colider, a um mil e quinhentos quilômetros de onde se encontravam (FERNANDES, B., 1999, p. 61).

Muitas dessas famílias morreram com o contagio de doenças e/ou abandonaram a luta devido à falta de perspectiva de vida com a difícil situação de saírem do estado do Mato Grosso do Sul para serem assentados sem assistência nenhuma em outro estado. Mesmo com a ajuda da CPT, na fortificação do trabalho de base ou em campanhas para a arrecadação de alimentos, os governos conseguiram retardar a luta dos camponeses.

Segundo Fabrini (1996), a CPT tem um papel primordial na luta do MST no estado, principalmente com seu surgimento realizando vários encontros intermunicipais na região da Grande Dourados, dando base para o surgimento do Movimento. A história de luta do MST no estado do Mato Grosso do Sul, também está relacionada com os estados da região Sul do Brasil e de São Paulo, um fundadores foi Geraldo Garcia, contribuindo para a criação dos setores do Movimento (ALMEIDA, Rosemeire., 2003).

O militante Celso em entrevista confirma tais fatos:

> *Em 1984, quando surgiu o movimento, o movimento começou a fazer um trabalho de base nas comunidades e aí à gente foi convidado, a minha família, na verdade, foi convidada, os meus pais foram convidados, mas eles não deram muita importância ou não deram nada de importância. E aí a gente fazia parte do ciclo da juventude, através das pastorais da juventude e onde a gente foi incentivado a participar das reuniões, para ouvir qual que era a ideia então. Então a gente participou de três ou quatro reuniões, isso em 1984, já final de 1984 e aí houve toda uma mobilização, através do MST, para trabalhar na perspectiva das ocupações de terra. Isso em 25 de maio de 1985, a gente foi para a ocupação. E aí os meus pais não quiseram ir, não quiseram nem participar das reuniões e eu, estimulado, animado, criei a resistência em casa e fui para a ocupação.* (Celso em entrevista, 2015).

Nas palavras de Celso, vemos a importância dos primeiros trabalhos de base e das ocupações para dar identidade e amplitude de mobilização territorial para o Movimento, este trabalho de base foi expressivo na luta do MST no estado, principalmente para a formação das ocupações que precederam os acampamentos organizando suas ações no seu interior para contribuição da resistência.

Bernardo Mançano Fernandes (1996) confirma as reuniões e a organização dos camponeses para realizar as ocupações e acampamentos como forma de resistências diante da ajuda da CPT:

> Em 1981, as famílias sem-terra realizavam reuniões em 20 municípios. Diversas lutas aconteceram e foram formados acampamentos como forma de resistência. No fim de 1982 foi realizado um encontro em Taquarussu, onde os sem-terra discutiam as formas de apoio e as perspectivas de luta. Avaliam que ficar enviando abaixo-assinado por meio de sindicatos não traz solução para os seus problemas. Elaboram um documento em nome do Movimento Sem Terra do Mato Grosso do Sul e encaminham ao governo, reivindicando o assentamento imediato. Não conseguiram nenhum tipo de acordo: só promessas. Esperar do governo alguma atitude com relação a situação das famílias sem-terra era morrer na estrada. Decidiram sobreviver e começaram a organizar uma ocupação (FERNANDES, B., 1999, p. 62).

Esta ocupação citada pelo autor, fortificou e consolidou a luta do MST pela terra no MS e refere-se a sua primeira ocupação conjunta com a CPT que era responsável pela organização interna do acampamento, conforme nos relata Silva T. (2004),

> A área ocupada foi a Gleba Santa Idalina, localizada no município de Ivinhema/MS. Esta ocupação também foi marcada pela violência e pelos conflitos entre os sem-terra, os latifundiários e o Estado, representando pelo então governo Wilson Barbosa Martins, do PMDB (SILVA, T., 2004, p. 38).

Este latifúndio tinha 18 mil hectares pertencentes à Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO) e quando os camponeses a ocuparam tinham oito mil famílias, que buscavam o seu território (SILVA, T., 2004). Esta ocupação ocorreu no ano de 1984 e teve suma importância para mostrar as questões que envolviam o campo sul-mato-grossense, resultando na criação do território camponês Padroeira do Brasil no município de Nioaque.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (1999) o processo para a realização desta ocupação teve vários sujeitos como: os sem terras, paraguaios, camponeses, arrendatários, posseiros e ribeirinhos. Inicialmente, teve grande repercussão por meio dos trabalhos de base e das informações chegadas ate o INCRA, polícia civil e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura tentando impedir a ação e com grandes desafios para a ocupação, pois eles teriam que atravessar o rio Guiraí, assim foi decidido construir uma passarela:

> Durante os trajetos até a fazenda Santa Idalina aconteceram vários incidentes. Em Mundo Novo, a Polícia Militar tentou impedir a saída de um comboio e prender alguns trabalhadores. Sem sucesso, os policiais dirigiram-se à uma fazenda no município Japorã, ao sul de Mundo Novo, certos que seria ocupada. Mas, os caminhões vão em direção ao norte, para Ivinhema. O encontro dos comboios aconteceu na cidade de Sete Placas, mais de 20 caminhões. Outros se perderam ou estavam atrasados. Alguns foram barrados pela Polícia Rodoviária. O caminhão com os alimentos quebrou e, pior, estava com a maior parte do material para a construção da passarela sobre o rio (FERNANDES, B., 1999, p. 63).

Mesmo diante desses desafios a luta não parou, os camponeses chegaram à margem do rio e um homem a nada levou um cabo de aço de uma margem a outra para que iniciasse a travessia a nado. De manhã, a polícia civil tentou evitar que parte dos camponeses continuassem a travessia, mas foi em vão. Depois da formação do acampamento e depois de várias discussões ele foi denominado "Acampamento Venceremos". Nele a polícia fez várias rondas com os carros da SOMECO e o governo tentou negociar objetivando a retirada dos camponeses levando eles para outras localidades, mas não foi aceito devido à história de luta dos sem terras já travada e sem sucesso da retirada das famílias para Goiás, bem como a promessa do governo de enviar alimentos também descumprida (FERNANDES, B., 1999).

Segundo o autor:

> Os sem-terra receberam o apoio de diversas entidades e instituições. Todavia, o governo ordena a retirada das famílias e Polícia Militar fez o despejo. Na persistência da luta, acamparam em frente à Catedral de São José. Depois de cinco meses de negociação, os acampados aceitam uma área de 2.500 hectares no município de Nioaque, comprada pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul. Seria um assentamento provisório, porque a área máxima para cada família era de 5 hectares. No final do mês de setembro, todas as famílias foram transferidas para o assentamento que foi denominado Gleba Padroeira do Brasil. Era uma vitória parcial (FERNANDES, B., 1999, p. 65).

A partir do que foi exposto pelos estudos de Bernardo Mançano Fernandes (1999), podemos concluir, o papel importante das ocupações de terras e dos acampamentos na luta do MST no estado, bem como o papel a CPT na contribuição desta luta. Segundo o MST (2009), os representantes do estado do Mato Grosso do Sul, tinham participado da fundação do Movimento em Cascavel no estado do Paraná e no 1º. Congresso Nacional, em Curitiba.

Apreendendo assim, informações importantes para consolidar as lutas do MST no estado do MS.

Ao final da década de 1980 o MST desvincula-se com a CPT, por meio de rupturas de ações no âmbito político, com a vinda de duas lideranças nacionais que vieram contribuir com a luta e "consolidar" o MST no estado. Segundo Fabrini (1996), as lideranças eram Darci Domingos Zehn e sua esposa, realizando em 1989 sua primeira ocupação na área da Fazenda Itasul, surgindo posteriormente o assentamento no município de Itaquiraí.

O autor afirma que, o MST foi adquirindo autonomia em suas ações distanciando ainda mais da CPT, assim a partir da década de 1990, eles vão atuar em duas frentes diferentes: a CPT com foco nos assentamentos e o MST atua de forma ampla preocupando-se desde organização até a luta pela conquista de seu território, assim seu lema era "terra não se ganha, se conquista" isso por meio das ocupações. Mas, o Movimento com sua maior experiência de luta viu que só a conquista da terra não era suficiente para suprir com a demanda dos sem terras.

Segundo Fabrini (1996) durante o V Encontro Nacional do MST a palavra de ordem muda, frente às pressões dos latifundiários:

> ... adotou uma nova palavra de ordem: *ocupar, resistir e produzir*, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção para viabilizar os assentamentos de reforma agrária (FABRINI, 1996, p. 88).

Bernardo Mançano Fernandes (1999) aponta que está palavra de ordem, representa de forma incisiva a lógica de luta do MST, dimensionando a reciprocidade nos processos de ocupação e de produção, rompendo coma ideia da separação dos sem terras com os com terras, ou seja, os que realizavam as ocupações e os camponeses que já eram assentados. Assim, a única alternativa que o Governo dava era o cumprimento deste lema por parte do MST:

> Assim, a ação de ocupar era (e ainda é) necessária para que a os territórios materiais camponeses sejam (re) conquistados frente ao conflito, resistindo e ao ocorrer à materialização dessa luta era necessário produzir. Essa produção não seria voltada para a monocultura e sim, para uma diversificação de alimentos, que seriam mais saudáveis e de boa qualidade que atendesse a sociedade. Assim, toda a sociedade deveria participar nas questões a respeito

> da reforma agrária, seja lutando através das manifestações e ocupações ou contribuindo no debate intelectual (DALPERIO, 2012, p. 25).

No ano de 1995, foi definida pelo Movimento a palavra de ordem: *reforma agrária: uma luta de todos* e nos anos de 2000: *reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio* (FABRINI, 2008b) incorporando que a luta do MST era contra o latifúndio que não cumpria a sua função social. Segundo Rosemeire Almeida (2003):

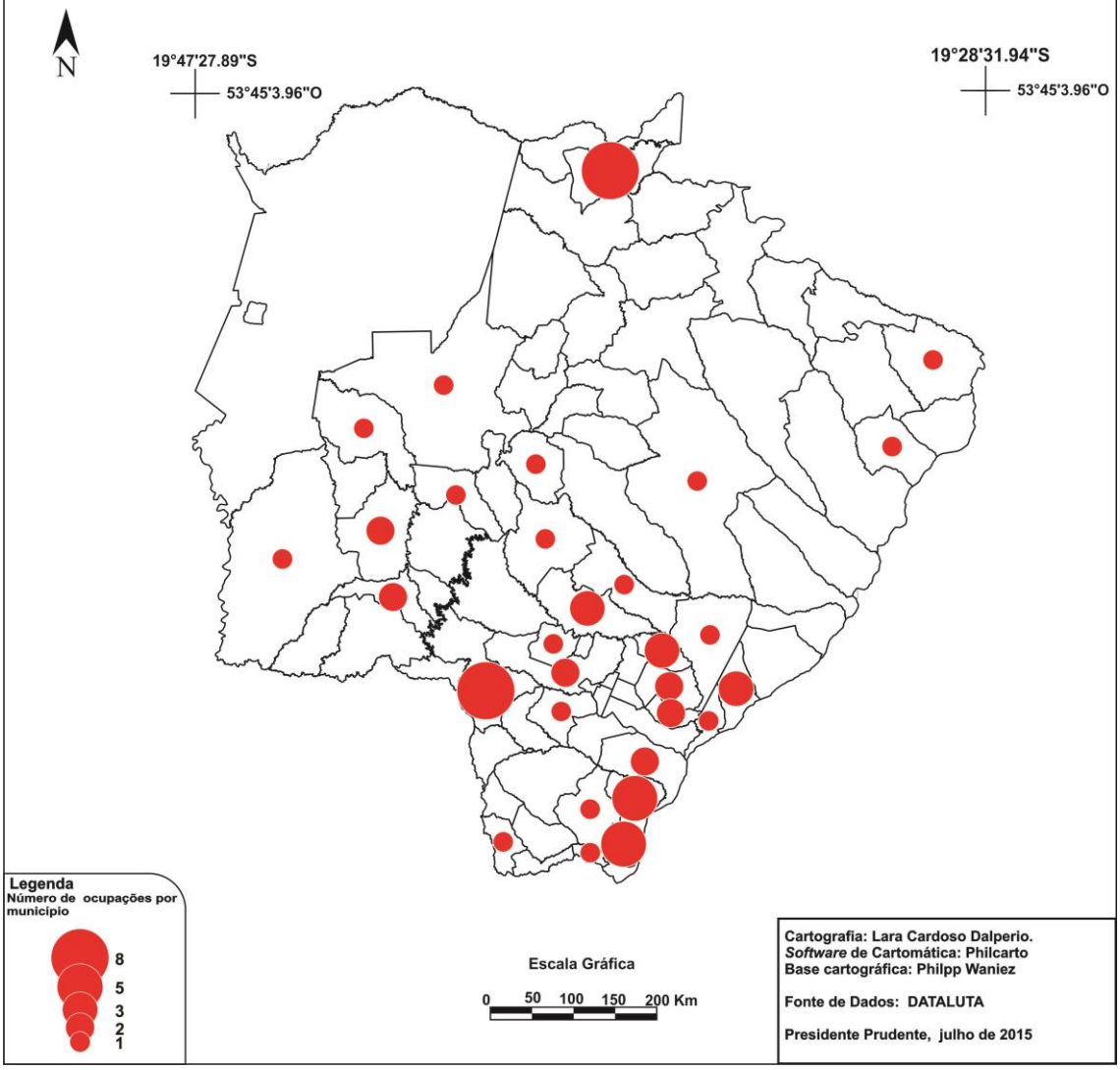
> Portanto, o poder das palavras, inclusive as palavras de ordem do Movimento, tais como: "Sem Reforma Agrária não há democracia"; "Ocupar, Resistir e Produzir"; "Reforma Agrária: uma luta de todos"; "Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndios"; **sustenta-se na legitimidade (crença) daquele(s) que a(s) pronuncia(m) e não no significado semântico ou político** (ALMEIDA, Rosemeire., 2003, p. 191 – Grifo nosso).

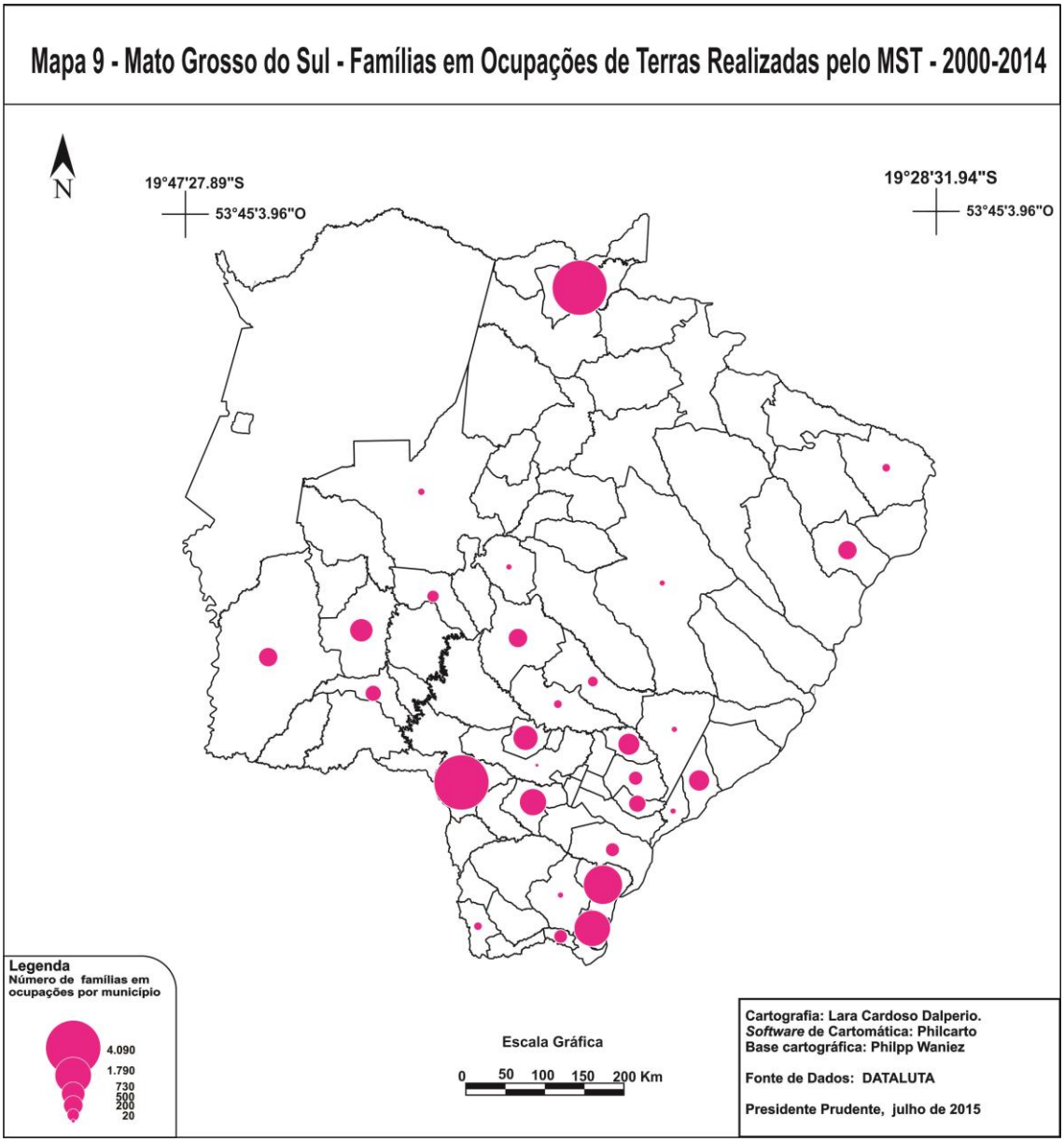
Rosemeire Almeida (2006) diferencia as ações do MST em relação a outros movimentos por vários aspectos como: ocupações de órgãos públicos para chamar a atenção do Estado e da sociedade para as questões voltadas ao campo; caminhadas, passeatas e atos públicos objetivando integrar as forças do campo e da cidade; recuperação de alimentos realizada pelo saqueamento de caminhões eu trafegam as rodovias onde o Movimento está acampado; trancamento de rodovias para conseguir alguma ação imediata e por fim, uma das ações mais importante às ocupações/acampamentos/despejos na qual o Movimento se articula para ocupar as áreas devolutas.

As primeiras ações, denominamos como manifestações do campo, que são realizadas para chamar a atenção do poder público para as demandas do Movimento ao campo, sejam para os assentados como para os acampados. A segunda é a ação de resistência direta contra o latifúndio, agronegócio nas áreas onde eles estão territorializadas, a fim de questionar tais territórios.

Na atualidade das lutas do MST no Mato Grosso do Sul, pelo DATALUTA (2015), foram registradas 55 ocupações de terras entre 2000 e 2014, com a participação de 15.255 famílias. Os movimentos que realizaram ações em conjunto com o MST neste período foram: CONTAG, CUT e FETRAF. Os mapas 8 e 9 apresentam a espacialização dessas ações no referido estado.

Mapa 8 - Mato Grosso do Sul - Ocupações de Terras Realizadas pelo MST - 2000-2014





No município de Rio Brilhante que será o foco de nossas análises, foram realizadas 17 ocupações de terras com a participação de 2.171 famílias ligadas aos movimentos sindicais CUT e CONTAG, ao movimento camponês MST e aos movimentos indígenas, principalmente os Guarani-Kaiowá. Essas ações ocorreram nos anos de 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2008 e 2011.

Essas ações ocorreram em diversas fazendas ligadas à pecuária, soja e produção de cana-de-açúcar, são elas: Fazenda Beco do Sossego, Fazenda Chifre de Veado, Fazenda Engenho Novo, Fazenda Lagoa Azul, Fazenda Rancho Grande III, Fazenda Santa Edwirge,

Fazenda Segredo, Fazenda Santa Maria, Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança e Fazenda Ramalhete.

Podemos dar destaque para as ações na fazenda Ramalhete, com duas ocupações uma do MST e outra da CONTAG (que se expressa neste trabalho como FETAG-MS), pois é nela que se dá o berço da territorialização do Grupo Louis Dreyfus Commodities no estado do Mato Grosso do Sul e mais especificamente em Rio Brilhante. Outro destaque são as ocupações de retomada realizadas na fazenda Santo Antônio da Nova Esperança realizada pelos Guarani-Kaiowá onde luta pela retomada do território Laranjeira Ñanderu que compõem essa fazenda[34].

O MST no município atuou em três ocupações de terras entre 2000, 2001 e 2003: Fazenda Ramalhete, Fazenda Santa Edwirge e Fazenda Santa Maria. Segundo a militante Maria, as ações diretas para a reforma agrária, são barradas frente ao avanço do agronegócio em Rio Brilhante. Complementando isso, temos a fala do militante Vander ao afirmar que um dos motivos do Movimento estar perdendo espaço para o agronegócio é a ineficiência da sua organização, com trabalhos de base, maior integração entre as regionais do estado.

[34] Este assunto será abordado no subitem 6.3 deste trabalho.

5.2 – Luta e conquista do MST pelo território camponês em Rio Brilhante

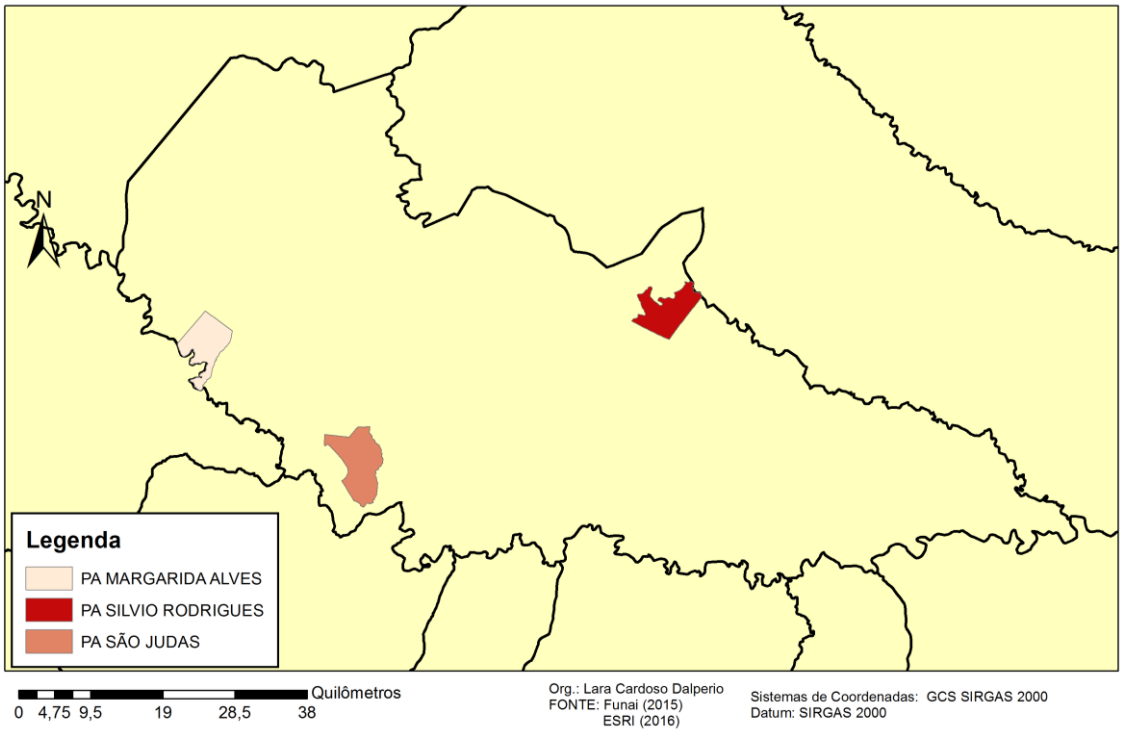
Em Rio Brilhante, o MST a partir de sua luta histórica na década de 1990 por meio das ocupações e dos acampamentos, conquistou três assentamentos: PA Margarida Alves, PA São Judas e PA Silvio Rodrigues que se originaram a partir desse campesinato organizado, pelos trabalhos de base do MST na região da Grande Dourados. Um dos elementos que se destacam nessas conquistas dos territórios foi a violência pregada por parte dos fazendeiros e do Estado frente às ações do Movimento. Tornando-se verdadeira a sentença de Fabrini (2008) em que "... os movimentos tornaram-se o paradigma de luta, resistência e construção do lugar social dos camponeses" (p. 254).

Assim,

> O acampamento e o assentamento são transformações que o território contém, o que ocorre por meio da territorialização da luta pela terra, e que, portanto, representam uma ruptura no processo de territorialização e monopolização do território pelo capital (ALMEIDA, Rosemeire, 2003, p. 347).

As ocupações de terras que originaram os assentamentos, não estão representadas nos dados do DATALUTA (2015), pois são anteriores aos registros dos dados. O mapa 10 mostra a espacialização dos assentamentos estudados e o quadro 8 apresenta as informações dos assentamentos do MST, que foram criados a partir da desapropriação, ocorrendo a desterritorialização da pecuária e da soja, para a implantação dos mesmos.

Mapa 10 - Assentamentos rurais originários da luta do MST em Rio Brilhante



Quadro 8: Informações sobre os assentamentos rurais do MST em Rio Brilhante					
Nome	**Capacidade**	**Famílias assentadas**	**Área**	**Data**	**Forma obtenção**
PA Margarida Alves	120	97	3.166	29/12/2000	Desapropriação
PA São Judas	187	179	4.155	09/10/1998	Desapropriação
PA Silvio Rodrigues	120	117	3.202	14/09/2001	Desapropriação
Fonte: DATALUTA, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.					

Podemos observar que os assentamentos do MST foram todos criados pela desapropriação, que no campo jurídico representa:

> A desapropriação de terras para fins de reforma agrária é prevista nos artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal e se aplica aos imóveis rurais que não cumprem com sua função social. O texto constitucional autoriza a União a propor a ação de desapropriação, a partir de decreto presidencial, declarando o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária. Expropriar ou desapropriar, nessa situação, se refere ao fato de transferir bens particulares para o domínio público. O amparo legal para a promoção da desapropriação por interesse social utilizada pelo INCRA é Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962 e a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003 que permite a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (DATALUTA, 2010; apud, SANTOS, 2010, p. 14).

Com isso, compreendemos que a política de implantação de assentamentos é importante ao passo que modifica em alguns casos a estrutura vigente e vem para contribuir com os debates acerca da questão agrária e reforma agrária no Brasil, bem como no estado do Mato Grosso do Sul.

As dificuldades e avanços deste trabalho residem na opção de estudar os três assentamentos do MST de maneira horizontal, para mostrarmos quais são os verdadeiros impactos e resistências da cana-de-açúcar produzida pela Louis Dreyfus Commodities no município de Rio Brilhante.

Desta forma, apresentaremos por meio dos relatos orais das entrevistas aplicadas nos trabalho de campo no município de Rio Brilhante, a história do surgimento de cada assentamento, que veremos se intercruzam com a formação do acampamento. Ação de resistência que precede a formação dos três assentamentos rurais.

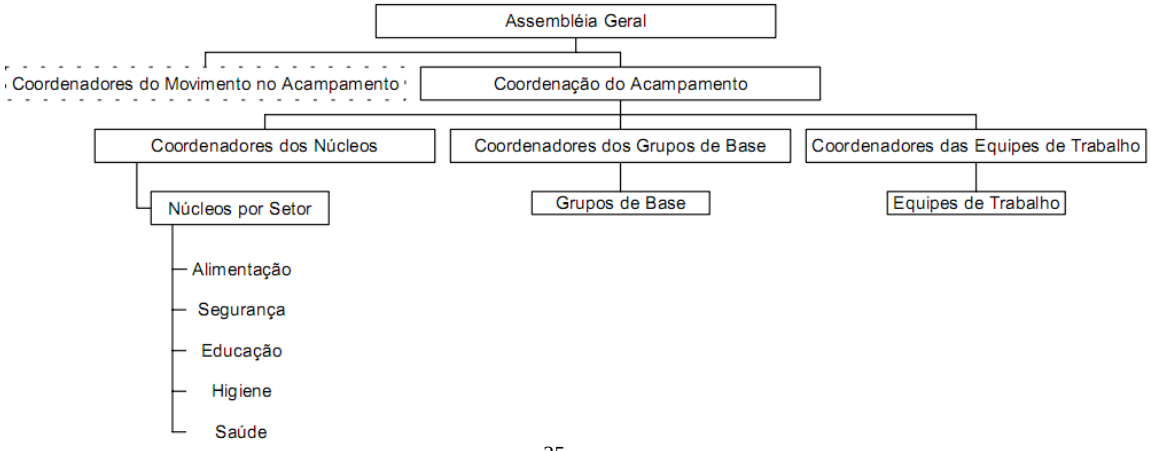
Rosemeire Almeida (2003) em sua tese apresenta a estrutura política e socioterritorial dos acampamentos do MST no estado do Mato Grosso do Sul, compondo assim, por suas formas organizativas de trabalho, ideológicas etc., expressa na figura 23. Relações que foram observadas em várias frases dos entrevistados do MST que participaram dos acampamentos.

O acampamento é um espaço de luta e resistência, ou seja, é quando os sem terra, partem para o enfrentamento de forma direta ao Estado e latifundiários/agronegócio. Ele é a ocupação do latifúndio com consequências que se conseguem prever, assim: “Neste espaço

está colocada em questão à luta e, portanto o enfrentamento com o Estado, através da negociação política, e com os latifundiários, pelo conflito direto" (FERNANDES, B., 1994, p. 179).

Segundo nossas entrevistas, pudemos concluir que para alguns sujeitos a época do acampamento foi positiva, devido ao processo de formação que os membros do MST passavam, pelo seu projeto político, ideologias, coletivismo etc. Outros já julgaram uma fase negativa de sua vida, visto que para eles o Movimento colocava de forma arbitrária suas ideias e organicidades, bem como o espaço ser precário, mesmo com a atuação do MST.

Figura 23: Estrutura política e socioterritorial dos acampamentos do MST no estado do Mato Grosso do Sul



Fonte: ALMEIDA, Rosemeire., 2003, p. 190[35]

Assim, o acampamento é composto por formas organizativas divididas em grupos de famílias e setores, equipes, bem como de coordenadores que contribuem para a organização do acampamento. Esta organicidade é importante para contribuir e consolidar a luta num acampamento, muitas vezes com sujeitos de diferentes regiões e experiências diversas de vidas, que convergem à realidade dura dos assentamentos.

A assentada Eliane territorializada no PA Silvio Rodrigues afirma que:

[35] Título da figura modificado pela autora da dissertação.

> *A pessoa que vai pro acampamento só para dizer que vai ganhar cesta do governo e não persistir naquilo, não querer uma terra, não fica não.* ***A gente tem que ter fé! Fé e confiança****. Porque tem pessoas que falam dos Sem-terras, dos acampados, não é? Xingam de vagabundos, que estão querendo a comida do governo, mas não é assim não. É difícil. (*Eliane em entrevista, 2015).

Além da dificuldade que é a vida em um acampamento existem os poderes simbólicos e as disputas de visões entre o Estado, sociedade e acampados, em que este último são muitas vezes são hostilizados pela população, principalmente quando o acampamento fica a margem da rodovia e /ou perto da entrada dos municípios. Como é o caso do movimento OLT em Rio Brilhante, ao conversarmos com um acampado, ele nos informou que as pessoas que passam pelo acampamento e os olham com hostilidade e provocando xingamentos.

Origuéla (2014) ao estudar o MST no estado de São Paulo e sua espacialização por meio dos acampamentos, nos apresenta essa forma de luta como espaços fixos e espaços móveis, a fim de identificarmos as formas de cada acampamento que é distinto. Os espaços móveis são acampamentos com outra configuração e duração, geralmente duram pouco tempo e são formados utilizando espaços das antigas fazendas, barracos de lona ou barracas de camping.

No caso da nossa pesquisa identificamos que os primeiros acampamentos que formaram os assentamentos a serem estudados, são caraterizados como espaços fixos, presentes produções para alimentação e barracos de lona:

> Os espaços fixos são os acampamentos erguidos na beira das estradas, terrenos municipais ou lotes de assentamentos rurais. Nos acampamentos de beira de estradas, os barracos são normalmente de madeira e lona e montados no espaço entre a cerca da fazenda e a rodovia (ORIGUÉLA, 2014, p. 176).

Os acampamentos do MST são formados por meios de estratégias de maior espacialização da luta, e podem ser realizados nas beiras de estradas ou dentro da área que está sendo questionada. Segundo o militante Celso:

> *... por que aqui, praticamente em todos os Estados, tem uma metodologia que, o acampamento que foi para assentamento, já antes de se assentar, ele tem que criar um outro acampamento, seja com 10, com 20, com 30 famílias, que depois ele vai ter vida própria* (Celso em entrevista, 2015).

Neste sentido, foram surgindo os acampamentos do MST no município de Rio Brilhante com a demanda de retirar do território do latifúndio e do agronegócio sua propriedade, ou seja, pelo processo de desterritorialização, passando a territorializar os camponeses, bem como a suas formas de produção. Podemos correlacionar com Bernardo Mançano Fernandes (2011) nas suas explicações referentes aos movimentos das propriedades dos espaços e territórios que são correspondentes a "expansão, fluxo, refluxo, multimensionalidade, criação e destruição". A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. "O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização" (p. 182).

Fica explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioterritoriais e socioespaciais, por causa disso acontecem ao mesmo tempo à expansão/destruição e a criação/refluxos, movimentos conhecidos como TDR – territorialização – desterritorialização – reterritorialização. Que são processos importantes para compreendermos a questão agrária do estado do Mato Grosso do Sul ou mesmo do Brasil.

O assentamento PA Silvio Rodrigues foi criado por meio de um processo de extrema violência realizada contra o MST no município que acarretou na morte de dois militantes. O acampamento ficava as margens da rodovia, que corta o município. Ele teve duração de aproximadamente três anos antes da violência travada, e tinha a pretensão de ocupar uma fazenda do município de Rio Brilhante.

O nome do assentamento é uma homenagem ao militante, primeiramente espancado cruelmente e morto em seguida, por capangas a mando de fazendeiros do município em uma emboscada na Fazenda Engenho Novo (3.194 hectares).

Segundo relato da liderança do assentamento Celso:

> *E os fazendeiros daqui, se sentindo ameaçados do risco de ocupação, eles fizeram uma emboscada para uma das lideranças que coordenava esse acampamento, que coordenava, né, o setor de acampamento do movimento, que era o companheiro Sílvio Rodrigues. Aí, um dos colegas dele, na*

> *verdade um conhecido dele, que estava no acampamento, tinha conhecimento aqui de toda a região, tinha trabalhado para os fazendeiros, tinha uma relação com os pistoleiros e tal, com os funcionários dos fazendeiros, fizeram uma articulação de trazer o Sílvio para conhecer uma possível fazenda que seria ocupada ...* ***Aí, o Sílvio, muito inocentemente, nem imaginando a possibilidade de ser uma emboscada, aceitou o convite, veio conhecer a fazenda e tal****, né, aí, pegaram um carro desse amigo dele, né, e vieram para conhecer a fazenda. Depois que andaram um pouco dentro da fazenda, e tal, ai que anunciaram a emboscada. Só que quem anunciou a emboscada não foi esse amigo dele. Outras pessoas que trabalhavam para a fazenda, que chegaram no carro e anunciaram a prisão deles e tal. E aí eles pegaram, prendera eles, e isolaram esse amigo deles, né, pra não dar a impressão de que ele tinha alguma coisa a ver... Aí eles torturaram ele e...* ***Na verdade torturaram e mataram o Sílvio,*** *né, mas mataram o outro também, né, por que tinham que matar a prova, do crime, né. E acabaram assassinando os dois e jogaram no Rio Vacaria, que faz fundos com o assentamento aqui.* ***E aí, essa fazenda aqui, a princípio, não tinha a mínima chance de ser assentamento. Por que era uma área produtiva, uma fazenda que, teoricamente, não tinha*** ... (Celso em entrevista, 2015 – Grifo nosso).

Desta forma, Silvio foi atraído por outro companheiro Ronildo, que segundo o relato tinha conhecimento e envolvimento com os fazendeiros da região, para conhecer uma terra que provavelmente seria passível para a reforma agrária com uma ocupação, sendo morto e torturado. Como Ronildo era cumplice e testemunha de tais fatos, também foi morto pelos capangas dos fazendeiros. A morte aconteceu dentro da fazenda que o MST ocupou como represália a essa ação truculenta e violenta, ocupando inclusive a cede.

Sobre as torturas o assentado André relata:

> *Aí trouxeram ele e mataram na pior "judiaria", quebraram perna, braço... depois que ele estava todo quebrado, jogaram terra na boca dele. Você quer terra? Então "toma" terra. Depois que mataram os dois é que saiu o assentamento para nós. Se eles não tivessem sido assassinados não tínhamos pegado a terra aqui, não* (André em entrevista, 2015).

Segundo o assentado André, está ação chamou a atenção da população, pois o assassinato ocorreu dentro da Fazenda Engenho Novo, contribuindo para a desapropriação daquela área: *"Isso... Porque praticamente nós conseguimos ser assentados por causa dos crimes que mataram eles, se não, não sabíamos quantos anos íamos ficar acampado"* (André em entrevista, 2015).

Essa ação também teve uma grande repercussão midiática, segundo notícia do Jornal Folha de São Paulo (2000), escrita por Celso Bejarano Junior, os dois militantes foram encontrados "com as mãos amarradas para trás e os corpos perfurados a balas" (p. [1]). Segundo a notícia, Silvio e Ronildo estavam acompanhados de um homem identificado como Cláudio, que segundo depoimento da polícia ele parou o carro Voyage para abastecer o radiador na estrada, vendo um córrego caminhou até lá e quando percebeu, viu o carro saindo em alta velocidade depois de um barulho de tiro.

Esta versão foi contestada pelos camponeses membros do MST em todo o estado, pois como que o carro saiu em velocidade e dois dias depois os dois corpos foram encontrados amarrados com sinais de tiro? Até os dias atuais o caso não obteve nenhum julgamento concreto.

Segundo o assentado Allan, ao ser feita a reunião para decidir a ida de Silvio e Ronildo a tal fazenda, ele se prontificou a ir junto com os dois militantes, mas Silvio na hora negou porque ele contribuía nas articulações das montagens e reparos dos barracos *"Mas ele me dispensou porque eu era um cara que ficava dentro do acampamento e eu tirava borita dez, doze dia".* Em sua fala vemos ao mesmo tempo um sentimento de tristeza pela perda do companheiro, mas um sentimento de alívio por não ter ido: "*Escapei da morte. Eu estava dentro para vir e ele [Silvio] disse: não, Ari. Você é um dos cabeças que fica por aqui e não faz corpo mole".*

Allan relatou ficou dois anos e oito meses acampado, sendo "recrutado" por meio do trabalho de base do MST, realizado pelo militante João Pereira, onde em um curtíssimo tempo se preparou para ir acampar deixando a sua mulher, pois julgava mão ser adequado o lugar para ela e nem para seus filhos, pois não havia escola perto:

> *Depois do convite eu perguntei quando e ele respondeu "hoje". Crédito eu não tinha nem para comprar uma caixa de fósforo e minha mulher trabalhava no "Caique" [colégio de Dourados] ... Então, ela trabalhava lá. Eu pedi a bicicleta dele emprestado porque nem bicicleta eu tinha mais. Peguei a bicicleta e fui avisar a minha esposa. Ela veio para casa às 11h. Nessa hora que este companheiro me falava vinha passando um carroceiro e então pedi que ele parasse disse: quando for lá por volta do meio dia e meia, uma hora da tarde você passa aqui para me levar no Cachoeirinha. O Caminhão já estava de saída. Veja: nove horas o companheiro me convidou. Ia passando o carroceiro e já o gritei. Ali peguei a bicicleta dele e fui ao Caique avisar a mulher, para ela vir comprar arroz e feijão. Eu ajeitei minhas ferramentas ali, machado, enxada, enxadão, foice, cavadeira... corri*

> *numa construção velha e peguei uns dez quilos de prego velho, martelo, turquesa, tudo eu levei. Quando eu cheguei no acampamento, meus senhores, noventa por cento dos que foram não levaram nem um facão* (Allan em entrevista, 2015).

Depois da conquista do assentamento Allan, nos informou que ele ainda ficou mais dois anos utilizando o mesmo barraco do assentamento para moradia, construindo a casa posteriormente, pois o barraco já estava em péssimas condições, devido às questões relacionadas ao clima-tempo. Segundo ele, isso foi realizado, pois grande parte dos investimentos e financiamentos do Estado para os assentados, demorou para ser liberado. Deste modo, ele não conseguiu nos primeiros anos de assentado construir sua residência.

Diante destes fatos violentos o INCRA não teve outra solução a não ser desapropriar a área para fins de reforma agrária, posteriormente a ocupação que foi realizada apenas uma vez:

> *Fizeram a ocupação e aí houve um processo de pedido de desapropriação pelo Incra e imediatamente já foi feito, né, não demorou acho que um ano, né, que eles estavam acampados aqui, em torno de um ano, não tenho certeza. Aí já foi desapropriada a fazenda. Aí o pessoal tava começando a ir pro sítio, houve o corte da área, tudo, os lotes, o pessoal estava indo pros sítio, né...* (Celso em entrevista, 2015).

Assim, vemos que a formação do assentamento Silvio Rodrigues ocorre devido a uma tragédia que até os dias atuais está sem solução. Em nome da reforma agrária os Movimentos lutam para pressionar os governos para realizá-la. E para frear essas ações, os governos utilizam-se de atos repressivos criminalizando suas ações em detrimento de alguns pequenos setores com forte influência:

> A repressão vem sempre acompanhada do uso da força, da arbitrariedade e da violência patrocinadas por governos de todos os matizes, que priorizam o capital econômico em detrimento dos direitos da maioria da população, que vive em situação de pobreza em condições miseráveis (QUEIROZ, R., 2006, p. 13-14).

Rosiana Queiroz (2006) mostra a dificuldade do Estado em lidar com os conflitos sociais de forma geral (ou seja, tanto no campo quanto na cidade) e consequentemente, gera "prisões ilegais, despejos forçados, seqüestros, detenções arbitrárias, execuções sumárias,

tristemente registradas nas ações promovidas pelos movimentos sociais no Brasil ou por conseqüência destas" (p. 14).

Quando acontecessem essas ações errôneas por parte do Estado ele contribui para a manutenção da estrutura vigente em nossa sociedade reproduzindo e criando muitas contradições:

> O Judiciário e o Legislativo, ao examinarem as ações promovidas pelos movimentos sociais, contribuem para a manutenção de uma ordem injusta e desigual, que se esconde sob os princípios da liberdade e da justiça. A legislação nacional e internacional é manipulada de acordo com os interesses da classe dominante, restando impossível o respeito e a observância dos direitos humanos (QUEIROZ, R., 2006, p.14).

As ocupações são criminalizadas e, além disso, temos o Estado que tem um posicionamento político divergente para lidar com os conflitos que geram repressão e morte aos sujeitos que lutam. Desta forma, a ocupação realizada na fazenda, foi uma forma de resistência frente à ação dos fazendeiros em meio a embosca. Vale ressaltar, que nesta fazenda, antes da formação do território camponês era produzida a soja e a pecuária, desterritorializando o território do agronegócio.

Por meio dos dados do DATALUTA (2015), identificamos a presença de 117 famílias distribuídas em 3.202 hectares de terra, onde a forma de obtenção foi por meio das desapropriações, ou seja, mesmo que o crime tenha sido cometido nas dependências da fazenda, o então proprietário recebeu indenizações pelas benfeitorias na área.

Atualmente, o assentamento conta com algumas infraestruturas para consolidar o território camponês, em meio à dificuldade com o avanço do agronegócio da cana-de-açúcar nas fazendas em seu entrono. A figura 24 mostra a placa do assentamento que é rodeado por cana-de-açúcar das usinas da Louis Dreyfus Commodities.

Figura 24: Entrada do assentamento PA Silvio Rodrigues.



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

A sede da fazenda que outrora foi ocupada pelo MST torna-se um espaço de socialização do assentamento, de articulação de lutas e reivindicações. Também, há uma placa em homenagem aos companheiros mortos na conquista deste território, com destaque para Silvio Rodrigues.

Em trabalho de campo, podemos observar a tristeza e ao mesmo tempo um orgulho da história da conquista deste território. Fatos estes que são marcantes quando dialogamos com as lideranças do MST que conheciam o Silvio Rodrigues, passando esta história para as gerações futuras com o intuito de continuar a luta do Movimento na região.

A figura 25 mostra a sede da fazenda, onde logo de início já observamos a bandeira do MST aberta com o nome de Silvio Rodrigues, para que os camponeses residentes ali não se esqueçam da trajetória de luta deste camponês.

Figura 25: Assentamento Silvio Rodrigues - MST



Fonte. BUSCIOLI, L. D. 2015.

No que tange aos aspetos religiosos o militante do MST, Celso afirma que eles arrecadaram dinheiro para construir uma igreja católica, devido à morosidade do INCRA em disponibilizar ações para a realização das mesmas. Este assentamento dentre todos do MST no município de Rio Brilhante, é o que mais tem em sua extensão territorial a produção de cana-de-açúcar ao seu redor (figura 26), fato que gera alguns conflitos que serão abordados nas páginas que se seguem, bem como as formas de organização de alguns assentados.

Figura 26: Cana-de-açúcar que faz divisa com o assentamento PA Silvio Rodrigues



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

O primeiro assentamento a ser desapropriado para fins de reforma agrária por meio da luta do MST em Rio Brilhante foi o PA São Judas, onde parte de seus integrantes vieram de um dos maiores acampamentos dos sem terras no Mato Grosso do Sul e na época do Brasil: o acampamento 8 de Março as margens da BR 163 em Itaquiraí, nome de referência a sua data de ocupação 8 de março de 1997, com aproximadamente 7.000 pessoas vindas de vários estados e do movimento de volta dos brasiguaios ao Brasil, com um trabalho de base realizado por três meses com os integrantes do MST.

Segundo Falchi (2007):

> Para montar o acampamento foi escolhida uma das maiores propriedades de Itaquiraí, a fazenda Santo Antônio, que embora produtiva pelas definições legais, possuía cerca de cinco mil hectares não documentados. A fazenda, de propriedade do Grupo Bertin, possuía 19.679 ha registrados e ocupava na prática 25.560 há, tinha sua produção voltada para criação de gado de corte destinada ao abastecimento da rede frigorífica do grupo (FALCHI, 2007, p. 107).

Para comportar o número de pessoas o acampamento, formou uma escola para contribuir com a educação, sendo um espaço de socialização do conhecimento acerca da realidade. A figura 27 mostra a referida escola do acampamento.

Figura 27: Escola no Acampamento 8 de março na década de 1990



Fonte: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas.

Segundo o documento da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas[36], era previsto que não tivesse um assentamento que comportasse todo o contingente de pessoas do acampamento 8 de Março, então conforme iam sendo desapropriadas as áreas para a Reforma Agrária no estado do Mato Grosso do Sul sob pressão deste acampamento, os acampados iam se deslocando a partir dos sorteios que eram realizados internamente.

A militante Maria afirma que:

> *Eles foram acampados em 97 no 8 de março, um dos maiores acampamentos do Estado... e de lá veio um grupo para cá, outros grupos vieram de Deudápolis, 20 famílias vieram de Anastácio! Outros vieram de Itaquiraí. Não teve ocupação efetiva, por ser muito grande com visibilidade nacional. Aqui foi desapropriação e as pessoas tiveram oportunidade de serem assentadas aqui, a ocupação mesmo foi lá no Silvio Rodrigues, o Margarida Alves eu não sei muito da história não, são os três únicos do MST* (Maria em entrevista, 2015).

[36] Documento disponibilizado pelos militantes da escola, sem publicação.

Em 1998 cria-se o assentamento com a capacidade de assentar 187 famílias em 4.155 (DATALUTA, 2015). Em que o sorteio dos lotes ocorreu no dia 12 de março de 1990, iniciando um novo processo de luta, principalmente para a construção da escola do assentamento:

> No dia 12 de março de 1999 houve o sorteio dos lotes, cada família foi para seu lote, iniciando assim uma nova luta por: **habitação, estradas, educação, saúde, energia elétrica, água encanada, e outros.** Foram muitas as dificuldades, alguns poços não davam água, outros esbarrancavam, a terra não era boa para o plantio, tinha que ser feita a correção do solo, o que dificultava e muito a plantação para a subsistência. Até porque as famílias não tinham condições financeiras para investir no lote. Porém o sonho de terem suas terras era maior. Muitas famílias vinham de situações complicadas: aluguel muito caro, morando de favor com parentes, passando dificuldades na cidade e outras realidades, por isso permaneciam na luta (ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JUDAS, [1] – Grifo nosso).

Uma das lideranças do assentamento a militante Vanessa, complementa nossas análises:

> *Quando chegamos na área já estava definida como pré assentamento, assim ficamos pouco tempo em baixo da lona, mas nossa maior luta foi por estrada, energia elétrica, água, posto de saúde e principalmente a escola, que contribui fortemente com a permanência dos sujeitos do campo no campo (Vanessa em entrevista, 2015).*

Segundo a militante Maria, desde o início da implantação do assentamento ocorreu um confronto direto com o poder público local:

> *Quando viemos morar aqui em 1999, 2000, o prefeito falou que os sem-terra não iriam fazer a diferença! Hoje nós conseguimos provar, porque quem planta quiabo somos nós, o milho orgânico, quem cria galinha somos nós... As pessoas não percebem isso. Se eles fizerem da terra uma fonte de economia, familiar, que seja vai ser diferente!*
> *A ocupação deste espaço será diferente, terá um outro olhar! Porque nós não comemos a cana não tomamos o etanol do município, mau o açúcar que é contaminado!* (Maria em entrevista, 2015).

Posteriormente a divisão dos lotes, foram iniciados os debates acerca da construção de uma escola com uma educação diferenciada para os assentados de São Judas e do entorno,

mas devido às questões políticas não foi possível neste primeiro momento. Segundo o documento da escola, muitas famílias optaram por colocar seus filhos na escola do município, mas com o tempo foi ficando inviável, uma vez, que o tempo era algo moroso para os alunos, bem como a poeira da estrada os deixavam "sujos" para a escola, fato que ocasionava constrangimento.

Diante dessa situação, alguns professores do assentamento se prontificaram para dar aulas voluntárias às crianças, com o material oferecido pelo MST. A escola foi construída pelo dinheiro oferecido pelo estado, construíram uma escola de madeirite, expressada na figura 28: "Iniciaram o trabalho com 44 alunos pré 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Quatro salas, uma dispensa uma cozinha, bancos e mesas feitas de madeirite" (ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JUDAS, s/p).

Figura 28: Escola utilizada em 1999 e 2000



Fonte: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas

Nas fases iniciais não havia merenda, mas a situação mudou depois de sete meses, com o voluntariado de duas merendeiras: Marli Teodoro de Almeida e Maria Lucia. A alimentação era realizada no forno a lenha, onde era coletada e fornecida pelos pais dos

educandos. Assim, todo o trabalho era coletivo e voluntário, para que os filhos dos assentados pudessem ter uma educação e alimentação de qualidade. A figura 29 representa essas ações.

Figura 29: Lanche feito com doações voluntárias



Fonte: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas

Somente em 1999 que a escola passa a ser regularizada, mas sendo uma extensão da Escola Municipal Rural Artur Tavares de Melo-Pólo. Segundo o documento fornecido pela escola, em 2001 ela foi transferida de lugar devido ao péssimo estado das madeiras. Este lugar, era um retiro bem no começo do assentamento, não tendo uma estrutura para a formação dos educando, com uma sala improvisada na varanda para a pré-escola, uma cozinha e foram construídos dois banheiros. Conforme debate com a prefeitura, foram prometidos e entregues meses depois mais quatro salas, sendo um dia de grande comemoração com representantes da educação do MST. A figura 30 mostra este dia de festa para o MST, importante na socialização dos camponeses e representativa nas suas lutas.

Figura 30: Inauguração das salas



Fonte: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas

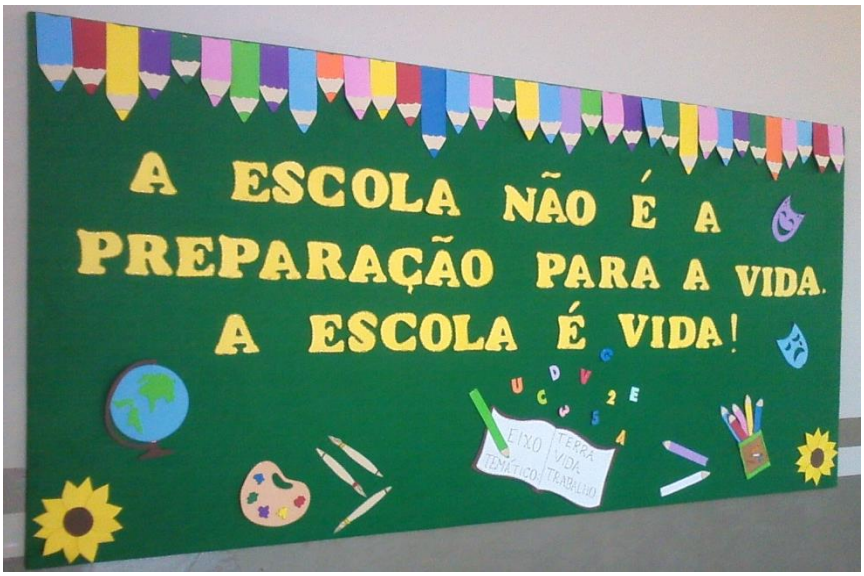
Como o processo de luta não perpassa somente a conquista do assentamento, a partir de 2000 foi realizada uma ocupação na Prefeitura de Rio Brilhante, para solicitar condições mínimas para a educação no assentamento PA São Judas, com a garantia da construção de uma escola, assim:

> **O acompanhamento e formação aos professores era feito através do MST**, pela pessoa do Francisco Edmar Ferreira, que trabalhava no setor de educação do movimento. Um dos marcos na formação dos professores foi um trabalho realizado com a Educadora Ayaco... que trabalhou com a turma a metodologia de Paulo Freire, metodologia essa que baseava- se o trabalho dos educadores, uma **educação libertadora** (ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JUDAS, [1] – Grifo nosso).

A figura 31 representa parte dessa educação libertadora, onde a escola não é um local de repressão, é um local de socialização, onde a terra é um elemento central. Como está descrito na imagem, em que o eixo temático tem as palavras: *Terra, Vida e Trabalho*. Segundo Caldart e Schwaab (1991) a escola neste sentido é diferenciada, pois os pais dos

educando já sabem que a escola deve contribuir para o avanço na luta pela terra, sem separação entre a realidade do assentamento e o que se ensina nas salas de aulas.

Figura 31: Mensagem da escola a partir da pedagogia libertadora



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Depois de iniciadas as obras de construção, foram entregues em 2003, as salas. Assim, a escola atendia em média de 170 alunos, que deixaram de estudar nas escolas dos municípios de Rio Brilhante e foram estudar dentro do assentamento de forma diferenciada. Sendo que, em 2009 os alunos do PA Margarida Alves passaram a estudar nesta escola. Vale ressaltar que no ano de 2011, a escola deixa de ser uma extensão e passa a ser nomeada como Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas, sendo ainda de madeirite. Segundo Vanessa o nome da escola era pra ser voltado à educação e que tivesse identidade com a luta dos camponeses no assentamento:

> *Havíamos através de uma reunião, escolhido o no* ***Nome Paulo Freire****, porém quando foi decretada a lei de criação da escola a administração não aceitou o nome, por afirmar que não tinha relação com a historia da educação... como percebemos que seria inútil discutir, sugerimos então que a escola recebesse o nome do assentamento. Pois o nome sugerido por eles nós não aceitávamos. E assim foi feito, ficando Escola São Judas* (Vanessa em entrevista, 2015- Grifo nosso).

Observamos claramente as disputas no campo imaterial, por meio do nome e da forma de educação que o MST propõe em sua pedagogia. Bernardo Mançano Fernandes (2008; 2009), afirma que estas disputas estão relacionadas ao território imaterial, ou seja, no campo das ideias, das políticas, das formações entre outros.

Maria aponta em entrevista que atualmente não se tem mais a formação dada pelo MST, mas uma formação voltada para o campo. Esta formação foi essencial para fazer frente aos projetos implementados pelo Grupo LDC no assentamento, visto que ele têm lógicas diferenciadas de produção. Sobre os professores urbanos ela afirma que

> *Mas ai nós ainda temos os problemas que são os professores urbanos! Todo ano é uma briga pra gente, a gente começa um trabalho com o professor ele muda de escola! Nós temos duas educadoras, de português e ciências que já esta aqui a 4 ou 5 anos... Então com essas a abertura é maior, o trabalho é melhor! (Maria em entrevista, 2015).*

A entrevistada, afirmou que quando os educadores estão mais aptos, ou seja, compreendendo melhor a formação de uma escola diferenciada para o campo, eles têm que sair, devido à rotação dos professores que é grande no estado. Isso prejudica a formação política dos educandos na escola, bem como dos educadores, pois um novo processo de formação, educação e aceitação de uma escola voltada para o campo tem que ser iniciado.

Atualmente, a escola conta com cerca de 180 alunos desde a educação infantil a fundamental, dispondo de uma diretoria com duas coordenadoras pedagógicas para auxilío dos educandos e educadores, quatro funcionários, duas merendeiras, uma cozinha e uma monitora que auxília os educandos especiais, 14 educadores e dois de informática. Vale ressaltar que, cinco educadores são residentes no assentamento, conforme documento oferecido pela escola.

As figuras 32, 33, 34 e 35 apresentam a escola, seu meio de transporte oferecido para buscar e levar os educandos do assentamento e do PA Margarida Alves e levar os educandos do ensino médio para o município de Rio Brilhante.

Figura 32: Escola São Judas em Rio Brilhante



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Figura 33: Ônibus da escola



Fonte: BUSCIOLI, L. D., 2015

Figura 34: Recreação dos educandos



Fonte: BUSCIOLI, L. D., 2015

Figura 35: Formas pedagógicas de ensino



Fonte: BUSCIOLI, L. D., 2015

Alguns educandos contribuem com as suas atividades nos lotes antes de ir para a escola, sejam eles do assentamento PA São Judas ou mesmo do PA Margarida Alves, criando relações de responsabilidades e de que a terra é importante para a existência deles. Alguns

educandos lutam de diversas formas no assentamento e contra o agronegócio que rodeia o assentamento causando alguns impactos, este tema será tratado no desenvolvimento deste subitem.

A história de luta do assentamento PA Margarida Alves está ligada com o assentamento São Judas, devido à formação do acampamento. Mas antes disso, ocorre um processo de trabalho de base importante para trazer pessoas para o acampamento e para a suas formações políticas:

> *Existe uma preparação de base, na verdade foi já pessoas do MST, já vinham de outras lutas, ai eles sai na cidade fazendo umas promessas da gente conseguir a terra. Normalmente eles falam que você vai conseguir com seis meses, eles falam pra você vim mesmo, senão você não vem. Ai quando você vem em torno de três quatro ano consegue a terra ... (Leandro em entrevista, 2016).*

Segundo Vander os trabalhos de base foram importantes para a inserção das famílias no acampamento:

> *É que daí já veio o trabalho de base pra ir conseguindo gente, né. As reuniões meio escondidas, fora de hora, no fundo de uma casa, conversava com ele, aí ele autorizava a gente fazer uma reuniãozinha pra sair um conversando com o outro, pra convencer trazer família, por que tudo que veio acampar é da cidade, só que naquele tempo era bom* (Vander em entrevista, 2016).

O acampamento que originou o assentamento PA Margarida Alves levou o mesmo nome e tinha em torno de 1200 famílias. No início ocuparam a fazenda Santa Angélica e depois se deslocaram para a fazenda Bom Sucesso que originou o assentamento. Em que o MST, após reuniões decidiu mudar sua localidade para esta fazenda e com a demora em conseguir a terra, muitos acampados foram desistindo restando nesta mudança aproximadamente 700 pessoas.

Segundo Vander

> *Mais três anos aqui acampado, fizemos nove mudanças, se não me engano foi nove mudanças. O Oficial de Justiça chegava e nós tava dentro da fazenda, ali em baixo, armamos acampamento quase que....acho que chegamos aqui quase que com 700 famílias. Aí fizemos acampamento com*

> *2km de um lado e do outro da rodovia, mas primeiro, já chegamos e entramos pra dentro da fazenda. Aí vem a justiça! Então não sei se você sabe, hoje não existe mais, mas naquele tempo acampamento era o seguinte, a polícia não entrava. Formou o acampamento aqui rodovia, tem uma guarita aqui, tem outra lá, se a polícia chegar ou qualquer coisa chegar é o seguinte, o guarda ali, um da segurança que está ali cuidando solta um rojão, aí o acampamento em peso vem ali. Então se a polícia chegar pra pegar um bandido que ele está acampado, eles tinham...nós ia lá pegar o cara e trazer pra eles...* (Vander em entrevista, 2016).

Diante das palavras do entrevistado, vemos que o processo de ocupação e formação do acampamento para a conquista do território camponês perpassa por diferentes momentos de lutas relacionados com a repressão do Estado e dos latifundiários. Segundo Felipe a polícia fazia seu papel de repressão contra os acampados, bem como os capatazes/pistoleiros da fazenda que "*passavam lá todo dia com capuz e com arma na mão, com arma pesada*" (em entrevista, 2016). Tiveram também, ameaças verbais de morte tanto da polícia como dos pistoleiros da fazenda.

Com isso os acampados criaram um sistema de segurança para dar tranquilidade às famílias do acampamento. Ocorria o revezamento de 30 homens em dois períodos de dia e de noite, realizando barricadas nas margens rodovias com o intuito de impedir que pessoas de fora do acampamento entrassem enquanto as famílias estavam em seus barracos descansando ou dormindo.

Segundo relatos dos entrevistados Vander, Leonardo e Felipe, a fazenda que originou o assentamento era parte integrante do agronegócio com a produção de arroz irrigado e de gado para corte com mais de três mil cabeças ambos por arrendamento. Como a fazenda tinha estas caraterísticas à possibilidade da colocação desta área para fins de reforma agrária ficaria mais difícil devido à mesma cumprir com o que determina a lei vigente, a sua função social.

Assim, o MST utilizou várias estratégias para que esta fazenda virasse um território camponês. Eles trancaram as cabeças de gado na mangueira da fazenda e em outra área, solicitaram o aviso ao arrendatário dono dos gados para que ele conversasse com as lideranças do Movimento para a retirada das cabeças e a doação de uma por dia para os acampados se alimentarem enquanto a retirada dos gados era feita. Isso foi acordado e demorou nove dias para a retirada das três mil cabeças de gado da fazenda por meio dos caminhões limpando assim, parte da área.

No caso da produção de arroz os acampados começaram a utilizar o maquinário do arrendatário para contribuir com o acampamento, depois destruíram o barracão utilizado e seguraram as máquinas com o intuito do arrendatário retirar seus pertences e sua produção da área. Diante dessa intimidação, os acampados conseguiram atingir este objetivo e as estratégias foram caminhando para a conquista definitiva do território. Quando o advogado da fazenda entrou em contato com os camponeses para fazer um acordo à direção do acampamento não aceitava e quando um queria aceitar ,parte dos acampados faziam frente a essa decisão. Pois, não havia acordo a não ser a desapropriação da área para fins de reforma agrária.

Como a história de luta dos camponeses no Mato Grosso do Sul, nesse interim teve o acontecimento da morte dos companheiros que originaram o PA Silvio Rodrigues modificando parte das ações do Movimento em Rio Brilhante como já apontado. Mas, posteriormente ambos os territórios foram conquistados.

Segundo relato do entrevistado Leandro, sobre o acampamento e suas estratégias para o assentamento de todas as famílias:

> *Nois campemos, ai foi embora o pessoal, e quando sobrou o resto seria de entorno de 150 famílias ainda, mas já era quase tudo aprovado pelo INCRA, cadastro aprovado e a terra não dava pra todo mundo. E nóis fez um sorteio interno, tivemos dois grupos fora. Só que ficou dois grupos pra ir pro local que tava a área cortada também e ficou um pouco de reprovado, mas dai ficou lá no outro local que era o Silvio Rodrigues. (Leandro em entrevista, 2016).*

Desta forma 19 pessoas foram para o acampamento que originou o assentamento PA Margarida Alves, as restantes foram para o PA Geraldo Garcia em Sidrolândia, área que o entrevistado refere-se como lotes já cortados indo umas 15 ou 20 pessoas desse acampamento. No PA Geraldo Garcia foram assentadas 181 famílias em 2000, distribuídas em 5.775 hectares (DATALUTA, 2015).

Segundo Celso em entrevista, o assentamento foi originário do acampamento Índio Galdino, indo parte da população do São Judas, como já citado. Segundo Lucio o acampamento: "*Surgiu a partir do momento que o pessoal se reuniu porque não tinha terra e dai nós resolveu acampar e daí nos ganhamos aqui ... ficamos acampados três anos*" (Lucio em entrevista, 2016).

O nome do assentamento refere-se a militante camponesa paraibana, que passou a lutar frente aos usineiros, por meio do sindicato dos trabalhadores rurais de sua cidade no interior do estado Alagoa Grande. Devido as suas ações de enfrentamento aos usineiros e aos latifundiários, foi assassinada em sua casa no ano de 1983, com vários tiros de revolver. Até os dias atuais, sua morte continua impune. Diante destes fatos, foi decretada a Marcha das Margaridas, uma luta das mulheres camponesas envolvidas em vários movimentos socioterritoriais que lutam pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

Atualmente, no assentamento estão assentadas 97 famílias distribuídas em 3.166 hectares, desde o dia 29 de dezembro de 2000, por meio da forma de obtenção através da desapropriação, uma das políticas de obtenção. Este assentamento de todos os outros estudados, é o que mais possui igrejas de acordo com as informações repassadas pelo Movimento, sendo quatro da assembleia e uma católica. Segundo Lucio assentado: *"Essa Igreja Católica ali, nós que construímos daí ...junto com a comunidade, é recurso daqui do assentamento"* (Lucio em entrevista, 2016).

A figura 36 apresenta essa religiosidade por meio de uma Igreja Protestante no assentamento.

Figura 36: Igreja Protestante no assentamento PA Margarida Alves



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

O assentamento conta com a organicidade da divisão de oito grupos, mas o MST perdeu grande influência nas decisões devido a um processo de disputas internas. Estas disputam acabaram por afastar o trabalho das lideranças, como já apontado. Mas, ainda sim existem resistências pelo MST por meio da usina de cana-de-açúcar.

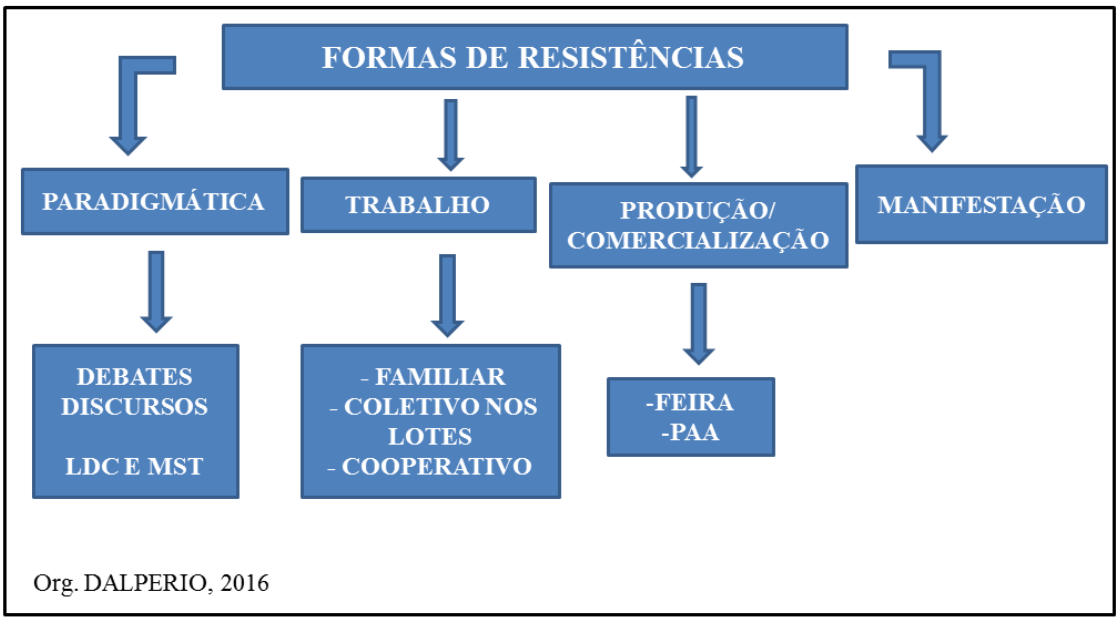
Sobre a cana-de-açúcar no assentamento, ela produz e gera vários impactos a nível material e imaterial. Segundo Lucio: *"A cana na verdade tá produzida só na região em volta, nas fazendas né, dentro do assentamento não entrou não, a cana"* (em entrevista, 2016). Fatos estes que serão vistos no desenvolvimento deste subitem.

5.3 – Impactos e resistências nos assentamentos rurais do MST frente à estrangeirização em Rio Brilhante

Dada à devida historicidade do processo de formação dos três assentamentos do MST, podemos perceber que suas origens se cruzam nos acampamentos, formando um processo coletivo de luta, com o objetivo de todos os acampados serem assentados. Assim, apresentaremos nas páginas que se seguem as formas de resistência dos assentamentos frente às unidades Rio Brilhante e Passa Tempo. Partindo da metodologia de Gibbs (2009) conseguimos identificar as principais categorias-temas de análises dentro dos assentamentos do MST, são eles: resistências, lutas, permanências no lote, desterritorialização, conflitos internos e externos, cooperativas e terra.

Assim, definimos nossa forma de análise deste subitem compondo o organograma 3 do trabalho que mostra as resistências frente à cana-de-açúcar no município produzia pelo grupo LDC. Também apresentaremos, os principais impactos dessa monocultura nos assentamentos do MST, o trabalho dos assentados nas usinas que pertencem ao grupo desde a sua entrada até os dias atuais, bem como essas resistências.

Organograma 3: Formas de resistências nos assentamentos rurais do MST em Rio Brilhante



Deste modo, organizamos o trabalho a partir dessas temáticas, identificadas por meio da metodologia de Gibbs (2009), buscando compreender sem separação, como ocorrem esses processos nos assentamentos rurais originários de luta do MST. As resistências paradigmáticas estão relacionadas aos diferentes discursos/debates que a LDC e o MST tem sobre o campo, as relações com a terra, trabalho e produção, que a mesma tentou implementar nos três assentamentos em Rio Brilhante, bem como os projetos sociais que foram aplicados na escola originária do MST no PA São Judas onde foram desmistificadas tais ideias.

As resistências por meio do trabalho, primeiramente o familiar que é um dos elementos que definem esses sujeitos enquanto camponeses, o trabalho que está vinculado às formas organizativas como cooperação de leite no assentamento PA Margarida Alves, na produção coletiva realizada neste assentamento por meio do arroz. A resistência de produção está relacionada com as formas de comercialização, no caso dos assentamentos estudados realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos e por meio das Feiras nos municípios de Maracajú e em Rio Brilhante.

Já a resistência direta foi realizada por meio das manifestações contra as usinas do grupo LDC em Rio Brilhante, com a presença marcante em todas elas dos representantes das empresas. Essas ações contribuíram para uma melhor qualidade de vida nos assentamentos que foram realizadas, no caso o PA Margarida Alves e PA São Judas.

Em entrevista a Militante Maria, afirma que a cana-de-açúcar entrou nos territórios do agronegócio e veio para desarticular luta pela reforma agrária na região:

> *Eu vejo assim, que... A cana no município vem pra desarticular mais ainda a reforma agrária na região. Uma vez que a cana, ela... Os fazendeiros tinham que provar que a terra era produtiva, quando ele não quer tocar a terra ele arrenda para a cana, então desarticula mais ainda a organização naquele município. Uma vez que, a gente poderia estar fazendo ocupação, retomando essa terra para o povo, acaba que ficando nas mãos das multinacionais da cana-de-açúcar principalmente (Maria em entrevista, 2015).*

Com a entrada do agronegócio da cana-de-açúcar, principalmente estrangeiro, em áreas de possíveis produções camponesas, a luta dos movimentos socioterritoriais torna-se mais difícil. Mas, com a desterritorialização do agronegócio por meio da territorialização do

campesinato, cria-se o território camponês. Que segundo Bernardo Mançano Fernandes (212) é o espaço de vida do camponês, lugar com uma grande diversidade da cultura camponesa, é a unidade de reprodução da família camponesa e de resistência.

Assim, posteriormente a conquista dos lotes, as relações sociais – de vizinhança, produção, divisão de tarefas entre os camponeses da mesma família - passam a ser (re)criadas dentro deste território contribuindo para a formação do território camponês e as dão identidade. E esta identidade é importante para a construção de uma nova forma de viver num território agora camponês, diferentemente do território que antes era do agronegócio.

Segundo Rosemeire Almeida (2003), um dos principais desafios do MST é contornar a situação entre a parte coletiva do acampamento com a vida no assentamento:

> **Sendo assim, não são raros os casos em que no assentamento o grupo perde toda sua organicidade, passando até mesmo a renunciar às formas de luta do Movimento.** Acreditamos que parte destes conflitos está ligada à não observância do habitus camponês. No acampamento, a ênfase dada pelo Movimento à luta pela terra e às condições específicas em que se encontram os sem terra, qual seja, de liminaridade, permitem uma homogeneidade de práticas, especialmente no campo simbólico, muito próximas da visão de mundo do campesinato (ALMEIDA, Rosemeire., 2003, p. 339 – 340 – Grifo nosso).

Em nossas idas a campo nos três assentamentos vemos a forte presença do MST em dois: o PA Silvio Rodrigues e o PA São Judas. No assentamento PA Margarida Alves vemos que o MST não tem força política e grande parte de suas ações são contestadas pelos assentados, principalmente por achar radical a postura do MST internamente. Acreditamos que pelo histórico de luta dos dois assentamentos o MST é presença marcante pela luta, pois ocorre a necessidade da construção de uma escola no PA São Judas, fortalecendo o debate político do Movimento dentro do assentamento e no caso do PA Silvio Rodrigues pelo fato de uma das lideranças ser um representante do poder público, contribuindo para a criação de políticas que realmente são efetivadas e dão resultados positivos.

O assentamento PA Margarida Alves, foi dentre os três, o que mais sentimos esse tipo de enfrentamento, com falas dos entrevistados, ao afirmar que o MST foi “estragado” devido as suas posições firmes com os assentados, que muitas vezes não concordavam com as

ideias propostas pelo Movimento. Leandro foi militante do MST nas partes de produções, agriculturas, coordenação de grupos e esportes:

> *É que tem muitas coisas que forçam e você vai forçar ... é que eu tinha outra mentalidade, assim, sempre eu subi que quando o pessoal assenta, não adianta você querer espremer ele não, se você espremer ele vai ter problema. Então você vai ter que conversar e o cara tem outra mentalidade você tem que deixar ele não vai querer forçar a barra, só que você tem que sempre estrar orientando .."****Então o Movimento foi enfraquecido aqui dentro, modo de dizer, o pessoal foi se afastando ficaram meio contra um com o outro****"* (Leandro em entrevista, 2016).

Rosemeire Almeida (2003) o MST tem uma proposta de um assentamento coletivo e com proposições circulares, reunindo famílias que antes eram dispersas pincipalmente com o trabalho:

> A proposta do MST, de um modelo circular, tem como princípio diminuir a distância entre os lotes e distribuir, em oposição à agrovila centralizada, núcleos de moradia no meio dos círculos. Por exemplo, um assentamento para 80 famílias poderá ter quatro círculos de 20 famílias, tendo cada um deles um núcleo de moradia. Este modelo, também conhecido como raio de sol, objetiva convergir os lotes em direção ao núcleo de moradia, e é visto como um fator decisivo, na avaliação do Movimento, para a organização das famílias. Como adverte Ferrari, "o trabalho pra sustentar a articulação política dos grupos é muito mais fácil para as pessoas que estão morando perto" (ALMEIDA, Rosemeire., 2003, p. 266).

Essa dificuldade do MST na questão do assentamento está nas políticas que parte do Estado serem realizadas de formas individuais, onde algumas ações como cooperativas e trabalho coletivo são vistas como algo negativo, trabalhoso e burocrático. O assentado Celso aponta as dificuldades da implementação de políticas nos assentamentos em Rio Brilhante, além dos problemas expostos à ilusão que o agronegócio coloca como modelo rentável e sustentável.

> *Então internamente, dentro dos assentamentos, nós não temos dificuldade em trabalhar política. A dificuldade de trabalhar política nos assentamentos é que a visão dos assentamentos, dos assentados, na grande maioria, em função, digamos, dessa estabilidade da produção de grãos, ilude os assentados que é viável economicamente, então acabam arrendando, há muito arrendamento... As pessoas abandonam a produção, de produtos*

> *vinculados a agricultura familiar e abandonam para fazer arrendamento para o agronegócio, para aqueles arrendatários que perderam as suas, perderam o seu espaço nas fazendas, que ainda conseguiam arrendar aquelas pequenas fazendas, de 100 hectares, 200 hectares, 500 mil hectares e aí foram para dentro dos assentamentos, coma agricultores familiares com pequenas áreas, 80, 100 hectares. Então esses arrendatários que perderam espaço nessas grandes áreas do agronegócio, eles migraram para os assentamentos (Celso em entrevista, 2015).*

Com a entrada da cana-de-açúcar por meio das unidades processadoras do grupo LDC, as monoculturas da soja e do milho passam a adentrar nos assentamentos como a única forma de reprodução e de renda desse assentado. Que por muitas vezes vive a margem da sobrevivência, vê o arrendamento e seu recebimento por mês da produção de seu lote como algo positivo. Celso aponta que a maior parte dos novos arrendamentos nos territórios do agronegócio são realizados para a cana-de-açúcar, ou seja, ocorre à sobreposição do território da cana em territórios que outrora foi da soja, e esta entra nos assentamentos rurais de Rio Brilhante, por meio de arrendatários.

A primeira forma de resistência realizada pelo MST contra a LDC foi através da disputa paradigmática entre o processo de cultivo da cana-de-açúcar dentro dos assentamentos de Rio Brilhante com foco nos assentamentos do MST, que territorialmente rodeiam as terras arrendadas do grupo. Mas, de antemão veio às discussões sobre a possibilidade da inserção de mais uma usina de cana-de-açúcar no município, que não se concretizaram.

Segundo Celso, no período de produção da cana-de-açúcar das unidades da LDC em 2008, eles foram procurados diversas vezes pelo grupo: "*E aí nós, nesse período, a gente recebeu, foram feitas muitas reuniões nos assentamentos, para tentar implementar o processo de plantio da cana nos assentamentos*" (em entrevista, 2015). Este processo de produção de cana-de-açúcar dentro dos assentamentos rurais tem gerado vários debates não só pelo MST em MS, mas em outras localidades do Brasil.

No caso da discussão deste trabalho, foi debatido em reuniões que não haveria esse tipo de produção nos assentamentos por meio da LDC, pois a logica de produção camponesa é diferente, conforme podemos observar nas palavras de Bernardo Mançano Fernandes (2012): "enquanto que para o campesinato a terra é lugar de produção, de moradia e de construção de sua cultura, para o agronegócio a terra é somente um lugar de produção de mercadorias do

negócio" (p.12). Sobre esta citação, podemos correlacionar o depoimento do entrevistado Celso, em que a terra foi feita para a produção de alimentos e não de *commodities*.

Assim, o papel do MST frente à cana-de-açúcar nos assentamentos é de oposição:

> *O MST sempre fez um papel de não mudar a lógica, os princípios do objetivo que foi da reforma agrária. A reforma agrária foi feita para produzir alimentos. Ela foi feita não, ela foi conquistada para produzir alimentos e nessa produção de alimentos, ela tem perdido espaço.* ***Então o movimento tem sempre feito um trabalho de convencimento, um trabalho de formação, junto as famílias, para que elas não abandonassem a finalidade da reforma agrária, dos assentamentos, da agricultura familiar. Mas infelizmente, né, a nossa força diante daquilo que o agronegócio trabalha, a nossa força ainda não tem surtido o efeito que nós gostaríamos que tivesse. Estamos perdendo campo. Estamos perdendo espaço.***
> *Apesar de nossos assentamentos, ainda a pesar de muitas famílias estarem indo para o arrendamento, mas os que restam ainda conseguem, né, conseguem trabalhar a produção de subsistência, conseguem a produção de comercialização, conseguem se viabilizar economicamente nos assentamentos. E é uma tarefa difícil. É uma tarefa que cotidianamente a gente tem que batalhar, mas é difícil, não é fácil não...* (Celso em entrevista, 2015).

Esta produção de subsistência onde o camponês vende o excedente dessa produção em feiras e nos mercados institucionais acaba resultando numa economia camponesa. Que vem de encontro com a economia capitalista. Bernardo Mançano Fernandes (2012) já apontava que "a produção do território do capital acontece através das relações capitalistas destroem ... as relações de trabalho familiar, relações que sustentam a maior parte dos territórios camponeses" (p.748).

Desta forma, o MST que compreende todos os impactos da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos, atuou prioritariamente nos seus assentamentos, por meio de reuniões, mostrar os malefícios que este tipo de produção causa. Mas, outros movimentos socioterritoriais como FETAG e CUT também atuaram no sentido de impedir esse tipo de produção, pois a preocupação geral era os problemas que o grupo LDC traria para esses territórios.

Assim, três movimentos atuaram frente à territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos de Rio Brilhante: o MST, a CUT e a FETAG, reunindo nos assentamentos, principalmente nas suas sedes ou nas casas dos presidentes de alguma associação ou de grupo:

> *Não, nós chegamos a fazer reuniões com as várias coordenações dos assentamentos, na cidade, de Rio Brilhante, né, para discutir a preocupação, né. Até por que quando as usinas começaram, nós nem imaginávamos que eles viriam fazer essa discussão nos assentamentos, em um primeiro momento. Então, quando a gente começou a perceber que eles começaram a fazer as reuniões nos assentamentos...* (Celso em entrevista, 2015).

O papel do MST no confronto direto com a LDC em Rio Brilhante consolida-se por meio de um processo onde o território imaterial é um elemento importante, nas disputas entre os ideais da empresa e do Movimento:

> *Várias reuniões com as famílias, né, trazendo, deixando claro as consequências que a cana traz, né, as consequências ruins que a cana traz para a agricultura familiar, entendeu? Até por que nós estaríamos beneficiando, né, outras empresas que não tem nada a ver com os nossos interesses produtivos, nossos interesses políticos, nossos interesses, até da organização, enfim... (*Celso em entrevista, 2015).

O que estava em disputa eram os diferentes modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato que divergem na sua essência. No primeiro modelo temos a produção em grandes escalas de monoculturas, onde as relações capitalistas de produção são predominantes, em que o camponês surge como uma alternativa de produção de mercadorias. O segundo modelo compõem o trabalho familiar, cooperado e coletivo, com diversidades de culturas alimentícias e produzidas numa escala bem menor que o primeiro modelo (FERNANDES, B., WELCH, 2008).

Assim a disputa paradigmática se estabelece por meio da visão que ambos têm de desenvolvimento para o campo. Para o PCA o campesinato deve se integrar ao capital sem resistência, com receio disso o Grupo LDC entrou nos assentamentos para realizar as primeiras discussões sem aviso prévio, procurando as associações, sem conversar com os militantes do MST que já tinham um conhecimento das questões da cana-de-açúcar nos assentamentos:

> *Não, eles consultavam primeiramente as associações, as suas lideranças. Aquelas lideranças que não tinham clareza disso, achavam a proposta interessante economicamente, se iludiam e acabavam aceitando em fazer as discussões internas. Aonde os dirigentes das associações entendiam que era um problema, eles nem, aí eles usavam outras pessoas, iam visitar as*

> *famílias, criavam grupos de discussão, né. Tentavam identificar aquelas famílias que estavam com dificuldade de renda, que estavam com as, né... Iam conversar com essas famílias, no sentido de mobilizar, para poder trabalhar...* (Celso em entrevista, 2015).

Como estratégia da LDC, eles partiram da identificação dos problemas das famílias - as mais fragilizadas dentro do lote, para tentar ganhar a partir do seu discurso o seu apoio para territorializar-se gerando um conflito interno dentro do assentamento. Os representantes das usinas, neste caso os técnicos de produção, adentravam nos assentamentos com propostas de empregos desvinculados com a terra como operação de máquina e/ou serviços gerais e pela geração de renda por meio do arrendamento, pois o grupo necessitava da terra dos assentamentos, conforme relatos dos entrevistados.

Oliveira (1990) aponta que a ideologia do capitalista é mostrar que o trabalhador depende do capital para sobreviver. Assim, no caso do campo a terra é o principal meio de produção, desta forma o trabalho assalariado é importante para o capitalista, pois ele arrenda a terra e é dono de todos os meios de produção (maquinário, ferramentas, insumos etc.) e ainda contrata um trabalhador livre dos meios até da terra, vendendo a sua força de trabalho para sobreviver.

As propostas dos representantes da LDC, pelo arrendamento de lotes seguidos eram:

> *Inclusive eles vinham com a proposta de que as famílias iriam receber pelo arrendamento, um valor por mês, tinha várias alternativas. Tinha uma taxa, um valor por mês ou um valor anual, estabelecido dentro do contrato e eles, inclusive, contratariam os próprios membros da família para trabalhar para a usina [..] Economicamente, a princípio, era ótima a ideia. Você iria receber um valor, de mais ou menos, mil reais por mês, do arrendamento do lote e mais um salário...* (Celso em entrevista, 2015).

Segundo o entrevistado, para receber os mil reais proposto pela usina a produtividade nos lotes deveria ser de 100 toneladas/hectares. Mas, a região com seu tipo de solo só produz em média 60 ou 70 toneladas, ou seja, o endividamento era certeiro. Pois, não teria outra alternativa de renda, pois a cana exigia grandes extensões. Segundo o assentado do PA Silvio Rodrigues, André: "*Naquela época nós fizemos as contas, não ia dar 4.000 ou 5.000 por essas 10 hectares por ano. O cara ia comer e cada dia ele ia ficar mais pobre por que ele não tinha como trabalhar, ia ficar com uma mixaria de terra"* (Em entrevista, 2015).

A estas palavras podemos relacionar com os estudos de Thomaz Junior (2007), que nos mostra os principais impactos da produção de cana-de-açúcar e a ilusão do camponês inicialmente com essa produção:

> O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 7).

Neste processo de produção de cana-de-açúcar dentro dos assentamentos, os camponeses reforçam o processo capitalista por relações em seu território ou no próprio território capitalista, criando assim, algumas contradições principalmente ao defenderem sua "participação no processo produtivo da matéria-prima, como alternativa e sobrevivência e, em algum nível de comprometimento, também garantem a si e aos membros da família inserções nas frentes de corte ou na planta fabril" (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 37).

Fatos relacionados às palavras de Thomaz Junior (2007) foram observadas em algumas entrevistas, onde além do arrendamento os camponeses trabalhavam nas usinas principalmente no corte da cana-de-açúcar. Segundo Celso, as empresas não estabeleciam contrato de trabalho podendo ser demitidas a qualquer momento, ficando com apenas o arrendamento do corte, pois os assentados não tinham cursos que qualificassem eles para o maquinário. Então, serviriam para a plantação que atualmente é mecanizada, ou seja, a não tinha nenhum compromisso firmado judicialmente que os assentados que viessem na figura de trabalhadores assalariados nas unidades da LDC, fossem empregados até o fim do período do arrendamento ou sua renovação, conforme relato:

> *Quando a Louis Dreyfus tentou entrar aqui, foi uma proposta meio assim, até difícil pra gente falar não, porque eles fizeram muitas propostas de trabalho, de você plantar e trabalhar pra eles em cima daqueles produtos deles né. Se eles plantassem a cana aí você ia cuidar da cana, então as pessoas viu um meio de trabaio ai. Só que na verdade depois muda tudo né, ai começa a vim os maquinários, ai o cara vê uma coisa na hora, mas é totalmente diferente. Ela só é aquela proposta na hora de plantar aquilo ali, depois que cabou prantio é só colhedeira, trator e cabou né (*Leandro em entrevista, 2016).

Assim, as relações entre a LDC e os assentados eram estritamente capitalistas, que segundo Oliveira (1990) são relações sociais com trocas desiguais entre capital e trabalho, e contraditoriamente produto delas mesmas. Segundo Leandro "*Ai depois pra adoçar o pessoal contrataram um pouco pra trabalhar lá na usina daqui [Unidade Passa Tempo], fio um pessoal que trabalhou lá acho que um ano mais ou menos*" (Leandro em entrevista, 2016).

Na condição de subalternidade do campesinato ao capital, o mesmo entrega sua riqueza produzida pelo trabalho, vivendo em situação de miséria, que é gerada todos os dias pelas relações capitalistas, que também se apropria de seu território camponês (FERNANDES, B., 2012). Essa forma de apropriação pode ocorrer por meio da compra ilegal de seu território se tratando de um assentamento rural e/ou por meio de arrendamentos, ocasionando em diversas vezes o endividamento desse camponês.

André foi um dos assentados que fez frente a essa produção, pensando no futuro do assentamento com a degradação a terra realizada pelo cultivo da cana-de-açúcar:

> *No começo era aquele papo furado, que ia dar futuro, aí todo mundo foi caindo na real logo e vendo que não era o que a gente, aquilo que, por exemplo eu organizei no meu setor lá conversando com o pessoal, "daqui a cinco anos essas terra vai está mais ruim do ela está hoje, por que ele vai te entregar uma solteira de cana lá e a cana chupa (deteriora) a terra, uma coisa medonha" ... E você não tem dinheiro nenhum e passou os cinco anos e você ficou parado, simplesmente só comeu... (*André em entrevista, 2015).

A LDC mostrava seus objetivos de plantações e propostas tentadoras para os assentados, discursando sobre a rentabilidade da produção de cana-de-açúcar, da possibilidade do trabalho para a usina e da compensação materiais que causaria nos lotes. Mas, sua territorialização só seria concretizada se ocupasse vários lotes seguidos, devido ao tamanho das máquinas:

> *Tipo assim. Um dos critérios que eles tinham. Olha, nós não podemos vir aqui, fazer o plantio só com o seu lote... Nós precisamos que vocês se organizam, só depende de vocês tomar uma decisão. Se junta, cinco famílias, 10 famílias, oito famílias... Vocês se juntam, vamos fazer um quadro só, fica bom pra todo mundo... Inclusive, e a cerca, como é que fica? Não, nós tiramos a cerca e depois, quando nóis devolver pra vocês, nós repusemos a cerca, nós deixamos o sítio de vocês bonitinho, corrigido e tal... No fim do arrendamento... Mas a gente sabe que não é exatamente isso...* (Celso em entrevista, 2015).

Depois das ações do MST com suas reuniões mostrando e desmistificando as propostas da LDC para os assentamentos originários de suas lutas, o Movimento foi ganhando força, contra a territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos do municípios e os originários da luta do MST.

Ao tomar ciência da situação, os representantes da LDC mudaram de estratégia, passaram a convencer as lideranças do Movimento nos assentamentos a produzir a cana. Allan assentado do Silvio Rodrigues confirma as várias tentativas da empresa, insistindo com as lideranças, para o convencimento por meio da viabilidade econômica agregando além do valor do arrendamento os salários que supostamente os membros das famílias receberia.

Quando questionado sobre o arrendamento da cana, Allan nos disse: "*Eu não arrendo para cana porque só vejo falar que acaba [se refere ao solo]. Porque eu iria querer acabar com a terra. Eu peguei a terra para sobrevivermos dela. Não para eu diminuir. Eu quero aumentar*" (Allan em entrevista, 2015).

Segundo André, ele chegou a receber a proposta da LDC, mas negou devido aos vários problemas que a produção causaria, onde o assentamento seria um verdadeiro canavial, que os camponeses seriam obrigados a morar, convivendo com as queimadas e venenos colocados nas lavouras. Sem suas palavras:

> *Teve essa proposta, eu bati contra e fui arrumando uma turma lá pra votar que era pra não deixar de jeito nenhum [...] Por que no começo eles queriam arrendar 10 hectares de cada lote, agora às parcelas lá são de 15 a 20 hectares. Você ia ficar no meio de um troço lá de veneno e fogo com 5 hectares você ia fazer o quê? O arrendamento era por cinco anos, iam te pagar mensal quando terminasse os cinco anos, tinha 'comido aquilo dali', não ia pra lugar nenhum e não tinha nada, estava pior do que estava dentro do...então em bati contra por causa disso aí. (*André em entrevista, 2015).

O MST neste processo de resistências as ideias trazidas pela LDC, contrapunha todas as suas dimensões desde a econômica a social, alertando os camponeses por meio de questionamentos:

> *Lógico. Tipo assim, é uma das coisas que nós questionávamos. Qual é a produtividade média de vocês? Ah, nós não temos certeza qual é a produção... Ah, qual que vai ser o... Tipo assim, a família quer para com o contrato ano que vem, não é inviável? Não... Tem que respeitar cinco anos...*

> *Como vocês vão entregar a qualidade do solo no final? Como é que vai ser o emprego dessa família? Qual a garantia de estar empregado? Um monte de coisa... Então, sempre deixava em aberto uma possibilidade de não dar certo.* (Celso em entrevista, 2015).

Segundos relatos do entrevistado existiam famílias que eram lubridiadas pela produção de cana-de-açúcar em seus lotes, sendo contrárias as ideias propostas pelo MST de questionamento das informações passadas pelos representantes das usinas. Assim, a disputa paradigmática entre o Movimento e a LDC, ocorre por este confronto, pelas disputas dos territórios materiais e imateriais internos e externos aos assentamentos.

Bernardo Mançano Fernandes (2008; 2009) coloca que o território imaterial – mundo das ideias - é anterior ao território material, este formado pelas relações de poder. Então a dificuldade da LDC em entrar primeiramente nos territórios imateriais das lideranças era marcante, visto que eles já vinham de um processo histórico de luta e ligação com a terra, percebendo somente os aspectos danosos do agronegócio em suas vidas.

Diante disso, todos os entrevistados seja liderança do MST como apenas os assentados, tiveram em sua história de vida, ligada com a terra e mesmo quando sua existência só era possível na cidade, à vontade de regressar ao campo era muito grande. Assim, são as relações camponesas que vão definir o campesinato, mas este pode estar expropriado/morando em uma cidade sem perder sua identidade com a terra. Desta forma, "a resistência camponesa é responsável por sua (re)criação no enfrentamento permanente com o capitalismo" (FERNANDES, B., 2012, p. 747).

As resistências do MST frente à cana-de-açúcar, proporcionaram a não territorialização desta produção nos assentamentos em Rio Brilhante, pois para a sua produção eram necessárias o arrendamento de vários lotes seguidos devido à utilização das maquinas para a colheita ser grande, se comparado aos tamanhos dos lotes. Além da disputa ideológica com o convencimento de várias famílias para produzirem, deixando parte de seu lote para a territorialização do capital estrangeiro por meio da cana, ficou evidente:

> *Como aqui a nossa área é tudo na faixa de 15 hectares, por família e, em parte, as famílias tem o seu pomar, o seu espaço, então não passaria, em média, de 10, 12 hectares por família para fornecer para o plantio da cana. Então para ter uma área mínima, para essas máquinas trabalharem mecanicamente, de forma mecanizada, é 50, 60, 80, 100 hectares, de forma agrupada [...] Aí você teria que convencer várias famílias para fazer um*

> *quadro único e isso eles não conseguem fazer, por que, felizmente tem aquelas que querem, mas tem aquelas que não querem produzir cana. Então acaba sendo muito intercalado, esse quadro do plantio de cana. Então isso acabou desestimulando eles de trabalhar como uma das prioridades as áreas de assentamento* (Celso em entrevista, 2015).

A militante Vanessa também confirma tais fatos, ao ser questionada sobre um dos motivos para a cana não entrar no seu assentamento PA São Judas: "*Acredito que por ser pouco terra, os lotes são pequenos para o plantio de cana*". Pois, quando a cana-de-açúcar entra nos territórios camponeses, as infraestruturas do lote tem que ser tiradas ou diminuídas, substituindo em alguns casos as relações não capitalistas pelas capitalistas.

Marcos faz alguns apontamentos nesta direção sobre a territorialização da cana-de-açúcar e as "benfeitorias" do lote, bem como as questões ambientais:

> *A questão da gleba eles não interessam ... por ser gleba eles não tem condição. Só se chegar numa gleba igual essa aqui. Dai você vai ter que fazer uma vila lá, uma cidade, tira o povo, pagar bem, tipo um bananal daquele dali, uma cana pra trolar eles não aceitam, uma árvore eles tiram. [...] A máquina tá indo aqui, o trator ta indo aqui, tem uma árvore, uma moita comprica, agora uma greba se for pra eles aluga, de poste de caixa d'água, de posso artesiano eles não querem nem saber* (Marcos em entrevista, 2015).

Quando questionado sobre a possibilidade de nos dias atuais a cana-de-açúcar adentrar aos assentamentos, Celso nos informa que é uma possibilidade existente, devido a perca da produtividade nas áreas de arrendamento das fazendas entorno do assentamento com esta produção:

> *Não está descartado. Por que não está descartado. Não está descartado por que se a demanda das usinas, aumentar ainda a área plantada e as lavouras de soja e milho se manter nessa estabilidade que está colocada aí, em uma perspectiva de se manter, o espaço das cana pode reduzir. Se reduzir, a possibilidade de migrar para outras áreas pequenas, inclusive assentamentos, não está descartada* (Celso em entrevista, 2015).

As reuniões e os debates surtiram efeitos, pois foi proibido a territorialização da empresa nos assentamentos do MST por meio da cana-de-açúcar, sendo assim a produção do grupo ficou destinada apenas nas fazendas do município da qual uma faz parte da luta do movimento indígena Guarani-Kaiowá.

Vale destacar, que em nenhum momento nos textos lidos produzidos pelo grupo LDC, foi citado os conflitos com as comunidades locais (tantos os conflitos imateriais – ideias – e os materiais – territoriais), as transformações nestas comunidades ou em outras áreas onde a territorialização. Somente foi mostrado de forma sucinta à integração e compromisso com as mesmas evidenciando um "diálogo" a partir do neoliberalismo para representar um acordo igual e não desigual entre o capital e o trabalho, como podemos observar no trecho a seguir: "promovemos o desenvolvimento econômico e a melhoria na qualidade de vida nas comunidades onde atuamos, e apoiamos ações nesse sentido" (LDC, 2010, p. 8).

Mesmo com a não territorialização da cana-de-açúcar, o assentamento e/ou assentados são impactados de outras formas pelo agronegócio. Segundo conversas com os moradores os maiores impactos no assentamos originários pela luta do MST, estão relacionadas desde o processo produtivo ao comercial-circulatório. Desta forma, apresentaremos nas páginas que se seguem tais problemas e resistências quando realizadas.

A queima da cana-de-açúcar realizada nas áreas de produção da LDC em Rio Brilhante, principalmente no início de sua produção era um fator negativo para os assentados. Desde o ano de 2010, está proibida a queima da cana em 18 municípios do estado do Mato Grosso do Sul, conforme deliberação judicial do Ministério Público Federal em Dourados, que julgou inconstitucional uma lei criada que atribuía aos municípios à autorização da queima, que por lei anterior era realizada pelo governo estadual, com protestos de algumas empresas agrícolas que foram afetadas por tal decisão.

Em relação aos prejuízos com a saúde, à queima afeta diretamente o trabalhador que esta na área do canavial, pois ela elimina algumas substâncias toxicas como monóxido e dióxido de carbono, causa o envelhecimento precoce, podem surgir algumas doenças no aparelho respiratório como bronquite e asma, problemas de visão como conjuntivite e queima dos olhos com o calor.

Apenas um assentado relatou os problemas da queima com o impacto da cana-de-açúcar, no assentamento PA São Judas, Marcos afirma que antigamente: "*A única coisa assim, quando era longe se pega fogo, vinha muita aquela palhinha né, ai você olhava em cima da mesa tinha as palhinhas*" (em entrevista, 2015). Ele também relatou, que apesar de saber dos impactos a produção e a saúde, ele nunca ouviu um relato de pessoas que ficaram intoxicadas ou tiveram algum problema respiratório.

Em relação aos danos ambientais, temos a perca da biodiversidade, a diminuição da fertilidade dos solos, que causa os surgimentos de erosões, prejudicando a fertilidade da lavoura gerando outro problema, pois com isso têm-se os surgimentos de algumas pragas que para exterminá-las usam-se os agrotóxicos. Laerte Machado e Habib (2009) apontam os principais danos ambientais em relação à produção de cana-de-açúcar:

> 1 - Destruição da matéria orgânica do solo deixando exposto a erosões, o que tem provocado assoreamento de mananciais;
> 2 - Eliminação de aves, animais e insetos, muitos destes organismos, importantes como inimigos naturais de pragas;
> 3 - Eliminação de alguns microrganismos do solo;
> 4 - Por final, pode causar a volatilização de elementos nutritivos essenciais à planta (MACHADO, L.; HABIB, 2009, p. 1).

Observamos que a produção dessa monocultura causa danos ambientais, das quais alguns são incapazes de se recompor. Nos trabalhos de campo, a homogeneização da paisagem por meio da cana-de-açúcar era evidente, sem termos nenhuma árvore ou reserva legal nas fazendas que passamos. A figura 37 mostra um desses impactos ambientais relacionados à flora, em uma unidade de plantação da usina LDC a Passa Tempo, em que o pássaro popularmente conhecido como João de Barro (Furnarius Rufus), que fez sua “casa” na placa.

Figura 37: Impactos ambientais da cana-de-açúcar



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Celso apontou os principais problemas ambientais que são encontrados com o cultivo de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante, sendo o uso de agrotóxicos, proliferação de moscas, problemas com a fauna e flora, os impactos que afetam diretamente os assentamentos do MST:

> *É, digamos assim, eu posso resumir os principais impactos, ambiental, né, que é o desmatamento, as bacias hidrográficas, que não se respeita, as nascentes de água, os córregos, o uso dos agrotóxicos, as consequências dos resíduos, né, da cana, com essa proliferação da mosca, né, o desmatamento trás problemas na questão da fauna e da flora, na verdade são vários... A degradação do solo. Os impactos são variáveis (Celso em entrevista, 2015).*

No assentamento PA São Judas, tivemos o relato da passagem do avião por cima do assentamento, provocando um impacto ambiental, conforme Marcos aponta: *"Eu ia subindo com o ônibus assim quando sai do assentamento ... tem cana dos dois lados era ali que ele [o avião pulverizando] estava passando".*

A figura 38 representa a cana-de-açúcar plantada por meio de arrendamento da LDC que rodeia o assentamento PA São Judas, que é pulverizada por venenos.

Figura 38: Cana-de-açúcar da LDC que faz divisa com o assentamento



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Neste assentamento as maiores dificuldades com a produção da cana-de-açúcar são com os agrotóxicos que são colocados, interferindo nas lavouras, nas produções dos assentados, que tem muitas vezes percas financeiras devido ao veneno. Conforme relata Maria:

> *Então, ai a gente planta a abobora, tem período do ano que não produz. Planta o quiabo em grande escala, não produz. A melancia esse ano, que antes as pessoas plantavam e colhia 10 (dez) caminhões de melancia, não colheu nada. Então assim... a perda. Como vai se reerguer para o próximo ano? Como vai investir em um sistema de irrigação? Em um sistema de colher a produção anual para ter um contrato? Eles exigem um contrato, ai não tem permanência* (Maria em entrevista, 2015).

O militante e assentado Celso do PA Silvio Rodrigues, relata essa dificuldade na relação entre o assentamento e a produção de cana-de-açúcar da LDC, bem como os venenos que são jogados: "*E aí tem o impacto do agronegócio, né, e aqui, por exemplo, nós estamos numa ilha, o nosso assentamento é uma ilha como tem em outros assentamentos do uso intensivo do agrotóxico, inclusive com aviões".*

No assentamento PA Margarida Alves, não ocorreu um problema direto na saúde com o assentamento em relação ao veneno que as lavouras pertencentes à LDC passa, por meio da pulverização. Mas tiveram um problema com as pragas vindas das lavouras, fazendo que parte da produção do assentado Leandro e de outros, se perdessem.

O assentado Leandro informa que desde a chegada da cana-de-açúcar ele não consegue produzir mamão devido aos venenos, bem como produz seus orgânicos de forma precária devido ao veneno. Segundo o seu sogro, José, por causa do veneno "*aqui mamão não sai mamão que preste, todo manchado ... é difícil achar um mamão que preste*" (José em entrevista, 2016).

No fim do ano passado o grupo da LDC com representantes de São Paulo e Rio de Janeiro, realizaram uma reunião com os representantes dos assentamentos e com a prefeitura de Rio Brilhante para ver quais eram os impactos que suas lavouras causavam nos assentamentos. Segundo Camila foram relatados vários problemas:

> *muitos problemas é estrada que eles estragam e não consertam, é muita pueira, as vezes os caminham estragam e eles não colocam sinalizador né .. umas duas vezes nós quase bateu num caminhão sem sinalizador ele só jogou milho em volta e os carros passou e tirou o milho ... a fumaça que eles tavam tacando fogo , mas agora deu uma parada as casas ficam cheias daquele negócio ... tem algumas coisas que incomodam as moscas no canavial vem pro pomar pra estragar as frutas* (Camila em entrevista, 2016).

Ela também mostrou em sua entrevista, a impossibilidade de plantar mandioca no assentamento devido à inserção de um inseto dos canaviais da LDC e o aumento da mosca predadora. Assim, a perca financeira tem acarretado num sentimento de impotência frente ao avanço do agronegócio, onde ouvimos relatos de que não se produz de forma orgânica e/ou agroecológica, pois o veneno interfere na produção. Conforme relato de Vander assentado do PA Margarida Alves:

> *Se nós plantarmos um feijão ou o que nós plantarmos aqui e formos vender como orgânico, nós estamos mentindo, por que não orgânico. Por que queira ou não queira o assentamento está contaminado com a cana. Então é avião passando veneno... têm as lavouras do agronegócio, a soja hoje está dentro do assentamento* (Vander em entrevista, 2016).

A agroecologia surge como uma forma de desenvolvimento para o campo que contrapõe o modelo de produção capitalista, ou seja, surge como uma alternativa. O MST propõe juntamente com outros movimentos socioterritoriais, uma produção de forma alternativa através da agroecologia, que foge dos princípios de produção do agronegócio. Essa produção torna-se uma forma de resistência do campesinato, promovendo melhores condições de vida, bem como a soberania alimentar.

Neste sentido, a agroecologia surge frente ao avanço do neoliberalismo e do processo de globalização da economia, respeitando o meio ambiente a partir da sua diversidade ecológica e sociocultural dos saberes tradicionais (GÚZMAN, 2001). Para o autor:

> Por fim, a Agroecologia, como enfoque científico que promove o desenvolvimento rural sustentável, está assentada na busca e identificação do local e sua identidade para, a partir daí, recriar a heterogeneidade do meio rural, através de diferentes formas de ação social coletiva de caráter participativo (GÚZMAN, 2001, p. 43).

A produção agroecológica contribui para o pertencimento na terra e todo o seu sentido, pois resgatas os saberes tradicionais camponeses. D'Aquino (2011), mostra que o sentimento de "pertencimento" nos camponeses, está presente nos camponeses engajados em todo processo de luta coletiva, seja no campo ou para voltar ao campo, onde seja permitido agregar valores relacionados a terra-mãe, como as possibilidades de fartura, bem-estar e liberdade.

Segundo o assentado Leandro ele não consegue produzir de forma agroecológica, por isso a sua produção está baseada nos orgânicos: *"os produtos orgânicos, a gente consegue produzir, mas não é fácil não ... hoje qualquer coisa que vai produzir produz com veneno"* (Leandro em entrevista, 2016).

Outro fator que dificulta a implantação da agroecologia ou dos princípios/práticas agroecológicas nos assentamentos do MST em Rio Brilhante, principalmente no PA Silvio Rodrigues, estão relacionados impactos hídricos devido ao uso de venenos por parte da LDC, como afirma Celso:

> *Nós temos uma região aqui do assentamento que fica próximo do plantio de cana e é onde o plantio da cana é cabeceira do assentamento. Então toda água, da chuva, que cai que molha essa região da cabeceira, ela vem pra dentro do assentamento. Então se a gente fosse fazer um diagnóstico rigoroso da situação daquela bacia, né, hidrográfica do assentamento ali, em relação, por exemplo, da questão do agrotóxico, certamente está atingida, né. E outra coisa é o agrotóxico ser aplicado com avião, que está próximo do assentamento...* (Celso em entrevista, 2015).

Assim, essa água que contém partes de agrotóxicos, causa um sentimento de incertezas nos assentados, pois pode afetar o processo produtivo no assentamento e no gado de leite ao utilizar a água:

> *... por exemplo, quem tem a pecuária de leite, como é que tá a qualidade do leite desse produtor, como é que tá a qualidade das frutas desse produtor, como é que tá a qualidade da horta, como é que tá a qualidade de outras atividades produtivas que ele tem, como é que tá a qualidade do solo, como é que tá a qualidade da água, desse local. Então, certamente, por essa água vinda da cabeceira dos plantios de cana, alguma coisa está afetando. É automático isso (Celso em entrevista, 2015).*

Neste assentamento não ocorreu à perda da produção como hortaliças, frutíferas, leguminosas de nenhum assentado, mas afeta na perca da qualidade do leite que é produzido no assentamento. O leite é uma das fontes que geram mais renda para os assentamentos em Rio Brilhante, cabe destacar que no assentamento PA Margarida Alves temos um resfriador coletivo para a produção, assunto que será abordado nas resistências produtivas.

Com a entrada da cana-de-açúcar nas redondezas dos assentamentos originários do MST, ocorreram alguns impactos ao meio ambiente com o aparecimento da mosca predadora - Salpingogaster nigra (Diptera: Syrphidae) - que é usada nos canaviais para combater a broca-de-cana-de-açúcar (Diatraea saccharalis), uma mariposa de cor amarela-palha, que é uma das principais pragas nos canaviais, como podemos observar na figura 39.

Figura 39: Broca-de-cana-de-açúcar



Fonte: Google Imagens, 2016.

O controle biológico usado nos canaviais com a mosca para acabar com a broca, impacta de forma negativa, pois ela ataca os gados dos assentamentos e nas áreas de pecuária extensiva no município, ocorrendo a perca de alguns gados. Este fato foi relacionado com impacto negativo em todos os assentamentos visitados, afetando em todas as dimensões a vida dos assentados.

Celso relata que ocorreu no assentamento PA Silvio Rodrigues o abandono por parte dos assentados que produziam leite, por conta da mosca, ocasionando uma queda na produtividade do animal. André aponta que: *"Infelizmente o nosso assentamento começamos era 90% a bacia leiteira, hoje não nem 20%."* (em entrevista, 2015).

Devido aos problemas com a mosca eles a apelidaram como “Mosca da Usina”. Ela ocasiona o estresse do animal, prejudicando sua produção. Como afirma o militante Celso em entrevista:

> *Aí tem a produção do resíduo, que é a mosca do... Que aqui é a “mosca da usina”, que chama. Nós chamamos de mosca da usina, que é o nome que se dá pra ela, que é a infestação que nós temos que prejudica os animais... Estressa os animais, diminuição de carne, diminuição de leite, perda de rendimento dos bezerros...* (Celso em entrevista, 2015).

Quando a produção cana-de-açúcar por meio da LDC iniciou e se ampliou, ocorreu a substituição da pecuária e da soja para a territorialização dessa cultura, provocando alguns impactos nos assentamentos, principalmente com a pulverização. A fala de Allan nos permite encontrarmos tais fatos, pois ele perdeu seis vacas e não teve o direito de ressarcimento, mesmo procurando o sindicato rural do município de Rio Brilhante:

> *O gado morreu porque nos canaviais estavam passando veneno através do avião, o que ocasionou na morte de seis das minhas vacas. Eu fui ao sindicato para ver se eu conseguiria recuperar o recurso, porém, eles me informaram que eu tinha direitos ao ressarcimento, mas o fazendeiro preferiria gastar o dinheiro de duzentas vacas ao invés de me devolver o dinheiro das seis que matou. Eu tive que abrir buracos para enterrar as vacas. (*Allan em entrevista, 2015).

Segundo o entrevistado, tudo o que ele produziu se perdeu, desde o gado ao mandiocal: *“Eles passaram o veneno para matar o mato, mas o vento de lá para cá... matou toda a rama de mandioca”* (Allan em entrevista, 2015). Diante desses fatos, Allan mudou o local de sua casa, pois além do veneno carregado pelo vento, ocorre com a mecanização um barulho perturbador para eles. Ele também relatou outro motivo para essa mudança, as passagens constantes dos caminhões das usinas do lado do seu lote, pois conforme suas palavras, ele não queria “*viver na pueira*”.

Além do problema do barulho das máquinas, outro impacto que tem afetado negativamente os três assentamentos do MST no município de Rio Brilhante é com a passagem do caminhão das unidades da LDC com a cana-de-açúcar que foi colhida. O caminhão mais utilizado pelas usinas de cana-de-açúcar (ver figuras 40 e 41) é o “truk” ou trucado, que segundo Backes (2008) tem capacidade de carregar até 36 toneladas de cana,

sendo combinado com duas articulações conhecidas como “Romeu e Julieta”, que é usado pela LDC, bem como o caminhão “tremidão” que tem capacidade de até 50 toneladas, pois é trucado com duas unidades de reboco longo, com três articulações.

Figura 40: Caminhão Truck utilizado pela LDC



Fonte: Jornauto, 2007.

Figura 41: Caminhão com carregamento de cana-de-açúcar da usina LDC em Rio Brilhante.



Fonte: BUSCIOLI, L. D., 2016.

A passagem do caminhão em dias que não chovem, provoca muita poeira no ar e muito acúmulo de lama quando chove, visto que as estradas de ambos os assentamentos não são cascalhadas em seu interior, provocando outra dificuldade de locomoção dos assentados. As unidades que o grupo LDC possui não se sentem responsáveis pela manutenção das estradas, principalmente com aquelas que passam dentro dos assentamentos.

Desta forma, algumas lideranças dos assentamentos realizaram algumas ações para enfrentar essa situação, conseguindo no caso do PA Margarida Alves a não entrada dos caminhões. E no caso do PA São Judas, os camponeses conseguiram que a empresa cascalhasse as estradas que perpassam o assentamento, para os caminhões poderem adentrar.

A entrevistada Maria relatou que no assentamento PA São Judas não chegou a ter problemas com a perca da produção, como é a realidade de outros assentados, principalmente das hortaliças, mas que os problemas podem surgir serão em nível de saúde, devido a tráfego intenso das carretas:

> *... quem mora na beira da estrada, provavelmente, terá um problema respiratório sério! Se não tem ainda... Provavelmente deve ter algumas crianças... Vão ter no futuro porque a poeira é intensa né!?Eles falaram que ia passar 2 ou 3 carretas de manha, mas tava passando a cada hora 2 ou 3 carretas. Então as pessoas respiram esse pó, e pra se alimentar e pra manter a casa limpa, na beira da BR, da estrada, não tem como... (*Maria em entrevista, 2015).

Devido a esse problema, os assentados do PA São Judas, juntamente com Maria chegaram a ir à prefeitura cobrar soluções, visto que antes da entrada das usinas, as estradas não eram tão boas, mas havia o cascalho e a sua manutenção durava de seis a sete meses. E depois da entrada das carretas da usina Passa Tempo à situação só tem piorado mesmo cascalhando todo o mês depois da luta dos assentados.

Eles organizaram e realizam uma reunião com o secretário de desenvolvimento, para dar as devidas responsabilidades para com as estradas que passam pelo assentamento, pois atrapalhava o ano letivo dos educandos. Segundo Maria, a responsabilidade ficou com a empresa de cascalhar as estradas, uma vez que, em período de colheita são realizadas várias viagens com os caminhões, prejudicando o calendário escolar das crianças.

No ensino fundamental, os educandos devem ter 200 dias letivos de aula e devido ao péssimo estado da estrada, com a passagem dos caminhões da usina da LDC, os alunos

chegaram a ficar uma semana sem aula, prejudicando também os educandos que moram no assentamento PA Margarida Alves. Desta forma, foi questionada a responsabilidade tanto da prefeitura como do Grupo LDC, pois a escola é municipal e quem mais prejudica a estrada impactando na vida escolar destes educando são os caminhões do grupo estrangeiro que trafegam todos os dias.

Além dos prejuízos aos educandos do ensino fundamental, os assentados que estudam no ensino médio na cidade, também sofrem com a poeira e com as péssimas condições da estrada, com buracos profundos. Em trabalho de campo, foi possível constatar as péssimas condições das estradas, fatores que foram limitantes para adentramos ao assentamento por diversas vezes.

Segundo Maria:

> *Aqui é muito! As crianças já que vão pro ensino médio, junto com as da escola,* ***nós já trancamos aqui duas vezes as carretas*** *da usina paramos o dia inteiro, a prefeitura chamou pra negociar, a usina chamou pra negociar para liberar as carretas pra poder eles molharem pelo menos na frente do assentamento. Porque quando é poeira a gente não enxerga nada. Já aconteceu mais de 30 acidentes, de pessoas saindo da estrada, perder a direção por conta da poeira porque não consegue enxergar dois metros para frente...* (Maria em entrevista, 2015).

Diante da fala da militante do MST, podemos ver enfrentamento direto com o Estado e com o Grupo LDC, por meio da reunião no espaço público e pelos trancamentos das estradas, que são denominadas de manifestação, mais especificamente uma tipologia dentre elas. Geralmente as manifestações são realizadas em locais estratégicos para uma maior visibilidade da sociedade, como em grandes centros de decisões políticas como observamos na história da constituição do assentamento PA São Judas, mas em alguns casos elas são realizadas no local do conflito como nos assentamento PA Margarida Alves.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (1994), as manifestações são importantes, pois dão visibilidades para as questões voltadas a campo, ou seja, são atos políticos efetivos de luta. Elas têm caráter políticos e reivindicatórios, partindo de uma coletividade, onde a abrangência de suas ações, ou seja, a visibilidade pública é marcante (COMERFORD, 1999).

Essa coletividade no caso das manifestações também é mostrada por Pereira (2012), na qual realizou um estudo sobre as manifestações e suas tipologias no estado de São Paulo, analisado a espacialização e as principais reivindicações dessas ações. Para ele:

> As manifestações para os movimentos socioterritoriais são ações que refletem conteúdos estruturais, são organizadas no sentido de evidenciar situações que deveriam ser de interesse social, mas que frequentemente são mascaradas pelo discurso dominante (PEREIRA, 2012, p. 12-13).

O discurso dominante a respeito das questões que envolvem o campo brasileiro, trás algumas intencionalidades que acabam por acirrar alguns conflitos, ou seja, o que está em disputa além dos territórios ou mesmo das condições de sobrevivência (infraestruturas) é o entendimento que parte da sociedade terá sobre as reivindicações dos movimentos socioterritoriais. Assim, os discursos estão embasados em diferentes perspectivas, das quais o desenvolvimento do campo está atrelado somente com o agronegócio, onde as ações dos movimentos são visto como um obstáculo a esse desenvolvimento.

Elas se caracterizam por meio do questionamento, pois elas são construtoras de espaços políticos de reivindicações e protestos (SILVA, A.; FERNANDES, B., 2008), com o objetivo de garantir os diretos a terra, água, infraestruturas, cidadanias, ou mesmo, denunciar as violações dos diretos humanos, trabalhistas, ambientais entre outras.

Moura, Victor e Cleps Jr.(2012), colocam que as manifestações são importantes estratégias de lutas, verdadeiros instrumentos, mostrando a capacidade de articulação e organização que os movimentos socioterritoriais realizam, a fim de despertar a população e aos órgãos públicos os problemas e dificuldades do campo. Diante disso, compreendemos que as manifestações do campo, são atos diretos de enfrentamento com o objetivo da conquista do território e de formas de permanecer neles.

O estudo sobre as manifestações nos permitem classifica-las de acordo com suas tipologias - formas de ação. No DATALUTA, identificamos as tipologias: abraço, acampamento, ação solidária, arrecadação de assinaturas, audiência, barqueada, bloqueio, cadastramento, caminhada, celebração religiosa, cerco às construções, concentração em espaço público, encontro, formação de acampamento, greve, greve de fome, interdições, jejum, manifesto, marcha, mutirão, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público, ocupação de prédio público/privado, outros,

panfletagem, passeata, pedágio, reintegração de posse, retenção de veiculo, romaria, saque, temática (água, terra, questões ambientais, indígenas, política agrícola), tentativa de ocupação, tentativa de saque e vigília.

Elas representam um conjunto de formas de ação que reivindicam objetivos ora diferentes de acordo com seus sujeitos e ora iguais. Como por exemplo, as manifestações realizadas pelos Movimentos Indígenas pela luta de um território tradicional ou para questionar as atuações da FUNAI, sendo objetivos diferentes dos camponeses do MST quando se manifesta para barrar a passagem de caminhões de usinas de cana-de-açúcar nos seus assentamentos. Mas, todas elas têm um objetivo em comum que é o território seja material ou imaterial.

Nas ações realizadas nos dois assentamentos PA Margarida Alves e PA São Judas, as manifestações que foram executadas tiveram como caraterística a espontaneidade, ou seja, elas não foram planejadas e articuladas de acordo com seus trabalhos de base dos movimentos. Elas estão caraterizadas na tipologia de "bloqueio", pois são efetivadas em áreas de entrada e saída de uma cidade, ou de tráfego de caminhões e carros, com impacto a nível local.

Desta forma, as manifestações relatadas em entrevistas nos indicam a insatisfação dos assentados em ter as usinas de cana-de-açúcar da LDC compondo o seu território. Pois, mesmo com a resistência por meio do território imaterial a usina entra em seus territórios por meio de fluxos – tráfegos de caminhões.

No assentamento PA São Judas ocorreu duas manifestações contra a usina e no assentamento PA Margarida Alves ocorreu uma. Ambas configuram e reivindicaram a melhoria da estrada de terra e o corte do tráfego dos caminhões da LDC que prejudicam de diferentes formas a vida dos assentados.

Marcos assentado do PA São Judas, militante do MST, apontou que os principais danos causados pela entrada das usinas de cana-de-açúcar foi na questão das estradas. Antigamente ao entrar no lote ele não teve problema nenhum com as estradas uma vez que não eram tão degradadas e eram cuidadas com "cascalhos", mas com o passar dos caminhões com cana das usinas a sua produção acabou sendo atingida, sem contar com as percas com a pulverização. Ele também relata que, devido os problemas com as estradas ele já teve que passar a noite no acostamento, pois estava atolado na lama.

Devido a essa situação, ocorreu um processo de luta através da manifestação com o trancamento duas vezes da estrada que passa pelo assentamento e que trafegam os camponeses e os caminhões da usina, sendo relatado também o problema com visibilidade no trafego e estado da estrada.

Dentre essas manifestações, Marcos participou de uma, que os educandos da escola do assentamento articularam nos anos de 2000[37] contra essa situação, pois não dava visibilidade para o motorista dirigir devido à poeira e quando chovia, pela má manutenção da estrada, não permitia o acesso desses estudantes à escola. Marcos aponta que não sabia inicialmente da manifestação:

> *... no outro dia próximo, dai marcaram uma conversa com o prefeito também, dai os alunos acompanharam e alguns pessoal da mobilização acompanharam junto e o representante da usina. Ai de lá saiu que aonde, até mesmo, falaram dai que a estrada não era aos cuidados da prefeitura que era aos cuidado do estado ai teve uns que falou: Ah como quando que tá colhendo a cana, vocês tem a cana pra cá vocês pega e cuidam da estrada e depois vocês vão a estrada fica acabada e ninguém arruma* (Marcos em entrevista, 2015).

Assim, numa manhã o grupo de estudante avisou o motorista Marcos que eles trancariam a passagem do assentamento da estadual MS-470, reivindicando melhorias nas estradas (com os cascalhos e com a molhagem do caminho). Segundo o militante não houve repressão por parte dos policiais e da usina, vindo um representante do grupo para dialogar com os manifestantes sobre o assunto. A manifestação durou quase 24 horas, pois os manifestantes informaram que só finalizariam a ação se viesse um representante da usina.

O representante do grupo francês compareceu, diante da ação de resistência, conforme relato:

> *Chegou ele e até mesmo uns donos das carretas, porque quando fechou tipo todas as carretas eram terceirizadas, ai o maior problema que eles tem é que quando fecha, faz qualquer mobilização assim, os donos sem preocupam pensando nos bens, nas carretas que eles achavam que as pessoas iam queimar, estragar.* ***Mas a partir disso dai veio o representante era já quase onze horas da noite, porque foi onze horas que fechou*** *[da manhã], ai ficamos ai até entorno das onze horas mais ou menos, foi a hora que veio o representante. Porque até quando mesmo elas trancaram foi já pedido a*

[37] Não foi possível relatar o ano, pois o entrevistado não lembrava.

> *liberação só com o representante da usina. Ai foi a onde eles vinheram. Não teve nenhum envolvimento político, tipo assim vereador tal, não no momento, não apareceu nenhum lá né, mas isso ai foi também junto com o pessoal do assentamento, não foi os alunos que fizeram sozinho, eles também programaram o dia e fizeram tudo junto. Foi o assentamento e as crianças* (Marcos em entrevista, 2015).

Por meio do relato de Marcos vemos que a manifestação se prolongou e após aparição e debate com os representantes das usinas, eles aceitaram em conversar no outro dia. Então foram para prefeitura, juntamente com parte dos educandos e assentados:

> *Então foi surpresa que nem eu sabia ... tipo eu só vinha vindo, eu peguei eles, recolhi eles tudo, ai quando eu sai pra mim pegar pra destino Rio Brilhante eles mandaram parar o ônibus... Ai eu parei e eles falaram: Hoje nós não vamos para a escola, que hoje nós vamos trancar aqui e tal. Dai eles foram me explicar, que estava tendo muito problemas [...] não conseguíamos andar a pueira invadia demais a estrada, eles [usina] ponhavam sempre dois, três carros na frente e você não teria visão que ultrapasse, era um movimento muito grande* (Marcos em entrevista, 2015).

Posteriormente, a manifestação, eles acordaram com a proposta da usina com o cascalhamento que foi realizado, mas atualmente ela encontra-se em péssimo estado de conservação. Essa situação vem se repetindo ao longo dos anos, onde a empresa cascalha a estrada, mas com o trafego intenso dos caminhões acaba por degradar rapidamente. Marcos relata:

> *Tipo hoje transtorno com professor, tem vez que não sabe se a van vem, nóis já ficamos sem aula por culpa... E antes[da implementação das usinas] não existia isso, tinha muito cascalho, era uma estrada muito bem feita, muito bem preparada né quando nois cheguemo aqui. Ai quando ela [a usina] chegou, realmente ela acabou [...] é um transtorno você tá aqui e escuta tremer isso daqui de caminhão passa ali em cima né. Agora não tem a estrada ta abandonada de boa, mas uma hora quando eles começarem, ai eles rapam ela e ai é três, quatro caminhão ai a puera serve, piseiro* (Marcos em entrevista, 2015).

Maria também militante do assentamento narra uma manifestação realizada em 2010, por meio também do trancamento, neste caso, bloqueio que eles realizaram com o objetivo de reivindicar melhorias nas estradas e principalmente no tráfego intenso do lado da escola, atrapalhando o desenvolvimento das aulas devido ao barulho.

Ela conta que eles resolveram trancar a passagem que fica na frente do assentamento, que é uma das principais rotas do caminhão, demorando algumas horas para a sua liberação. Posteriormente, eles conseguiram que a usina molhasse a estrada por onde passa a escola São Judas para conter minimamente a poeira:

> *Então a proposta foi ano passado de fazer de novo. Foi articulado o pessoal para fazer, ai eles arrumaram. Agora a gente continua cobrando, porque eles dão uma relaxada né!?... Tem um carro pipa que molha duas até três vezes por dia, na frente da escola, nesse perímetro que eles trafegam dentro do assentamento* (Maria em entrevista, 2015).

Além destas duas resistências por meio das manifestações, também tivemos uma resistência direta, contra os trabalhadores da usina que eram assentados no PA São Judas, onde a militância do MST proibiu o trabalho na LDC, por meio de resistências ativas dentro do assentamento e por meio do INCRA. Essas diferenças internas tendem a gerar conflitos dentro do assentamento, pois o que estão em disputa são os territórios materiais e imateriais.

Para o MST no assentamento é uma contradição, o assentado vender a sua força de trabalho para o capital, mas ao mesmo tempo em que isso é banido do assentamento existem outras dificuldades que são os arrendamentos e vendas dos lotes. A entrevista Maria, nos diz que é se é proibido arrendar para a cana-de-açúcar a LDC também tem que ser responsável por tal arrendamento. Essa ação, segundo a entrevistada é importante, mas seria melhor em sua visão, que não existisse a Usina do grupo francês:

> *Olha o importante é que não existisse a usina, mas uma vez que tem a gente pra brigar contra latifundiário contra a burguesia que arrenda suas terras pra cana, brigar contra a prefeitura que tem todo um investimento de impostos que eles arrecadam e tudo né!? É complicado pra gente... Então o bom é que não existisse mesmo, porque não trás benefícios para a gente!*
> *Não comemos cana, não tomamos álcool! Pra que serve pra nós? Só pra poluir, contaminar e degredar o solo da região ainda...* (Maria em entrevista, 2015).

Aqui vemos claramente as disputas dos meios de desenvolvimento do campesinato e do agronegócio, disputas estas que estão a nível paradigmático. Desmistificando e/ou desconstruindo que somente o agronegócio pode suprir com as demandas alimentares a nível

Brasil e mundial, sendo assim uma das justificativas das empresas/grupos estrangeiros se territorializarem nos países.

Outras manifestações que ocorreram no município de Rio Brilhante contra as usinas do grupo LDC, foi no PA Margarida Alves, com a mobilização dos assentados para as questões que envolvem a estrada e do tráfego também dos caminhões. Mas, esta manifestação teve resultados melhores para o assentamento, pois eles ficaram proibidos mediante condenação do MST a passarem.

Segundo Lucio, o problema que culminou na manifestação em meados de 2013, ocorreu pela grande quantidade de poeira que era ocasionada pelo trafego dos caminhões: "*Vinha né e ai começou a subir a pueira, e vim uma grossura assim de pueira solta em riba daquela estrada, o povo tudo ficava com problema... vixi muita coisa. Porque eles anda do jeito que for e na seca eles não estão nem ai*".

Segundo o entrevistado, ele estava na casa do militante do MST Vander, residente no assentamento e sendo um dos mais impactados pela passagem, quando resolveram realizar a manifestação de forma espontânea, por meio do bloqueio:

> *Começaram a passar lá, dai o V. (assentado) lá com a casa dele bem encostadinho com a rua, tava ocupando com tanta pueira. Dai ele já pegou o Corcel dele e já jogou na frente da carreta assim, dai eu tava lá também, e já larguei junto lá também. Dai veio o seu M., seu M., Não! Eu estava com um trator lá, paremo dai lá. Já ligaram e já veio o chefe deles [da Usina] e já fizeram um acordo, da Louis Dreyfus. Ai eles já molharam lá e liberamos pra passar só aquelas [que estavam ali] ... Ficou era umas 10 da manhã até umas 4 da tarde parado (Lucio em entrevista, 2016).*

Não foi uma ação planejada essa manifestação mas, teve a participação de aproximadamente 10 pessoas, conforme fala de Lucio: "*Não! Foi na hora, foi uma coisa que tava ali, começou passar, passar um e foram passando e foram indo e daqui a pouco, não guentaram eram muita pueira demais"* (em entrevista, 2016). No caso dos caminhões que abastecem a usina – tranque de óleo – e os que levam os trabalhadores, não foram alvos desta manifestação e da outra ocorrida em meados de 2014 e 2015[38], devido aos limites de se conseguir atingir os objetivos.

[38] Os camponeses assentados não lembravam a data da manifestação.

Nesta última manifestação Felipe descontente com os danos causados com este tráfego pegou seu carro de boi e colocou na estrada juntamente com seu trator para impedir que o caminhão passasse. Com apoio de outros assentados, principalmente Vander e Felipe que contribuíram nas negociações.

Diante disso, iniciaram o processo de negociação com o caminhoneiro e com a LDC, como forma de estratégia deixaram liberar a carreta parada, mas ameaçaram queimar as próximas se eles continuassem passando. Essa liberação foi possível devido à conversa que o caminhoneiro teve com os assentados retirando duas julietas, em apoio à manifestação.

Assim que os caminhoneiros ficaram sabendo da manifestação, eles tomaram a providencia de realizar ligações para entrar em contato com a LDC:

> *Daí liga pra um fiscal deles que estar ali e dali já vai o comentário. Já foi lá pra Dourados, o cara de Dourados ligou, Campo Grande ligou e daí chegou uns três aqui, uma caminhonetona ali e encostou aqui e falou quem que é o Sr. Vander , quem que é o...eu falei sou eu, "não é que nós é da usina, nós precisava passar, nós precisava liberar por que não sei o que... por que que não pode passar?" Eu falei "rapaz não pode passar por causa que o cascalhamento está com...que nós está aqui nunca foi cascalhado essa rodovia nossa aqui. Nós temos três ônibus escolares que carregam nossos alunos na rodovia pra escola, que nós não temos escola aqui e daí não vai passar, acabar com nossa estrada". Ele falou, não mais é.... ele falou acho que é 30 dias de colheita e daí a proposta nossa é o seguinte, " eu mando encostar um rolo aqui no fundo da sua casa, uma patrola, caminhão, ele fez uma proposta de louco e daí se vocês não quiserem o motorista, o tratorista nosso arruma a rodovia vocês podem arrumar um tratorista pra trabalhar numa patrola, num rolo que nós paga, mas pra vocês deixar passar cana*" (Vander em entrevista, 2016).

Os manifestantes não aceitaram a proposta dos representantes da LDC, pois a decisão era o fim definitivo das passagens dos caminhões das unidades da LDC. Diante disso, os assentados ameaçaram de não deixar sair nenhuma carreta que entrasse no assentamento, então os representantes saíram e entraram em contato com Vander no outro dia da manifestação:

> *Quando foi no outro dia 6hs da manhã, eu tava tomando chimarrão chegou três caras de novo numa estradinha daquela de capim longado. Chegou, entrou lá no fundo e foi lá em casa. "Não Sr. Valdeci, nós conseguimos, nós vimos avisar ao senhor que pode*

> *deixar o povo tranquilo que não vai passar carreta, por que nós conseguimos a saída, negociar a saída. Eu falei "parabéns pra vocês, ao menos assim a gente fica sossegado"* (Vander em entrevista, 2016).

Posteriormente os caminhões da LDC, com cana-de-açúcar passaram a trafegar pela fazenda Capão Alto mesmo com a não aceitação do fazendeiro. Ou seja, até o proprietário das terras que a usina produz por meio do arrendamento, sabe e/ou reconhece que ela gera impactos negativos nas estradas.

Segundo os entrevistados, essas ações foram avisadas para os outros assentados participarem e ficarem cientes do que estavam acontecendo naquela parte do assentamento. Segundo Vander em entrevista: "*Claro que ainda acha algum que é contra".*

Observamos que o MST parte de dois posicionamentos para a sua análise sobre a entrada dos caminhões nos assentamentos PA São Judas e PA Margarida Alves: O primeiro desconsidera totalmente a renda da família do campesinato ser a partir do trabalho do agronegócio estrangeiro, mas permite a passagem do caminhão, mesmo realizando ações de resistências. E outro posicionamento que permite a entrada somente do caminhão que leva alimentação dos funcionários, mas impede a passagem dos caminhões que transportam a cana-de-açúcar. Esses diferentes tipos de posicionamentos, estão ligados às disputas pelo território imaterial no campo das ideias, e/ou pelo território material ocorrendo às disputas pelo direito ao tráfego e uma moradia dentro do assentamento. Essas ações refletem a conflitualidade do Movimento de acordo com a implementação do seu assentamento, pois nos interiores dos assentamentos ocorrem essas diferenciações e divergências.

Cruz (2008) aponta que os assentamentos rurais além das contradições de diferenciações políticas, também há divergências culturais significativas. Tem-se embates que vão resultar em diferentes formas de agir e/ou pensar, onde o conflito é à base dos assentamentos.

Compreendemos esses debates em nível do território imaterial, que segundo Bernardo Mançano Fernandes (2008; 2009), sustenta o território material. Essas diferenciações estão embasadas em diferentes formas de ver o mundo sua projeção. D'Aquino (2011) nos traz elementos para pensar estes tipos de relações, em alguns momentos conflituosos, ao conceber diferentes "estilos de vida" entre estes camponeses. Estes estilos de

vida são concebidos enquanto suas relações históricas e de aprendizado que refletem nas suas ações e projetos futuros.

Partindo deste pensamento de D'Aquino (2011), podemos compreender o caso de conflitualidade expressos nas duas associações do assentamento PA Margarida Alves, que ambas tem como projeto político os esportes para as crianças, jovens e adultos. Esta disputa interna entre as associações ocorre por relações individuais entre os membros coordenadores e presidentes das associações.

Em trabalho de campo ao assentamento fomos recebidos pelo coordenador da associação Lucio que em nenhum momento comentou da associação das mulheres a MUPE que significa Mulheres Unidas pelo Esporte que foi construída com o apoio popular dos assentados. Lucio não nos apresentou a fundo sua associação denominada Associação dos Pecuaristas de Rio Brilhante (AGRIB), que oferece ajuda aos assentados internamente nas questões da produção, comercialização dos produtos para o PAA e atualmente pelo futebol, principalmente para o público masculino ter um lazer, com a presença de outros assentados.

Identificamos que a associação AGRIB participa de processos da comercialização para o PAA, do leite no assentamento para um laticínio, em questão de armazenamento do leite por meio do resfriador coletivo e por meio de um campeonato de esporte de futebol. A MUPE trabalha estritamente com a promoção de atividades culturais dentro do assentamento.

Em reunião com o ex-prefeito Coelho, os assentados articulando em um nome para a associação utilizaram Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Margarida Alves, mas o então prefeito sugeriu "pensando alto" que seria melhor inserir pecuaristas. Segundo Lucio "*ele deu a ideia pra nois, ele meio que manipulou"* (em entrevista, 2016). Assim, ficou denominado Associação dos Pecuaristas de Rio Brilhante. Entendemos estes fatos como uma tentativa de desvincular com a luta pela terra e com a característica do camponês, colocando e/ou enquadrando-os como pecuaristas de Rio Brilhante.

Após identificarmos a conflitualidade entre as duas associações, questionamos as diferenças fundamentais entre as duas associações, Thais nos informou: "*A AGRIB mexe mais com plantação essas coisas né, mexe mais com a terra. A nossa não e esporte e lazer, cultura e desenvolvimento"* (Thais em entrevista, 2016).

Ocorreu uma tentativa de ligação entre as duas associações, mas não deu certo devido a desentendimentos de posicionamentos e financeiro[39]. Diante disso, as ações que vem sendo realizadas nos assentamentos como rodeios e atividades educativas, estão separadas em ambas as associações.

Em entrevista a presidente da MUPE, a assentada Thais, nos informou que depois da construção da associação no dia 19 de maio de 2014 que elas tiveram conhecimento desta parte esportiva da AGRIB e que toda construção da associação expressa na figura 42 foi por meio de luta das mulheres do assentamento com a participação dos homens.

Segundo a entrevistada:

> *A questão do esporte da AGRIB eu não entendi direito, eu nunca subi que a AGRIB havia esporte ai quando nós montamos a nossa associação, depois veio surgir essa história da AGRIB que tinha esporte dentro da AGRIB só que no entanto nós não sabíamos nós já tinha criado a nossa entendeu? Então essa da AGRIB é nova (Thais em entrevista, 2016).*

A partir deste conflito, a MUPE tomou frente nas ações e na materialização da questão do esporte e do lazer o assentamento PA Margarida Alves. Ou seja, com a participação de homens e mulheres em seu processo construtivo, com o objetivo de levar o esporte a todos os assentados, por meio do vôlei e do futebol e também de outras atividades educativas musicais, a associação conseguiu construir sua sede.

[39] A pedido da entrevistada, não poderemos aprofundar ou divulgar relatos sobre este desentendimento entre as duas associações. Diante disso, nossa escrita vem no sentido de mostrar esta diferenciação interna dentro do assentamento PA Margarida Alves.

Figura 42: Construção do prédio da MUPE



Fonte: MUPE

Inicialmente, segundo relatos de entrevista com Thais foi construído um campo e uma quadra de areia provisória para os jogos. Eles realizam festas para a arrecadação de fundos para a construção da área e com a ajuda do município eles estão conseguindo outros fundos para fortificação da associação no assentamento e da associação de Lucio, com foco na iluminação destes espaços por meio dos postos.

Segundo Thais, agora com esta associação o *"o assentamento tem lazer, ai o projeto para aquela área lá é construir uma academia ao ar livre, parque para as crianças, nós ganhamos uma quadra para esporte entendeu?"* (Thais em entrevista, 2016). A questão do lazer pode ser observada na figura 43.

Figura 43: Lazer no assentamento



Fonte: MUPE

Identificamos que esta diferença/conflito interno está relacionada a cada sujeito e sua forma de viver. Segundo D' Aquino (2007) cada sujeito tem um conjunto de experiências e projetos de vida coletiva em comum que entram em conflito, devido a históricos de vida camponesa mais consolidada que o outro, trajetória de vida urbana mais ou menos consolidada, assimilando diferentes concepções e vínculos no interior dos assentamentos.

No assentamento PA Silvio Rodrigues também observamos essas diferenças internas por meio do tratamento das duas associações[40], uma com mais abertura boa relação com o MST e outra mais fechada, não permitindo muitos trabalhos. Pois, neste assentamento não existem associações criadas pelo Movimento. Quando questionado sobre as associações, Celso nos informa:

> *Uma é a Sociaterra, né, e a outra é a Adecobril [Associação De Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Silvio Rodrigues - 13 de Abril], né. Por que se cria associações com visões diferentes. Uma, especificamente, resolveu os problemas do assentamento dentro de uma lógica, ou só econômica, né, e a outra se cria com uma lógica política, né,*

[40] Mesmo com as idas a campo não conseguimos conhecer as associações.

> *organizativa, também visando a questão da produção, né, a questão das lutas nos movimentos sociais, a luta da categoria e tal, né. E aqui foi bem típico, né, uma criou a associação exclusivamente com uma visão econômica e que nunca conseguiu resolver os problemas do assentamento e a outra foi criada mais com essa visão política, de organizar o assentamento, de buscar fazer luta para conquistar as coisas e não ela tentar especificamente resolver o problema. Por que se não fizer uma luta política, você não tem... Tem que ter luta política para conseguir as coisas, se não... A gente achando que a associação vai fazer o papel do poder público, não faz. Você organizar as pessoas hoje para resolver o seu problema produtivo, como se fosse uma ilha, não resolve. Depende de política pública, depende de uma série de fatores aí, que contribuem para...* (Celso em entrevista, 2015).

Na fala de Celso, podemos observar abertamente o papel político que as duas associações comportam no assentamento, partindo de diferentes objetivos. E também, o papel da coletividade dentro dos assentamentos, pois é por meio dela que os projetos são construídos e as resistências são formadas. Resistências estas que podem ser paradigmáticas, por meio de um processo educativo, que foi visto no PA São Judas.

E educação do campo vem como uma proposta de educação que parta da realidade do campo, como o modo de vida e a identidade camponesa no território. Assim, esta educação pode ser considerada como um instrumento de luta, modificando as estruturas das escolas tradicionais, na educação. Nas palavras de Caldart e Schwaab (1991), a educação "passa a ser considerada como uma dimensão fundamental da luta" (p. 96).

Esta luta envolve todos os aspectos do território, seja luta pela terra, por sua permanência, como se vê os aspectos naturais e ambientais das mesmas. Assim, o grande desafio dos educadores é aliar as questões da realidade cotidiana dos sujeitos, no caso deste trabalho, no assentamento com os impactos que o agronegócio os trás. Pois, as lógicas de ver o rural são distintas, bem como o seu significado com a terra:

> A **Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista** que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. **Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com Agricultura Camponesa, com agroecologia popular.** E é este, pois, o debate político que nos interessa fazer: como combater o latifúndio e a agricultura centrada no negócio; e como fortalecer um modelo popular de agricultura, identificando as características da produção camponesa que devem ser preservadas, e também as que devem ser transformadas na perspectiva

> de um outro projeto de desenvolvimento (CALDART, 2004, p. 06 - grifo nosso).

Camacho (2014) também tem a concepção que a Educação do Campo é um instrumento de luta dos movimentos socioterritoriais, que ao se territorializar também desterritorializa o agronegócio:

> Partindo do princípio de que a territorialização camponesa busca a destruição dos territórios do agronegócio, logo, o projeto de Educação do Campo é um projeto de luta de classes. Da classe camponesa contra a classe dos empresários do agronegócio. Esta é uma característica fundamental que vai definir (CAMACHO, 2014, p. 342).

Neste caso, podemos citar os projetos sociais que o grupo LDC aplica na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas, contrapondo todos os ideários do MST em relação a terra, meio ambiente, cidadania etc., bem como com a educação que foge da lógica tradicional, que a escola tenta abarcar.

A LDC aplicou dois programas na escola do assentamento, que segundo entrevistas com as educadoras, elas têm que "aceitar", pois parte de uma ação do Estado com parceria com o grupo estrangeiro. Esses projetos foram o "Campo Limpo" e a "Liga da Paz", sendo o primeiro o único vigente atualmente. Segundo a militante, assentada e educadora da escola Maria:

> *Mas porque sou contra, porque eles têm que prestar serviços de forma... Humanitária! Pra sociedade para não pagar os impostos, aquele discurso! Que ta fazendo alguma coisa... Em prol da sociedade mas, ai vem com as políticas deles! Nós temos que acabar aceitando, entre aspas, todo o discurso. Ai, quando eles vão embora eles destroem tudo!* (Maria em entrevista, 2015).

Questionamos a educadora Vanessa sobre a importância destes projetos para a escola do assentamento e sua resposta foi: *"Não tem importância, sabemos que as usinas apresentam esses projetos como ação social, são obrigados a apresentar projetos que amenizam a degradação da natureza"* (em entrevista, 2015).

Assim, ocorre uma desconstrução dos ideários passados pela usina. Desta forma, temos duas maneiras de ver a educação e os projetos sociais implementados pelo grupo LDC.

Em primeiro lugar, temos a concepção que os assentados procuram ensinar para seus educando, concepções estas que evolvem a terra não como mercadoria, mas como fruto de vida; o meio ambiente, não como puramente extração de valores, mas como sendo parte integrante do mesmo etc. Já os ideários do Grupo LDC vê o meio ambiente, com o discurso da sustentabilidade, da sua preservação diminuindo ao máximo seus impactos. Mas, como mostrado em entrevistas, a LDC no município de Rio Brilhante vem marginalizando essas ações de recuperação do meio ambiente.

Maria nos informa que de acordo com os ideários do Grupo LDC, os projetos que são implementados estão voltados para o agronegócio e como este vê a realidade agrária, diferentemente da proposta educativa da escola:

> *Porque a gente não vai trabalha com a usina, não queremos que o jovem saia do campo pra ir trabalhar na usina, então porque eles precisavam aprender sobre a usina se eles precisam aprender sobre a terra?*
> *Se eles aprenderem sobre a terra não precisa aprender sobre a usina, eles já vão saber os impactos que vão causar a usina. Era mais sobre química, a composição do açúcar, os benefícios... De onde vem, pra nós não é vantajoso, pra nós o interessante é o açúcar mascavo, o orgânico! Ai, no entanto a gente tem que engolir os projetos!* (Maria em entrevista, 2015).

Assim, os educadores não querem ter relação nenhuma com as ideias proposta pela LDC, que só tendem a transformar os educandos para o trabalho subordinado ao capital estrangeiro, com relações diferentes sobre a terra e de sua produção. Que para eles deve ser feita diferente da lógica proposta pela agricultura capitalista, partindo de uma agroecologia e produção orgânica, sem destruir o meio ambiente com os agrotóxicos, em que a natureza é parte deste processo.

Sobre o projeto Liga da Paz, a militante e educadora Maria fala que ele: "*é um projeto para primeiro e segundo ano, que é um projeto que vem cartilha*[41]*, tudo... Tem jogos, atividades que vem, palestras para o ensino médio... Que a gente é contra!"* (Maria em entrevista, 2015).

Este projeto incorporava as discussões sobre o meio ambiente, ou seja, discursos que mostram que a natureza dele ser preservada, não poluída e destruída com nossas ações etc.

[41] Não foi possível, realizar uma análise sobre as cartilhas e documentos que a LDC produz, pois os educadores da escola os descartaram, devido ao não uso.

Segundo a militante: *"Eles destroem, poluem, desertam tudo e depois vem com a política que tem que cuidar da natureza!*" (Maria em entrevista, 2015). Mostrando, assim a contradição do discurso que a LDC, passa para a sociedade e para o assentamento que é impactado com os venenos de suas lavouras, com a mosca que é utilizada para o controle de pragas entre outras.

O único projeto vigente no assentamento é o Campo Limpo, que o representante da usina, vem na escola uma vez por ano, dar palestras para as crianças, dando prêmios de melhores desenhos, melhor redação sobre o tema. Maria mostra a contradição nas ações das usinas:

> *Ai outro é o Campo Limpo, que recolhe as embalagens vazias de agrotóxico da natureza, mas, eles podem jogar o veneno!* ***Então... eles falam e depois tem que desconstruir tudo isso depois.*** *É complicado né!? Pode usar o veneno, mas não pode jogar a embalagem?*
> ***É uma briga muito árdua, mas a gente tem que desconstruir quando eles vão embora****. Então eles vêm dão a palestra deles e* ***quando eles saem a gente tem que volta todo o tema de novo e por as crianças para pensar****!* (Maria em entrevista, 2016 – Grifo nosso).

Ao receber estes projetos as educadoras do MST têm que desmistificar ou como elas mesmas dizem *desconstruir* tais ideias passadas pelo grupo LDC. Essa forma de resistência é importante, pois o que está em disputa são os territórios imateriais e os paradigmas que permeiam a análise do campo brasileiro, bem como a sua educação.

Para isso a escola e seus educadores têm feito ações - projetos relacionados ao meio ambiente com reciclagem (figura 44), bem como a produção de hortas (figura 45). Mostrando outra forma de ver o campo, além do que a empresa propõem nas questões ambientais, excluindo os impactos do agronegócio em suas análises.

Figura 44: Projeto de utilização de materiais recicláveis.



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Figura 45: Horta da escola do PA São Judas



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

A horta da escola ajuda os educando a ter responsabilidade com o meio em que vive e entender que a terra não é mercadoria e sim, um lugar de produção e vida. Assim, a resistência produtiva frente ao avanço do agronegócio e da agricultura capitalista, se faz nos três assentamentos estudados, em que o processo educativo na escola é um elemento importante para continuar e consolidar este instrumento de luta, que se liga com as trajetórias de vida desses camponeses.

Segundo Rosemeire Almeida (2003), a "territorialização camponesa se dá via a criação e recriação de formas de produção que possam garantir a continuidade do grupo familiar, mesmo que isso signifique sair de um assentamento e ir para outro" (p. 348). Desta forma, compreender a trajetória de uma família camponesa é tomar conhecimento de todo processo de construção de seus meios de produção e reprodução na vida no campo; é conhecer o desenvolvimento das técnicas de manejo, plantio e administração de uma propriedade rural, pois suas habilidades com a terra são resultados cumulativos de experiências de vida, muitas vezes repassadas de gerações e aperfeiçoadas diante das necessidades que a vida rural lhes impõe.

O assentamento tem se constituído um importante lugar onde se dá o processo de (re)construção do território camponês e que a existência do camponês que está assentado não nega a lógica do capital, mas o mesmo encontra formas/alternativas a situação existente (MARQUES, 2008). Estabelecendo uma relação teórica com a constituição da família, trazemos o conceito trabalhado por Woortmann de *family farm*, em que a extensão familiar é vista como continuidade geracional de relações camponesas.

Segundo a autora:

> Os recém-casados são fundamentais porque promovem a continuidade da identificação da família com a terra; promovem também os filhos, vistos ao mesmo tempo como força de trabalho e como herdeiros. (WOORTMAN, p31, 1995).

O trabalho feminino, antes particionado e restrito as atividades domésticas devido à divisão sexual do trabalho, tinha suas atividades domésticas consideradas como forças marginais, porém estas são sobrepostas pela complementação do trabalho nas demais tarefas do lote, assim como as decisões econômicas da família (idem). Ainda dialogando com o autor,

no sentido do pensamento de que estas atividades domésticas seriam não produtivas, para ela "se estas não são 'produtivas' são seguramente reprodutivas, isto é, centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho" (WOORTMANN, 1995, p. 35).

A análise da organização da produção no lote, parte do conceito de ecossistema cultivado, em que cada parcela do lote é explorada de uma maneira que contribui para a satisfação das necessidades da produção, animais domésticos e dos homens (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A este exemplo temos no assentamento PA Margarida Alves, os lotes de Leandro e José, respectivamente genro e sogro, que a partir de sua produção coletiva na piscicultura em seus lotes que são vizinhos, conseguem se reproduzir enquanto camponês. Bem como, na produção coletiva de arroz dentro do assentamento. Também temos neste assentamento a produção de leite, com o resfriador coletivo.

Segundo Leandro, a sua produção é organizada em seu lote de acordo com suas culturas: mandioca, gado, leite, peixe, horta etc. dividindo-os para ajudar no crescimento das outras culturas, como por exemplo, no cultivo do milho com a soja. Vale destacar, que a produção do milho ocorre pela semente crioula, sendo um componente que os ajuda a ter maior produtividade, em relação às sementes modificadas e comercializadas:

> *Assim, a produção as vezes, se você comprar uma semente lá na loja, ela pode produzir um pouquinho mais, vamos supor ai, 120 sacas, 130 por hectare, 140, esse crioulo vai produzir entorno ai de 100 , 90 por hectare. Então compensa plantar o crioulo mesmo. Ai você tem a sua semente, ai você pode plantar duas sementes por ano e sempre manter a semente* (Leandro em entrevista, 2016).

As sementes crioulas são vistas como forma de resistência do campesinato frente ao monopólio das sementes, estas que são modificadas geneticamente, principalmente com o milho e soja. Saravalle (2010) aponta a necessidade de repensarmos sobre as sementes corporativas (modificadas ou hibridas) e introduzirmos as sementes crioulas, juntamente com a agroecologia como forma de resistência do campesinato, frente ao debate sobre a soberania alimentar.

Segundo o autor com a introdução das sementes corporativas no cenário nacional, com grande influência da revolução verde, permitiu uma maior a territorialização do capital

no campo, bem como da sua expansão produtiva gerando vários impactos na produção camponesa.

Em relação aos tanques de peixes que Leandro e José abriram nos seus lotes (figura 46), só foram possíveis com a utilização de recursos próprios, sendo comercializados e consumidos também pelas famílias: "*Os peixes que a gente produz aqui, é vendido mesmo já de porta em porta, porque a gente não produz muitão, então o pessoal vem buscar"* (Leandro em entrevista, 2016).

Figura 46: Tanques de peixes



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Os tanques abertos têm em média um metro e meio de profundidade e eles alimentam os peixes com milho, soja, mandioca, abacate, goiaba etc. porque o preço da ração é alto para poder comprar e alimentar somente com isso. Assim, eles colocam cinco quilos de ração por dia mais as frutas retiradas dentro dos próprios lotes.

A figura 47 apresenta a produção de mandioca que vai originar alimento para os peixes e para a família, sendo comercializada diretamente com os mercados, pois segundo

José, ele não entrega mais esse produto para o PAA, devido à baixa do preço em relação a outros mercados.

Figura 47: Mandioca plantada



Fonte: BUSCIOLI, L. D., 2016.

Os entrevistados realizarão no futuro a produção de sementes dentro dos seus lotes, barateando o custeio e aumentando a produção. Os elementos que eles farão essa ração serão: "*... milho, mandioca, soja tudo do lote, isso dai a gente sabe que produz."* (Leandro em entrevista, 2016).

Outro elemento que cabe ser destacado em a relação com a natureza, é nesta outra fala de Leandro com concordância de seu sogro José:

> *Pode notar aqui, onde tá o peixe a água é mais escura, né. Ai o que acontece onde a agua é clara o sol atinge eles, então a natureza a trabaia de uma maneira que protege o peixe, sem precisar fazer nada e a água ta escura então quer dizer que o sol não vai atacar eles vai proteger mais né* (Leandro em entrevista, 2016).

Assim, a natureza é vista como parte integrante do campesinato, a partir dela ou por sua integração, é possível se reproduzir e produzir sem sua destruição ou sua degradação total. Maria em entrevista no ano de 2015 apontou que a terra é tudo o que os camponeses querem, ela é vida, a essência do campesinato em que *"a gente tem que cuidar o máximo dela! Porque nós somos ela, nós vamos voltar pra ela, pra terra!".*

Estes elementos são importantes para compreendermos as resistências produtivas e a necessidade de pensarmos nos mercados camponeses, frente ao mercado capitalista que vem avançando em áreas camponesas como o exemplo anterior, da indústria de laticínio. Este último mercado, é considerado por muitos autores como hegemônico, pois sobrevive a mais de seis séculos, tendo como base a exploração. Assim, ocorre uma concentração e centralização do capital. Em que, para o mercado a diferenciação de produtos torna-se importante elemento para sua manutenção e rentabilidade. A internacionalização do mercado capitalista, principalmente com a produção de *commodities* afeta o campesinato, destruindo em parte suas possibilidades de resistência existentes ao longo dos séculos. Para a reprodução desse mercado, o camponês é parte integrante e subordinado.

Neste tipo de mercado tudo pode tornar-se mercadoria, sendo necessária a propriedade privada e a divisão social do trabalho para isso. Ou seja, a lógica capitalista de mercado é a mercadoria. A lógica camponesa de um mercado é o trabalho, para o campesinato a sua produção não é vista como mercadoria, pois, em princípio, ela é para subsistência e seu excedente é vendido, transformando-se em mercadoria. Com a renda que se consegue dos produtos, o camponês investe na manutenção do seu lote/terra, tornando possível sua reprodução:

> Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e **não o lucro médio**.
> No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra em consumo direto do produtor, do camponês como meio de **subsistência imediata**, e a outra parte, **o excedente**, sob forma de **mercadoria**, é comercializada (OLIVEIRA, 1986, p. 68 – Grifo nosso).

A principal evidencia no sistema agrícola do campesinato é a diversidade de cultura e a predominância do trabalho familiar (FERNANDES; B., WELCH, 2008). Essa diversificação de culturas (produtos com melhores qualidades) vem de frente com a produção

de *commodities.* Mesmo assim, é evidente a subalternidade do camponês ao capital (logo ao mercado capitalista), que em alguns casos vende a sua força de trabalho para permanecer no seu lote. Sua única condição de existência no capitalismo é através dessa subalternidade, mesmo ele ainda controle o seu processo de trabalho no lote.

Assim, o poder de decisão dentro do mercado capitalista para o campesinato ocorre de forma precária e quando ocorre, a subordinação é o principal elemento para compreendermos essa situação. A integração do campesinato é vista como solução, criando políticas para essa integração, subordinando-o ao mercado. Sem pensar em alternativas de resistências a esse processo, ou seja, em novas formas de produção e comercialização.

Mesmo diante desses fatos, o camponês é um sujeito importante para a agricultura nos países capitalistas, pois o capital cria e recria essas relações não capitalistas. Confrontando com o sistema agrícola do campesinato, temos o sistema agrícola do agronegócio, onde o campesinato pode se reproduzir nesse sistema, mas dentro dos limites próprios da escala de produção e propriedade assim, subalterno.

Como afirma Oliveira (1986):

> Essa contradição: contribuição-destruição é mais bem compreendida quando a análise considera que o **campesinato não é parte integrante do agronegócio.** Ele é subalterno a esse modelo de desenvolvimento pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital. Mesmo assim, sua **persistência é um fato histórico** impossível de negar (OLIVEIRA, 1986, p. 67 – Grifo nosso).

Neste sentido, a agricultura capitalista vincula-se com esse mercado em todas as escalas principalmente a internacional, logo está dependente do preço externo. Já a agricultura camponesa, principalmente na produção dos assentados, é marginal ao mercado, com um mínimo de inserção, comercializando em circuitos curtos com feiras e espaços de resistências.

Podemos ilustrar como um espaço de resistência às feiras, configuradas como mercados camponeses. A Feira da Reforma Agrária, por exemplo, ocorre em vários estados brasileiros, em diversas edições, onde os acampados e assentados podem comercializar seus alimentos (verduras, legumes, frutas, grãos etc.), doces (doces de frutas, derivados de leite etc.) e seus artesanatos produzidos, bem como animais como aves.

Sobre as feiras de reforma agrária realizada pelo MST, Débora Nunes da coordenação nacional do Movimento, em entrevista a Marinho e Soriano (2014), afirma que "Essas feiras é a desvelada e real demonstração da necessidade de um modelo de agricultura que não esteja preocupado com o lucro, a especulação e a destruição dos bens da natureza".

Neste sentido, pensarmos no mercado camponês é pensarmos também em estratégias e espaços de resistências, de formas organizativas de trabalho como as cooperativas nos assentamentos criadas pelos camponeses, que fogem a lógica de exploração do trabalho imposta pelo mercado capitalista e que produz também para a venda direta a seus consumidores.

O campesinato precisa de uma maior articulação dentro dos movimentos socioterritoriais, para avançar no debate sobre um mercado camponês consolidado. Visto que, o mesmo produz de forma diversificada e produtos de melhores qualidades, se comparado com a produção de *commodities* por meio do mercado capitalista. Tentando superar essa subordinação e integração ao mercado capitalista.

No caso da área de estudo presenciamos a comercialização dos produtos cultivamos pelos camponeses nos três assentamentos, nas Feiras de Maracajú (figura 48) e de Rio Brilhante (figura 49). Elas deixam em evidência a produção dos assentados de reforma agrária, onde a população pode comprar os produtos de qualidade, com uma relação direta do produtor e do consumidor. Assim, trocam-se experiências entre produtores e consumidores, amizades são feitas, configurando em espaços de socialização fortalecendo a luta pela reforma agrária e o mercado camponês no país.

Figura 48: Feira do município de Maracajú



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Figura 49: Feira do município de Rio Brilhante



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Celso em entrevista aponta que as feiras tem se tornado uma alternativa de comercialização dos produtos dos assentados além do PAA, o excedente é vendido principalmente nas feiras, em mercados, pequenas vendas, frutarias entre outras. No caso do excedente da produção ser comercializados nas feiras, Santos (2015) afirma que:

> Esse é o primeiro elemento que reforça a ideia de que os produtos vendidos na feira são ofertados por camponeses, que reafirmam o espaço da feira como espaço de valorização do campesinato, não somente pelo aspecto econômico, mas também pelo aspecto sociocultural (SANTOS W., 2015b, p. 2323).

As feiras tornam-se uma forma de resistências frente aos mercados impostos pelo capitalismo, tendo a venda direta da sua produção ao consumidor, ou seja, a figura do atravessador desaparece viabilizando assim, um maior preço dos seus alimentos e consequentemente maior renda. Bem como uma resistência nas questões do trabalho em relação para o trabalho do agronegócio, que dificulta a sua reprodução enquanto camponês.

O entrevistado Celso aponta a problemática da produção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas, devido à falta de demanda, assim, os assentados dos três territórios camponeses estudados produzem para o PAA, mesmo não sendo suficiente para a demanda dos produtores:

> *Ele não é suficiente por que ele limita a até 8 mil reais. Agora, se as famílias quisessem se incluir no PNAE, por exemplo, que é o programa da merenda escolar... E o problema também é que a demanda do município, não é tão grande assim, que possibilite abrir para todo mundo participar, para entregar para o PNAE, por que o PNAE, ele limita, ele está limitado à quantidade de consumo das escolas. Agora o PAA, ele não limita a produção, mas ele está limitado a um valor, que é os 8 mil reais. Então isso acaba dificultando para quem quiser se resumir ao PAA e o PNAE. Agora para aqueles que quiserem produzir para outros mercados, a demanda é enorme. Os mercados inclusive abrem as portas para quem quiser ter produção regular, com qualidade, os supermercados fazem questão de pegar do município. Nós da Prefeitura até se prontificamos a, aquela família que quiser ter uma produção regular, para entregar no mercado, nós contribuímos com o transporte dessa produção.* (Celso em entrevista, 2015).

A comercialização na feira de Rio Brilhante é uma importante fonte de renda para os assentados, que levam sua produção ou de outros assentados para serem comercializadas. A prefeitura, por meio da Secretaria de Agricultura dá um suporte de infraestrutura da feira, por meio de espaços das barracas, logística da produção, dando um caminhão para os camponeses levarem a sua produção passando às cinco da manhã e voltarem para o assentamento.

Esta feira funciona de sábado a partir do meio dia até domingo ao meio dia recebendo os compradores de toda a cidade tanto da área rural como urbana. Segundo Celso que também trabalha na prefeitura, eles estão estudando a possibilidade de realizar a feira na quarta-feira, que atende outras comercializações além dos produtos dos camponeses:

> *É, é uma feira que com o tempo ela... Tem a praça de alimentação também, para as pessoas que querem produzir um pastel, alguma coisa, então ela é bem... Não é específica de agricultura familiar. Até por que, se a gente se resumir a isso, o público que vai lá comprar um produto de agricultura familiar, pode fazer também um lanche e aí o cara que vai fazer um lanche pode também ir lá e comprar um produto de agricultura familiar. Então tem várias opções* (Celso em entrevista, 2015).

Em relação à feira de Maracajú, ela funciona nos sábados de madrugada e tem um público diferente da feira de Rio Brilhante, pois são trabalhadores que vão antes do horário de entrada de seus serviços para comprarem seus alimentos. Deste modo, logo no início da manhã, por volta das nove horas, à feira está na fase final, com a maioria de seus produtos vendidos.

Por meio de nossos trabalhos de campo, entrevistamos alguns assentados do PA São Judas e PA Silvio Rodrigues que comercializam sua produção na feira de Rio Brilhante e assentados do PA Margarida Alves comercializam seus produtos na feira de Maracajú. Todos os assentados entrevistados têm as feiras como rendas expressivas em seus lotes, uma alternativa financeira para poderem permanecer no campo.

João e Helena são assentados do PA São Judas e os produtos que eles comercializam são excedentes em seu lote, pois tudo o que eles produzem é comercializado na feira de Rio Brilhante. Ele ficou seis anos acampados em Nova Alvorada, até serem assentados por meio da compra ilegal de um lote, fator que dificulta para a sua entrada em programas como o PAA e o PNAE.

Segundo Helena no início da sua ida ao assentamento, não pensou nessa possibilidade de comercializar em feiras:

> *Não, eu só imaginava que ia tirar leite para vender, umas coisas assim, não imaginava que ia surgir essa feira e essa feira é um projeto da Prefeitura e a Prefeitura ajuda muito a gente por que vai buscar e vai levar. Isso daí eles ajudam, né...* (Helena em entrevista, 2015).

Sua produção na barraca é de verduras (alface e couve) e legumes, mamão, pimenta, ovos, leite e queijo, bem como produzem pão, doce, bolacha e bolo com o leite retirado do lote. Sobre o leite: *"está saindo muito leite por que as vacas estão criando, né! Então aumento o leite. Nós trazemos 40, 50 litros de leite todo sábado..."* (João em entrevista, 2015).

A figura 50 mostra a produção na barraca de João e Helena na feira de Rio Brilhante, onde parte de sua produção realizada no lote é comercializada nesta feira e outra é consumida.

Figura 50: Barraca de João e Helena



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Eles passam os dois dias na feira, dormindo em condições precárias no meio de sua barraca. Segundo eles, antes a prefeitura oferecia um alojamento perto da feira, mas esse convênio foi cortado e os assentados não têm onde ficar, senão nas suas próprias barracas: *Nós dormia ali na Paróquia da Igreja Católica, tinha um lugar onde nós dormia, mas depois veio esse supermercado Dever aí fomos obrigados a sair de lá e agora nós dorme aqui no barraco, não tem lugar onde dormir* (João em entrevista, 2015).

Segundo o entrevistado: "*Domingo nós vamos embora 11 horas, ficamos vendendo aqui até 11 horas, aí vamos embora. Não tem como ficar a semana inteira por que olha como é isso aqui, não tem jeito. Aqui é coberto por que mandei fazer...*" (João em entrevista, 2015). Desta forma, com seus recursos particulares eles investiram em sua barraca, colocando um teto para não ficar apenas na lona, principalmente em dias de chuva. Um destes recursos é a aposentadoria de João, que ele investe em seu lote.

Quando questionado sobre a vinda das usinas de cana-de-açúcar da LDC em meados de 2008, Helena nos informou que ocorreram mudanças significativas na venda dos seus

produtos, com o aumento: "*É vem mais gente na feira, né! O pessoal que trabalha aqui sempre vem comprar...*" (em entrevista, 2015).

Guimarães e Mesquita (2009) afirmam a partir de um estudo feito na feira camponesa de Catalão, que as feiras constituem na construção de um espaço para a prática do vender, comprar e socializar. Esta socialização faz-se por meio da construção de laços de amizades, como podemos evidenciar na fala de João: "*Faz amizade e conhece gente diferente todo dia e aqui é uma distração pra gente, é muito bom isso aqui...*" (em entrevista, 2015).

O assentado André do PA Silvio Rodrigues também produz para a feira de Rio Brilhante e segundo relatos ele optou pela feira devido à burocracia que os programas assistencialistas impõem para os assentados comercializarem seus produtos. Assim, ele vê como vantagem fiscalização ineficiente dos órgãos na feira:

> *Por que aqui não tem burocracia. Tudo que você trouxer e o município te ajudar...por que aqui tem coisa como esse aqui mesmo, isso aqui se depender da defesa sanitária não pode vender aqui, o leite (in) naturo...isso aqui é por que o município segura as pontas, se não, não podia vender de jeito nenhum. O queijo que nós temos aqui teria que ter tick da defesa sanitária e tudo...não poderia ser assim. Isso aí tudo tem que ser segurado pelo município. O fiscal da Prefeitura não vem nem aqui, se for pra ele vir aqui fiscalizar nós temos que parar com isso aqui.* (André em entrevista, 2015).

Quando questionado sobre a vigilância ele nos informou que para comercializar o leite, por exemplo, ele deve ir separando as amostras para serem passadas pela prefeitura, ou mesmo na comercialização dos seus frangos, mostrando que ele não tem condições de ter um abatedouro em seu lote como é exigência, bem como para a comercialização do porco. Deste modo, sua venda é realizada de forma ilegal, pois o mesmo não consegue obter ajuda da prefeitura e do governo por meio do INCRA para ele poder criar infraestruturas em seu lote para legalizar a sua situação. Situação estas que é a realidade de muitos camponeses nas feiras pelo Brasil.

O assentado produz os alimentos que são consumidos em seu lote, buscando conforme o aumento das vendas, aumentar a sua produção: *"... por que na feira se eu plantar quiabo eu vendo, se eu plantar abobrinha verde eu vendo, se ela tiver madura eu vendo,*

milho verde eu vendo, eu vendo a pamonha, sem contar nos outros produtos que o milho dar" (André em entrevista, 2015).

A estas palavras podemos relacionar com a afirmação de Lopes (2012), analisando as feiras de reforma agrária em Andradina e Castilho no estado de São Paulo:

> A realização deste tipo de iniciativa tem trazido algumas mudanças na vida dos assentados que participam desta atividade, além do aspecto econômico, como o aumento da renda familiar. **Muitos relatam que há um constante acréscimo nas vendas e que isto tem aumentado a quantidade de mercadorias a serem produzidas** (LOPES, 2012, p. 101 – Grifo nosso).

Assim, com uma maior produção tem-se consequentemente uma renda maior para seu lote. Em média ele tem uma renda de 600 reais por semana, principalmente no começo do mês onde os trabalhadores rurais e urbanos recebem seus respectivos salários. Essa renda é tirada da produção de aproximadamente 20 produtos como hortaliças (couve e alface), mandioca, milho, feijão (de corda), pimenta, abóbora, milho verde etc. Bem como com a produção do frango que ele compra de outro assentado, para poder comercializar o maior número de galinhas e também o leite que ele compra quando a feira tem bastante compradores. A figura 51 mostra o barraco de André com as suas respectivas produções – hortaliças, legumes, pimentas entre outras.

Figura 51: Comercialização dos produtos na Feira de Rio Brilhante – assentado André



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

No caso da feira de Maracajú entrevistamos Thais e Claro assentados do PA Margarida Alves, além disso, ela é presidente da associação de esporte MUPE que já foi apresentada. Uns dos maiores argumentos para a comercialização dos seus produtos na feira de Maracajú expressa na figura 52, são a facilidade no transporte devido à localização de seus lotes e também, por seu uma feira mais aberta à produção dos assentados, sem ter uma burocracia como a feira de Rio Brilhante.

Figura 52: Comercialização dos produtos de Thais e Claro



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Além, dessa comercialização eles também contribuem vendendo os doces que uma amiga Teresa que também é assentada faz, sem retirar nenhuma porcentagem dos preços desses produtos, que podemos observar na figura 53.

Figura 53: Doces comercializados na Feira de Maracajú



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Sua reprodução está ligada também com o mercado camponês, criando estratégias e espaços de resistências como as feiras e formas organizativas como cooperativas. A exemplo, temos a Feira da Reforma Agrária que ocorre na maioria dos estados brasileiros, tendo os movimentos socioterritoriais como protagonistas. Onde os alimentos produzidos pelos camponeses, são comercializados diretamente com os consumidores, sem a figura do atravessador que compra seus produtos a um preço e vende com um valor superior, obtendo lucro.

Elas deixam em evidência a produção dos acampados e principalmente dos assentados de reforma agrária, onde a população pode comprar os produtos de qualidade, com uma relação direta do produtor e do consumidor. Assim, trocam-se experiências entre produtores e consumidores, amizades são feitas, configurando em espaços de socialização fortalecendo a luta pela reforma agrária e o mercado camponês no país.

Umas das formas de resistências que podemos colocar para o mercado camponês, além das feiras, são as cooperativas/associações dos assentados de reforma agrária que permitem a inserção de programas como o PAA e o PNAE. Com articulação e gestão dos

camponeses, buscando superar essa subordinação e integração do seu trabalho e produção ao capital e ao seu mercado.

Segundo Rosemeire Almeida (2003) a cooperação agrícola e a divisão de tarefas entre os camponeses são importantes para romper com o individualismo desses sujeitos e de aumentar o grau de consciência social deles. Para o MST (1993) este é um dos pontos para a possibilidade de criação e consolidação das cooperativas agrícolas nos assentamentos rurais, ou seja, as condições subjetivas que estão relacionadas ao estilo de vida dos camponeses, integração social, nível cultural e de conhecimento técnico para o trabalho, a identidade de classe etc.

A estas palavras também podemos correlacionar com Silva, A. (2011) ao afirmar que as cooperações é um importante instrumento pedagógico para a construção do ser social dentro do MST:

> No grupo coletivo são seguidas algumas normas definidas pelo MST, como forma de organização do assentamento, visando à potencialidade dos produtos a fim de que estes sejam comercializados no mercado, concorrendo com outros produtos. Em relação a essa comercialização e geração de renda que é obtida através do trabalho em cooperativa ... (SILVA, A., 2011, p. 57).

As cooperativas contribuem para o aumento de renda do camponês, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos seja a nível econômico como para a contribuição da sua permanência no lote. Pois essas cooperativas promovem a inserção de créditos, a possibilidade de aumentar suas plantações com a entrada de programas como o PAA que permite a entrega de uma gama de verduras, frutas, leite etc., fazendo com que o camponês produza culturas que antes não produzia em seu lote, melhorando também a qualidade da alimentação desses sujeitos.

A esta discussão podemos correlacionar com Fabrini (2002):

> Os camponeses desenvolvem um conjunto de atividades e lutas para garantir a sua existência e permanência na terra. As ações coletivas e comunitárias são algumas das atividades desenvolvidas pelos camponeses nos assentamentos rurais que garante a sua existência (FABRINI, 2002, p. 71).

Essa garantia de existência tem como essência a não acumulação capitalista, segundo Fabrini (1996) a escolha da participação do camponês assentado nas cooperativas tem ligação direta com um amadurecimento nas questões políticas desse sujeito.

Para o MST (1993) a cooperação agrícola é uma forma do camponês melhorar seu modo de vida e sua produção, "é o jeito juntar ou somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de bois, comprar máquinas. E até chegar ao ponto de ter a terra em conjunto" (p. 8).

Correlacionando com Fabrini (1996):

> A Cooperação Agrícola nos Assentamentos é uma forma de somar esforços de cada assentado para produzir, adquirir máquinas, ferramentas, insumos e em conjunto, utilizar coletivamente a terra para aumentar a produtividade do trabalho e o volume e produção negociado (FABRINI, 1996, p. 88).

Para o MST (1993) existem várias formas de cooperação agrícola nos assentamentos rurais como o trabalho coletivo por meio de mutirão com a finalidade de melhorar algumas infraestruturas no assentamento; associações de compras de máquinas, animais, implementos agrícolas, de mercadoria e venda de produtos; associações que possuem benfeitorias de forma coletiva como armazém, serraria etc.; criação de animais coletivos; grupos de coletivos que plantam em terras em comum etc. Diante disso, entendemos que a cooperação é um instrumento importante na luta contra o capital e das políticas individuais dos assentamentos.

Como exemplos dessas formas de cooperação, podemos citar por meio das nossas idas a campo, além da produção de Leandro e José que se enquadram nestas práticas já apresentadas. O resfriador que os camponeses assentados do PA Margarida Alves utilizam para a sua produção que é realizada de forma individual, mas coletiva por meio do armazenamento.

O resfriador está na sede da AGRIB, inicialmente ele veio por meio de um convenio a partir de uma associação que eles criaram com o poder público, posteriormente ocorreu à entrega de outro resfriador que é o que esta sendo utilizado atualmente pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

Nas palavras de Lucio assentado e um dos responsáveis juntamente com sua mulher de armazenamento e cuidados com o leite. O primeiro resfriador veio de uma *"emenda de um*

deputado [João Grandão] que fez um parceria e ai mandou pra nóis ... e foi usado dez anos mais ou menos e outro está até agora sendo usado" (Lucio em entrevista, 2016).

A figura 74 mostra o resfriador coletivo do assentamento PA Margarida Alves, onde o leite é entregue para ser comercializado para a Indústria e Comércio de Laticínio Anhanduí Ltda.

Conforme fala de Leandro: *"um fica cuidando do leite, responsável por ele lá e os outros vão depositando e marca no total, e quando o laticínio vai levando o leite já vai o total certinho ai vem o pagamento"* (em entrevista, 2016).

Figura 54: Resfriador coletivo de leite



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

O resfriador foi inserido no assentamento, por uma associação para ser comercializado para o laticínio, e atualmente não precisa ser da associação para entregar o leite no resfriador coletivo, basta fazer um cadastro. Atualmente, os assentados não tiveram nenhum problema com a entrega e o pagamento do produto por meio do laticínio, mas outros contratos foram bem problemáticos, como podemos observar na fala de Lucio:

> *Nóis tava entregando pra Saga, dai tivemos um problema com a Saga lá não recebemo ... dois meses não recebemo e até hoje não recebemo. Ai nois passamos a entregar pro Cambi dai, entregamos um tempo pro Cambi e dai tivemos um probleminha também com o Cambi"*
> *Este problema refere-se aos tanques onde a manutenção é cobrada pelo laticínio e o acordo deveria ser paga por meses, pois eles não tinham condições de pagar em uma parcela. E deste modo, mudaram para o Iandui [Anhanduí] e não tiveram nenhum problema* (Lucio em entrevista, 2016).

Segundo as falas dos entrevistados, podemos identificar que o leite é uma das fontes de renda para os assentados, mas com a entrega para o laticínio o preço é desvalorizado retirando uma maior renda com a venda nas feiras.

Para o MST as cooperativas são formas mais complexas do que as associações que são vistas como uma das formas principais no que tange a cooperação agrícola, sendo caraterizada pela sua formalidade- pessoa jurídica (ELIAS, 2010). O quadro 9 mostra essas diferenciações.

Quadro 9: Resumo das principais formas de cooperação agrícola[42]

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens	Famílias. Homens e às vezes também mulheres	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
Nº DE SÓCIOS	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Nº mínimo exigido por lei: 20
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembléia	Assembléias. Conselhos dos Representantes dos setores
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: * Compra de implementos * Venda de produtos Construção de benfeitorias * Ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: * Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. * Encaminhamento das reivindicações da comunidade	Para: * Organização coletiva da produção e comercialização * Criação de agroindústrias
USO DA TERRA	Geralmente individual	Individual e semi-coletivo	Semi-coletivo e coletivo
DIVISÃO DO TRABALHO	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	* Não tem estatuto * Geralmente não tem regimento interno * Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos	* Precisa de estatuto * Pode ter registro interno * Não pode ter bloco de notas fiscais	* Tem estatuto regulamentado pela Lei Cooperativista * Deve ter registro interno * Pode ter bloco de produtor e notas fiscais * Deve ter registro oficial da contabilidade

Fonte: MST, 1993, p. 32.

Nos três assentamentos rurais originários do MST vimos uma grande dificuldade do Movimento em conseguir organizar-se em cooperativas e/ou associações a partir dos seus ideais, pois grande parte dos assentados não são os da luta inicial na forma de acampamento não tendo os valores políticos enraizados. Outra dificuldade que encontramos é a hostilização do MST enquanto movimento socioterritorial transformador do território, como observado nas entrevistas das quais compreendiam que o Movimento impunha suas ideias e formas produtivas, sendo negativo.

Assim, as associações encontradas nos assentamentos têm apenas alguns princípios coletivos expostos no quadro 10, em que o MST atua, mas de forma colaborativa e não de liderança de ideias de atuação. Essas associações têm diversas características como produtiva, educacional e de esporte como é o caso da MUPE que ainda não está registrada.

No caso do assentamento PA Silvio Rodrigues os camponeses estão organizando a criação de uma cooperativa agrícola denominada "Cooperativa dos Pequenos Agricultores da Agricultura Familiar do Município de Rio Brilhante" para contribuir com as produções e

[42] Título do quadro modificado pela autora da dissertação.

comercializações dos camponeses, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que ainda não tem participação nos assentamentos pesquisados. Para o PAA a intensão é produzir mandioca, batata doce, abóbora, melancia e frutas.

Quadro 10: Associações e cooperativas nos assentamentos originários de luta do MST

Assentamentos	Nome da Associação	Fundação
PA São Judas	Associação de Desenvolvimento do Assentamento São Judas Tadeu - Sal da Terra	24/01/2000
	Associação de Pequenos Agricultores do Assentamento São Judas	19/06/2000
	Associação Unidas Venceremos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Assentamento São Judas	13/07/2006
	Associação das Costureiras do Assentamento São Judas	29/10/2007
	Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Rural São Judas	12/08/2011
PA Silvio Rodrigues	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Silvio Rodrigues - 13 De Abril	09/07/2003
	Cooperativa dos Pequenos Agricultores da Agricultura Familiar do Município de Rio Brilhante	2013*
PA Margarida Alves	Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Margarida Alves - Associação dos Pecuaristas de Rio Brilhante	19/06/2002
	Mulheres Unidas pelo Esporte	2016**

Org. BUSCIOLI, L. D.
*Cooperativa ainda em construção, mas atenderá a todos os assentamentos de Rio Brilhante.
**Até o momento da pesquisa a Associação seria regularizada.

É por meio das associações e das cooperativas que ocorrem as formas de resistências produtivas nos assentamentos rurais, devido à inserção no mercado institucional. Este tipo de mercado também permite a reprodução dos camponeses, assegurando renda a eles, mas ainda a que se avançar na organização dos movimentos para atender a demanda dos programas como PAA e PNAE Consideramos esses programas como potencialidade para o mercado camponês mesmo ele integrado e subordinado.

Na área de estudos tivemos dificuldade em encontrar informações que nos pudessem auxiliar nos debates sobre o PAA nos três assentamentos originários do MST. Pois, no assentamento PA Silvio Rodrigues foi citado apenas à participação da prefeitura no programa,

onde os entrevistados não conseguiram dar informações no número exato dos assentados envolvidos no programa, já o PA São Judas não foi citado em nenhum momento pelas lideranças do MST entrevistada o número de participantes do programa.

Desta forma focaremos nossas análises para o assentamento PA Margarida Alves, onde foi possível identificarmos a importância do PAA na vida dos assentados entrevistados, visto que, foi o primeiro a entrar no programa em meados de 2012. E é por meio da associação AGRIB[43] que os assentados de Rio Brilhante entregam seus produtos para o PAA, conforme pesquisa no site do governo.

Segundo Sidney Leal (2013) o PAA é uma construção dos movimentos socioterritoriais na luta para sua permanência no campo e esse processo não ocorreu sem uma correlação de forças – conflitos, assim o papel do MST é importante nessa articulação. Segundo o autor:

> O que estamos apreendendo é que o PAA está sendo um importante instrumento de política pública, pois está possibilitando que os camponeses, vendam o que estão produzindo nos lotes e com isso está incentivando a diversificação da produção nos assentamentos. Os camponeses/associados têm a **garantia de venda** e muitos estão **se libertando dos atravessadores**, o que lhes confere mais rendimentos quanto ao trabalho dispendido. Além, é claro, de contribuir com a segurança alimentar de populações vulneráveis (LEAL, Sidney., 2015, p. 159 - Grifo nosso).

O PAA foi instituído pela Lei 10.696 de 2003 e foi ampliado pelo PNAE segundo Campos e Bianchini (2014):

> A elaboração do PAA foi liderada pelo então Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); contou com apoio decisivo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de outros técnicos e organismos do governo federal e da sociedade (CAMPOS, BIANCHINI, 2014, p. 13-14).

[43] Até o momento da pesquisa não conseguimos informações concretas sobre a amplitude desta associação em relação aos outros assentamentos. Pois, na área de pesquisa os três assentamentos informaram que entregavam seus produtos ao PAA e o entrevistado responsável pela associação não nos deu maiores informações em relação aos nomes dos assentados que constavam na lista. Então, em contato com os pesquisadores que fazem parte desta pesquisa deduzimos que outros assentados estão inscrito nesta associação para comercializar seus produtos.

Segundo os autores o PAA teve grandes inovações, principalmente ao considerar o fortalecimento da agricultura familiar, para promover a segurança alimentar e o combate à fome. Os recursos orçamentários e financeiros do PAA até o ano de 2005 estavam a cargo do MESA e a partir de 2006 ficaram a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com recursos próprios essas questões (PORTO *et al.,* 2014).

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) analisa os recursos financeiros das cooperativas e associações "mediante a formalização de uma espécie de contrato. Neste fica assegurado o rol de produtos e suas respectivas quantidades, no período de vigência e um cronograma de entregas (apenas na modalidade CDS)" (PORTO *et al.,* 2014, p. 40).

O PAA funciona a partir de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Incentivo à Produção e Consumo de Leite; Compra Institucional; e Aquisição de sementes. Vale ressaltar, que estas duas últimas modalidades foram criadas recentemente.

Vinha e Schiavinatto (2014) detalham claramente cada modalidade:

> **a. Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)** – os produtos são adquiridos pelo preço de referência, sem licitação. Os produtos são definidos pelo 6,5 mil/AF/ano.
> **b. Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (FE)** - visa adquirir alimentos da safra vigente para formação de estoques nas próprias organizações. Esta modalidade só pode ser acessada por meio de organizações coletivas da AF. E um apoio financeiro para a constituição de destoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público; O limite atual é de R$ 8 mil/AF/ano.
> **c. Compra para a Doação Simultânea (CDS)** – articula a produção dos agricultores com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional das famílias preferencialmente já incluídas em programas sociais das localidades. O limite atual é de O limite atual é de R$ 8 mil/AF/ano.
> **d. Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAAleite)** – objetiva contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, combatendo a fome e desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição do leite com garantia de preço. Essa modalidade é apenas para a Região Nordeste e Norte de Minas Gerais.
> **e. Compra Institucional** – compra da agricultura familiar realizada por meio de chamada pública, para o atendimento da demanda de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador. O limite atual é de O limite atual é de R$ 20 mil/AF/ano.
> **f. Aquisição de Sementes** – compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. O

> limite atual é de O limite atual é de R$ 16 mil/AF/ano (VINHA; SCHIAVINATTO, 2014, p. 190 – 191).

A comercialização da produção para o PAA é realizada por meio da Associação dos Pecuaristas de Rio Brilhante do PA Margarida Alves como já apresentamos. A documentação para a inserção no programa foi realizada em 2012 e os dados disponíveis na Conab correspondem aos anos de 2013 e 2014, pois em 2015 não foi renovado às documentações para a entrega dos produtos.

Cabe destacar que por meio das informações produzidas nos trabalhos de campo com a aplicação das metodologias, consideramos que a dificuldade dos assentados em se organizarem para as atividades produtivas, contribuiu para a demora na entrada do programa, bem como com a questão governamental.

Em relação a isto, tudo indica que com a entrada de representantes do MST no setor político do município de Rio Brilhante esta situação mudará, principalmente com a então criação da Cooperativa que organizará os assentados na questão de produção para o PAA.

O quadro 11 apresenta de forma detalhada os produtos e as quantidades que foram entregues ao PAA nos anos disponíveis pela Conab, bem como a evolução da entrega destes produtos.

Quadro 11: Evolução dos produtos da AGRIB entregues ao PAA			
Produtos	ano/qtd - kg		Variação %
	2013	2014	2013/2014*
Abacate	714	1.746	144,54
Abóbora - Cabotiã	200	0	-100
Abóbora - Comum	532	3.251	511,09
Abóbora - Menina Rajada	3.698	1.021	-72,39
Abóbora - Moranga	0	584	-
Abobrinha	0	7.789	-
Acerola	21	42	100
Agrião	400	200	-50
Alface	3.806	11.575	204,13
Almeirão	530	3.675	593,4
Banana - Maçã	101	92	-8,91
Banana - Prata	0	235	-
Batata - Doce	400	650	62,5
Beterraba	200	687	243,5
Brócolis	0	100	-
Cebolinha	4.000	6.649	66,23
Cenoura	100	752	652
Chuchu	0	350	-
Coentro	0	439	-
Couve	0	1.404	-
Feijão - Caupi	2.112	524	-75,19
Feijão - Guandu	50	0	-100
Feijão - Verde	0	114	-
Jiló	0	350	-
Laranja - Lima	0	240	-
Laranja - Pera	994	2.159	117,2
Mamão - Formosa	0	548	-
Mamão - Papaia	200	0	-100
Manga	334	2.473	640,42
Maracujá - Azedo	300	300	0
Maxixe	250	1.255	402
Melancia	0	3.501	-

Milho	5.590	7.326	31,06
Pepino Comum	50	807	1.514,00
Pimentão	0	175	-
Quiabo	1.220	3.229	164,67
Rabanete	577	200	-65,34
Raiz de Mandioca - Sem Casca	1.248	9.981	699,76
Rúcula	240	1.326	452,5
Salsa	962	4.797	398,65
Tangerina - Ponkan	599	4.310	619,53
Tomate	150	0	-100
Vagem	0	508	-

Fonte: Conab, 2016. Org. BUSCIOLI, L. D.
*Variação % encontrada através da equação ((V2-V1)/V1 × 100) em que V1 representa o ano de 2013 e V2 o ano de 2014.

A partir do quadro 13 podemos analisar diversidade dos produtos destinados ao PAA no município de Rio Brilhante, com legumes, frutas, hortaliças, tubérculos e leguminosas. No primeiro ano de entrega do PAA, a quantidade produzida correspondeu a 29.578 kg e no segundo 85.364, desta forma a quantidade produzida entre esses anos teve uma variação percentual de 188,61, ou seja, um aumento significativo na entrega dos produtos. Em relação aos valores totais estes corresponderam R$ 57.345,95 reais em 2013 e R$ 183.989,60 reais em 2014.

A Mandioca que se classifica em tubérculos, foi o produto que obteve maior crescimento 699,75% no período com produção de 1.248 kg em 2013 e no ano de 2014 foi entregue 9.981 kg. As leguminosas foram os únicos produtos que numa variação percentual tiveram índices negativos de crescimento (-47%), pois no ano de 2013 foram entregues 2.162 kg em relação a 1.146 kg no ano seguinte.

Os 11 frutos entregues ao PAA como abacate, banana, jiló, laranja, mamão, manga, maracujá, melancia, tangerina-ponkan e tomate, obtiveram o segundo maior aumento correspondendo a 336,55 numa quantidade total entregue no período de 20.459 kg (2014 – 3.813kg e 2014 – 16.646 kg).

As nove espécies de hortaliças agrião, alface, almeirão, brócolis, cebolinha, coentro, couve, rúcula e salsa, foram à terceira tipologia de produção que mais cresceram nestes dois anos, em 2013 foram entregues ao PAA 9.938 kg e no ano de 2014 foram 30.165 kg. Assim,

com um crescimento de 203,53 %. Em relação aos legumes, foram identificados 11 tipos como abóbora, abobrinha, beterraba, cenoura, chuchu, maxixe, milho, pepino comum, pimentão, quiabo e rabanete. Eles corresponderam ao crescimento de 120,87 % entre os anos, com quantidade produzida de 39.843 kg (em 2013 - 12.417 kg e 2014 – 27.426 kg).

As cinco maiores produções em quantidade entregues ao PAA pela AGRIB são: abobrinha com 7.789 kg, alface correspondendo 15.381 kg, cebolinha com a quantidade de 10.649 kg, milho com 12.916 kg e a mandioca com 11.229. Assim, podemos ver que os diferentes produtos entregues ao PAA, representam e modificam os modos de vida e produção dos assentados, que permitem ao campesinato ter uma renda e comercialização dos seus produtos.

Mielitz (2014) em estudos sobre o PAA considera que o programa teve efeitos diretos e indiretos na vida dos camponeses. Um efeito indireto identificado foi à utilização de uma parcela da renda que o programa possibilita para a compra de roupas, remédios e investimentos no lote. A diversificação das culturas produzidas no lote possibilitando uma maior qualidade de vida dos assentados inseridos no PAA, bem como a constituição do PAA como uma alternativa para o mercado, pela minimização dos atravessadores também são características de efeitos diretos.

Segundo o autor:

> Outro efeito indireto importantíssimo do Programa foi o de elevar os preços recebidos pelos produtos dos agricultores familiares, uma vez que na grande maioria dos pequenos municípios estes se defrontam com monopsônios ou oligopsônios, representados pelos pequenos varejistas, atravessadores etc., os quais agora têm de pagar um preço semelhante ao do Programa, ou pagam mais, porque a qualidade do produto melhorou... (MIELITZ, 2003, p. 70).

Sobre as caraterísticas apontadas por Mielitz (2003) em relação aos atravessadores, identificamos por meio da entrevista com o assentado Lucio do PA Margarida Alves que os atravessadores pagam pela sua produção um preço superior ao do PAA, justificando assim a sua não entrada no programa. Ele tem dois atravessadores, um para a produção agrícola e outro para o gado gerando renda maior para a família.

Segundo o entrevistado: "*A CONAB ela pega uma quantia e às vezes é pequena, e esse povo pega qualquer quantia que tiver. Agora tem um valor X só de oito mil e não dá é*

pouco, compensa mais vender por fora" (Lucio em entrevista, 2016). Essa questão apontada pelo entrevistado é problemática e de muito debate na academia, com relação à liberação de maiores valores para os assentados no PAA.

Hoje no assentamento PA Margarida Alves 23 camponeses produzem para entregar o PAA, sendo uma importante fonte de renda complementar com a venda de produtos como hortaliças, legumes e raízes, mesmo assim, segundo o entrevistado Leandro não dá para viver apenas do programa "*porque você tem o produto e tem uma garantia de entregar o produto né... o preço não é um preço muito alto, mas é uma garantia de se plantar ainda"* (Leandro em entrevista, 2016).

Leonardo assentado do PA Margarida Alves, nos deu uma entrevista apontando os principais aspectos do PAA no assentamento e na vida do campesinato, como a certeza de venda do produto e de uma maior renda para as famílias permanecerem nos lotes. O entrevistado produzia hortaliças para entregar ao programa:

> *... teve o cadastro lá e a gente entregou também pra CONAB, não é dizer que dar um rio de dinheiro, mas dar, por que oh, eu arrendo 10 hectares, eu tirei R$5.000,00 de renda o ano passado. Aí eu tenho uma hortinha lá que é verdura, é uma abobrinha, um milho verde, esse tipo de coisa, uma mandioca dentro de meia hectare durante seis meses eu fiz R$8.000,00, dentro de seis meses em meia hectare e o restante das 10 hectares vai dar R$5.000,00, então ela mostrou que dar resultado. Se a gente tiver mais algum tipo de contrato além da CONAB, você consegue se manter dentro do sítio, por que a minha família não é grande, hoje nós estamos lá, eu, a mulher, um filho meu casado e com uma menininha, somos em cinco pessoas. Uma comprinha de mercado de R$1.000,00 nós passa dois meses, passa até mais, mas nós passa dois meses tranquilo. E daí se você tem um contrato desse da CONAB dar R$8.000,00 então são oito meses garantido, oito meses, dez meses garantido que você... o sustento, né, o básico* (Leonardo em entrevista, 2016).

Além dessa renda do PAA Leonardo trabalha dentro do assentamento como pedreiro, sendo que o restante das atividades do lote são realizadas pelo filho, mulher e nora. Em que a família também tira parte de sua renda com a venda de seus produtos, como hortaliças na feira de Maracajú, fato costumeiro na atualidade devido a impasses na burocracia.

Segundo Camila esposa de José, no assentamento PA Margarida Alves o PAA: *"Pra nós é bom né porque a gente planta. Já sabe o que tá vendido, não tem perigo de voltar pra*

traz" (Camila em entrevista, 2015). Diante disso no início do ano de 2016 os camponeses iniciaram uma articulação para a produção de produtos orgânicos para o PAA.

Leandro também do assentamento, produz para o PAA, mas atualmente está tendo um problema no assentamento com os contratos. Situação ainda não definida, por parte dos camponeses. Segundo ele: "*Uns fala que é porque não tem dinheiro da presidência para liberar pra CONAB, outros fala outra coisa. Na verdade ninguém sabe o que aconteceu*" (Leandro em entrevista, 2016).

Leonardo em sua fala nos mostra a importância do PAA e os problemas que serão gerados sem a renovação do programa, devido à programação que as famílias fizeram para a entrega dos produtos neste novo contrato. Segundo o depoente, o PAA foi um estimulo para as famílias que estavam desanimadas produzirem, venderem e entregarem para o programa com a certeza da entrega do valor.

Segundo Vander:

> *o programa da CONAB, que deu certo, né, vamos torcer que volte, que eu to pra duvidar. Mas aí é o seguinte, com uma hectare de terra aqui você fazia muita coisa. Ali em casa você plantar, aqui chegou época que era o seguinte, a gente via o povo reclamar, o cara com 10, 12, 15 moitas de banana, o cacho desse tamanho e despencando e passarinho comendo por que não tinha pra quem vender, então hoje não, com o projeto da CONAB, com as feiras que estão acontecendo já mudou bastante. Só não vende se não plantar, se ficar sentado não vai vender, mas o que plantar vende* (Vander em entrevista, 2016).

Segundo o entrevistado Celso, uma das maiores dificuldades para os assentamentos são as associações criadas. Mesmo com a prefeitura por meio da Secretaria de Desenvolvimento, oferecendo suporte para a questão da comercialização dos produtos entregues ao PAA nos assentamentos originários da luta do MST. Este suporte relaciona-se com a liberação de um caminhão para entregar os produtos no PAA e também um caminhão com refrigeração para melhor preservar os alimentos. Assim, os alimentos geralmente são entregues de 15 em 15 dias, em que os mais perecíveis são entregues semanalmente. Também é oferecido aos assentados por meio de um programa a correção e adubação do solo dos lotes, em que este sujeito compra apenas o calcário e gesso.

Com a parceria da prefeitura para contribuição da logística dos produtos a serem entregues para o PAA, foi criada em 2013 a Cooperativa dos Pequenos Agricultores da

Agricultura Familiar do Município de Rio Brilhante, que tem como objetivo a gestão da produção do município para a entrega do PAA e do PNAE, ainda em fase de consolidação. Segundo Celso:

> *Então a Prefeitura vai cuidar da orientação da produção, vai cuidar da gestão de logística, de entrega dessa produção, né. Nós queremos depois dar um passo a frente e fazer uma unidade de beneficiamento dessa produção, através da cooperativa. E os diretores da cooperativa são assentados, que inclui vários assentamentos* (Celso em entrevista, 2015).

O entrevistado também mostrou os elementos importantes do PAA nos assentamentos do MST:

> *Primeiro, que ele te estimula você produzir para vender e para comer. Na medida que você produz uma variedade de produtos para entregar para o PAA, automaticamente você tem sobra, automaticamente você vai comer e automaticamente abre um espaço para você vender também e isso vai te ensinar a se relacionar com o mercado. Aquilo que o mercado às vezes exige de ter regularidade, qualidade e tal, então vai te ensinando e nós já temos várias experiências muito boas nesse sentido, de pessoas que não sabiam fazer, nada, nada disso, deram um salto de qualidade nesse sentido enorme... Melhorou a qualidade vida, melhorou a auto-estima da família, melhorou a relação dele com o mercado, ele consegue se planejar melhor, ele consegue* (Celso em entrevista, 2015).

Podemos observar que o PAA ainda apresenta alguns fatores limitantes e desafios, como a demora na entrega dos recursos, dificuldades com o transporte das mercadorias, faltas de assistências técnicas que ajudam nessa organização, bem como a ineficiência na divulgação do próprio programa e seus objetivos (AVILA, M; CALDAS; AVILA, S. 2014).

A maior parte dos assentados do PA Margarida Alves que produzem para a CONAB, vão comercializar os seus produtos em ambas as feiras já apresentadas, mas a preferência desse assentamento é pela feira de Maracajú devido à localidade e uma maior aceitação da prefeitura pelos assentados, bem como a pouca fiscalização do dos órgãos na comercialização e produção dos produtos.

O assentado Leandro nos informou que ele plantou alguns produtos para vender a CONAB, mas devido a esse empasse na burocracia ele está vendendo por meio de um assentado o Aristeu essa produção na feira de Maracajú, sendo 50% para cada. Segundo

Leandro: "*Quando a CONAB tava pegando eu não vendia, mais pra feira"* (em entrevista, 2016).

Domingues (2010) mostra a importância das políticas públicas em nível dos assentamentos, para que os camponeses possam ter condições de produzir permanecendo nos lotes e reproduzindo também o seu modo de vida camponês, em que o Estado tem um papel importante na eficiência dessas políticas:

> Se os governos não realizam isto, os trabalhadores se veem diante de dívidas e se sentem impossibilitados de saná-las. Então, se entregam ao trabalho das unidades agroprocessadoras de cana, deixando muitas vezes a mulher e os filhos para produzir na terra. Na maioria dos casos, a terra está muito arrasada e sem qualidade para a produção, mas mesmo assim, insistem em permanecer na terra (DOMINGUES, 2010, p. 137-138).

Assim, essas relações que compõem o camponês na sua reprodução e modo de vida são modificadas com a entrada das usinas no município de Rio Brilhante, pois o trabalho do capital não corresponde ao trabalho camponês. Segundo Rosemeire Almeida:

> ... essa impossibilidade se deve ao diferente vinculo social que o camponês tem com o capital e com o capitalismo, porque o seu trabalho não aparece separado do produto resultante dele, como é o caso do operário. Diferente porque sua sujeição é da renda e não de seu trabalho, pois seu trabalho aparece como trabalho da família e não como trabalho social explorado (ALMEIDA, Rosemeire., 2003, p. 260).

Segundo Nogueira (2011), os camponeses ficam dependentes do agronegócio e especialmente das empresas multinacionais que tem todo o monopólio de produção (sementes e insumos) e econômicos (preços fixados por elas). E mesmo diante disso as práticas camponesas são evidenciadas nos lotes dos assentamentos rurais, com área para produção para consumo e criação de animais, onde parte dessa produção complementa a renda camponesa enviada a laticínio, como já foi citado em nosso trabalho.

No modo de vida camponês, o trabalho é entendido como manutenção da vida familiar, garantindo a vida na terra diferentemente das terras do patrão que assume caraterísticas opressoras e de exploração (ALMEIDA, Rosemeire, 2003). Diante disso a inserção das usinas de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais, bem como a sua volta, como é o caso da pesquisa, modificam estas relações.

Segundo a entrevista Vanessa do PA São Judas:

> *... o trabalho de assentados na usina, o que acaba perdendo a identidade de camponês. O prejuízo com as estradas, o transito de caminhões na estrada que da acesso ao assentamento trás muita poeira e estraga as estradas causando grandes buracos. O impacto ambiental trazido com a monocultura da cana de açúcar* (Vanessa em entrevista, 2015).

Correlacionando com Bernardo Mançano Fernandes (2012) que afirma a relação de destruição do trabalho familiar pelo agronegócio, é importante para a sustentação do território capitalista. Ou seja, com a implementação das políticas como o PAA nos assentamentos estudados, verificamos a importância para a manutenção do território camponês frente ao trabalho nas usinas.

Segundo relatado em entrevista os camponeses do MST foram e são contra o trabalho dos camponeses de seus assentamentos nas usinas do grupo LDC, fazendo frente a essa situação. Segundo Celso em entrevista:

> *Na verdade o Movimento [MST] não compactua com isso, o movimento não concorda que as famílias tenha que deixar do seu sítio, deixar seu assentamento, pra buscar outra alternativa financeira, por que é totalmente contraditório, né? A agricultura familiar tem seus desafios, de viabilizar renda, o assentado em si tem os seus desafios? Tem. Assim como qualquer outro agricultor familiar tem em outro lugar, independente de ser assentamento ou não. Então, existe alternativa para você resolver a situação financeira, em maior escala ou em menor escala? Existe. Existe espaço para isso? Existe. Existem tantos programas governamentais, existem os institucionais, que podem ajudar nisso, né, existe uma demanda de mercado, né, que você, que você tem condições de viabilizar isso... Se não existisse, até poderíamos chegar a conclusão de que estamos equivocados. Até a ponto de pensar, pô, vale a pena? Se você não tem como viabilizar uma vida social, uma vida financeira no assentamento? Nós teria que estar parando com isso... Mas não. Está mais do que comprovado que é possível você ter uma renda boa, com uma vida saudável, em um ambiente agradável de viver, desenvolver a agricultura, desenvolver a qualidade de vida, social, ambiental, em todos os aspectos.* (Celso em entrevista, 2015).

As palavras do entrevistado Celso, podemos relacionar com as considerações de Elias (2010) sobre a organização produtiva nos assentamentos de reforma agraria, que para ele tem sido uma problemática para estes sujeitos, que tem enfrentado com uma realidade social e econômica pela ineficiência e precarização de políticas públicas que tem refletido na

“na ausência de créditos agrícolas, apropriados para a realidade das famílias assentadas; falta de assistência técnica e de acesso a informações, conhecimento e tecnologias de produção; um quadro que é agravado pelo elevado índice de analfabetismo da população” (p. 38).

Mesmo diante das indagações do assentado Celso, os assentados que vivem numa situação de precariedade, vão trabalhar nas usinas do Grupo Louis Dreyfus Commodities aplicando parte dessa renda complementar na estrutura do lote. Segundo Vander com a negação da entrada na cana-de-açúcar nos assentamentos realizada pelos trabalhos de resistência do MST, a LDC utilizou da mão de obra dos camponeses que viviam em situação difícil: *“E daí como não conseguiram [a LDC] arrendar assentamento pra plantar cana, eles conseguiram pegar o serviço braçal de todos os assentados que estavam passando por necessidade”* (Vander em entrevista, 2016).

Domingues (2010) aponta:

> O fato nos mostra a estratégia utilizada pelos assentados para a permanência na propriedade. O que nos deixa mais impressionado sobre os assentados é que os mesmos se submetem ao capital agroindustrial canavieiro, para ficarem em sua terra, pois, segundo aqueles, os incentivos do governo não é o bastante para que sejam auto-suficientes, ficando os trabalhadores, reféns do capital (DOMINGUES, 2010, p. 135-136).

Celso nos aponta que as maiores dificuldades nos assentamentos rurais de Rio Brilhante é a dificuldade de planejamento das famílias na parte produtiva, para ir além do trabalho para as usinas de cana-de-açúcar, principalmente em relação aos filhos dos assentados que tem buscado esse trabalho como alternativa de sobrevivência, pois o trabalho é diferente do lote:

> *Um cara que ele roça, um cara que ele cava bem né, cerca, que serviço de lote é coisa bruta, ou carpi no sol quente ai, rancar mandioca ... agora o guri vai lá na usina e vai trabalhar dentro do trator capinado no ar – condicionado ... então é obviu que ele vai trocar* (Marcos em entrevista, 2015).

Assim, o trabalho nas unidades da LDC é uma renda imediata, criando uma independência financeira da família e do camponês, criando impactos nos assentamentos, bem como nos lotes dos camponeses que trabalham nas usinas. Segundo Celso em entrevista no

ano de 2015, no assentamento PA Silvio Rodrigues os assentados que trabalham na usina arrendam seu lote: "*... na medida em que você vai para a usina, o dado que nós temos aqui é que 90% das famílias que trabalham na usina, eles arrendam os lotes".*

As famílias que não trabalham na usina e não vive de arrendamentos para a soja, se mantém no território por meio do PAA, da comercialização através das feiras e do trabalho dentro do assentado, como é o caso de Leandro:

> *Se é uma terra produtiva quando ele pega, daí é viável o assentado pegar na força bruta mesmo, da o sangue nela, mas quando é uma terra que é duro de produzir é complicado, você manter a família ali. Eu não nego não, eu mantenho minha família aqui porque eu trabaio aqui dentro do assentamento de pedreiro pessoal, de cerqueiro, negócio de fazer construção de manguera, porque se for depender só do sítio não é fácil não, é complicado* (Leandro em entrevista, 2016).

As palavras de Leandro podemos relacionar com Rosemeire Almeida (2003), em que o camponês por meio da terra constrói sua identidade, que "se faz possível pela comunhão de sentido em torno do que a terra representa, ou seja, a partir da objetividade-subjetividade comum a todos eles" (p. 299), produzindo nem que for apenas para sua subsistência e manutenção da casa.

Tratando-se de um assentamento rural, as relações que compõem o território camponês não se restringem somente as relações entre o núcleo familiar em si e o lote - terra, também há diversas relações de organização e ajuda mutua, principalmente com relação à produção, que conformam para a permanência e resistência destas famílias na terra. A presença de famílias ligadas à militância em movimentos sociais corrobora para essa organicidade, pois estas trazem dos próprios movimentos as experiências de coletividade e unicidade.

Essas experiências podem ser observadas no núcleo familiar de Celso, que por meio do arrendamento em outro lote fez uma resistência para não ir trabalhar nas unidades da LDC e também por não deixar o seu vizinho arrendar para a soja ou arroz devido à utilização de agrotóxicos. Em suas palavras *"Na verdade a gente até fez uma opção, que preferia arrendar dele, por causa do agrotóxico. Que ele era vizinho nosso. Nós estávamos encurralados no meio de dois vizinhos. Dois plantios de arroz que se usava agrotóxico..."* (em entrevista, 2015).

Neste caso o assentado arrenda parte do lote do vizinho, que trabalha na unidade da LDC em Maracajú como mecânico, por R$ 250,00 mensais para a pecuária de corte, mas antes utilizavam a pecuária de leite. Quando questionado pela mudança ele deixa claramente as ideias exposta por Chayanov (1974), em que o camponês vai definir seu auto grau de exploração:

> *A dificuldade é mão de obra. Ou eu priorizo o sítio para cuidar da produção de leite ou eu vou sacrificar ela, não vai dar conta, o menino tá estudando, então a gente fez os cálculos e achou que com dois sítios, produzindo gado de corte, praticamente chega à mesma renda que produzindo gado de leite (*Celso em entrevista, 2015).

No assentamento PA São Judas, Marcos arrenda parte de sua terra para um assentado trabalhar com a pecuária, pois o mesmo não tem condições de plantar em seu lote por falta de incentivos e vender seu excedente, então parte de seu lote é arrendado para que, segundo ele o outro camponês continue na terra. Assim, sua produção é para subsistência tendo horta, pomar e animais soltos para se alimentar.

A identidade com a terra fica evidente quando o entrevistado afirma, que mesmo que ele não consegue tirar todo o seu sustento somente pelo lote, ele não quer sair, pois ele gosta dessa vida no campo. Não se adequando assim, a vida na cidade, pois desde a sua trajetória de vida ele sempre esteve envolvido com a terra (seja no acampamento ou assentamento). Assim, o militante trabalha no assentamento como motorista contribuindo com a educação dos assentados, também na militância contra o agronegócio e no seu histórico de vida contra o grupo francês LDC em manifestação, como já apontamos.

Maria do mesmo assentamento também arrenda parte de seu lote para a pecuária de corte para outro assentado. Segundo ela, seu marido está terminando o curso de formação para assentados e eles vão iniciar novamente a produção no lote, por enquanto seu trabalho baseia-se nas atividades do lote e na escola do assentamento. Foi uma opção política do casal não arrendar para o agronegócio da soja:

> *Assim, tem pessoas no assentamento que arrenda para a soja, nós somos contra a soja, eucalipto né? Então a gente ta aguardando mexer com leiteiro, algum tipo de pecuária assim... Mesmo que seja mais rentável pra gente, porque não ficamos no lote diariamente, ai tem essa dificuldade de permanência* (Maria em entrevista, 2015).

Segundo a entrevistada, as maiores dificuldades no assentamento PA São Judas, são as faltas de incentivos do governo para os jovens e principalmente para os camponeses permanecerem nos lotes, visto que muitos desistiram devido à dificuldade de produção e comercialização de seus produtos. Assim, os assentados vão desistindo dos lotes, devido à dificuldade de plantar: "*Porque quando você perde dois anos seguidos, você não tem mais condições de se estabelecer né?"* (Maria em entrevista, 2015).

Para o entrevistado Marcos, a falta de incentivos para a implementação de infraestrutura é o motivo principal para o camponês deixar seu lote, ou seja, se tivessem incentivos provavelmente permaneceriam mais tempo na terra. Pois, ao entrar no lote, o assentado, precisa produzir e para isso necessita da correção do solo, que demanda tempo e dinheiro, diferentemente do agronegócio que recebe vários incentivos para a sua produção.

No caso do assentamento PA Silvio Rodrigues cerca de 70% dos assentados originários saíram de seu lote. Segundo Celso os motivos foram variados:

> *Os motivos são muito variados. Um deles é que a pessoas justifica que é a dificuldade de realizar a venda. Outro é a falta de crédito, aliás, a falta de acessar o crédito, a dificuldade de acessar o crédito. Outros por que a situação da produção ela é sempre de médio e longo prazo, ou seja, ele acha que a renda mensal, ou é só leite, ou é só horta... Mas no fundo, no fundo, a grande dificuldade, de a pessoa não se manter, ou permanecer, é a falta de capacidade de trabalhar o planejamento. Planejamento de curto prazo, médio prazo e longo prazo. Ela tem dificuldade de planejar a atividade agrícola. Grande parte deles, sempre foram trabalhadores da pecuária de corte, de fazendeiros, do produtor de cereais, de soja, milho, que é monocultura. No assentamento, se você ficar na monocultura você tem dificuldade. Então o planejamento já exige a diversificação. Com a diversificação, exige você saber administrar isso. Você tem que saber fazer o planejamento de plantio, planejamento de controle, uma série de coisas. Saber identificar custo, saber controlar custos, saber fazer, né* (Celso em entrevista, 2015).

A questão fica mais problemática quando podemos observar nas áreas das quais realizamos nossas idas a campo, que os assentados estão marginalizados na pauta política do governo sul-mato-grossense e do INCRA, contribuindo assim para uma maior desistência dos assentados. Além disso, temos a desterritorialização, ou seja, a perca do território apropriado por meio da luta e de vivência por meio da produção da LDC.

Desta forma, a desterritorialização do campesinato, acarretada pela Louis Dreyfus fica evidente com a fala de Marcos, onde o mesmo aponta que o assentado Nilton e sua mulher Rosana do PA São Judas, desistiram do lote após a pulverização realizada pelo avião da Louis Dreyfus Commodities, visto que produziam o bicho da seda, fato também citado pela militante Vanessa. Atualmente os dois residem no perímetro urbano de Rio Brilhante, sem possuir vínculos com a terra[44].

Acreditamos que o processo de desterritorialização não é mais evidente e intenso como no processo de ocupação do MS, pois o grupo francês chegou posteriormente à constituição dos assentamentos, em que grande parte dos assentados possuíam outras formas de sobrevivência, bem como pela estratégia de alguns camponeses em não produzirem alimentos devido a grande quantidade de agrotóxicos utilizados nas lavouras que cercam o assentamento, como é o caso do casal Allan e Eliana que perderam toda a sua produção com a pulverização.

Podemos observar que o único caso de desterritorialização nos assentamentos originários do MST devido à presença da LDC, só ocorreu devido a perca da produção assim, os assentados não conseguiram se manterem no lote sendo obrigados a saírem. Mas, finalizamos este capítulo com as palavras da militante Maria: "*Por mais que a usina venha tirando o nosso espaço, nós somos mais! Somos mais fortes, mas as pessoas não percebem essa importância*".

[44] Infelizmente com nossas idas a campo não foi possível encontrar este casal, para contribuir com as análises.

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO 6 – A LUTA DOS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWÁ FRENTE À ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MATO GROSSO DO SUL

Como evidenciado nas análises anteriores as usinas de cana-de-açúcar estão instaladas no centro-sul do estado do Mato Grosso do Sul, onde se concentram os territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani e Kaiowá, territorializando neles esta produção, por meio do arrendamento de fazendas ou compra da área, destruindo e modificando tudo o que há nestes territórios. Esta situação tem ocasionado o conflito e seu acirramento entre o agronegócio/latifundiários, indígenas e o Estado, tão latentes no MS e podemos afirmar que isto também acontece em escala nacional.

A questão indígena no Brasil, consequentemente no Mato Grosso do Sul, está relacionada ao território-terra pela materialidade e imaterialidade, ligado com os modelos de desenvolvimento para o campo, com as políticas voltadas para essa questão, com a estrutura fundiária de ambas as escalas, com as formas de uso e apropriação dos territórios pelos diferentes sujeitos (capitalistas, camponeses, indígenas, quilombolas - povos tradicionais em geral etc.), que tem gerado alguns conflitos tantos materiais como paradigmáticos, principalmente com os discursos do agronegócio frente aos direitos de comunidades tradicionais. Desta forma, os indígenas têm vivido em situação de precariedade no Brasil, muitos deles desterritorializados e/ou confinados a um território com uma delimitação mínima sem a possibilidade de reproduzirem na sua totalidade à sua cultura e totalmente dependentes de cestas básicas e programas assistencialistas.

Eles estão sujeitos às várias formas de violações dos diretos humanos, sejam elas com violências físicas num grau que configura tortura, tentativas de assassinatos, assassinatos, atentado aos acampamentos entre outras. E violências por meio de repressões do Estado, de ações indiretas do agronegócio como a pulverização de áreas de fazendas onde os indígenas estão reivindicando suas áreas em acampamentos de retomada ou em territórios já demarcadas, impactando na saúde dos indígenas, bem como impactos na parte ambiental em que os fazendeiros degradam os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas poluindo e/ou perdendo a biodiversidade devido ao uso excessivo de agrotóxicos.

Ao utilizarmos o termo “acampamento” para áreas de retomada estamos identificando o caráter político da ação:

> O termo acampamento traz em si a vantagem política de sinalizar para a precariedade da posse da terra e do assentamento indígena. Isso atrai apoios fundamentais na luta indígena pelo reconhecimento oficial de sua terra indígena, além do que pode colocá-los como casos prioritários no atendimento de algumas políticas públicas federais. Assim, ainda que nos casos de áreas de ocupação tradicional, esteja-se diante de terras indígenas ... chamá-las assim antes do reconhecimento oficial pode mascarar a sua verdadeira condição jurídica (CAVALCANTE, 2013, p. 111).

Diante do caráter político deste trabalho, nos propomos estudar nas páginas que se seguem a luta dos indígenas Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, com foco no município de Rio Brilhante por meio do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu frente ao processo de estrangeirização de seus territórios que é histórico e vem dificultando o processo de demarcação de terras.

Abordaremos alguns apontamentos iniciais sobre a questão indígenas no Mato Grosso do Sul, buscando compreender a situação das terras indígenas e as manifestações do campo como importante instrumento de luta. Também analisaremos os posicionamentos frente à questão indígena no estado por meio da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) que desde a década de 1970 atua na defesa do agronegócio em contraponto as ações de retomada indígenas Guarani-Kaiowá . ,

Analisaremos como ocorreu o processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá no estado, que tem ligação com a realidade atual dos indígenas frente ao seu processo de luta pela retomada de seus territórios. Como estudo de caso analisaremos o território indígena Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante, buscando compreender quais são os impactos do processo de estrangeirização de terras neste território por meio da produção da Louis Dreyfus Commodities, bem como as formas de resistências que os mantém atuantes na luta.

6.1 – A questão indígena no Mato Grosso do Sul: alguns apontamentos

As lutas indígenas no Brasil e consequentemente no Mato Grosso do Sul, estão marcadas desde a colonização, quando os colonizadores dizimaram os povos indígenas por meio da violência, desterritorialização e transmissões de doenças. Segundo Laraia (2004) os povos indígenas que sobreviveram as ações dos não índios e as doenças trazidas por eles, foram confinados em territórios com demarcações mínimas com várias consequências desde a organização social, enfermidades – guerras biológicas e etc.

Desde então os povos indígenas têm lutado para melhoria de suas condições de vida e de manutenção das suas territorialidades, por meio de várias formas. Fatos que tornam relevantes considerarmos os indígenas organizados em movimentos como movimentos socioterritoriais, pois eles têm na sua essência de vida o território e também como manutenção de suas territorialidades (PEDON, 2009). Ou seja, todas as lutas indígenas estão voltadas para a terra/território, pois sem eles esses movimentos não poderiam se reproduzir – relações – enquanto indígenas.

Martins (1991) aponta que as terras indígenas estão no "cálculo do capital", pois este converte a terra em mercadoria devido à necessidade do capital em se reproduzir amplamente. Diante disse, os conflitos são emergentes. O autor informa que para os indígenas a "... terra não é coisa, não é mera medida. É a terra dos seus mortos, dos seus mitos de explicação da existência e de justificação das relações sociais. É a terá cujo demorado domínio nasce a sua cultura material, as suas técnicas de sobrevivência" (p. 132).

Segundo o autor as terras indígenas no Brasil podem ser definidas através de três características que representam um movimento: primeiramente temos as terras ameaçadas de invasão pelos fazendeiros e empresas, segundo as terras griladas, suas posses pelo não índio dependem do processo de regularização, e por fim as terras expropriadas, em que a posse já está legalizada nas mãos dos não índios (MARTINS, 1991).

O processo de estrangeirização de terras é parte integrante destes elementos apontados por Martins (1991), que nos dão subsídios para compreendermos a atual conjuntura e o processo histórico de ocupação dos territórios tradicionais indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, bem como os impactos no modo de ser dos indígenas com a perca deste território dificultando e/ou extinguindo as condições da reprodução social, cultura e de

trabalho dos indígenas. Nas palavras do autor: “A destruição do espaço do índio destrói também as condições de reprodução do seu modo de ser” (MARTINS, 1991, p. 135).

Diante disso os indígenas tem lutado para a retomada de seu território que perpassa diferentes procedimentos desde a luta direta por meio da ocupação de terras em seguida a formação do acampamento (re)construindo neste território as condições de sobrevivência do mesmo, passando pelo processo final de demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados por eles.

O processo de demarcação de terras indígenas vem de encontro direto com os debates sobre as mudanças legislativas como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, com os discursos dos latifundiários no estado que veem o processo demarcatório como impedimento para o crescimento da economia do país e com a estrangeirização de terras. Por mais que este último processo esteja pautado na Constituição Federal de 1988, ou seja, todas as questões que envolvem os diretos territoriais indígenas são legitimados pelo Estado brasileiro, o mesmo tem tomado diferentes posições. De um lado (re)formula legislações e cria políticas públicas para garantir os direitos indígenas e do outro inviabiliza a retomada dos mesmos para suas terras territorializando o agronegócio por meio de subsídios.

Cavalcante (2013) apresenta um estudo sobre a legislação dos direitos territoriais indígenas, que nos permitiu compreender que desde a Constituição de 1934 até Constituição de 1988 o Estado tem um papel importante nas questões indígenas, mesmo atuando de forma ineficiente em alguns casos. Segundo o autor:

> As constituições de 1934, 1937 e 1946 garantiam aos indígenas apenas a posse das terras em que se encontravam permanentemente localizados. A ênfase estava, portanto, na habitação permanente, não se pensava em outras áreas necessárias para a sobrevivência e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Além disso, não havia nenhuma previsão de inalienabilidade das terras, o que permitia diversas manobras para titular tais terras em favor de terceiros ... Já a Constituição de 1967, somada à Emenda de 1969, além da posse garantiu o usufruto exclusivo das riquezas e a inalienabilidade das terras, dando as bases para a construção da categoria jurídica de *terra indígena* que apareceu na Lei 6.001 de 1973, o Estatuto do Índio, regulamentando a matéria territorial indígena, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 01 de 1969 (CAVALCANTE, 2013, p. 45 – grifo do autor).

Atualmente, a constituição de 1988 confere várias providências sobre as questões que envolvem os indígenas e suas terras no país. Mota (2012) afirma que o estudo das demarcações de terras indígenas tem prazo a ser realizado e deve ser apresentado ao órgão federal de assistência ao índio, sendo que ele deve ser realizado por um grupo técnico, coordenado por um antropólogo. Os estudos são de ordem sociológica, jurídica, ambiental, cartográfica e fundiário.

As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são consideradas bens da União, sendo um avanço a consideração do território tradicional nesta conjuntura. Elas são descritas no artigo 231 da constituição[45] conforme podemos observar:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
> § 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
> § 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
> § 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
> § 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
> § 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
> § 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União,

[45] Diante da conjuntura indígena, alguns decretos foram criados e alterados: Decreto nº 1141, 19 de maio de 1994 – refere-se a proteção ambiental, produtiva e de saúde as comunidades indígenas (BRASIL, 1988).
Decreto nº 564, de 8 de junho de1992 – refere-se à aprovação do Estatuto da Fundação Nacional do Índio e outras providências para a questão indígena (BRASIL, 1988).
Decreto nº 3156, de 27 agosto de 1999 – refere-se às questões de assistências aos indígenas por meio do Sistema Único de Saúde, alterado os dois decretos anteriores (BRASIL, 1988).

> segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.
> § 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.
> Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

Diante da citação concluímos que os povos indígenas tem o direito originário pelas suas terras, bem como o uso exclusivo dos recursos. Ou seja, nenhum sujeito, empresa, grupo nacional ou estrangeiro pode extrair recursos destes territórios, sendo de exclusividade apenas dos povos indígenas. Mas, vemos na atualidade que esta questão fica apenas a nível teórico – legislativo, uma vez que, as terras indígenas vêm sendo alvo do capital, de latifundiários – grileiros, de empresas nacionais e estrangeiras.

As terras indígenas estão divididas em modalidades de acordo com a legislação vigente em nosso país, sendo elas: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, Reservas Indígenas, Terras Dominiais e Interditadas. Sendo que o processo demarcatório também obedece às fases classificadas como: em estudo, delimitadas, declaradas, homologadas, regularizadas e interditadas. O quadro 12 nos ajuda a compreender quantitativamente tais informações a nível nacional e estadual por meio do Mato Grosso do Sul.

Quadro 12: Situação das terras indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul

Fase do Processo	Quantidade Brasil	Quantidade MS	Área em Hectares Brasil	Área em Hectares MS
Delimitada	39	4	4.919.279,05	87.667
Declarada	67	9	4.318.598,84	111.492,79
Homologada	8	4	521.202,61	27.686,80
Regularizada	428	28	104.820.359,10	601.810,58
Em Estudo	128	18	N.I	N.I
Portaria de Interdição	6	0	1.084.049,00	0

Fonte: FUNAI, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Por meio dos dados da FUNAI (2015), o Brasil possui 542 terras tradicionalmente ocupadas com a superfície territorial de 114.579.439,60 hectares. Essas terras indígenas tradicionalmente ocupadas são apresentadas no artigo 231 da Constituição e seu processo de

demarcação é definido no Decreto n.º 1775/96, com estudos a serem realizados e com a total participação dos indígenas envolvidos, cabe destacar:

> Art. 2° A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.
> § 1° O órgão federal de assistência ao índio designará grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropólogo, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação (BRASIL, 1988).

Outra modalidade contida no Estatuto do Índio nos artigos 32 e 33 são as Terras Dominais, que são territórios de propriedade indígenas tendo apenas oito no Brasil com superfície territorial de 34.887,02 hectares. Sobre este tipo de terra Resende (2009) argumenta: "O dispositivo inovou ao possibilitar a uma comunidade indígena, tal como uma pessoa de direito, a aquisição de terras como proprietária das mesmas, adquirindo direitos na forma da lei civil" (p. 11). Mas, segundo a autora ocorrem alguns problemas quanto à proteção dessas áreas por meio da União.

As Reservas Indígenas são terras doadas a partir de terceiro e/ou adquiridas/desapropriadas pela União para uso dos indígenas, sendo contabilizadas 31 no Brasil com superfície de 41.014,78. Consideramos que essas terras são locais onde é inviabilizado o modo de viver dos povos indígenas (MOTA, 2011), sendo criadas num contexto das quais não levou em consideração os aspectos essenciais desses sujeitos apenas os aldeavam com diferentes discursos de integração.

As áreas Encaminhadas para Reserva Indígena correspondem a 17 com superfície de 60.004,96 hectares, ou seja, são áreas que estão em procedimento administrativo para a compra/desapropriação/doação. E as Regularizadas que, segundo o site da FUNAI, são terras adquiridas e registradas em Cartório por meio da União com inclusão das terras Dominais, sendo contabilizadas 39 no Brasil com 75.901,80 hectares.

Pelos dados da FUNAI as Terras Interditadas são quantificadas em oito com a superfície de 34.887,02 hectares e referem-se às áreas onde o órgão interditou para a proteção

dos indígenas isolados restringindo alguns elementos deste território, como a passagem/trajeto de pessoas.

O quadro 12 apresenta as fases do processo de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul, da qual a área de estudo deste capítulo faz parte. A primeira parte do processo são os estudos realizados nas terras classificadas "Em Estudo" sendo 128 no total brasileiro e 18 no MS, procurando identificar questões fundiárias, históricas, antropológicas, cartográficas e ambientais, ou seja, todos os elementos do território.

A fase "Delimitada" são áreas das quais os estudos realizados já foram aprovados e publicadas Diário Oficial da União e da unidade federativa em questão "e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena" (FUNAI, 2015). O órgão competente que deve agir neste processo é a FUNAI, sendo quantificadas por ela 39 terras nesta situação com 4.919.279,05 hectares de superfície no Brasil. No caso do Mato Grosso do Sul temos quatro áreas delimitadas com 87.667 hectares.

Segundo Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996:

> § 7° Aprovado o relatório pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, este fará publicar, no prazo de quinze dias contados da data que o receber, resumo do mesmo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localizar a área sob demarcação, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área, devendo a publicação ser afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel (BRASIL, 1996).

Após a expedição de Portaria Declaratória as terras são classificadas como "Declaradas" e passam a ter a autorização da demarcação física da área. Pelo quadro 11, podemos observar que no Brasil, 67 destas terras estão nesta situação com extensão territorial de 4.318.598,84 hectares, já o Mato Grosso do Sul possui nove terras declaradas com 111.492,79 hectares.

Diante disso as terras são "Homologadas", que corresponde à demarcação administrativa já foi homologada em decreto pelo Presidente, pois todos os seus limites já foram referenciados geograficamente. Assim, em todo o território nacional temos oito terras

estão nesta situação com extensão de superfície correspondente a 521.202,61 hectares, já no Mato Grosso do Sul temos quatro terras homologadas com 27.686,80 hectares.

Após o decreto de homologação as terras são registradas em Cartório pertencentes à União e na Secretaria do Patrimônio da União, partindo para a classificação de "Regularizadas". Por meio dos dados fornecidos pela FUNAI foram regularizadas 428 terras no Brasil numa extensão de 104.820.359,10 hectares, no Mato Grosso do Sul temos 28 terras regularizadas com 601.810,58 hectares.

Esses passos estão em consonância com a legislação, por meio do artigo quinto:

> Art. 5° A demarcação das terras indígenas, obedecido o procedimento administrativo deste Decreto, será homologada mediante decreto.
> Art. 6° Em até trinta dias após a publicação do decreto de homologação, o órgão federal de assistência ao índio promoverá o respectivo registro em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda (BRASIL, 1996).

Vale ressaltar, que também existe a classificação de "Portaria de Interdição" ou "Interdição", referindo-se a territórios com restrição de uso e de entrada de não índios protegendo povos isolados no Brasil, sendo contabilizadas seis terras com superfície de 1.084.049,00 hectares e nenhuma no Mato Grosso do Sul.

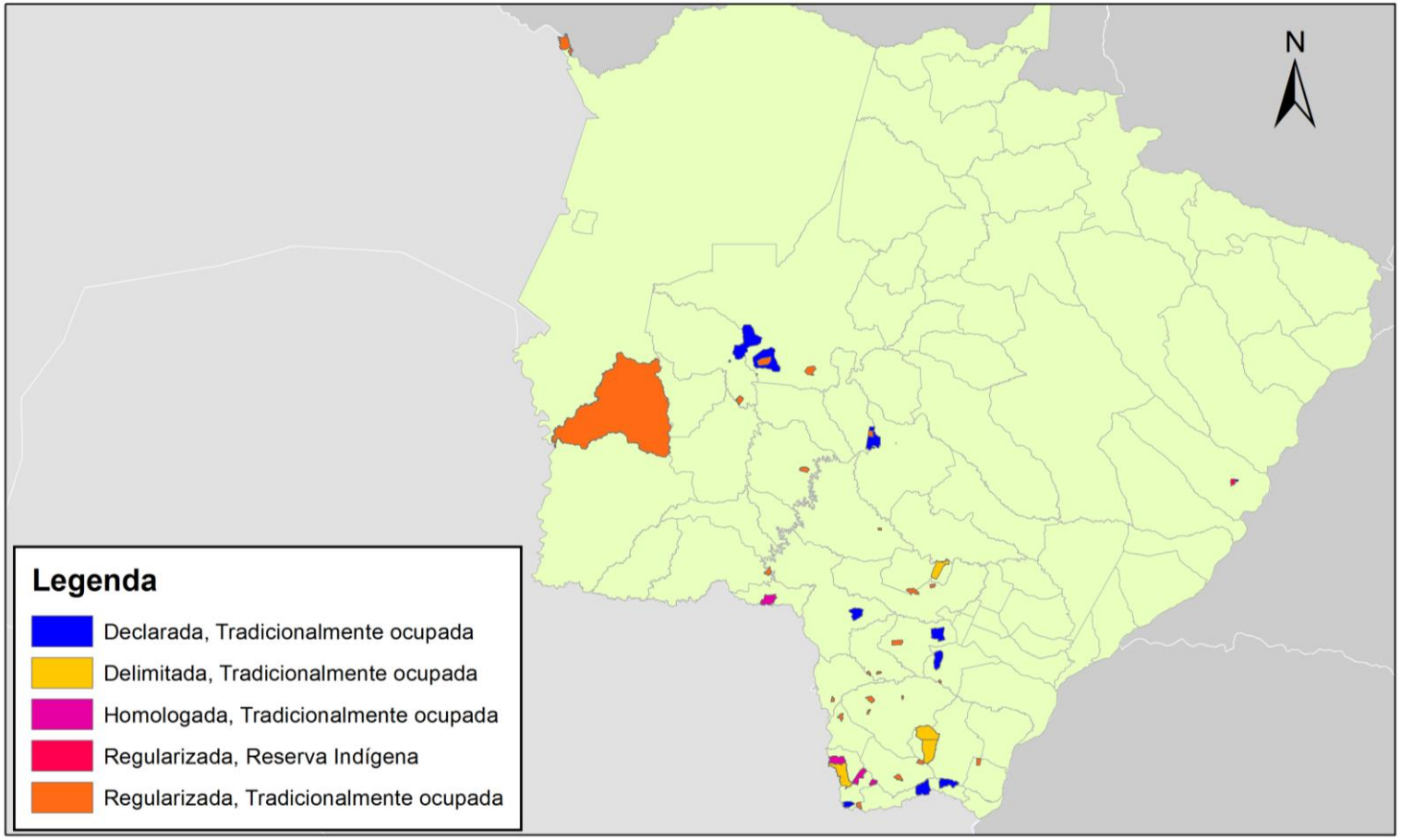
Para compreendermos melhor esta discussão, o quadro 13 e o mapa 11 apresentam a espacialização da situação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul sistematizadas pela FUNAI, em que ocorreram 63 registros de terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

Quadro 13: Situação das terras indígenas tradicionalmente ocupadas no Mato Grosso do Sul				
Terra Indígena	Etnia	Município	Superfície (Ha)	Fase
Buriti	Terena	Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia	17.200,00	Declarada
Cachoeirinha	Terena	Miranda	36.288,00	Declarada
Guyraroká	Guarani Kaiowá	Caarapó	11.440,00	Declarada
Jatayvari	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	8.800,00	Declarada
Ofayé-Xavante	Ofayé	Brasilândia	1.937,63	Declarada
Potrero Guaçu	Guarani Nhandeva	Paranhos	4.025,00	Declarada
Sombrerito	Guarani Nhandeva	Sete Quedas	12.608,00	Declarada
Taquara	Guarani Kaiowá	Juti	9.700,00	Declarada
Yvy-Katu	Ñhandeva	Japorã	9.494,16	Declarada
Iguatemipegua I	Guarani Kaiowá	Iguatemi	41.571,00	Delimitada
Panambi - Lagoa Rica	Guarani Kaiowá	Douradina, Itaporã	12.196,00	Delimitada
Taunay/Ipegue	Terena	Aquidauana	33.900,00	Delimitada
Ypoi / Triunfo	Ñhandeva	Paranhos	0	Delimitada
Água Limpa	Terena	Rochedo	0	Em Estudo
Apapeguá	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Boqueirão-MS	Guarani Kaiowá	Paranhos	0	Em Estudo
Dourados-Amambaipeguá I	Guaraní	Amambai, Dourados, Naviraí	0	Em Estudo
Dourados-Amambaipeguá II	Guaraní	Amambai, Dourados, Naviraí, Caarapó, Juti, Laguna Carapã	0	Em Estudo
Dourados-Amambaipeguá III	Guaraní	Dourados, Caarapó	0	Em Estudo
Dourados-Amambaipeguá IV	Guaraní	Dourados	0	Em Estudo
Garcete Kuê	Guaraní	Sete Quedas	0	Em Estudo
Guaivyry-Joyvy	Guarani	Ponta Porã	0	Em Estudo

	Kaiowá			
Iguatemipeguá II	Guarani Kaiowá	Amambai, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Dourados, Iguatemi, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Iguatemipeguá III	Guarani Kaiowá	Tacuru	0	Em Estudo
Laguna Piru	Guaraní	Eldorado	0	Em Estudo
Lalima	Terena, Kinikinau	Miranda	0	Em Estudo
Laranjeira Nhanderu	Guaraní Kaiowá	Rio Brilhante	0	Em Estudo
Mocajá	Guaraní	Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Pilad Rebuá	Terena	Miranda	0	Em Estudo
Potrerito	Guaraní	Paranhos, Tacuru e Sete Quedas	0	Em Estudo
Vitoi Kuê	Guaraní	Japorã e Mundo Novo	0	Em Estudo
Arroio-Korá	Guarani Kaiowá	Paranhos	7.175,77	Homologada
Ñande Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	Antônio João	9.317,22	Homologada
Sete Cerros	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá	Paranhos	8.584,72	Homologada
Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	Paranhos	2.609,09	Homologada
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	Amambaí	668,0796	Regularizada
Amambai	Guarani Kaiowá	Amambaí	2.429,55	Regularizada
Buriti	Terena	Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia	2.090,17	Regularizada
Buritizinho	Guarani Kaiowá	Sidrolândia	9,7428	Regularizada
Caarapó	Guarani Kaiowá	Caarapó	3.594,42	Regularizada

Cachoeirinha	Terena	Miranda	2.658,16	Regularizada
Cerrito	Guarani Nhandeva	Eldorado	1.950,98	Regularizada
Dourados	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Terena	Dourados, Itaporã	3.474,60	Regularizada
Guaimbé	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	716,9316	Regularizada
Guasuti	Guarani Kaiowá	Aral Moreira	958,7993	Regularizada
Guató	Guató	Corumbá	10.984,79	Regularizada
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	Tacuru	2.342,02	Regularizada
Jaguari	Guarani Kaiowá	Amambaí	404,7055	Regularizada
Jarara	Guarani Kaiowá	Juti	479,0728	Regularizada
Kadiwéu	Kadiwéu, Terena, Kiinknau	Corumbá, Porto Murtinho	538.535,78	Regularizada
Lalima	Terena, Kinikinau	Miranda	3.000,21	Regularizada
Limão Verde	Terena	Aquidauana	5.377,28	Regularizada
Nioaque	Terena	Nioaque	3.029,35	Regularizada
Panambizinho	Guarani Kaiowá	Dourados	1.272,80	Regularizada
Pilad Rebuá	Terena	Miranda	208,3702	Regularizada
Pirajuí	Guarani Nhandeva	Paranhos	2.118,23	Regularizada
Pirakua	Guarani Kaiowá	Bela Vista, Ponta Porã	2.384,06	Regularizada
Porto Lindo	Guarani Nhandeva	Japorã	1.648,89	Regularizada
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	777,5349	Regularizada
Sassoró	Guarani Kaiowá	Tacuru	1.922,64	Regularizada
Sucuriy	Guarani Kaiowá	Maracajú	535,1047	Regularizada
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia	1.776,96	Regularizada
Taunay/Ipegue	Terena	Aquidauana	6.461,35	Regularizada
Fonte: FUNAI. Org. BUSCIOLI, L. D.				

Mapa 11 - Situação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul



Vietta (2013) ao estudar a questão Kaiowá no Mato Grosso do Sul, afirma que o estado possui "o pior quadro social e de distribuição de terras entre as populações indígenas brasileiras" (p. 54). Fato que se justifica ao observarmos o mapa 11 e quadro 13, em que as áreas em fases do processo de demarcação estão concentradas no sul do Estado do Mato Grosso do Sul, onde historicamente os indígenas Guarani-Kaiowá ocuparam, mas não temos uma dispersão em outras localidades do Estado.

Segundo o Instituto Socioambiental (2016)[46] as etnias presentes no estado do Mato Grosso do Sul são: Guarani, Kaiowá, Terena, Kinikinawa, Kamba, Ofaié, Guató, Chamacoco, Kadiwéu e Atikum. Com destaque para a população Guarani, Kaiowá e Terena que representam o maior contingente populacional do estado com aproximadamente 54%.

Nestas terras em disputas, ocorrem vários processos de violação dos diretos humanos, como podemos observar em depoimentos dados pelos indígenas em trabalho de campo e participação na "2ª Sessão de Audiência Violação de Direitos Indígenas (1946-1988)" ocorrido em fevereiro de 2014 no município de Dourados na Universidade Federal da Grande Dourados. Em que foram relatados as violências e disputas travadas pelos colonos e fazendeiros no processo de ocupação dos territórios tradicionais indígenas no Mato Grosso do Sul.

No estado do Mato Grosso do Sul, segundo dados do CIMI mais de 300 índios morreram assassinados em decorrência da luta pelo território, de modo que podemos citar o Marcos Veron, Nízio Gomes, Oziel Gabriel, Genivaldo Vera entre outros. Além disso, em um dos depoimentos, foi relatado a ocorrência do processo de desterritorialização, tortura e de deslocamento obrigatório dos indígenas presos em gaiolas e amordaçados para outras áreas do estado do Mato Grosso do Sul, um caso marcante é da comunidade Guarani-Kaiowá que buscaram a sua retomada anos depois. Assim, por mais que este processo tenha acarretado na diminuição da população indígena e na sua desterritorialização, os indígenas têm lutado para a retomada de seus territórios por meio de ocupações e de manifestações.

No caso das manifestações elas que contribuem para deixar na pauta midiática essas ações que caracterizaram-se como acampamento, audiência, caminhada, bloqueios,

[46] Cabe destacar que do tronco linguístico Tupi ainda temos o grupo Mbyá que não vive no estado do Mato Grosso do Sul, somente os Ñandeva e os Kaiowá (MANGOLIM, 1993).

concentração em espaço público e privado, marchas, passeata etc. Reivindicando principalmente a demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas, infraestruturas, saúde pública, cumprimento de acordos realizados, políticas públicas, bem como a defesa da cultura indígena e contra as injustiças e violências cometidas pelos mais diversos sujeitos.

Como já a pontado, às manifestações do campo registradas pelo DATALUTA, são classificadas de acordo com suas tipologias e no caso dos indígenas no Mato Grosso do Sul identificamos a realização de 12 sendo elas: acampamento, audiência, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público, formação de acampamento, manifesto, marcha, ocupação de prédio público, passeata, temática e outros.

O que diferencia estas manifestações indígenas de outros sujeitos do campo é a carga imaterial de ritos que elas trazem, ou seja, quando os indígenas vão à luta por meio das manifestações, para além das disputas materiais observa-se também uma disputa imaterial, através da realização de ritos para a proteção na jornada de luta, por exemplo, configurando em meio à disputa material ações de resistência cultural (imaterial).

Em relação às tipologias, o acampamento é uma forma de pressionar por dias os governos e órgãos nas questões que envolvem o campo, se formam e se configuram como um espaço de enfrentamento e reivindicações. As audiências têm outras características, que segundo Fernandes (1994), "apresentam suas reivindicações e exigem solução imediata para os seus problemas" (p. 180).

Os bloqueios são realizados principalmente em áreas onde é estratégico para a sua realização, como entrada e saída da cidade, em áreas onde ocorre o tráfego de caminhões das usinas entre outros aspectos. Essa forma de ação causa impacto a nível local como municipal e colocam em pauta na mídia as reivindicações dos movimentos socioterritoriais.

A caminhada/marcha é um ato de enfretamento nos quais os movimentos socioterritoriais, percorrem rodovias e estradas. "É um ato público em movimento, onde centenas de trabalhadores ocupam as rodovias percorrendo centenas de quilômetros, passando por diversas cidades, conquistando apoio e divulgando a luta pela terra" (FERNANDES, 1994, p. 180).

A concentração em espaços públicos tem sua origem a partir da falta de informações na hora do registro das ações dos movimentos socioterritoriais. Segundo Danilo Pereira (2012):

> A partir daí, todos os registros sem informações completas passaram a ser considerados "concentração em espaços públicos". Como exemplo, podemos citar os registros em nossos bancos de dados que trazem informações do tipo "Protesto", "Ato", "Ato público", "Manifestação", "Manifesto" em determinado espaço ou local (PEREIRA, D., 2012, p. 55).

A formação de acampamento também é um momento de resistência, onde os movimentos socioterritoriais se aglomeram para formar o acampamento, bem como o manifesto que também pode ser caracterizado como uma resistência. Em relação às ocupações de prédios públicos, concordamos com Comerford (1999) ao argumentar que elas são localizadas nas sedes dos governos, em locais onde os órgãos competentes para suas questões/reivindicações ou mesmo em praças. No caso das passeatas o autor afirma que eles percorrem ruas e avenidas "estratégicas" para suas ações e concentram-se em praças ou na frente dos prédios em governos.

Conforme o DATALUTA, a categoria temática esta relacionada a encontros e eventos que discutem as temáticas dos movimentos, socioterritoriais, no caso dos Movimentos Indígenas, estão relacionadas a eventos como 1º Encontro dos Acampamentos Indígenas. Já a tipologias "outros" são manifestações do campo com outras características diferentes das tipologias apresentadas, mas com uma menor representatividade.

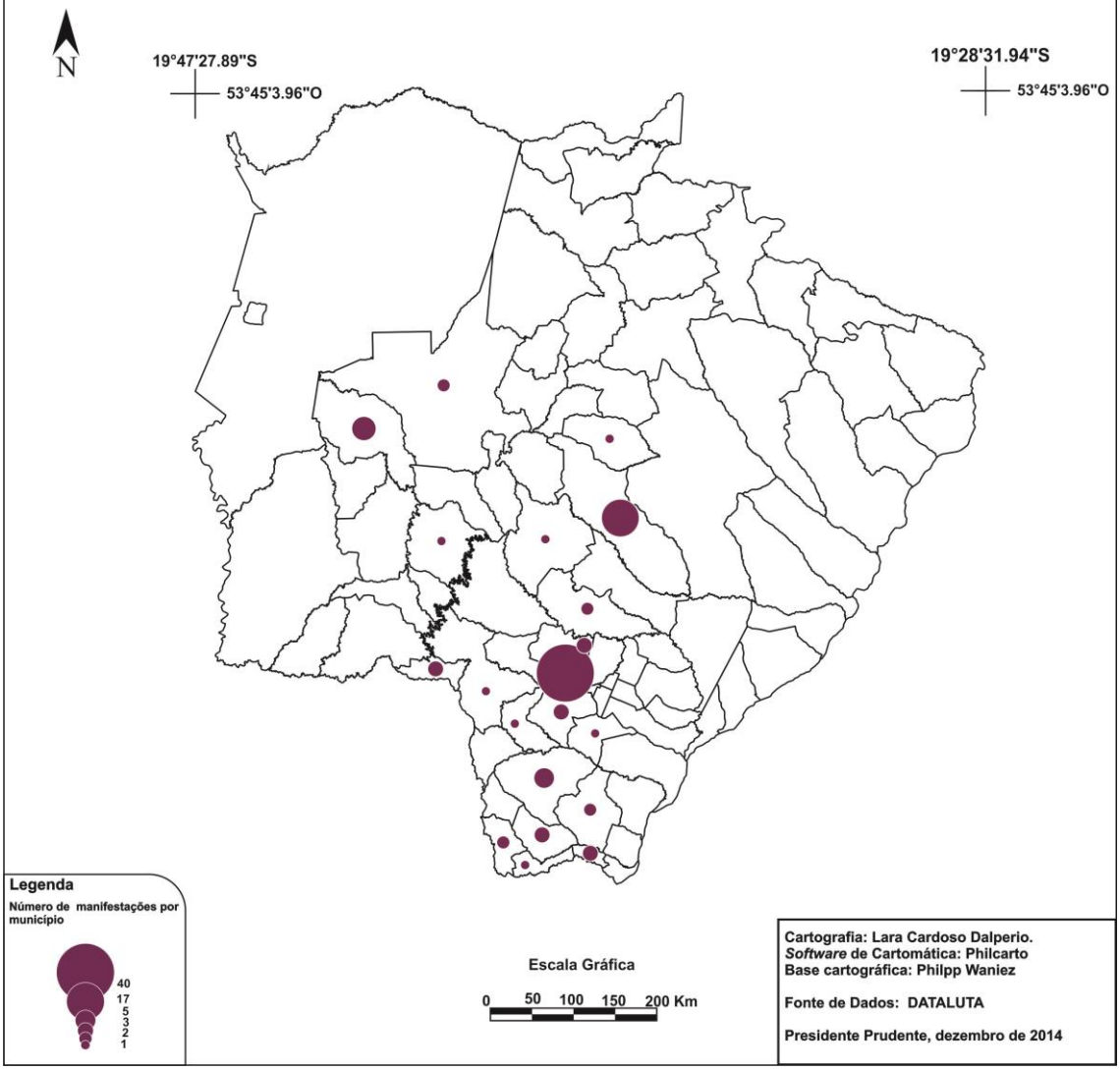
Assim, compreendemos que as manifestações do campo são importantes para analisarmos as demandas do campo brasileiro e no caso dos indígenas refletem questões problemáticas não só de sua desterritorialização, mas de ações a nível Governo Federal que tem impedido o processo demarcatório de seus territórios ou mesmo colocando na sua pauta questões sobre violações de seus direitos.

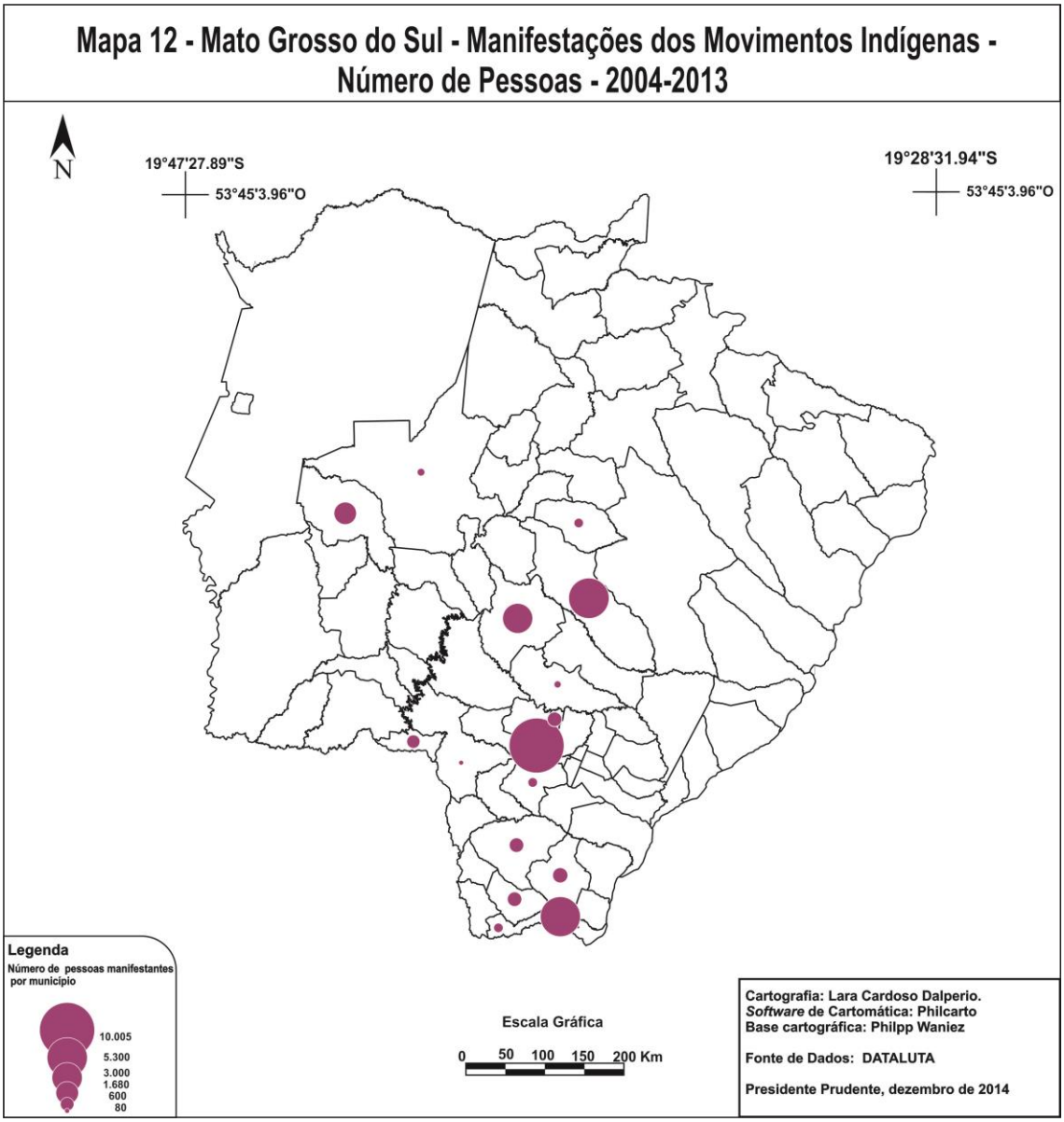
Para esta parte do trabalho, agrupamos todos os povos indígenas em Movimentos Indígenas para melhor sistematização destes dados, pois como vimos há diferentes etnias no estado do Mato Grosso do Sul. Pelo DATALUTA (2015) identificamos entre os anos de 2004 e 2013, que foram realizados pelos Movimentos Indígenas no referido estado, 99 manifestações com a participação de 30.215 pessoas, sendo realizadas de forma individual e

em conjunto com outros movimentos socioterritoriais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os Quilombolas.

Os mapas 12 e 13 apresentam a espacialização das manifestações do campo e o número de pessoas participantes dessas ações no estado do Mato Grosso do Sul entre os anos de 2004 a 2013.

Mapa 12 - Mato Grosso do Sul - Manifestações dos Movimentos Indígenas - 2004-2013





Podemos observar que as ações dos Movimentos Indígenas acontecem principalmente nos centros de decisões focados nas cidades de Dourados e Campo que juntos representam aproximadamente 60% das ações. O município de Campo Grande registrou 17 manifestações com a participação de 5.400 pessoas e Dourados 40 ações com a presença de 1.680 pessoas (DATALUTA, 2015), essas ações são focos devido à presença da Coordenação Regional da FUNAI em ambos os municípios, locais onde se concentram os centros de decisões.

Nessas localidades as principais reivindicações se baseavam em cumprimentos de acordos, nas demarcações de seus territórios, questões de infraestruturas, saúde, violências e injustiças, por políticas públicas, denúncias de riscos de acidentes, pelo meio ambiente, reforma agrária e cultura indígena, contra a entrada de entorpecentes e compras de votos, ou seja, todas as questões que envolvem a causa indígena tanto a nível territorial como imaterial (DATALUTA, 2015).

Segundo o site da FUNAI na regional de Campo Grande estão localizados os municípios de Bonito, Corumbá, Miranda, Sidrolândia, Brasilândia, Aquidauana e Nioaque que comportam as Coordenações Técnicas Locais. As terras indígenas tradicionalmente ocupadas são Terena, Kadiwéu, Ofayé-Xavante, Kinikinawa e Guató, mas abrange as etnias Atikun, Guarani-Kaiowá e Guarani Ñandeva. Nos municípios dessa regional temos as ações em manifestações nos seguinte locais: Aquidauana com duas e 200 pessoas participantes, uma em Nioaque, uma em Sidrolândia com 3.000 pessoas e Miranda com sete manifestações 1.680. Bloqueando rodovias federais como BR-262, BR-060, BR-262, ocupando prédios públicos como FUNAI e FUNASA, realizando passeatas e caminhadas para colocar em pauta e chamar atenção nas questões indígenas (DATALUTA, 2015).

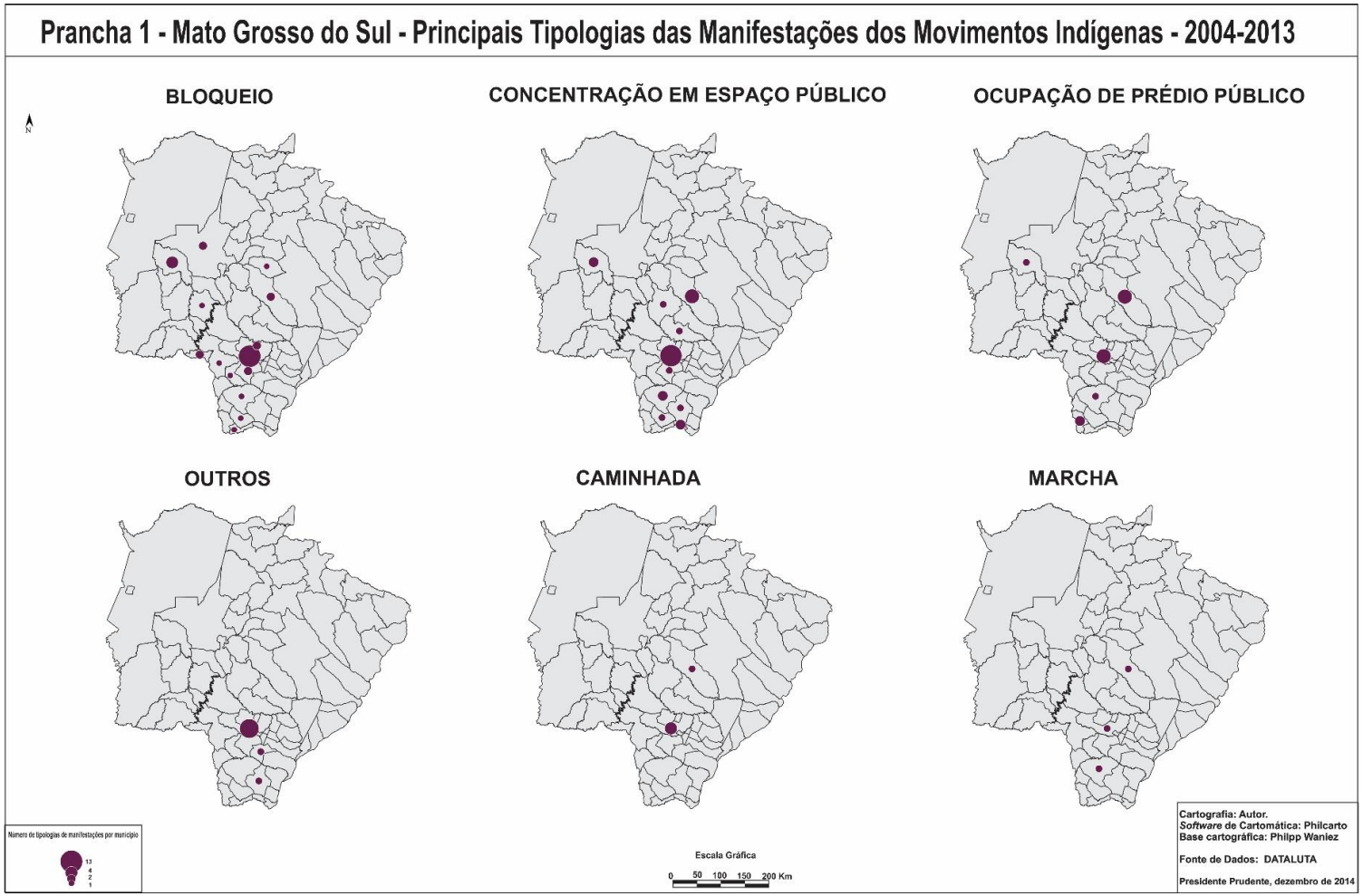
Conforme apontado pela FUNAI, a Coordenação regional da FUNAI em Dourados atendem as etnias Guarani Kaiowá, Guarani Nãndeva e Terena, possuindo as Coordenações Técnicas Locais de Caarapó, Dourados, Douradina e Volante, compondo as terras indígenas tradicionalmente ocupadas pelas etnias citadas. Nessas localidades foram, registradas segundo o DATALUTA (2015), três manifestações em Douradina com a participação de 710 pessoas. Três em Caarapó com 310 pessoas participante e o maior número de manifestações realizadas em um município 40 em Dourados com a participação de 10.005 pessoas. Ocorreram nessas localidades bloqueios de rodovias estaduais como a MS-156, MS-476 e MS-280, ocupação de prédios públicos como a FUNAI, acampamentos diante da FUNAI, caminhadas por terra e justiças, reivindicações que envolvem a terra como a demarcação e regularização fundiária, entre outros aspectos (DATALUTA, 2015).

As únicas manifestações conjuntas foram realizadas com o intuito de reivindicar questões que envolvem o campo e a paz. Em Rio Brilhante foi realizada uma manifestação dos Movimentos Indígenas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, contra o despejo dos indígenas em 2009. Depois três manifestações foram realizadas em 2013: uma

marcha com os Quilombolas, na dos Povos da Terra/Jornada Unitária de Lutas em Campo Grande; outra também neste município com os Sem Terras por meio de uma passeata por reforma agrária, demarcação de área indígena, regularização de território e reivindicando paz no campo e por fim, uma audiência com fazendeiros no município d Antônio João (DATALUTA, 2015).

Observamos que os Movimentos Indígenas conseguem aglomerar/ajuntar um grande número de pessoas em suas ações, se comparado ao número de manifestações, fato que é importante para dar uma maior representatividade e continuidade para o Movimento em nível estadual e nacional. Assim, suas ações por mais que tiveram oscilações em ambos os números estão reivindicando questões que envolvem seus territórios ou suas retomadas, desde ações contra despejos às políticas públicas.

A prancha 1 apresenta as principais tipologias das manifestações realizadas pelos movimentos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul no período estudado, compreendermos as tipologias torna-se importante para entendermos quais são as principais formas de lutas dos Movimentos Indígenas na luta pela terra/território.


Prancha 1 - Mato Grosso do Sul - Principais Tipologias das Manifestações dos Movimentos Indígenas - 2004-2013
BLOQUEIO
CONCENTRAÇÃO EM ESPAÇO PÚBLICO
OCUPAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO
OUTROS
CAMINHADA
MARCHA
N
Numero de tipologias de manifestações por município
13
3
2
1
Escala Gráfica
0 50 100 150 200 Km
Cartografia: Autor.
Software de Cartomática: Philcarto
Base cartográfica: Philpp Waniez
Fonte de Dados: DATALUTA
Presidente Prudente, dezembro de 2014

Em relação às essas tipologias a principal é o bloqueio de via de acesso, que se tornam importantes para as reivindicações dos Movimentos Indígenas, ações que também encontramos na nossa área de estudo em Rio Brilhante. Foram realizados 34 bloqueios de rodovias, estradas e avenidas com a participação de 9.110 pessoas, reivindicando demarcações de áreas indígenas, infraestruturas como melhoria das estradas dentro de aldeias e fornecimento de água potável, cesta básica, saúde, educação, terra, cumprimento de acordos, contra a PEC-215, contra violência e descaso para com os índios, protesto contra entrada de bebidas alcoólicas, drogas e contra a compra de votos em Dourados, protesto contra a reintegração de posse da fazenda Esperança, bem como a denuncia de risco de acidente próximo a aldeia Jaguapiru em Dourados devido ao tráfego constantes de caminhões e explosões em Pedreira. Dentre os locais podemos cita MS-156, BR-262, BR-060, BR-215, BR-262, MS-295, MS-384, BR 163 e Avenida Guaicurus (DATALUTA, 2015).

Em relação à concentração em espaço público, foram realizados atos e protestos, registrando 24 ações com 12.520 pessoas reivindicando terra, demarcação de área indígena, contra a injustiça e o descaso para com os índios e protesto a ação de despejo, a morte de lideranças e a Pec-2015. A maioria das ocupações de prédios públicos foram realizadas na Funai, seguida da Funasa e Assembleia Legislativa, nos municípios Amambaí, Campo Grande, Dourados, Miranda e Paranhos, sendo registradas 14 manifestações com a participação de 1.430 pessoas reivindicando terra, saúde e questões gerais indígenas (DATALUTA, 2015).

As manifestações registradas como outros, contabilizadas nove, com a participação de 1190 pessoas, realizadas em praças, reservas/aldeias, fazendas etc. a maioria em Dourados tendo uma em Iguatemi e outra em Juti. Elas se caracterizaram como ato de proibição da entrada de candidatos a prefeito e vereador para evitar compra de votos n reserva indígena de Dourados; protesto através de uma carta, contra ordem de despejo e expulsão, protesto na imprensa durante velório de Josivaldo Rodrigues Brites assassinado na aldeia de Dourados aos 19 anos etc.(DATALUTA, 2015).

Foram realizadas quatro caminhadas com 2.800 pessoas (três em Durados e uma em Campo Grande), que tiveram como caraterística protestar contra a violência em aldeias, contra injustiças, por demarcação de área indígena, políticas públicas e regularização fundiária. E três marchas contabilizando mil pessoas, dessas, uma ocorreu em conjunto com os Quilombolas intitulada “Marcha dos Povos da Terra/Jornada Unitária de Lutas” sendo as outras “Marcha contra o Genocídio dos Povos Indígenas e pela Paz” e “Marcha Indígena por

Terra e Justiça" entre 2011 e 2013. Estas marchas ocorreram nos municípios de Amambaí, Dourados e Campo Grande, reivindicando reforma agrária, demarcação de área indígena e regularização de território (DATALUTA, 2015).

No caso dos Movimentos Indígenas no Mato Grosso do Sul as manifestações do campo, foram realizadas a fim de questionar e reivindicar infraestruturas, políticas públicas, saúde para os indígenas, terra/território, contra ações de despejo e violência praticadas tanto pelo Estado como o agronegócio/latifundiários nacional e estrangeiro.

Como reflexo destas questões, Mato Grosso do Sul está entre os estados que comporta o maior número de assassinatos indígenas do Brasil, sendo que os Guarani-Kaiowá são os mais atingidos por este tipo de violência. Aos analisarmos os dados do CIMI, observamos que o processo de aldeamento que será retratado no desenvolvimento deste item, tem intensificado e criado conflitos internos e externos que acirram estas formas de violência, em função da precariedade dos territórios em que eles se encontram, além de conflitos diretamente ligados à luta pela terra, áreas de retomadas.

6.1.1 – Debate paradigmático: a Famasul e os indígenas Guarani e Kaiowá

Quando procuramos entender as formas de resistências Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, nos deparamos com algumas questões que elencamos como paradigmáticas para compreendermos as violências e as ações de retomadas territoriais e do ser índio no referido estado. Esses debates paradigmáticos, ficam evidentes ao analisarmos os discursos dominantes dentro da questão indígena em várias escalas com diferentes sujeitos históricos.

Esses discursos vão de encontro com o debate da demarcação dos territórios tradicionais indígenas, que são vistos por muitos segmentos da sociedade como uma forma de obstáculo para o desenvolvimento do país, bem como do estado. Estas ações também podem ser relacionadas com as lutas dos camponeses do MST frente ao agronegócio que nada diferencia dos discursos voltados aos indígenas, na questão que envolve a criminalização dessas ações.

Mota (2011) afirma que as disputas territoriais dos Guarani e Kaiowá então vinculadas às "disputas pelos saberes sobre a apropriação da/na natureza" (p. 301) em que "nestes conflitos entre racionalidades distintas, há a intensificação do processo de destruição/reconstrução de territórios" (p. 301). Segundo a autora, a palavra desenvolvimento traz consigo um caráter ideológico de crescimento, que na questão da demarcação dos territórios indígenas ela está baseada numa lógica produtivista, da qual os indígenas "não estão encaixados":

> Contudo, queremos chamar atenção para o discurso dominante em torno da não demarcação de territórios indígenas fazendo-se em contraposição as "minorias" sociais, daqueles que tem pouco direito de falar na sociedade capitalista-moderna-colonial, tendo em vista que esses modelos de vida estão relacionados a ordem-desenvolvimento-progresso do *agro-negócio*. Isso é demostrado já em seu sufixo, sendo a representação de que o domínio sobre as riquezas naturais é sinônimo de desenvolvimento econômico – capital, pautado na ordem economicista da sociedade, logo, tudo está interligada a logica do negocio, inclusive a natureza (MOTA, 2011, p. 306).

A terra para os indígenas está relacionada a uma vida digna seguindo suas tradições, costumes e usos (URQUIZA; PRADO, 2015). Assim, a natureza não é um negócio ela é vida e por isso, os debates em torno desta questão ficam latentes, principalmente ao analisarmos a atuação intensa da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) como protagonista na defesa dos produtores rurais e do agronegócio, desde os anos 1970. Segundo Ana Oliveira (2009) a Famasul tem se mobilizado para boicotar as ações que

resultarão nas demarcações de territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas no Sul do Mato Grosso do Sul.

A Federação vem atuando contra as causas indígenas no MS, com suporte/apoio de representantes políticos, como é o caso da presença de prefeitos ou mesmo de advogados nas reuniões que ela organiza ou participa, que envolvem a questão do agronegócio frente aos indígenas. Como exemplo disso, temos as reuniões que a Famasul realizada periodicamente para debater estas questões e pressionar o Estado a "solucionar" esta questão no Mato Grosso do Sul.

Em 2013, diante da conjuntura de conflitos territoriais entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul, a Famasul realizou uma reunião para contribuir com os "proprietários" das terras ocupadas pelos indígenas Guarani e Kaiowá e de outras etnias, com a participação de representantes políticos:

> Além dos produtores de áreas afetadas e fazendas vizinhas, participaram da reunião o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcoverde, os presidentes do sindicato rural de Amambai, Diogo Peixoto, e do sindicato de Iguatemi, Hilario Parise, o assessor jurídico do Sistema Famasul, Carlo Coldibelli, e o assessor técnico para assuntos fundiários da entidade, Josiel Quintino (FAMASUL, 2013, p. [1]).

A reunião teve o intuito de contribuir com orientações judiciais acerca das ações de retomadas dos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, que são definidas por eles e pela mídia como invasões. Este termo vem desqualificar e principalmente de deslegitimar a luta pela retomada de seus territórios tradicionalmente ocupados, colocando o "proprietário" como o dono legal da área.

A Famasul vem realizando várias reuniões ao longo dos anos com este propósito, disseminando um discurso contra a causa indígena no Mato Grosso do Sul, colocando-os como criminosos invasores de terras, utilizando da mídia digital e impressa para divulgar este posicionamento que é apoiado por grande parte de seus seguidores. A exemplo da utilização do termo de "invasão", temos a notícia da Revista Safra em 2015, intitulada "Invasões de índios a propriedades rurais dominam debate na abertura de bienal em MS" referindo-se as ações de enfrentamento da Famasul contra os indígenas e a preocupação das áreas retomadas pelos indígenas em todo Brasil, com destaque para o MS.

A notícia vincula uma fala do presidente da Federação Saito, que pede atenção dos representantes ruralistas e do governo para o cone sul do MS, território que é ocupado tradicionalmente pelos Guarani e Kaiowá e que como vimos é alvo de retomadas:

> "Gostaria que as lideranças e os produtores rurais de outros Estados aqui presentes voltassem suas atenções para a região do cone sul, tensionada pelo direito de propriedade. Queremos que o governo federal cumpra o seu papel de defesa do cidadão brasileiro, seja índio ou não índio" , afirmou Saito (REVISTA SAFRA, 2015, p. [1]).

Em nossas pesquisas podemos observar que o discurso predominante contra as causas indígenas é marcante, principalmente na criminalização de suas ações, ou seja, do ser índio. Podemos citar o manifesto que a Famasul e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná entregaram a então presidente Dilma Rousseff em 2013, alegando que os indígenas paraguaios já estão inseridos em nosso sistema e não tem vinculação com o nosso território:

> Estes índios, ao contrário do que afirma a FUNAI, já estão incorporados aos costumes da civilização, não sendo mais coletores e caçadores e estando fixados há gerações no vizinho país. Não têm, portanto, nenhuma ligação com o território reivindicado, que vem sendo utilizado na produção agrícola por produtores rurais (REDESUL DE NOTÍCIAS, 2013, p. [1]).

Neste manifesto, eles solicitaram a retirada imediata dos indígenas em áreas de retomadas, a inserção da Polícia Federal no estado com o intuito de impedir as ações dos indígenas na fronteira Brasil-Paraguai, bem como o afastamento de funcionários da FUNAI que segundo as federações, estão apoiando e incentivando as ações de retomadas dos indígenas em ambas as localidades.

Cavalcante (2013) em sua tese de doutorado nega este discurso, afirmando que os indígenas produzem em seu território alimentos, culturas e criam territorialidades. Obviamente a reprodução neste território não é realizada como no território capitalista, uma vez que este concebe a terra como um meio de exploração econômica, conforme relata o autor: "existe produção de alimentos nas terras indígenas, mas sob uma lógica completamente diferente da do agronegócio, portanto, jamais uma imagem aérea de uma terra indígena terá a mesma homogeneidade vegetal vista numa propriedade sojicultora" (p. 262).

No mesmo ano também tivemos a declaração da Famasul que considerou o índio como manipulado, visto que, a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas tem outros interesses[47], colocando como legais as ações de resistências dos fazendeiros e da federação. Contraditoriamente, podemos citar as perseguições aos defensores da causa indígena como o CIMI, os advogados e as igrejas.

[47] Ver em: http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/famasul-diz-que-indios-estao-sendo-manipulados-mato-grosso-sul-29171

No caso das igrejas a Famasul em 2009 divulgou uma nota solicitando o posicionamento das Paróquias junto com os prefeitos contra as ações de retomada dos indígenas, bem como pela demarcação de seus territórios. Ou seja, que a Igreja Católica Apostólica Romana fique do lado dos fazendeiros nesta disputa (FATIMANEWS, 2009).

Além de perseguir líderes religiosos, o CIMI também denunciou as perseguições sofridas pelo advogado Terena Luiz Henrique Eloy por parte da Famasul e da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrissul), com assédios judiciais e pedidos de cassação de seu registro na Ordem dos Advogados do Brasil:

> "A minha banca de mestrado aconteceu numa aldeia Terena. Então eles ingressaram com uma ação judicial para tentar suspender a banca, mas a Justiça Federal decidiu que a universidade tem autonomia científica, e que isso não constitui crime algum, haja vista que os Terena estão na posse por força de decisão judicial do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região)", explica o advogado Terena. Quando se deram conta de que Eloy tinha um registro na OAB, os ruralistas começaram a colocar em dúvida se Eloy era indígena. "Diziam que eu não era índio, que o Cimi tinha pedido para eu me identificar como Terena só para dar força à luta. Eles não querem admitir que eu sou indígena e ao mesmo tempo advogado. Não admitem que eu possa demandar na mesma técnica e competência deles", analisa (CIMI, 2015, p. [1]).

Além destas ações, a Famasul também criou em 2013, um evento denominado Leilão de Resistência para ajudar nas causas contra os indígenas no Mato Grosso do Sul, com pagamento de advogados que atuam nas áreas de retomada, para divulgação do que eles denominavam Movimento e para as questões relacionadas à segurança. Foram vendidas mais de três mil sacas de cereais, leiloadas cerca de 674 cabeças de gado e doações de dinheiro, resultando em $ 640,5 mil reais (G1 MS, 2013).

Vale ressaltar, que um dos argumentos utilizados pelo advogado Terena Eloy em relação às perseguições e pressões sofridas pela Famasul foi justamente à ação de enfrentamento que o mesmo efeituou juntamente com outros movimentos socioespaciais/socioterritoriais na luta contra o agronegócio em Mato Grosso do Sul.

Em nossos trabalhos de campo, o rezador comentou este leilão que a Famasul realizou, pois segundo o indígena todo o capital investido pelo Estado e pelos fazendeiros vão para o agronegócio. Percebemos em sua fala, uma revolta a essa situação, em que o dinheiro é a um dos males que acarretou a sua desterritorialização, trazendo somente coisas ruins. Segundo Pimentel (2012b):

> O dinheiro, chamado por vezes de pirapire (pele de peixe), tem papel importante no estabelecimento de um contraste com o modo de ser dos brancos (karaí reko). Em contraste com os indígenas, que se preocupam com a família e dividem o que têm, os karaí estabelecem relações por meio de compras e vendas, contabilizadas. É nesse sentido que se pode dizer que os brancos são "parentes do dinheiro" (PIMENTEL, 2012b, p. 143).

Como vimos no item anterior, os movimentos camponeses vem sofrendo fortes impactos por meio da territorialização do agronegócio, fato que não é diferente dos indígenas no Mato Grosso do Sul. Segundo Lutti e Lorea (2012) os Guarani e Kaiowá tem sofrido o agrobanditismo, ou seja, ataques violentos orquestrados pelo movimento ruralista composto pela imprensa, fazendeiros, governantes etc.

Segundo a Comisión Interamericana Derechos Humanos (CIDH):

> las autoridades estatales no estarían investigando ni identificando a los responsables de estos actos, por lo que los incidentes permanecen en la impunidad. Testimonios de líderes indígenas Guarani-Kaiowá dan cuenta de que ello se vincula a la falta de demarcación y protección de sus tierras ancestrales, que permite que las agroindustrias de cultivos como la soya y caña de azúcar se adentren en sus territorios y generan este ambiente de violência (CIDH, 2015, p. 175)

Diante disso, Angélica Fernandes *et al* (2010) aponta as interferências políticas que territorialização do agronegócio gera, principalmente com políticas e discursos que só tendem a favorecer o capital nacional e estrangeiro. Estas políticas em nossas análises tendem a acirrar os conflitos entre diversos sujeitos, com enfrentamento direto e indireto para a defesa de suas causas, agarrando-se a discursos preconceituosos contra as ações indígenas, sem levar em consideração a natureza de tais conflitos e discursos.

Um dos discursos que estão embasados a territorialização de grupos estrangeiros no Mato Grosso do Sul é a geração de emprego e renda, podemos ampliar tais considerações para outros territórios. O que fica evidente com este discurso é a questão produtiva do agronegócio frente às ações de demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas:

> É porque as demarcações são verdadeiras fábricas de produção de terras tradicionalmente ocupadas... Áreas indígenas são aquelas que as comunidades ocupavam no momento em que foi feita a Constituição e não as que ocuparam no passado, desde o descobrimento do Brasil. É um absurdo, uma excrescência, não da legislação, mas da interpretação, no nosso ponto de vista, muito maldosa da FUNAI e ainda respaldada por Ministério da Justiça e por Governo Federal, que promoveu esse caos, esse

> conflito todo que o país está vivendo (Eduardo Corrêa Riedel em entrevista a Revista ABCZ, 2014[48]).

A fala do representante da Famasul Riedel em 2014, expressa claramente os debates paradigmáticos que os indígenas defendem e o que a Famasul defende. E para legitimar este discurso a Famasul, desqualifica as ações indígenas de retomada de seus territórios com o intuito de demarcá-los. O mesmo pode ser observado na fala do deputado federal Jair Bolsonaro ao ser questionado sobre a questão da demarcação de terras no MS: "índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado, tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários" (BUENO; GONÇALVES, 2015, p. [1]).

Heck (2008) confirma tais fatos aos afirmar que para o agronegócio, o índio e sua ação são vistas como uma afronta ao "progresso", pois são preguiçosos e ilegais. Rodrigues (2013a) faz um contraponto destes debates, confirmando que as questões do uso da terra para os indígenas e fazendeiros são completamente diferentes, pois os indígenas produzem o necessário para a sua existência, regatando costumes e preservando o meio em que vivem e sua cultura. Já os fazendeiros discursam que a demarcação de terras prejudica na produção de alimentos sem necessariamente ajudar na melhoria de vida dos indígenas:

> "O que poucos entendem é que, no campo, a terra é a base não apenas do poder econômico e político, mas também do poder cultural. Por isso, ainda há quem concorde com o discurso de que os índios são vagabundos. Ou que são todos uns aculturados que só querem terras para deixar o mato crescer", diz o jornalista Cristiano Navarro (RODRIGUES, 2013a, p. [1]).

Estas considerações também foram debatidas pelo Conselho da Assembleia Geral Aty Guasu Guarani-Kaiowá-MS em 2012, que culminou em uma nota identificando e debatendo os discursos do agronegócio e dos fazendeiros, bem como o processo de perseguição realizado pela Famasul. Conforme podemos observar na citação a seguir:

> É essencial se observar que o efeito do discurso comum da organização dos fazendeiros geram além de genocídio, a discriminação, o preconceito e uma estigmatização nociva para todos os indígenas do MS, do Brasil e do Mundo. Como dito, a luta histórica pela recuperação das terras perdidas é apresentada pelos novos ocupantes do território antigo como um ato altamente violento, perigoso e ilegal. Portanto, a manifestação étnica e reivindicação dos indígenas são consideradas pelos fazendeiros local como

[48] Informações retiradas da Famasul. Disponível em: <http://famasul.com.br/artigos_interna/processo-de-demarcacao-de-terras-equivocado-cria-mais-problemas-sociais-do-que-resolve/25146/>. Acesso em: 02 jul. 2016.

> desrespeitando a lei e temidas (CONSELHO DA ASSEMBLEIA GERAL ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS, 2012).

Diante desta situação, temos o enfrentamento a nível imaterial dos indígenas e de outros seguimentos da sociedade contra essas ações do agrobantitismo, seja nacional ou estrangeiro. A estes aspectos podemos relacionar com a escala de luta dos movimentos socioterritoriais, que estão vinculados com a extensão territorial material e imaterial que eles se encontram e mais além, ou seja, as ações de enfrentamento que os indígenas Guarani-Kaiowá têm realizado no Mato Grosso do Sul fogem do local, ultrapassam fronteiras, abrangendo outros países.

Assim, tanto o processo de estrangeirização de seus territórios é global, como suas lutas também o são, como afirma Mangolim (1993) "o índio vem descobrindo que a firmeza de sua identidade é ainda o que lhe garante a sobrevivência. O índio aprendeu a se articular com outros setores da sociedade nacional sem deixar de ser ele mesmo." (p. 54).

Pois, a sua identidade na luta se (re) faz mesmo diante de tentativas de destruição e da desterritorialização realizadas pelo agronegócio em qualquer "figura" – empresas multinacionais, grupos estrangeiros nacionais e internacionais, fazendeiros etc. Como exemplo, podemos citar a Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, realizado pelos indígenas e outras organizações, movimentos socioterritoriais e socioespaciais do mundo - simpatizantes da causa indígena.

A importância desta Campanha está em colocar a público os problemas que os Guarani-Kaiowá vêm enfrentando em Mato Grosso do Sul, com a sua desterritorialização e lutas pela retomada de seus territórios. Assim, os indígenas ampliam espaços de diálogos e discussões acerca desta temática que envolve o agronegócio, violações dos direitos humanos, demarcações de seus territórios tradicionais, condições de vida e sobrevivência etc.

Pedon (2013) relaciona que esta escala de ação dos movimentos socioterritoriais tem desdobramentos em nível de origem e de impacto, ou seja, ela é definidora da sua transformação:

> Neste sentido, a escala de uma instância da ação política que se manifesta por meio de aspectos e relações espaciais. Se entendida como campo das **relações de poder**, a ação dos sujeitos pode transbordar seu próprio campo, assim como dos recortes político-administrativos colocados pelo Estado (PEDON, 2013, p. 209 – grifo nosso).

A escala de origem está relacionada com a capacidade de mobilização com outros seguimentos da sociedade – sujeitos, órgãos, instituições – e a escala de impacto abrangem o material e imaterial no sentido do alcance: nacional, internacional, regional, municipal etc. (PEDON, 2013).

Neste sentido, as escalas de ações dos movimentos refletem uma conflitualidade que envolvem vários sujeitos e territórios materiais. Envoltos em relações de poder que conferem o território e suas territorialidades, como é o enfrentamento dos indígenas com a estrangeirização de terras por meio da Campanha.

Esta Campanha foi iniciada em 2015, com o intuito de dar subsídios e apoio aos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul frente ao avanço do agronegócio nacional e estrangeiro com a produção de soja, milho e cana-de-açúcar (para açúcar e biodiesel) que incidem em seus territórios, para que os organismos internacionais não comprem as *commodities* produzidas no estado com sangue indígena. Conforme aponta:

> É uma campanha para que os organismos internacionais embarguem os produtos do agronegócio até que o governo brasileiro resolva definitivamente esta questão, demarcando e homologando as terras indígenas, indenizando os proprietários das áreas cujos títulos foram adquiridos de boa fé, cessando todos os ataques e atos de violência contra os povos indígenas. É uma campanha pela paz! (Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015, p. 1).

Diante disso, os órgãos e os indígenas criaram uma carta para ampliar a escala de impacto da Campanha intitulada “Não ao Genocídio dos Povos Indígenas. Porque pedimos o embargo/boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul”. Nesta carta argumentam-se através de dados quantitativos as mortes e violências praticadas contra os Guarani-Kaiowá em que nos últimos 12 anos, segundo os dados do CIMI mais de 400 homicídios e 700 suicídios foram registrados no estado do Mato Grosso do Sul, além das graves violações de Direitos Humanos como tortura, estupros, espancamentos etc.

Um dos elementos importantes que a carta mostra à comunidade brasileira e de outras nacionalidades são os três fatores que levam a violência e genocídios dos indígenas Guarani-Kaiowá: O primeiro está relacionado ao processo de colonização e ocupação de Mato Grosso o Sul, bem como ao modelo de desenvolvimento adotado:

> 1. A violação dos direitos individuais e coletivos está intrinsecamente ligada ao processo histórico de colonização e ocupação do Mato Grosso do Sul e ao modelo econômico que foi escolhido pelo Estado brasileiro, o qual foi implantado à base da violência, do confinamento dos povos originários e do

> desrespeito aos seus direitos fundamentais. Sem cumprir as determinações constitucionais e tratados internacionais dos quais é signatário, mantendo-se omisso na demarcação e homologação das terras indígenas, não assegurando direitos humanos e territoriais dos povos originários, o governo brasileiro se tornou o principal responsável por esta realidade de violência (Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015, p. 1).

O segundo esta relacionado com a atuação dos ruralistas que só tendem a intensificar os conflitos com os indígenas, sustentando, como vimos, o discurso do desenvolvimento econômico frente à demarcação de terras:

> 2. A atuação institucional e organizada dos ruralistas que, por meio das suas instituições classe, tem estimulado o enfrentamento aos povos indígenas. A gravidade da situação chegou ao ponto de, acintosamente, em 2013, a Acrisul e a Famasul anunciarem e realizarem o "Leilão da Resistência" para arrecadar recursos para este tipo de enfrentamento, o qual contou com a participação de fazendeiros e políticos. Ação que mereceu repúdio internacional e cujos recursos financeiros arrecadados foram embargados judicialmente, graças à luta dos movimentos sociais organizados (Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015, p. 1).

E por fim, o terceiro ponto que está relacionado ao papel da Justiça ineficiente frente às ações de violências que os indígenas vem sendo alvo:

> 3. A impunidade é outro elemento central na perpetuação da violência e do genocídio. Executores de homicídios, de ataques, de casos de tortura, estupro e espancamentos, bem como os seus mandantes, raramente são identificados e, sequer, vão para os bancos dos réus, prevalecendo à impunidade. Se por um lado a impunidade reina para os que massacram os povos indígenas, por outro há uma tentativa de criminalizar as entidades indigenistas e as lideranças indígenas, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015, p. 1).

Esses debates são importantes para que toda a sociedade brasileira e de outros países tenham um maior esclarecimento sobre as causas e reivindicações dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, tornando uma rede de articulação que apoiam esta causa, que tem como "fonte" principal a produção de *commodities* por grupos nacionais e estrangeiros em seus territórios originários e reivindicados por meio de acampamentos.

Pedon (2013) afirma que mais do que articular as escalas, é necessário criar outras: "construir suas próprias territorialidades e desconstruir territorialidades que limitam a ação libertadora" (p. 211). Assim, esta campanha vem no sentido de boicotar a produção do agronegócio no Mato Grosso do Sul em escala global por diversos atores, como podemos

observar no quadro 14 que apresenta as organizações e movimentos socioespaciais e territoriais que assinaram a carta.

Quadro 14: Organizações internacionais e nacionais de apoio à causa Guarani-Kaiowá pelo Boicote ao agronegócio
ABA - Associação Brasileira de Antropologia
ACAÓ - Associação de Conservação Ambiental Orgânica
Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade – AFES
Alternativa Terrazul
ANEL – Associação Nacional dos Estudantes Livres
ANAI- Associação Nacional de Ação Indigenista
ANP- Articulação Nacional das Pescadoras
AMPJ - Ética, Justiça, Cidadania
AMAR Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária / Paraná
Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A.
Articulação Antinuclear Brasileira (Brasil)
Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – Arpinsul
Associação Ka'apor Ta Hury do Rio Gurupi
Associação BEM TE VI Diversidade
Associação Movimento Paulo Jackson - Ética, Justiça, Cidadania (Bahia)
Associação Ambiental Voz da Natureza (ES)
Arpinsul, - Articulação dos Povos Indigenas da Região Sul
Articulação Nacional de Quilombos
APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil)
APOINME
APROMAC Associação de Proteção ao Meio Ambiente / Paraná
Blog Amazônia em Foco
Cáritas Brasileira
CEBI - Centro de Estudos Bíblicos
Centro de Trabalho Indigenista – CTI
Centro de Defesa de Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul – Marçal de Souza Tupã-i
Centro de Defesa de Direitos Humanos Heróis do Jenipapo
Centro de Defesa de Direitos Humanos Tomas Balduino de Atilio Vivacqua – Espírito Santo
Centro de Defesa de Direitos Humanos Nenzinha Machado
Centro de Defesa de Direitos Humanos Elda Regina
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes
Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
Comunità di S. Francesco Saverio, Trento - Itália
Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Piauí - CEPCTPI
Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí – CEEDHPI

Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF
Comissão Pastoral da Terra – CPT
Comissão Nacional de Juventude Indígena/CNJI
COMIN- Conselho de Missão entre Povos Indígenas
CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CPP - Conselho Pastoral de Pescadores
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Coletivo Terra Vermelha
Coletivo Papo de Rua
CUT - Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul
CSP – Conlutas
FBOMS
FLD - Fundação Luterana de Diaconia
Fórum Mudanças Climática e Justiça Social
Fórum de Mulheres de Mercosul/PI
Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS
Fundação instituto Nereu Ramos – Finer – Lages
Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
Instituto Internacional de Educação do Brasil
IPES - Incubadora Popular de Empreendimentos Solidários
Marcha Mundial de Mulheres
MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH
Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA
Movimento Quilombola do Maranhão
Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
Movimento de Apoio aos Povos Indígenas – MAPI
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MNDH-SC
MNDH – RS
Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) da Universidade Federal de São João del-Rei
O RUA - Juventude Anticapitalista
PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros
Pastoral da Juventude Rural (PJR)
Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil

PJR/ TB
PSTU/MS
RBJA
Rede de Profissionais em Antropologia (PROA)
Rede Jubileu Sul Brasil
Serviços SVD de JUPIC
Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM)
Serviço Interfranciscano de Justiça, paz e ecologia - Sinfrajupe
UMAM/CG
Uma Gota no Oceano
Via Campesina do Brasil
Vivat International
Rede de Juventude Indígena/REJUIND
TPT - Tribunal Popular da Terra
Teatro Imaginário Maracangalha
TOXISPHERA Associação de Saúde Ambiental / Paraná
KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço
Fonte: Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Com o intuito de dar maior visibilidade a campanha foram criadas figuras que retratam parcialmente os sofrimentos causados pela produção de *commodities* no Mato Grosso do Sul pelas lideranças, crianças e anciãos. Dizemos parcialmente, pois o sofrimento causado por este tipo de produção pode ser transmitido em imagens e dados quantitativos, mas o sofrimento real dos Guarani e Kaiowá transcende a materialidade dessas informações.

Eles sentem no seu viver, na sua cotidianidade, ou seja, no seu território, corpo e alma essa violência, essa perca do território frente aos discursos do Estado e do agronegócio, que só tem a deslegitimar e descaracterizar a luta dos Guarani-Kaiowá e seu sofrimento. Mota (2015) apontou em seu estudo que a luta pela retomada dos territórios indígenas está ligado aos medos, memórias e desejos dos indígenas, ou seja, pelos seus sentimentos.

As figuras 55, 56, 57 e 58 apresentam essas questões mostrando para toda a sociedade os reais impactos que a produção de cana-de-açúcar, de gado e etanol causam nos territórios indígenas – nos indígenas.

Figura 55: Campanha contra a pecuária no MS



Fonte: Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015.

Figura 56: Campanha contra a produção de soja no MS



Fonte: Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015.

Figura 57: Campanha contra a produção de cana-de-açúcar no MS



Fonte: Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015.

Figura 58: Campanha contra a produção de etanol no MS



Fonte: Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015.

Em relação à escala de impacto tratada por Pedon (2013) a figura 79 mostra a Campanha em outras línguas. Vale ressaltar, que todas as *commodities* apresentadas nas figuras anteriores, também estão escritas nos idiomas francês, espanhol e inglês.

Figura 59: Campanha do Boicote ao Agronegócio no Mato Grosso do Sul em outros idiomas



Fonte: Campanha do Boicote ao Agronegócio de Mato Grosso do Sul, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

A Campanha reflete os conflitos existentes em Mato Grosso do Sul, por meio dos ataques dos fazendeiros e os conflitos diretos com as usinas de cana-de-açúcar. Como é o caso do Grupo Louis Dreyfus Commodities que tem produzido em territórios reivindicados pelos indígenas Guarani-Kaiowá. A construção desses discursos fica evidente nas falas dos indígenas, conforme pode ser observado em um dos relatos mais impressionantes coletado no trabalho de campo, em que um indígena afirma que a LDC não consegue produzir em algumas áreas, porque foi muito sangue indígena derramado para a produção de cana-de-açúcar e a terra mãe não as deixam produzir.

Diante dessas questões temos os ataques contra os Guarani-Kaiowá no MS realizados pelos fazendeiros, ou seja, os debates paradigmáticos refletem em ações materializadas no território na forma de violência. Esta situação fica ainda mais evidente quando analisamos o caso do Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante.

6.2 – O processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá

A história do processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá[49] no estado do Mato Grosso do Sul, remete a vários processos com forte participação dos governos e do processo de estrangeirização, principalmente com as concessões de terras pela Cia. Matte Larangeira. Inicialmente estes povos indígenas ocupavam um amplo território, com possibilidade de reprodução de suas práticas culturais:

> Os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território situado entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai. Agrupavam-se, nesse território, especialmente em áreas de mata, ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias, que mantinham entre si inúmeras relações de casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, denominados de tekoaruvicha (chefes de aldeia) ou ñanderu (nosso pai) (BRAND, 2004, p. 138-139).

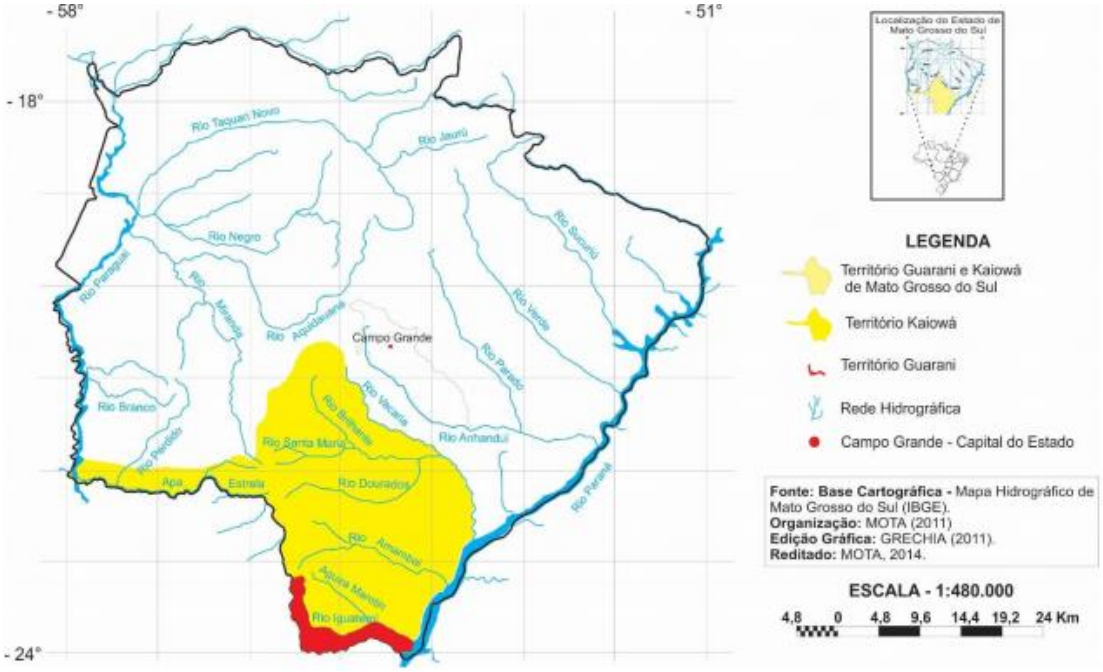
O processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá ocorreu de forma estratégica em vários momentos da história do Brasil e do estado perpassando diferentes ocupações e sujeitos. Brand, Ferreira e Azambuja (2008) nos informam que o povoamento por não índios no estado que hoje denominamos Mato Grosso do Sul remete aos anos de 1800, onde pouco foram os contatos mantidos com os Guarani e Kaiowá.

Pimentel (2012a) também confirma o pouco contato com os indígenas, ao afirmar que até meados do século XIX na região que habitavam os Guarani e Kaiowá não ocorreu intensamente e permanentemente uma ocupação por não índios favorecendo a um 'isolamento' que é modificado posteriormente pelos processos de guerras e ocupações via políticas do Estado.

Segundo Cavalcante (2010), o "território kaiowa no Brasil era bastante amplo, estima-se que ocupava ao menos toda a região entre o rio Apa, Serra de Maracajú, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai" (p. 8), conforme podemos observar no mapa 14 elaborado por Mota (2015).

[49] Vale ressaltar, que não temos como objetivo analisar num sentido antropológico esses povos, mas sim que seus ritos e costumes configuram como forma de resistência aos processos que eles vêm sofrendo desde o início de sua ocupação. Ou seja, o ser índio – modo de ser são resistências frente ao avanço do capitalismo no campo brasileiro e de suas relações, além, de suas ações de retomadas por meio dos acampamentos. Essas lutas estão embasadas no processo histórico de invasão dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas.

Mapa 14 - Território Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul[50]



Fonte: Mota, 2015, p. 109.

Esta situação mudou drasticamente depois da Guerra do Paraguai e 1984, intensificada com a ação das concessões feitas à empresa estrangeira Cia. Matte Laranjeira e também com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) que tiveram conflitos diferentes:

> Para os Kaiowá, os problemas decorrentes deste projeto de colonização são bem diversos daqueles criados pela Cia. Matte Laranjeira. Esta empresa interessa-se, no primeiro momentos, pelos ervais nativos e pela mão-de-obra necessária para a exploração do produto. Confrontavam-se os índios, agora, com colonos em busca de propriedades e interessados em estabelecerem-se nessas propriedades. Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato (BRAND, FERREIRA, AZAMBUJA, 2008, p. 33).

Vale ressaltar, que a CAND teve como base política de ampliação das fronteiras no contexto da política de "marcha para o Oeste" o que ocasionou uma intensificação da desterritorialização dos indígenas na região. Já a territorialização da Cia Matte Laranjeira em territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas Guarani e Kaiowá tinha como objetivo a exploração dos ervais que eram abundantes na área (BRAND, 2004).

Segundo Urquiza e Prado (2015):

[50] Título do mapa modificado pela autora da dissertação.

> A partir da criação da CAND, em 1943, a especulação pela terra se acirrará no sul de Mato Grosso do Sul, surgindo um novo modelo econômico e, por conseguinte, colonizador na região, o da formação das fazendas e dos empreendimentos agropecuários que se somam paralelamente ao processo de retirada das populações Kaiowá e Guarani que ainda viviam em "fundos de fazenda" – em matas que ainda não tinham sido alcançadas pela ocupação agropecuária (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 64).

A territorialização da Companhia Mate Laranjeira iniciou em 1982 e foi finalizada em 1946, em que nos anos iniciais desta década as terras tituladas voltaram ao domínio do Estado (GLASS, 2012). No ano inicial o Governo Federal arrendou terras a Companhia para o cultivo de erva mate, sobre os territórios Guarani e Kaiowá provocando um afastamento dessa população:

> Nesse período, instalou-se, para explorar os ervais da região, a Companhia Mate Laranjeira. A empresa foi fundada por Tomás Laranjeira que foi o aprovisionador da comissão de limites que atuou na região sul de Mato Grosso do Sul após o término da guerra. Naquele momento, **Tomás** percebeu o grande potencial dos ervais da região e por meio de diversas associações com políticos locais **e com o capital estrangeiro manteve durante vários anos um grande império na região** (1882-1943). Em seu ápice, a Mate Laranjeira teve o maior arrendamento de terras públicas do período republicano. Com o decreto nº 520 de 15 de julho de 1895, seus domínios alcançaram mais de 5.000.000 de hectares (CAVALCANTE, 2013, p. 22 – grifo nosso).

Este concessão ocorreu em 1891, mas Thomaz Laranjeira não tinha capital suficiente para explorar os ervais no Brasil, Argentina e Paraguai, e aliou-se a Banco Rio e Mato Grosso (BRMT) que obteve 97% das ações da Companhia Matte Laranjeira:

> O BRMT foi liquidado, numa operação amigável, entre 1902 e 1903, e a CML, nos moldes formais em que até então se apresentava, desapareceu juntamente com ele. Seus bens e concessões, contudo, foram imediatamente assumidos por uma nova empresa, denominada Laranjeira, Mendes & Cia., constituída em Buenos Aires entre fins de 1902 e princípios de 1903. Em 1917, essa empresa – que era uma simples sociedade mercantil – transformou-se, ainda na Argentina, em uma sociedade anônima, denominada Empresa Mate Laranjeira (a qual, por sua vez, desde 1935 passou a denominar-se Empresa Mate Laranjeira Mendes). Em 1929 ressurgiu no Brasil, como uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro, **mas sob o controle da Empresa argentina, uma empresa denominada Companhia Mate Laranjeira** – a qual assumiu os antigos contratos de arrendamento de ervais com o estado de Mato Grosso (QUEIROZ, P., 2015, p. 209).

Com isso, foram investidos em várias questões de transporte e logísticas, pois a exploração da erva Mate fora muito lucrativa nestas décadas. Ou seja, eles criaram instalações para construção e reparo de veículos e embarcações, criaram suas estradas, ferrovias e portos fluviais. Configurando assim, grandes transformações a nível estadual quanto internacional com a questão da exportação deste produtos nestes dois momentos (QUEIROS, P., 2015).

Segundo Alonso Junior (2011), apesar da Companhia Matte Larangeiras não ser proprietária das terras ela modificou grande parte da estrutura do estado, articulando-se ao poder público para isso. Os conflitos não eram tão intensos quanto na época de existência da empresa, mas quando ela acabou os conflitos se intensificaram em tamanhas proposições.

> As frentes de expansão advindas da região Sul do país, principalmente do Rio Grande do Sul, após a Guerra do Paraguai, foram freadas por alguns líderes que administravam a Companhia grande área que estava em domínio da Matte Laranjeira impediu o avanço dessas frentes utilizando-se de interesses políticos do estado do Mato Grosso e também das investidas que essas frentes pudessem impor sobre as terras ali dispostas (ALONSO JUNIOR, 211, p. 23).

Segundo Prado (2013) a empresa impactou as regiões de Amabais, Campanário, Juti e Caarapó etc. em que, os Guarani e Kaiowá foram perdendo a posse de seus territórios para a exploração da erva para a empresa estrangeira, vindo para fundos de fazendas. Nos anos de 1940 e 1950 a empresas chegou a arrendar aproximadamente 5.000.000 hectares dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas e o autor ainda afirma que com a criação da CAND e do Território Federal de Ponta Porã a empresa ganhou força. Mas, que posteriormente a criação deste território e pelo aparato legal o Estado por meio de Getúlio Vargas anulou os direitos da Matte Laranjeira com o intuito de liberar as terras para a colonização.

Segundo o autor, as terras pertencentes aos indígenas Guarani e Kaiowá foram tidas como devolutas, mudando as formas deste território, em que os indígenas estabeleceram relações de trabalho com a empresa estrangeira acarretando na exploração e no endividamento. Com o agravo das ações do "órgão indigenista oficial (a partir de 1910, o SPI e, após 1967, a FUNAI), que se muniu de métodos bastante opressivos, com o intuito de levar esses povos a um ideal de "civilização", aculturação e integração a sociedade nacional" (PRADO, 2013, p. 24).

Pimentel (2012a) afirma que com a exploração de erva-mate os indígenas "lançam-se massivamente ao trabalho – afinal, possibilitava-lhes um afluxo de bens exteriores ao mesmo

tempo em que não lhes exigia um engajamento insatisfatório" (p. 92). Além da exploração dos indígenas este processo também impactou as formas de vivência entre eles e no território:

> A exploração da erva mate ocorreria sobre o tekoha, desestabilizando a forma e os sentidos de uso, consumo e reprodução que os Kaiowá e Guarani tinham da terra. Muitos indígenas estabeleceram relações de trabalho com a Cia Matte Larangeira, sofrendo exploração e endividamento quando adquiriam mercadorias, quase sempre superfaturadas, nos barracões da Matte (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 59).

Segundo Mota (2015) a exploração da erva mate provocou uma dispersão e desarticulação dos indígenas do tekoha:

> Essa situação passou a ocorrer não mais pelas redes de sociabilidade nas relações de parentesco ou pelo esgotamento de riquezas ambientais que impossibilitavam a manutenção e/ou constituição de espaços de morada - na construção de ogapysy, por exemplo - mas por uma mobilidade moldada pelo espaço-tempo de trabalho na atividade ervateira, nos espaços onde tinham erva matte em abundância. Exatamente por esse contexto, é possível afirmar que a atividade ervateira não propiciou a desterritorialização efetiva dos Guarani e Kaiowá, a empresa detinha o monopólio da terra para exploração dos ervais e mão de obra a ser explorada, tanto indígena quanto paraguaia , o que se constituiu em um regime de trabalho conhecido por escravidão por dívida (atualmente conhecido como trabalho análogo ao escravo, segundo o artigo 149 do código Penal Brasileiro) (MOTA, 2015, 129).

Os problemas territoriais ocasionados por estes processos no estado do Mato Grosso do Sul, tem reflexos e impactos nos dias atuais frente às ações de retomada dos Guarani-Kaiowá. A atuação do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI)[51] foi errônea, pois o órgão tinha orientações claras de como proceder para garantir o direito territorial dos indígenas e não o fez. As atividades do SPI iniciaram em 1915 na região da Grande Dourados com a demarcação de reservas que tiveram suas extensões diminuídas/reduzidas: a 1ª Reserva Indígena Kaiowá em Amambaí no mesmo ano, em 1917 com a segunda área em Dourados 'para a colônia dos índios de Dourados' e a terceira em 1924 com a reserva em Caarapó (BRAND, FERREIRA, AZAMBUJA, 2008).

Isto remete-se:

> Após o processo de mecanização da agricultura na década de 1970 e o fim dos trabalhos de derrubada das matas e abertura de estradas (onde houve

[51] Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e no ano segunte reformulado tornando-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (MOTA, 2015).

> participação efetiva dos grupos indígenas citadas neste trabalho), torna-se inconveniente para os "novos" proprietários manter os indígenas em "suas terras". Ocorre então uma mobilização, em alguns casos com apoio do órgão oficial indigenista, para expulsar de vez esses grupos ou famílias. Acreditava- -se que "lugar de índio é dentro da reserva" pelo Estado (URQUIZA; PRADO, 2015 p. 65).

Segundo Mangolim (1993) este processo de criação das reservas, o STI colocou uma figura antes inexistente nas organizações - o "capitão"[52] - que serviria como um chefe único para falar por toda a reserva com o Estado, com objetivos de integração. Essas reservas não tem tamanho suficiente para comportar o crescimento populacional dos indígenas e também não conseguem cultivar mais de um hectare de terra.

Sobre os impactos das reservas na vida dos Guarani e Kaiowá, Brand (2004) afirma:

> Toma-se fácil compreender os complexos problemas relacionados à administração desses novos espaços constituídos pelas reservas. Como já destacado acima, o desafio maior decorrente do processo de perda territorial refere-se às dificuldades em adequar a sua organização social a essa nova situação marcada pela superpopulação, sobreposição de famílias extensas e pelas transformações de ordem econômica (BRAND, 2004, p. 141).

Os autores destacam que este processo de criação de reservas, no caso oito entre 1915 e 1928, reflete um processo de confinamento compulsório dos indígenas, com o intuito de liberar terras para a colonização, para empresas privadas, sem levar em consideração o modo de viver dos indígenas, colocando-os como mão de obra – trabalhadores para o capital. Mudam-se as relações com o território, com a forma de viver anteriormente com a agricultura, caça, pesca etc. para apenas a produção com poucas variedades na agricultura:

> Nesse sentido, temos que as políticas aplicadas em relação aos indígenas, consistiam em concentrar em uma única Reserva todas as nucleações de indígenas existentes nas regiões circunvizinhas, liberando assim terras para as "frentes de expansão colonizadora". Os índios que viviam em um território sem fronteiras passam, a partir da re/demarcação das Reservas, a viver sob o controle de postos, submetidos a medidas convenientes para o Estado (ALONSO JUNIOR, 2011, p. 23).

[52] Segundo Cavalcante (2015, p. 191) "Em 15 de maio de 2008, o presidente da Funai assinou a Portaria nº 491, que versa principalmente sobre segurança pública em terras indígenas. Tal portaria também é considerada como a definitiva proibição da interferência do órgão indigenista na escolha de lideranças indígenas na região de ocupação tradicional kaiowá e guarani."

Com o confinamento desses povos ocorre uma modificação da estrutura social-política, em que colocou-se várias famílias de porte grande numa pequena extensão territorial (MAMGOLIM, 1993). Este processo de confinamento dos indígenas também:

> Comprometeu profundamente a economia indígena e impôs graves limitações a sua organização social e, como consequência, a sua relação com o território. E as mudanças provocadas pelo confinamento se refletem na relação dos Kaiowá e Guarani com o sobrenatural (BRAND, FERREIRA, AZAMBUJA, 2008, p. 43).

Brand (2004) nos informa que as limitações a nível econômico pela inviabilização da itinerância em território amplo e do esgotamento dos recursos naturais utilizados pelos indígenas, em que eram abundantes e a projeção das aldeias era realizada de forma estratégica para a natureza poder se recompor, bem como limitações a nível religioso e de organização social, provocou grandes impactos.

Toda a relação com o território material e imaterial é modificada, pois os governos não consideraram as caraterísticas culturais peculiares dos povos indígenas. Fatos que ainda conseguimos ver na atualidade, principalmente com os trabalhos de campos realizados nas áreas de retomada e nas reservas. Ao observarmos a história de ocupação destes territórios, vemos a intensificação e destruição por meio da criação de gado e de produção de monoculturas, bem como o trabalho degradante nessas áreas.

Segundo Mangolim (1993) a economia de reciprocidade cultivada pelos Guarani, onde tudo era a base de troca, acarretou uma luta desigual deles frente ao avanço do capital agropecuário e, consequentemente os colocou na situação precária que vivem até hoje. Assim, segundo a autora: "O contato com o branco explorador e com as leis de mercado desestabilizou o sistema Guarani e criou a mais cruel dependência" (p. 18).

Segundo Brand, Ferreira e Azambuja (2008) foram nas décadas de 1940 e 1950 que se instalam as fazendas agropecuárias em regiões de matas, onde residiam os indígenas. Assim, ocorre um desmatamento intenso dessas áreas, bem como com a destruição das aldeias criando as fazendas de gado. E com a introdução da monocultura da soja no que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul, então década de 1970, as aldeias-refúgios nos fundos das fazendas foram acabando[53].

Além da destruição das aldeias de refúgio onde os indígenas Guarani-Kaiowá resistiram por muito tempo, o processo de mecanização da produção de soja no Mato Grosso

[53] Este fim, não foi exatamente uma extinção, pois alguns indígenas Guarani e Kaiowá resistiram nesses territórios, frente a esse processo.

do Sul provou uma intensa dispensa de mão-de-obra indígena nas fazendas (BRAND, 2004), prejudicando ainda mais a situação que já estava em conflito.

Bem como, com a inserção das usinas de cana-de-açúcar, principalmente com o Proálcool, inserindo o trabalho indígena nestes territórios análogo a escravidão. Essa territorialização, por meio do avanço do agronegócio sucroalcooleiro impede/dificulta as de demarcações e a ocupação das terras que os indígenas Guarani e Kaiowá reivindicam.

Atualmente, esses territórios estão sobre o controle de empresas nacionais e transnacionais para a produção *commodities* cana-de-açúcar, milho, soja, eucalipto, algodão entre outras. E este processo de territorialização da agricultura capitalista foi subsidiado pelo Estado, o processo de estrangeirização de terras "iniciado" por meio da Cia. Matte Larangeira tem desdobramentos atuais.

Assim, as disputas pelo território são marcadas por tensões e contradições contidas no aparato institucional do Estado, no agronegócio e no latifúndio que tentam impedir a demarcação de territórios indígenas. Conforme Ana Oliveira (2009):

> Ações como essa de tentar impedir que esses povos permaneçam em seus territórios, mantendo suas formas de organização social e de produção, ou de cooptá-los para o circuito da atividade canavieira, absorvendo-os no processo de produção como força de trabalho superexplorada e, em muitos casos sob condições análogas ao trabalho escravo ... além de provocar o desmantelamento da organização social e da cultura indígena, contribui para aumentar a violência, as mortes por assassinatos, suicídios, desnutrição; bem como a fome e o genocídio desse povo. (OLIVEIRA, Ana, 2009, p. 220-221).

Diante do processo de desterritorialização dos indígenas Guarani e Kaiowá e as violências cometidas contra sua cultura e território, os indígenas iniciaram um processo de retomada de seus territórios na década de 1970. Territórios em extensões bem maiores que as reservas instituídas para sua morada, bem como a retomada dos territórios apropriados pelo capital principalmente da cana-de-açúcar com a criação do Proálcool.

Desta forma, a questão da terra/território para o indígena não pode ser vista como uma mercadoria, pois não há preço nela, sendo considerada sagrada, ocupada pelos seus parentes do passado, ou seja, ela é vida, a "mãe" de todos, como foi apontado em algumas entrevistas. Martins (1995) nos diz que para o índio a "terra é sagrada, nela se baseia a organização tribal". (p. 117).

Podemos dar tais apontamentos ao observarmos as palavras do Kaiowá Seferino:

> "Sem terra o índio fica triste e vai esquecendo a sua língua, começa a falar com a língua emprestada do branco, perde a memória de seu povo. Sem terra o índio não tem onde plantar, onde caçar, pescar, buscar ervas, fazer suas festas, sua religião, ele fica abandonado e vai morrendo..." (RIPPER, 1997, p. 160)

Segundo Souza e Pedon (2007), a materialização de uma identidade é incorporada pelo cotidiano, sendo necessários os símbolos, as imagens e os aspectos culturais, caracterizados como valores, dando sentido de pertencimento, de defesa dos territórios e das identidades, na qual, o sentimento de pertencimento é o principal elemento da relação identidade-território. Diante desta questão, compreendemos que as retomadas iniciais dos indígenas Guarani-Kaiowá remetem a esse sentimento de pertencimento e/ou de perca de seu território que dever ser retornado para a possibilidade de sua reprodução como em tempos passados.

Esta luta pelo retorno (jaike jevy) dos Guarani e Kaiowá esta vinculada com as primeiras discussões realizadas pelas grandes assembleias o Aty Guasu, sendo composta por vários indígenas (homens, mulheres e crianças), por líderes políticos, espirituais (ñanderu e ñandesy) e seus aprendizes (yvyra'ija) (BENITES, 2014). Elas tiveram início em 1978, com representantes indígenas das áreas que compõem de diversas fases do processo demarcatório (MANGOLIM, 1993).

Segundo o indígena Benites (2014):

> O Aty Guasu pela recuperação dos tekoha passou a ter mais força, proteção e segurança dos seus *jara* deuses e mais consistência, com o aumento da presença de vários líderes espirituais (ñanderu), que passaram a ser determinantes nos encaminhamentos e deliberações feitas. Dessa forma, o Aty Guasu foi e é vital para a ação e valorização dos *jeroky* (rituais religiosos, com cantos e rezas para proteção) pelas famílias indígenas envolvidas na luta pelos *tekoha*. Esse conjunto de aspectos resulta no fortalecimento da etnicidade indígena e na maior força de coesão entre as famílias extensas de modo geral, em todos os *tekoha* em litígio (BENITES, 2014, p. 39).

Segundo o autor, o Aty Guasu é entendido como um instrumento de luta pelas lideranças Guarani e Kaiowá, por meio da discussão de políticas vinculada aos órgãos como FUNAI e Funasa e da troca de experiências, rituais religiosos /festivos com o intuito de fortalecimento do ñande reko (nosso modo de ser e de viver).

A partir disso, podemos observar que a problemática da terra, é o principal elemento que reflete na situação precária dos indígenas, "e que tem impossibilitado a recriação de seus

modos de ser e viver com base no Teko Porã – Bem Viver, que se estabelecia em consonância aos ensinamentos deixados por seus ancestrais e suas relações socioterritoriais no Tekoha" (MATOS, PEREIRA, L., 2012, p. 3).

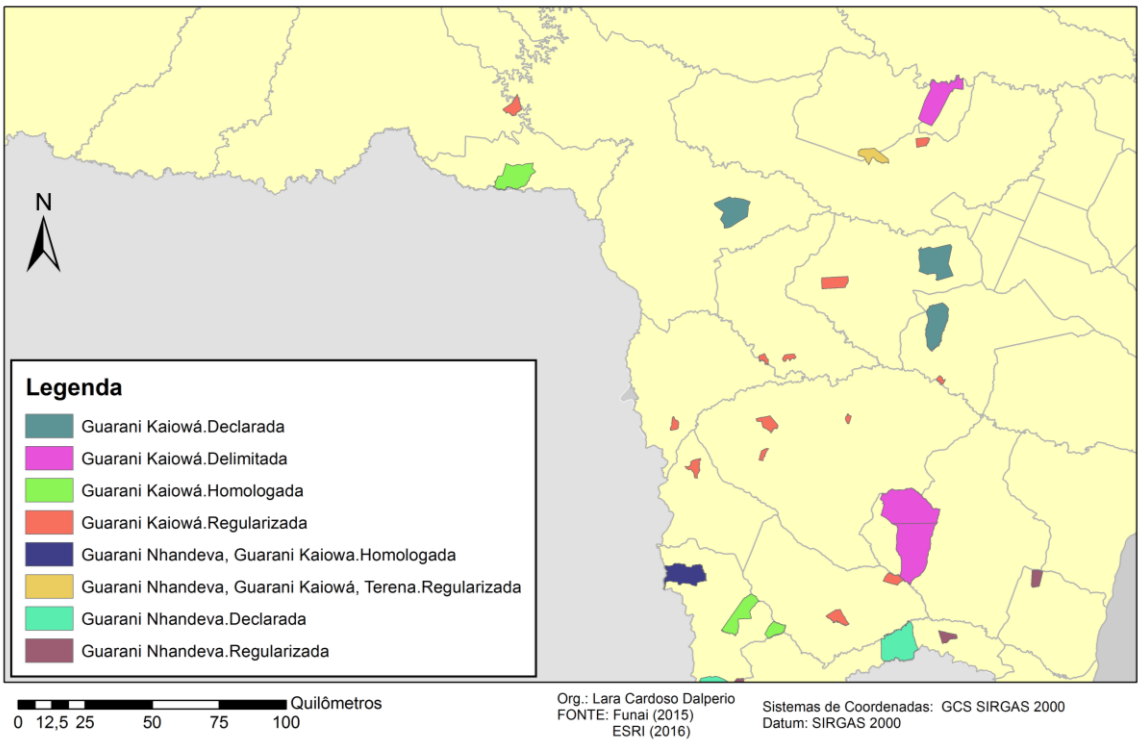
Segundo Brand, Ferreira e Azambuja (2008) as primeiras ações de retomadas ocorreram em 1978 na aldeia Takuaraty-Yvyvkuarusu em Paranhos, sendo expulsos de seus territórios tradicionalmente ocupados e transferidos para outros territórios, mas sempre retornavam até a área ser reconhecida em 1984. Outro processo de transferência apoiado pela FUNAI e pela Cia. Matte Laranjeira ocorreu no mesmo ano do início da ação de retomada, sofrido por 114 indígenas Kaiowá de Laguna Caarapã para um território Kadiwéu em Porto Murtinho, mas retornaram dois anos depois até a terra ser reconhecida. Outras lutas também foram travadas citadas pelos autores como da aldeia Pirakuá, aldeia Jaguapire, Jaguari, Cerrito, Potrero Guasu e Jarará.

Segundo Levi Pereira (2003):

> A partir do início da década de 1990, o campo do indigenismo em MS, confrontou-se com sucessivas tentativas de comunidades guarani de reocuparem terras tradicionais, das quais foram alijados pelo processo histórico de ocupação da região pelas frentes agropastoris. Aparece com força a reivindicação das comunidades de Cerrito, Jaguapiré, Paraguasu, Sete Cerros, Guasuty, Jaguary e Jarará. A demarcação destas áreas foi um percurso cheio de percalços administrativos e judiciais, conflitos e ações determinadas e intransigentes das comunidades em defesa de seus direitos. Ao final, estas comunidades tiveram suas terras asseguradas e o sucesso estimulou dezenas de comunidades que se encontram fora de seus territórios de origem, a também reivindicar a demarcação de suas terras (PEREIRA, L., 2003, p. 141).

A demarcação dessas terras citadas por Levi Pereira (2003) pode ser observada no mapa 15 que representa a espacialização da situação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul e o quadro 15 de modo aprofundado a especificação dessas áreas e localidade.

Mapa 15 – Terras Indígenas Guarani – Kaiowá no Sul do estado do Mato Grosso do Sul

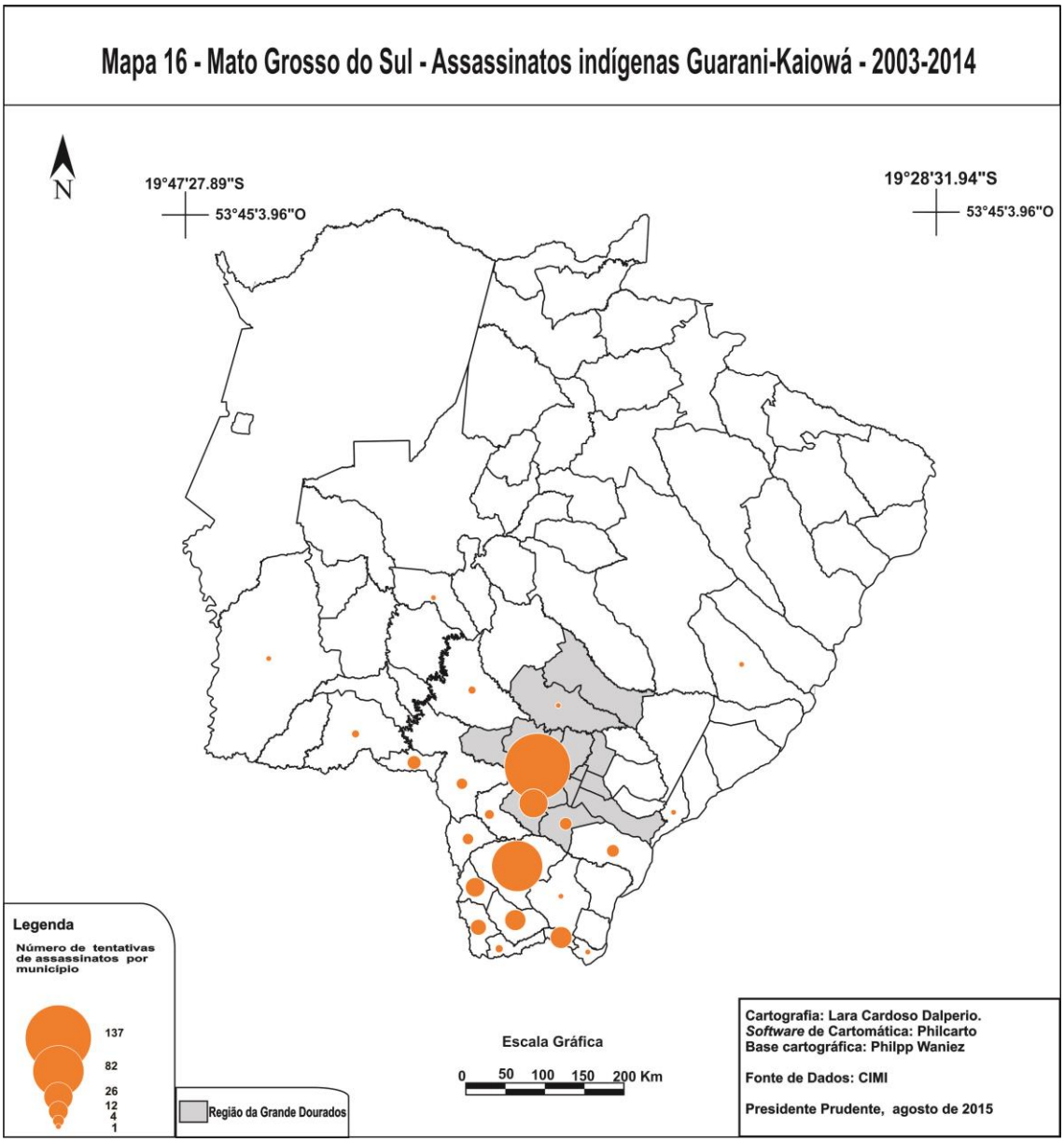


Quadro 15: Situação das terras indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul				
Terras Indígenas	Etnias	Municípios	Superfície (Ha)	Fases
Guyraroká	Guarani Kaiowá	**Caarapó**	11.440,00	Declarada
Jatayvari	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	8.800,00	Declarada
Taquara	Guarani Kaiowá	**Juti**	9.700,00	Declarada
Iguatemipegua I	Guarani Kaiowá	Iguatemi	41.571,00	Delimitada
Panambi - Lagoa Rica	Guarani Kaiowá	Douradina, Itaporã	12.196,00	Delimitada
Apapeguá	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Boqueirão-MS	Guarani Kaiowá	Paranhos	0	Em Estudo
Guaivyry-Joyvy	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Iguatemipeguá II	Guarani Kaiowá	Amambai, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, **Dourados,** Iguatemi, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Iguatemipeguá III	Guarani Kaiowá	Tacuru	0	Em Estudo
Laranjeira Nhanderu	Guaraní Kaiowá	**Rio Brilhante**	0	Em Estudo
Arroio-Korá	Guarani Kaiowá	Paranhos	7.175,77	Homologada
Ñande Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	Antônio João	9.317,22	Homologada
Sete Cerros	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá	Paranhos	8.584,72	Homologada
Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	Paranhos	2.609,09	Homologada
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	Amambaí	668,0796	Regularizada
Amambai	Guarani Kaiowá	Amambaí	2.429,55	Regularizada
Buritizinho	Guarani Kaiowá	Sidrolândia	9,7428	Regularizada
Caarapó	Guarani Kaiowá	**Caarapó**	3.594,42	Regularizada
Dourados	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Terena	Dourados, Itaporã	3.474,60	Regularizada
Guaimbé	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	716,9316	Regularizada
Guasuti	Guarani Kaiowá	Aral Moreira	958,7993	Regularizada
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	Tacuru	2.342,02	Regularizada
Jaguari	Guarani Kaiowá	Amambaí	404,7055	Regularizada
Jarara	Guarani Kaiowá	**Juti**	479,0728	Regularizada
Panambizinho	Guarani Kaiowá	**Dourados**	1.272,80	Regularizada
Pirakua	Guarani Kaiowá	Bela Vista, Ponta Porã	2.384,06	Regularizada
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	777,5349	Regularizada
Sassoró	Guarani Kaiowá	Tacuru	1.922,64	Regularizada
Sucuriy	Guarani Kaiowá	Maracajú	535,1047	Regularizada
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia	1.776,96	Regularizada
Fonte: FUNAI, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.				

No caso da região da Grande Dourados, podemos citar as áreas com conflitos com empresas estrangeiras em Juti com a Takuara e a Guyraroka em Caarapó. A Raízen está entre essas terras indígenas nos municípios produzindo cana-de-açúcar e soja. A Takuara vem sendo reivindicada pelos Guarani-Kaiowá desde 1999 e sofreram vários ataques em suas ações de retomada, o mais agressivo culminou na morte por traumatismo craniano do cacique Marcos Veron devido ao espancamento realizado pelos jagunços do fazendeiro Jacinto Honório em 2003. Esta morte se tornou um marco de luta dos indígenas na área, mesmo com a diminuição da repressão/violência por parte dos fazendeiros da região depois do atentado os indígenas vivem em situação de medo. Além, destes problemas a plantação de soja em seus territórios tradicionalmente ocupados tem causado grandes danos ambientais e nas questões de saúde (GLASS, 2012).

No caso da segunda área foram reconhecidos 11,4 mil hectares em 2004, mas os indígenas retomaram a área no ano seguinte ocupando 58 hectares e em 2009 a terra foi declarada pertencente aos indígenas e aguarda a demarcação. As 120 famílias que permanecem atualmente, enfrentam vários conflitos com a Raízen que arrendam e compram matérias primas deste território, provando vários danos ambientais com a produção de cana-de-açúcar e soja de outros fazendeiros também. Ou mesmo, por exemplo, em Ponta Porã na terra indígena Jatayvary, onde a usina São Fernando teve alguns conflitos devido à plantação de cana-de-açúcar nestes territórios, por meio de arrendamento e com a Bunge provocando vários danos ambientais e algumas repressões, principalmente com ações de retomadas realizadas pelos indígenas, culminando em assassinatos e torturas a estes sujeitos (GLASS, 2012).

Diante desta problemática o mapa 16 apresenta a espacialização dos conflitos que envolvem o Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul por meio do número de casos de assassinatos e a tabela 1 informam detalhadamente os tipos de localidades das quais aconteceram estes casos.



Conforme podemos observar no mapa 16, a maior concentração de assassinatos ocorre no sul de mato Grosso do Sul, área em que se encontra a maior concentração de povos Guarani-Kaiowá, com grande densidade populacional e proximidade com centros urbanos, além de tratar-se de uma área em constante conflito pela terra, neste contexto, os conflitos sejam no interior das aldeias ou fora destas se intensificam, conforme podemos observar na sistematização dos dados sobre assassinatos de Guarani-Kaiowá entre os anos de 2003 e 2014 que trataremos a partir de tabela 01.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Assassinatos de Guarani-Kaiowá - 2003-2014

Assassinatos por local da ocorrência	Quantidade / ano									
	2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº de vítimas	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº vítimas
Dentro de Aldeias / conflitos internos	7	7	11	12	13	14	17	18	43	43
Acampamentos / áreas de retomada/ conflito interno	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Acampamentos/áreas de retomadas sem motivo identificados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Acampamentos / áreas de retomada por ataques externos	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0
Aos arredores das aldeias	5	5	2	3	2	2	2	2	0	0
Em outras localidades / áreas urbanos / trabalho	0	0	3	3	10	11	2	2	6	6
Sem Localidade identificada	0	0	0	0	0		2	2	0	0
Total	13	13	16	18	27	28	23	24	50	50

Continua.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Assassinatos de Guarani-Kaiowá - 2003-2014

Assassinatos por local da ocorrência	Quantidade / ano									
	2008		2009		2010		2011		2012	
	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº de vítimas	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº vítimas
Dentro de Aldeias / conflitos internos	36	36	20	20	18	18	17	17	22	22
Acampamentos / áreas de retomada/ conflito interno	0	0	0	0	1	1	0		0	0
Acampamentos/áreas de retomadas sem motivo identificados	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Acampamentos / áreas de retomada por ataques externos	0	0	2	2	0	0	2	2	0	0
Aos arredores das aldeias	2	2	3	3	5	5	2	2	4	4
Em outras localidades / áreas urbanos / trabalho	3	3	5	5	1	1	5	5	7	8
Sem Localidade identificada	0	0	2	2	1	1	0	0	0	0
Total no ano	42	42	32	32	26	26	26	26	33	34

Continua.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Assassinatos de Guarani-Kaiowá - 2003-2014

Assassinatos por local da ocorrência	Quantidade / ano					
	2013		2014		Total 2003/2014	
	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº vítimas	Nº de casos	Nº vítimas
Dentro de Aldeias / conflitos internos	20	20	12	12	236	238
Acampamentos / áreas de retomada/ conflito interno	0	0	0	0	3	3
Acampamentos/áreas de retomadas sem motivo identificados	0	0	0	0	1	1
Acampamentos / áreas de retomada por ataques externos	0	0	0	0	6	6
Aos arredores das aldeias	5	6	1	1	33	35
Em outras localidades / áreas urbanos / trabalho	2	2	0	0	44	46
Sem Localidade identificada	0	0	1	1	6	6
Total	27	28	14	14	329	335

Fonte: CIMI. Org. BUSCIOLI, L. D.

Observando os dados da tabela 1, sobre assassinatos de Guarani-Kaiowá quanto à localização da agressão foi possível identificar que dos 335 assassinatos ocorridos em Mato Grosso do Sul, 71% ocorrerem no interior das aldeias, além de outros 10% do total de assassinatos que ocorreram nos arredores dessas aldeias, conforme apresentado na tabela 2. Aqui cabe ressaltar que com a exceção de alguns poucos casos, a maioria desses assassinatos não está diretamente relacionados aos conflitos diretos entre indígenas e não indígenas/fazendeiros a maioria, mas sim a conflitos no interior das aldeias, configurados como latrocínio, violência doméstica, brigas envolvendo uso de bebidas alcoólicas e mais recentemente, crack, haxixe e maconha.

Esta questão é reveladora da precariedade dos territórios em que essas populações se encontram, confirmando o apresentado por Brand (2004, p.143) quanto aponta que

> ... a análise dos diversos casos tem permitido concluir que a intensidade desses conflitos está relacionada com a história anterior vivenciada pelos participantes desse processo. Ou seja, os conflitos aumentam naqueles casos nos quais encontram-se envolvidos grupos familiares que já passaram por um longo processo de dispersão e fragmentação e, em diversos casos, com pouca participação na história daquela aldeia em disputa. Portanto, aqueles casos onde não se verifica mais um grupo familiar coeso, capaz de articular e dirigir os processos de reocupação da terra. A análise desses conflitos remete-nos para a situação vivenciada nas oito reservas. (BRAND, 2004, p. 143).

Ainda sobre a questão da violência vivida por essas comunidades no interior de suas reservas, destacamos o caso de Ortiz Lopes, ocorrido no Município de Coronel Sapucaia em 08/07/2007. A vítima foi assassinada ao abrir a porta de sua casa. Perguntaram seu nome e em segundo a esposa de Ortiz, enquanto o agressor disparava sua arma informou “os fazendeiros mandaram acertar as contas com você”. Local da ocorrência Kurusu Ambá (CIMI, 2007, p. 71)

Outro assassinato que chama a atenção é a de Ambrósio Vilhalba, no interior da Aldeia em Caarapó, em 2013, a vítima havia liderado várias ações como ocupações, bloqueio de rodovia e retomada de uma pequena parte de seu território original, segundo a polícia o mesmo estava em uma confraternização dentro da aldeia e recebeu vários golpes de facas. Não se apresenta nenhuma causa ou início de briga ou desentendimentos.

O assassinato de Marinalva Manoel, importante lutadora pela demarcação da TI Nu Porã, 15 dias antes de seu assassinato a mesma havia integrado uma comitiva que esteve em Brasília, tratando sobre a demarcação de terras. Seu corpo foi encontrado próximo a BR 163, com sinais de abuso sexual e marcas de pelo menos 35 facadas (CIMI, 2014, p. 81). Desse modo, embora não seja comum, foi possível observar casos de assassinatos por mandantes no interior das aldeias, assim como o de lideranças sem explicações aparentes.

Nas áreas de acampamento/retomada foram observados a ocorrência de 10 casos de assassinatos dos quais 60% resultam diretamente dos conflitos pela terra da região, neste caso, destacamos o assassinato em 2005 de Dorival Benites, ocorrido no confronto entre indígenas e mais de pistoleiros, na Fazenda Floresta Negra no município de Sete Quedas, durante a tentativa de retomada da T.I. Sombrerito (CIMI, 2006, p. 67).

Em 2009 dois casos de assassinatos chamam a atenção em as vítimas foram tiradas de suas casas e encontradas mortas à beira de estradas, um em Coronel Sapucaia, a vítima, Osvaldo Pereira Lopes, que vivia em um acampamento a beira da estrada, e o outro, no município de Paranhos, onde um Professor indígena, Genivaldo Verá, que fazia parte do grupo de 25 indígenas que retomaram o Tekohá Ypói, foi encontrado morto em um córrego, seu primo, Rolindo Verá, também professor, que foi levado por homens no mesmo dia não teve o corpo encontrado. Em 2011, mais dois casos de assassinatos ocorreram por ataques de pistoleiros aos acampamentos, um em Paranhos e outro em Amambai.

Observando sobre a localidade de ocorrência desses assassinatos observamos que mais de 19% deles ocorreram fora das áreas de agrupamento de indígenas, sejam urbanas ou rural, com a característica de que para estas áreas os indígenas se deslocavam principalmente à trabalho, principalmente em usinas de cana-de-açúcar e em fazendas, dado ao processo de confinamento que estão submetidos, entrando em conflito com outros indígenas ou mesmo com não indígenas.

Desse modo, ao analisar as localidades em que ocorreram os assassinatos, pode-se observar que os motivadores se diferenciam de acordo com a localidade, todavia, ambos estão ligados a de expropriação desses povos de seus territórios originários, assim como, ao processo de luta pela sua retomada.

Em todo o processo histórico de retomada e ocupação dos territórios indígenas Guarani-Kaiowá os mesmos sofreram com repressão do Estado e dos latifundiários. Mesmo assim, eles vêm lutando para conseguir voltar para seus territórios ocupados pelos seus antepassados. Segundo Mangolim (1993) eles estão lutando para retomar seus principais instrumentos de luta, seus valores tradicionais como a autoridade religiosa e familiar, as assembleias (Aty Guasu) e a religião.

Parte da população indígena no Mato Grosso do Sul vive em acampamentos de retomada e acampamentos sem caraterísticas de retomadas territoriais. Segundo Mota (2015), os acampamentos estão em margens de rodovias, em áreas de litígio, nas periferias das cidades e até mesmo em reservas indígenas como é o caso dos acampamentos na Reserva Limão Verde.

Os acampamentos de retomadas constituem a resistência à condição de reservas, são territórios de esperanças pelo retorno do tekoha:

> A territorialização Guarani e Kaiowá nas periferias das cidades, em fazendas, nos acampamentos de retomadas, nos acampamentos sem caráter reivindicatório, nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, são práticas territoriais recentes que se constituem, principalmente, na resistência à condição de Reserva (MOTA, 2015, p. 171).

Já Cavalcante (2013; 2015) afirma que a terminologia acampamento designa tipos de assentamentos indígenas não reconhecidos oficialmente como terras indígenas, sendo permanentes ou provisórios caraterizados também na luta pelo território:

> Cada um deles constrói estratégias singulares para permanecerem em seus territórios étnicos. São também, territórios de esperanças, no sentido de que o sonho de retorno aos tekoha possa ser concretizado com o direito à demarcação de Terras Indígenas (MOTA, 2015, p. 174).

Pereira (2006) em seu estudo identificou duas tipologias de acampamentos o de "índios de corredor" e os de caraterísticas de retomadas, em ambos os casos a ocupação é precária e de insegurança devido à violência e o preconceitos praticados contra os indígenas. O segundo caso está relacionado com a entrada e permanência deles em suas terras originárias. E o primeiro caso, refere-se ao:

> ... kaiowá que se autodenominam população de "corredor", fazendo referência ao fato de elegerem as margens da rodovia como lugar de seus atuais assentamentos. No caso, a área do assentamento é delimitada de um lado pela pista asfaltada onde circulam os veículos, e de outro pelas cercas de arame, que delimitam as propriedades particulares (PEREIRA, 2006, p. 73).

Segundo o autor, esta situação pode ser um fator limitante para a reprodução cultural dos indígenas que pareceu em seu estudo inicial não tendo uma vinculação com um lugar especifico. Eles também se referem aos acampamentos que não estão reivindicando com alguma terra indígena, mas cabe destacar que eles dão visibilidade a causa indígenas além da atuação de órgãos dentro das reservas.

Segundo Mota (2015)

> Os acampamentos se constituem através de várias tentativas de retorno ao tekoha, que vão desde estratégias sutis de resistência, como por exemplo, submetendo-se à condição de habitarem fundos de fazendas, trabalhando para os fazendeiros; com a construção de acampamentos sem cunho reivindicatório nas rodovias, estradas e nas periferias das cidades; até atos explícitos de insubordinação, que ocorrem pelo enfretamento direto para a retomada (MOTA, 2015, p. 174).

Mota (2015) ao utilizar o termo acampamento-tekoha nos mostra a relação de luta dos indígenas Guarani e Kaiowá, em que nestes territórios ocorre uma territorialização precária, recriação do modo de vida dos antigos (tekoyama), tem-se uma maior liberdade se comparado com as aldeias, mas estão mais expostos as ações de fazendeiros e capangas etc. Em suas palavras:

> As diferenças geográficas entre Reserva e acampamento-tekoha não são apreendidas em termos de oposição, entre o dentro e fora, mas, concebidas a partir das particularidades existentes nos processos de transculturação, constituídos nas/pelas relações com os “outros” e com o espaço, inerente aos processos de des-reterritorialização e recolocam a questão da política identitária na reinvenção dos territórios de “origem” Guarani e Kaiowá. Ainda, as reafirmações étnico-identitárias são indissociáveis das relações que existiam na conformação socioterritorial entre o tekoha e o tekoha guasu, mesmo

> diante de suas ressignificações, têm sempre como referência essa multiterritorialidade (MOTA, 2015, p. 233)

Em seu estudo a autora identificou os acampamentos e acampamentos-tekoha contidos no Mato Grosso do Sul, como podemos observar no quadro 16.

Quadro 16: Acampamentos no Mato Grosso do Sul

Acampamentos e acampamentos-*tekoha*	Município	Total de acampamentos
*Apyka'i, Itahum-Jaguary, Ñú Porã, Mbokeirão, Passo Piraju, Aldeinha (Picadinha), Pacurity, Ñu Vera, ***Guaicuru, ***Chácara Califórnia; ***Picadinha.*	Dourados	10
Kurussu Ambá	Coronel Sapucaia	01
Laranjeira Nhanderu, Aroeira, Sete Placas	Rio Brilhante	03
Guaiviry, Ka'ajary, Karaja Yvy, Samakuã	Amambaí	04
****Bataguasu, São José*	Bataguassu	02
Itay ka'aguyrusu, Guyra Kambiy	Douradina	02
Santiago Kue, Mborevi Arroio, Taruma, Juncal, Porto Caioá	Naviraí	05
Nova América	Caarapó	01
Mbaraka'i- Puelito-Kue	Iguatemi	02
Juti, Aldeinha (Confirmar)	Juti	02
Cerro'y	Guia Lopes da Laguna	01
****Laranjal Takuaju, Bouqueirão*	Jardim	02
Ypo'i	Paranhos	01
Novo Horizonte do Sul, estrada para São Paulo	Novo Horizonte do Sul	01
Vila Rica - Rodovia MS 162 e Km 18 de Douradina.	Vila Rica	01
Yvu Katu, Remanso Guasu	Japorã	02
Urukuty	Laguna Caarapã	01

Fonte: Organizado por Mota. Identificação dos acampamentos nos anos de 2009 a 2013.
No ano de 2010 o trabalho de mapeamento em Mato Grosso do Sul foi elaborado com o CIMI/MS.
*** Não temos certeza se tem ou não caráter reivindicatório.

Fonte: MOTA, 2015, p. 180.[54]

Na região da Grande Dourados temos no município de Caarapó o acampamento Nova América com quatro famílias totalizando 11 pessoas. O acampamento é procedente da TI Caarapó em que parte dos indígenas retornaram a Te'ýikue e outros passaram a morar nas casas em espaços urbanos. Em Douradina, temos Itay ka'aguyrusu (com 22 famílias) e Guyra Kambiy (com 56 famílias), sendo que nos dois casos os acampamentos de retomada estão dentro da área já delimitada, com procedência da TI Panambi (CHAMORRO, 2015).

[54] O título do quadro foi modificado pela autora da dissertação.

Em Dourados podemos citar o acampamento Apyka'i com mais de 13 anos de luta dos indígenas, reivindicado esse território do qual há territorialização da Usina São Fernando plantando cana-de-açúcar. Segundo Mota (2015) os indígenas neste território têm vivido situações de violência e insegurança jurídica principalmente com ordens de despejos. A Aldeinha Picadinha é uma comunidade tem sua luta travada aproximadamente 40 anos, com seis famílias totalizando 19 pessoas.

O acampamento de retomada do Mbokeirão tem procedência da TIs Bororo e Amamabai com 17 famílias correspondendo 56 pessoas. O Itahum-Jaguary está ocupando cinco hectares a mais de 20 anos no Itahaum distrito de Dourados, com 33 famílias correspondendo a 100 pessoas. Ñû Porã com ocupação na área reivindicada da qual se encontra a empresa Mudas MS, com 43 famílias em 128 pessoas. O acampamento Ñû Vera de procedências das Tis Porto Lindo e Bororo, com 33 famílias correspondendo a 98 pessoas e por fim, o acampamento Pacurity na beira da rodovia estadual MS 267, com 62 pessoas relacionadas em 24 famílias (CHAMORRO, 2015).

No município de Juti, Mota (2015) e Chamorro (2015) apontam dois acampamentos de retomada a Aldeinha e Juti ambos Guarani-Kaiowá. O Aldeinha, segundo Chamorro (2015), é um acampamento nos fundos da fazenda ICB vendida em 2009, mas os indígenas estão territorializado desde o início dos anos de 1980 e atualmente tem sete famílias com 30 indígenas. Já o Juti é um acampamento urbano, em que os indígenas vivem especializados na periferia do município, com aproximadamente 57 famílias correspondendo a 205 pessoas.

No caso do município de estudo Rio Brilhante, temos três acampamentos Laranjeira Ñanderu, Aroeira e Sete Placas. O segundo acampamento está localizado no distrito de Prudêncio Tomaz no contexto urbano com 18 famílias em 80 pessoas, procedentes das TI's dos municípios de Douradina, Dourados e Maracajú. E a Aldeinha Sete Placas é um acampamento de fundo de fazenda com cinco famílias correspondente a 25 índios (CHAMORRO, 2015).

No caso do Laranjeira Ñanderu temos a presença de aproximadamente 200 pessoas vivendo em uma reserva legal da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, na qual a empresa estudada Louis Dreyfus Commodities produz cana-de-açúcar por meio do arrendamento na Fazenda Cadeado. Neste território, podemos ver os reais impactos e

conflitos entre o processo de ocupação e privatização dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, através da estrangeirização de terras no contexto da luta pela retomada dos seus territórios.

6.3 – Impactos e resistências no território indígena Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante

As lutas de retomadas dos indígenas baseiam-se em sua totalidade do território, "ou seja, pela apropriação material e simbólica que permite a sobrevivência físico-biológica e cultural das gentes em sua multidimensionalidade" (MOTA, 2011, p. 296). Corroborando temos as palavras de Pimentel (2012b):

> Animais, plantas, elementos do clima (como ventos e raios) e da paisagem (morros, rios, lagos) servem como morada para, parecem manifestações de, ou são elas mesmas entidades aliadas da luta dos indígenas pela recuperação das terras. A forma mais genérica de denominar esses seres que são aliados, parentes, ou mesmo ancestrais dos Kaiowá e Guarani é, como se viu, Tekojára, os "donos do nosso modo de ser", numa das possíveis traduções (PIMENTEL, 2012b, p. 146-147).

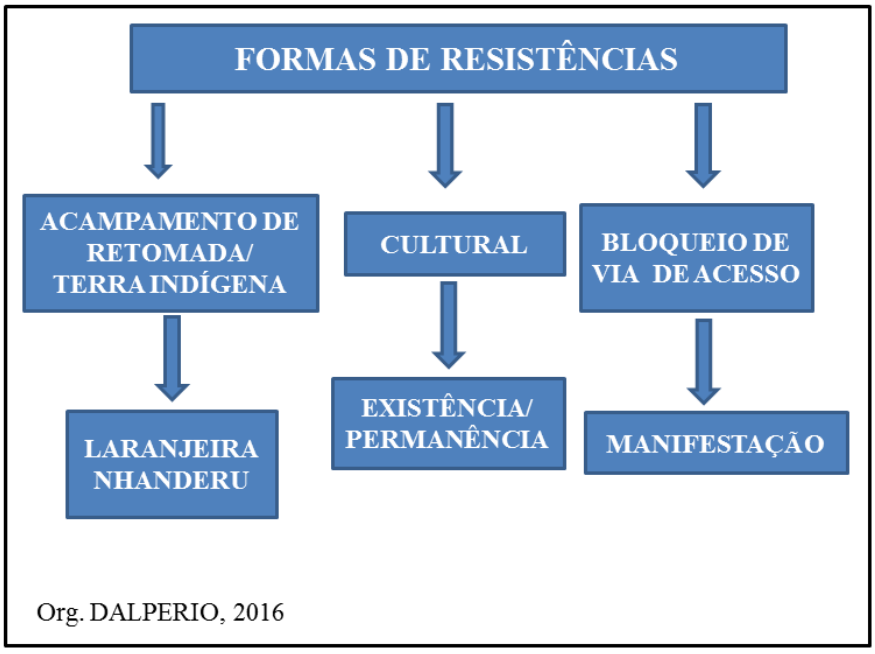
Assim, a luta pela retomada do território também é a luta do modo de ser frente à estrangeirização das terras indígenas, que tem causado vários impactos a nível cultural (imaterial) e territorial (material), que se faz presente por meio da reterritorialização mesmo que precária dos indígenas em acampamentos, como exemplo no Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS).

Este território está classificado como "em estudo" por meio da modalidade da FUNAI "Tradicionalmente Ocupada" reivindicando 11.000 hectares (mapa 19). Nele ocorre à sobreposição da reivindicação das terras pertencentes tradicionalmente aos Guarani-Kaiowá e a territorialização da soja, milho e da cana-de-açúcar, esta última cultura é produzida por meio do grupo LDC que arrenda a fazenda Cadeado.

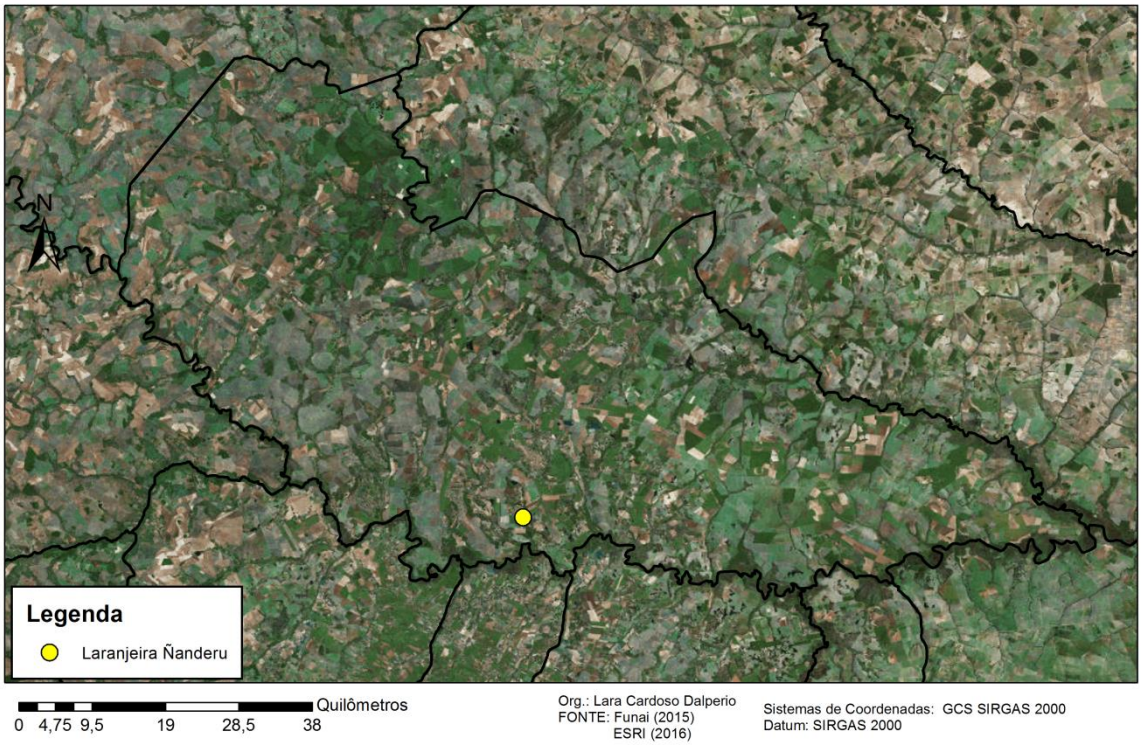
Deste modo, nos propomos estudar horizontalmente as formas de resistências dos indígenas em Rio Brilhante expostas no organograma 4, a partir do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu (mapa 17). As formas de resistências foram identificadas por meio dos trabalhos de campo e das revisões bibliográficas, sistematizadas a partir da metodologia de Gibbs (2009).

Como formas de resistências diretas temos o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em que estão territorializadas a soja, milho e cana-de-açúcar por meio da LDC, as manifestações realizadas por meio do bloqueio de via de acesso, bem como a resistência cultural com o existir e sua permanência como forma de resistir no território.

Organograma 4: Formas de resistências Guarani e Kaiowá em Rio Brilhante (MS)



Mapa 17 – Localização do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante - 2016



As lutas indígenas neste território vêm do século passado, quando os mesmos foram desterritorializados por meio do processo de territorialização da agricultura capitalista e posteriormente do agronegócio no Mato Grosso do Sul, com apoio das políticas governamentais como já citamos.

A indígena mais velha da área de pesquisa Aline[55], narra os fatos vividos que deram subsídios para que os indígenas retornassem no seu território. Em sua narrativa ela nos informa que viveu na época em que o território pertencia aos indígenas, ela tinha 10 anos de idade e não havia nomes indígenas, mas nomes relacionados à natureza, conforme a tradição de seu povo.

Depois que os não indígenas se aproximaram do território, ela comentou que tiveram muitas mortes e destruição, como a morte do pai e outras pessoas neste processo de

[55] Nome fictício. Vale ressaltar, que o depoimento foi dado na língua Guarani e traduzido pela indígena Luciana.

expropriação (idosos, crianças e adultos). Sem serem enterrados, foram jogados no Rio ou largados na terra, sem a prática de nenhum rito, apenas como carcaça. De modo especial, segundo ela os indígenas mais jovens eram mortos a tiros, sem causa ou direito de defesa.

Diante da expropriação, os fazendeiros não aceitaram o pedido do pai de Aline em deixar os indígenas voltar para pegarem suas plantações de arroz e milho. Ao tentar se comunicar foi morto, pois segundo a indígena Luciana quem não conhece a fala guarani acha que é xingamento ou repressão.

Ela nos informou que agora que está idosa voltou para a sua terra e quer retomá-la, pois é direito dela e de toda a comunidade indígena. Pois, ela sabe que a história de vida dela é parte desta terra e essa é a maior comprovação de que este território é indígena. Assim, ao retornar mesmo que precariamente ela se sente no seu lugar em sua terra.

Eles alegavam ao ocupar os territórios indígenas desterritorializando-os que o território era dos não índios e intimidavam os indígenas, por meio da violência e do armamento. Queimaram as suas casas e três casas de rezas, bem como os cemitérios. Abriram as cercas de todos os animais que estavam presos como porcos, cavalos e galinhas, com o intuito de destruir tudo o que os indígenas tinham no território.

Os indígenas que estavam amedrontados correram para dentro do Rio Brilhante deixando todos os seus pertences, suas sementes e suas casas. Ela atravessou o rio com parte da sua família, pois não tinha a ponte para ajudar os indígenas na locomoção. Assim, eles foram indo para Lagoa Rica, Douradina, Caarapó e outros territórios, sem orientação de onde ir, ou seja, apenas no desespero de sair daquele ataque.

Naquela época não deu tempo de fazer os rituais de entrada e de saída nos territórios, pois estavam com medo e desesperados deveriam sair o mais rápido do ataque. Conforme relata o Rezador Josivan: "*tem que salvar a vida tem que correr mesmo*[56]". E ao chegar no lugar onde foram residir, eles foram criando novas territorialidades fazendo os rituais e plantando suas culturas como milho, batata, feijão, banana etc.

Em seu depoimento ficou evidente o sofrimento devido essa situação que ela sofreu e vem sofrendo desde o início da ação de retomada. Mas, alegria mesmo que tímida pode ser observada quando questionada na vida anterior a sua desterritorialização. Em seu depoimento

[56] Anotações de campo.

Aline fala do quão era numeroso de famílias o território, das festas e dos ritos praticados, da caça em abundância.

A estas palavras podemos relacionar com Pimentel (2012a):

> As festas kaiowá e guarani, segundo a memória dos mais velhos, estavam relacionadas a um tempo de fartura, antes da chegada dos brancos, quando as colheitas eram abundantes, e as famílias podiam convidar periodicamente os vizinhos para cantar, dançar e agradecer aos deuses pela saúde e a alegria (PIMENTEL, 2012a, p. 206).

Corroborando com Pimentel (2012a) temos a fala da indígena Luciana, que mostra a questão da paisagem e da forma de vida no passado:

> *Decidimo vim pra cá e na história né, a senhora A. mulher do seu A. falava né, que vivia aqui quando era criança, quando era mocinha... eles plantavam rocinha, cortava né o arroz dela, porco tinha bastante né, criava e cria, falaram com nome, o nome de muitas pessoas que viviam aqui* (Luciana em entrevista, 2016).

A tristeza ao lembrar do passado, também ficou evidente na fala do rezador Josivan, em relação ao ataque que culminou na morte de muitas pessoas e principalmente ao afirmar que o local onde eles retomam é dos indígenas, onde eles nasceram e onde seu tataravô viveu. Afirmando que eles sabem que esta terra os pertencem, pois em cima do sangue indígena, os não índios plantaram milho, soja e arroz. E esta terra só ficou fértil devido à alma dos indígenas que os ocupantes mataram.

Identificamos que a história passada pela indígena Aline e por outros indígenas que vivenciaram a situação e repassaram sua história de vida, foram determinantes para retomarem seu território "*Minha vó que contava a historia, parece real memo, pela historia a gente imaginava. A gente acompanha a história da dona A., pergunta quem eram as pessoas e os parentes*" (Luciana em entrevista, 2016).

Assim, o contexto de luta para retomada deste tekoha perpassa nos anos de 2007, com o acordo firmado pela FUNAI pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com representantes do Ministério Público Federal e Ministério da Justiça. Em que, o órgão da FUNAI comprometeu a identificar 36 terras indígenas tradicionalmente ocupadas no Mato

Grosso do Sul, no qual o tekoha Laranjeira Ñanderu era incluindo devendo ser finalizado entre 2010 e 2011.

Segundo Pimentel (2012b):

> Pouco depois de iniciar a distribuição massiva de alimentos, a FUNAI, sob pressão do Ministério Público Federal e do movimento indígena, assinou o Compromisso de Ajustamento de Conduta para identificar, de uma só vez, todas as demandas por demarcação possíveis de serem apuradas naquele momento. A ideia era apressar um processo que já estava 15 anos atrasado – afinal, a Constituição previa que todas as terras indígenas do país fossem demarcadas até 1993. E foi assim que, em julho de 2008, a FUNAI lançou seis portarias criando grupos de trabalho, com a missão de identificar pelo menos 39 tekoha reivindicados... (PIMENTEL, 2012, p. 137).

Segundo Cavalcante (2015):

> Em termos conceituais, os trabalhos iniciados em 2008 inovam ao propor uma abordagem territorial da questão, antes os casos sempre foram tratados isoladamente. Em tese, seriam demarcadas grandes terras indígenas onde vários tekoha poderiam se territorializar. Com essa configuração hipotética, a movimentação de tekoha e famílias extensas seria mais livre, menos limitada pelas propriedades privadas, ou seja, ao menos em partes, aproximar-se-ia do modelo tradicional antigo de ocupação do território (CAVALCANTE, 2015, p. 201)

Mas, com os entraves judiciais promovidos pelos fazendeiros, com participação da Famasul, bem como com a situação de opressão e violência, fizeram que os estudos demorassem para ser realizados, bem como no território indígena Laranjeira Ñanderu. Segundo Levi Pereira (2012) após o lançamento dos grupos técnicos que realizariam os estudos, as lideranças passaram a denominar as terras reivindicadas como "*tekoharã*", devido ao amadurecimento na percepção deste território como área de conflito, pois o conflito para o Guarani e Kaiowá está associado ao *teko vai*, o modo imperfeito de ser. Já está nova denominação, remete a relações harmônicas no espaço "destinado a reabrigar a comunidade que ali já vivia, de acordo com seus usos, costumes e tradições, onde poderá realizar o *teko porã*, o modo correto de ser" (p. 132).

Assim, o retorno ao território refere-se na desterritorialização do agronegócio nacional e estrangeiro no Mato Grosso do Sul. Segundo o cacique Faride:

> Em 2007 completaram-se 87 anos longe de nossas terras originárias, quando nós, povo Kaiowá de Laranjeira Nhanderu, nos organizamos e voltamos a retomar o nosso Tekoha (terra), passando a viver de acordo com os nossos costumes e saberes próprios. **No entanto, quando voltamos para a nossa terra originária encontramos "estrangeiros", pistoleiros que nos recepcionaram com tiros e armas de fogo matando nossas crianças, mulheres, caciques e líderes.** Toda nossa terra estava devastada, tomada pela soja e pela cana. Mesmo sob ataque **decidimos enfrentar** ao invés de ficar em áreas de confinamento e abate do povo indígena Kaiowá (Cacique Faride em entrevista a D'AQUINO, M., 2012 – Grifo nosso).

As palavras de Faride podemos observar as violências cometidas pelo agronegócio nacional e estrangeiro, na questão da desterritorialização pelos indígenas iniciados em 1920 com o Serviço de Proteção ao Índio colocando-os em reservas e aqueles que resistiram em fundo de fazendas, juntamente com os reservados, tem retomado seus territórios tradicionalmente ocupados, como é o caso da área de pesquisa.

Assim, os Guarani e Kaiowá tem resistido numa área de 30 hectares na reserva legal composta da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança no município de Rio Brilhante (mapa 19), retornando para o Laranjeira Ñanderu por meio do processo de luta e enfrentamento. Estas famílias são procedentes da terra indígena Panambi/Lagoa Rica no município de Douradina e terra indígena Sukuriy em Maracaju.

Primeira ação de enfrentamento nesta área ocorreu em 2007, segundo o Ministério Público Federal e Procuradoria da República/MS (2012) em 2008, a FUNAI criou um grupo técnico conforme solicitado pela Constituição para realizar os primeiros estudos antropológicos, ambiental e etno-histórico da área que engloba a Brilhante-Peguá.

Mas, os estudos realizados pela Funai foram bloqueados pela ação solicitada pelos fazendeiros por decisão judicial 2ª Vara da Justiça Federal em Dourados, concedendo o despejo dos indígena da área. Segundo o Cimi (2011a), em dezembro a desembargadora Federal Marli Ferreira deu a decisão que os indígenas deveriam sair dentro de 120 dias da área e serem transferidos para uma área que deveria ser definida pela Funai:

> Em 10 de março de 2008, o fazendeiro incidente na terra indígena moveu Ação de Reintegração de Posse contra a comunidade de Laranjeira na Justiça Federal de Dourados sendo que, em 4 de agosto de 2008, o juiz da 2ª Vara

> Federal de Dourados concedeu liminar determinando o despejo da comunidade. O Ministério Público Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) recorreram então da decisão, apelando para o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, em São Paulo. Primeiramente, foi negado o efeito suspensivo ao agravo e somente no dia 15 de dezembro de 2008 a Funai requereu à Presidência do Tribunal a suspensão da decisão de reintegração de posse.Com a saída da terra, os Kaiowá iniciam a montagem do acampamento às margens da BR-163... (AÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS DE DOURADOS, 2011, p. [1]).

Em maio de 2009, "o presidente do TRF3 determina que a Funai apresente quinzenalmente, 'relatórios referentes aos andamentos dos trabalhos ao Juízo de Dourados'. Os indígenas ainda permaneciam dentro de sua terra" (CIMI, 2011a, p.[1]). Segundo o órgão em agosto foi dada sentença que os indígenas deveriam sair de seu território em setembro do mesmo ano, formaram o acampamento nas margens da rodovia federal BR-163 com 400 pessoas.

Neste ínterim, estes sujeitos sofreram uma de suas maiores violências desde a sua primeira ocupação, ou seja, desde a origem do território com os antepassados dos atuais indígenas e da participação da mais velha da aldeia que vivenciou tais fatos. Suas casas foram queimadas e destruídas pelo fazendeiro e capangas.

Quando acampados, o fazendeiro já tinha proibido qualquer reprodução cultural dos Guarani e Kaiowá não permitindo o cultivo de alimentos, rodeava a área que eles se encontravam com capangas ameaçando-os, ou seja, impedindo o acesso básico de alimentação e de ir e vir dos indígenas. Eles solicitaram apoio dos órgãos competentes FUNAI, Polícia Federal e Ministério Publico Federal para que pudessem ter o direito de retirar suas casas de sapê da fazenda e as madeiras utilizadas também para moradia, mas conforme relata o CIMI (2011a):

> Em 14 de setembro de 2009, após a saída definitiva da Polícia Federal nas proximidades da região, cerca de trinta e cinco casas de indígenas da aldeia foram queimadas por fazendeiros, próximas à mata nativa, que também foi afetada com a queimada. O MPF tomou ciência dos fatos. De acordo com uma das lideranças do grupo em matéria publicada na época os indígenas ficaram profundamente abalados com a ação, pois espíritos haviam sido queimados. Durante a madrugada, alguns indígenas se arriscaram a ir à antiga aldeia para resgatar pequenos animais, mas a maioria dos bichos, como galinhas e cachorros, já estavam mortos (CIMI, 2011a, p. [1]).

Segundo relatos de três indígenas, os capangas das fazendas chegaram de noite e colocaram armas nas cabeças de alguns indígenas até eles saírem do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu. Antes disso, eles foram informados que podiam sair tranquilamente, pois eles tinham um prazo de até 90 dias para retirar suas coisas, mas diante da ação dos capangas das fazendas, eles saíram às pressas e de noite só ouviram um barulho grande das suas cosias queimando: "*Ai gente viu aquele fogo com mato ai a gente viu de lá a iluminação e ficou todo mundo lá... queimou casa por casa e mato*" (Luciana em entrevista, 2015).

Sobre esta ação criminosa, o rezador Orlando informou que a casa dele foi destruída, ela media oito metros de cumprimento e eles queimaram tudo inclusive mataram os animais que eles tinham como galinhas e cachorros.

A figura 60 apresenta o momento da reintegração de posse realizada contra a ocupação de retomada dos indígenas na Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, para a formação de um novo acampamento na beira da rodovia. Na hora do despejo além de deixar vários pertences, também houve relatos da soltura de animais como porcos.

Figura 60: Reintegração de posse no Laranjeira Ñanderu



Fonte: Cimi, 2009, p. 8

A situação dos indígenas Guarani e Kaiowá teve impactos diversos no que tange a questão agrária no estado do Mato Grosso do Sul, bem como em outros territórios como na academia. A isto podemos relacionar com a Carta da Associação Brasileira de Antropologia divulgou em favor dos indígenas do Laranjeira Ñanderu para solicitar maior atenção do poder judiciário no acampamento, assim contribuindo/apoiando as causas indígenas no MS.

Nas margens da rodovia os indígenas recebiam cestas básicas, pois não havia como produzir alimentos e sofreram várias violações dos direitos humanos pelo não acesso a questões básicas de sobrevivências como água e comida:

> Outras questões gravíssimas, como inundações pela chuva e calor excessivo, acrescentavam ao cenário, já perturbador, outras violações. Sem contar a situação de descumprimento total do Estatuto do Idoso, em relação aos idosos da comunidade com mais de 90 anos que permaneciam vivendo dentro de barracos de lona no calor excessivo. A intensidade do tráfego nas margens da BR-163 e seus riscos evidentes acarretaram na morte de um indígena por atropelamento. Além disso, foram recorrentes as denúncias de ameaças e intimidações vindas de fazendeiros da região e de veículos que trafegavam pela rodovia (CIMI, 2011a, p. [1]).

Exemplificando a citação temos o homicídio culposo realizado na área do Laranjeira Ñanderu em 24 de janeiro de 2010, quando um carro Gol veio em direção ao indígena Josué Cabreira que trafegava de bicicleta no acampamento arremessando-o para o meio da pista sendo atropelado em seguida por outro carro que tentava ultrapassar o gol. Ou mesmo, pelo outro atropelamento do Cerbrino Alfredo Vilharva que caminhava no acostamento da rodovia quando foi atingido por um carro que fugiu sem prestar socorro (CIMI, 2010).

Sobre o atropelamento de Cerbrino, Luciana falou que ela estava sentada bem na feira da estrada quando o jovem foi atropelado: “Um jovem aqui que cresceu na luta e ai atropelou lá... bem no natal” (Luciana em entrevista, 2015).

Os relatos a respeito da época do acampamento eram unanimes em dizer dos perigos que os jovens, idosos e principalmente as crianças estavam expostos na beira da BR – 163. Os perigos eram os mais variados desde picadas de insetos/animais, a atropelamento e contaminações – problemas de saúde, que acometiam muitas crianças. Mas, o medo maior era

com a invasão de algum carro no acampamento e do atropelamento principalmente na hora em que eles estão dormindo, fato que dificultava um bom sono entre eles.

Segundo Luciana: "*Criança só por Deus porque com criança quando começou a andar vai direto ... temos que cuidar um ao outro de lá né*", sobre o acampamento ela relata "*Maior sofrido lá, a agua encheu tudo o barraco... água cheia e a gente aguentou lá né*" (entrevista, 2015).

Assim, as condições que eles estavam vivendo eram desumanas, com perigo da intensa movimentação, inundações constantes de suas casas, falta de terra para cultivarem comida e além do barulho da rodovia. Diante destas questões o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, oferece um terreno para que os indígenas pudessem ficar, mas o território era insalubre perto da cidade, condicionando o agravamento ao alcoolismo e conflitos com a sociedade (RACISMO AMBIENTAL, 2011).

Esta ação em oferecer apenas três hectares de terras teve um cunho político, pois se acreditava que doando este território os indígenas iam diminuir as ações de enfrentamento deles, principalmente com a proibição de acampamentos em rodovias que estava em discussão. Segundo a autoridade do Laranjeira Ñanderu Ariodo o medo dos Guarani e Kaiowá era a proximidade com o município de Rio Brilhante, devido ao perigo de tráfego e preconceito, como podemos analisar no depoimento de Luciana "*foi sofrido... e os palavrão que a gente passa... xinga nois, filma nois"* (em entrevista, 2015).

Diante da situação vivenciada, os indígenas decidiram voltar para o seu território. As autoridades judiciais deram dois dias para os indígenas saírem do acampamento e irem para a área que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes tinha doado, mas eles retornaram para a Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança. Nas falas dos indígenas podemos observar a satisfação de terem realizado esta ação de retomada, pois dentro da área fazenda era melhor para a sobrevivência, devido a tranquilo em estar longe da rodovia.

Segundo relato do Cacique Faride:

> Desde o ano de 1920 foram incontáveis despejos promovidos pelo SPI e ataques de pistoleiros. Em 2007, após nossa retomada definitiva, fomos atacados várias vezes por pistoleiros. Também fomos despejados três vezes, levando nosso povo a ocupar beiras de estradas por um ano e sete meses, onde morreram atropelados cinco homens Kaiowá : Josué Cabreira,

> 19 anos ; Serbino Ortiz, 15 anos ; Josimar Cabreira, 16 anos ; Fantuir Barbosa Jorge, 8 anos ; Ademir Ilto, 22 anos. Na beira da estrada não temos tranquilidade, nem segurança. Não temos lenha para cozinhar e quando tem a água nos causa doença e diarreia. Um bebê de seis meses morreu contaminado por água envenenada. Além desses casos, da última vez que recebemos a notícia do despejo, meu sobrinho de 14 anos e outro jovem de 16, se suicidaram, pois não aguentaram ver suas casas serem incendiadas. (Cacique Faride em entrevista a D'Aquino, M., 2012).

Assim, compreendermos o que é o significado do território para os Guarani e Kaiowá como condição de sobrevivência e de reprodução social/cultural. E no dia 13 de maio de 2011, os indígenas voltaram a retomar este território e com a ameaça eminente de despejo dois indígenas se mataram evidenciando ainda mais a situação de conflito e precariedade dos indígenas, como observamos nas palavras do cacique Faride.

O então proprietário solicitou a reintegração de posse no dia 26 de janeiro de 2012, mas foi suspendida devido à situação de risco dos indígenas:

> Os procuradores explicam que a comunidade indígena vivia em situação de risco, às margens da BR 163, onde não possuía espaço suficiente para seu desenvolvimento físico e cultural. Por isso, os índios ocuparam parte da área da fazenda, entendendo que essa expansão faz parte de seu território tradicional. O fazendeiro, que alega ser proprietário da região, propôs ação de reintegração de posse contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), mas a Procuradoria Federal Especializada junto à autarquia (PFE/Funai), a Procuradoria Regional Federal da 3º Região (PRF3) e o Ministério Público Federal (MPF) defenderam a permanência dos índios no local (FUNAI, 2012, p. [1]).

A figura 61 expressa a indignação dos indígenas frente à ação judicial de despejo, devido à saída de sua terra ancestral – tekoá, que de acordo com os processos legais já deveria ter sido identificada desde 2011.

Figura 61: Foto com cartaz de "Não ao despejo"



Fonte: CIMI, 2011b.

O Ministério Público Federal e a Procuradoria da República em MS (2012) alegaram que desde o começo dos trabalhos da FUNAI na área, eles vêm enfrentando obstáculos para a realização dos estudos por meio dos proprietários das terras e dos problemas estruturais do órgão, sendo um fator determinante para a demora na conclusão dos trabalhos. Assim, as ações judiciais realizadas pelos fazendeiros tendem a dificultar e agravar as condições de vida dos indígenas na reserva legal da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, com o intuito de criar obstáculos aos órgãos competentes.

Com a ordem de despejos, os indígenas conseguiram o direito territorial de barrar pessoas ao entrarem em seu território que está sendo reivindicado, ou seja, não é permitida a entrada de sujeitos sem prévia autorização. Mas, em contrapartida os ônibus escolares e unidades médicas também poderão entrar.

Neste ínterim os Guarani e Kaiowá ao serem comunicados oficialmente da ordem de desejo, realizaram um comunicado as autoridades judiciais do Brasil, sobre o viver no Laranjeira Ñanderu com o intuito de registrar seu sofrimento e indignação diante da situação que eles tem vivenciado, com ordens de despejos, mortes e ataques dos fazendeiros

Na carta ficou explicito que ao retornarem para seu território tradicionalmente ocupado, os mesmos foram criando territorialidades com suas práticas culturais, por meio dos ritos e ensinamentos para os mais novos, construíram casas de sapé e praticavam a caça e a cura com ervas medicinais encontradas na área de reserva legal da fazenda, Bem como, observamos o caráter desesperado dos indígenas com a sua vida e com a possibilidade de mais percas devido à inserção de suas famílias em reservas, na moradia nas periferias das cidades ou mesmo no retorno as rodovias, gerando insegurança/ para a vida das crianças, jovens e adultos.

O teor da carta nos mostra que os Guarani e Kaiowá estão em um território bem delimitado para suas práticas, mas mesmo assim se reproduzem para viver com dignidade:

> Aqui em pequeno espaço só passamos a praticar apenas os nossos rituais religiosos sagrados jeroky para preservar a nossas vidas e garantir a nossa sobrevivência como povo indígena originário do Brasil. Aqui em pequeno espaço de terra antiga somente estamos exclusivamente para sobreviver culturalmente, tentamos reeducar as crianças na nossa cultura para vida boa, por isso praticamos diariamente o ritual religioso sagrado onde transmitimos entre a nova geração o bom viver futuro teko porã para não se envolver nas violências adversas existentes em toda a parte do Mundo, queremos garantir a vida boa teko porã de todas as crianças indígena que estão nascendo e crescendo aqui em pequeno espaço de terra antiga Ñanderu Laranjeira (GUARANI-KAIOWÁ, 2012, p. [1])[57].

Esta carta teve grande repercussão na mídia e foram as primeiras notícias vinculadas com a questão indígena e o grupo Louis Dreyfus Commodities. Como é o caso da notícia do Sucre Ethique (2012)[58] intitulada “Lideranças indígenas Guarani-Kaiowá temem por despejo em Rio Brilhante” na qual trás dados referentes ao grupo francês sobre a produção de cana-de-açúcar e sua representatividade no Brasil e em outros países na produção de *commodities*.

Também ocorreu a criação do abaixo assinado contra o despejo dos Guarani-Kaiowá, deliberado pelo Conselho de Aty Guasu do povo Guarani-Kaiowá do MS e disponibilizado nas mídias e pela indígena Utinguassú (2012).

[57] Assinam o documento 170 membros (100 crianças, 30 idosos, 40 adultos) do povo indígena Guarani-Kaiowá da tekoha (terra) Ñanderu Laranjeira-Rio Brilhantes-MS.
[58] Disponível em: http://www.sucre-ethique.org/LDC-Liderancas-indigenas-Guarani.html

O abaixo assinado destaca os principais aspectos de vida e de luta dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, bem como no Laranjeira Ñanderu, apontando as principais dificuldade no acampamento-tekoha com as mortes por atropelamentos:

> Destacamos que nós Guarani e Kaiowá temos ligação com o território próprio, pertencemos à determinada terra, assim, a terra ocupada por nosso antepassado recente é vista por nós como uma fundamentação de vida boa, vida em paz, sobretudo é a fonte primária de saúde, bem estar da comunidade e familiares indígenas. Dessa forma, o nosso território antigo é vital para nossa sobrevivência e desenvolvimento de atividades culturais que permitem a vida boa como um forte sentimento religioso de pertencimento à terra antiga, fundamentada em termos cosmológicos, sob a compreensão de que nos guarani-Kaiowá fomos destinados, em nossa origem como humanidade, a viver e a cuidar deste território antigo específico (LIDERANÇAS/CONSELHO DE ATY GUASU DO POVO GUARANI-KAIOWÁ DO MS *apud* UTINGUASSÚ, 2012, p. [1]).

Em janeiro de 2012 o fazendeiro cercou os indígenas com o intuito de intimidá-los, impediram a passagem deles com um caminhão e um globo de aço utilizado para arar a terra, bem como na entrada da fazenda onde colocaram vários homens armados em caminhonetes. Ocorreu a necessidade da intervenção de três agentes da Polícia Federal e dois da FUNAI para ajudar os indígenas neste conflito, sendo solucionado parcialmente com a retirada dos pistoleiros e da abertura da passagem (NASSIF, 2012).

Em outubro do mesmo ano, o fazendeiro bloqueou novamente a estrada dentro da fazenda e da plantação de soja, que dá acesso a BR 163 que liga ao perímetro urbano de Rio Brilhante. Este bloqueio foi um ataque direto ao direito de ir e vir dos indígenas e principalmente, das crianças que estudam diariamente, conforme relatado por Adalto:

> "Eles cercaram com arame farpado, com cercas e estacas. Não tem como passar. O ônibus escolar não pode buscar as crianças para a escola. Nem bicicleta direito passa", diz o kaiowá Adalto Barbosa que mora no local.
> "Em duas vezes, foi pior. Uma vez, fecharam o portão e a ambulância não conseguiu entrar. Quando pegaram o meu filho para levar no hospital, quando chegou lá, o corpo já chegou morto. Um filhinho de uma mulher [da aldeia] também. Com a estrada fechada, quando chegou na ponte do rio Brilhante, já chegou morto. Também uma vez colocaram fogo em tudo, queimaram as casas. Eles são culpados de tudo", voltou a acusar (CONESUL NEWS, 2012, P. [1]).

Podemos observar por meio da citação acima que, a situação no Laranjeira Ñanderu sempre foi de insegurança e medo, desde a primeira ação de retomada, passando pelo ano de 2012 com intimidações de fazendeiros e capangas e atualmente com a violência no tekoha.

A figura 62 mostra o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em 2012 e podemos observar a parte alagada do território, fator que foi determinante para a remoção da casa de reza para a área atual.

Figura 62: Laranjeira Ñanderu em 2012



Fonte: CIMI, 2012, p. 4.

A figura 63 apresenta uma instalação de caráter provisório para a venda de produtos industrializados no acampamento, como forma de possibilidade de permanência na área. Cavalcante (2007) afirma que os alimentos oferecidos por meio da cesta básica são insuficientes, o que resulta na procura por outras estratégias de sobrevivência como o

assalariamento na área rural ou na área urbana (CAVALCANTE, 2007) e no caso da área em estudo a venda de produtos na beira da rodovia.

Figura 63: Vendas de produtos no Laranjeira Ñanderu



Fonte: RODRIGUES, 2013.

Segundo Rodrigues (2013b) para garantir a participação das crianças do acampamento na escola em Rio Brilhante, a Justiça Federal determinou que a prefeitura do município oferecesse um ônibus para buscar e trazer as crianças de seu território, passando pelo território de retomada, como podemos observar na figura 64.

A dificuldade de cascalhar a estrada da fazenda que liga o acampamento a BR – 163 por meio do obstáculo que o fazendeiro cria, impossibilita que o ônibus escolar entre em períodos chuvosos no acampamento, fazendo com que as crianças tenham que caminhar até a BR saindo às 4:30 da manhã todos os dias.

Figura 64: Transporte escolar das crianças do Laranjeira Ñanderu



Fonte: RODRIGUES, 2013

Vale ressaltar, a luta de Zezinho - José Barbosa de Almeida - do Laranjeira Ñanderu que morreu atropelado por uma ambulância na BR 163 no trevo de Rio Brilhante no dia 15 de junho de 2012, ao sair de casa de bicicleta para cobrar das autoridades o direito ao transporte para as crianças do acampamento que na época andavam aproximadamente 6 km para pegar o ônibus municipal (CIMI, 2012).

Neste ano de 2012, também ocorreu o primeiro relato/denuncia do Laranjeira Ñanderu devido ao uso de agrotóxicos que atingiu parte da população indígena e também o meio ambiente, principalmente atingindo a reserva legal que eles se encontram. Foram denunciados, a contaminação da água dos poços e do córrego que cerca a reserva legal da fazenda, em consequência os peixes que eles consomem, bem como na contaminação de crianças e idosos devido à pulverização por meio de avião na cana-de-açúcar e depois do milho (CIMI, 2012).

Outra violência direta praticada pelo fazendeiro Raul “proprietário” da fazenda ocupada, foi o trancamento da passagem, incialmente com um cadeado na portaria e depois

com uma tora de madeira impedindo o tráfego dos indígenas, da ambulância e do ônibus da escola. Deste modo, os indígenas quebraram o cadeado para a passagem da ambulância que pegaria o indígena Agustáceo Locário Zuca em setembro de 2012 e em outubro do mesmo ano ele fechou a passagem com um tronco de árvore e arame farpado o que impossibilitou os indígenas de irem a escola estudar, pois o ônibus não pode pegá-los (CIMI, 2012).

No sentido cultural, essa destruição ao meio ambiente, refletem as várias formas de ver o mundo:

> Os Kaiowá e Guarani que sustentam as práticas xamânicas consideram, em primeiro lugar, que as atitudes dos karaí (brancos ou não índios) – o desmatamento generalizado em MS, a irresponsabilidade com relação aos rios e as terras – são extremamente perniciosas para a saúde e o equilíbrio do cosmo. Além disso, é a própria manutenção das práticas xamânicas, segundo eles, que pode dar alguma chance à sobrevivência dos próprios karaí, tendo em vista que as consequências nefastas de nossa negligência e crueldade já são visíveis por todos os lados (PIMENTEL, 2012b, p. 141).

Ou seja, para os Guarani e Kaiowá ao fazer mal para o seu território os karaí estão fazendo mal para eles mesmo, os impossibilitando de ter uma vida no bem. Fato que pode ser observado em campo, nas falas dos indígenas em que os karaí consomem o próprio veneno que colocam em suas comidas.

No ano de 2013 os fazendeiros voltaram a atacar o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu com ameaças de queimar o acampamento, bem como impedindo a passagem com a torra de madeira. Provavelmente, esta ação foi de represálias aos estudos antropológicos iniciados naquele ano, pois não foi possível sua realização anteriormente devido à falta de seguranças dos pesquisadores do grupo técnico.

Segundo relatos dos indígenas no Tekoha Laranjeira Ñanderu - Conselho da Aty Guasu disponibilizado pelo Racismo Ambiental (2013), vários homens chegaram perto do acampamento e começaram a beber, fumar e a ameaçar a comunidade. Em suas falas ameaçavam queimar a cada de reza *Ou Ngusu* e os indígenas decidiram permanecer naquele território rezando em frente o *Ou Ngusu* para protegê-la:

> Avisaram que "vão retornar a queimar a casa grande e matar os índios". Um dos grupos de homens das fazendas avisou gritando "vamos voltar a queimar todos vocês índios-bugres". "Diante disso, hoje, as comunidades Guarani-Kaiowá permanecem assustadas, entram em desespero com as crianças se encontram na tekoha Laranjeira Ñanderu. Eles podem voltar sim", disse a liderança Guarani-Kaiowá preocupada (RACISMO AMBIENTAL, 2013, p. [1]).

Assustadas os indígenas levaram as crianças e correram para a mata com a finalidade de se esconderem dos capangas das fazendas. Vale destacar, que neste ano também ocorreram duas ações de ataques aos indígenas do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu: um indígena foi roubado por um karaí, levaram todo o seu dinheiro e destruíram sua mercadoria e outro que foi atacado por arma de fogo. E Segundo Sposati (2013) uma liderança relatou ao CIMI que foi alvejada por quatro tiros pelo arrendatário da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança e só conseguiu escapar do ataque porque fugiu para dentro da mata.

Além dessas ações foram realizados um trancamento de rodovia com um trator e posteriormente com tora de madeira expressos nas figuras 65 e 66.

Figura 65: Trator que impediu a passagem dos indígenas - Laranjeira Ñanderu



Fonte: SPOSATI, 2013.

Figura 66: Cercas para impedir a passagem dos indígenas - Laranjeira Ñanderu



Fonte: SPOSATI, 2013.

Os indígenas denunciaram essa ação para a FUNAI, como relatado em depoimento a trabalho de campo: "*ocuparam o matinho e parou* [com o trator] *ai nois fiquemo andando aqui pra la e pra cá... ai eu liguei pra FUNAI... fiquemo atento né*"[59]. Segundo a Justiça Federal se o fazendeiro obstruir a passagem dos indígenas a partir de 2013, ele terá que pagar uma multa de R$ 1.000 reais por dia.

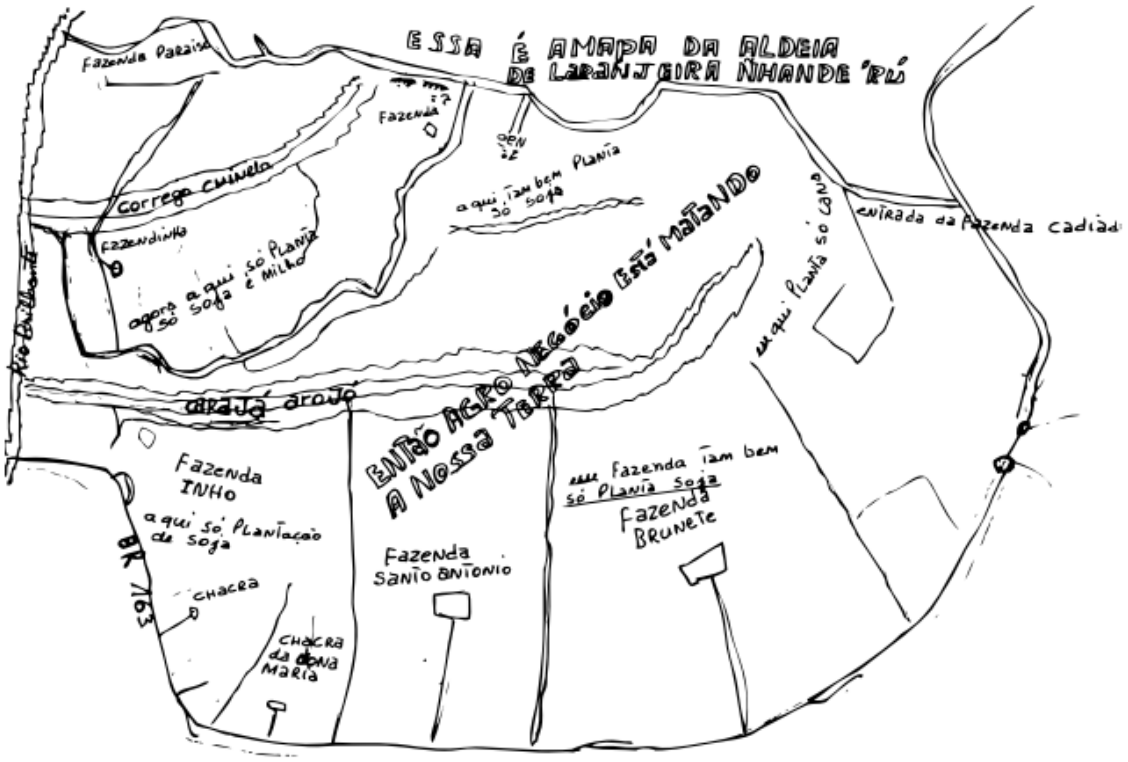
No ano de 2014, os Guarani e Kaiowá denunciaram ao CIMI a demora no processo demarcatório do território indígena Laranjeira Ñanderu e as violências cometidas pelos fazendeiros da região contrários as suas ações:

> O processo demarcatório continua paralisado. Os estudos antropológicos foram iniciados em 2008, mas a Funai ainda não publicou o relatório circunstanciado de identificação. Enquanto isso, a comunidade vive em uma área de preservação legal, sem as condições de extrair da terra o sustento e são constantemente ameaçadas por um invasor que utiliza as terras reivindicadas pela comunidade (CIMI, 2014, p. 49).

[59] Anotações de campo, 2015.

Atualmente os estudos relacionados a este território estão caminhando de acordo com a realidade conflitante do território. Já foram realizados os estudos antropológicos, ambientais e estão sendo iniciados os estudos fundiários. A figura 67 apresenta um croqui desenhado pelos indígenas de sua TI na qual eles retomam e querem a demarcação.

Figura 67: Croqui da Terra Indígena Laranjeira Ñanderu elaborado pelos indígenas



Fonte: GLASS, 2012, p. 24

Podemos observar que no meio da figura 67 há uma mensagem “Então agro negócio está matando a nossa terra”, em alusão as modificações/transformações ocasionadas pelos fazendeiros e grupos estrangeiros que compram e arrendam terras originalmente ocupadas pelos indígenas.

A indígena Aline em seu depoimento mostrou tais mudanças ocorridas na época em que viveu com seus pais neste território e na atualidade. Ela nos informou que teve um estranhamento imediato com seu território, pois tudo haviam mudado, antes havia árvores, o verde e agora produção de cana-de-açúcar e de soja juntamente com o milho.

A isto podemos relacionar a percepção da paisagem aliada à oralidade. Para Santos (1994) a paisagem é muito mais do que a visão abarca, considerando assim, aquilo que é apreendido pelos sentidos, como cores, odores e som. Esses elementos conjugam a representação de cada realidade em seus tempos históricos. Em que:

> Num momento B, muitos elementos do momento A permanecem; e surgem novos. É a inovação triunfante que permite sair de um período e entrar em um outro. A inovação traz a modificação da paisagem, que passa a ter objetos dos momentos A e B. (SANTOS, 1988, p. 24).

Na paisagem devemos considerar os movimentos, a dinamicidade das formas que são animadas pelo homem que dá novas funções, ela ai sendo modelada de forma diferente dependendo das técnicas empregadas. Assim, para o autor "a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal" (SANTOS, 2002, p.103).

Esta comparação de elementos da paisagem na sua forma e conteúdo pode ser observada em trabalho de campo. Pois, segundo Aline antigamente eles plantavam de tudo e hoje já não podem mais devido à área que eles e encontram ser uma reserva legal da fazenda, o mesmo impedimento para a derrubada de arvores para fazer casas ou retirada de folhas. Ela disse que, ainda está viva e vai esperar a demarcação deste território "*pois quando ela morrer não vai vê mais as árvores, não sabe quanto vai esperar, porque a demarcação de terra demora*" (Aline - tradução de Luciana, 2015).

Assim, a retomada também se faz na recriação de ideias de uma vida diferente da que se tem. E segundo relatos quando os indígenas decidem retornar seu território partindo do enfrentamento direto por meio do acampamento, eles já tinham entendimento de que a vida não será fácil, pois as dificuldades são grandes devido às resistências do Estado e dos fazendeiros - agronegócio.

O rezador Orlando, em nossa conversa afirmou que quando o indígena decide retomar determinado território, ele já sabe de toda a história de vivencia de seu povo, pois a própria termologia Retomada há a volta de saberes tradicionais que antes foi perdido "*então*

agora aqui mesmo, fazer ritual essa gurizada aqui sabe faze, tudo que tiver nois perdemos ta começando a vir tudo, a retomada[60]" (Orlando em entrevista, 2015).

O que diferencia a ação de retomada indígena com a camponesa são as cosmologias - rezas e cantos - e o caráter do território, pois o mesmo já pertenceu historicamente aos indígenas. Conforme relatado pelo rezador Orlando que, ao retomar para o Laranjeira Ñanderu realizaram antes da saída cantos e rituais para amansar os animais e as cobras, bem como para proteção dos indígenas contra os ataques dos inimigos (no caso polícia e fazendeiros) e na contaminação de doenças nesta nova área.

Segundo Cavalcante (2015) nas ações de retomadas indígenas os rezadores tem um papel importante na luta:

> Nesses movimentos de retomada, os caciques rezadores exercem um papel fundamental. Eles preparam os grupos e o ambiente para que a retomada possa ocorrer com harmonia entre os humanos e as divindades. Como guardiões da tradição, **são fontes fundamentais de inspiração para que os indígenas resistam** aos movimentos colonialistas de esbulho territorial. Sua presença é marcante nas retomadas e sua atuação na condução dos rituais religiosos é fundamental para a manutenção da chama da **luta acesa** (CAVALCANTE, 2015, p. 199 – Grifo nosso).

Ao ocuparem o território reivindicado os indígenas realizam os mesmos rituais na entrada da fazenda caminhando em direção à reserva legal onde estão (figura 68). Conforme relato de Orlando "*ritual pra amansar a onça, cobra ... com cânticos para poder*" (Orlando em entrevista, 2015[61]). Estes rituais são importantes para compreendermos as tradições Guarani-Kaiowá neste território, enfatizando a criação de territorialidades.

[60] Anotações de campo.
[61] Anotações de campo.

Figura 68: Laranjeira Ñanderu na atualidade



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Figura 69: Tekoha Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Atualmente na área de estudo residem aproximadamente 200 indígenas, destes cinco são recém-nascidos e 20 são crianças. A estrutura social política dos Guarani e Kaiowá está

relacionada com a questão cultural e territorial, pois eles acreditam que foram criados pelo Deus Ñande Ru (nosso pai) ou Ñande Jára (nosso senhor), em que a autoridade nas aldeias vincula-se a uma pessoa de prestigio, líder religioso que são geralmente homens (MANGOLIM, 1993).

No caso do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu existem três rezadores Orlando, Meire e Antônio. E nos trabalhos de campo foi observada a forte influência da família de Luciana no território. Segundo Brand (2004):

> A aldeia kaiowá e guarani manteve, historicamente, características muito semelhantes, especialmente no que se refere à distribuição, quantidade de famílias e organização social, econômica, política e religiosa. Esses núcleos familiares eram relativamente autônomos, caracterizando-se pela constante mobilidade. Essa mobilidade, ao mesmo tempo em que se constituía em estratégia de manejo ambiental, evitando o esgotamento dos recursos naturais, era também importante recurso para a superação de conflitos internos decorrentes, entre outras causas, de acusações de feitiço e disputa políticas (BRAND, 2004, p. 139).

Antigamente eles viviam em casas grandes “Ogajekutu e Ogaguasu, reunindo até cem famílias, mas atualmente elas cederam lugares com casas pequenas abrigando a família nuclear embora mantendo uma proximidade com ao outros membros da família”. (MAMGOLIM, 1993, p. 21).

Essa proximidade com membros da família está relacionada com a organização social dos Guarani e Kaiowá que eram baseados em sistema de cooperação: a família extensa que representa a produção comunal como edificações de casas, roças, pesca etc. e o tekoha que se constitui a base política, social e religiosa destes povos (URQUIZA; PRADO, 2015).

Segundo o autor, baseando em Benites (2009), as relações de parentelas entre os indígenas Guarani e Kaiowá são distintas devido à identidade que cada família vai construindo, ou seja, vai se criando um estilo de comportamento e um modo de ser - teko laja – que contrapõem com o modo de ser do não índio - modo de karai kuera reko.

Hoje os indígenas no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu vivem em casas que compõem a sua família nuclear, mas próximas a seus parentes. Segundo os indígenas ao retomarem seu território, a escolha da casa ficou a cargo de cada indígena, tendo a possibilidade da mobilidade de sua casa de acordo com a sua intensão.

Luciana mora perto da casa onde sua avó residia antes de falecer, sendo quem construiu sua casa foi seu companheiro, pois: "*As casas que construí aqui só os homens, as mulheres não podem né... as mulheres só ajudam*" (Luciana em entrevista, 2016).

Segundo a tradição Guarani e Kaiowá as casas onde os falecidos residiam são destruídas, como foi o caso da vó de Luciana: *"A gente Quando a pessoa mora a gente tem que destruir tudo a casa, porque não pode morar onde os irmã, parentes que morrem né... dai tem que construir em outro lugar... porque é um a cultura né, pode obedecer mesmo né"* (Luciana em entrevista, 2016).

Vale destacar, que além desta mobilização de casas dentro do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, os indígenas tiveram que remover a casa de reza devido aos constantes alagamentos, pois a primeira casa de reza eles fizeram perto do brejo. Esta situação não foi relatada como algo ruim para eles, pelo contrário foi visto como abundância da natureza.

O que foi relatado de negativo nesta área da reserva legal, referem-se às questões de produção-alimentação e a falta de espaço para a construção e recebimento de novos indígenas no território, como podemos observar nas falas de Luciana.

As figuras 70, 71, 72 e 73 apresentam as moradias dos indígenas no Laranjeira Ñanderu em Mato Grosso do Sul, bem como a nova localidade da casa de reza.

Figura 70: Moradia dos indígenas e casa de reza



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Figura 71: Moradia sendo construída no Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Figura 72: Moradia com sapé e madeira retirados da TI Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Figura 73: Moradia de lona com madeira na TI Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Conrrado (2013, p. 22) afirma que a organização do acampamento indígena e das famílias nos barracos simboliza uma tentativa de reprodução do tekoha, “ou seja, várias famílias ligadas por laços de parentesco e de aliança com a liderança, conformando assim uma parentela extensa, que significa viver segundo sua lógica de vida, buscando assim, atingir o teko porã”.

Ao mesmo tempo em que os indígenas buscam o modo de viver do passado, temos a inserção da tecnologia no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, conforme podemos observar na figura 74 que apresenta uma placa solar para a transformação de energia.

Figura 74: Placa solar no Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Este aparelho pertence ao irmão de Luciana que pagou aproximadamente R$ 2.000 reais sem financiamento de nenhum órgão. Ele é utilizado para a geração de energia solar, com a finalidade de carregar os aparelhos eletrônicos como celular, pois os indígenas mesmo distantes querem se comunicar com outros. Segundo relatos esta comunicação, é considerada um instrumento de luta dos Guarani-Kaiowá e de aumentar a escala de abrangência de suas

ações. É por ele que os indígenas se comunicam com a sociedade, com órgãos oficiais para se atualizarem das questões governamentais sobre seus territórios tradicionalmente ocupados.

Este aparelho fica ao lado da entrada da área que os indígenas estão residindo, área que também é usada como forma de "lazer" dos indígenas na prática de esportes como o futebol (figuras 75 e 76). Este fato foi observado todas as vezes que visitamos o acampamento e em um dos momentos a pesquisadora pode compartilhar com os indígenas brincando com a bola de futebol.

Figura 75: Esporte no Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015

Figura 76: Trave de gol adaptada no Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Segundo llda Almeida e Vinha (2010?) na "língua Guarani a palavra "lazer" significa "lugar de brincar, lugar de jogar" e isso se escreve ñevangahaty, ñmbosaraihaty" (p. 3). Antigamente, as brincadeiras indígenas estavam relacionadas com suas atividades festivas e rituais, por meio da dança katyhu e jeroky, por exemplo,

As autoras ao analisar o lazer no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, por meio da vivência de Almeida, consideraram que com a demora na demarcação dos territórios os indígenas, principalmente os mais jovens deixam de praticar esportes como lazer que são importantes na luta:

> Isto porque, as relações mediadas pelas atividades lúdicas do jogo, do esporte, das danças têm como base a solidariedade, a cooperação, o sentimento de equipe que são muito importantes na formação dos jovens. Principalmente de jovens que precisam lutar por uma conquista social muito importante para nós, indígenas, que é a terra, nosso tekohá (ALMEIDA, L.; VINHA, [2010?], p. 4).

Segundo as pesquisadoras antes do segundo despejo da comunidade as formas de lazer eram as mais variadas, pescavam, colhiam frutos da mata e ervas para remédio, brincavam de atividades esportivas, nadavam etc. Mas, está situação mudou drasticamente com o despejo para a BR.

Outro fator relevante é a luta histórica da maioria dos jovens do acampamento, que desde pequenos estão em áreas de retomada o que dificultou quando infância a vivencia do modo de ser tradicional, justificando a atenção de outros esportes como vôlei, basquete e futebol desses jovens (ALMEIDA, L.; VINHA, [2010?]). Segundo as autoras esta situação poderá mudar quando eles retomarem definitivamente seus territórios:

> Tendo de volta seu tekohá as meninas voltarão a brincar no cipó, a subir nas árvores e pular, a tomar banho de rios e córregos. Os meninos se divertindo com suas flechas e pontarias. Também poderemos construir uma bela construção para realização de atividades de lazer, com campos esportivos, uma quadra de 'salão' [futsal]. Estes são sonhos de todos os jovens de hoje! (ALMEIDA, L.; VINHA, [2010?], p. 8).

Ao demarcarem seus territórios os indígenas poderão viver, mesmo que limitados devido à situação de suas terras, o seu modo de ser. Em que, estas práticas dos antigos e a questão da natureza nos Guarani e Kaiowá, têm uma ligação direta com a luta pela terra, a política e o xamanismo (PIMENTEL, 2012b), visto que:

> Terra, aqui, é muito mais do que o mero suporte para a "produção" que nela veem os karaí. De todo modo, o fato é que o projeto, teoria ou filosofia kaiowá da política passa, de forma decisiva, por aquilo que chamamos de natureza. E isso não apenas no sentido "romântico" identificado pelos fazendeiros, de uma "volta à natureza". A natureza, essa multidão, é não somente o objetivo, ela é aliada no processo de luta pela terra (PIMENTEL, 2012b, p. 146).

Segundo Mota (2011) a valorização da terra para o Guarani e Kaiowá ocorre pelos seus aspectos naturais como o mato e pelas práticas humanizadoras por meio da produção e alimentos ou construção de moradias, ou seja, a natureza tem um papel importante na reprodução do modo de vida desses indígenas.

Os Guarani e Kaiowá preferem áreas de mata, conforme relatado em vários arquivos históricos do início da ocupação de seus territórios. Como o relato do servidor da SPI Barboza, em que a territorialização dos grupos em aldeias obedeciam alguns critérios essenciais: “terras de mata, nas quais tenhas córregos próximos e terras boas para a agricultura. Por isso as aldeias localizadas em regiões de cerrado, já teriam sido historicamente, objeto de deslocamentos compulsórios” (BRAND, FERREIRA, AZAMBUJA, 2008, p. 41).

Segundo Mota (2011):

> O mato é a possibilidade de viver, nele se encontra a terra boa e farta, onde estão os deuses no qual deve se pedir permissão para caçar, coletar... É no mato que se está o peixe, pois é pelo mato que os Guarani e Kaiowá acessam os rios, os córregos, acessam seus modos múltiplos de viver no Tekoha, fundamentalmente nas relações com, na natureza que os permite humaniza-la, assim como ver-se parte dela (MOTA, 2011, p. 295-296).

Tais considerações foram observadas nos trabalhos de campo, ficando evidente a importância da mata (figura 77) para os indígenas no Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante que serve para alimentação, coleta de ervas para rituais e remédios, bem como para a construção de casas com o sapé.

Figura 77: Mata da TI Laranjeira Ñanderu ao fundo



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Os indígenas estão localizados na única área de mata da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, mas eles procuram estrategicamente construir suas casas bem especializadas para não prejudicar a mata que para eles é vida. Mesmo assim, houve relatos nos trabalhos de campo que os proprietários das fazendas vizinhas ao acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu soltavam o gado bem nesta área prejudicando consequentemente o córrego que corta o território.

É por meio do mato que os indígenas tem se reproduzido e praticado seus ritos e alimentação, que em muitos casos estão diretamente ligados. A alimentação do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu vem por meio das cestas básicas oferecidas pela FUNAI[62], da pesca, caça e produção mínima de algumas árvores frutíferas.

[62] "Os acampamentos de retomada de áreas de ocupação tradicional, principalmente nos primeiros anos de sua existência, encontram muitas dificuldades para acessar atendimentos básicos de saúde e educação, além de outros serviços oferecidos pelos órgãos de assistência do poder público – principalmente de programas geridos pelos Municípios e pelo Estado. Essas dificuldades com frequência são utilizadas por agentes públicos ou missionários como justificativa para tentativas de

A cesta básica é fundamental para a subsistência dos indígenas que deveria vir a cada 15 dias, mas em todas as nossas visitas a campo a cesta básica estava atrasada entre um ou dois meses. Segundo os indígenas, a sua maior dificuldade na questão de alimentação é a cesta básica e sem elas os indígenas fazem arrecadação de dinheiro e empréstimo de alimentos de outras famílias.

Conforme relata Cristina mãe de Luciana: "*Ta atrasada faiz dois dias... tive que comprar arroz*" (em entrevista, 2016). O agravante na compra do alimento é pela cobrança do pedágio que está territorializado em suas terras tradicionalmente ocupadas, então eles compram uma vez por mês. E quando não há condições de comprar a comida os indígenas emprestam os produtos: "*A gente empresta comida, um vovô bem pedir alguma coisa e a gente dá*" (Luciana em entrevista, 2016).

Esta questão da reciprocidade indígena Guarani e Kaiowá é um traço de sua cultura:

> A economia tradicional Guarani se distingue muito da forma econômica encontrada em sociedades de tradição ocidental, pois se divide basicamente em unidades de produção e consumo coletivos, que se orienta em torno da distribuição, redistribuição e reciprocidade, baseada principalmente no conceito de propriedade não individual (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 65).

Desta forma, os indígenas têm resistido frente às dificuldades na parte de produção e alimentação. Na área de estudos temos a criação de alguns animais como galinha e porco para a sua alimentação, bem como a carne de macaco que está ligada com a prática de rituais vinculados ao esporte, ao bloqueio de doenças, sorte e arte.

No caso do esporte temos o ritual que envolve a mão do macaco para os interessados em jogar futebol, conforme podemos observar na fala de Luciana: "*Precisava matar macaco pra pegar aquele mão de macaca e que pratica mabola de goleiro [luva de goleiro] pra quem pratica [futebol] passa na mão do jeitinho que o macaco pula pra pegar a bola, guri que tem interesse pelo esporte... é uma tradição*" (Luciana em entrevista, 2016).

As cabeças dos macacos são usadas para ajudar na saúde das crianças recém-nascidas: *"Quando começou a nascer você põem na agua quente e da banho e nunca fica doente e a cabeça faz uma arte mesmo. A minha irmã deu banho na gêmea né ai... damo*

---

convencimento dos indígenas a voltarem para uma das reservas, onde presumivelmente teriam mais facilidade para o atendimento" (CAVALCANTE, 2007, p. 108).

banho na cabeça de macacão ... Tira a cabeça do macaco não é suja limpa... ai tira tudo a carne dentro" (Luciana em entrevista, 2016).

E a cabeça do macaco serve de ornamentaria para as casas para trazer boa sorte a família, ou mesmo, para as áreas comerciais: "*Se você pegar a cabeça de macaco e colocar na casa é bem famosa sua cas é bem famosa sua casa... as vezes algum mercado e algum bar precisa disso*" (Luciana em entrevista, 2016).

A carne do macaco é utilizada para a alimentação evidenciando que o animal não é meramente uma alimentação sem significado, cada parte dele representa e condiciona um rito para os indígenas. Segundo Pimentel (2012) a alimentação tem uma importância significativa para os Ñanderu nas questões que envolvem a saúde, desenvolvimento dos indígenas e das capacidades xamânicas.

Segundo Meliá *et al* (2008, p. 116 apud URQUIZA; PRADO, 2015 p. 67) para os indígenas o trabalho na sua é caraterizado desta forma, mas sim como um dever religioso e social. E na área de pesquisa analisamos vários relatos sobre o sofrimento dos indígenas em não poder plantar no seu território devido à reserva legal e a produção de soja/milho e cana-de-açúcar.

Segundo o indígena Ariodo: "*Por aqui nóis não tem espaço ai que nois sofre, porque essta terra é reserva legal e a reserva legal também é nossa. Se for pra derrubar esse mato ... pra nois vai prejudicar*" (em entrevista, 2015).

Diante dessa impossibilidade os indígenas falaram que não podem plantar coisas básicas que sempre se alimentaram, como mandioca devido às raízes das árvores serem dominantes e o milho que é uma das principais comidas. Mas, em um determinado local eles plantaram uma árvore de manga e outra de goiaba, frutos que não prejudicam seu território.

A partir dos relatos dos indígenas, foi possível analisar o enfrentamento em suas palavras em relação ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, que na visão deles plantam em seu território soja e cana-de-açúcar, ou seja, monoculturas. Visto que, os indígenas partem da diversidade de culturas, pois se eles tivessem o território gostariam de plantar batata, feijão, o milho, mandioca etc.

Segundo Almeida e Mura (2013b) os alimentos que fazem parte da alimentação Guarani e Kaiowá são:

> Plantam milho (avati morotĩ e avati tupi), mandioca (mandi'o), batata doce (jety), cana-de-açúcar (takuare'e), abóbora, (andai), mamão, laranja, banana (pakova), amendoim (manduvi), urucu (yruku), vários tipos de feijão de árvore (kumanda), arroz, feijão e outros produtos destinados à alimentação da família e espécies utilizadas como remédios (pohã ñana) (ALMEIDA, Rubem; MURA, 2013b, p. [1]).

"Nesse sentido, o modo de ser propriamente kaiowa/guarani implica também uma forma própria de alimentar-se, é fundamental na definição dos modos apropriados de viver e no contraste com os modos dos karaí" (PIMENTEL, 2012b, p. 143).

Os rituais são elementos importantes ao analisarmos a relação dos indígenas com seu território e diante do processo de estrangeirização tais ações são as mais impactadas, pois a extensão territorial limitada os indígenas que não conseguem se reproduzirem completamente, que também é o mesmo caso da produção de seus alimentos.

Os rituais são realizados com frequência para proteção de sua terra, para a saúde dos indígenas entre outros. Para não atrapalhar as crianças que estudam em Rio Brilhante alguns rituais são feitos no fim de semana, segundo Luciana: "*A gente faz sábado e domingo, porque a gente tem... é porque a criança a maioria estuda de manhã ai a gente faz sábado e domingo... todos participa criança , idoso, adulto*" (em entrevista, 2016).

Os indígenas afirmaram que estas mudanças ocorrem também devido a questão territorial, mesmo assim eles continuam resistindo com os mesmos cantos que do passado. Na área de pesquisa os indígenas realizam alguns rituais que envolvem a plantação, batismos e proteção contra os animais e pela saúde, fatos que são confirmados por Almeida e Mura (2013a):

> Entre os kaiowa, duas cerimônias têm destaque: a do avati kyry (milho novo, verde) e do mitã pepy ou kunumi pepy (realizada em várias comunidades no Paraguai; no Brasil apenas uma comunidade a mantém). A primeira é celebrada em época de plantas novas (fevereiro, março) e tem no avati morotĩ (milho branco), planta sagrada que rege seu calendário agrícola e religioso, a referência principal. Semanas de trabalho e envolvimento de muitas famílias para preparar o kãguy ou chicha e o lugar da cerimônia, antecedem sua realização. O kãguy é uma bebida fermentada, feita, nestas cerimônias, com o milho branco (mas também de mandioca, batata doce ou cana de açúcar) e preparada pelas mulheres (ALMEIDA, Rubem; MURA, 2013a, p. [1]).

O *avati kyry* é o batismo do milho e das plantas novas (PIMENTEL, 2012a) que se configura por meio da reza e cânticos, com a finalidade de crescimento da plantação. O milho é à base de alguns rituais Guarani e Kaiowá sendo o: avati tupi (milho amarelo) e o avati morotĩ (milho branco) que é sagrado:

> A variedade de tipos e formas de preparação do milho é grande: produzem avatiku'i (farinha de milho), hu'ikyra (farinha de milho com banha), hu'i rovaja (farinha de milho com mandioca, cozida na panela sem folha de plantas), chipa mbixi (feita no fogo, embrulhada em folha de plantas, em geral bananeira), mbeju (farinha de milho amassada na panela), avati mbixi (milho verde assado), chipa kukui (do milho branco, chipa guasu), chipa perõ (milho assado feito bolo com a mão que depois vai para água quente), chipa jetyiru (milho misturado com batata doce, como chipa perõ), mbaipy (mingau de milho), kãguyjy miri (milho ralado e levado ao fogo com água), avati pororo (pipoca) (ALMEIDA, Rubem; MURA, 2013b, p.[1]).

Na área de pesquisa devido à extensão territorial, os indígenas não têm como plantar o milho sagrado. Desta forma, a aldeia Panambizinho doa para os indígenas do Laranjeira Ñanderu: "*A gente ganha um pouquinho pra gente fazer porque cada ono* [ano] *a gente faz ritual do milho branco ... panabizinho que doa pra cá né*" (Luciana em entrevista, 2016).

Segundo relatos, antigamente no Laranjeira Ñanderu se plantava o milho, mas agora é impossível devido o veneno passado pela cana-de-açúcar, milho e soja. Segundo Orlando "*se a gente ganhar essa terra da pra plantar o milho branco mesmo e reza*" (em entrevista, 2015).

Com o milho os indígenas fazem a chicha uma bebida fermentada adocicada com utilização para usado na alimentação, rituais e festas (MANGOLIM, 1993). Segundo os indígenas ela também pode ser feita com fubá e esta função de preparo é exclusivamente feminina.

Um dos rituais existentes no Laranjeira Ñanderu é o batismo do milho branco (avati morotĩ)[63] - Jerosy Puku que acontece uma vez por ano no mês de fevereiro. Segundo João

[63] Parte do ritual pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=2_gCY2T1u0Q>. Disponibilizado por Michele Perito Concianza, 2014.

(2011) o jerosy é um canto coletivo e, por mais que se tenha o canto individual, ele busca o diálogo com as divindades e negociação com os deuses:

> O ritual do jerosy puku é cantado, rodando em volta de um apyka (banco) ou em volta de uma vasilha de xixá. Esta vasilha pode ser um balde de alumínio, com capacidade volumétrica de uns vinte litros, abastecido constantemente a partir de um recipiente maior, onde foi produzida a bebida. O canto do jerosy é considerado infinito, porém, cada xamã, durante a noite até o amanhecer, procura alcançar sua meta de trabalho que é chegar ao canto de pa'i kuara. O canto exige a sua plenitude para não causar inúmeros problemas na comunidade ou para o desenvolvimento do jakaira (milho saboró) (JOÃO, 2011, p. 59).

Segundo Montardo (2004), o ritual é realizado depois do pôr-do-sol, em que o xamã e/ou seus ajudantes conduzem o canto e as danças com o mbaraka - tipo de chocalho – depois é incorporado ao rito o canto das mulheres executando seus takuapu - bastões de ritmo – sendo que toda a comunidade deve estar dançando percorrendo um caminho com o intuito de encontrar as divindades, das quais se comunicam o xamã indicando o percurso. "Ao tocar seus instrumentos, cantar e dançar neste ritual, os guaranis buscam força (mbarete), erguer-se (opuã), limpar o corpo (ombopotï), tornar-se leves (ivevuy), estar alegres (hory ou ovy´a)" (p. 1).

Ao falarmos deste ritual no Laranjeira Ñanderu, eles nos informaram que este ritual tem que ser seguido corretamente não errando nenhum passo ou dança. Nas falas observamos que a desobediência a ele pode provocar algumas doenças no corpo, visto que é de suma importância a realização do ritual por completo. Conforme relato de Luciana "*pra gente representa bastante regra né, porque a gente não pode errar nenhum passo né e a gente pensava né que a colheita do milho a gente põem no lugar desse milho, o milho branco saboro*" (em entrevista, 2016).

Segundo relatos dos Guarani e Kaiowá, o jerosy puku é realizado para proteção contra doenças, invejas cosias ruins na vida. Os homens e mulheres se preparam para o ritual com pinturas e ornamentas. As mulheres preparam a bebida tirando o sabugo do milho, amaçam e colocam na bebida fermentando e cantando.

João (2011) afirma que o ritual vai permitir a propagação do teko joja que seria uma vida fraterna e do teko marane'ỹ que corresponde a uma vida sem maldade no território:

> No que se refere ao *Ogueroata*, o conjunto de rezas introdutórias ao batismo do milho saboró, explico que ela é feita aos cinco *yvyra'i,* sendo denominada individualmente de *yvyra'i mongueta* (diálogo com *yvyra'i*). Portanto, as rezas feitas aos yvyra'i próximos à porta de entrada da casa é denominada de *agueroata* (JOÃO, 2011, p. 60-61, grifo do autor).

A figura 78 mostra a preparação do ritual com os yvyra'i que para os indígenas representam o guardião do jakaira (milho saboro). Assim, os indígenas vão passando um por um até chegar ao quarto yvyra'i, sempre cantando e exaltando o jakaira (JOÃO, 2011).

Figura 78: Yvyra'i - Jerosy Puku no Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Outro rito que foi relatado no trabalho de campo foi o batismo das crianças (jovens e adultos) que são realizados fora do Laranjeira Ñanderu, pois não há o milho branco, conforme relata Luciana "*A gente não batiza aqui, pois a gente não temos aquilo lá né, o milho branco, a gente toma lá antes de fazer ... tinha que emprestar né dai eu fui lá porque teve o encontro do rezador*" (Luciana em entrevista, 2016).

Luciana relata que batizou sua filha na aldeia Panambizinho, na qual se toma a chica e coloca o urucum falando o nome indígena - tera ka'aguy. No caso da entrevistada, ela tomou a chica primeiro que sua filha, depois da reza com o chocalho do rezador a criança tomou. Segundo Rubem Almeida e Mura (2013a) está cerimônia é denominada mitãmongarai.

A orientação do rezador é sempre dizer o *tera ka'aguy* da criança e/ou jovem batizado quando há algum perigo eminente ou doença. E sempre chama-los assim para não esquecerem seu nome. Cabe destacar, que na área que eles residem eles chamam as crianças cotidianamente pelo nome indígena, mas no município de Rio Brilhante as crianças são chamadas pelo nome do karai.

Podemos observar claramente o impacto da estrangeirização de terras nos rituais e no modo de ser no Laranjeira Ñanderu, onde muitos ritos são realizados devido à ajuda de outros indígenas, mas de forma precária ou mesmo não são realizados no território pela falta de algum elemento como é o caso emblemático do falta jakaira.

Dentro do Laranjeira Ñanderu temos a relação dos indígenas com o mato que permite neste território a reprodução de parte de suas tradições, principalmente quando tratamos das coletas de ervas medicinais que são passadas pelas gerações.

Ficou evidente na fala dos indígenas o sofrimento deles, por eles terem apenas a área de reserva legal para retirarem seus medicamentos, em contrapartida seu território está tomado pela cana-de-açúcar e pelo milho atualmente. Conforme palavras de Orlando: "*tudo o que resto foi cana e milho*" (em entrevista, 2015)[64].

As arvores que são utilizadas para remédio são consideradas sagradas pelos indígenas, evidenciando a importância do mato para as questões imateriais: *"A gente descobre*

[64] Anotações de campo.

tudo aqui, o remédio e a gente não sabe que é uma arvore sagrada mas a gente conhece também" (Luciana em entrevista, 2016).

Entre as ervas podemos citar o cedro, Cancarosa, Cipó-Mil-Homens, Aroeira, Amescla e Guacuri. A finalidade de cura das ervas variam de acordo com suas espécies, sendo utilizadas para curar dor de barriga, desinteira, dor no corpo, cicatrização de machucado, gripes e resfriados, tosse entre outros. E também são utilizadas para questões espirituais como inveja e mal olhado.

O cedro (nome cientifico Cedrela odorata L) representada na figura 79, é utilizado no Laranjeira Ñanderu para questões que envolvem problemas respiratórios decorrentes de gripe, resfriado ou tosse. Sendo preparada por meio da inalação e banho com o pano no tórax como informa Luciana "*inalação da banho né, pega o pano de agua fervida e põe aqui* [no tórax]" (em entrevista, 2016).

Figura 79: Cedro utilizado como medicamento



Fonte: Google Imagens, 2016.

A Cancarosa (Jodina rhombifolia) representada na figura 80 é utilizada como chá para ajudar no aparelho digestivo na qual retiram suas cascas, ferve e toma, conforme relato

de Luciana:“*tira e pica bem uma varinha bem pequenininha mesmo coloca na água quente, isso pra dor de barriga*” (em entrevista, 2016).

Figura 80: Casca de Cancarosa no Laranjeira Ñanderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

O Cipó-Mil-Homens (Aristolochia triangularis, Cham) representado na figura 81, também é utilizado pelos indígenas no Laranjeira Ñanderu para questões gastrointestinais principalmente nas crianças: “cipó milombre é pras crianças né, que tem diarreia brava” (Luciana em entrevista, 2016).

Figura 81: Cipó-Mil-Homens utilizado como medicamento



Fonte: Ribeiro, 2010, p. 46[65]

Outra remédio retirado do território indígena Laranjeira Ñanderu é a Aroeira (Schinus terebinthifolius) como podemos observar na figura 82. Esta erva é usada para cicatrização de machucados: "*espera ferver e esfriar e joga em cima assim* [do machucado] *se for emergência é isso, saúde aqui não veio o médico*" (Luciana em entrevista, 2016).

[65] Não compõem as referências. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/644/TCC_2__Zico_pronto%2Bcarbo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 out. 2016.

Figura 82: Aroeira utilizada como medicamento



Fonte: Giehl, 2008[66]

Quando estávamos chegando a campo no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, a mãe da Luciana estava entregando esta erva para outra indígena que não reside no acampamento. Ficou evidenciado que, esta é uma prática corriqueira entre os indígenas situados em outros territórios, bem como com a vinda de moradores de Rio Brilhante para pegar a erva.

A Amescla é outra erva utilizada, mas juntamente com o chimarrão – erva mate com água quente – para questões relacionadas à dor de barriga, bem como o Guauri que contribui com a limpeza do aparelho digestivo sendo relatado à vontade de comer após a digestão do produto: "*Dá fome e limpa também seu* [aparelho digestivo] *que tá com defeito você toma também e depois da fome*" (Luciana em entrevista, 2016). A única erva relacionada com questões imateriais de inveja relata foi a Caaré em que o rito consiste em fazer um chá das folhas e tomar um banho com ela, conforme palavras do rezador "*Água morna, põe na chaleira, depois pega a cabecinha... fala um nome do Ñanderu lavando a cabeça... ai a inveja passa longe*" (Orlando em entrevista, 2015).

[66] Não compõem as referências. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/open_sp.php?img=239>. Acesso em: 06 out. 2016.

A estas quantidades de ervas reduzidas se dá pelo processo de territorialização da agricultura capitalista e do agronegócio para a produção de monoculturas em seus territórios que tem causado vários impactos territoriais e acirrando violências e repressões aos indígenas no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu.

O que temos analisado no território indígena Laranjeira Ñanderu em relação à estrangeirização de terras consolidada pela LDC, é que o grupo não tem um conflito direto através do arrendatário, como é o caso do "proprietário" Raul da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança. E sim, encontramos os impactos que a produção de cana-de-açúcar causa no modo de ser e no tekoha dos indígenas, como já estamos desenvolvendo.

Esta violência direta foi presenciada a campo com a intimidação por meio da passagem de um carro por diversas vezes rodeando o lugar onde estávamos realizando as entrevistas. Isto ocorreu duas vezes, a primeira segundo os indígenas com a presença do proprietário e a segunda com a presença dos capangas da fazenda. Para os indígenas trata-se de uma retaliação do senhor Raul, pois o mesmo deveria estar achando que nós éramos da FUNAI ou parentes deles.

Foram relatadas nos trabalhos de campos várias formas de repressões que o proprietário da fazenda tem praticado desde a entrada dos indígenas. E atualmente depois da medida da Justiça Federal em multá-lo pelo bloqueio de via de acesso, ele tem intensificado a hostilidade aos indígenas com perseguições e envenenamento devido à passagem de agrotóxico perto e em cima do acampamento-tekoha, quando pulverizado pelo avião.

Segundo os indígenas, o caseiro da fazenda funciona como uma espécie de informante em tudo que acontece no Laranjeira Ñanderu e o mesmo também tem hostilizado os indígenas com palavras de ordem. Em uma das ocasiões os capangas juntamente com Raul passaram xingando os indígenas. O fazendeiro na ocasião, gritou falando que ele comprou estas terras desde o século passado e os índios revidaram a fala informando que então foi ele que matou seus ancestrais que viveram antigamente no Laranjeira Ñanderu.

Segundo Aline: "*A historia é muita coisa, aqui na terra, nóis sabe nóis mesmo porque nascemos juntos com a terra... não foi o branco que fez, a terra é nossa, foi o índio que fez*" (Aline - tradução de Luciana, 2015).

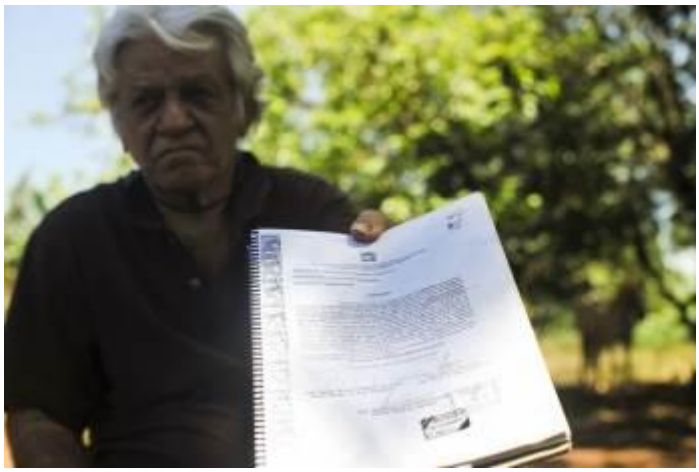
Diante desta narrativa, observamos que os índios não aceitam a fala do Raul apelidado de português, ao dizer que é dono deste território. Pois, para os indígenas somente o "Ñande Ru ou Ñane Ramõi possui propriedade sobre a terra; terra e corpo são interpretados como parte da mesma coisa" (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 65).

Segundo Rodrigues (2013b) o fazendeiro alega ter comprado estas terras nos anos de 1950:

> Estou aqui há mais de 50 anos. Quando cheguei, conversei com pessoas que viviam aqui quase este mesmo tempo e ninguém nunca me disse que havia aldeias por aqui. Podia até haver um ou outro índio, inclusive trabalhando nas fazendas de erva-mate, mas aldeia nunca houve"... (Fazendeiro Raul - RODRIGUES, 2013b, p. [1],

Ele sustenta este argumento que as fazendas das quais incidem o território tradicionalmente ocupados pelos indígenas não tiveram nenhum índio residindo, desqualificando até mesmo os estudos que a FUNAI tem realizado no local, com já comprovação prévia da existência dos Guarani e Kaiowá no passado. A figura 83 mostra o fazendeiro Raul segurando os documentos autentificam à propriedade da terra dele.

Figura 83: Raul "proprietário" da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança



Rodrigues, 2013b, p. [1]

Segundo o fazendeiro Raul a demora para a demarcação do Laranjeira Ñanderu é um aspecto positivo, pois os laudos existentes na justiça sobre esta questão não são favoráveis aos

proprietários de terras. E para ele mesmo identificando que houve ocupação Guarani-Kaiowá em sua fazenda, o governo ao querer fazer justiça com os indígenas terão que devolver o Brasil para eles (RODRIGUES, 2013b).

Estas falas podemos correlacionar com o depoimento da autoridade do Laranjeira Ñanderu ao afirmar que o Ministério Público o informou que a demarcação deste território reivindicado seria um pouco difícil, pois o fazendeiro não quer perder nada. Mas, ele respondeu dizendo que eles só querem o território, isto porque eles não estão cobrando o que o agronegócio nacional e estrangeiro retirou de seus territórios – como a derrubada de árvores, mortes de animais e destruição dos cursos d'águas além da contaminação pelo uso indevido de agrotóxico.

Aos impactos territoriais no Laranjeira Ñanderu por meio da pulverização de agrotóxicos temos dois agravantes: o veneno vindo da área de produção de cana-de-açúcar da Louis Dreyfus Commodities carregado pelo vento e o veneno da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança com a soja e milho.

No caso da fazenda Santo Antônio a prática mais comum na pulverização do agrotóxico é o trator conhecido como "gafanhoto" como mostra a figura 84.

Figura 84: Exemplo do trator conhecido como Gafanhoto



Fonte: MORENO, 2012, p. [1].[67]

[67] Não compõem as referências. Disponível em: < https://cupom.com/revista/alimentacao-com-organicos-faz-bem-mas-no-brasil-custa-caro/>. Acesso em: 06 out. 2016.

Os indígenas nos informaram que em agosto o trator estilo gafanhoto passou de noite na plantação de milho, pegando os indígenas de surpresa e só o perceberem a ação devido o cheiro forte do agrotóxico. No caso da LDC, foram denunciados pelo CIMI os impactos que o veneno da cana-de-açúcar provocou no território indígena, por mais que esta produção não faz divisa direta com o acampamento o vento carrega as partículas de veneno intoxicando as crianças, jovens, adultos e principalmente os idosos.

No início dos nossos trabalhos de campo, foi relatado pelos indígenas que produção da LDC não estava prejudicando em nenhum aspecto o acampamento e que era melhor não tocarmos neste assunto, pois eles estavam "quietos" e por este motivo era melhor "nem mexermos com eles".

Segundo a liderança indígena Mariana desde a entrada dos indígenas no Laranjeira Ñanderu já havia a plantação de cana-de-açúcar: *"E o fazendeiro nunca falou nada nada nada... todos sabem que é área de demarcação ... fingem que não sabem, ficam quietinhos".* Até o momento de nossa pesquisa, observamos que os indígenas sabem que a terra arrendada com cana-de-açúcar produz para a LDC e que a mesma é estrangeira.

Os maiores impactos da pulverização do agrotóxico no acampamento vêm das questões de saúde, meio ambiente e produção e mortandade dos animais. Esta situação tem ocasionado um sentimento de tristeza e sofrimento nos indígenas na área de pesquisa, pois para ele a terra é sagrada e não pode ser destruída e atacada com venenos.

Segundo relatos temos no Laranjeira Ñanderu a morte constante de animais envenenados devido à pulverização, como por exemplo, a morte dos cachorros e gatos de estimação, de passarinhos que comem os frutos das árvores com veneno ou mesmo pelo contato direto com ele. Esta situação também impossibilita a criação de animais de pequeno porte para a alimentação, como pato, galinhas e pintinhos, pois todos morrem com o veneno.

Também temos a relatos da perca da produção de culturas básicas como a mandioca, que acaba prejudicando na reprodução, conforme relata Luciana: "*as crianças não conhecem a planta que é de nois, as crianças agora não sabem nem comer mandioca e batata"* (em entrevista, 2016). Cabe destacar, que a relação com a terra-alimento é sagrada para os

indígenas, assim a retomada de seus territórios tem um dos objetivos de ensinar os mais novos as culturas Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Devido ao uso do agrotóxico, ocorreram vários casos de contaminação do meio ambiente, como é o caso da passagem do avião em cima do acampamento-tekoha intoxicando os córregos das quais morreram vários peixes. Estes fatos foram denunciados a Funai, bem como a intoxicação dos membros do Laranjeira Ñanderu.

Ocorreram vários relatos de intoxicações dos indígenas no Laranjeira Ñanderu devido à pulverização do milho e da soja. Os sintomas segundo os indígenas eram os mais variados, enjoos, desmaios, dor de cabeça, dor no estomago, diarreia etc. E já tivemos casos graves de internação em hospitais do município de Rio Brilhante e outros com transferência para Dourados por causa dos venenos que ataca principalmente as crianças e idosos, como relata Luciana: "*A gente tem dó das crianças, as crianças não aguenta nois aguenta"* (em entrevista, 2015).

Segundo os indígenas, com comprovação da FUNAI, o fazendeiro Raul passou o agrotóxico em cima do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu com o avião na qual os indígenas tiveram se se proteger na casa de Reza. Conforme relatos do rezador Orlando (em entrevista, 2015) onde está regando com o veneno "*estraga a barriga da gente*" e Luciana complementa com a passagem do trator: "*quando passa trator ficou doente, cheiro que passou sentiu e atacou o estomago dela* [referindo-se a Aline, mais velha do tekoha]" (em entrevista, 2015).

Devido a vários casos de intoxicação e criminalização deste ato, o fazendeiro não pode passar o agrotóxico perto do acampamento, pois os indígenas denunciaram e conseguiram na justiça o direito a mil hectares deste território e Luciana nos fala em entrevista: *"A gente vai aproveitar essa terra..."* para tentar produzir, mesmo que em meio à monocultura do milho e da soja alguns alimentos.

Em casos que não são graves, os indígenas utilizam de seus saberes tradicionais com ervas medicinais para a cura, mas quando isto não é possível eles procuram o socorro médico que entra no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, da qual o fazendeiro tenta impedir quase que cotidianamente a entrada.

Em uma ida a campo, não foi possível realizar os trabalhos de pesquisa por completo, devido à situação de medo que os indígenas estavam vivendo, pois dias antes o agrotóxico intoxicou grande parte dos indígenas que vivem no Laranjeira Ñanderu, sendo necessária à internação de alguns membros.

Quando retornamos ao Laranjeira Ñanderu em julho, os indígenas já estavam recuperados principalmente o rezador Orlando que na época foi um dos mais atingidos pelo agrotóxico da plantação. Devido a essa ação o Ministério Público proibiu que o fazendeiro passasse agrotóxico ao lado do acampamento com pena de multa.

Além dos impactos causados pelos agrotóxicos da produção de cana-de-açúcar da LDC na saúde e no meio ambiente do Laranjeira Ñanderu, foi comprovado a campo que o grupo francês queria arrendar uma fazenda que faz divisa com o acampamento e pertence à área reivindicada pelos indígenas para a produção de cana-de-açúcar.

Segundo os indígenas vieram conversar com eles para dar uma "recompensa" um pedaço de terra, para compensar o espaço que eles utilizariam para plantar cana-de-açúcar. Os indígenas falaram que se eles aceitassem a proposta da LDC, eles gostariam de obter equipamentos como tratores, pois eles não iam carpir o mato com as unhas "*se você tem terra e não tiver trator, plantadeira ... até agora não falarão nada pra nois*" (Orlando em entrevista, 2015)[68].

Os Guarani e Kaiowá simularam uma negociação em conversa, para compreender quais seriam os passos da LDC juntamente com fazendeiro em seu território, uma vez que os mesmos já produzem cana-de-açúcar na Fazenda Cadeado. Depois de tal ação os indígenas procuraram a Funai e a promotoria para avisar do ocorrido e tomar as devidas providencias levais, mas até o momento não houve mais contato e nem informação sobre isso.

Segundo o rezador Josivan, índios não tem a noção de quanto os estrangeiros estão produzindo e invadindo seus territórios, não sabem a origem das empresas no caso o capital, se é portuguesa, espanhola etc. Como afirma Mariana: "*o estrangeiro ta bem preparado para demorar mais* [a demarcação]" (em entrevista, 2015).

Na afirmação de Mariana fica evidente que a estrangeirização de terras contribuí para a demora na realização das demarcações de terras, devido ao preparo jurídico-administrativo

[68] Anotações de campo.

que eles têm no Brasil e em seus países cede. Mesmo diante da comprovação da vivência dos indígenas em territórios onde ocorre a produção de *commodities*.

No caso da área de estudo, foi comprovado por meio dos estudos antropológicos os a territorialização dos indígenas no passado nas lavouras de cana-de-açúcar arrendadas pela LDC. Foram comprovadas a presença de ocas antigas e de um cemitério indígena que antigamente foi queimado e derrubados, conforme relato de Aline.

Na ocasião da pesquisa foram três indígenas e representantes da FUNAI do grupo técnico na área da cana-de-açúcar e segundo Cristina que estava presente, os pesquisadores: "*mostraram dua oca ... eu vivo quase tremendo assim me assunto... te muito gente aquele local*" (Cristina em entrevista, 2016). Ela mostrou tristeza referindo-se que agora está territorializada a cana.

Segundo a indígena, ela ficou muito emocionada quase desmaiou, porque sentiu uma forte energia muito intensa de seus antepassados naquele local sagrado:

> *Sentiu muita [emoção]. Eu vim aqui contar ao meu filho, eu sei tudo que ele falou aqui, nois que morava mesmo aqui, muito que morava gente muito eu vi. Ai meu filho falou pra mim: Será que mãe viu era verdade? – Eu vi verdade memo eu A. e minha sogra, três muie foi* (Cristina em entrevista, 2016).

Perto do córrego que cruza o Laranjeira Ñanderu, foram encontradas mais moradias antigas – ocas: "*quando eu cheguei lá tinha dua arvore dentro dá ... assim na oca. cheguei la notei grama bem ali é muito bonita ... bonita aquela terra*" (Cristina em entrevista, 2016).

Vemos questão cultura, com o entendimento ela, tem com fertilidade da terra e sua beleza, devido aos indígenas mortos pelo ao ataque narrado inicialmente que culminou no extermínio quase que total das famílias no tekoha Laranjeira Ñanderu.

Neste momento elas iniciaram algumas falas sobre o período do ataque, onde os brancos mataram os indígenas e não enterrava. Em que, o corpo entrava no processo de decomposição no mesmo lugar de morte e era esquecido, sendo plantado depois outras culturas em cima de onde o indígena estava, que neste caso podemos relacionar com a cana-de-açúcar da LDC.

Também foi encontrado na cana-de-açúcar produzida por meio de arrendamento da LDC, um antigo cemitério indígena: "*Tem lá indígena de verdade... olho também cemitério ... sentiu muito meu coração, sentiu muito*" (Cristina em entrevista, 2016). Atualmente, eles criaram outro cemitério perto da reserva legal onde eles estão territorializados, mas cabe ressaltar que para os indígenas o local onde foi o cemitério dos seus antepassados é sagrado, pois os indígenas ainda estão lá.

Assim, concluímos que apesar de não ter uma ligação direta com a LDC no sentido de comunicação, os indígenas fazem uma resistência direta com os impactos causados pela produção de cana-de-açúcar em seu território no seu modo de ser e de viver com a sua ação de retomada.

Além dos impactos causados pelo agronegócio foram identificadas algumas negociações com o Grupo CCR, por meio da CCR MSvia que foi criada justamente para o pagamento de pedágio e duplicação da BR-163 no Mato Grosso do Sul, passando assim pelo tekoha Laranjeira Ñanderu. Segundo a CCR MSvia (2016) a concessão da rodovia foi oficializada em março de 2014 em Brasília, mas foi em 2013 que eles ganharam a concessão por meio do leilão realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, por oferecer uma tarifa de R$ 4,38 a cada 100 km rodados.

Atualmente, os valores cobrados pelo pedágio são expressos no quadro 17. Podemos observar que a tarifa com menor valor corresponde a moto R$ 3.20 em ambos os sentidos e o mais caro varia de acordo com o número de eixo dos transportes.

Quadro 17: Valores cobrados pelo pedágio da CCR MSvia BR-163 em Rio Brilhante

Tipos de transportes	Sentido Sul	Sentido Norte
Veículos de passeio	R$ 6.50	R$ 6.50
Veículos comerciais (por eixo)	R$ 6.50	R$ 6.50
Moto	R$ 3.20	R$ 3.20
Fonte: CCR MSvia, 2016. Org. BUSCIOLI, L. D.		

A figura 85 mostra o pedágio dentro do tekoha Laranjeira Ñanderu na BR- 163 que passa polo município de Rio Brilhante e que inclusive já foi morada dos indígenas como já desenvolvido foi desenvolvidos.

Figura 85: Pedágio em Rio Brilhante pertencente à CCR MSvia.



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

Segundo relatos dos indígenas em nenhum momento foram avisados da duplicação da BR-163 nem pelo Ministério Publico, pela FUNAI e pela CCR MSvia. Só ficaram sabendo de tal fato quando em 2015, a CCR MSvia entrou em contato com os indígenas no Laranjeira Ñanderu para negociações a respeito deste processo.

Em negociação eles aceitaram a duplicação e realizaram um acordo porcentual para a questão da lucratividade da CCR MSvia com a cobrança de pedágio, com o intuito de ajudar na vida dos indígenas. Os indígenas solicitaram entre 10% a 20% do lucro, mas a empresa não aceitou.

A empresa ficou de realizar uma estrada para os indígenas trafegarem juntamente com um túnel que perpassará submersa a rodovia visando maior mobilidade dos indígenas e segurança ao atravessar. Diante da recusa do fazendeiro Raul em cascalhar a estrada que liga o acampamento a BR-163: "*O português não deixa fazer outra rua para ficar mais perto a passagem, mas foi negado por ele. A segunda estrada seria importante pois encurtaria espaço para o trafego dos indígenas, ambulância"* (Luciana em entrevista, 2015), além de considerarem perigoso este trajeto devido à violência sofridas pelo fazendeiro.

Ficou evidente nas falas de Luciana que a preocupação maior com relação à estrada são com as crianças que passam diariamente para ir para a escola, bem como com parte da população residente na procura para pegar ônibus e ir para Dourados.

Os indígenas mesmo estando em seu território tradicionalmente ocupado, tem que pagar pedágio todas as vezes que trafegam na rodovia, a proposta da CCR MSvia foi de colocarem um chip nos carros dos indígenas para que eles não pagassem o pedágio. Os índios também ofereceram três propostas para a CCR MSvia: um ônibus para que eles pudessem trafegar na BR-163, a solicitação de cascalhar a estrada dentro da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança e a criação de uma outra estrada para ficar mais perto da rodovia. Até o momento da pesquisa, apenas a primeira proposta foi negada, as outras segundo os indígenas foram levadas por meio de uma ata para discussão da empresa.

A indignação dos indígenas ficou evidente em suas falas, sobre eles ainda terem que pagar para trafegar em seus territórios, pois segundo eles todas as vezes que passam para comprar comida no município de Rio Brilhante eles pagam: "*Não veio o acordo aqui a CCR. ... é duro mesmo fazer as compras porque a CCR não deixa trazer um monte de pacote de compra... tem que ser o carro também, custa bastante*" (Luciana em entrevista, 2015). Somente na passagem de bicicleta que o pedágio não é cobrado dos indígenas, mas afirmaram em entrevista que o alarme é soado todas as vezes que eles passam.

Outra questão que podemos perceber nas falas é a tristeza e de dor na realização da duplicação, pois afetará diretamente a natureza do tekoha Laranjeira Ñanderu: "e "*Quantas vidas vai morrer pá duplicar esta estrada? Quantas árvores vai morrer?*" (Mariana, 2015[69]).

A BR-163 também foi palco de algumas manifestações realizadas pelos indígenas do Laranjeira Ñanderu e de outras aldeias, com o intuito de dar visibilidade as suas causas principalmente contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. Cabe destacar que a PEC 215 é um importante componente de luta dos povos indígenas, pois na sua essência ela propõem sérias alterações na Constituição Federal no que tange aos direitos indígenas com a transferência para o Congresso da decisão final sobre a demarcação de territórios indígenas, quilombolas e de unidades de conservação.

[69] Anotações de campo.

Atualmente o Poder Executivo e de seus órgãos competentes tem o direito de decidir sobre as demarcações como já apresentamos nesta pesquisa, mas se aprovada tal proposta o beneficiamento desta decisão terá impactos territoriais intensificados, pois permitirá até o arrendamento das terras indígenas.

Assim, grande parte dos povos indígenas tem se mobilizado em ações de resistências contra a PEC 215 com o intuito de denunciar tais apontamentos que só tendem a retirar os direitos protegidos pela Constituição. E na área de pesquisa foram realizados algumas manifestações – bloqueios para chamar a atenção da sociedade para esta questão: "*aqui nois fizemos três vezes contra a PEC para não ser aprovada*" (Orlando em entrevista, 2015)[70].

Quando questionados pela organização das manifestações os indígenas nos informaram que eles articulam tudo por meio de conversas internas e externas pelo celular. Nas palavras da Guarani-Kaiowá Luciana em entrevista "*só nois mesmo que faz, só nosso grupo mesmo que faz movimento. Se a gente não passa por algumas pra todo munda sabe a gente faz mesmo, a gente temo agora bastante junta tudo as crianças*" (Luciana em entrevista, 2016).

Ao realizar as manifestações os indígenas executam alguns rituais com a finalidade de proteção nesta ação direta de enfrentamento: "*O Ñanderu que começa primeiro e depois nois atrás ... pra proteger, pra amansar a policia rodoviária, porque alguns que não respeitam também, os caminhoneiros xingam nois também ai nois fica pra lá né*" (Luciana em entrevista, 2016).

Sobre as manifestações podemos destacar a de julho de 2013, que foi realizada para lembrar a morte do José Barbosa Almeida conhecido como Zezinho que foi atropelado em 2012, como já apresentado (ARAUJO, 2013). E em relação às manifestações contra a PEC 2015, foram identificadas três a nível midiático no ano de 2015, mas as informações das notícias não especificaram a participação exata dos indígenas do Laranjeira Ñanderu nestas ações.

Podemos esclarecer tais fatos ao relacionarmos os depoimentos que confirmam a participação dos indígenas do Laranjeira Ñanderu em manifestações na BR-163 em Rio

[70] Anotações de campo.

Brilhante. Diante disso, vamos apresentar as manifestações encontradas por meio da pesquisa via mídia digital.

Destacamos as manifestações ocorridas entre abril e novembro de 2015 realizadas pelos indígenas Guarani-Kaiowá na região do município de Rio Brilhante. A primeira ação foi realizada em 14 de abril e publicada pelo Jornal Folha de Dourados intitulada “Em protesto, indígenas bloqueiam dois trechos da BR-163 em Caarapó e Rio Brilhante”, como podemos observar na figura 86.

Figura 86: Manifestação realizada em Rio Brilhante - abril de 2015



Fonte: Folha de Dourados, 2015, p. [1].

Segundo a notícia a manifestação começou às 8 horas da manhã bloqueando a via de acesso na BR 163, solicitando a paralização do processo da PEC 215 que só tende a favorecer os ruralistas de todo o Brasil (FOLHA DE DOURADOS, 2015)

Outra manifestação com os mesmos propósitos foi realizada no dia 21 de outubro do mesmo ano (figura 87) e publicada pelo Jornal Dourados News (2915) com o seguinte título “Indígenas interditam rodovia e deixa congestionamento de 5km”. Segundo o jornal, às seis horas da manhã cerca de 80 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá bloquearam a BR-163 em Rio Brilhante.

Figura 87: Manifestação realizada em Rio Brilhante - outubro de 2015



Fonte: JORNAL DOURADOS NEWS, 2015, p. [1].

Em 11 de novembro ocorreu a terceira ocupação publicada por vários meios de comunicação digital como o Midiamax e o G1 MS. No primeiro caso a matéria foi intitulada "Indígenas reforçam manifestação e bloqueiam segunda rodovia em MS" e mostrou os objetivos da manifestação, explicando os principais pontos da PEC e informando a participação dos representantes da CCR-MS Vias e da Polícia Rodoviária Federal na ação que resultou no bloqueio da rodovia BR 163, permitindo apenas a passagem de viaturas de bombeiros, ambulâncias e a polícia (figura 88).

Esta ação também foi publicada pelo G1 MS (2015), mas com um título completamente tendencioso "Indígenas bloqueiam rodovia em MS e estão armados para guerra, diz PRF". Mas, o conteúdo da publicação afirma que dos 50 indígenas que participaram da ação, a maioria eram crianças.

Figura 88: Manifestação realizada em Rio Brilhante - novembro de 2015



Fonte: MACHADO, A. 2015

Segundo a entrevistada Mariana os povos indígenas devem ser admirados pela sua resistência e luta frente às ações por meio de leis que tem o intuito de retirar os direitos indígenas como é o caso da PEC 215. Cabe destacar que, ao questionarmos os indígenas sobre a ocorrência de alguma manifestação pela demora em demarcar o Laranjeira Ñanderu, eles informaram que estão esperando os estudos serem realizados.

Diante de tudo o que foi exposto podemos observar que, a luta e resistência no Laranjeira Ñanderu baseia-se na sua reterritorialização, passando pelo processo de demarcação de seus territórios. Pois, apesar deste processo a história de vida deles começaram neste tekoha e sempre vai estar marcado na terra tudo o que os indígenas têm enfrentado e vem enfrentando.

Como na fala do rezador Josivan, ao afirmar que toda sua família morreu neste território e hoje ele retorna para a terra que sempre o pertenceu, pois ele tem certeza, que nenhum de seus ancestrais vendeu o tekoha Laranjeira Ñanderu para os fazendeiros usarem suas riquezas como se fossem deles.

Assim, depois do retorno definitivo ao seu território por meio da demarcação os indígenas pretendem voltar suas rezas e costumes como os seus ancestrais viveram. Conforme relata Luciana ao ser questionado na possibilidade da sua reprodução depois da conquista da terra:

> *É né a gente pensa, pensa muito né. A maioria que estão parado né tá velho né, aqui por assim em diante, hoje para a amanhã eles estão pensando aqui né em plantar muito feijão comandá, feijão que os indígena mesmo que planta. A gente queria trazer esse semente no outro parente que tem pra emprestar né... a gente da a semente, dá pro outro a gente é assim mesmo né ... a gente empresta né ... a gente colhe e a gente devolve né pra gente .. ir se ajudando* (Luciana em entrevista, 2016).

Segundo os indígenas na parte que têm as territorializações da cana-de-açúcar, da soja, do milho e do gado, eles vão criar porcos, galinhas, cavalos entre outros animais. E cultivarão tudo o que não podem na atualidade como: o milho sagrado, a mandioca, o arroz, a melancia, a abobora, a banana e a cana-de-açúcar, mas tanto o rezador Orlando como Luciana deixaram claro em suas falas que não é a cana-de-açúcar produzida pela LDC: *"a cana né, listrada é que antigamente judava açúcar pra fazer guarapa a chica né"* (Luciana em entrevista, 2016).

Este tipo de cana-de-açúcar está plantada em um local pequeno e reservado no acampamento, como podemos observar na figura 89, pois atualmente eles só tem acesso a esta planta por meio do empréstimo de outras aldeias para fazer a chica e praticar assim seus rituais, como já apresentamos: "*A gente pega a cana emprestada né, pois com o açúcar industrial não é o mesmo gosto*" (Luciana em entrevista, 2016). Assim, as plantas cultivadas e que serão cultivadas são importantes para a reprodução do território material e imaterial indígena.

Figura 89: Cana listrada sinal de esperança na reterritorialização



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2015.

A estas questões justifica-se a recuperação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas no Mato Grosso do Sul, para que eles possam novamente se alimentar da comida que é concedida pelos jára, Tupanguéry, Pa'i Kuara, o Sol e todos os seres que estão presentes em seu tekoha garantindo o bem estar deste povo (PIMENTEL, 2012b, p. 143).

Por isto que a luta é necessária, para que ocorra a desterritorialização do agronegócio nacional e estrangeiro, pois nas palavras de Luciana em 2016: "*Se nois desistir a gente não vai ver nada neh, a gente não vai ter a historia né da realidade indígena. Se a gente desistir não vai saber contar a história né, que nem ela contou* [referindo-se a Aline]".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de estrangeirização de terras no estado do Mato Grosso do Sul, com foco no município de Rio Brilhante, buscando compreender como ocorreu o processo de territorialização da LDC e os impactos e resistências dos indígenas e camponeses neste processo.

Para suprirmos tais objetivos avançamos na construção e sistematização de bancos de dados e de informações sobre a questão agrária no Mato Grosso do Sul, com foco no processo de estrangeirização de terras e questão agrária. Assim, foram apresentados os bancos de dados quantitativos DATALUTA e CIMI e o banco de informações criado pela referida bolsista através da sistematização de diferentes trabalhos acadêmicos no âmbito da pós-graduação da UNESP, UFGD e UEMS pesquisados a partir de diferentes programas como do Agronegócio, Geografia, Antropologia, História etc. Também foi apresentado o Acervo Bibliográfico Digital que em sido permanentemente atualizado sobre a estrangeirização de terras no Brasil, por meio do DATALUTA.

O DATALUTA nos permitiu adquirirmos informações sobre a questão agrária no Mato Grosso do Sul, por meio dos dados quantitativos das ocupações de terras, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e estrangeirização de terras que contribuíram para avançarmos no debate acerca da temática estudada. Já o CIMI contribuiu para as discussões a respeito da questão indígena no referido estado e na luta dos Guarani e Kaiowá pela retomada de seus territórios que foram invadidos pelos não índios destruindo todas as relações que compõem estes territórios.

Sobre as metodologias aplicadas nos trabalhos de campo – observação participante e entrevistas – foi possível avançarmos na analise sobre os impactos e resistências em ambos os territórios estudados os assentamentos e a área de retomada dos indígenas. Elas deram subsídios para sistematizarmos informações sobre estes dois apontamentos, partindo da realidade aliando com as bibliográficas utilizadas.

Nesta pesquisa realizamos as discussões sobre o conceito de estrangeirização de terras a partir de diferentes autores, buscando compreendê-lo com uma análise crítica da realidade. Neste sentido, entendemos este processo a partir da territorialização da agricultura

capitalista para a produção de *commodities* foi intensificado pós-crise mundial de 2007/2008. Esta territorialização ocorre através da compra e/ou arrendamento de terras para as empresas transnacionais ou grupos estrangeiros, subsidiado pelo Estado (acordos estratégicos) que acarretam em alguns casos desterritorialização dos camponeses, indígenas, quilombolas entre outros, bem como nos impactos dos territórios ocupados por este sujeito.

Compreendemos que as diferentes visões sobre o processo de estrangeirização de terras, perpassam pela análise paradigmática que no caso brasileiro baseia-se em dois paradigmas: o Paradigma do Capitalismo Agrário e o Paradigma da Questão agrária. Em que as diferenças fundamentais entre ambos estão relacionadas ao campesinato e/ou agricultor familiar entendidos nesta pesquisa como o mesmo sujeito com a predominância do trabalho familiar.

Através do debate paradigmático, podemos relacionar com os indígenas no que tange a visão do agronegócio sobre este sujeito. O agronegócio e latifundiários tem uma visão contrária das ações dos indígenas pela retomada de seus territórios tradicionalmente ocupados, em que a demarcação de terras é vista como um atraso para o desenvolvimento do país, bem como suas lutas. Fatos que não são diferentes dos contidos nas ações do campesinato nas formas de ocupações de terras ou manifestações, que também são usadas pelos indígenas.

No caso do Mato Grosso do Sul, a estrangeirização de terras decorre antes do processo de separação e constituição do estado federativo, com políticas vindas do Estado que contribuíram para a territorialização de grupos estrangeiros para a produção de *commodities* principalmente da cana-de-açúcar, da soja e do gado por meio frigoríficos Assim, as transformações no campo do referido estado tem como principais elementos as empresas e o Estado, que inicialmente tinham como produto prioritário a produção pecuária e posteriormente a década de 1980 entram as *commodities*, devido à inserção de programas e de cooperações do Brasil com outros países, como foi o caso do PRODECER e do PROALCOOL que contribuíram para a inserção de empresas e grupos estrangeiros no referido estado, bem como a intensificação das ações dos movimentos socioterritoriais.

Assim, a questão agrária no Mato Grosso do Sul pode ser analisada a partir das ações dos movimentos socioterritoriais que são camponeses, indígenas, trabalhadores, sem terras,

quilombolas etc. que se materializam nas formas de ocupações de terras e manifestações do campo situações estas encontrada na área de pesquisa. Compreendemos as ocupações de terras como ações de resistências e questionamentos das áreas ocupadas, bem como as manifestações como atos públicos que complementam a luta pela terra. Para os movimentos indígenas as ocupações de terras tem caráter de retomada, pois suas ações ocorrem em territórios que anteriormente eles já habitavam.

Diante disso, a luta vem contra a concentração de terras e a territorialização do agronegócio nacional e estrangeiro. Nesta conjuntura de luta e resistência, ocorre a territorialização no estado do Mato Grosso do Sul, de um dos maiores grupos estrangeiros na produção de *commodities*, a Louis Dreyfus Commodities que a nível mundial produz: arroz, milho, laranja, soja, cana-de-açúcar entre outros. Esta última produção é a principal no ramo no estado, sendo territorializado por meio de três unidades uma no município de Maracajú e duas em Rio Brilhante foco de nossas análises.

A territorialização do grupo francês no município de Rio Brilhante ocorre devido à compra das antigas usinas e remete aos anos 2000. Por meio dos dados podemos concluir que ocorre um aumento significativo na produção de cana-de-açúcar no município e isso reflete a nível estadual. Diante disso, ocorre por meio dos fazendeiros um movimento de culturas no município onde em áreas antes territorializada a soja entra a cana-de-açúcar, e a soja passa a ser cultivada nos assentamentos rurais de Rio Brilhante.

Cabe destacar os anos de 2007-2008 em nossas analises, pois obteve-se aumento significativo da produção e área plantada de cana-de-açúcar e uma diminuição de soja devido ao início das atividades da LDC no município de Rio Brilhante. Podemos relacionar estes dados com os números de assassinatos de Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul que foi o maior em todo o período analisado (2203-2014) correspondendo a 50 em 2007 e 42 em 2008, evidenciando os conflitos, bem como no ano de 2007 ocorre o processo de retomada dos indígenas no Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante.

Desde o início da produção da LDC em Rio Brilhante ocorreu um movimento intenso da vinda de trabalhadores e da inserção dos camponeses assentados para o trabalho nas unidades do grupo, bem como dos indígenas vindo de outras localidades. Como foi constatado nas entrevistas, ocorria à separação das atividades de acordo com o sexo dos

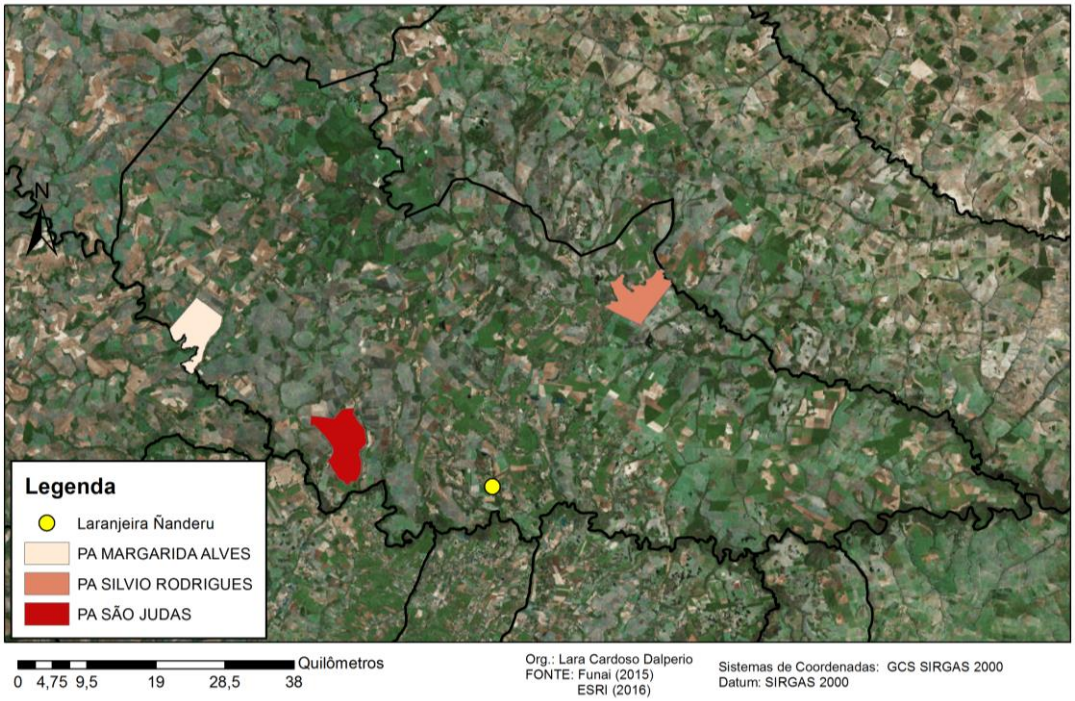
sujeitos e no caso indígena a separação com os nãos índios, fatos que foram modificados com a inserção das máquinas despedindo diversos trabalhadores.

Com a territorialização da LDC e as ações das empresas no município de Rio Brilhante, surgiram as formas de resistência diretas e indiretas entre os diferentes sujeitos do campo, devido aos impactos causados por meio de sua produção de cana-de-açúcar. Estas resistências e impactos estão ligados com o modo de vida desses sujeitos, que no caso da pesquisa foram os camponeses e indígenas, que diretamente relaciona-se com os territórios por eles habitados ou reivindicados.

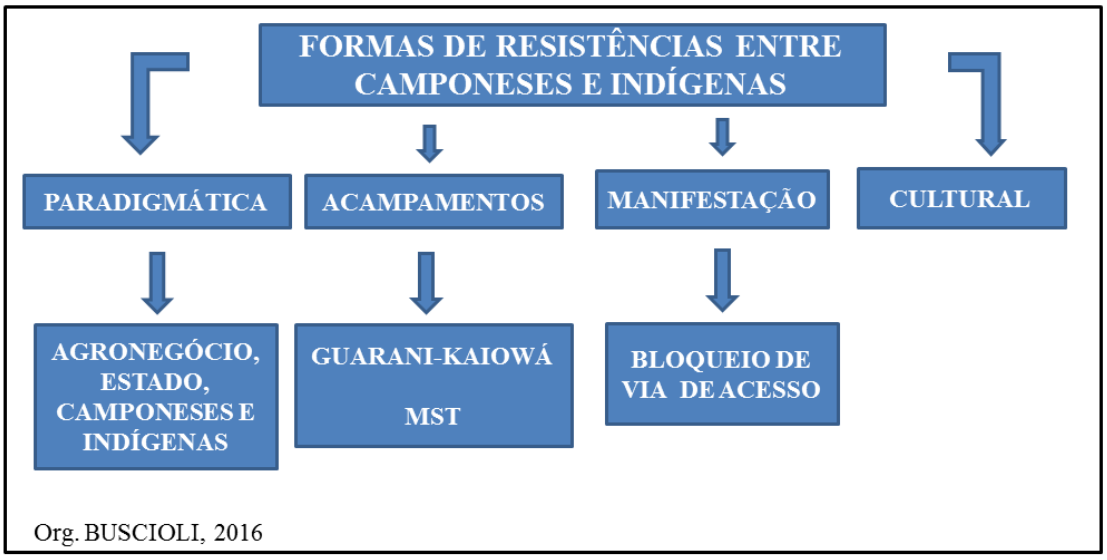
Essas formas de resistências e impactos contribuíram para a fortificação da organização destes sujeitos, o que nos permitiu compreendê-los pelo conceito desenvolvido por Bernardo Mançano Fernandes como movimentos socioterritoriais. Pois, para este sujeito a terra/território é o principal objetivo de conquista por meio da luta e pela permanência deste território quando eles já os pertencem. Assim, os movimentos socioterritoriais vêm resistindo frente ao processo de desterritorialização, avanço do agronegócio nacional e estrangeiro representado por grupos e empresas.

Diante disso, o organograma 5 apresenta uma síntese das formas de resistências dos camponeses e indígenas, o organograma 6 os impactos dessa produção no município de Rio Brilhante, como foi apontado estudado ao longo do relatório e o mapa 18 a localização de todas as áreas estudadas.

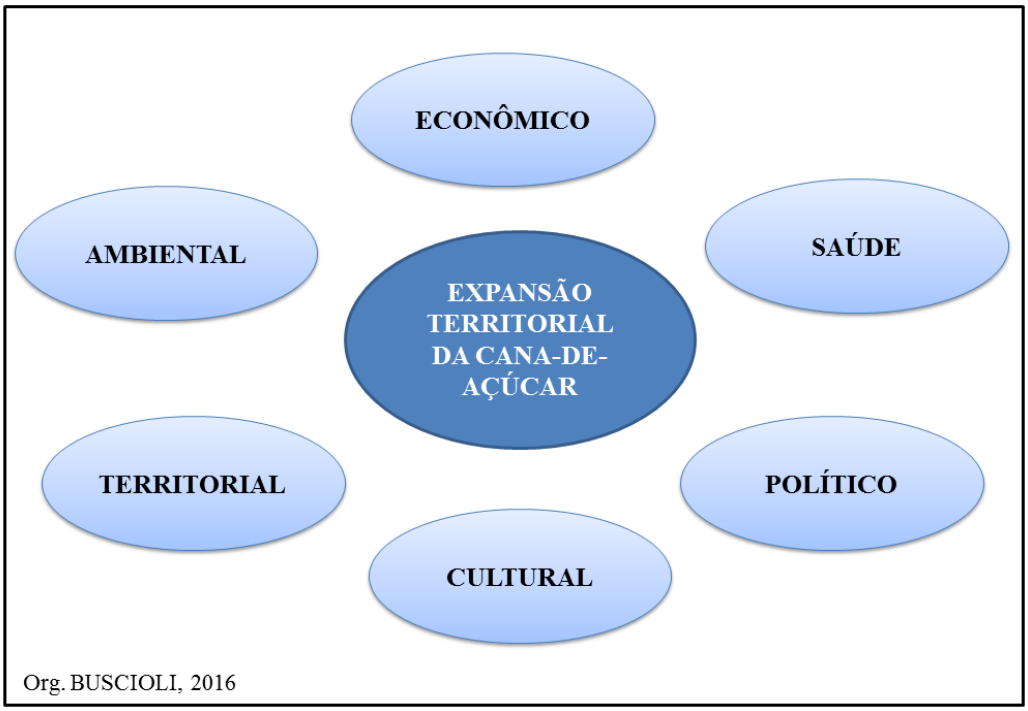
Mapa 18 - Territórios camponeses e indígenas estudados na pesquisa



Organograma 5: Síntese das resistências nos territórios camponeses e indígena em Rio Brilhante (MS)



Organograma 6: Dimensões dos impactos causados pela produção de cana nos territórios camponeses e indígena em Rio Brilhante (MS)



O desenvolvimento destes organogramas com as sínteses das resistências e dos impactos pela cana-de-açúcar encontrados nos territórios camponeses e no indígena foram elaborados por meio das pesquisas de campo (observação participante e entrevistas) e de levantamentos bibliográficos sobre o tema.

Podemos observar pelos cronogramas 5 e 6, que as resistências e impactos causados por este processo abarcam tanto as questões indígenas como camponesas, em que as práticas se diferem nas formas de ação entre ambos os sujeitos. No caso organograma 5, as resistências encontradas foram às formas de acampamentos, as manifestações por meio do bloqueio de via de acesso, as resistências culturais desses sujeitos, as resistências paradigmáticas por meio de debates frente à expansão da cana-de-açúcar nos territórios. Já o organograma 6, encontramos os impactos causados por este tipo de produção nestes territórios como o envenenamento por meio do agrotóxico, a perca da biodiversidade e da produção de alimentos, os impasses relacionados à realização da reforma agrária e da demarcação de

territórios indígenas pela inserção de grupos estrangeiros. Ou seja, eles estão contidos nas dimensões territoriais, ambientais, políticas, culturais etc.

No caso dos camponeses, diante da territorialização do grupo francês o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra juntamente com a Federação e Sindicatos, realizaram resistências a territorialização da cana-de-açúcar nos assentamentos. Essas resistências foram classificadas como paradigmáticas, pois compunham disputas de ideias – conflitualidades, entre a produção de cana-de-açúcar nos territórios camponeses.

No caso dos assentamentos originários de luta do MST estudados: PA São Judas, PA Silvio Rodrigues e PA Margarida Alves, o Movimento se organizou na forma de reuniões de caráter de assembleia para debater o tema com os demais assentados e em alguns casos com a presença dos representantes da LDC que por estratégia não abordavam primeiramente as lideranças do Movimento no assentamento, mas camponeses em situação precária.

Outra forma de resistência realizada diretamente com a usina, foi à proibição dos camponeses trabalharem para as unidades da LDC, mas este fato não veio a se concretizar, pois diante da situação precária dos camponeses e da falta de assistência técnica, eles tiraram uma maior renda trabalhando nas usinas da LDC. Atualmente, os lotes que tem trabalhadores nas duas unidades estão arrendados pra outros assentados e/ou para a produção de soja e de milho.

As manifestações por meio do bloqueio de via de acesso, contra os caminhões que trafegavam da LDC permitiram aos camponeses uma maior articulação da luta, resultando na proibição da passagem destes caminhões no meio do assentamento PA Margarida Alves e PA Silvio Rodrigues, pois o impacto era muito grande na questão das estradas do assentamento e na poeira deixada por eles. Também ocorreu no PA São Judas uma manifestação para o cascalhamento da estrada que corta o assentamento, onde os caminhões da LDC trafegam. Mas, essa conquista foi paliativa devido ao tráfego intendo destes caminhões nas estradas. Cabe destacar, que os três assentamentos estudados estão rodeados por cana-de-açúcar das unidades da LDC tanto em Rio Brilhante onde eles pertencem como em Maracajú.

No caso dos mercados camponeses encontramos a produção de hortaliças, frutas, legumes, doces entre outros produtos, para a comercialização das feiras dos municípios de Macarajú e de Rio Brilhante como forma de resistência ao trabalho nas unidades de cana-de-

açúcar, pois como observou-se em entrevistas os camponeses argumentam que trabalhando em seus lotes tem tempo para a sua família, bem como realizando práticas de reprodução camponesa.

Essas práticas de reprodução camponesa por meio do trabalho familiar, cooperativo e coletivo, transformam espaços e permitem a continuação do camponês no campo frente ao avanço do agronegócio em seus territórios. Nos assentamentos estudados encontramos algumas plantações coletivas de arroz, piscicultura coletiva nos lotes, produção de leite individual, mas o armazenamento é coletivo contribuindo para os camponeses que em sua totalidade não tem condições de ter um resfriador particular. Também encontramos, a comercialização destes produtos para o PAA que vem contribuindo para a complementação de renda dessas famílias e da qualidade de vida, pois com a inserção no programa alguns alimentos que os camponeses não produziam passam a produzir e utilizando-os para a sua subsistência.

No caso dos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, principalmente os Guarani e Kaiowá, eles vem sofrendo com processos históricos de ocupação de seus territórios consequentemente sendo desterritorializados, extinguidos e fragilizados. Casos importantes foram apresentados neste trabalho, como a territorialização da Cia. Matte Laranjeira que por meio de concessões conseguiu explorar a erva mate dos territórios indígenas e da CAND por atuação do Estado, ocasionando, por exemplo, a desterritorialização dos indígenas, o processo de confinamento por meio de reservas no referido estado.

Ou seja, este processo de ocupação dos territórios Guarani-Kaiowá tem desdobramentos nos dias atuais, com as lutas pelas retomadas de seus territórios tradicionalmente ocupados que estão nas mãos de latifundiários, empresas/grupos nacionais e estrangeiros, pecuaristas etc. Produzindo diferentes *commodities* como soja, milho, cana-de-açúcar, provocando diversos impactos a nível ambiental e cultural.

No caso dos indígenas as formas de resistências diretas e indiretas encontradas no território de estudo Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante, foram diversas. Dentre elas destacamos o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, que difere dos acampamentos dos camponeses pelas questões culturais, pois ao entrar na área os indígenas realizam alguns rituais para a limpeza tanto de animais como espiritual no território, por exemplo.

Compreendemos que o acampamento é uma forma de resistência direta ao processo de estrangeirização promovida pela LDC, pois ao retomar este território em caráter reivindicatório a área é questionada, bem como todo o processo de desterritorialização histórico promovido pelos não índios (leia-se Estado, latifundiários, empresas/grupos estrangeiros, posseiros etc.) aos indígenas que estão vivendo em condições precárias, ou seja, estão sobrevivendo nestes territórios.

O mesmo acontece nos processos de despejos, apontados na pesquisa, dos quais os indígenas Guarani e Kaiowá vão para as beiras de rodovias totalmente vulneráveis as questões externas, sofrendo preconceito da população, precariedade na alimentação e também ataques de jagunços das fazendas que estão reivindicadas. Tivemos casos de mortes por atropelamentos dos indígenas no acampamento estudado, a ineficiência dos órgãos públicos e do Estado em resolver tais questões, impactando assim na vida destes sujeitos, principalmente com os suicídios cometidos no Laranjeira Ñanderu devido à ameaça do despejo.

Também como formas de resistências encontradas na área de estudo, por meio dos relatos orais e da pesquisa bibliográfica, as manifestações realizadas com bloqueio de via de acesso com o intuito do poder público olhar para a questão indígena no estado do Mato Grosso do Sul, lutando contra a PEC 215 e em memória da morte do indígena Zezinho. Assim, os indígenas veem lutando para retomar seus territórios tradicionalmente ocupados frente à territorialização do agronegócio gerando impactos muitas vezes irreversíveis em seus territórios.

No caso dos impactos causados pela cana-de-açúcar nos territórios estudados foram relatadas principalmente as questões de intoxicação com membros dos indígenas passando mal em estado grave para o hospital, os impactos nas questões ambientais com a perca da biodiversidade e consequentemente para os indígenas a impossibilidade da sua reprodução – modo de vida – por meio dos seus ritos e costumes.

O processo de desterritorialização encontrado que consideramos um impacto foi no assentamento PA São Judas com a perca da produção de dois assentados devido à passagem de agrotóxicos nas lavouras pertencentes à LDC por arrendamento, do qual os camponeses tiveram que sair. E a desterritorialização indígena, mas com a retomada deste território onde a cana-de-açúcar encontra-se plantada em cima de seus cemitérios.

Assim, os impactos na questão cultural dos indígenas é latente ao observarmos a impossibilidade da realização de suas práticas relacionadas à agricultura, nas suas cosmologias – crenças e costumes, por exemplo. Tudo isso diante da sua desterritorialização e processo de retomada, ou seja, ambas as questões envolvem a terra/território como *lócus* de vida para esses sujeitos.

Também identificamos um impacto indireto nos assentamentos na questão da educação, pois com a impossibilidade ida dos assentados na escola estadual do município devido à má manutenção das estradas. Impactos estes gerados pelo tráfego intenso de caminhões do grupo Louis Dreyfus Commodities no assentamento PA São Judas, com o agravamento das questões climáticas que contribuem para que isso ocorra.

Em uma escala maior de análise, a territorialização da cana-de-açúcar nestes territórios impossibilita a realização da reforma agrária, consequentemente a criação de assentamentos rurais, bem como a dificuldade na realização da demarcação de territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas que como vimos perpassa uma série de etapas até a territorialização definitiva dos Guarani-Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul.

O discurso do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul frente às ações dos camponeses e dos indígenas pela retomada, está pautado no avanço/desenvolvimento da economia do país, ou seja, pelo seu crescimento no setor de produção de *commodities*, em que as ações destes sujeitos são vistas como um obstáculo para este crescimento. O que demonstramos nesta pesquisa é que o avanço do agronegócio impede o desenvolvimento dos indígenas e camponeses, pois são modelos, relações e territórios distintos que vivem em permanente conflitualidade.

REFERÊNCIAS

AÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS DE DOURADOS. **Kaiowá Guarani retomaram o Tekoha Laranjeira Nhanderu**. Mai. 2011. Disponível em: < http://www.jovensindigenas.org.br/publicacoes/kaiowa-guarani-retomaram-o-tekoha-laranjeira-nhanderu>. Acesso em: 11 mai. 2015.

ADM - Archer Daniels Midland Company. Disponível em: < http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/Paginas/Products.aspx>. Acesso em: 30 mar. 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez da. **Trabalho de campo**: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, jul. 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2015.

ALONSO JUNIOR, José Lazaro. **Territórios de Conflito**: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS). 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 391f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão Agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de; MURA, Fabio. **Mitologia e rituais**. Instituto Socioambiental , 2003a. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/557>. Acesso em: 02 fev. 2016.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de; MURA, Fabio. **Atividades produtivas**. Instituto Socioambiental , 2003b. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/560>. Acesso em: 02 fev. 2016.

ALMEIDA, llda Barbosa de; VINHA, Marina. **Lazer no Acampamento Laranjeira Ñanderu**, Município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul. Núcleo de estudos e pesquisas das populações indígenas. [2010?] Disponível em: <http://www.neppi.org/anais/Educa%E7O%60o%20b%E1sica/LAZER%20NO%20ACAMPAMENTO%20LARANJEIRA%20%D1ANDERU,%20MUNIC-PIO%20DE%20RIO%20BRILHANTE,%20MATO%20GROSSO%20DO%20SUL.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **As formas diferenciadas da reestruturação produtiva e o mundo do trabalho no Brasil**. In: Continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, Valéria. **Índios iniciam onda de protestos contra massacres.** Progresso, 03 jul. 2013, Publicidade. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/caderno-a/indios-iniciam-onda-de-protestos-contra-massacres>. Acesso em: 02 ago. 2016.

AREZKI, Rabah; DEININGER, Klaus; SELOD, Harris. **La fiebre mundial por la tierra**. Finanzas & Desarrollo: Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, 2012. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2012/03/pdf/arezki.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

AVELINO JÚNIOR. Francisco José. **A geografia dos conflitos pela terra no Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 113-138.

AVILA, Mario Lucio. CALDAS, Eduardo Lima, AVILA, Silvia Regina. **Coordenação e efeitos sinérgicos em Políticas Públicas no Brasil:** o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome (MDS) (Ed.). . PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 96-113. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf.com%5D.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul:** relação capital x trabalho e reconfiguração espacial. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

BATISTA, Fabiana**. Biosev avalia vender os seus ativos de cogeração no país.** Valor Econômico, 14 jan. 2014. Disponível em: < http://migre.me/i5mT0>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BACKES, Thaine Regina. **O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção**. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BEJARANO JR. Celso. **Dois militantes do MST são assassinados no Mato Grosso do Sul**. Folha de São Paulo, 01. Jan. 2000. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u5605.shtml>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Benites, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando)**: o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 270 f.. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BIOSERV - Louis Dreyfus Commodities. Disponível em: < http://www.biosev.com>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M; FRANCO, Jennifer C. **La política del acaparamiento mundial de tierras:** Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistência. 2010, p. 44. Disponível em: < http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/BorrasAcaparamiento.pdf >. Acesos em: 16 out. 2015.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M; FRANCO, Jennifer C. **Global Land Grabbing and Trajectories of grarian Change:** A Preliminary Analysis. Journal of Agrarian Change, Vol. 12 No. 1, January 2012.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. **História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul:** contribuições na luta pela terra e para nela permanecer. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 81-111.

BR Food. Disponível em: <http://www.brf-global.com/brasil/sobre-brf/>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BUNGE. Disponível em: < http://www.bunge.com.br/Default.aspx>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BRAND, Antonio Jacó. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. Tellus, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr 2004. Disponível em: < ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus6/TL6_antonio_brand.pdf >. Acesso em: 8 fev. 2016.

BRAND, Antonio Jacó; FERREIRA, Eva Maria Luiz; AZAMBUJA, Fernando de. **Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul.** In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão Agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008. 27-51 p.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 01 abr. 2016.

BRASIL. **Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 01 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto n.1.775, de 8 de janeiro de 1.996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 01 abr. 2016.

CAETANO, Mariana. Biosev amplia cogeração de energia em MS. Valor Econômico. 20 jun. 2013. Disponível em: <

http://www2.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/cl_pesquisa.php?pg=cl_abre&cd=ilheYc2@AWgjk>. Acesso em: 30 nov. 2015.

CALDART, Roseli Salete; SCHAAB, Bernadete. **A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos**. In: Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. GORGEN, F. S. A.; STÉDILE, J. P. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1991. 85-115 p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária:** Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

CAMPOS, Arnoldo de; BIANCHINI, Valter. **A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado**. In: Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome (MDS) (Ed.). . PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 10–17. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf .com%5D.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo.** Trabalho Necessário, ano 2 - número 2 – 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_CALDART_RS.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CALDART, Roseli Salete; SCHWAAB, Bernardete. **Educação das crianças nos acampamentos e assentamentos.** In: Assentamento a Resposta e Econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Editora Vozes, 1991, p. 85-115.

CAMPANHA DO BOICOTE AO AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL. 2015. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < bmf@fct.unesp.br> em: 04 nov. 2015

CASAROTTO, Eduardo Luis. **Desempenho da Pauta de Exportações do Agronegócio de Mato Grosso do Sul.** 94 f. Dissertação (Mestre em Agronegócios) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

CASTILHO, Fabio Roberto. **A Expansão da Agroindústria Canavieira no Estado de Mato Grosso do Sul:** Características e Crescimento. 102 f. Dissertação (Mestre em Agronegócios) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade:** a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 471 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Territorialização e uso do espaço**: estudo sobre as formas de ocupação e uso do espaço entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul. 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/10794578/Territorializa%C3%A7%C3%A3o_e_uso_do_espa%C3%A7o_estudo_sobre_as_formas_de_ocupa%C3%A7%C3%A3o_e_uso_do_espa%C3%A7o_entre_os_Kaiowa_de_Mato_Grosso_do_Sul>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Lideranças indígenas e a luta pela terra como Expressão da organização sociopolítica guarani e Kaiowá.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182-205, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/download/54382/34214>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CENSO AGROPECUÁRIO. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CAPITAL NEWS. **Usina vai ampliar em 300% cogeração de energia em Rio Brilhante**. Capital News. Campo Grande. 4 jul. 2010. Interior. Disponível em: < http://www.capitalnews.com.br/regional/usina-vai-ampliar-em-300-cogeracao-de-energia-em-rio-brilhante/95614>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CCR MSvia. **Sobre a CCR MSvia**. 2016. Disponível em: <http://www.msvia.com.br/institucional/sobre>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CENTENARO, Moisés. **Internacionalização de usinas sucroenergéticas - um estudo de caso**. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011.

CHIAPPE, Marta. **Dimensiones sociales de la agricultura sustentable**. In: SARANDÓN, S. J. (Ed.) Agroecología: El camino para una agricultura sustentable. Ediciones Científicas Americanas, La Plata, Argentina, 2002.

CIDH - Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Impacto en el pleno goce de los derechos de los pueblos indígenas y tribales y comunidades afrodescendentes.** In: CIDH. Pueblos indígenas, comunidades afrodescendientes y recursos naturales: protección de derechos humanos en el contexto de actividades de extracción, explotación y desarrollo. 2015. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/IndustriasExtractivas2016.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Relatório 2009. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Relatório 2003-2005. 2005. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Relatório 2006-2007. 2007. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Relatório 2008. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Relatório 2009. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil** – Dados de 2010. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Povos Kaiowá e Guarani de Laranjeira Nhanderu retomam parte de suas terras**. 20 mai. 2011a. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5566>. Acesso em: 11 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Dados de 2011b. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Dados de 2012. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil** - Dados de 2013. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no** Brasil - Dados de 2014. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>. Acesso em: 08 mai. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <http://www.cimi.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Famasul e Acrissul contra um advogado Terena no MS:** "Querem nos intimidar usando todo poder que têm no estado". CIMI, 30 set. 2015. Notícias, p. [1]. Disponível em: < http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8376>. Acesso em: 05 jul. 2016.

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani:** belas caminhadas e processo de expulsão no território guarani. 2015. 240 p. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000953014&idsf=>. Acesso em: 8 fev. 2016.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta:** sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Disponivel em: < http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf >. Acesso em: 06 jun. 2015.

CONESUL NEWS. **Índios acusam fazendeiro de Rio Brilhante de tentar isolálos.** Conesul News, Mato Grosso do Sul, 21 out. 2012. Disponível em: < http://www.conesulnews.com.br/geral/indiosacusamfazendeiroderiobrilhantedetentarisola-los>. Acesso em: 11 mai. 2015.

CORREIO DO ESTADO. **ETH Bioenergia vai investir R$ 1,6 bi em usinas de MS**. Correio do Estado, 19 de fev. 2010. Notícias. Disponível em: <http://migre.me/i5nBz>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CORRADO, ELIS FERNANDA. **Acampamentos kaiowá:** variações da "forma acampamento". RURIS, vol. 7, nº 1, março de 2013. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1649/1141>. Acesso em: 29 mai. 2016.

CONSELHO DA ASSEMBLEIA GERAL ATY GUASU GUARANI-KAIOWÁ-MS. **Manifestação e luta pelos territórios antigos são legitimamente dos povos indígenas Guarani e Kaiowá.** 19 de ago. 2012. Disponível em: < http://atyguasu.blogspot.com.br/2012/08/manifestacao-e-luta-pelos-territorios.html >. Acesso em: 25 mai. 2016.

COTULA, Lorenzo. **Food versus fuel: an informed introduction to biofuels Agrofuels**: big profits, ruined lives and ecological destruction. The Journal of Peasant Studies, 40:1, 2013, p. 297-300.

COTULA, Lorenzo; VERMEULEN, Sonja; LEONARD, Rebeca; KEELEY, James. **Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa**. 2009. Disponível em: <www.ifad.org/pub/land/land_grab.pdf >. Acesso em: 10 fev. 2015.

CONTAG - **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**. [200?]. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2015.
CPT - **Comissão Pastoral da Terra**. [200?]. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo Agrário**: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. 2012. 271 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

CUT - **Central Única dos Trabalhadores**. [200?]. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CHAYANOV, Alexander**. La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAMORRO, Graciela. **Povos indígenas guarani falantes no atual Estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI-XXI)**. In: CHAMORRO, G.; COMBÈS, I.. (Org.). Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Transformações Sociais. 1ed.Dourados: UFGD, 2015, v. 1, p. 293-322.

CRUZ, Nelson Ney Dantas. **Modos de vida e territorialidades nos assentamentos de reforma agrária**. R. RA´E GA, Curitiba, n. 16, p. 93-100, 2008. Editora UFPR. Disponível em: < http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/viewFile/12680/9928>. Acesso em: 15 fev. 2016.

DALPERIO, Lara Cardoso. **Banco de Dados da Luta pela Terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para 2011**. 172 f. CNPQ, Presidente Prudente, 2012.

DALPERIO, Lara Cardoso. **Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 à 2012**. 257 f. Monografia (Bacharel em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2013.

D'AQUINO, Teresinha. **A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão – SP**. In: Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida / Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, Org. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. 15-52 p.

D'AQUINO, Marina. **Terra ocupada pela Laranjeira Nhanderu aguarda perícia da Funai para demarcação.** Caros Amigos. 18 fev. 2012. Disponível em: <http://www.sucre-ethique.org/AldeianoMSsofreameacade.html>. Acesso em: 11 mai. 2015

DATALUTA – **Banco de dados da Luta pela Terra** – 2015.

DATALUTA – **Banco de dados da Luta pela Terra** – 2016.

CADASTRO DATALUTA – **Banco de dados da Luta pela Terra**. 2015.

DATALUTA MS – **Banco de dados da Luta pela Terra** - 2013, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_ms_2013.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2015

DECOACRO. **História**. 2014. Disponível em: <http://www.adecoagro.com/DinamicPage.Aspx?midpid=54&mimid=18&miid=56>. Acesso em: 20 mar. 2014.

DEININGER, Klaus. **Challenges posed by the new wave of farmland investment**. Journal of Peasant Studies, 2011, 217-247 p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2011.559007>. Acesso em: 20 fev. 2015.

DOMINGUES, Alex Torres **A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul.** 200 f. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JUDAS. **Assentamento São Judas**. Sem publicação.

ECODEBATE. **MS**: Queima da palha da cana de açúcar está proibida em 18 municípios. Je jul. 2010. Disponível em: < http://www.ecodebate.com.br/2010/07/16/ms-queima-da-palha-da-cana-de-acucar-esta-proibida-em-18-municipios/>. Acesso em: jan. 2016.

ELIAS, Ferreira Monteiro. **A cooperação agrícola na organização política do MST:** um estudo sobre as um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: UEL. 14- 17 de set. 2010, p. 30-41. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/4_michellyelias.pdf >. Acesso em: 09 mai. 2016.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio. **Despejos.** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 212-216.

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul**: o caso Itaquiraí. Corumbá: AGB, 1996.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/ PR enquanto território de resistência Camponesa.** Presidente Prudente: UNESP, 2002.

FABRINI, João Edmilson. **A posse e a concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008a, , p. 53-80.

FABRINI, João Edmilson. **Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de pós graduação em Geografia. 2008b.

FALCHI, Edna De. **Na Luta Por Um Pedaço De Chão:** Experiência e Cotidiano nos Acampamentos de Sem terra do Sul de Mato Grosso Do Sul. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal da Grande Dourados, 2007.

FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. **Famasul orienta produtores com áreas invadidas.** Imprensa » Assessoria de Imprensa. Famasul, Campo Grande, 18 out. 2013. Imprensa, p. [1]. Disponível em: <http://famasul.com.br/assessoria_interna/famasul-orienta-produtores-com-areas-invadidas/22502/>. Acesso em: 02 jul. 2016.

FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. **Processo de demarcação de terras equivocado cria mais problemas sociais do que resolve.** 19 fev. 2014, Imprensa, p. [1]. Disponível em: <http://famasul.com.br/artigos_interna/processo-de-demarcacao-de-terras-equivocado-cria-mais-problemas-sociais-do-que-resolve/25146/>. Acesso em: 02 jul. 2016.

FATIMANEWS. **Famasul quer Igreja contra estudos da Funai em MS**. FATIMANEWS, 30 mar. 2009. Disponível em: http://www.fatimanews.com.br/brasil/famasul-quer-igreja-contra-estudos-da-funai-em-ms/82347/ >. Acesso em: 05 jul. 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O Movimento Camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Territórios em Disputa:** Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema. 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_caca.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** 2011. 215 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, Angélica et al. **Movimento Indígena Brasileiro:** A Trajetória De Positivação E Efetivação De Direitos, 2010. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/ >. Acesso em: 20 mar. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** Espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1994

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST (1979-1999). 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**. Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, XXIII, Washington – DC, 2001b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, E. T; FABRIANI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A geopolítica da questão agrária mundial.** 2009a. Boletim DATALUTA. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2009.pdf >. Acesso em: 18 mar. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Territórios.** In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária.** Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos como Territórios.** In: Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida. SIMONETTI, M. C. L. (Org.). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p. 177-184.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. WELCH, Cliford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**: Debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território Camponês**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

FERAESP - **Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo**. [200?] Disponível em: < http://www.feraesp.org.br/ >. Acesso em: 16 fev. 2015.

FETRAF - **Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar**. [200?]. Disponível em: < http://www.fetraf.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2015.

FETAGRI-MS - **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.fetagrims.org.br/index.php?pag=institucional.php>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FIBRIA. . Disponível em: < www.fibria.com.br. >. Acesso em: 30 mar. 2015.

FOLHA ONLINE. **Sem-terra invadem fazenda da Someco em MS**. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 abr. 2006. Poder. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u77290.shtml >. Acesso em: 10 mar. 2015.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONTES, Stella. **Fibria anuncia venda de 210 mil hectares de terras por R$ 1,6 bilhão.** Valor Econômico, 17 nov. 2013. Disponível em: < http://www.valor.com.br/empresas/3340868/fibria-anuncia-venda-de-210-mil-hectares-de-terras-por-r-165-bilhao>. Acesso em: 28 mar. 2015.

FOOTE-WHYTE, William. **Treinando a observação participante**. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77-86.

FOLHA DE DOURADOS. **Em protesto, indígenas bloqueiam dois trechos da BR-163 em Caarapó e Rio Brilhante.** Folha de Dourados, 14 de abr. 2015. . Disponível em:

<http://www.folhadedourados.com.br/noticias/dourados/indigenas-bloqueiam-trechos-em-caarapo-e-rio-brilhante>. Acesso em: 02 ago. 2016.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Advocacia-Geral garante permanência de tribo indígena em área que aguarda conclusão de demarcação em MS.** 30 mar. 2012. Disponível em: </index.php/comunicacao/noticias/740-advocacia-geral-garante-permanencia-de-tribo-indigena-em-area-que-aguarda-conclusao-de-demarcacao-em-ms >. Acesso em: 11 mai. 2015.

FUNAI - **Fundação Nacional do Índio**. 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2015

GALERA, Mauricio Martorelli**. A Inserção dos Frigoríficos Exportadores de Mato Grosso do Sul no Mercado Global**. 111 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa:** Por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 2-21.

GERENTE DE CIDADE. **Gigante da bioenergia inaugura usina de açúcar e etanol no Mato Grosso Do Sul.** Nº 47, julho – agosto- setembro 2008. Disponível em: <http://www.ramalhete.com.br/clipping/gc47_0908.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.

GRUPO BIOURJA. Disponível em: <https://www.biourja.com/biourja>. Acesso em: 28 mar. 2015.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIRARDI, E. P., FERNANDES, B. M.; **Geografia da Conflitualidade no Campo Brasileiro**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; 2009.

GONÇALVES, Waldemar; BUENO, Mayara. **'Índio é pobre coitado e vive em zoológicos milionários',** diz Bolsonaro. Midiamax, Campo Grande, 22 abr. 2015. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/politica/256370%C2%ADindio%C2%ADpobre%C2%ADcoitado%C2%ADvive%C2%ADzoologicos%C2%ADmilionarios%C2%ADbolsonaro.html>. Acesso em: 11 mai. 2015.

GLASS, Verena. **Em terras alheias**: a produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul. Repórter Brasil. 2012. Disponível em <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/emterrasalheias.pdf>. Acesso em: 23 març. 2016.

GUARANI-KAIOWÁ. **Para:** todas as autoridades das Justiças do Brasil. 26 jan. 2012. Disponível em: <http://www.sucre-ethique.org/IMG/pdf/LDC_-_Guarani.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2015.

GUIMARÃES, Roberli Ribeiro; MESQUITA, Helena Angélica de. **Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão – GO**. XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentado. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. Disponível em: <http://mstemdados.org/biblioteca> Acesso em: 08 de jan de 2016.

G1 MS. '**Leilão da Resistência' arrecada R$ 640,5 mil em Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul.** 08 de dez. 2013. Notícias, p. [1]. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

G1 MS. **Indígenas bloqueiam rodovia em MS e estão armados para guerra, diz PRF**. 11 nov. 2015. Disponível em: <http://www.idest.com.br/noticia-2,indigenas-bloqueiam-rodovia-em-ms-e-estao-armados-para-guerra-diz-prf,66883.htm>. Acesso em: 02 ago. 2016.

HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. **Land tenure and international investments in agriculture**. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2011.

HECK, Egon. **Terra de Violência.** In Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2007. Goiania: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

HIGA, Tereza Cristina Souza. **A redordenação do território**. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 88-102.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IHU On-Line. **ProSavana:** interesses múltiplos e contraditórios. 2013. Entrevistas. Disponível em: < http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518948-prosavana-interesses-multiplos-econtraditorios- entrevista-especial-com-fatima-mello>. Acesso em: 08 mar. 2015.

INTERNACIONAL PAPER. Disponível em: < http://www.internationalpaper.com/>. Acesso em: 28 mar. 2015.

ISA - **Instituto socioambiental.** 2016. Disponível em: < https://ti.socioambiental.org >. Acesso em: 23 fev. 2016.

JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi:** Origem E Fundamentos Do Canto Ritual Jerosy Puku Entre Os Kaiowá De Panambi, Panambizinho E Sucuri'y, Mato Grosso do Sul. 119 f. Dissertação (Mestre em História)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

JORNAL DOURADOS *NEWS*. **Justiça manda sem-terra deixarem fazenda Someco**. Dourado News. Dourados. 6 abr. 2006. Rural. Disponível em: < http://www.douradosnews.com.br/arquivo/justica-manda-sem-terra-deixarem-fazenda-someco-b88213f918a31579e97a627708b9fca6 >. Acesso em: 10 fev. 2015.
21/10/2015

JORNAL DOURADOS *NEWS*. **Indígenas interditam rodovia e deixa congestionamento de 5km**. Dourados News. Dourados. 21 out. 2015. Disponível em: < http://www.douradosnews.com.br/noticias/cidades/indigenas-interditam-br-163-em-rio-brilhante-e-congestionamento-chega-a-5km>. >. Acesso em: 02 ago. 2016.

KAISER, Bernard. **O Geógrafo e a Pesquisa de Campo**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 84, p. 93-104, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2015.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Persoectiva, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Terras Indígenas:** o processo de regularização. In: WOORTMANN, Ellen F. Significados da Terra. Brasília: Editora Universidade de Brasileia, 2004.

LDC – **Louis Dreyfus Commodities**. 2016. Disponível em: <http://www. ldcommodities.com.br/>. Acesso em: 6 jan. 2016.

LDC. **Nosso Compromisso.** 2012. Disponível em: <http://www.ldcommodities.com.br/Responsabilidade_Corporativa/Paginas/nosso_compromisso.aspx>. Acesso em: 25 out. 2015.

LDC. **Código de Conduta**, 2010. Disponível em: <http://www.ldcommodities.com.br/Responsabilidade_Corporativa/Documents/20140512_C%C3%B3digo%20de%20conduta2%20-%20baixa_vers%C3%A3o%20final.pdf >. Acesso em: 25 out. 2015.

LEAL, Stella Tosta. **A Expansão da Cultura da Cana-de-Açúcar e de Usinas Canavieiras na Microrregião de Paranaíba Mato Grosso do Sul**. 2013. 57 f. Dissertação (Mestre em Agronomia) - Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual paulista, Ilha Solteira. Disponível em: <

http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bis/33004099079P1/2013/leal_st_me_ilha.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema**. 99 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2013.

LOPES, Dóri Edson. **Formas de resistência camponesa em Andradina-SP e Castilho-SP.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 15 – Ano 8, Maio 2012.

LUCATO MORETTI, Silvana Aparecida; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Território e agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul: quando o passado ensina o futuro**. Revista Terra Livre, Ano 25, v.02, n.33, p.85-96, jul-dez/ 2009.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. **Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS**: (1990-2009). 2009. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp106465.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016

LUTTI, Aline Castilho Crespe; LOREA, Nashieli Rangel. **A violência contra os acampamentos Guarani e Kaiowá no sul de Mato Grosso do Sul.** 2012. Boletim Dataluta. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2012.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MACHADO, Laerte Antônio; HABIB, Mohamed. **Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2009_2/Cana/Index.htm>. Acesso em: 19 Jan. 2016

MACHADO, Aline. **Indígenas reforçam manifestação e bloqueiam segunda rodovia em MS**. Midiamax, Campo Grande, 11 nov. 2015. Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/cotidiano/indigenas-reforcam-manifestacao-bloqueiam-segunda-rodovia-ms-280404>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul:** viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2004.

MARGULIS, Matias E.; MCKEON, Nora; BORRAS JR., Saturnino M. **Land Grabbing and Global Governance:** Critical Perspectives, Globalizations, Vol. 10, No. 1, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.764151>. Acesso em: 19 set. 2015.

MARRE, Jacques A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991 – digitado.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **O conceito de sistema agrário**. In" História das agriculturas no mundo. Do neolítico a crise contemporânea. Brasília, NEAD; São Paulo, Editora UNESP. 2010. 71-77 p.

McMICHAEL, Philip. **Land Grabbing as Security Mercantilism in International Relations**. Globalizations, Vol. 10, No. 1, 2013, p. 47-64. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760925>. Acesso em: 12 set. 2015.

MELLO, Daniel**. Índios esperam julgamento de recurso sobre ocupação de fazenda em MS.** Agência Brasil, 26 mai. 2009. Notícias. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MÉSZÁROS, Isteván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIELITZ, Carlos. **Dez anos de PAA e a constituição de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar**. In: Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome (MDS) (Ed.). . PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 58–73. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf .com%5D.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADORIA DA REPÚBLICA/MS. **Índios de Laranjeira Ñanderu permanecem em área ocupada até perícia antropológica.** PR/MS MPF/MS, 30 mar. 2012. Disponível em: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala%C2%ADde%C2%ADimprensa/noticias/2012/03/ >. Acesso em: 11 mai. 2015.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **O caminho do conhecimento – música e dança no jeroky guarani.** 2004. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/12_ 29_58_O_CAMINHO_DO_CONHECIMENTO___MUSICA_E_DANCA_NO_JEROKY_G UARANI.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

MORENO, Gislaene. **A inserção do Mato Grosso na economia Nacional**. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005a. p. 34-52.

MORENO, Gislaene. **A apropriação do território**. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005b. p. 140-172.

MOURA, Daise Jesus; VICTOR, Fabiana Borges; CLEPS JUNIOR, João. **As Ações Políticas Dos Movimentos Sociais do Campo em Minas Gerais:** Manifestações da Luta pela Terra e seus Desdobramentos. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Minas Gerais. 2012. Disponível em< http://eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos?download=869:eng-moura-victor&start=520. >. Acesso em: 25 jul. 2015.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **A Questão Agrário/Agrícola no estado de Mato grosso do Sul:** relações de trabalho e luta pela terra. XIX ENGA, São Paulo, 2009. pp. 1-20.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa:** da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; PEREIRA, Levi Marques. **O Movimento Étnico-Socioterritorial Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul: Atuação do Estado, Impasses e Dilemas para Demarcação de Terras Indígenas.** Boletim DATALUTA, out 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno**. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá:** diferenças geográficas e as lutas pela descolonialização na Reserva Indígena e acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015.

MSU Agro. 2011. Disponível em: < http://www.msu.com.ar/>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MUPE - Mulheres Unidas pelo Esporte. Disponível em: <https://www.facebook.com/mupe.margaridaalves?fref=ts>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A Cooperação Agrícola nos assentamentos.** Caderno de Formação, nº 20, 1993. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2016.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **25 anos de lutas e conquistas.** Jornal Sem Terra, 2009. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/jornal/289/estados>. Acesso em: 9 jan. 2016.

NOGUEIRA, Juliana Tosati. **Fronteiriços:** diferentes territorialidades no assentamento Itamarati I – MS. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

NASSIF, Fábio. **Nove anos depois do assassinato do cacique Verón, expedição registra conflito de terra no MS**. Carta Maior, Direitos Humanos, 16 jan. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br >. Acesso em: 11 mai. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2010. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil** – um retorno aos dossiês. Agrária, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** 571 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Formação da Rede DATALUTA**: Um Estudo Das Mudanças das Ocupações de Terras no Contexto da Questão Agrária Atual. Relatório Científico Parcial. Fapesp. Presidente Prudente, 2010.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo - 1990-2013**. 193 f. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2014.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011.** 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowá.** 1999. 251p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000192240>. Acesso em: 8 fev. 2015.

PEREIRA, Levi Marques. **O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS.** Tellus, Campo Grande, ano 3, n. 4, p. 137-145, abr. 2003. Disponível em: < ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus4/TL4_Levi%20Marques%20Pereira.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016.

PEREIRA, Levi Marques. **Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos "índios de Corredor".** Tellus, Campo Grande, ano 6, n. 10, p. 69-82, abr. 2006. Disponível em: < ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus10/TL10_Levi_Marques%20_Pereira.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016.

PEREIRA, Levi Marques. **Mobilidade de processo e processo de territorialização entre os Guarani atuais**. História em Reflexão, Dourados, ano 1, n. 1, p. 1-33, 2007. Disponível em: < http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/jan_jun_2007/artigos/mobilidade-e-processos-de-territorializacao-entre-os-kaiowa-atuais>. Acesso em: 8 fev. 2016.

PEREIRA, Levi Marques. **Demarcação de terras kaiowá e guarani em MS**: ocupação tradicional, reordenamentosorganizacionais e gestão territorial. Tellus, Campo Grande, MS, ano 10,
n. 18, p. 115-137, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/viewFile/202/234>. Acesso em: 8 fev. 2016.

PEREIRA, Levi Marques. **Expropriação dos territórios kaiowá e guarani: Implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos às ações para reaver territórios – tekoharã**. Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul.-dez., p.124-133, 2012. Disponível em: < http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no2_07.LEVI_.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2016.

PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antônio Macedo; FREITAS, Maria Cristina Penido de. **O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90**. Economia e Sociedade, Campinas, (15): 85-116, dez. 2000.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012a.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio**. Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul.-dez., p.134-150, 2012b. Disponível em: < http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no2_08.SPENSY.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2016.

PORTO, Sílvio Isopo; SOARES, Eduardo Safons; SOARES, Jussara Flores; CRUZ, Kelma Christina M. S.; VIEGAS, Gustavo Lund; VIANA, Carla. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): 10 anos de uma política pública múltipla e inovadora.** In: Ministério

Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome (MDS) (Ed.). . PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 34–57. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf .com%5D.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PRADO, José Henrique. **Através Do Prestígio: Atuação Da Chefia Ameríndia Entre Os Kaiowa Da Terra Indígena Pirakua**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

QUEIROZ, Rosiana Pereira. **Brasil**: relatório de casos exemplares. Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006. 34 p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_mndh/r_mndh_criminalizacao_mov_sociais.pdf> . Acesso em: 29 set. 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902**: Contribuição À História Da Empresa Concessionária Dos Ervais Do Antigo Sul De Mato Grosso. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015.

RACISMO AMBIENTAL. MS – **Despejo paira sobre Laranjeira Nhanderu mais uma vez**. 23 set. 2011. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/?p=28794>. Acesso em: 11 mai. 2015.

RACISMO AMBIENTAL. **Nova notícia de Tekoha Laranjeira Ñanderu**. 4 mar. 2013. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2013/03/04/nova-noticia-de-tekoha-laranjeira-nanderu/>. Acesso em: 11 mai. 2015.

RAMOS FILHO. Eraldo da Silva. **Questão Agrária Atual:** Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma e reforma agrária de mercado (2003-2006). Tese Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista). Presidente Prudente, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDESUL DE NOTÍCIAS. **Invasão de indígenas:** FAEP e Famasul entregam manifesto à Dilma. Redesul de Notícias, 04 de fev. 2013, Paraná. Disponível em< www.redesuldenoticias.com.br/home.asp?id=49188>. Acesso em: 04 jul. 2016.

RESENDE, Lívia Mara de. **A conceituação jurídica dos diferentes espaços territoriais ocupados por povos indígenas.** 2009. Disponível em: < http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/1_2009/Discentes/A%20conceituacao%20juridica%20dos%20diferentes%20espacos%20ter.pdf >. Acesso em: 07 mar. 2016

REVISTA EXAME. **Caos na Santelisa** Vale. Revista Exame, 5 mar. 2009. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/revistaexame/edicoes/938/noticias/etanol425315>. Acesso em: 23 nov. 2015.

REVISTA EXAME. **Louis Dreyfus compra empresa de fertilizantes no Brasil**. Revista Exame, 11 jun. 2011. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/louis-dreyfuscompraempresadefertilizantesnobrasil2>. Acesso em: 23 nov. 2015.

REVISTA EXAME. **Com etanol, colheita de prejuízos em Sertãozinho**. Revista Exame, 29 mai. 2013a. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1042/noticias/colheitadeprejuizos>. Acesso em: 23 nov. 2015.

REVISTA EXAME. **Está difícil conviver com a CLT**. Revista Exame, 01 mai. 2013b. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revistaexame/edicoes/1040/noticias/nemele-entendemaisaclt>. Acesso em: 25 nov. 2015.

REVISTA EXAME. **Louis Dreyfus prevê elevar moagem de cana em 12% em 2013/14**. Revista Exame, 12 jun. 2013c. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/louisdreyfuspreveelevarmoagemdecanaem12em-201314>. Acesso em: 20 nov. 2015.

REVISTA EXAME. **Cade aprova compra da Kowalski pela Louis Dreyfus.** Revista Exame, 6 fev. 2014a. Negócios. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/cadeaprovacompradakowalskipelalouisdreyfus2>. Acesso em: 23 nov. 2015.

REVISTA EXAME. **Cana deixa de atrair capital estrangeiro.** Revista Exame, 15 dez. 2014b. Negócios. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/canadeixade-atraircapitalestrangeiro>. Acesso em: 23 nov. 2015.

REVISTA EXAME. **Das 5 maiores empresas do agronegócio no país, 3 são de fora**. Revista Exame, 26 mai. 2014c. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/das5maioresempresasdoagronegocionopais3sao-defora>. Acesso em: 25 nov. 2015.

REVISTA SAFRA. **Invasões de índios a propriedades rurais dominam debate na abertura de bienal em MS.** Revista Safra, 19 de ago. 2016. Agricultura, p. [1]. Disponível em: <http://revistasafra.com.br/abertura-da-bienal-da-agricultura-e-marcada-por-falas-sobre-invasoes-de-propriedade-em-ms/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RIBEIRO, Renato Janine. **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme.** Tempo Social, São Paulo, 11 (1), 1999, p. 189 – 195. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v111/v11n1a10.pdf >. Acesso em: 15 fev. 2015.

RIPPER, J. R. **Guaranis:** Teronderã. Revista Uiversidade e Sociedade, ano VII, n. 13, p. 151-170, jul. 1997.

RODRIGUES, Alex. **Disputa entre índios e produtores rurais expõe diferentes visões sobre uso e valor da terra**. Agência Brasil, 09 jan. 2013a. Disponível em: < http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/01/disputa-entre-indios-e-produtores-rurais-expoe-diferentes-visoes-sobre-uso-e>. Acesso em: 11 mai. 2015.

RODRIGUES, Alex. **Comunidade guarani-kaiowá aguarda decisão sobre área em Rio Brilhante. Agência Brasil.** 11 jan, 2013b. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-01-11/comunidade-guarani-kaiowa-aguarda-decisao-sobre-area-em-rio-brilhante>. Acesso em: 11 mai. 2015.

RURAL CENTRO. **Clima "congela" crescimento da moagem de cana em MS**. Rural Centro, 30 set. 2013, Agricultura. Disponível em: < http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/clima-congela-crescimento-da-moagem-de-cana-em-ms-74790#y=300 >. Acesso em: 15 dez. 2015.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. **Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul:** a relação capital-trabalho e a questão indígena atual. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. 92f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2010.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. **Reforma Agrária em questão:** a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP). 2014. 223 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SANTOS, Weudiney Rodrigues Dos. **A importância da feira central da cidade de Goiás (CO) como espaço de resistência do trabalho camponês.** In: XI Encontro Nancioal da ANPEGE - A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 9 a 12 de outubro, 2015b. Disponível em: < http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/7/227.pdf >. Acesso em: 24 fev. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SASSEN, Saskia. **Land Grabs Today:** Feeding the Disassembling of National Territory. Revista Globalizations, 10:1, 2013, p. 25-46. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2013.760927>. Acesso em: 12 set. 2015.

SAUER, Sérgio. **Demanda mundial por terras:** "land grabbing" ou oportunidade de negócios no Brasil?. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol.4, No 1/ 2010.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil**. Carta Maior. Economia. 20 dez. 2010. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=17268>. Acesso em: 20 fev. 2015.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. **Dinâmica fundiária e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**. 2011. Disponível em: < http://mstemdados.org/ >. Acesso em: 20 fev. 2015.

SAUERESSIG, Denise. **SLC celebra conquista pioneira.** Revista A Granja, Edição 771, 2013. Disponível em: <http://www.edcentaurus.com.br/materias/granja.php?id=5077>. Acesso em: 28 mar. 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 3º ed, 2013.

SARAVALLE, Caio Yamazaki. **Banco de sementes: estratégia de resistência camponesa na (re) produção e manutenção da vida e da Agrobiodiversidade**. 2010. Disponível em: <http://ppgh.fflch.usp.br/uploads/formulario/49/form_banco_de_sementes-ca.pdf> Acesso em: 08 de jan. de 2016.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses no município de Batayporã/MS**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

SILVA, Daiane Alencar. **A produção territorial e as formas de resistência no assentamento rural Sul Bonito em Itaquiraí / MS**. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SIQUEIRA, Rosan. **Obra de usina de etanol será lançada dentro de 60 dias no município de Chapadão do Sul.** Correio do Estado, 2 ago. 2014. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/obra-de-usina-de-etanol-sera-lancada-dentro-de-60-dias-no-municipio-de/223864>. Acesso em: 28 mar. 2015.

SILVA, Anderson Antônio da; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Manifestações:** a arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007. In Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2007. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas. Três Lagoas - MS, v. 1, nº 6, ano 4, nov. de 2007.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.) Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 641-646.

SPOSATI, Ruy. **Homens invadem aldeia Kaiowá em Rio Brilhante, relata Aty Guasu**. CIMI, Campo Grande (MS), 5 mar. 2013. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=6746>. Acesso em: 11 mai. 2015.

TEIXEIRA, Márcio Antônio. **As Mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul:** o exemplo da grande Dourado. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1989.

TERRA LIVRE - **Movimento Popular do Campo e da Cidade**. 2009. Disponível em: <http://mtl-di.blogspot.com>. Acesso em: 30 mar. 2015.

TERRA LIVRE - Movimento Popular do Campo e da Cidade. **Terra Livre Segue na Luta.** 2012. Disponível em: < http://terralivre.org/2012/02/terra-livre-segue-na-luta/ >. Acesso em: 30 mar. 2015.

TERRA LIVRE - Movimento Popular do Campo e da Cidade. **Terra Livre ocupa fazenda em Inocência/MS**. 2013. Disponível em: < http://terralivre.org/2013/01/ocupacao-de-fazenda-em-ms/>. Acesso em: 30 mar. 2015.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos Movimentos Sociais**. 2007. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2015.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa qualitativa em geografia**. XVII Encontro Nacional de Geografia, Belo Horizonte, 2012.

UDOP - **União dos Produtores de Bioenergia**. 2015. Disponível em: <www.udop.com.br>. Acesso em: 30 mar. 2015.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; PRADO, José Henrique. **O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul.** Tellus, ano 15, n. 29, p. 49-71, jul./dez. 2015. Disponível em: http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/viewFile/358/349> .Acesso em: 03 ago. 2016

UTINGUASSÚ, LIANA: **Abaixoassinado Contra o despejo dos parentes Guaranis Kaiowa!**. 31 jan. 2012. Disponível em: <http://lianautinguassu.blogspot.com.br/2012/02/abaixoassinadocontraodespejodos.html/>. Acesso em: 11 mai. 2015.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Alimentar ou ser alimentado?:** a expansão da agroindústria canavieira e a soberania alimentar em Flórida Paulista/SP. 123 f. 2011. Monografia (Bacharelado de Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome).** Roma, junho de 2002. Disponível em: < http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/food-sovereignty-and-trade-mainmenu-38/398-declaration-ngo-forum-fao-summit-rome5>. Acesso em: 7 jan. 2016.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. **Soberania alimentar e territórios camponeses:** uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Revista NERA, n. 26, p. 183–203, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3576/2913 >. Acesso em: 23 mar. 2016.

VIETTA, Katya. **Histórias territoriais:** a privatização das terras kaiowá como estratégia para a guarnição da fronteira brasileira e outras histórias. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 26-63, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/download/43665/28091>. Acesso em: 23 ago. 2016.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Teorias do campesinato**. In: Herdeiros, parentes e compadres - São Paulo/Brasília, Hucitec/Edunb, 1995. 27 -66 p.

WOORTMANN, Klaaus. **Com parentes não se negoceia:** o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

WINKIN, Yves. **Descer ao campo**. In: WINKIN, Yves. A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998. p. 129 – 145.